

História da Literatura Portuguesa
– *Renascença*

de Teófilo Braga

vol. II

ÍNDICE

HISTÓRIA DA LITERATURA PORTUGUESA

(RECAPITULAÇÃO)

Portugal actuou na Civilização europeia no século XVI
– É hoje afrontado pelos que desconhecem a sua história

SEGUNDA ÉPOCA

RENASCENÇA

(Século XVI)

1º PERÍODO – OS QUINHENTISTAS

O que foi o maior século da história
Floração do génio português
Renovação da cultura greco-romana
Fases da Renascença
Como o Lusismo resiste às causas da sua obliteração .

§ I

A Cultura greco-romana como negação da Idade Média

O antagonismo das duas almas
A Comédia e o Auto
A Medida velha e o *Dolce stil nuovo*
Os Poetas quinhentistas tratam os dois estilos poéticos .
O gosto italiano na Arquitectura, Pintura e Ourivesaria
O que foi o *Estilo manuelino*
Grão Vasco e a influência flamenga
Ourives castelhanos favorecidos pela corte

1º O Castelhanismo na Corte, servindo a unificação ibérica

O eterno divórcio entre o Lusismo e o Castelhanismo
Contraste entre a planura estéril de Castela e a vertente oeste de Portugal
O lirismo português na corte de Castela
– sua persistência na corte de Fernando e Isabel .
Os Casamentos régios preparando a incorporação de Portugal
A ideia lusa da navegação atlântica científica, sistematicamente realizada
A expansão de Castelhanismo foi destruidora
Os Quinhentistas mantêm o espírito da nacionalidade
Os Descobrimentos tornam verificável a concepção do Sistema do mundo
Florescência das altas individualidades portuguesas
Sem os Descobrimentos Portugal teria sido absorvido pelo Castelhanismo
Expulsão dos Judeus, Inquisição e Jesuítas servindo o plano castelhanista
Desnaturalização intelectual pelo emprego da língua castelhana na literatura
Poetas bilingues no Cancioneiro de Resende
Textos portugueses reelaborados em castelhano
Caracteres antropológicos e étnicos que tornam inconfundíveis as duas nacionalidades
Nos períodos bilingues persiste o *ethos* luso
Com a Acção dos Descobrimentos, coincide a criação do Teatro português

A) GIL VICENTE E A CRIAÇÃO DO TEATRO NACIONAL

A vida pública na Idade Média cria pela paródia a forma dramática

1º *Naturalidade de Gil Vicente – O burgo de Guimarães*
A família de Gil Vicente e o seu mister de Ourivesaria
A homonímia do Poeta e do Ourives
Genealogia do Poeta
– Nasce em 1470
– Influência da sua naturalidade no génio literário
– Vem para Lisboa frequentar os estudos em 1489
– mestre de retórica de D. Manuel protege-o a rainha D. Leonor
2º *A entrada na Corte e os Autos hieráticos*
As festas do casamento do príncipe D. Afonso em 1490
Alusão de Gil Vicente à presença de D. João II
Autoridade filológica de Gil Vicente
Condições em que inicia a fundação do Teatro português
Como se fixa a data de 8 de Junho de 1502
Juízo de Ticknor sobre o *Monólogo do Vaqueiro*
Gil Vicente, Ourives, faz nesse mesmo ano a Custódia de Ouro
A Égloga de Juan del Encina à morte do príncipe D. Afonso
O Auto pastoril castelhano
Actividade literária de Gil Vicente de 1502 a 1509 incompatível com os trabalhos de Ourivesaria
Figura no Cancioneiro de Resende
Com os seus Autos opulenta todas as festas da corte
3º *influência de Juan del Encina e superioridade de Gil Vicente*
Quem era Juan del Encina

Segundo Amador de los Rios, Gil Vicente desenvolve os seus esboços
– *com mais graça e mais doutrina* Gil Vicente superior a Encina no lirismo galaico-português Menendez y Pelayo acentua a sua potência criadora no *Auto da Sibila Cassandra*

Critica de Ticknor e de Maurice Kelley, afirmando a sua influência sobre Lope de Vega e Calderon

Gil Vicente elevou-se à Comédia de Costumes e ao Melodrama romântico
– a sua obra relaciona-se com os *Colóquios* e *Elogio da Loucura* de Erasmo
– exprime o pensamento e o espírito do século, segundo Bouterweck
– as suas invectivas contra a Igreja não são mais mordentes do que as dos místicos, moralistas e poetas dramáticos espanhóis
– como domina o meio entorpecido e corrupto das cortes de D. Manuel e D.

João III

O Auto sacramental é criação de Gil Vicente, segundo Bouterweck

Como artista dramático excede os poetas de seu tempo, segundo Menendez y

Pelayo

A perfeição da *Comédia do Viúvo*

A Trilogia das *Barcas do Inferno*, do *Purgatório* e do *Paraíso*

– são anteriores ao *Diálogo de Mercúrio y Caronte*, de Juan de Valdés

A reelaboração castelhana das *Barcas*

Influência profunda de Gil Vicente no Teatro espanhol

– imitam-no Lope de Vega e Calderon

– por Bartolomé Palau na *Victoria Christi*

O nacionalismo de Gil Vicente impõe-se sobre o castelhanismo da corte

Quando o Ourives Gil Vicente dirigia em Lisboa as festas do casamento do rei

D. Manuel, o poeta representava em Évora a *Comédia de Rubena*

Dados biográficos do Ourives Gil Vicente, que esclarecem de vez a homonímia desses dois génios

Luta com os humanistas: a *Farsa de Inês Pereira* .

Frágua de Amor – Tragicomédia pastoril da Serra da Estrela, Triunfo do

Inverno

O Clérigo da Beira e Juiz da Beira

A Comédia famosa do Teatro espanhol criada por Gil Vicente

Dom Duardos escrito em 1524

Amadis de Gaula

Templo de Apoio e Farsa dos Almocreves

Nau de Amores, Divisa da Cidade de Coimbra, Triunfo de Inverno

4º *Acção social de Gil Vicente; a luta pela liberdade de Consciência*

Herculano refere na História das origens da Inquisição em Portugal como se opôs ao terror religioso dos frades

Representa-se em Bruxelas o *Auto da Lusitânia* em 1532

O Auto do *Jubileu de Amores*, hoje perdido, representado na embaixada portuguesa de Bruxelas

Descoberta do *Auto da Festa*, de 1535, na livraria do Conde de Sabugosa

Na *Floresta de Enganos*, de 1536, dá por finda a sua actividade literária

Coordena a sua obra a pedido de D. João III . Canções dos Autos de Gil Vicente que se acham no *Cancioneiro musical* de Barbieri

Garrett funda o Teatro português moderno sobre a iniciativa de Gil Vicente

O Centenário de Gil Vicente A sua obra sempre proficua contra a

desnacionalização

B) BERNARDIM RIBEIRO E O GÉNERO PASTORIL

Juízo de Bouterweck sobre o Bucolismo português Relação entre Sanazzaro e Bernardim Ribeiro pela tradição

lírica

Mútuas analogias no esquema biográfico Traços inconfundíveis de Bernardim Ribeiro apontados pelo Dr. Raul Soares

1482 a 1503.– Filho de Damião Ribeiro e Joana Dias Zagalo

– Pela repressão da conjura do Duque de Viseu, Damião Ribeiro foge para Espanha em 1484

Infância de Bernardim na Quinta dos Lobos

Sua imaginação precoce

Lucrécia Gonçalves (*Cruelsia*) estimula a afectividade do poeta

Fim do refúgio de Sintra em 1496

Amor por sua prima Joana Zagalo

Inês Zagalo, ama da Infanta D. Beatriz, obtém uma tença para Bernardim, para cursar a Universidade

Na Égloga II trata o conflito dos dois amores . .

1505 a 1521. – Frequenta a Universidade de Lisboa .

Intimidade com Sá de Miranda nos estudos e Serões do paço

Intrigas de Gaspar Gonçalves junto do rei por causa da sua irmã Lucrecia

É imposto casamento a Joana Zagalo – *Memento* de Bernardim Ribeiro

Pero Gato é o noivo imposto a Joana

Confirmação pela Novela

Porque favoreceu a mãe de Joana esta violência . .

Aventura amorosa do rei D. Manuel com Isabel Zagalo

Época do Casamento de Aónia

Interpretação da Égloga I

Elementos autobiográficos da Égloga II – referências a Sá de Miranda

1524 a 1536. – Bernardim Ribeiro reconduzido no cargo de escrivão da câmara de D. João III

O poeta começa a elaboração da *Menina e Moça*

Regressa Sá de Miranda da Itália

Nova época de Serões do paço

As Trovas de *Maria Pinheira*, sátira famosa contra o Conde da Castanheira – atribuídas a vários poetas, e mais tarde a Damião de Góis

A Égloga III, publicada avulso em 1536

Estado de decadência intelectual do poeta

Interpretação da Égloga IV

A Égloga V é um quadro da visita do poeta a Sá de Miranda, no Minha

Sá de Miranda na Égloga *Aleixo* fez a narrativa dramática de Ribeiro

Bernardim visita em Estremoz Aónia recolhida no convento de Santa Clara

1549 a 1552. – Falecimento de Bernardim Ribeiro no Hospital de Todas os Santos

Bernardim não se confunde com o *Crisfal*
A Novela da *Menina e Moça*, sua interpretação autobiográfica

C) SÁ DE MIRANDA

O seu lugar primacial na Literatura espanhola .

1º *Os Serões do Paço*. – Nascimento de Sá de Miranda em 1485

Os Sás Coloneses

Frequenta a Faculdade de Leis na Universidade de Lisboa

Os seus amores por D. Isabel Freire

Poetas que frequentavam os Serões do Paço

D. João de Meneses e D. João Manuel

– figuram nos Cancioneiros castelhanos

Sá de Miranda apoda a velha poética

2º *O Petrarquismo e a influência italiana*

O novo estilo em Espanha

2º *A viagem da Itália* (1521 a 1526). – Dissidências na corte dão motivo para a viagem de Sá de Miranda .

A cultura humanística italiana

Visita Roma, Veneza e Milão

Impressão dos Campos de Roma

A família Colonna

Regresso a Portugal em 1526

Recepção de D. João III em Coimbra

3º *Frequência na Corte e seu ostracismo*. – A dedicatória da *Fábula do Mondego* a D. João III

A) INÍCIO DA ESCOLA ITALIANA

Ensaia o metro hendecassílabo em castelhano

Poética palaciana: Cançonetas, Letrilhas, Endechas e Esparsas

D. Leonor de Mascarenhas comparada à Marquesa de Pescara

Sua saída da corte em 1526 para Castela

B) LUTA COM OS POETAS DA MEDIDA VELHA (1526 A 1545)

Reacção em Espanha e Portugal contra o novo estilo

Sá de Miranda conhece a origem trovadoresca da Escola italiana

Alude à hostilidade que encontrara

O seu influxo começa depois de confinado na Comenda das Duas Igrejas

C) ZAGAIS DA ESTREMADURA (*Discípulos de Sá de Miranda*)

O isolamento do Poeta e visita aos solares de Crasto e dos Pereiras

Casamento com D. Briolanja de Azevedo

O príncipe D. João pede-lhe a colecção das suas poesias

Na *Égloga Célia* refere a morte de Vitória Colonna em 1547
Pede auxílio ao Infante D. Luís para a Escola nova
Poetas que se acercam de Sá de Miranda; os *Zagais da Estremadura*
D. Manuel de Portugal
Francisco de Sã de Meneses
Diogo Bernardes e Dr. António Ferreira
Jorge Ferreira de Vasconcelos
André Falcão de Resende

4º *No remanso da província. Tristezas do fim da vida.* – Disciplina moral, e idealização da realidade

Recusa-se ao estudo das Linhagens
Correspondência em verso com Manuel Machado de Azevedo
Pressente a ruína de Portugal
Morte de seu filho primogénito em Ceuta
– de sua mulher D. Briolanja dois anos depois em 1555
Falece na sua desolação moral em 1558
Crítica bibliológica dos seus versos

3º *Os Poetas da Medida velha*

A grande lacuna entre os Cancioneiros trovadorescos e o Cancioneiro de Resende

Vestígios líricos tradicionais refluindo em Gil Vicente
Cantar de *Solau*
Cantar de *Ledino* (travar *ladino*, e *Ladines*)
Cantos judaicos *Em ladino*, com a melodia da letra popular
A nota *Sélah* dos Salmos
Canções portuguesas nos Livros de música dos violistas castelhanos
Coplas castelhanas na corte
Bernardim Ribeiro e Cristóvão Falcão exprimem pela redondilha o sentimento profundo
Influência de Garci Sanchez de Badajoz

CRISTÓVÃO FALCÃO

O que se sabia de Cristóvão Falcão antes de 1871
O processo metodológico: 1872: Elaboração da Notícia genealógica dada por Alão de Morais
1897: Dos homónimos de Cristóvão foi escolhido o que era mais próximo do principio do século XVI
1907: Descobre-se que o pai de Maria é João Brandão Sanches Ratificação de Cristóvão Falcão poeta

1º *Personalidade de Cristóvão Falcão.* – Filho de João Vaz de Almeida Falcão e D. Brites Pereira

Nasceu em 1515
Casamento a furto com Maria Brandão, em 1529 .
Maria Brandão
Documentos relativos a João Brandão Sanches, que explicam o drama amoroso

de *Crisfal*

Denúncia dos amores infantis por Joana (Brandoa, que teve o morgado de Patalim)

Prisão por ordem paterna de Cristóvão Falcão no Castelo Maria depois de estar em Elvas é levada para o Mosteiro de Lorvão

– seu casamento com Luís da Silva de Meneses .

– era já falecida em 1555

Documentos da Feitoria de Flandres que autenticam a personalidade de Maria

2º *Quando foram escritas as Trovas do Crisfal.* – Preso durante cinco anos (1531 a 1536) Cristóvão Falcão compôs pequenas Canções líricas

Impressão profunda das *Trovas de dois Pastores*, de Bernardim Ribeiro (Égloga III), em 1536

Escreveu o *Crisfal*, quando Maria ainda não era casada

O Dr. Raul Soares mostra como a paixão de Crisfal está em antinomia com a paixão de Bernardim

O Sonho do Crisfal O casamento a furto, no século XVI

3º *Comprovações históricas.* – *A lenda da Fonte do Crisfal.*

– O orgulho nobiliárquico de Almada Falcão Cristóvão Falcão em Roma em 1542 Missão de D. João III, por causa do Cardeal Silva

Carta de Francisco Botelho, que autentica a prisão do poeta no Castelo

Regresso de Cristóvão Falcão a Portugal em 1543

Despachado Feitor e Capitão de Arguim em 1545 .

Antes do seu regresso à corte mão anónima publica em 1546 as *Trovas do Pastor*

Crisfal

Camões na sua Carta de África em 1547 citava versas do *Crisfal*

Prisão em 1548 de Cristóvão Falcão

Defende um filho de sua irmã Braçaida (Brísida) de Sousa da rapina de um padraсто

Casamento com D. Isabel Caldeira da qual enviuvou em 1553 Publicada a *Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro em Ferrara reuniram-lhe a Égloga do *Crisfal*

O problema da *Segunda parte do Sonho de Crisfal* e a lenda da *Fons Crisfal*

Cristóvão Falcão morre em 1577

Coplistas e Trovistas. – A descoberta da viola de arco vem avivar o gosto das redondilhas

Os Romances tomam forma literária

Portugal tem génio criador paralelamente com o castelhano

Falsas ideias castelhanistas sobre o Romanceiro peninsular

Menendez y Pelayo reconhece nas obras escritas em castelhano o espírito nacional

A ausência de ideias de etnologia portuguesa, ou o desdém por arrojadas suposições

O Castelhanismo na história política e literária de Portugal

A musa épica popular

Romances em castelhano referidos por Diogo do Couto

– por Gil Vicente

– por Jorge Ferreira de Vasconcelos

– por António Prestes

- por Camões
- por Manuel Ocem

Novelas e Contos. – Os eruditos condenam as ficções medievais

Clarimundo de João de Barros

Francisco de Moraes e o *Palmeirim de Inglaterra* . .

Dedicado à Infanta D. Maria em 1543

Camões glosa versas do *Palmeirim de Inglaterra*, em 1544

O texto castelhano do *Palmeirim*, de Toledo de 1547, dá-se o livreiro Miguel

Ferrer por seu autor

O roubo castelhano acusado por Prestes no *Auto dos dois Irmãos*

Restituição crítica por Odorico Mendes e Benjumea

Os *Triunfos de Sagramor* de Jorge Ferreira de 1554 transformados no *Memorial da Segunda Távola Redonda* em 1567

A Menina e Moça de Bernardim Ribeiro

Interpretação dos seus anagramas

As *Trovas* de Bandarra, resto das Profecias de Merlim

Datas da vida de Bandarra tiradas do seu processo

Os Contos. – Forma literária da Idade Média .

Gonçalo Fernandes Trancoso e as *Histórias do Proveito e Exemplo*

A ESCOLA VICENTINA

Desenvolvimento do Teatro nacional Gil Vicente cria nas Tragicomédias o tipo da Comédia famosa do Teatro espanhol

Afonso Álvares, mulato, criado do Bispo de Évora

Sua luta com o Chiado

Autos seus que foram populares

António Ribeiro Chiado. – Frade franciscano ribaldo

Afonso Álvares caracteriza-o nas suas sátiras

Sua vida em Lisboa, na Calçada de Paio Novais .

Conhecido por Jorge Ferreira de Vasconcelos e por Camões

Baltazar Dias, poeta cego, ainda hoje popular

Luis de Camões, segue a Escola Vicentina porque escreveu para os Carros ou Pátios da Comédia

António Prestes, um dos mais fecundos poetas da Escola Vicentina

– Conhecia as lutas da Escola italiana

Gil Vicente de Almeida, neto do criador do Teatro nacional

O *Auto da Donzela da Torre*

Simão Machado (Fr. Boaventura Machado)

Autos anónimos do século XVI

Auto do Jubileu de Amores de Gil Vicente

Devastação da Escola Vicentina pela censura clerical e companhias espanholas

4º A *Plêiada* portuguesa (*Escola Mirandina*)

A terceira fase da influência italiana análoga à *Plêiada* francesa

O Dr. António Ferreira, o doutrinário da Escola .

A cultura da língua portuguesa

- Manifesto literário
Camões e Ronsard
Doutor António Ferreira. – Nasce em Lisboa em 1528
Recebeu a influência dos mestres trazidos por André de Gouveia para o Colégio
- Real
Seus primeiros amores
Novos amores e casamento com Maria Pimentel
Três anos durou esta fase de ventura
Em 1557 começa a coligir os seus versos nos *Poemas Lusitanos*
Segundo casamento em 1564 com D. Maria Leite .
Depois da enviatura a Castela foi nomeado desembargador da Casa do Cível
Morre em 1569 vitimado pela *Peste Grande*
- Pedro de Andrade Caminha.* – Entra muito criança para o serviço do Infante D.
Duarte
– Nasceu em 1515
Sob a influência desse meio fanático e de D. Catarina de Bragança denuncia
Damião de Góis à Inquisição
Aceita uma pensão de Filipe II
Falecimento em 9 de Setembro de 1589
Suas relações antipáticas com Camões
Íntima amizade com o Censor dos *Lusíadas*
- Diogo Bernardes.* – Filho de Catarina Bernardes Pimenta, natural de Ponte de
Lima
O problema da terra natal do poeta
Nasceu em 1532
Visita Sá de Miranda por 1552
Veio a Lisboa em 1553
Os seus amores com *Silvia*, Luísa, dama de Ponte de Lima
Conhece a tragédia *Castro* de Ferreira em 1557 . .
Acompanha Pedro de Alcáçova Carneiro na embaixada a Filipe II em 1577
Fica prisioneiro na derrota de Alcácer Quibir
Já resgatado em 1581, recebe uma tença de Filipe II, em 1582
– mais outra em 1593
Pelo Cancioneiro do P.^o Pedro Ribeiro de 1577, Bernardes não plagiou Camões
Casa com *Silvia*, já viúva, em 1593 Período de actividade literária de 1594 até à
sua morte em 1605
- Fr. Agostinho da Cruz.* – Irmão de Diogo Bernardes, nasceu em Ponte da Barca
em 1541
O meio beato da Casa de D. Isabel de Bragança, professa aos vinte anos em uma
ordem de penitência
Sua vida ascética na Serra da Arrábida
Falecimento em 1619
Os Manuscritos dos seus versos
- D. Manuel de Portugal.* – Amigo de Sá de Miranda e de Camões
Sua paixão inditosa por D. Francisca de Aragão
Os desastres nacionais impeliram-no para a vida ascética

Seu falecimento em 1606

Francisco de Sá de Meneses. – Reivindicação do seu lugar na Escola mirandina

Seus altos cargos do estado

Recolhe-se a Matosinhos em 1584

Jorge da Silva, sua Homilia em tercetos

André Falcão de Resende, seu nascimento em 1535

Seus estudos em Évora e Coimbra

Juiz de Fora em Torres Vedras em 1577

Morre da Peste em 1599

O Teatro clássico: Comédias e Tragédias. – A Comédia *Eufrosina*, de Jorge Ferreira assinala a nova iniciação da Comédia clássica

As imitações da *Celestina*

As duas Comédias de Sá de Miranda representadas em 1538

Época em que Ferreira elabora as comédias de *Cioso* e *Bristo*

O Teatro clássico nos Colégios e Universidade

A tragédia *Cleópatra* de Sá de Miranda

A tragédia *Castro*, de Ferreira, de 1557

Plágio castelhano de Bermudez em 1575

O texto avulso da *Castra* de 1587 tem grandes variantes da dos *Poemas*

Lusitanos

Inferioridade do texto castelhano

Novelas pastorais. – Sua característica

Jorge de Montemor, nasce em 1523

Saída para Espanha em 1541 Regressa a Portugal em 1543, acompanhando a capela da princesa D. Maria consorciada com Filipe II

Quando compõe o seu fragmento inicial da *Diana*.

Acompanha para Portugal em 1553, a infanta D. Joana desposada com o Príncipe D. João

Suas relações com Sá de Miranda

Mercê que lhe concede D. João III

Volta para Espanha antes do falecimento do Príncipe D. João

Protecção da viúva Princesa D. Joana

Morre em duelo no Piemonte em 1561

A Lusitânia transformada, de Álvares de Oriente .

Volta para a Índia em 1591

Falecimento da peste em 1599

§ II

Camões e o Sentimento nacional

As duas Almas, na Renascença

Espíritos que conciliam as duas épocas clássica e medieval

A) VIDA DO POETA

1º – *Nascimento em Lisboa – Mocidade em Coimbra; seus Estudos e primeiros*

amores

Antecedentes atávicos
Nasce em Lisboa em 1524
O cômputo eclesiástico
Sua família em Coimbra em 1527, por ocasião da peste do Alentejo e

Estremadura

Os Camões de Coimbra: sua prima Isabel Tavares
Os amores de *Belisa* ou *Sibela*
Soneto incompreendido de Camões
Época em que entra para os Estudos menores
Mudança da Universidade para Coimbra em 1537
Influência dos *Diálogos de Amor* no seu lirismo
Termina o Curso de Artes (bacharel latino) em 1542
Saída forçada de Coimbra, revelada pela Canção IV
A soberba de *Belisa* (Isabel Tavares desposa Álvaro Pinto)

2º – *Na Corte de D. João III – Novos amores: Segundo desterro no Ribatejo. Dois anos em Ceuta. Terceiro desterro em África*

O meio agitado de Lisboa
Vida airada em 1543
Invasão dos Jesuítas na corte
Uma Carta de Camões fala nos denominados *Apóstolos*
Camões vê as Colgaduras da Índia nos Paços da Ribeira .
A corte literária da Infanta D. Maria
O problema de Catarina de Ataíde
Filha de D. António de Lima
Despeito de Camões contra os Gamas
Porque saiu o poeta da corte
Demora-se pelo Ribatejo
Parte para Mazagão em 1547
Estação de dois anos em Ceuta
Regressa a Lisboa em 1549 e inscreve-se na Armada da Índia de 1552
Não seguiu viagem

3º – *O embarque forçado para a Índia – Cruzeiros – Naufrágios – O injusto mando.* – Esperanças no príncipe D. João, grande amador de poesia

As intrigas do odiento Caminha
Esperanças em António Pinheiro, humanista mestre do príncipe
Preso no tronco da cidade pelo conflito com Gonçalo Borges
Idealiza a narrativa do *Descobrimento da Índia*, de Castanheda
Embarca na nau S. Bento em 1553
Única nau da Armada que chega neste ano a Goa
A expedição ao Chembé
Vida soldadesca em Goa
Vai na expedição aparatosa de 1554 ao Mar Roxo
Bárbara cativa
Vai no cruzeiro de 1555 estacionar junto do Monte Félix
No governo de Francisco Barreto embarca na Armada do Sul em 1557
Chega a Malaca, e em Setembro observa na Ilha de Ternate o intermitente

vulcão

Primeiro naufrágio *na viagem que fez para a China*
A lenda da Provedoria dos Defuntos e Ausentes .
Os *Penedos de Camões* em Macau
O *injusto mando*
Naufrágio na Costa de Cambodja em princípio de 1559
A comprovação dos dois naufrágios
Chegada a Goa em 1561: recebe a notícia da morte de Natércia
Deixa Goa, indo para Moçambique onde se encontra na extrema penúria
Segue na nau Santa Clara, que arriba a Moçambique em 1569 Aporta à Ilha
Terceira (a *Ilha de Cristo – a Insula divina* da Ilha dos Amores)
A Flora açoriana na Ilha dos Amores
Chega a Cascais em 7 de Abril de 1570

4º – *Regresso à pátria – Publicação dos Lusíadas – Alcácer Quibir – Morte de Camões; o triunfo do Castelhanismo*

Desolação de Lisboa, aplacada a Peste grande de 1569
O roubo dos seus versas líricos coligidos sob o título de *Parnaso*
Como era governada a nação
Camões é protegido por D. Francisca de Aragão para que se imprima o seu
Poema

Impressão causada pelos *Lusíadas*
É celebrado por Tasso e Herrera
Depois do desastre de África e o Tempo das Alterações
A peste de 1578 e 1580, quebranta os ânimos
O Provedor da Saúde, Fernão de Pina, arroja para os barracões dos pestosos os
suspeitos de contrários a Castela
Camões arrojado para o tropel dos *impedidos*
Lançado à vala do Adro da Peste na encosta de Santa Ana (10 de Junho de 1580)
Como Filipe II julgava *fanfarria* a resistência de Portugal

B) A ESCOLA CAMONIANA

Como se recompôs o *Parnaso* O Lirismo de Camões acorda pela concepção
estética a actividade lusa
Sua concepção filosófica do Amor

1º *Os Líricos camonianos.* – Quase todos seus companheiros na Índia
João Lopes Leitão. – Consagra o génio épico de Camões em um soneto
Heitor da Silveira, o drama tormentoso da sua vida
Casou em Évora com D. Isabel Falcão, irmã de André Falcão
Morre à vista da terra, na chegada da nau Santa Clara
António de A breu; Luís Franco Correia, Diogo do Couto, todos alardeavam o
título de *Amigos e companheiros de Camões*
Fernão Álvares de Oriente, dados biográficos
P.º Pedro Ribeiro. – Pároco de Santa Luzia em Goa
Quando coligiu para o seu Cancioneiro as poesias de Camões
Obtém por via de Álvares de Oriente os versas de Bernardes
Miguel Leitão de Andrade – traços autobiográficos na *Miscelânea*
Como fugiu do cativo de África
Casamento com sua prima D. Beatriz de Andrade

A falsa acusação de ter dado morte a sua segunda mulher D. Isabel de Atouguia
 Consagra Camões na igreja de Santa Ana
D. Gonçalves Coutinho. – Poeta iniciado por Diogo Bernardes
 A lápide na suposta sepultura de Camões
 Seus amores com *Armia* (D. Maria de Oliveira)
Fernão Rodrigues Lobo Soropita, o primeiro coleccionador das *Rimas* de
 Camões
 Sátira contra os que se venderam a Filipe II
Estácio de Faria – Camões consagra-o em um Soneto
Bernardo Rodrigues
Pedro da Costa Perestrelo – escreve o poema sobre a Batalha de Lepanto
 Secretário do Cardeal Alberto
 A *Sátira a Madrid*
Francisco Galvão
Manuel da Veiga Tagarro – Realidades da *Laura de Anfriso*
 Seus amores com D. Margarida de Noronha
 Ambos abraçam a vida religiosa
 Admiração por Camões
Baltazar Estaço
Vasco Mouzinho de Quevedo
Baltazar de Brito e Andrade (Fr. Bernardo de Brito)
 O problema da *Silvia de Lisardo*
Estêvão Rodrigues de Castro

2º *Os Lusíadas e as Epopeias históricas do Século XVI.* –Falsa compreensão dos
 eruditos da Renascença
 Camões, segundo Hegel, idealiza os interesses que *anunciam uma Era nova*
 A luta entre o Oriente e o Ocidente
 A missão ocidental definida no cosmopolitismo .
 Camões concilia as duas almas
 Nos *Lusíadas* perpetua o ideal da Nacionalidade .
 A simpatia social explica o influxo do génio de Camões
Jerónimo Corte Real e as suas epopeias históricas
 Filipe II agradece-lhe o interesse pelas suas coisas .
Luís Pereira Brandão, autor da *Elegíada*, esteve cativo em África
Francisco de Andrade, metrifica o *Primeiro Cerco de Diu*
Vasco Mouzinho de Quevedo, dissolve a Epopeia histórica em alegórica

§ III

O Humanismo em Portugal

Actividade intelectual provocada pelas Literaturas clássicas
 Duplo conhecimento do mundo cósmico e do mundo moral
 Aspectos do grande quadro da Renascença

A) PERÍODO FILOLÓGICO E ARTÍSTICO

Primeiros estudos da Língua portuguesa

1º *As Gramáticas de Fernão de Oliveira (1536) e de João de Barros (1539)*

a) *As alterações fonéticas*

b) *As alterações morfológicas*

c) *As alterações sintáticas*

Gramática de João de Barros

2º *O Humanismo italiano.* – A Itália acorda o sentimento humano na Renascença

O ensino fora das Universidades

Portugueses na Itália

Aires Barbosa, André de Resende, Aquiles Estação

Gosto italiano na Arquitectura e na Pintura

3º *O Humanismo francês.* – Paris centro das disciplinas escolásticas *Mestres parisienses* nos Colégios de Santa Cruz de Coimbra Reforma e transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra

O Colégio Real organizado por André de Gouveia em 1547 Perseguições da Inquisição contra os professores do Colégio Real É entregue o Colégio aos Jesuítas

4º *O Humanismo alemão.* – Sem a Reforma, pela sua acção social, a Renascença ficaria estéril

André de Resende exalta os estudos da Alemanha .

O *Erasmismo.* – D. João III pretendeu convidar Erasmo para a reforma dos estudos

Damião de Góis conviveu com Erasmo

B) PERÍODO TEOLÓGICO E CRÍTICO

Cessa o império exclusivo da verdade teológica

O poder espiritual tende a deslocar-se da Igreja

a) *Influência da Inquisição em Portugal*

Começa a *apagada e vil tristeza*

b) *Os Jesuítas apoderam-se do Ensino público*

Rapto dos filhos das famílias fidalgas

O Colégio das Artes incorpora o Colégio Real

Imposição do Aristotelismo

Publica-se o *Rol dos Livros proibidos* Proíbem-se as representações teatrais

C) PERÍODO CIENTÍFICO E FILOSÓFICO

Aos estudos literários segue-se a revelação científica do Helenismo

a) *Dr. Pedro Nunes; D. Francisco de Meio*

Viète teve como precursor Pedro Nunes

Sua influência nos estudos de Ticko Brabe e Halley

D. Francisco de Melo

O *Dr. Garcia de Orta* consagrado pela ciência moderna pelos seus *Colóquios dos Simples e Drogas*

O espírito experimentalista e o tradicionalista

b) *A Síntese negativista de Francisco Sanches.* – Aristóteles atacado por Pedro Ramus

António de Gouveia restabelece a supremacia de Aristóteles
A família dos Gouveias em França
A Filosofia Conimbricense
Dados biográficos de Francisco Sanches
O seu livro *Quod nihil scitur*
Predecessor da Escola Escocesa, de Kant e Comte .

§ IV

Historiadores, Viajantes, Moralistas

O espírito científico moderno

DAMIÃO DE GÓIS

Os elementos da sua biografia
Seu nascimento em Fevereiro de 1502
Moço fidalgo, educado no paço desde 1517
Despachado para a Feitoria de Flandres em 1523 .
Missão às cortes de Polónia e Dinamarca em 1529 e 1531
Serviços oficiais na Alemanha, Flandres, Brabante e Holanda
Chamada de Flandres em 1533 para Tesoureiro da Casa da Índia
Demora-se quatro meses em Portugal e obtida a escusa, parte para a Alemanha e visita Erasmo
Hóspede de Erasmo cinco meses, vai para os estudos de Pádua, recomendado a Bembo
As Cartas de Erasmo a Góis Estudos em Pádua durante quatro anos
Volta para Lovaina; seu casamento com Joana de Harguen em 1538
O seu livro *Fides, Religio, Moresque Ethiopum*, condenado pelo Cardeal D. Henrique
O cerco de Lovaina em 1542: é eleito para dirigir a defesa da cidade
Como foi feito prisioneiro por violação da trégua e mandado para França
Chamado a Lisboa por D. João III para mestre e guarda-roupa do Príncipe D. João em 1545
O Jesuíta P.º Simão Rodrigues denuncia na Inquisição de Évora Damião de Góis
É nomeado em seu lugar António Pinheiro
Damião de Góis nomeado para a Torre do Tombo em 1548
– é encarregado de escrever a *Crónica do rei D. Manuel*
– cai no desagrado de D. Isabel de Bragança e sua filha D. Catarina
A Crónica de D. Manuel, de 1566, é alterada e truncada nas passagens que se referem à traição dos Braganças e suas doações régias
Falecimento de Joana de Harguen em 25 de Setembro de 1567
Como se descobriu o texto alterado da Crónica .
O cronista da Casa de Bragança conheceu o texto suprimido de Góis
Preso e entregue à Inquisição em 4 de Abril de 1571 *com todo o resguardo*
Queixa da morosidade do processo depois de *dezasseis meses preso*
Condenado a cárcere perpétuo em 16 de Outubro de 1572 Confiscados seus bens é entregue ao mosteiro da Batalha para o cárcere penitencial
Sua morte em 30 de Janeiro de 1574 misteriosamente (*afogado?* com apoplexia, estando ao braseiro?)

Fernão Lopes de Castanheda
Como os últimos dois livros da *História do Descobrimento e conquista da Índia*
se truncaram oficialmente
– sua vida de fadigas sem recompensa

Antônio Galvão, sua individualidade extraordinária
Vítima da injustiça, morreu sem ser atendido
João de Barros, oferece-se a D. João III para escrever as *Décadas da História da Índia*

Gaspar Correia embarca para a Índia com dezassete anos em 1512
Consulta testemunhas contemporâneas do Descobrimento da Índia para compor
as *Lendas da Índia*
– é mandado assassinar por D. Estêvão da Gama, bisneto do Almirante
As *Lendas da Índia*, obtidas por Miguel da Gama, ficam sequestradas da
publicidade durante três séculos

Diogo do Couto, nasce em 1542
Vicissitudes das suas *Décadas*
Documentos autobiográficos inéditos
Decadência das Crônicas oficiais em Crônicas claustrais

Viajantes: Fernão Mendes Pinto, suas extraordinárias viagens
Como as modernas viagens da Índia, China e Japão restituem a sua alta
importância etnológica
Suas relações com S. Francisco Xavier coadjuvando a missão dos Jesuítas
É atraído para a Companhia de Jesus, que lhe apanha os seus capitais
Expulso da Companhia de Jesus, apagam o nome de Mendes Pinto nos livros da
correspondência dos Colégios

Moralistas católicos e a moral secular universal .
João de Barros: homónimos
Os Ditos da Freira
Fr. Tomé de Jesus – Dr. Diogo de Paiva de Andrade
O P.º Luís Álvares e o seu Sermão nas Exéquias de D. Sebastião
A perda da Nacionalidade portuguesa. – Revivescência pela Literatura
A língua portuguesa conservada nos Pátios das Comédias A zona estéril de
Castela apodera-se da fértil vertente portuguesa
No último quartel do século XVI manifesta-se um forte interesse pela Literatura
portuguesa

Sentido de igual fenómeno na Itália e na Alemanha .
O *ethos* português na poesia, na pintura, na música, prevalece sob o
castelhanismo
Os navegadores portugueses fizeram a grandeza marítima de Espanha
O Castelhanismo triunfante sob Filipe II, foi o isolamento de Espanha da
civilização europeia e a sua ruína
Portugal pela sua obra da Renascença bem merece o acatamento das Nações

Condensando todos os nossos trabalhos sobre a grande Época do século. XVI – a Renascença portuguesa, contém este livro as súmulas dos volumes: *Gil Vicente e as Origens do Teatro português* (1898), *Gil Vicente e o Desenvolvimento do Teatro Nacional*; *Bernardim Ribeiro e o Bucolismo* (1897); *Sá de Miranda e a Escola italiana* (1895); *Ferreira e a Plêiada Portuguesa* (1873); *Camões, Época e Vida* (1907); *Camões, Obra Lírica e Épica* (1910); *Escola Camoniana* (1874); *O Humanismo português* (1891). Milhares de páginas resumidas em algumas centenas, com o intuito de evidenciar a vista de conjunto, são corrigidas em factos e detalhes, metendo em construção contribuições críticas dispersas.

A Literatura portuguesa envolve complicados problemas, que têm de ser estudados senão resolvidos no seu quadro histórico; não aceitamos a irredutibilidade desses problemas, mas a aproximação lenta e sucessiva por meio de hipóteses plausíveis e provisórias. Destes delicados processos de uma superior metodologia, escreveu Renan na apreciação de Fauriel: «Não se cria senão com amor, e atrevo-me a dizê-lo, com paixão; não se lançam os fundamentos de um estudo senão resolvendo muitos pontos sobre os quais a crítica está longe de proferir a última palavra. É sempre fácil, retomando pela análise e pelos detalhes a obra dos mestres o mostrar inexactidões, vistas antecipadas, conjecturas menos felizes do que outras; mas isto mesmo é uma homenagem e a mais bela recompensa do verdadeiro investigador, o de ter sabido poder produzir um movimento de estudos na sequência dos quais ele foi ultrapassado.»

Reconhecemos experimentalmente esta verdade; a discussão dos problemas acerca de Gil Vicente, de Só de Miranda, Bernardim Ribeiro, Cristóvão Falcão, Francisco de Moraes, Ferreira, Diogo Bernardes, Camões e Damião de Góis, provocou um movimento de estudos especiais, com achados felizes que anularam hipóteses provisórias. Atacados por essas ratificações de factos isolados, mas orientando-nos sempre no ponto de vista do conjunto, desconhecemos o azedume que levou Herculano a dizer: «as missangas valem muita nesta nossa Guiné literária. » Dirige-nos a ideia formulada por Darmesteter: «O génio sintético é o que melhor compreende *o valor do detalhe e a necessidade da análise* microscópica, porque ele sabe melhor do que ninguém, que nenhum detalhe é insignificante... podendo revelar o segredo do conjunto.»

A História literária, como revelação do génio de um povo, no seu poder de emotividade e de aspiração generosa, pela expressão do sentimento da nacionalidade, é um aspecto que completa a História social e política. Actuais acontecimentos obrigam a reconhecer a solidariedade destas duas Histórias. Se a Europa conhecesse o quadro da cooperação do génio português na grande época da Renascença do século XVI, Portugal não se veria exposto às ameaças da doutrina imperialista contrapondo à sua potência moral a força material: «*Os fracos não-de ser sempre a presa dos fortes.*» O século XX não será devastado por outros mais aperfeiçoados Hunos e Tártaros; os nacionalismos egoístas serão subjugados pela consciência da solidariedade humana, cuja missão mais do que nenhum povo realizou Portugal, acordando pela sua actividade heróica a Europa marasmada na apatia da Idade Média.

HISTÓRIA DA LITERATURA PORTUGUESA

SEGUNDA ÉPOCA

RENASCENÇA

(SÉCULO XVI)

1º PERÍODO: OS QUINHENTISTAS

No século XVI, justamente denominado o maior século da história, é incorporada a burguesia na ordem social moderna e estabelecida a independência do Poder real, que pelo seu Imperialismo, avançava para a ditadura militar das Monarquias absolutas. Esta transformação política foi simultânea com uma modificação profunda do estado mental, que se exprime pela designação complexa de Renascença, em que a par de uma grande liberdade de espírito crítico, se liga um excessivo respeito às obras da Antiguidade clássica, objecto exclusivo da cultura do Humanismo. A Realeza imperialista favorecia essa autoridade doutrinária, que vulgarizava a teoria da *Monarquia* universal, sonho megalómano dos reis, que no século XVI tentaram remodelar por ela o equilíbrio europeu. Com a crise do Imperialismo envolveu-se o conflito do Catolicismo, favorecendo, pelo seu universalismo teocrático, as ambições de Carlos V, e pelo ressurgimento das autonomias nacionais o Protestantismo na Alemanha e na Inglaterra.

O livre espírito afastava-se das cortes, e encontrava na burguesia um meio pacífico e o estímulo para a idealização da realidade; viu-se isto no génio português, essencialmente votado ao trabalho pacífico, no qual – «actuava aquela excitação intelectual, de confiança jocunda e de audácia, que em certos séculos duplicam a potência do génio.»¹ O que se reconhece na floração helénica, observa-se em Portugal na grande época dos Quinhentistas, pela audácia individual que alarga e radica os novos descobrimentos geográficos; a intelectualidade portuguesa exerce-se influndo no Humanismo europeu, e nos trabalhos náuticos e matemáticos, no meio dos conflitos da absorção ibérica do *Castelhanismo*, coadjuvado pela acção católica por meio das hecatombes da Inquisição, e da perversão moral da Companhia de Jesus. Esta excitação intelectual, é que fez com que Portugal cooperasse no esplendor da Renascença de um modo directo, sem prever que o castelhanismo da corte preparava a extinção da nacionalidade.

O grande quadro da história geral da Europa, quer na época pré-romana, na Idade Média, e na Renascença, assenta sobre o conflito dos *homens medianos* do Sul (*Homo Asiaticus*, braquicéfalo) com os homens corpulentos do Norte (*Homo Europeus*, dolicocefalo, louro), sustentando actividade pacífica agrícola, industrial e mercantil, contra as invasões e ocupações armadas de tribos nómadas, que se uniam militarmente para a depredação. Foi o primeiro conflito, seis séculos antes da era moderna, dos Celtas corpulentos e louros contra os Lígures, destruindo as suas ligas federativas; continuaram essa corrente as tribos germânicas, que se arrojavam sobre o Ocidente apoderando-se dos destroços do Império romano, fundando a forma social militarista do Feudalismo,

¹ Croizet, *Hist. de la Litterature Grecque*, t. V, p. 384.

em que toda a dignidade residia na esterilidade de uma aristocracia guerreira e o trabalho era o estigma da inferioridade pessoal ou da servidão. Este regime Católico-feudal, assim denominado, porque a Igreja é que favoreceu os bárbaros germanos para a ocupação da Itália, da França e da Espanha, caracteriza completamente a *Idade Média*, que pode bem definir-se a fase do *Germanismo triunfante*. Sob a pressão das Monarquias absolutas e do obscurantismo católico, perdeu-se o conhecimento da cultura greco-romana; ficaram os costumes populares, entregues à sua espontânea estabilidade, constituindo os germes vitais das novas literaturas.

A Renascença foi a renovação da acção mental e social da Grécia e de Roma, em que o conflito dos homens medianos do Sul, tendo reconstituído a sua civilização, fortificados por esse espírito da ocidentalidade, submetem os povos germânicos à cultura humanista (Helenismo) e à disciplina jurídica (Romanismo). Nesta crise complicada, ficaram desconhecidos os elementos tradicionais populares, das classes servas que se tinham identificado com os lites germânicos; mas o *Romantismo*, no princípio do século XIX fez a integração destes elementos tradicionais nas manifestações estéticas do génio das modernas nacionalidades.

Quando começou a Renascença? Segundo Lange, na *História do Materialismo*, este fenómeno complexo começa no século XV, abrange todo o século XVI e prolonga-se até ao XVII, apresentando diferentes aspectos, conforme as variadas fases da demorada crise da decomposição do Regime católico-feudal. Prevaleceu o Poder real sobre a teocracia da Idade Média, e a burguesia industrial sobre o feudalismo militar; os grandes Descobrimentos marítimos dos Portugueses determinaram a actividade pacífica, normal, e o desenvolvimento da classe média, como também o conhecimento das duas literaturas clássicas fizeram do humanismo a reacção contra o dogmatismo teológico. Os eruditos da Renascença repeliram com desdém as criações medievais pela imperfeição da forma, e no seu fervor exclusivo da admiração da Antiguidade, a Renascença apresentou-se sob o aspecto *filológico* e *artístico*. Com a reacção católica ou renascença cristã, que se denominou o Protestantismo ou a Reforma, a Renascença tomou um carácter especialmente *teológico* e *crítico*. Pelas Navegações portuguesas e circundação do globo, prevaleceu a concepção astronómica do sistema planetário, preparando a corrente experimentalista, e a Renascença completa-se na sua actividade *científica* e *filosófica*. Em todas estas fases fundamentais está altamente representado o génio português. E é justamente neste século XVI, que duas fortes correntes actuaram na desnacionalização de Portugal, o *Castelhanismo* (com os casamentos reais, conduzindo à unificação ibérica, e acção católica pela Inquisição e Jesuítas), e a cultura greco-romana ou o Humanismo, coadjuvando as ambições imperialistas, e obliterando a vitalidade popular.

Os grandes descobrimentos, que tinham suscitado as extraordinárias energias de Portugal, actuaram concomitantemente na sua decadência; o novo equilíbrio dos Estados peninsulares depois da Conquista de Granada e do descobrimento da América assentou sobre a preponderância do *Castelhanismo*, que se acha aliado com a unidade católica hostil a todo o sentimento de pátria. A corrupção da nobreza, de origem castelhana, pelo ouro da Índia, e a cretinização do povo pelo terror religioso das fogueiras dos Autos de Fé, coadjuvavam o apagamento da consciência nacional. A própria cultura humanista, degenerada pela acção deletéria da pedagogia jesuítica, veio amesquinhar a capacidade estética tão característica da alma portuguesa.

Um fenómeno extraordinário, apesar de todas estas correntes depressivas, em que a nação foi envolvida pelos interesses da Casa de Áustria e pelas perturbações do equilíbrio europeu, nunca o génio português brilhou tão esplendidamente como nesse período dos Quinhentistas; todas as suas manifestações afectivas e especulativas

vigorizaram-se pela acção, e mau grado as influências sobre o meio social por via dos cruzamentos e dos conflitos de instituições que alteravam a vida do povo português, persistiu a *psicologia colectiva* desse elemento étnico, mantido pela insularidade regional, e assim pôde a poesia dramática, lírica e épica, a pintura, a música e a arquitectura serem a expressão viva do *lusismo*. O que aparecia como um paradoxo, era uma consequência natural.

§ I

A Cultura greco-romana como negação da idade Média

A brusca solução de continuidade entre o século XVI e a Idade Média, provocando a intervenção mais impetuosa do Poder temporal pela incerteza das doutrinas, das contradições e incoerências dos espíritos, revela-se nitidamente na dualidade artística, no antagonismo das duas escolas da poesia, da pintura, da arquitectura e da ourivesaria. Eram as *duas almas*, a helénica e a romântica, que somente os génios superiores da Renascença souberam conciliar. Os escritores eruditos separaram-se do povo, e nas suas academias adoptavam o latim; mas o forte desenvolvimento da burguesia actuou sobre a forma escrita das línguas vulgares, que pela ingenuidade do estilo igualavam a beleza das línguas clássicas.

No primeiro quartel do século XVI encontram-se estas duas correntes em conflito em Portugal; na cultura humanista começam a prevalecer as doutrinas de Nebrija e Aires Barbosa com as ideias dos filólogos italianos. Gil Vicente, ao criar o teatro português, em vez de imitar como os italianos a Comédia clássica plautina e aristofanesca, elabora literariamente os esboços populares do Auto, implícito nos diálogos pastoris e hieráticos da Idade Média. Sá de Miranda, como epígono da Renascença portuguesa, na sua Carta a António Pereira, Senhor de Basto (st. 33), chamava afrontosamente *Pasquinos* aos que seguindo o gosto medieval dramatizavam e punham em cena os mistérios da religião. No prólogo da sua *Comédia Estrangeiros* censura o ter-se substituído o nome de Auto ao de Comédia, consagrado pela Antiguidade, e verbera o emprego da redondilha e da rima na linguagem dramática. Ao justificar-se de preferir o nome de Comédia, ao reproduzir as formas clássicas renovadas pelos italianos, escreveu no prólogo: «já sois no cabo, e dizeis ora não mais; isto é *Auto*, e não desfazeis as carrancas; mas o que eu não fiz até agora, não queria fazer ao cabo de meus dias, que é mudar de nome. Este (de *Comédia*) me deixai por amor de minha natureza, e eu também de *vossos versos*, que são forçados *daquelas consoantes*.»

No lirismo mais se acentuava esta dupla corrente, a de Cancioneiro ou da *medida velha*, em que era empregada a redondilha, e o Petrarquismo, em verso hendecassilabo e de conceitos subjectivos. Jorge Ferreira de Vasconcelos refere-se com ironia à paixão dominante do gosto italiano, dizendo na sua *Aulegrafia*: «e hey muito grande dó de uns juízos poldros, e bem curtos de vista, que aceitam toda novidade sem juízo, a olhos, e assi me parece de vós, senhor, que por andar *com som de moderno sereis todo um Soneto*, e *condenais logo o outro verso*, sem mais respeito nem consideração.» (Fl. 165 vº).

O gosto italiano é admitido em todas as literaturas meridionais no século XVI. A *medida velha*, pela sua antiguidade, apresentava-se como nacional; o novo estilo italiano (*Dolce stil nuovo*) achava impugnadores, como se fosse uma inovação caprichosa. Prevaleceu como forma definitiva da poética moderna, porque a métrica italiana era também derivada das antigas formas provençais, e fixara os tipos estróficos

do soneto, do terceto e da sextina e oitava, dando às Canções, Elegias, Odes e outras imitações aparentes da poesia clássica, um idealismo profundo, filosófico, enfim, a expressão universal do sentimento humano. Os dois tipos fundamentais da poesia moderna provinham dos mesmos rudimentos provençais; eram, porém, separados pela preferência do gosto. Nas cortes, ou serões do paço, os improvisadores e as damas preferiam os versos de redondilha ou de Arte menor; os humanistas, os espíritos cultos preferiam o verso hendecassílabo, e diziam com desdém, como o Dr. António Ferreira, «a *antiga trova* deixo ao povo».

Nos poetas portugueses do século XVI encontram-se estes dois estilos poéticos: uns, como em Sá de Miranda, Bernardes, Caminha, resultou isso de terem começado a ver-sejar em um estilo, e terem abraçado o novo gosto italiano, desde que o conheceram; em outros, como em Camões, a sua situação entre as damas, que o provocavam aos improvisos, obrigava-o a adaptar-se à preferência delas, fazendo trovas ou redondilhas, que resgatava do desprezo dos outros poetas pela sua extrema perfeição. Lope de Vega era admirador acérrimo das Redondilhas de Camões, preferindo-as a todas as suas outras composições

do gosto italiano. Entre os poetas quinhentistas, alguns cultivaram de um modo exclusivo a lírica da *medida velha*, como Gil Vicente, Bernardim Ribeiro e Cristóvão Falcão; outros desprezavam-na em absoluto, e só reconheceram como bela a poética italiana, como o Dr. António Ferreira. Camões soube, como génio superior, conciliar os dois espíritos, que na essência eram idênticos, e ambos concorriam para a renovação estética do lirismo que acompanhava a elevação do sentimento moderno. Os belos estudos de D. Carolina Michaëlis sobre o soneto de Camões: *Sete anos de pastor Jacob servia*, e sobre o mote velho das suas redondilhas: *Justa fue mi perdicion*, pela acumulação de lugares paralelos, prestam-se para bem definir estes dois temas, correspondendo às duas formas típicas do Lirismo moderno.

As relações da corte de D. Manuel e de D. João III com a corte de Fernando e Isabel e de seu neto Carlos V, favorecendo a predilecção da língua e da poesia castelhana retardaram a influência do lirismo italiano e das suas imitações do teatro clássico. Jorge Ferreira confessa-o, quando escreve na *Aulegrafia*: «Não ha entre nós quem perdoe a uma trova portuguesa, que *muitas vezes é de vantagem das castelhanas*, que se tem aforado conosco e tomado posse do nosso ouvido.» (Acto III, sc. 9). Pelo seu lado, Garcia de Resende, como bom humanista, apontava Gil Vicente, por tomar por seu modelo as Églogas de Juan del Encina, e reconhecendo excedê-lo *com mais graça e mais doutrina*.

Camões eleva-se acima de todos os poetas quinhentistas, pela consciente harmonização da influência clássica ou italiana com as formas poéticas medievais, chegando até ao sincretismo dos mitos politeicos com as lendas cristãs na epopeia dos *Lusíadas*.

Também o gosto italiano se impõe na Architectura, na Pintura e na Ourivesaria, sem contudo triunfar definitivamente das escolas do estilo gótico. O faustoso rei D. Manuel manifestou exuberantemente a sua simpatia pelo gosto medieval architectónico, preferindo para as suas construções o *gótico florido* contra a imposição das *ordens gregas* generalizadas na Renascença, que já desde D. João II se introduzira pelo italiano André Contucci. D. Manuel, procurando apagar quanto fizera D. João II, regressou ao gótico florido, e na construção do Mosteiro dos Jerónimos, de Belém, começado em 21 de Abril de 1500, mestre Boitaca põe de parte as *ordens gregas*. João de Castilho, conforme o alvará de 23 de Setembro de 1522, conclui as abóbadas e colunas deste monumento, definindo a forma típica do *estilo manuelino* «com alguma coisa de privativo, que pertence unicamente a Portugal», como reconheceu Raczynski. Este eminente

historiador da Arte viu com clareza no *estilo manuelino*, que também aparece em Espanha, o carácter geral de uma reacção do gótico contra o estilo clássico propagado por Baltasar Peruzzi, Bramante e mesmo Rafael como arquitecto.

No *Auto da Avé-Maria*, de António Prestes, escrito por 1522, vem esboçada esta luta das duas correntes arquitectónicas, em que a Renascença renegava a Idade Média:

MESTRE: E a que veio a esta terra?

DIABO: Mostrar mi saber, mis manos;
suena allá *que lusitanos*
su gusto aora se encierra
em edificios romanos.

CAVALEIRO: Eu sou dos que estão postos
nesse gosto;
que não vi melhor composto,
hei-o por gosto dos gostos,
jamais lhe virarei rosto.

A reacção clássica na arquitectura veio a prevalecer com Francisco de Holanda (1517-1584), que se educou em Itália, e em Roma viveu na intimidade respeitosa de Miguel Angelo, na de Júlio Clóvio, Baccio Bandineili, Perino, Sebastião del Piombo, Valério de Vicence, Meliechino e o erudito Lactancio Tolomei.

Na Pintura patenteia-se o mesmo antagonismo: o *estilo gótico* é representado com todo o brilho por Grão Vasco (Vasco Fernandes) nos célebres quadros da Sé de Viseu. Desses quadros, escreve Raczynski, «neles acho o que tantas vezes tenho dito a respeito de outros quadros – *a influência flamenga e alemã*, à qual os espanhóis foram longo tempo submetidos com relação às artes no tempo de Carlos V e seus sucessores.» (*Letras*, p. 378). Pela sua Feitoria de Flandres, em relações com Alberto Durer, é que se fortificou esta corrente, vencida pela italiana mais tarde, como observa Raczynski: «na época de D. João III, entre 1530 e 1550, fez-se uma revolução completa na arte em Portugal; é a época que acentua *a passagem do género flamengo e alemão para o género italiano*» (*Ib.*, p. 176) sendo principalmente introduzido o novo estilo por Gaspar Dias, Fernando Gomes, Manuel Campelo e Francisco Vanegas (*Ib.*, p. 95). Francisco de Holanda, no seu *Diálogo da Pintura*, nem sequer citava o nome de Grão Vasco.

Na Ourivesaria, o gosto italiano impôs-se ao estilo português de Gil Vicente, primo do poeta dos Autos, e lavrante da rainha D. Leonor, mulher de D. João II; mas esta mudança do gosto foi devida aos ourives castelhanos, favorecidos pela família real. A um desses ourives vendeu Gil Vicente o seu cargo de Mestre da Balança da Casa da Moeda, a Luís Rodrigues, ourives da Infanta D. Isabel (por concessão régia de 6 de Agosto de 1517); mas Garcia de Resende, desconhecendo propositadamente o génio artístico do lavrante da Rainha, autor da Custódia feita com o primeiro ouro das páreas de Quíloa em 1502, não se peja de afirmar, na sua *Miscelônea*, a supremacia dos artistas italianos:

Ourivisis e Escritores
São mais sotis e melhores.

E chega injustamente a proclamar a mediocridade artística dos seus contemporâneos:

E vimos minas reais
D'ouro e doutros metais
No reino se descobrir;
Mas nunca vimos sair
Engenhos de oficiais.

É admirável esta similaridade do conflito do gosto em todos os ramos da Arte, separando o estilo da Renascença do espírito tradicional da Idade Média. De um tão importante fenómeno estético se deduz que esse espírito e esse estilo têm de unificar-se em uma definitiva beleza, sendo esta a característica dos grandes génios.

1º *O Castelhanismo na Corte, servindo a unificação ibérica*

No momento em que Portugal cooperava assombrosamente na corrente da Civilização moderna pela actividade incomparável da empresa dos Descobrimentos Marítimos, e pelas revelações da mentalidade, criando uma língua, literatura e arte nacional, intervindo directamente no humanismo, quando se erguiam génios e heróis em uma geração fecunda que tomou clássico esse período quinhentista, nunca mais *excedido*, deu-se ainda antes de terminar o último quartel do século XVI o cataclismo social da incorporação de Portugal como província na unidade castelhana. Foi a consequência fatal de um longo conflito entre o *Lusismo* e o *Castelhanismo*, em que se acentuara o *eterno divórcio*, estabelecido pela fatalidade do meio cosmo-lógico actuando pela influência antagónica da continentalidade e da insularidade, que tornou sempre inconciliáveis as duas raças ibérica e lusitana. Estas duas causas permanentes de diferenciação nacional, o território e a raça, explicam todos os fenómenos históricos dos equilíbrios políticos e artísticos ou morais. Considerando geograficamente a Espanha, «no centro avulta uma elevação, vasta, imponente e maciça, cujo terraço é constituído por uma larga horizontalidade: é a planura *castelhana*. Espécie de fortaleza erguida no centro da Ibéria, *dominando na sua altiva pobreza* as regiões baixas, mas férteis, que, ladeando-a, se dilatam em torno, até irem perder-se no mar... assim, o sistema geográfico das Castelas ergue-se realmente, no centro da Ibéria, como se fora uma verdadeira fortaleza, altiva, cintada de fortes muralhas, *constante ameaça. para as campinas e vales adjacentes, eternamente armada* para as tremendas lutas de destruição e de morte.»² Contrapõe-se a esta incomunicabilidade as regiões baixas e férteis que se «abrem à vida exterior pelo vasto estuário do Tejo, pela baía de Vigo ou pelos vales do Ebro e do Andaluz. Foram justamente estas regiões submetidas pela violência e por conflitos políticos à absorção da Castela, formando essas lutas o quadro da historia dos estados peninsulares.

«Se a Ibéria tem – um tom acentuado de continentalidade, e se no seio desta a planura das Castelas é uma continentalidade cerrada, a zona Asturo-Galécio-Portuguesa é, principalmente na parte em que se compreendem a Galiza e Portugal, a região mais insular da península. – Dilatando-se entre um vasto mar e a longa muralha que pelo lado do oriente garante o isolamento da planura central, esta região – toda marítima, *toda comunicabilidade*, e de alguma maneira *toda independência*, tem no seio da estrutura peninsular um cunho bem característico e definido».³

«Assim, a aragem constante, que sopra de um grande mar, tendendo a equilibrar mais ou menos as temperaturas, dá a toda a extensão da zona atlântica, que compreende

² J. A. Coelho, *Evolução das Sociedades Ibéricas*, t. I, p. 300.

³ *Ibid.*, p. 303.

a região asturiana, a Galiza e Portugal, um tom de equilíbrio, e, portanto, de insularidade, que são incontestáveis». Esta acção constante do meio manteve nas raças da península as suas diferenças antropológicas e étnicas, que se manifestam historicamente inextinguíveis.⁴ Na *Evolução geral das Sociedades ibéricas*, acham-se lucidamente fixadas essas diferenças: «na sua longa e acidentada vida histórica o espanhol (sc. o *Castelhano*) foi sempre a personificação da força improdutiva que arruína, do ódio ao trabalho que cria, do orgulho altivo que esmaga os humildes, e, como o Romano dos velhos tempos, amor e guerra com todo o seu cortejo sombrio de espoliações, violências, arbítrios, desigualdades e desprezo pelos direitos de outrem.» (*Op. cit.*, II, 238). A etnogenia lusa caracteriza-se pela sensibilidade delicada, a que vulgarmente se chamou a brandura dos costumes, resultante dos fáceis contactos da sociabilidade.

«O centro de gravidade para que tendem os produtos mentais do Lusismo é a concepção estética, isto é, uma ordem de criações mentais em que os fins e meios ditados por uma dada civilização, a luta pela vida, desceu da esfera abstracta da Razão e das formulas intangíveis para se concretizar – pela cor, pela palavra ou pela linha em emocionantes totalidades tangíveis». (*Ib.*, II, 278). Quando Portugal resistia à incorporação política castelhana, dominava pela poesia lírica na corte de Castela, nesse período trovadoresco galécio-português, em cuja língua Afonso o Sábio escrevia as suas *Cantigas de Santa Maria* e Afonso XI versificava os seus impulsos amorosos. Essa influência cruzou-se com a corrente política em que, por casamentos reais, se pretendia conseguir a unificação castelhana, começando por D. Fernando casar sua filha D. Beatriz com D. João I de Castela, circunstância que levou à revolução de Lisboa, e à consolidação da autonomia de Portugal em Aljubarrota. O regente D. Pedro, restabelecendo as relações com Castela, escrevia em castelhano, na intimidade literária com Juan de Mena, e fazia o casamento de sua sobrinha D. Isabel, filha do duque de Bragança, com D. João II de Castela. Ainda a influência galécio-portuguesa se sentia nos poetas do Cancioneiro de Baena, e o Marquês de Santillana conservava o gosto do lirismo português das Serranilhas, e D. Afonso V casava sua irmã a Infanta D. Joana com Henrique IV de Castela; e politicamente, pelo casamento com sua sobrinha a Excelente Senhora, entrara na incorporação de Castela. Nestes esforços a união de Aragão e Castela pelo casamento de Fernando com Isabel, e a conquista de Granada, deram ao Castelhanismo a acção absorvente que unificaria toda a Espanha sob a exploração do planalto central, estéril e imperialista. E ainda no esplendor da corte de Fernando e Isabel, o lirismo português era cultivado com simpatia. Menendez y Pelayo aponta o facto de Gomez Manrique escrever no antigo gosto da escola galécio-portuguesa, e em uma resposta ao poeta Álvaro de Brito empregar a língua portuguesa.⁵ A acção do *Castelhanismo* ia redobrar de intensidade; a descoberta da América por Colombo em 1492, veio dar-lhe a preponderância decisiva no equilíbrio peninsular; e o casamento da filha dos dois monarcas, a princesa D. Joana com Fernando o Formoso, introduziu na política espanhola esse espírito aristocrático militar do *Germanismo*, levado ao mais desvairado imperialismo por Carlos V, fortificado pelo Catolicismo o mais intolerante. Portugal tentou contraminar a absorção castelhana pelo casamento planeado por D. João II, do príncipe D. Afonso com Isabel, filha dos reis castelhano-

⁴ Desconhecendo todos os resultados da antropologia e da Etnologia, escrevia Amador de los Rios: «Portugal, região tomada aos Mouros *pelas armas de Castela, e povoado por colónias galegas*; reino devido à generosidade um tanto indiscreta de Afonso VI, não podia de nenhum modo renegar a sua origem, nem também quebrar em um só dia o laço das suas mais vitais tradições.» (*Hist. da Literatura Españ.*, t. VI, p. 22). Como se podem acumular tantos contra-sensos históricos sob uma erudição espessa!

⁵ *Antologia*, t. VI, p. LXXXIX.

aragoneses; passando a sucessão do trono para D. Manuel, pelo desastre que vitimou o príncipe, o novo dinasta casou com a viúva de seu sobrinho, e por morte desta com outra infanta castelhana, a fanática D. Maria.

Os descobrimentos da Índia e do Brasil vieram prestar a Portugal a razão e força da sua autonomia, no equilíbrio peninsular em que preponderava o Castelhanismo. Todo o século XVI na acção histórica de Portugal está envolvido nos planos da absorção ibérica sustentados habilmente por Carlos V; o Imperador casa com uma filha do rei D. Manuel, e este em terceiras núpcias casa com uma irmã de Carlos V, D. Leonor de Áustria. D. João III casa com outra irmã de Carlos V, a fanática O. Catarina; e o filho de Carlos V, Filipe II, casa com a princesa D. Maria, filha de D. João III. Mas o *Castelhanismo* não parecia ainda seguro, e fez-se o casamento do príncipe D. João, de Portugal, com D. Joana, filha de Carlos V, nascendo desse casamento o fantástico rei D. Sebastião, instrumento passivo dos Jesuítas, que pela sua morte torna efectiva a cláusula secreta do primeiro casamento de Filipe II.

Não eram somente os casamentos, mas as instituições castelhanas que infiltravam a ruína de Portugal, a Inquisição, a expulsão dos Judeus, os Jesuítas degradando a fidalguia, que desnacionalizavam atrozmente este pequeno povo no momento mais fecundo da sua vida histórica: «enquanto o dolícuo-louro da Europa central se demorava, pesada e lentamente, nos seus hábitos sangrentos de destruição, o Lusitano, verdadeiro pioneiro da era nova, vinha pelos seus instintos progressivos, génio de aventura e sociabilidade pacífica, inaugurar essa grande vida moderna que faz do amor á agricultura, ao comércio e à navegação o maior dos seus dogmas – e isto numa apertada zona peninsular e mesmo á beira dessa famosa e alta planura da Ibéria, onde o *Castelhanismo...* foi irredutível guerreiro.» (*Ib.*, p. 239). Pelo seu sentimento poético e espírito de aventura, o Lusismo penetrou como ideia a tenacidade dominadora do Castelhanismo, que tratou sempre de comprimir materialmente esta pequena nacionalidade: «é *lusa* e bem *lusa* a ideia, levada definitivamente á pratica, de uma *navegação atlântica, científica, sistematicamente realizada*, e tendo por objectivo – numa primeira fase devassar os mistérios do Oceano, e numa segunda, relacionar o Levante e o Ocidente, e portanto, substituir por uma nova linha de comunicabilidade de caracter *atlântico* a simples artéria de caracter *mediterrâneo* que se alargava, passando pelos desertos, desde o Indus às Colunas de Hércules. Esta concepção, verdadeiramente nova, de caracter aventureiro e essencialmente marítimo, nunca poderia sair do cérebro de um castelhano, pois estava *isolado* na cerrada continentalidade do seu planalto... Na Península, só a podia criar Lusitano, por que ocupava uma situação verdadeiramente *insular...*, franca e largamente *atlântica...* Por isso, apesar da América ter sido descoberta por um homem de génio *ao serviço de Castela*, não foi do cérebro do Castelhano que despontou essa ideia;... criada sob a influencia da *alma lusa*, levaram-lha de fora, encontrou mesmo por parte do genio castelhano dura e intransigente opposição e, francamente aceita, só o foi por uma mulher superior – a grande Isabel, a qual, bineta do grande Mestre de Avis, era de alguma maneira a nobre e digna representante do génio *lusitano* em terras de Castela.» (*Ib.*, p. 518). «Entre o Lusismo todo *produtivo*, e o Castelhanismo todo *destrutivo*, houve, através da historia, uma troca de invasões: o Lusismo, na sua expansão, dilatou pela mão de um homem de génio perfeitamente *lusitanizado* para a esfera do Castelhanismo o seu grande ideal das descobertas marítimas, impôs-lhas, e se não pôde conquistar Castela no terreno do predomínio político, subjugou-lhe num dado momento historico a alma, atirando-a para as aventuras pacíficas e produtivas das descobertas, tão fora do seu ideal colectivo; o Castelhanismo, ao expandir-se deu, pelo contrario, ao Lusismo os mais característicos produtos do seu génio destrutivo, isto é, esses elementos que se chamaram Perseguições das mais

laboriosas raças produtoras da Ibéria, a *inquisição*, que era um instrumento de destruição, os *Terços*, que eram o próprio génio guerreiro em acção, os *Jesuítas*, que representavam a luta incruenta, mas retrograda, na esfera espiritual, tudo em suma quanto podia simbolizar a potência destruidora da guerra.» (*Ib.*, p. 588).

«Depois desta memorável expansão em que o génio do Lusitano se patenteia em toda a plenitude, vieram, é certo, o *Jesuíta*, a *Inquisição*, e a *perseguição ao Judeu*, a corte monacal de um D. João III, a opressão dos Filipes, e a longa decadência brigantina; mas tudo isso é – Castelhanismo, que desencadeando-se do planalto central sobre a zona lusitana, vai abafando lentamente a brilhante, mas pura e resistente Civilização portuguesa, – asfixiando-a primeiro sob o peso da sua mentalidade e mais tarde, perdida a própria independência política, da sua tirania.» (*Ib.*, p. 248). E completando o quadro da supremacia do Castelhanismo na civilização peninsular, realizando a unidade ibérica, expõe o sábio pedagogo: «para Castela, o máximo da grandeza coincide com o reinado de Filipe II; e este rei é, pelo seu despotismo, espírito de conquista e fanatismo sombrio, a mais elevada síntese do espírito de destruição, isto é, a mais genuína e pura encarnação do *Castelhanismo*. A Espanha só é verdadeiramente grande no momento em que a Dinastia Austríaca – consequência fatal do meio – havendo esmagado as massas produtoras e posto ao seu serviço a nobreza turbulenta, ameaça destruir toda a liberdade do pensamento no mundo interior das consciências e todo o trabalho pacífico no mundo exterior da actividade produtiva; antes, lutando contra os elementos opostos á natureza do seu génio e vencendo-os, apenas se organiza para o combate...» (*Ib.*, p. 250). Embora no fim do século XVI a extinção da nacionalidade portuguesa fosse o êxito triunfal do Castelhanismo, essa geração dos Quinhentistas manteve o espírito da nacionalidade dando as mais belas expressões estéticas do génio luso na Literatura, na pintura, na arquitectura, em todas as manifestações de uma psicologia colectiva, resultante da persistência etnogenética.

O maior século da história, o século XVI, é o momento da mais fecunda actividade da Literatura portuguesa: a Língua nacional fixa-se pelo estabelecimento da disciplina gramatical, e na forma escrita presta-se à expressão da História, à idealização da Epopeia e do mais comovente Lirismo, em que as altas e preponderantes individualidades sintetizam a consciência cívica. Esta literatura viva inspira-se no génio popular em Gil Vicente, criando originalmente o teatro como órgão da opinião pública; inicia a incomparável poesia de amor nas églogas de Bernardim Ribeiro, nunca excedida em todas as literaturas românicas; e como existisse uma causa orgânica para esta intensidade da vida nacional – os grandes Descobrimentos – a suprema concepção estética de Camões soube determinar esse feito nunca feito na poesia dos *Lusíadas*, que a Europa consagrou como a Epopeia da Civilização moderna.

Os Descobrimentos portugueses vieram dar a comprovação concreta e verificável do Sistema do mundo matematicamente demonstrado por Copérnico; daí provieram consequências fundamentais que determinaram essa extraordinária época da Renascença: o regresso à Natureza pelo estudos dos seus fenómenos físicos, e o prevalecimento do espírito científico ou a segurança das verdades *racionais* contra o domínio das verdades convencionais da Igreja e da velha erudição autoritária. O efeito moral manifestou-se pela necessidade de uma nova síntese da consciência procurando a convicção fora da credulidade; daí a tremenda crise religiosa e social do Protestantismo, e da livre crítica continuando a actividade *científica* da Grécia, renovando os estudos da Matemática e da Astronomia. Fortes impulsos progressivos convulsionavam a Europa, e as novas nacionalidades, formadas na Idade Média, procuravam nas suas agitações um novo equilíbrio político.

Portugal achou-se envolvido nestas correntes violentas, entregue à inconsciência

e mesquinho egoísmo dos seus chefes temporais. Enquanto numa conspiração latente os reis D. Manuel e D. João III preparam a ruína da nacionalidade portuguesa, o século XVI abrange o quadro incomparável da civilização de um povo, realizada pelo esforço das mais surpreendentes individualidades e altos caracteres. Basta percorrer a série dos seus grandes homens: nas Navegações – Zarco, Gil Eanes, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e Fernão de Magalhães; na acção militar das conquistas – Afonso de Albuquerque, D. Francisco de Almeida, D. João de Castro, Duarte Pacheco; historiadores – João de Barros, Damião de Góis, Gaspar Correia, Castanheda, Diogo do Couto; Poetas – Sá de Miranda, Bernardim Ribeiro, Camões, Cristóvão Falcão, Bernardes, Ferreira; Artistas – João de Castilho, Nuno Gonçalves, Grão Vasco, Gil Vicente, os Holandas; Sábios – D. Francisco de Melo, Dr. Garcia de Orta, Pedro Nunes – Humanistas – Aires Barbosa, André de Resende, André de Gouveia, Diogo de Gouveia, António de Gouveia, Diogo de Paiva, Jerónimo Cardoso, Inácio de Moraes; Políticos – os Alcáçovas Carneiro; Teólogos e místicos – Diogo de Paiva de Andrade, Frei Tomé de Jesus, D. Jerónimo Osório; viajantes, como Fernão Mendes Pinto, Duarte Barbosa, Gaspar Barreiros.

Apesar de tamanha florescência de individualidades que dignificariam muitos Plutarcos, a nação portuguesa achou-se subitamente envolvida nas ambições unitaristas do *Castelhanismo*, no contrato de casamento da princesa D. Maria com o príncipe que foi Filipe II, que em 1580 era reconhecido pelos Governadores do reino como soberano legítimo de Portugal. Como se operou este cataclismo da gloriosa nacionalidade, muito antes de terminar o último quartel do século XVI? Pelo fenómeno da incorporação dos estados peninsulares na unidade de Castela determinada pelos Descobrimentos marítimos: Aragão e Castela, tendo absorvido as outras monarquias da Idade Média, acharam-se em presença uma da outra nos conflitos de unificação ibérica. Qual delas predominaria? O casamento de Isabel de Castela com Fernando de Aragão deu uma solução provisória à unificação ambicionada; mas tudo conduzia para a supremacia de Aragão pelos seus portos do Mediterrâneo e actividade marítima. A conquista de Granada e expulsão completa do domínio sarraceno da Espanha, coadjuvava a importância de Castela, que pelo facto imprevisível do descobrimento de Colombo em 1492, suplantou a superioridade marítima de Aragão. O *Castelhanismo* tornou-se a expressão material da antiga unidade ibérica (romana, germânica e árabe); Portugal teria de ser absorvido nesse exaltado imperialismo inevitavelmente. Os descobrimentos marítimos de Vasco da Gama em 1498 e de Pedro Álvares Cabral em 1500, sustentaram a independência de Portugal ameaçada pelo Castelhanismo. Mas um novo facto veio dar disciplina política à corrente do Castelhanismo; as ideias do imperialismo *germânico* introduzidas no governo castelhano por Filipe o Formoso e por seu filho Carlos V, exploraram os casamentos da família reinante de Espanha com a de Portugal, fracassando com a morte do príncipe

D. Afonso, mas avançando com os casamentos de D. Manuel, de D. João III, de Carlos V e de Filipe II, com princesas *castelhanas* e portuguesas, preparando por contratos antenupciais e juramentos de direitos a não remota incorporação de Portugal. Ao *Castelhanismo* veio ligar-se um outro factor, que iria actuar nas consciências burguesas: o *Catolicismo*, exaltado pela expulsão dos árabes depois da conquista de Granada, e servido por Carlos V para obter o apoio do poder pontifical, abandonando os interesses da nascente nacionalidade alemã, encontrou na Casa de Áustria em Espanha todo o incondicional apoio para cimentar a intolerância religiosa. Assim com os casamentos *castelhanos* de D. Manuel foi condição prévia a expulsão dos Judeus de Portugal, ferindo então de morte a nossa exploração colonial e mercantil. Pelo casamento castelhano de D. João III, o fanatismo deste monarca estabelece em 1536 a

Inquisição em Portugal, sugerida por Carlos V como o revelam os Núncios Capoferatto e Lippomani; ainda não lhe bastando o terror das fogueiras inquisitoriais, dá fundamento à nova ordem da *Companhia de Jesus*, em 1542, à qual entrega a direcção espiritual de toda a corte e o exclusivo do ensino das humanidades. É essa acção pedagógica dos Jesuítas que ataca a inteligência nacional por um humanismo banal, apagando pela forma mais degradada o italianismo da Renascença, que Sá de Miranda introduzira na Poesia e que Resende e os Gouveias tanto elevaram no ensino. Os homens de letras aparecem denunciados e perseguidos pela Inquisição; e as obras dos escritores portugueses são deturpadas pela censura eclesiástica e condenadas nos índices Expurgatórios organizados pelos Jesuítas. O *Castelhanismo* impõe-se como língua da literatura nacional em vez da portuguesa, que pouco a pouco é abandonada. Várias causas favoreciam o uso exclusivo do *castelhano* em vez do português. A poesia, cujo foco principal era a corte, escrevia-se geralmente em castelhano para comprazer com as rainhas e seus séquitos. Gil Vicente fez um grande número dos seus Autos em castelhano; Sá de Miranda, Camões, Bernardes, D. Manuel de Portugal, Duarte Dias, Jerónimo Corte Real, Falcão de Resende, Jorge de Montemor, Gregório Silvestre, Simão Machado, escreveram em castelhano, e alguns de um modo exclusivo. Os homens de ciência preferiam o castelhano pelo seu grande público; assim Pedro Nunes, os médicos e Judeus portugueses, mesmo os escritores místicos achavam-se mais lidos nessa língua, em que alguns portugueses se tornaram clássicos espanhóis.⁶

Assim desnaturados intelectualmente, a conquista completa dos espíritos pelo *Castelhanismo* realizou-se desde que Filipe II foi reconhecido pela reacção religiosa como Chefe da *Santa Liga* contra o Protestantismo. Essa importância nas lutas religiosas é que lhe submeteu muitas das honradas consciências portuguesas. O espírito nacional apenas subsistiu nos Quinhentistas, que deram uma expressão inextinguível ao seu *ethos*.

O valioso documento literário compilado por Garcia de Resende contendo composições poéticas de 286 autores, compreende a melhor parte dos anos do reinado de D. Manuel. em que se passaram – os Serões de Portugal, tão falados no mundo, como o confessava Sá de Miranda com saudade.

O *Cancioneiro geral* foi publicado em 1516, tendo sido terminada a sua impressão em 18 de Setembro por Herman de Campos; aí se encontram poetas que floresceram na corte manuelina e que empregaram a língua castelhana, tais como o Conde de Vimioso (fl. 83), o Coudel-mor, Álvaro de Brito, Duarte de Brito, D. João Manuel, D. João de Meneses, Diogo Brandão, Luiz Anriques. Glosando também cantigas castelhanas, aí figura o Dr. Francisco de Sá (Miranda); era Jorge Manrique o preferido nesta sua iniciação poética (fl. 109). Duarte de Resende também imitava a forma das Copias da *alma dormida* (fl. 199). Garcia de Resende glosava em castelhano o romance subjectivo de *Tiempo bueno* (fl. 217). No *Cancioneiro geral* encontram-se muitos motes e voltas tirados de cantigas castelhanas, e citada a autoridade de Juan de Mena e de Rodriguez dei Padron.

A Livraria real de D. Manuel e a da rainha D. Catarina, mulher de D. João III, constavam de grande número de obras da literatura castelhana. No *Livro da Receita das Jóias e Vestidos* do rei D. Manuel, de 1522, acham-se inventariados 96 livros; apontaremos somente os castelhanos: «It. Huü livro das *Sergas d'Esplandian*. – It. Outro livro da *Coronyca Troyana*. – It. Huü livro de *Frorisando* e *Amadis de Gaula*. – It. Outro livro, da *Arte* de Lebryxa.⁷

⁶ O *Catalogo Razonado de los Autores Portugueses que Escribieron en Castellano* pelo Dr. Garcia Perez, é um valioso subsídio para este estudo.

⁷ Dr. Sousa Viterbo, *A Livraria Real Especialmente no Reinado de D. Manuel*, p. 11 a 23.

Na Livraria da rainha D. Catarina, aponta-se a tradução castelhana de *Los Nueve de la Fama* por António Rodrigues Portugal; *Las Trecientas* de Juan de Mena, e o *Cancioneiro* de Juan del Encina; D. Jorge de Manrique com *Recuerd el alma dormida*, com glosa; o *Cancioneiro castelhana*; *Coronyca Troyana* e *Coronica de España*; *Cronica del Rei D. Rodrigo*⁸; os *Proverbios* do Marquês de Santillana, e a Sátira de *Mingo Rivulgo* com glosa. Destacamos ainda: Um *Livro de Trovas*⁹ e *Comedia de Poncia*, escrita em pergaminho, que são o Cancioneiro do Marquês de Santillana, e o poemeto em 120 oitavas intitulado *Comedieta de Ponza*, espécie de visão dantesca em que celebrava o combate naval junto da ilha de Ponza em 1435. Este livro pertencera ao Condestável D. Pedro, que o imitara na sua *Satira de infelice vida*.

À excepção de Bernardim Ribeiro, Dr. António Ferreira, Frei Agostinho da Cruz e Jorge Ferreira de Vasconcelos, todos os poetas quinhentistas foram *bilingues*. Muitas vezes os escritores, depois de uma redacção portuguesa, transformavam a sua obra reelaborando-a em *castelhana*; assim fez o Condestável de Portugal com a sua *Satira de felice e infelice vida*, como ele próprio confessa: «Que traydo el texto à la deseada fin é parte de las glosas en lengua portugueza acabadas, quise todo transformar é lo que restaba acabar en este *castellano idyoma*.» Com a trilogia das *Barca do inferno* e do *Purgatório* e da *Glória*, representadas em 1517, 1518 e 1519, deu-se o fenómeno de Gil Vicente transformá-las na *Tragicomedia alegorica del Paraiso e del Infierno*, com mais beleza, impressa em 1539 em Burgos. Também acontecia, que sob a forma castelhana, transparecia iniludivelmente a sensibilidade e suave ternura portuguesa, como se reconheceu na *Diana* de Jorge de Montemor, sendo este o critério com que o fervoroso castelhanista Menendez y Pelayo autentica o *lusismo* do *Amadis de Gaula*. No parecer da Academia de História de Madrid, sobre o *Catálogo razonado* de Autores Portugueses que escreveram em castelhana, para que essa obra se imprimisse como de interesse nacional, nota-se este fenómeno dos escritores *bilingues*, resvalando para a boçalidade: «o curioso fenómeno, que apresenta a Literatura portuguesa expressando-se em *castelhana* naqueles períodos em que, ao parecer, foram os ódios políticos mais veementes; sinal indubitável que foram postigos e como que impostos por interesses bastardos e transitórios».¹⁰ E desconhecendo em absoluto os caracteres antropológicos e étnicos, que separam as duas nacionalidades hispânicas, avança a estupenda afirmação: «a unidade de raça, de pensamento e de linguagem da Península ibérica, unidade que, se no campo dos factos históricos tem contraditores, nesta esfera puríssima intelectual e moral impõe-se incontestavelmente como obra da própria natureza, que em um molde único e só formou a região em que espanhóis e portugueses habitamos.»

A esta afirmação vagabunda, contrapõe-se a observação de Moret, no seu discurso no Ateneu de Madrid sobre a Revolução de 5 de Outubro, de 1910: «na Espanha não existe um tipo senão em conjunto. Aqui há Vascos, Castelhanos, Catalães, Levantinos, etc. O que não há, é verdadeiramente um tipo espanhol.» Apontando o preconceito da união moral dos dois povos, reconhece essa ilusão: «Por motivos da vizinhança, de simpatia e de comunidade histórica, parece-nos que não estamos tão divorciados como se julga.» Ele pressente a diferenciação do tipo Galécio-asturiano, que ainda conserva a pureza antropológica do tipo *lusos*, notando: «É possível que as

⁸ Manuscrito anónimo, onde se aglomeraram as Tradições da Torre ou Cova encantada de Toledo, os amores da Cava e a penitência do Rei D. Rodrigo.

⁹ Seria este *Livro de Trovas* o Cancioneiro de Fr. Inigo Mendoza, reunido à obra do Marquês de Santillana, que também se chamava D. Inigo de Mendoza.

¹⁰ Desfaz este asserto, uma carta de Lope de Vega (na *Filomena*, Carta 9ª, a D. Juan de Arguijo, p. 188, ed. Barcelona, 1621), em que traz estas palavras de um português: «Dois favores devo a Deus, o *não ter nascido idiota*, nem *castelhana*.»

províncias do norte tenham alguma semelhança com as províncias espanholas suas vizinhas; ...» Essas semelhanças sobrevivem no lirismo dos nossos Cancioneiros trovadorescos, e na resistência do *ethos* luso prevalecendo através das crustas do *Castelhanismo*: na poesia dramática de Gil Vicente, na sentimentalidade do lirismo de Sá de Miranda, de Camões e de Bernardes, na paixão intensa mas terna do *Amadis de Gaula* de Vasco de Lobeira, e da *Diana* de Jorge de Montemor; aparecendo de um modo surpreendente na pintura, como se verifica na tonalidade e na sobriedade das cores em Afonso Sanches Coelho, e em Velazquez, destacando-se do esplendor da pintura castelhana na sua grande época histórica de Murillo, Zurbaran, Ribera, Alonso Cano, Morales.

Se o Castelhanismo pôde, em esforço secular pela perversão religiosa, habilidade política e violência material dominar a Nacionalidade portuguesa, a sua Literatura nesses períodos bilingues, deu expressão ao génio da raça, ao *ethos* da sua psicologia colectiva, subsistiu pela ideia, e pela ideia revivesceu e ressurgiu como um povo livre. Por isto ficaram modelares os Quinhentistas, deixando-nos a luz para os compreender e imitar.

A transição da Idade Média para a época da Renascença não se operou pela renovação da cultura clássica, simplesmente, mas pela acção, agitando a ascética apatia da disciplina contemplativa da Igreja, pelas expedições marítimas e Descobrimentos geográficos, e pela livre crítica apoiada nas observações astronómicas. Portugal, ao iniciar-se o século XVI, suscitava pelos seus descobrimentos a actividade das nações modernas e por esse estímulo criava também as formas artísticas para exprimir o ideal épico. Escreve Schuré: «Quando a necessidade da *acção*, de renascimento chega a um certo grau de intensidade, não pode exprimir-se em poesia senão sob a *forma dramática*. A arte completa e soberanamente persuasiva não é a que anima a tela, o mármore ou o livro; quando ela se apodera de todas as fibras do homem, *impele-o a representar o que imagina*.»¹¹ Foi esta a situação de Gil Vicente, criando na entrada do século o Teatro português e a literatura dramática; os seus Autos podem equiparar-se às Comédias de Aristófanes, pois em ambos estes génios termina a *Arte viva* e começa a *literatura*. As Danças e as Canções dialogadas, os Colóquios e Exórdios (*Cris-autos*) que eram Arte viva nas festas populares, das *Maias*, *La pinhas*, *Reisadas* e *Mouriscadas* (Entrada do Verão e Saída do Inverno), Estreias das Sestas e Cerração da Velha, encontraram em Gil Vicente o génio que soube dar-lhes forma literária com que fundou o teatro nacional, rico dos seus tipos e dos aspectos sociais da sua época. Os seus Autos, Farsas e Tragicomédias são completos pela integração das formas da poesia lírica, das melodias e bailados *imitando os da serra*, e em que ele mesmo como poeta, músico e actor, suscitado pelos contrastes entre a corte e a vida nacional, dá às suas sátiras e ao realismo dos costumes a *verdade* que se identifica com o belo. Em Gil Vicente acha-se a plena revelação da psicologia colectiva, o sentimento do *lusismo* e a consciência nacional, embora ladeado das duas poderosas influências desnacionalizadoras, o *Castelhanismo*, imposto pela vida palaciana para linguagem dos seus Autos¹², e o Humanismo dos poetas e eruditos da escola italiana, que em segunda mão só admirava as belezas da Antiguidade clássica. Tal é a sua energia orgânica, a vitalidade do meio provinciano em que nasceu e foi criado, e a poesia das tradições que o inspiram, que ele, como poeta lírico soube continuar as formas galaico-portuguesas das Serranilhas da época trovadoresca, e sem conhecer as Comédias aristofanescas, adivinhou-lhes a sua forma,

¹¹ *Le Drame Musical*, p. 99.

¹² Dos 42 Autos de Gil Vicente, são escritos em *castelhano* 10; em *castelhano* e português, 15, bilingues; em português inteiramente, 17. Nenhum escritor apresenta, como eles a expressão mais completa da nacionalidade em todos os seus aspectos.

excedendo os comediógrafos italianos da Renascença, com que os nossos *homens de bom saber* o pretenderam amesquinhar, e deu nas suas Tragicomédias o tipo da *Comédia famosa* ao Teatro espanhol.

A) GIL VICENTE E A CRIAÇÃO DO TEATRO NACIONAL

A vida pública na Idade Média começou nas Catedrais, onde o povo fazia as eleições e os contratos, as revoltas pela liberdade, e se fortificava pela unanimidade dos sentimentos; o teatro foi uma consequência da vida pública, ligando-se às formas ritualísticas das festas do Natal, Reis e Páscoa, e transitando da sua origem na Basílica para a paródia da vida civil nas comédias de *Basoche*, até chegar a exprimir as audácias da opinião popular. Quando no século XVI, se desenvolve a vida burguesa e mercantil, pelas condições dos descobrimentos marítimos, simultaneamente criou Gil Vicente a forma dramática na Literatura portuguesa, como um órgão espontâneo da opinião pública, lutando nas suas farsas e autos pela liberdade de consciência, suprimida pelo estabelecimento da Inquisição, pouco antes da sua morte. A obra genial de Gil Vicente, a mais organicamente inspirada pelo sentimento nacional, ficou esquecida e desconhecida, conjuntamente com a decadência de Portugal conseguida pela sua desnacionalização. Aí por 1805 é que o erudito Bouterweck deu notícia na sua História da Literatura espanhola da existência de um exemplar das Obras de Gil Vicente na Biblioteca da Universidade de Gothingen, da qual saiu a cópia para as edições modernas. A naturalidade do poeta chegou a ser ignorada pela terra que além da nobilitação de ter sido pátria de tal vulto, por esse facto melhor explicava as características do seu génio. Nas *Memórias ressuscitadas da antiga Guimarães*, enumera o P.^o Torquato Peixoto de Azevedo, entre as celebridades locais rebuscadas entre frades e fidalgos, nomes insignificativos, faltando aí os de Gil Vicente *poeta* e Gil Vicente *ourives*, que ainda pela depressão intelectual do país permaneceram esquecidos até à época do Romantismo.

1º *Naturalidade de Gil Vicente – O burgo de Guimarães*. – Quando a *Terra Portucalense* ainda não tinha um centro em que apoiasse a sua autonomia, separando-a da incorporação no Condado da Galiza, Guimarães tomou-se a capital do novo estado político, enquanto a ocupação dos territórios conquistados do Douro até Coimbra, Santarém e Lisboa, não impunha uma localização convergente em harmonia com o desenvolvimento da nacionalidade. Guimarães, que fora sede de uma corte, em que floresceu o lirismo trovadoresco desabrochando das formas nativas das cantigas populares¹³, era organicamente um burgo ou povoação formada, junto do castelo de São Mamede e da Catedral ou colegiada da Oliveira, com independência eclesiástica do Arcebispado de Braga e de toda a jurisdição senhorial. Foi aqui neste burgo-concelho, que se criou uma população mais industrial e mercantil do que agrícola, dando estes misteres aos seus íncolas hábitos de independência, de comodidades domésticas, contrapondo-se ao orgulho e sumptuosidade dos senhores. Herculano, definindo este tipo social, conclui: «Assim o burguês é na primeira época da nossa historia o tipo mais completo da classe média, que hoje habita os grandes centros de população, e que vive principalmente do trafico e dos misteres, que representa os progressos da civilização material.»¹⁴ Entre essas indústrias locais, cuja tradição se conserva ainda, como a dos tecidos de linho, a dos couros, cutelaria e ourivesaria, umas eram favorecidas pela concorrência das feiras minhotas, outras pela sumptuária, provocada pela frequência das

¹³ Recapitulação – *Idade Média*, p. 172.

¹⁴ *Hist. de Portugal*, IV, 25.

romagens ao santuário da Senhora da Oliveira. Neste meio burguês, é que pelo meado do século XV floresceu a família de Gil Vicente no seu mister de ourivesaria. Pelos dados genealógicos de acordo com documentos oficiais estabelecem-se as biografias desses dois extraordinários génios estéticos, os homónimos historicamente e moralmente inseparáveis, o autor da *Custódia* dos Jerónimos, a idealização religiosa dos Descobrimentos, e o fundador do teatro nacional.

Estas duas formas de arte inspiradas pelo espírito medieval aparecem na sua potente originalidade em antagonismo com a nova corrente do gosto da Renascença. Gil Vicente, poeta, o que deu forma literária aos rudimentos populares do teatro mediéxico, sustentou a tradição na luta contra *os homens de bom saber*, os eruditos humanistas, que com as imitações da Comédia clássica pretendiam amesquinhar a originalidade dos seus Autos. Igual antagonismo encontra Gil Vicente, ourives, nos que, como Garcia de Resende, proclamavam a supremacia dos ourives italianos. Uma mesma fase da história da Arte portuguesa, aproximando estas duas altas individualidades, impõe à crítica o esclarecer o facto da sua *homonímia*, que não preocupou a sociedade em que brilharam. Os documentos genealógicos dos linhagistas dos séculos XVI e XVII, oferecem elementos importantes, que nas suas confusões se corrigem pelos documentos oficiais, determinando factos irrefragáveis que destrinçam as duas individualidades, cujas famílias se ligaram entre si por casamentos. Além da mútua interpretação e conciliação, importa subordiná-los aos dados autobiográficos esparsos nos monumentos literários.

Eis como as duas individualidades nitidamente se diferenciam do seu comum tronco genealógico, o avô *Gil Fernandes*, ourives de Guimarães, que ainda em 1485 trabalhava pela sua arte; do seu casamento com Joana Vicente, houve três filhos:

- Luís Vicente, também ourives, pai do celebrado *lavrante* da rainha D. Leonor.
- Martim Vicente, pratives, pai do afamado poeta dos Autos.
- Vicente Afonso, curtidor.

Interessa-nos imediatamente a genealogia do poeta; lê-se na *Pedatura lusitana* de Cristóvão Alão de Morais, sob o título DOS VICENTES: «*Martim Vicente foi um homem natural de Guimarães; dizem que era Ourives de prata; não podemos saber com quem casou; só se sabe de certo que teve a Gil Vicente.*»

E em sucessão, acrescenta:

«GIL VICENTE, filho único deste Martim Vicente, foi um homem discreto e galante, e por tal sempre muito estimado dos príncipes e senhores do seu tempo. Foi o que fez os Autos, que em seu nome se imprimiram, e que por sua muita graça foram sempre celebrados, pelos melhores que se fizeram naquele género. Está sepultado em Évora. Casou com... de Almeida, filha de... de quem houve, etc.»

Pelo epitáfio que escreveu o poeta para a sepultura de sua mulher sabe-se que se chamava *Branca Bezerra*, dos Almeidas de Torres Vedras. Houve o poeta os seguintes filhos:

– *Paula Vicente*, tangedora e moça da Câmara da Infanta D. Maria, em 1543; teve o privilégio das Obras de seu pai em 1561.

– *Luís Vicente*, que foi moço da Câmara do Príncipe D. João, em 1552, passando pela prematura morte deste para igual serviço do rei em 1555; publicou em 1562 as Obras de seu pai que deixara dedicadas a D. João III; em 1567 é ainda referido o seu nome no lançamento de uma contribuição sobre os habitantes de Lisboa.

– *D. Valéria Borges*, para a qual houve promessa de 11 de Julho de 1552 de um provimento em favor de quem casar com ela. Em 1553 casa com Pedro Machado, moço da Câmara de el-rei, do qual enviuvou depois, casando em segundas núpcias por 1557 com D. António de Meneses, de quem teve entre os numerosos filhos D. Beatriz de Meneses, em quem sua tia *Paula Vicente* renunciou uma tença de 12\$000 réis para se

meter freira.

– *Martim Vicente*, «que serviu bem na índia, onde morreu solteiro». (*Pedatura*). Daqui a lenda malévol, de que o pai o afastara pela rivalidade do seu talento.

Pode fixar-se com segurança a data do nascimento de Gil Vicente em 1470; na *Floresta de Enganos*, que tem a rubrica – a derradeira que escreveu em seus dias – em 1536, traz a referência no verso: «Já fiz os *sessenta e seis*.» Todos os críticos interpretam igualmente o sentido autobiográfico. Passou-se a sua mocidade em Guimarães, recebendo a cultura do *Trivium* (Gramática, Lógica e Retórica) nas Escolas da Colegiada da Oliveira, dirigidas pelo *Cabiscol* ou o Cónego docente. Escritores vimaranenses, que conhecem esse meio étnico, explicam pela sua intuição especial o carácter artístico do seu conterrâneo:

«Deve ter sido de superior alcance para os destinos de Gil Vicente, passar a mocidade em Guimarães, no centro mais nacional do país a recolher na mente os ecos das maviosas serranilhas do Minho, e a entesourar o ouro mais puro das fecundas tradições populares, habilitando-se, de tal guisa, a ser mais tarde, pelo guindado alor do seu génio, uma síntese rigorosa e translúcida da raça e da época.»¹⁵ Também Malheiro Dias, no estudo *Gil Vicente – Algumas determinantes do seu génio literário*, põe em evidência a influência da sua naturalidade: «Não é raro encontrar na obra de Gil Vicente reminiscências de trovas e cadencias galegas. As suas mulheres têm especial encanto e por vezes até a ingénua alegria, que não é fácil nas populações de Lisboa, encurraladas nas moradias do resalto, e telhado flamengo das vielas de Alfama, enlaçadas pelas muralhas de D. Fernando. Há nele, de tempos a tempos exuberâncias líricas e bucolismos da vida pastoril, que deixam adivinhar longínquas evocações de uma outra existência antenor, onde as mulheres fossem viçosas, os horizontes verdes, o céu mais claro, mais fresca a terra e mais suave a vida... E afigura-se-me que é ainda e sempre Guimarães, que o poeta, exilado na corte, evoca com as suas torres vetustas, as muralhas de D. Dinis, a serra de Santa Catarina, as aulas claustrais da Colegiada, os seus riachos, onde as moças vão lavar, as suas procissões e festas sacras, as suas veigas onde pascem os rebanhos, e as adufas por onde espreitam os olhos negros das mulheres...»¹⁶

«Não se podem mesmo filiar na existência da corte os caracteres populares da sua obra, o seu culto pela natureza, a sua singular penetração da vida simples, o perfume da rusticidade de algumas das suas composições, o encanto silvestre das suas mulheres, a sua como nostalgia dos horizontes verdejantes, que só em Torres Vedras serenava, pela identificação, ainda que vaga, com o panorama que rodeia Guimarães.» (*Id.*). «Não foi na corte nem na Universidade, que ele apreendeu a sentir a alma popular e lhe compreendeu as aspirações sussurrantes. – Pelo contrario, Guimarães, com essa autonomia quase suserana com que a privilegiaram os Forais e provisões de D. Dinis, D. Pedro I, D. Fernando, D. João I, D. Afonso V e D. João II, e onde as classes proletárias dominavam como sendo os elementos mais fortes do seu florescente progresso, feito a um tempo de actividade industrial e prestígio religioso, explica largamente, no filho do ourives esse feitio natural de independente, que a educação filosófica veio ainda nele avigorar.» (*Ib.*).

A vinda de Gil Vicente para Lisboa frequentar os estudos da Universidade, mostra a sua cultura preparatória e talento precoce, que os recursos da família auxiliaram. Em Lisboa trabalhava Gil Vicente ourives, lavrante da Rainha D. Leonor, encarregado das jóias e baixelas para o casamento do príncipe D. Afonso. Seria esse o móvel que levaria a chamar para Lisboa o extraordinário lavrante? A época em que colocamos a saída de Gil Vicente, poeta, de Guimarães, calculamo-la por ocasião da

¹⁵ *Revista de Guimarães*, vol. XIX, fl. 72 (Pinceladas biográficas, do P.^o A. Hermano).

¹⁶ *Rev. de Guimarães*, p. 66.

peste que aí grassava em 1489, combinando esta data com a do curso da Universidade de Lisboa; assiste em 1491 às festas do casamento do Príncipe, e achando-se habilitado já em 1493 para Mestre de Retórica de D. Manuel, herdeiro presuntivo do trono. Os nomes de Luís e de Paula dados, mais tarde, a seus filhos, homenagem ao pai de Gil Vicente ourives, e a uma sua irmã, também nos revelam que assim confessava o reconhecimento ao apoio que lhe devera para a sua entrada na corte e aproximação deste espírito superior que foi a rainha D. Leonor, que soube avaliar o seu talento incomparável.

A rainha D. Leonor pertence ao grupo das gloriosas soberanas que no fim do século XV representaram os últimos esplendores da Idade Média. Teve acção directa sobre os grandes Descobrimientos geográficos como a sua contemporânea a rainha Isabel, e como Ana de Bretanha influenciou na manifestação dos génios artísticos, como se vê pela influência que exerceu estimulando os trabalhos de Ourivesaria do seu lavrante Gil Vicente, e sugerindo a Gil Vicente, o poeta, mestre de Retórica de D. Manuel, a criação do teatro português. Podia-se fazer um paralelo completo, com a sua contemporânea Ana de Bretanha, pelas suas profundas virtudes domésticas, e pela afectuosa energia que exerceu no espírito violento de seu marido D. João II, e na cultura do descuidado D. Manuel, que ela impeliu para a continuação dos descobrimentos. Em volta da rainha D. Leonor criou-se uma atmosfera de elegância e gosto artístico, actuando sobre o aparecimento de poetas fidalgos que frequentavam os Serões do paço; no seu tempo a corte portuguesa começou a ser matizada pela convivência íntima das donzelas fidalgas, como damas da rainha, a que se deu o nome de damas de honor, e açafatas. Foi por este costume da corte francesa, que Brantôme atribui à iniciativa de Ana de Bretanha, que em volta da rainha D. Leonor se agruparam as donzelas que inspiraram todo o *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, cheio de alusões a intrigas amorosas, que conciliavam os interesses das famílias aristocráticas. Foi esta dama excelsa a promotora dos trabalhos da Imprensa em Portugal, e à sua iniciativa se deveu a criação das Misericórdias, em que a assistência tomou um carácter público de confraternidade, em que o próprio rei se inscrevia como irmão, em vez dos Hospícios, que bem serviam somente as classes isoladas pelos costumes separatistas medievais. A todos estes títulos, que excedem o da sua realeza, sobressai a inteligente protecção que prestou sempre a estes dois extraordinários espíritos, que as correntes do gosto e das opiniões artísticas e literárias tentaram por vezes amesquinhar e mesmo ferir nos seus recursos económicos. Estava Gil Vicente com os seus vinte e três anos, quando foi chamado para uma delicada função pedagógica no paço; mas a corte brilhante de D. João II, ofuscada por um terrível desastre, não oferecia condições para criações de arte e poesia. Somente passados quase dez anos, em 1502, à entrada do grandioso século da Renascença, é que esses dois génios encontraram o ensejo de revelarem a sua pujança criadora.

2º *A entrada na Corte e os Autos hieráticos.* – A vida escolaresca de Gil Vicente na Universidade de Lisboa, e a sua entrada nas festas da corte de D. João II, por ocasião do casamento do príncipe D. Afonso com D. Isabel, filha dos Reis Católicos, vieram suscitar o seu génio dramático. Viva impressão lhe deixaria o *singular Momo de Santos*, em 24 de Setembro de 1490, quando D. João II regressou de Santiago de Compostela, em que numerosos fidalgos «*iam cantando diante do entremez e carro em que ia Santiago*» um vilancete composto por Pero de Sousa Ribeiro. Muito deveria ao ourives Gil Vicente, seu primo, *lavrante* da Rainha D. Leonor, trabalhando nas jóias e adereços e baixela destinados ao sumptuoso casamento do príncipe. Pela alta importância deste artista, pôde o escolar Gil Vicente contemplar de perto essas pompas faraónicas com

que se celebrou o casamento do príncipe em 29 de Abril de 1490, as Justas reais de Évora em que D. João II manteve com certos Cavaleiros um *Tablado* ou Castelo, e depois quando entrou na sala aparatosa invencionado *Cavaleiro do Cisne*, indo com *sua fala*, endereçar à princesa o Breve da *tenção*. Passados anos ainda esta impressão fulgurava no espírito de Gil Vicente, quando ao representar o *Auto Pastoril castelhano*, fazia uma alusão saudosa a D. João II, cuja memória era profundamente odiosa ao jovem rei D. Manuel. Tem por isso mesmo mais valor a referência, que deveria ser simpática à excelsa rainha viúva:

Conociste a Juan *Damado*,
Que era Pastor de pastares?
Yo lo vi entre estas flores
Con grande ható de ganando,
Con su cayado real,
Repastando en la frescura,
Con favor de la ventura; Di, zagal,
Que se hizo su corral?

A imagem do *Pastor de pastores con su cayado real* correspondia a uma ideia então dominante; nas cortes de 1439 e 1459, compara-se o rei ao pastor: «E porque, Senhor, sois vós nosso rei e senhor, e a vós pertence tosquiar e esquilmar as vossas ovelhas, seja vossa mercê que tal estabelecimento ponhais que as vossas ovelhas sejam por vós tosquiadas e não por outrem; e assim viverão as vossas ovelhas e assim empenecherão, e correrão e serão guardadas *sob vosso cajado* e assim sereis pastor não mercenario.»¹⁷ Ao nome de João *Damado*, pôs Gil Vicente a nota: «dizia por *El Rei D. João II.*» *Damado* é o adjectivo de *Damo*, ainda hoje usado na linguagem popular:

Foste *dama* do meu *damo*,
Foste minha inimiga;
Nada passaste com ele,
Que ele agora mo não diga.

(A. T. Pires, *Canc. Popular do Alentejo*, III, 279)

Na noite de S. João
É o tomar dos amores,
Que dá o *damo à dama*
Um raminho de flores.

(*Vila Nova de Gaia*)

O verso, «Que se hizo su corral?» resumia todas as fatalidades que puseram termo ao reinado de D. João II. O príncipe D. Afonso morre da desastrosa queda de um cavalo correndo o aléu no areal de Santarém em 13 de Julho de 1491. Depois desta data, em que a rainha D. Leonor se despojou de todas as suas jóias, o ourives apenas lavrava alguns cálices e relicários, ficando assim reduzida a sua actividade artística. Como o Duque de Beja, D. Manuel, era o herdeiro presuntivo, a rainha, sua irmã, tratou logo de acudir à descurada educação, confiando-a a Gil Vicente, bacharel de direito cesáreo para

¹⁷ 1 Ap. J. P. Ribeiro, *Mem. sobre Prazos*. (Mem. da Acad., t. VII).

mestre de Retórica do Senhor D. Manuel, como então lhe chamavam. No Nobiliário de Damião de Góis, fl. 98, vem: «*Gil Vicente foi Mestre de Retórica d'El Rei D. Manuel.*» Repetem este facto o genealogista Cabedo, e o professor Martins Bastos, na *Nobreza literária* (p. 122. Ed. 1854). A sua autoridade filológica era reconhecida pelos seus contemporâneos, Fernão de Oliveira e João de Barros, nas *Gramáticas* de 1536 e 1539, com que se abonam. Era um homem culto, com alta capacidade pedagógica, e não histrião lendário da corte; era um veemente poeta lírico, sustentando a tradição da escola galécio-portuguesa, que ainda lampejava na corte de Fernando e Isabel, e não o jogral improvisando grosseiras facécias. A rainha D. Leonor teve a compreensão do génio de Gil Vicente, e influiu directamente na sua revelação. A morte desastrada do príncipe D. Afonso, a doença misteriosa com que faleceu D. João II, e a viuvez do novo rei D. Manuel, embaraçaram todas as manifestações festivas na corte. Tanto o ourives como o poeta, não achavam estímulo para exercerem as suas faculdades criadoras. Mudaram as circunstâncias por novas combinações políticas. Tendo o rei D. Manuel casado em segundas núpcias, com sua cunhada D. Maria, para ver se assim realizava a união de Portugal com Castela, nasceu-lhe desse consórcio o príncipe D. João (o III. de nome), em 6 de Junho de 1502. Renovavam-se as esperanças para a realização do plano de Fernando e Isabel – uma só Pátria, um só Trono e um só Deus; plano contrariado pela morte do príncipe Miguel da Paz, do primeiro casamento do monarca. Isto mesmo tornava o parto da rainha um regozijo público; o júbilo da corte estimulou o génio de Gil Vicente. Em uma quarta-feira, 8 de Junho, de 1502, na *segunda noite* depois do nascimento do príncipe, entrou Gil Vicente acompanhado de trinta fidalgos na câmara da rainha, e aí caracterizado, recitou o *Monólogo do Vaqueiro* ou da *Visitação*, espécie de Vilancico das Lapinhas, no qual fazia ofertas com venturosos augúrios ao príncipe recém-nascido.

Era um Auto, de que ainda no século XVIII se conservou a forma no *Elogio dramático*, e alegórico como o Monólogo do Velho que a Vila de Óbidos enviara com um presente à rainha D. Leonor, quando se achava nas Caídas. É preciosa a rubrica que Gil Vicente pôs a este Auto da Visitação, com que começa o corpo das suas Obras:

«*Porquanto a obra de devação seguinte procedeu de hũa visitação que o autor fez ao parto da Rainha Dona Maria e nascimento do muito alto e excelente príncipe dom João, o terceiro em Portugal deste nome. Se pôs aqui primeiramente a dita Visitação por ser a primeira. cousa que o autor fez e que em Portugal se representou, estando o mui poderoso rei dom Manoel e a Rainha D. Breytis sua mãe, e a senhora duquesa de Bragança, suo filha, na segunda noite do nascimento do dito Senhor.*»

Presta-se a interpretações dúbias este modo de dizer da rubrica do Auto; Ferdinand Denis fixava a segunda noite depois do parto, em 7 de Junho, e Ticknor em 8, na sua *História da Literatura Espanhola*. Houve grande intervalo de tempo entre o parto e nascimento, e há grande diferença entre o dia civil de sol a sol, e o dia astronómico de meia-noite a meia-noite. Haveria no poeta algum intuito tradicional, a que alude Pictet: «Os Irlandeses, como todos os povos célticos, *contavam o tempo pelas noites*, e consideravam a noite como o que há de mais antigo na natureza.»¹⁸ Gil Vicente separa na sua rubrica o parto da rainha D. Maria e *nascimento* do príncipe D. João, determinando que o auto se representou *na segunda noite do nascimento* do dito príncipe. Como se sabe pelos *Anais de D. João III*, por Fr. Luís de Sousa, os primeiros sinais do parto apareceram *lá sobre a tarde* do domingo 5 de Junho; ao espalhar-se a notícia pela cidade, fez-se uma procissão à Igreja de S. Domingos, pelo susto que «a

¹⁸ *Du Culte des Cabires*, p. 22. O mesmo entre os Gauleses, Germanos e Esclavos, Chineses e outros povos orientais; e ao tempo decorrido entre uma e outra noite, chamavam dia. Creuzer, *Symbolica*, IV, 251.

todos fazia de agouros e incertezas» o parto prolongou-se por todo o dia 6 e só ao fim de muitas horas é que o perigo da Rainha se converteu em não cuidada alegria. Duas horas depois da meia-noite desse dia, isto é, às duas horas da madrugada do dia 7 de Junho, nasceu o príncipe. Não era possível representar-se o *Auto da Visitação* nessa terça-feira, bem aziaga, como diz o cronista: «no mesmo dia se armou no céu uma tormenta de águas, trovões, raios e coriscos tão extraordinária e continuada todo o dia e em tamanha fúria e teima que ninguém a julgava menos que obra de espíritos infernais.» As manifestações festivas da cidade só poderiam patentear-se depois de terminada a extraordinária tormenta, e não seria nessa aziaga terça-feira, 7 de Junho, que Gil Vicente iria saudar a rainha, nem os fidalgos com o terror da continuada borrasca se prestariam a acompanhar o poeta no gracioso cortejo. Foi, em 8 de Junho, na *segunda noite* depois do nascimento do príncipe D. João (decorridas duas horas da madrugada de 7) que Gil Vicente iniciou o Teatro nacional e a Literatura dramática portuguesa.¹⁹

O título de rainha dado a D. Beatriz, mãe do rei D. Manuel, era meramente honorífico. Cabe-lhe a glória de ter estimulado esta espontânea iniciativa de Gil Vicente; no fim do *Auto da Visitação*, lê-se uma valiosa rubrica: «E por ser cousa nova em Portugal, gostou tanto a Rainha velha desta representação, que pediu ao autor isto mesmo lhe representasse às Matinas do Natal, endereçando ao nascimento do Redentor.»

Gil Vicente, em vez de repetir pela festa do Natal este Monólogo, «porque a substancia era mui desviada», compôs deliberadamente o *Auto pastoril castelhano*. Do Monólogo do Vaqueiro escreve Ticknor: «A poesia é natural, viva e animada, e expressa muito bem os sentimentos de admiração e surpresa que naturalmente deviam apoderar-se de um rústico ao entrar pela primeira vez no palácio. Considerada sob o ponto de vista de uma lisonja cortesanesca, a composição produziu o seu efeito.»²⁰ O Monólogo era verdadeiramente original; a rainha velha recordara-se dos Vilancicos do Natal, e pedindo a sua repetição para daí a sete meses, suscitava no poeta a criação consciente do Teatro português, no *Auto pastoril*. Nesse ano de 1502, Gil Vicente, ourives, sintetizava na Custódia feita com o primeiro ouro das páreas de Quíloa, o maior feito da história de Portugal; e seu primo, Gil Vicente poeta, abria para toda a Espanha uma época de florescência artística do Teatro moderno. Obedecendo às circunstâncias do meio palaciano, em que actuava uma imitação dos usos da corte de Castela, teve não só de escrever em castelhano como imitar o poeta Juan del Encina, que aí era muito admirado. Lê-se em um documento do tempo: «Em 1492 começaram em Castela as companhias a representar publicamente comédias de Juan del Encina.» Gil Vicente teve de obedecer a essa corrente palaciana, para se emancipar genialmente, desde que pôde dominar esse meio. Falando do *Auto pastoril castelhano*, escreve Ticknor: «e assim compôs um *Auto pastoril*, no qual introduziu como interlocutores os quatro pastores e os dois Evangelistas Lucas e Mateus. E não só imitou servilmente a forma

¹⁹ Insistimos nesta minúcia, porque Brita Rebelo e Sousa Monteiro, ao celebrar-se o Centenário de Gil Vicente em 1902, adoptaram a data de 7 de Junho. No n.º 6 da Revista de Educação e de Ensino seguiu em 1897 esta data, repetindo Brito a afirmativa em carta no *Diário de Notícias*, de 12 de Abril de 1902: «Meses depois saiu á luz o volume da *Historia do Teatro Português* do Dr. Teófilo Braga, onde assinalou ao facto o dia 8.» Não foram meses depois, mas vinte oito anos antes, que na História publicada em 1870, p. 134, fixámos – 8 de Junho – já seguida por Ticknor.

Pretendendo corrigi-la escreve: «Julgo esta asserção uma pequena inadvertência do meu eruditíssimo amigo, cujo espirito absorvido em tantos trabalhos de elevada magnitude, não pôde dedicar a sua atenção a uma minudência á primeira vista insignificante. Isto sucede a todos.» Para quê esta despesa de tão fina ironia, quando funda a sua argumentação alterando o texto de Fr. Luís de Sousa e abstraindo de circunstâncias nele referidas?

²⁰ *História da Literatura Espanhola*, I, 299.

empregada por Juan del Encina, introduzindo no seu Auto o presépio de Belém, como este autor anteriormente tinha feito, como copiou com bastante liberdade até mesmo versos seus.» (*Hist. Lit. Esp.*, I, 299). Era um trabalho feito com urgência, para obedecer a um pedido irresistível. É essa influência de uma alta intuição psíquica, que importa acentuar.

A morte do príncipe D. Afonso era em Portugal considerada uma calamidade, como a do príncipe D. João, primogénito dos Reis católicos; a impressão foi profunda entre os dois países chegando a reflectir-se nos romances populares. Na corte de Fernando e Isabel, foi lida a paráfrase da Égloga V de Virgílio aplicada por Juan del Encina a celebrar a morte do Príncipe D. Afonso; no argumento da Égloga, o declara: «en cuya muerte podemos entender la desastrada muerte del muy desdichado Principe de Portugal a quien la fortuna se quiso mostrar muy embidiosa eu su mayor prosperidad ya que avia casado co la esclarecida infanta dona Isabel, hija de nuestros muy poderosos reys; princesa de Portugal a cuya causa co mucha razou nos cupo gran parte de su dolor.» E na boca do pastor Mopso, põe a descrição da morte do príncipe:

De Danes muerto en ei suelo,
que su madre le llorava
e abraçava
dando vozes contra el cielo
con tan gran dolor y duelo,
que a todos nos lastimava.
Llorava su muerte tal
la triste dona Ysabel,
nuestra infanta principal,
Princesa de Portugal,
porque era su muger del;
yo la vi tan dolorida
que en la vida
estava mas muerta que el
haziendo lianto cruel
.....

Devia ter causado grande emoção na corte portuguesa a leitura desta Égloga V, adaptada por Encina a celebrar a catástrofe do príncipe; a rainha D. Leonor seria a primeira a reconhecer o talento do poeta, e Gil Vicente ver-se-ia interessado a tomar conhecimento das suas obras, e imitando-as aproveitar essa corrente de simpatia para a iniciação do Teatro em Portugal.

Compôs o *Auto pastoril castelhano*, na língua então preferida no paço. A rainha velha, a mãe do rei D. Manuel ficou maravilhada com a nova obra; é de uma beleza ingénua a rubrica de Gil Vicente: «*A dita Rainha satisfeita desta pobre cousa, pediu ao autor, que para o dia de Reis logo seguinte, lhe fizesse outra obra...*» Escreveu pois em 1503 o *Auto dos Reis Magos*. Ainda nesse mesmo ano escreve e representa o *Auto da Sibila Cassandra* em Enxobregas, o mosteiro predilecto da Rainha viúva D. Leonor. A irmã do monarca, descobrindo este génio inventivo no que escolhera para mestre de Retórica do herdeiro do trono, animou-o deliberadamente para que continuasse a compor mais obras naquele género novo. Em 1504 Gil Vicente representa nas Caídas diante da rainha D. Leonor, um trecho do *Auto de S. Martinho*, «*porque foi pedido muito tarde*». É ainda diante da rainha D. Leonor que em 1505 representa o *Auto dos Quatro Tempos*, nos Paços da Ribeira, e em 1508 o *Auto da Alma*, em Santos-o-Velho.

Em 1509 representa ainda diante da rainha o *Auto da Índia*, em Almada, e na Capela do Hospital de Todos os Santos o *Auto da Barca do Purgatório*, que pertence a essa trilogia primeiramente escrita em português com o título de *Auto de Moralidade*, e depois traduzida para castelhano com o título de *Tragicomedia allegorica del Paraiso y del infierno*. Frequentaria Gil Vicente os serões do paço, versejando com os poetas palacianos que figuram no Cancioneiro de Resende? No *Cancioneiro geral* encontra-se um simulacro de Processo judiciário, feito por vários poetas a Vasco Abul, que vendo dançar uma cigana lhe lançara um colar por graça, fugindo ela em seguida; neste processo aparecem uns versos epigramáticos com esta rubrica: «*Parecer de Gil Vicente neste processo de Vasco Abul à Rainha D. Leonor.*» Foi a Rainha que lhe mandou que versificasse, como se infere pelo trecho:

Voss'alteza me perdoe,
eu acho muito danado
este feito processado
em que manda que razoe.

(*Canc. Ger.*, fl. 201, col. 5)

Em que data fixar este caso? Partindo da circunstância, que a anedota se passou em Almada, julgámo-la de 1494, onde estava a Rainha, vindo de Setúbal muito doente; mas o luto constante em que vivia, e mesmo a gravidade da sua doença, não a fariam tomar parte nesse certame de poetas satíricos.

Adoptámos o ano de 1509, quando a rainha D. Leonor estanciou por Almada, mais conformada com a sua tremenda desventura. Mais isto nos revela, que Gil Vicente acompanhava a corte, o que esclarece a situação definitiva da sua vida, e a criação do Teatro português. Na dedicatória da Tragicomédia de *Dom Duardos*, ao príncipe herdeiro de D. Manuel, confessa Gil Vicente que escrevera os seus Autos em serviço da rainha D. Leonor: «Como quiera, Excellente Princepe y Rey mui poderoso, que *las Comedias y Farsas y Moralidades, que he compuesto en servicio de la Reyna vuestra tia...*» (Ed. 1580 Fl.).

Estava o desenvolvimento do Teatro português ligado ao gosto e sumptuosidade palaciana; de 1502 a 1536, em que Gil Vicente produz e exhibe toda a sua obra, raro é o ano em que não compõe algum Auto para distrair a corte que foge das pestes de Lisboa, para Évora, Almeirim, Santarém, Coimbra, levando para aí o germe em que se radica a sua imperecível Escola. Em qualquer successo das armas portuguesas na Índia, na África, Gil Vicente vem distrair os ânimos alquebrados pelos desastres, ou exaltá-los no momento da partida, como na *Exortação de Guerra*, na expedição para Azamor; é ele também que festeja o nascimento dos príncipes e infantes, como D. João, D. Luís, D. Filipe, ou os casamentos reais, como o de D. Manuel, D. João III, D. Isabel e D. Beatriz. Era preciso possuir um talento assombroso para atravessar as temerosas intrigas destas três cortes; sustentou-o sempre o apoio da Rainha O. Leonor, aquela que com a sua superior inteligência, se assinalou na cultura portuguesa.

3º *Influência de Juan del Encina e superioridade de Gil Vicente.* – Na última década do século XV, as *Églogas e Representações* de Encina exerciam um grande prestígio nos divertimentos dos palácios do Almirante de Castela, do Duque de Alba, e na corte dos Reis Católicos, e eram imitados em Aragão por Pedro Manuel de Urrea, e em Castela por Pedro de Vega e Juan de Torres. Esta corrente da moda estendia-se à corte portuguesa, cuja curiosidade impelira Gil Vicente, antes de poder afirmar a sua

originalidade. Encina era um ano mais novo do que Gil Vicente, também escolar da Universidade de Salamanca, excelente músico, admitido por Leão X na sua Capela, e com um saber de todos os géneros e formas da poesia vulgar, de que fez uma *Arte de Poesia castelhana*. As suas obras impressas em 1496 eram lidas na corte portuguesa, e como Mestre de Retórica do monarca não podia desconhecê-las. Era inevitável esse influxo, tanto mais que, como salamanquino, Encina pertencia à zona lusitana, empregando dança e música nas *Églogas*, a uma das quais chamou *Auto*. Fácil foi à crítica determinar esta influência; não para amesquinhar Gil Vicente, mas para autenticar como ele se libertou e elevou acima do seu modelo. Assim observa Ticknor: «De sorte que os seis *Autos pastoris* de Gil Vicente, que versam sobre assuntos sagrados, escritos como estão em castelhano para se representarem com acompanhamento de música e dança diante do rei D. Manuel, da rainha sua esposa e dos cavaleiros e senhores da sua corte, devem ser considerados como *meras imitações das Églogas de Juan del Encina*.» (*Ib.*). Amador de los Rios chama a esta imitação uma continuação da obra iniciada por Encina: «A imitação não era, certamente, tão servil e inconsciente, que não aspirasse com justos títulos à originalidade que o seu engenho lhe permitia. Faltavam nos ensaios de Juan del Encina a propriedade dos caracteres, a flexibilidade e soltura nos movimentos dramáticos, o calor e o colorido na linguagem; e estes dotes, cuja exiguidade não era de estranhar em quem acometia obra tão nova e difícil brilhavam nas produções de Gil Vicente, constituindo talvez o seu principal mérito.»²¹ Menendez y Pelayo, observando esta fase da actividade de Gil Vicente, põe também em relevo a sua supremacia: «Estas primeiras obras são puras e nítidas imitações de Juan del Encina, sem nenhuma alteração ou progresso. – Basta ler umas e outras peças para reconhecer que são da mesma família. Os contemporâneos o sabiam, e Garcia de Resende o disse na sua *Miscelânea*.» Transcreve em seguida a célebre décima, que não contém sentido irónico, mas uma justa apreciação literária:

E vimos singularmente
Fazer *Representações*,
De estilo mui eloquente,
De mui nobres invenções,
E feitas por GIL VICENTE.
Ele foi o que inventou
Isto cá, e o usou
Com mais graça e mais doutrina,
Posto que *Juan del Encina*
O *Pastoril* começou.

Era um facto conhecido de todos, por que o Cancioneiro que contém todas as *Églogas* de Juan del Encina tinha já duas edições em 1496 e 1501, quando no ano seguinte «escrevia à sua imitação o monólogo do Vaqueiro. – Não implica isto, nem pouco nem muito, que em Portugal, durante a Idade Média, não tivesse existido o Teatro litúrgico». (*Antologia*, VII, p. CLXIX). Continua Menendez y Pelayo, com autoridade crítica, que vale mais que o nosso juízo: «Em nada diminui isto a glória do poeta, que se não cifra nestes primeiros tentames do seu engenho. Gil Vicente vale mais, muito mais que Juan del Encina.»

E em que estava essa superioridade? No lirismo intenso de Gil Vicente, que vai repercutir-se em Lope de Vega, e na alegoria mística dos seus *Autos hieráticos* que vão

²¹ *Hist. Crit. de la Literatura Española*, t. VII, p. 402.

inspirar Calderon. Observa Pelayo: «o tipo da barcarola lírica introduzido por Gil Vicente no teatro, e Lope de Vega nos cantos intercalados nas suas peças, é indisputavelmente de origem galaico-portuguesa, encontrando-se a cada passo belíssimas amostras no Cancioneiro da Vaticana. – Assim as formas líricas e tradicionais persistem por misterioso atavismo na arte das idades cultas, e desta maneira, no imenso mundo poético que chamam teatro de Lope de Vega, se reduzem à unidade harmónica de todos os elementos do génio popular.» (*Antologia*, VII, p. XCI). Este profundo sentimento lírico, das idades passadas, aliava-se às aspirações da sua época perturbada, em que o espírito crítico demolia para erigir a construção futura. A concepção filosófica separava-o desde logo da imitação de Encina. Menendez y Pelayo assina essa emancipação: «Donde Gil Vicente começa a emancipar-se foi no estranho *Auto da Sibila Cassandra*... dando pela primeira vez mostra da sua potência criadora. Salvo o conteúdo teológico, que nesta peça de Gil Vicente é mui exíguo, ali está, se não me engano, o primeiro germe do Auto simbólico, que por excelência chamamos *Calderoniano*. Porém, o que faz mais apreciável esta rara composição, envolvendo-a em um ambiente poético, é aquele género do *lirismo popular* em que Gil Vicente alcança a perfeição sobre todos os seus contemporâneos, e chega mesmo a identificar-se com o povo.» (*Ib.*, p. CLXXII). Ticknor, tendo exposto amplamente o *Auto da Sibila Cassandra*, considera-o: «drama extravagante, pela união da índole dos antigos Mistérios e do Vaudeville moderno, em nada falho do espírito poético.» (*Op. cit.*, I, 303). Fitz Maurice Kelly, estudando Gil Vicente na sua *História da Literatura espanhola*, acha no seu *Auto da Fé* «a prova da sua independência por uma ingenuidade e uma fantasia que é privativamente dele. Ele excede o seu modelo, elaborando o seu assunto com todo o brilho, que século e meio depois, Calderon não se dedigna de tomar ao português a ideia do seu Auto intitulado *El Lirio y la Azucena*; contudo, o fundador do Teatro português não é dramático no mesmo sentido que Torres de Naharro. A sua acção é simples, a sua observação é convencional e ele é mais poético que observador. Os seus poemas dramáticos são porém de uma singular beleza, concebidos em um tom de lirismo místico de que não se aproxima nenhum dos seus predecessores espanhóis. Não se sabe se Gil Vicente foi alguma vez representado em Espanha, mas é certo que influenciou em Lope de Vega e Calderon, como é fora de dúvida que ele próprio foi um discípulo de Encina.» (*Hist.*; p. 147-148).

Chamando a Gil Vicente *soberano engenho*, escreve Menendez y Pelayo: «Gil Vicente é um dos grandes poetas da Península, e entre os nascidos em Portugal ninguém lhe leva vantagem, excepto o épico Camões, que vem mais tarde... A alma do povo português não respira plenamente senão em Gil Vicente, e grande número dos elementos mais populares do génio peninsular, nos Romances e cantares, superstições e refrãos, estão admiravelmente entrelaçados nas suas obras, que são o que há de mais nacional no Teatro anterior a Lope de Vega. Ao contrário dos insulsos trovadores cortesanescos do século XV, e ao contrário da maior parte dos poetas humanistas do século XVI, Gil Vicente viveu em comunhão íntima com a tradição da sua raça, e conseguiu haurir dela um novo e rico veio de poesia. Possuiu, além disso, o génio da criação dramática em condições tais, que rompendo as faixas de um Teatro infantil, elevou-se pelo seu próprio e isolado esforço até à *comédia de costumes* e ao *melodrama romântico*, reflectindo, demais, em grandes alegorias satíricas todo o espectáculo da vida do seu tempo, e dando forma cómica fantástica às grandes lutas de ideias da Renascença e da Reforma. Admirável às vezes pelo vigor sintético das suas concepções, franco e ousado na execução, grande mestre da linguagem familiar mordente e expressiva; amargo e sarcástico nas situações burlescas, e mui suave nas verdadeiras, poeta e pensador de dupla vista, em quem sempre se adivinha mais do que a letra morta;

por vezes crente, outras cínico e libertino, pessimista lírico, com uma concepção pessoal do mundo, como todos os grandes humoristas têm tido; a sua obra pela tendência demolidora relaciona-se com os *Colóquios* de Erasmo, com o *Elogio da Loucura*, com o *Diálogo de Mercúrio e Caronte*, com as mais valentes imitações lucianescas, que em grande cópia produziu a primeira metade do século XVI; porém, pelo voo da fantasia, pela mescla do mais trivial e baixo com as mais altas idealidades, pela plasticidade que adquirem ao saírem das suas mãos as mais estranhas figuras alegóricas, pela força dos contrastes, pela férvida animação do conjunto, pela veia poética, tanto mais eficaz quanto mais silenciosa desliza entre o tumulto dos chistes e das truanices, Gil Vicente renovou, sem pretendê-lo, a comédia *aristofanesca*, que desconhecia; e indica o que haviam de ser, em tempos ulteriores, os imortais *Sueños* de Quevedo. – Gil Vicente foi dos pés até à cabeça um *erasmista*, um espírito livre, mordaz e agudo, como outros muitos doutos espanhóis do seu tempo, que com alguma rara exceção permaneceram dentro da Igreja ortodoxa, exercendo a sua tendência crítica sem grandes escrúpulos nem respeitos, e algo dissolvente.»²² Não era simplesmente o espírito dos contrastes que provocava em Gil Vicente a mordacidade cômica; a compreensão dos aspectos da vida e sobretudo das aspirações morais e mentais da sua época, davam ao seu génio artístico a orientação filosófica que disciplina as concepções estéticas. Bouterweck assim caracteriza Gil Vicente, na sua obra: «estrofes e redondilhas harmoniosas; formas antigas, com uma maravilhosa verdade e simplicidade, tocando por vezes a perfeição na poesia dramática, *exprimindo o pensamento e o espírito do século XVI* sem empregar as formas clássicas.»²³ E, contudo, ele seguia a corrente humanista, como escreve Menendez y Pelayo: «Já dissemos que as suas ideias eram as do grupo chamado *erasmista*, que, embora colocado nas fronteiras da Reforma, nunca as transpôs. Nesse mesmo ano de 1527, no ano fatídico do saque de Roma, representava Gil Vicente, meses antes daquele grande escândalo da cristandade, o *Auto da Feira*, cujo sentido é muito análogo ao da formidável invectiva, que, no intuito de vingar o Imperador, compôs o secretário Alfonso de Valdés com o título de *Diálogo de Lactâncio e um Arcebispo*. – Grande temeridade parece à primeira vista o ter posto em um *Auto da Natividade* tão escorregadios conceitos teológicos; porém cessa de todo o ponto o assombro quando se repara que tais ideias estavam na atmosfera daquele princípio do século, e que não só se acham nos poetas e novelistas, a quem as ensanchas da liberdade satírica podiam fazer suspeitosos de ensinamento ou hipérbole; pois tudo o que em Gil Vicente, em Torres de Naharro, ou Cristobal de Castillejos se lê, nada é em comparação do que disseram os ascéticos e moralistas do tempo de Carlos V... » (*Antologia*, vol. VII, p. 180). Menendez y Pelayo, analisando as críticas feitas aos Frades na *Farsa dos Almocreves* (1526), na *Romagem de Agravados* (1533), no *Clérigo da Beira* (1526), na *Tragicomédia pastoril da Serra da Estrela* (1527), no *Auto da Mofina Mendes* (1534), na *Nau de Amores* (1527), na *Frágua do Amor* (1525), no *Templo de Apoio* (1526), em que fala dos frades, clérigos e ermitões, conclui: «Os mesmos chascos ou outros mais mordazes se encontram a cada passo em Lucas Fernandes, em Torres de Naharro, em Diego Sanchez de Badajoz, e em todos os autores de nossas primitivas comédias, farsas e églogas.» (*Ib.*, p. 183).

«Tais frades como estes, são os que teve de *reformatar* o grão Cisneros, os que em número de mais de mil emigraram para Marrocos em 1496 para viverem à larga, fugindo à reforma. E de tais frades, bem podia dizer Gil Vicente (*Antol.*, VII, 184):

Somos mais frades que a terra,

²² *Antologia de Poetas*, vol. V, p. CLXIII.

²³ *Hist. da Lit. Espanhola*.

Sem conto na cristandade:
Sem servirmos nunca em guerra.
E haviam mister refundidos
Ao menos três partes deles
Em leigos, e arneses neles,
E assi bem apercebidos
E então a Mouros com eles.»

A verdade destes traços críticos está plenamente autenticada nas Instruções da Cúria Romana dadas aos nuncios Capo Ferrato e Aloisio Lippomani, definindo todas as personalidades e influências morais da corte portuguesa, actuando intimamente sobre a família real a intervenção política de Carlos V, no plano castelhanista. Neste temível meio palaciano, em que o sentimento nacional vai sendo lentamente asfixiado, e em que prevalecem os mais corruptos pelo fanatismo hipócrita e pela abjecção dos caracteres, Gil Vicente ergue-se fortalecido por um ideal e exerce pelas emoções artísticas, com que encanta a corte sombria e beata, um verdadeiro poder espiritual. Estudando Gil Vicente na independência do seu espírito, descreveu Gaspar de Abreu, por ocasião do Centenário do poeta: «Foi neste meio assim entorpecido e corrupto, sem lei, sem justiça e sem moral, anarquia coberta por um véu de superstições, com o espectro do Santo Ofício a dois passos, na Espanha, sob a corte de Carlos V, ligada por mais de uma aliança de sangue com a nossa corte, que se encontra o lúcido espírito intuitivo e crítico, de Gil Vicente, fazendo Autos para recitar diante de um auditório de príncipes, de clérigos e áulicos.» Que formidável antagonismo ante esse híbrido conjunto anárquico, de que a corte, principalmente a dos reis D. Manuel e D. João III eram como uma síntese resumida, e a compleição moral, toda a íntima personalidade do poeta! – Pois a despeito de todo este conjunto de circunstâncias adversas, Gil Vicente surge nos salões da corte e ali, em frente do monarca, da rainha, de clérigos, de nobres, de todo o funcionalismo palaciano, lançando um olhar superior, como lho permitiam, ou antes, o exigiam as condições sociais do meio em que nascera, para os abusos praticados à sombra dos privilégios das classes, tem a extraordinária audácia sublime de os pôr a nu, inexoravelmente, trespassando-os de ironias pungentes, num ataque vigoroso e rude. Chega com efeito a ser de todo incompreensível como naquela corte, em que dominava o ardente misticismo da corte de Castela, quando impõe ao rei D. Manuel, a troco do seu casamento, o decreto da expulsão dos judeus... no meio de um esplendor babilónico que consegue maravilhar Leão X, o papa sumptuoso; nessa corte onde se educa o espírito visionário e fanático do instituidor da Inquisição, que mandara vir expressamente de Castela, para entreter a devoção do paço, o místico Francisco de Borja, que Gil Vicente se permitisse o arrojo ostensivo de fulminar com o látego da sua mordacidade implacável as mais veneráveis personagens que se acolhiam ao favoritismo régio.»²⁴ Este poder espiritual do poeta provinha do domínio sobre as emoções produzido pela sua obra, de uma incomparável idealização; reconheceram-no os grandes críticos modernos. Assim considera Bouterweck: «Entre Gil Vicente e Calderon não há aquela diferença que vai de Hans Sachs a Shakespeare; a graciosa simplicidade das cenas do drama religioso elevam-no infinitamente acima do sapateiro de Nuremberga.» O sábio crítico, que estudou conjuntamente as literaturas espanhola e portuguesa, atribui a Gil Vicente a criação da forma do *Auto Sacramental*, em que veio a sublimar-se o génio de Calderon, e dá como seu primeiro tipo o *Auto de São Martinho*, representado na festa de Corpus Christi em 1504. Também na pintura dos

²⁴ *Revista de Guimarães*. vol. XIX, p. 87 (1902).

costumes da sua época. no quadro da vida portuguesa, em que atinge a perfeição, afirma o juízo de Bouterweck, que, se Gil Vicente se visse na situação de Molière, ele teria realizado a primeira *comédia de carácter* na literatura dramática dos tempos modernos.» Para produzir estas excepcionais revelações estéticas, em que ao mais suave lirismo amoroso e místico se aliava o chasco demolidor e a ironia penetrante, ao sentimento religioso o criticismo do bom-senso, ao perfume das canções populares as sentenças morais dos humanistas, era preciso que o poeta possuísse uma admirável plasticidade de espírito; ele encarna em si todos os tipos, que representava, todos os meios em que assistira, todos os sentimentos que vibravam no seu tempo. Confirma-o Menendez y Pelayo: «Gil Vicente, cuja alma de artista era um eco sonoro de todas as vibrações da consciência do seu século, passava sem esforço deste paganismo ingénuo e trasbordante, desta embriaguez e plenitude da vida, para a grave inspiração religiosa, ao profundo e moral sentido de todos os outros seus Autos...» (*Antolog.*, VII, p. CLXXVI). Esta assombrosa plasticidade é que suscita a sua originalidade; escreve Menendez y Pelayo: «Como artista dramático, Gil Vicente não tem quem o exceda na Europa do seu tempo. Porventura, Torres de Naharro tinha mais condições técnicas, era mais homem de teatro, porém menos poeta que ele; aproxima-se mais do tipo da comédia moderna, as suas peças têm estrutura mais regular, porém menos alma. Gil Vicente faz pensar e sonhar; Torres de Naharro, nunca. No conceito ideal o triunfo pertence sempre a Gil Vicente; no conceito realista, a farsa de *Inês Pereira*, para não citar outras, prova o que teria podido fazer *se as condições do seu auditório não se tivessem oposto ao total desabrochamento da sua arte*. As primeiras Comédias italianas (exceptuada a *Mandrágora*) parecem pálidas cópias de uma forma morta, quando são comparadas com estas obras de aparência tosca e informe, porém de tanta vida interior, de tanta filosofia prática, de tão saboroso conteúdo.» (*Ib.*, p. CLXV). A Comédia do *Viúvo*, que mais se parece com a *Aquilana* de Torres de Naharro, foi escrita por Gil Vicente e representada em 1514, enquanto esta só apareceu em 1517, na *Propaladia*. Desta comédia do *Viúvo* deu Ticknor um excelente resumo, fazendo notar o seu enredo dramático: «doutrinado pela experiência e alentado pelo bom êxito, que, ainda que não se distingam pelo bem conduzido do enredo –, são o que há de mais perfeito e acabado no Teatro espanhol daquela época.» (*Hist. Lit. Esp.*, I, 303). Da sua *Tragicomedia allegorica del Infierno y Paraiso*, primeira redacção dos Autos das *Barcas*, escreveu Gallardo, ser imitação de Valdés, que escreveu o seu *Diálogo* onze anos depois! Escreve Gallardo: «La traza de esta comedia menandrina (es decir ejemplar, moral) se echa bien de vêr que está tomada deI *Dialogo de Mercurio y Caron* de Juan de Valdés.» (*Bibl.*, I, 984). Pelas suas ideias *erasmistas*, Gil Vicente conhecia o secretário latino de Carlos V, e aludiu a ele:

Diz que não há-de cá vir
Sem Joana de Valdez.

É mais lógico inferir que Valdez, onze anos depois de escritas as *Barcas*, imitasse o seu *Diálogo* desta imponente obra de Gil Vicente, em que o Auto hierático se desenvolvia à máxima majestade da visão dantesca. Do *Dialogo de Mercurio y Caron*, escreve Fitzmaurice: «é uma fábula engenhosa, à maneira de Luciano, com alguma reminiscência de uma peça de Gil Vicente.» (*Op. cit.*, p. 171).

Pelayo considera a Trilogia das *Barcas do Inferno*, do *Purgatório* e da *Glória*, representadas em 1517, 1518 e 1519 a obra capital de Gil Vicente: «Estas *Barcas* são uma espécie de transformação clássica das antigas *Danças da Morte*, não no que tinham de lúgubre e aterrador, mas no que tinham de sátira geral dos vícios, estados, classes e condições da sociedade humana. O quadro geral era o mesmo, porém o simbolismo

tinha variado, tornando-se mais risonho e enlaçando-se com os preceitos artísticos de uma mitologia nunca morta de todo o espírito das raças greco-latinas e mais atroz do que nunca nos dias da segunda Renascença. Afugentado o horrível pesadelo da dança dos espectros que tinha obsidiado a imaginação da Idade Média, tornava o barqueiro Caronte a sulcar as águas do infernal lago, exercendo como nos diálogos do satírico de Samosata, não só o ofício de condutor, como o de censor agridoce da tragicomédia humana, à maneira de Menipo o cínico, e de outros filósofos populares da antiga Grécia. Erasmo e Pontano cultivaram em latim este género, e deles passou para as línguas vulgares, sendo o tipo mais excelente em Espanha o *Dialogo de Mercurio y Caronte* de Juan de Valdés... Este Diálogo foi escrito e impresso em 1528, e por conseguinte não pôde influir nas primitivas *Barcas* de Gil Vicente; influiu porém, com certeza, em uma refundição castelhana, acabada de imprimir em Burgos em casa de Juan de Junta, em 25 dias do mês de Janeiro de 1539 com o título de *Tragicomedia alegorica d'El Paraiso e d'El Infierno. Moral representacion dei diverso camino que hacen las animas partindo de esta presente vida figurada en los navios que aqui parescen; ei uno dei Cielo y ei otro del infierno, cuya subtil invencion y materia en ei argumento de ia obra se puede ver. Son interlocutores un Angel, un Diablo, un Fraile, una moza liamada Floriana, un zapatero, una alcahueta, un judio, un Corrigidor, un Abogado, un Ahorcado por ladron, quatro Cabaileros que murrieron en ia guerra contra moros, el barquero Caron.*

«Há nesta refundição muito de novo e bom: a força satírica é maior, o diálogo tem mais viveza, a versificação corre mais nítida e espontânea; alguns trechos são impagáveis pelo acre e picante das graças. – Será esta *Tragicomédia* castelhana de Gil Vicente, na realidade? – a edição de Bruges é anónima. Em outro manuscrito, cópia sem dúvida de outra edição, que cita Aribeau nas suas anotações às *Origines* de Moratin, parece que se lia a seguinte nota: = *Compúsola en lengua portuguesa, y luego el mesmo autor la trasladó à lengua casteliana, aumentandola.* Se assim foi, temos de reconhecer que nesta ocasião se excedeu notavelmente a si próprio como metrificador de versos castelhanos.» (*Ib.*, p. 188). Pondo em evidência o valor da concepção dramática de Gil Vicente, o crítico espanhol Menendez y Pelayo considera a influência do autor das *Barcas* muito maior no desenvolvimento do Teatro espanhol, apesar da vitalidade da Escola vicentina em Portugal, não se manifestando fora da forma rudimentar do Auto.

O poeta criador, que levava a Comédia hierática à altura do *Auto Sacramental* calderoniano, e a Comédia heróica ou Tragicomédia à forma definida por Lope de Vega na *Comedia Famosa*, exerceu a sua influência mais em Espanha do que em Portugal. Da *Trilogia das Barcas*, escreve Ticknor, na História da Literatura espanhola: «Os três Autos das Três Barcas, que transportam as almas ao Inferno, ao Purgatório e ao Paraíso, parece terem sugerido a Lope de Vega o assunto de uma das suas primeiras Comédias morais»; e em nota fundamenta: «A Comédia de Lope de Vega, cuja ideia parece tomada destes Autos, é *El Viaje del Alma*, que se acha no primeiro livro do *Peregrino en su patria*. O começo do Auto de Gil Vicente tem notória semelhança com os preparativos da viagem que o diabo faz na comédia. Também Gil Vicente manifesta de vez em quando o muito lido que era na literatura castelhana».²⁵ Do *Auto da Fé* aponta Ticknor a imitação por Calderon: «O Auto em que a Fé explica e declara aos pastores os mistérios do Cristianismo, poderia ter servido, ligeiramente alterado, para o Auto composto por Calderon de la Barca, para uma procissão de Corpus em Madrid.» (*Ib.*,

²⁵ *Op. cit.*, t. I, 305. – Conhecem-se hoje os Catálogos das Livrarias do rei D. Manuel e da rainha D. Catarina, que seriam facultadas ao comediógrafo da corte. Menendez y Pelayo encontra na *Exortação de guerra* alguns versos traduzidos de Jorge Manrique; e no *Templo de Apoio* alguns dos *Disparates* de Juan del Encina, que o tomaram popular. (*Op. cit.*, p. 210). Cita a *Celestina* e *Carcel de Amor*.

306).

A influência vicentina no Teatro espanhol é reconhecida por Menendez y Pelayo, ferrenho castelhanista, dando-lhe um lugar primacial: «É certo que se continuaram a compor Autos portugueses e bilingues, interessantes todos eles para a história da linguagem e dos costumes; graciosos alguns e ainda hoje dignos de serem lidos, mesmo para recreio. Porém, os melhores, os que fazem lembrar a maneira do mestre, os de António Prestes, os do poeta Chiado, até os de Luís de Camões – bastam para destacar Gil Vicente e mostrar que da sua geração foi único. – A legítima descendência de Gil Vicente ficou em Castela, aonde casualmente chegou a ser representada alguma das suas obras, e onde se fizeram muitas imitações delas, como a *Tragedia alegorica del Paraiso y del Infierno* e *La Victoria Christi*. Porém, continuando à evolução do Teatro espanhol e, sobretudo, depois de alcançada e fixada por Lope de Vega a sua forma definitiva, Gil Vicente, cuja dramaturgia parecia já obscura e antiquada, foi tão esquecido como os demais precursores, prejudicando-o de mais a mais a sua condição de escritor bilingue.» (*Antol.*, VII, p. CCXIX). E sobre o *Breve Sumário da história de Deus*, representado em 1527, nota o erudito crítico Menendez y Pelayo, sobre este ponto de indiscutível autoridade: «Imitações deste Auto de Gil Vicente tanto no plano como nos personagens, porém muito amplificado e, com certeza, sem vantagem poética, é a famosa *Victoria Christi* do bacharel aragonês Bartolomé Palau, que a classificou de *aliegorica representacion de la captividade espiritual en que le linaje humana estuvo por culpa original debajo del poder del demonio, hasta que Cristo nuestro Redentor con su muerte redimió nuestra libertad, y con su Ressurreccion reparó nuestra vida*. Este poema sem data foi escrito depois de 1537, em que a peça fora dedicada ao Arcebispo de Saragoça. Foi grande a sua popularidade, e ainda hoje se representa em algumas povoações de Aragão e da Catalunha, sobrevivência que não logrou nenhuma obra da nossa primitiva cena. Para mim é evidente que o bacharel Palau imitou Gil Vicente.» (*Ant.*, VII, p. CXVII).

Em uma época em que o *castelhanismo* era uma força literária, política e religiosa, que se empregava para apagar todos os regionalismos e diferenças idiomáticas, o nacionalismo de Gil Vicente era a resistência viva da individualidade lusa, impondo-se sobre a absorção ibérica. O teatro de Gil Vicente não era exclusivamente exibido nos salões da corte e nos mosteiros, o povo conheceu-o. Da farsa *Quem tem farelos?* de 1505, em que há o tipo do Escudeiro pobre e galanteador, lê-se a rubrica do compilador: «Este nome da Farsa seguinte: *Quem tem farelos?* pôs-lho o vulgo.» Por certo que este pregão vinha com o seu sentido de jogo popular:

Quem tem farelos, que venda
P'ró burro que os encomenda?²⁶

O tipo da Mofina Mendes também se convertera em locução popular, como refere Jorge Ferreira de Vasconcelos aludindo às «lavadeiras que dão ceitis a meninos de escola para lhe lerem Autos» e toma como vulgar o tipo: «formosura com vanglória dana mais que aproveita, e às vezes lhe corre per davante *Mofina Mendes*, e a boa diligência acaba o que o merecimento não alcança.» (*Aulegrafia*, fl. 52).

Pelo terceiro casamento do rei D. Manuel com D. Leonor de Áustria, que o príncipe desejava para sua esposa, deram-se na corte grandes banhos, congratulando-se uns pelas faustas nupciais do monarca, outros condoendo-se pela desolação do príncipe ludibriado pelo pai. Descreve Fr. Luís de Sousa esta discórdia nos *Anais de D. João III*.

²⁶ A. Tomás Pires, *Jogos e Rimas infantis*, p. 7.

Para a recepção da sua jovem esposa, D. Manuel, na sua desvairada megalomania, quis que na cidade de Lisboa se exibissem as mais esplendorosas festas. A Câmara Municipal de Lisboa, por Alvará de 29 de Novembro de 1520, encarregou Gil Vicente, ourives, para organizar e dirigir essas festas, que se acham precisamente descritas nas contas da despesa prestadas pelo extraordinário artista. Se com isto agradava ao monarca, que tanto o distinguira, lançava os germes do ressentimento íntimo no ânimo do príncipe D. João, que, para não assistir às festas, se retirou para Évora, fazendo-se acompanhar por Gil Vicente, poeta, e distraíndo-se aí com a representação magnífica da *Comédia de Rubena*. Entre estas desencontradas correntes palacianas encontravam-se os dois primos, que na superior inteligência e autoridade moral da rainha D. Leonor, viúva de D. João II, sempre achavam uma defesa decidida e consciente.²⁷

²⁷ É neste lugar, quando termina a carreira artística de Gil Vicente, ourives, que importa consignar factos e datas da sua vida, que auxiliam à veracidade dos elementos biográficos do poeta.

GIL VICENTE, ourives, filho de Luís Vicente, também ourives, natural de Guimarães, aparece no Alvará de 15 de Fevereiro de 1509 designado como «*Ourives da Senhora Rainha minha irmã*». Era a rainha viúva de D. João II; nesse Alvará é nomeado Vedor de todas as obras de ouro ou prata mandadas fazer para o Hospital de Todos os Santos, Convento de Tomar, e Mosteiro de Belém.

– Em outro alvará de 4 de Fevereiro de 1512, lê-se, GIL VICENTE, «*ourives da Rainha minha muito amada e prezada irmã...*». Neste documento em que é nomeado Mestre da Balança da Casa da Moeda, vem a sigla marginal, por letra de quem registou o mesmo documento no livro da Chancelaria: «*Gil V.^{te} trovador mestre da balança.*» Quando em 1872 copíamos este alvará, julgámos esta sigla insuficiente para sustentar a tese da identificação do poeta com o ourives. Tendo Brito Rebelo então trabalhado para destrinçar esta homonímia, veio na sua *Ementa histórica*, insinuar que o ourives e o poeta eram um só Gil Vicente. A sigla posta à margem não tem valor oficial; seria posta para as buscas no livro da Chancelaria, para o diferenciar de um outro Gil Vicente, que era moço no paço. Quando muito, poderia significar que o exímio lavrante da Rainha sabia fazer *trovas* no gosto popular. Nesse tempo, o nome trovador não tinha o sentido elogioso da época medieval; na Renascença era uma designação banal, inferior à de poeta, adoptada pelos humanistas, podendo, e porque não, versejar nos serões do paço, como Diogo Fernandes, que era ourives e figura no Cancioneiro geral.

Auténtica-se a sua alta individualidade pelo testamento do rei D. Manuel, de 7 de Abril de 1517, em que se apontam duas obras suas: «*a Custódia feita por GIL VICENTE para o Mosteiro de Belém – e a grande Cruz, também feita pelo mesmo GIL VICENTE.*» Em 1517, por alvará de 6 de Agosto, vendeu Gil Vicente o cargo de Mestre da Balança a Diogo Roiz, ourives da Infanta D. Isabel, a que casou com Carlos V; o poeta celebrou este consórcio com um Auto. E na verba do testamento da rainha D. Leonor, em que deixa ao Mosteiro da Madre de Deus: «*os dois Calices que andam em minha Capela, a saber o que corregeu Gil Vicente, e Outro dos que ele fez, que já está no dito Mosteiro...*» (*Chr. Seraph.* III, p. 85). Pela transcrição de uma verba deste mesmo testamento, sabe-se que Gil Vicente morava junto do paço da Rainha em umas casas mandadas construir por ela para os seus serventuários, «*e as em que vivia Gil Vicente, que estão da outra parte (da rua) todas se vendam...*». Sabe-se por documento datado de 1540, que o Ourives já era falecido; e no Lançamento da contribuição sobre Lisboa, concluída a cobrança em 5 de Junho de 1567, sabe-se que ainda vivia «*Melícia Rodrigues, mulher que foi de Gil Vicente...*». Vejamos os filhos que houve do seu consórcio:

– *Vicente Fernandes*, acompanhou para a Índia Afonso de Albuquerque em 1506; citado nos *Comentários de Afonso de Albuquerque* pela antonomásia de – *o filho de Gil Vicente*, quando mandou assentar pazes com o adail de Goa, indo ele como escrivão da embaixada; Gaspar Correia, nas *Lendas da Índia*, chama-lhe *Vicente Fernandes*. Por isso se verá que o ourives era mais velho que o poeta, cujo casamento é de 1513.

– *Belchior Vicente*: também é apontado como testemunha em um documento de 16 de Abril de 1540; o facto testemunhado, refere-se a 1519, e se diz: «*It. Belchior Vicente, filho de Gil Vicente, que deus perdoe, moço da capela del-rei*»; o facto passara-se: «*sendo ele testemunha moço pequeno.*» Em documento de 14 de Março de 1540 é nomeado 2.º Escrivão da Feitoria da Índia, cargo que ele renunciou em 1545 em Afonso Castanho. Determina-se a época de seu falecimento, porque em 20 de Abril de 1552, é feita mercê à sua viúva Guiomar Tavares, de dois moios de trigo e mais outra de 10\$000 réis, bem como para suas duas filhas Paula Vicente e Maria Tavares, que já tinha recebido as suas legítimas em 1565. No Rol da quotização lançado a Lisboa chama-se a esta Paula Vicente *neta de Gil Vicente*, que é irrefragavelmente o ourives. Também um Belchior Vicente, que aparece apontado como moço da câmara da

Pelo ascenso de D. João III ao trono não se fizeram festas pelos terrores da peste que devastava o país; Gil Vicente sentiu essa apatia da corte, e ao representar em 1523 o *Auto pastoril* português, lança à atenção do novo reinante esta estrofe, em que se lastima:

E um Gil, um Gil, um Gil,
(Que má retentiva hei!)
Um Gil... já não direi;
Um que não tem nem ceutil,
Que faz os Aitos a El Rei?...

Aito, cuido que dizia,
Aito, cuido que assi é;
Mas não já Aito, bofé,
Como os Aitos que fazia
Quando ele tinha com quê.

Esses belos Autos da passada época manuelina eram o Auto da *Fama*, em que idealizava a grandeza dos Descobrimentos dos portugueses, as três *Barcas*, a comédia de *Robena*, de surpreendente espectáculo e de intenção filosófica. Ele sentia a hostilidade do pedantismo humanista, revelando-a na deformação da palavra *Auto*, por que os eruditos condenavam esta designação rude da *Comédia*, propriamente grega. Nesse mesmo ano de 1523, rompeu o conflito *com certos homens de bom saber*, que punham em dúvida a originalidade dos seus Autos, uns insistindo com insinuações a Encina, outros a Torres de Naharro e os italianos. Levantando o repto, compôs a Farsa de *Inês Pereira*, cuja rubrica encerra a franca situação em que se encontrara: «*O seu argumento é, que porquanto duvidavam certos homens de bom saber, se o Autor fazia de si estas abras ou se as furtava de outros autores, lhe deram este tema sobre que fizesse: s. um exemplo comum, que dizem: Mais quero asno que me leve, que cavalo que me derrube. E sobre este motivo se fez esta farsa.*» O seu espírito deu forma à primeira comédia *regular* do teatro moderno; entreviu um século antes a norma molieresca: com tipos, caracteres e situações, libertando-se dos liames das *Sotties* medievais e das paródias ininteligentes da comédia clássica terenciana. O jovem monarca gostou tanto da farsa, que pediu a Gil Vicente para escrever-lhe uma continuação. No ano de 1524 não há documentos da sua actividade; nada produziu. Era a recrudescência da terrível peste, que se prolongou pelo ano de 1525. Em umas trovas ao Conde de Vimioso, D. Francisco de Portugal, poeta do Cancioneiro geral, alude a ter tido morte em casa. Porventura a rainha D. Leonor influiria ao rei, seu sobrinho, na tença de três moios de trigo ao poeta, por alvará de 19 de Janeiro de 1525. Neste ano representa a *Frágua de Amor*; dela escreve Menendez y Pelayo: «é uma das raríssimas peças em que Gil Vicente tem imitações directas de alguns clássicos. Vénus aparece procurando seu filho o Amor e queixa-se da sua perda em termos análogos aos do primeiro Idílio de Moscho,

Infanta D. Maria, que por ser casado com Catarina Arnaa, e despachado em 30 de Abril de 1567 Juiz dos Órfãos de Miranda de Podentes, deve considerar-se, segundo Brito Rebelo, *neto do Ourives*.

Dois outros documentos destacam a individualidade: Entre os filhos de Luís Vicente, ourives, existe uma filha – *Filipa Borges*; para o casamento dela concedeu o rei D. Manuel, em Alvará de lembrança, de 1514, «que se desse a *Gil Vicente* vinte mil réis para ajuda do casamento de *Filipa Borges* sua irmã...». E efectivamente se efectuou a mercê assinada em 25 de Setembro de 1525: «*Gil Vicente, mestre da balança*» fez declaração de ter recebido essa quantia, casando sua irmã com Estêvão de Aguiar Godinho. Aqui se enlaçam as famílias do poeta e do ourives, pois D. António de Meneses, neto de *Filipa Borges*, casou com Valéria Vicente ou Borges, filha do poeta dos Autos.

atribuído por alguns a Teócrito.» (*Ant.*, VII, CCXI). «Porém, nem a Teócrito, nem a Moscho, nem a nenhum dos mestres do culto Idílico alexandrino, nem a Virgílio seu imitador, deve Gil Vicente o seu próprio e encantador bucolismo, que já desponta em alguns dos seus Autos hieráticos, e que logo mais deliberadamente se manifesta na *Tragicomédia pastoril da Serra da Estrela*, e nos belíssimos *Triunfos do Inverno e do Verão*. É evidente, que também neste ponto teve por precursor a Juan del Encina, porém deixando-o a tal distância, que mal se notará o arremedo. A Égloga em Juan del Encina é realista em excesso e algo prosaica; em Gil Vicente é lírica, é um impetuoso ditirambo, um hino às forças vivas da natureza prolífica e serena; eterna desposada que ressurge ao túbio alento de cada Primavera, vencedora das brumas e das neves do Inverno.» (*Ib.*, p. CCXVIII). Um alento de vida era insuflado por Gil Vicente nesse lirismo cortesanesco; diz Menendez y Pelayo, com insuspeitas palavras: «Entre os engenhos que no fim da Idade Média e alvares da Renascença rejuvenesceram a exangue poesia palaciana com o filtro mágico da Canção popular, Gil Vicente é indiscutivelmente o maior de todos.» (*Ib.*, CCXVIII).

Em 17 de Dezembro de 1525 deu-se o falecimento da rainha D. Leonor; falhava-lhe aquele providente valimento, quando se reduplicava a sua produtividade e o génio mais se sublimava. Tinha de lutar de frente com a Escola italiana, implantada por Sá de Miranda, que em 1526 regressara a Portugal, fascinado com o lirismo de Petrarca, com os Idílios de Sannazaro, com o poema de Ariosto, e com os *Assolanos* de Bembo. Como se vê pela sua Carta a António Pereira (st. 33), aquele fundador da Escola italiana em Portugal, chamava *Pasquinos* aos que metiam em verso e arrastavam à cena os temas sacros, e queria restabelecer o título de Comédia, como o declara no prólogo da sua dos *Estrangeiros*. Camilo quis ver na farsa do *Clérigo da Beira*, uma alusão a Francisco de Sá de Miranda, *filho do cônego* de Coimbra Gonçalo Mendes de Sã, nesse Francisco filho do clérigo beirão a quem ajuda à missa e com quem anda à caça. O poeta lembra-se do pedido do rei e continua a *Farsa de Inês Pereira* no tipo lorpa e jovial do *Juiz da Beira*, em que caricatura a magistratura pedânea; os tipos revelam-se com nitidez admirável, como o Fidalgo pobre na *Farsa dos Almocreves*, e o *Ratinho* ou o ruão, o da arraia miúda que vive na sua infatigável diligência, figurando o *Stupidus* da Sátira latina:

Muitos *Ratinhos* vão lá
De cá da serra a ganhar;
E lá os vemos cantar
E bailar bem como cá.

(*Op.*, II, 443)

Segundo Miguel Leitão, o *Ratinho* era o natural das aldeias e lugarejos do concelho de Rates, dizendo: «deles se estende o nome a quase toda a Beira...» (*Misc.*, p. 342). Outros entendem que o nome de *Ratinho* vem da roupa de estamemha chamada *rates*. O poeta, que tanto se inspirava das tradições do Minho, imitava com simpatia os costumes da Beira, e admiravelmente os costumes do Alentejo, como o comprovou com nitidez o Conde de Ficalho. A par da comédia de costumes e de tipos, Gil Vicente ainda neste ano de 1526 representa o *Templo de Apolo* nas festas do casamento de Carlos V com a Infanta D. Isabel de Portugal, tratando a comédia *alegórica*, «género, que mais tarde se generalizou em Espanha», como observou Ticknor. (*Hist. Lit.*, I, 305). Estava na intensidade máxima do génio criador; ainda em 1526 representa a *Tragicomédia de Dom Duardos*; Ticknor viu nela a iniciação da forma da *Comédia famosa*, o tipo

dramático do assombroso Teatro espanhol: «nelas introduz já um grande número de interlocutores, e descobrem-se também, embora na realidade careçam da verdadeira acção dramática, os princípios do drama heróico espanhol, conforme se escreveu e representou meio século depois.» (*Hist. Lit.*, I, 305).

Entre as peças de Gil Vicente, o *Dom Duardos* não tem data, mas determina-se plausivelmente depois de 1524, porque neste ano foi publicado o *Primaleão*, novela cujo título primitivo foi: *Libro segundo de PALMEIRIM (de OLIVA) que trata de los grandes fechos de Primaleon y Polendos sus hijos; e assi mismo de los de Dom Duardos, principes de Ynglatierra*. Desta novela hoje raríssima tirou Gil Vicente a sua admirável Tragicomédia, que termina com o Romance encantador em que iguala na mais espontânea emoção a melopeia popular. Camões conheceu esse romance, servindo-se de alguns versos sentenciosos; entrou na vulgarização europeia no Cancioneiro de Romances de Anvers de 1555, e ainda hoje se repete na tradição oral do Arquipélago açoriano. Apreciando o *Dom Duardos*, observa Menendez y Pelayo: «escrito em polidas e gentis copias de pé quebrado. Toda a peça é um completo idílio; porém, como no final quisesse Gil Vicente dar mostra do mais requintado da sua poesia lírica, fez cantar ao coro um Romance incomparável, como dificilmente se achará outro composto por trovador ou poeta de Cancioneiro; tão próximo está da inspiração popular, e de tal modo o arremeda, que quase se confunde com ele – e basta para bem justificar e dar por bem empregada a existência do *Primaleão*, donde foi derivado.» (*Orig. de la Novela*, p. CCLXVII). A Tragicomédia *Dom Duardos* foi publicada por Gil Vicente com uma dedicatória a D. João III, que falta na edição póstuma de 1562, mas restituída à edição de 1586; nela enumera as formas dramáticas que tratara: *Comédias, Farsas e Moralidades*, não mencionando as *Tragicomédias*, em que agora se afirmava a plenitude da sua arte. Justificando a dedicatória ao rei, e procurando conveniente retórica para satisfazer o seu *delicado espírito*, descreve Gil Vicente a origem da sua Tragicomédia: «Y assi con desseo de ganar su contentamiento, hallé lo que su extremo desseava que fué Dom Duardos y Flérída, que son tan altas figuras, como su historia recuenta, con tan dulce rhetorica y escogido estilo, quanto se puede alcançar en la humana intelligencia;... Pero yo me confié en la bondad de la historia, que cuenta como Don Duardos buscando por el mundo peligrosas aventuras para conseguir fama, se combatio cou Primalion, uno de los mas esforçados caballeros que havia en Europa, sobre la hermosura de Gridonia, la qual Primaliou tenia enojada.» A Tragicomédia foi escrita estando ainda viva a rainha D. Leonor (*vuestra tia*), que faleceu em 17 de Dezembro de 1525. Houve uma edição avulsa, donde se generalizou o romance que em 1555 ficou compilado no Cancioneiro de Anvers. É de 19 de Janeiro de 1525 o alvará de mercê de uma tença de três moios de trigo a Gil Vicente «havendo respeito aos serviços recebidos e aos que adiante espera receber dele.» Seria esta mercê de D. João III motivada pela dedicatória de *Dom Duardos*, animando o seu trabalho começado logo no aparecimento da Novela em 1524. Fitzmaurice Kelly, no seu resumo da *História da Literatura espanhola*, falando das Tragicomédias de *Dom Duardos* e de *Amadis de Gaula*, diz: «verifica-se um progresso eminente na composição e no bem acabado...» (*Op. cit.*, p. 147) O *Amadis de Gaula*, publicado em uma esplêndida edição em Veneza em 1534 pelo Padre Francisco Delicado, o autor da novela picaresca *Lozana Andalusá*, foi lido na corte, valorizando a Tragicomédia de Gil Vicente, da qual escreve Menendez y Pelayo, com juízo insuspeito: «*Amadis* pisou muito cedo os tablados do Teatro peninsular. Gil Vicente, o maior poeta de todos os dramaturgos das nossas origens, foi o primeiro que compreendeu que nos livros de Cavalaria havia uma importante mina a explorar, e se internou por ela abrindo esta senda como vários outros, ao Teatro espanhol definitivo, ao Teatro de Lope, e ainda poderíamos dizer ao de Calderon, que

todavia tratou de alguns temas cavaleirescos como brilhantes libretos de ópera. A Tragicomédia do *Amadis de Gaula*, composta por Gil Vicente em castelhano, é uma dramatização dos amores de Oriana, especialmente do episódio da Penha Pobre, que parece ter sido o predilecto de todos os imitadores.» (*Orig.*, p. CCXXXVII). Enquanto em Espanha o tema novelesco do *Amadis* se vulgarizava na forma dos romances velhos, e no *Cancioneiro general* era tratado em oitava rima, nas formas das modernas epopeias clássicas, Gil Vicente avançava genialmente na evolução poética e morfológica realizando a nova estrutura da *Comédia famosa* com que os *ingénios* do século XVII enriqueceram o Teatro espanhol.

Depois da morte da Rainha D. Leonor, interessou-se D. João III pela obra de Gil Vicente, como se vê pela actividade com que assinala o ano de 1526, em que compôs e representou o *Clérigo da Beira*, para continuar a pedido do monarca a farsa de *Inês Pereira*, a tragicomédia do *Templo de A polo*, escrita para a partida da mi anta D. Isabel desposada de Carlos V, e ainda a *Farsa dos Almocreves*, representada em Coimbra. Este título corresponde à alcunha que ainda em nosso tempo se dava aos habitantes de Coimbra, os arneiros; nesta farsa está deliciosamente retratado o tipo português do Fidalgo pobre, nitidamente descrito em uma das Cartas do humanista Nicolau Clenardo. O poder de figurar estes tipos característicos era admirável em Gil Vicente; nota-o com admiração Menendez y Pelayo, referindo-se a um desses tipos: «Para encontrar criaturas semelhantes é preciso chegar até ao *Lazarillo de Tormes*, ou melhor, nem uns nem outros são caricaturas, mas cópias fidelíssimas da vida peninsular, interpretadas por artistas de génio.» (*Ib.*, p. CCVII). No ano de 1527, reduplicou de intensidade no trabalho, compondo e representando a *Nau de Amores*, a *História de Deus*, a *Comédia da Divisa da Cidade de Coimbra*, o *Auto da Serra da Estrela* e o *Auto da Feira*. Todas estas composições se prestam a interessantes comentários, sobretudo esta última em que transparece o espírito da Reforma na sua feição ortodoxa ou erasmistada: aí «um *Seraphim enviado por Deus a petição do tempo*», é que diz:

À feira! á feira, Igrejas, Mosteiros,
Pastores das almas, Papas adormidos;
Comprai panos, mudai os vestidos,
Buscai as samarras dos outros primeiros,
Os antecessores.

Feirai o carão que trazeis dourado;
Oh presidentes do crucificado,
Lembrai-vos da vida dos santos pastores
Do tempo passado.

O poeta sentia-se impellido para uma missão social; dava às suas deliciosas criações ideais o relevo de uma realidade, a aspiração das consciências da sua época que se tomava uma crise religiosa.

Na criação do Teatro português por Gil Vicente observa-se um fenómeno estético, revelador da intuição que o levou em uma época de crítica a achar os germes tradicionais que evoluíram na forma artística das Literaturas. É na Tragicomédia do *Triunfo de Inverno*, representada em 1529, que ele dramatiza o costume popular da Expulsão do Inverno, alegorizado na *Velha* que é obrigada a passar a *serra*; entrevê aí os elementos poéticos populares da concepção mítica do Solstício hibernal, que fora celebrada entre os povos europeus em Canções bailadas, em paradas, cavalladas, bafordos, que se misturaram com actos litúrgicos da Igreja, como se vê na Itália com a

velha *Befana*, figuração da *Epifania*. É como complemento desta concepção, a que se ligam os costumes pitorescos das festas de Maio, que Gil Vicente elabora uma segunda parte do Triunfo do Verão. Esta concepção mítica teve na Idade Média a forma dramática literária no *Debat de l'Hiver et de l'Été*. Evolucionando sobre os rudimentos tradicionais é que a literatura grega apresenta os modelos clássicos. Gil Vicente estava na orientação estética que dos elementos anónimos tradicionais se eleva às obras-primas individuais.

4º *Acção social de Gil Vicente: a luta pela liberdade de Consciência*. – Achava-se Gil Vicente em Santarém, bastante doente, vizinho da morte, como diz em uma carta a D. João III, quando se deu o terrível terramoto de 26 de Janeiro de 1531, que ia subvertendo Lisboa; a repercussão sísmica em Santarém levou os frades fanáticos a pregarem ao povo aterrado que era castigo do céu provocado pela impiedade dos cristãos-novos, exaltando o pavor popular com os prognósticos de outros terramotos. A população abandonou a cidade, conservando-se no seu susto pelos olivais, à intempérie da estação e na ansiedade de extirpar os cristãos-novos. Gil Vicente, no seu corajoso bom-senso, foi ao claustro dos frades, tocou a campã, ao som da qual logo os frades vieram a capitular; em frente dessa horda boçal falou o poeta e forçou-os a chamarem o povo para a cidade e a pacificá-lo nos seus terrores. Gil Vicente comunicou este facto a D. João III, como um serviço de ordem pública. Na *História das Origens da Inquisição em Portugal*, Herculano consignou este facto, que não sustou a fatalidade do estabelecimento do ominoso tribunal. Mas os frades por ele imporiam silêncio ao poeta, e envolveriam a sua obra no obscurantismo e no esquecimento. Quando Gil Vicente desmascarava nos seus Autos a absorção que o clericalismo estava exercendo na sociedade portuguesa, manifestava-se como jurisconsulto proclamando a preponderância da esfera civil; e propugnando pela liberdade de consciência, discutia com liberdade a *disciplina* e os *dogmas* católicos, pressentiu a Reforma e acompanhava o Erasmismo de Espanha. Por isso os Humanistas, por essa liberdade dos Autos hieráticos, lhe chamavam desdenhosamente *Pasquino*, e amesquinhavam a sua obra genial ante as frias imitações terencianas.

Em 1531, quarta-feira 1 de Novembro, representou Gil Vicente em Alvito o *Auto da Lusitânia*, para celebrar o nascimento do infante D. Manuel. O nome de Gil Vicente era já então conhecido e admirado fora de Portugal; estava D. Pedro de Mascarenhas, o íntimo amigo de Carlos V, embaixador em Bruxelas, e para celebrar aí o nascimento do mais débil filho de D. João III, fez representar no seu palácio o *Auto da Lusitânia*, em 1532. Assistiu à récita o ínclito Damião de Góis, o amigo de Erasmo e de Sadoletto; André de Resende, o exímio humanista, descreveu essa grandiosa festa em hexâmetros latinos sob o título de *Genethliacon*, revelando-nos que Gil Vicente era não só autor mas também actor. Lamentou que Gil Vicente não compusesse os seus Autos em latim, em harmonia com o seu muito saber. É de presumir que o *Auto da Lusitânia* estivesse já impresso em folha volante, formando parte das obras que *andavam empremidas pelo meudo*. Damião de Góis e André de Resende, que sobreviveram a Gil Vicente, tiveram a desgraça de assistir à degradação da cultura portuguesa pelo obscurantismo religioso e de serem vítimas do monstruoso retrocesso. Na festa da Embaixada de Bruxelas representou-se uma outra peça de Gil Vicente no Inverno de 1531, à qual alude o Dr. Frederico Bezold, na *História da Reforma religiosa na Alemanha*:

«O embaixador português tinha feito representar no Inverno de 1531, em Bruxelas, diante dos cavaleiros mais distintos da corte imperial, uma Comédia, que segundo o seu título, devia celebrar o Amor (*Frágua de Amor?*), porém, desde o

princípio até ao fim não era mais do que uma série de críticas contra Roma e o Papa. Para esta representação um dos actores tinha arranjado um barrete de cardeal, e ao verem-no posto todos riram-se tanto, que parece que o mundo se desfazia em gargalhadas...». Sousa Viterbo observa que esta situação não se acha no *Auto da Lusitânia*; o Auto de que Resende descreve o efeito na festa natalícia, é esse, como o entende D. Carolina Michaëlis, sendo preciso reconhecer que se dera uma outra anterior representação de um Auto de Gil Vicente, que pela encenação o Conde de Sabugosa julga ser a *Barca da Glória*.

No *Auto da Lusitânia* vem essa lenda da origem do Conde D. Henrique, na alusão do Príncipe *que veio da Hungria*. No túmulo do Conde D. Henrique na Sé de Braga leu Herculano o Epitáfio que o dá como vindo da Hungria. E Camões, também nos *Lusíadas* seguiu essa lenda, colhida em Duarte Galvão:

...*Henrique*, dizem que *segundo*
Filho de um rei de *Hungria* experimentado.

Só no século XVII em um manuscrito de Pithou, do século XII, é que se descobriu que era um filho do Duque de Borgonha. Sismondi, seguindo na obra *Literaturas do Meio-Dia da Europa* as investigações de Bouterweck, aponta o facto da admiração que a obra de Gil Vicente causou logo na Europa: «Gil Vicente, que precedeu os grandes poetas dramáticos da Espanha e da Inglaterra, bem como da França, adquiriu uma reputação europeia, que logo se apagou. Erasmo, que os Judeus portugueses refugiados em Roterdão informavam, ao que parece, deste restaurador do Teatro moderno, aprendeu o português com o único fim de poder ler as comédias de um homem que excitava tanto entusiasmo.» (*Op. cit.*, IV, 450). E acrescenta o grande historiador: «Embora pareçam bárbaros estes primórdios do Teatro português, nenhuma outra nação os tinha encetado com mais vantagem. Na época de Gil Vicente... não existiam em nenhuma outra língua obras dramáticas acolhidas pelo público e na posse do teatro que mostrassem mais invenção, mais naturalidade, mais colorido.» (*Ib.*, 456).

Em 1533 Gil Vicente, lisonjeando o delicado gosto de D. João III, representou em Évora a Tragicomédia do *Amadis de Gaula*; o manuscrito da Novela portuguesa estava na livraria do Duque de Aveiro, D. Jorge de Lencastre, bastardo de D. João II, e aí o poderia ter visto Gil Vicente, que confessa dever-lhe favores:

O Mestre de Santiago
De quem sempre mercê vejo.

(*Romance à morte de D. Manuel*)

Em Évora faleceu sua mulher Branca Bezerra; infere-se esta data do manuscrito de Tornos Vedras, dizendo que a esse tempo Luís Vicente, tendo nascido em 1514, contava 18 para 19 anos. Gil Vicente escreveu-lhe um Epitáfio, que nos revelou o seu nome ignorado até à publicação pelo erudito Rivara.

Branca Bezerra de *Almeida*, era filha de Martim de Crasto, e de Ana de Almeida, irmã do Prior da Colegiada de Santa Maria do Castelo, de Torres Vedras, Lourenço Esteves *Bezerra*. Estas particularidades são essenciais para recompor as relações de parentesco com Gil Vicente de *Almeida*, poeta cómico, da segunda metade do século XVI e neto do fundador do Teatro português.

Estes parentescos mostram que não é ilusória a assistência de Gil Vicente em Torres Vedras nos últimos anos da sua vida. Enquanto acompanhava a corte em Évora

em 1534, e aí representava o *Auto da Mofina Mendes*; na festa do Natal, representava-se em Lisboa no Convento de Odivelas, o *Auto da Cananeia*, intermeado de música.

Não se encontra entre as obras que coordenara alguma que aponte a sua actividade em 1535; esta omissão é significativa, e poderia explicar-se pelas fundas perturbações da corte com o falecimento repentino e misterioso do infante D. Fernando e de sua mulher D. Guiomar Coutinho, e também da ida do Infante D. Luís à Expedição naval de Tunis, sem licença do rei seu irmão. Quando menos se esperava aparece-nos o *Auto da Festa*, em uma Miscelânea de Autos do século XVI, da Livraria do Conde de Sabugosa; o ilustre escritor reproduziu-o em uma edição crítica e fac-símile determinando-lhe aproximadamente a sua data nestes versos:

RASCÃO: Deveis-vos casar.
VELHA: Olhai, filho, cá vos direi:
já me a mim mandou rogar
muitas vezes *Gil Vicente*,
que jaz os Autos a ei Rei;
porém eu não estou contente,
antes me assi estarei.
RASCÃO: Por quê?
VELHA: Não me contento.
RASCÃO: Pois ele é bem sesudo!
VELHA: He logo mui barregudo,
e mais *passa dos sessenta*.

O poeta alude à sua situação de viúvo, e a idade sexagenária. O Conde de Sabugosa no seu precioso estudo crítico dá o *Auto da Festa* como representado em 1535, «o último Natal em que o poeta podia ter representado», e que o não fora diante de D. João III. Daqui talvez o ter ficado no esquecimento, por ter o poeta aproveitado algumas cenas do *Templo de A polo*.

O poeta achava-se considerado pelos eruditos do seu tempo, como Fernão de Oliveira e João de Barros; subitamente, depois de ter escrito n *Auto da Floresta de Enganos*, em 1536, dá por finda a sua actividade literária, aludindo aos *seus sessenta e seis anos* e ter passado o seu tempo. Porventura o falecimento do *ourives* Gil Vicente, o primo e artista genial que tanto o protegera, veio causar-lhe esta depressão de espírito. Sabe-se pelo documento de 1540, em que é testemunha Belchior Vicente, que ele já era falecido. Mais do que isto; em Évora, recebia D. João III, em 22 de Outubro de 1536, o breve da fundação do Santo Ofício em Portugal. Era a extinção da liberdade de Consciência; em 1537 começava a censura e exame expurgatório dos livros. Gil Vicente agonizava com a nação. Dos apontamentos manuscritos de Torres Vedras, extraiu Sanches de Baena: «Gil Vicente quatro anos antes de morrer retirou-se para a sua quinta do Mosteiro e aí deu a alma a Deus nos fins de 1540.» (*Doc.*, p. 57). Foi nestes quatro anos que vêm de 1536 que o poeta se ocupou a coordenar cronologicamente e sistematizar por géneros toda a sua obra; solícita Paula Vicente auxiliava-o neste empenho, sendo esta a realidade da tradição em que a dá como colaboradora dos Autos de seu pai. A coordenação desses Autos fora provocada por D. João III, como se lê na dedicatória do poeta ao monarca: «Por cujo serviço trabalhei a compilação delas com muita pena da minha velhice.» Porque se demoraria tanto a publicação das Obras de Gil Vicente até 1562? Brito Rebelo supõe negligência dos filhos, causando isso a perda de muitas obras miúdas, composições líricas, que pelo que resta seriam incomparáveis. É improvável; o estabelecimento da censura religiosa desde 1539 e os anátemas dos

Catálogos ou índices Expurgatórios, embaraçaram o intento da publicação. Mas o grande número de edições avulsas dos mais apreciados Autos de Gil Vicente, anteriores à censura, corriam de mão em mão e eram reproduzidos. A publicação de 1562, vindo já revista pela Censura, proveio do expediente capcioso de amputar tudo quanto revelasse espírito crítico. O interesse que o rei D. Sebastião mostrava na puerícia pelos Autos de Gil Vicente, é que levava os Jesuítas seus directores a reverem e retocarem toda aquela obra nacional e de protesto consciente. Apesar do domínio exclusivo dos humanistas da Renascença, a obra de Gil Vicente frutifica em uma poderosa Escola nacional, em que a forma do Auto foi sustentada por Baltasar Dias, Afonso Álvares, António Ribeiro Chiado, Luís de Camões, Gil Vicente de Almeida, António Presfes, Simão Machado, Fr. António de Portalegre, Baltazar Estaço, P.^o Anchieta, P.^o Francisco Vaz, Fr. António da Estrela, Francisco Rodrigues Lobo, D. Francisco Manuel de Meio, P.^o João Aires de Morais, Diogo da Costa, Brás Luís da Fonseca, e outros mais. O Auto vicentino não evoluciona até à *Comédia famosa*, como em Espanha, mas ainda hoje é cultivado pela sua feição popular e nacional. No *Cancioneiro Musical do Século XV*, publicado por Barbieri, acham-se muitas das melodias que acompanham as Canções da época, a algumas das quais aludiu Gil Vicente. Torna-se urgente uma edição crítica da Obra do poeta que mais se inspirou da alma portuguesa; completará a consagração do seu quarto Centenário de 8 de Junho de 1902.

No princípio do século XIX, ao estudar o exemplar das Obras de Gil Vicente da Biblioteca de Goettingue, perguntava Bouterweck: «Como puderam os Portugueses esquecer tão completamente o velho poeta favorito! No século XVII apenas se imprimiram isoladamente alguns Autos.» (*Hist. da Lit. Portug.*, p. 87, ed. inglesa). No século XVIII, quando a Arcádia Lusitana aspirava à restauração do Teatro português, Garção invocava o prestígio do nome de Gil Vicente; foi impotente essa academia, porque estava abafado o sentimento da Nacionalidade. Pelas lutas contra o absolutismo bragantino, que determinaram a emigração de todos os indivíduos liberais, em 1817, 1823, 1828 e 1831, é que o sentimento da nacionalidade portuguesa acordou; a obra de Camões apareceu com a expressão suprema da consciência colectiva, e os Autos de Gil Vicente foram pelo exemplar de Goettingue restituídos em 1834 à publicidade. Garrett, um desses emigrados políticos de 1823 e 1828, aureolou o nome de Camões com as emoções de um poema elegíaco, que universalizaram a compreensão do pensamento contido nos *Lusíadas*; e quando o regime constitucional parlamentar ia entrar em actividade normal da nação que se libertara, Garrett fundava o Teatro português moderno derivando o seu esforço da iniciativa de Gil Vicente, tomando o tema do seu primeiro drama do auto alegórico das *Cortes de Júpiter* dando-lhe vida. Como um mesmo pensamento aproximava estes dois grandes nomes! Consagrando em uma comemoração centenal estes vultos, Camões e Gil Vicente (1880 e 1902) obedeceu-se a um impulso espontâneo, que fez pressentir que, por este modo, se iria operando a revivescência da alma portuguesa.

Quando se celebrou em 1898 o Centenário do Descobrimento da rota marítima da Índia, os nomes dos dois artistas, Gil Vicente *poeta* e Gil Vicente *ourives*, apareceram como aqueles que mais cedo souberam idealizar esse grande feito que iniciou a vida moderna da Europa: a *Custódia* do Mosteiro dos Jerónimos, cinzelada com o primeiro ouro das páreas de Quíloa, simbolizava a emoção de um povo que ia dilatando a *Fé* e o *Império* – Por mares nunca de antes navegados; e o *Auto da Fama* (1515) no seu rudimento dramático alegorizava a acção de Portugal invejado pelas nações modernas. Os dois filhos de Guimarães, sempre amigos na vida e inseparáveis na história, precederam nesta idealização da actividade de Portugal a obra arquitectónica de João de Castilho e a Epopeia de Camões.

Completaram-se quatro séculos no dia 8 de Junho de 1902, em que o poeta representou a sua primeira obra dramática, seguindo uma carreira ascensional até 1536, assinalada por larga série de composições, em que ficou fundado o Teatro português, criando a nova forma da Literatura dramática que floriu pelo seu impulso no esplêndido Teatro espanhol. Ele teve a consciência da importância da sua obra, ocupando-se nos últimos quatro anos da sua vida a organizá-la para a imprensa; atalhou a morte este trabalho realizado pela piedosa e inteligente dedicação de sua filha Paula Vicente, a amiga íntima da Infanta D. Maria. Apareceu a *Compilação* de todas as suas obras em 1562, retocadas pela Censura clerical; muitos dos seus autos já corriam impressos, sendo apontados no primeiro índice expurgatório de 1551 do execrando Cardeal Infante D. Henrique, nunca mais deixando a censura de deturpá-los, mutilá-los e embaraçando a sua leitura. Apesar de tudo, o influxo de Gil Vicente foi profundo, suscitando uma vigorosa escola nacional de poetas cómicos, continuando-se a imitação das suas formas por todo o século XVIII e o XIX. O vigor desta influência proveio das raízes orgânicas ou tradicionais donde Gil Vicente derivou a sua obra: elevou-se dos costumes populares, dos Diálogos e Colóquios das Lapinhas e das Canções bailadas de Maio aos rudimentos literários do Auto; em volta desta forma agrupou as Canções líricas com a mesma estrutura das serranilhas da época de D. Dinis e dos seus trovadores, e as Canções narrativas do tipo dos Romances velhos, que chegaram pela identificação com a alma popular a coligirem-se nos Romanceiros espanhóis. Gil Vicente aperfeiçoou o rudimento do Auto, reflectindo nele os conflitos da vida social portuguesa de uma grande época em que começava a preponderar a burguesia. As suas cenas e os seus tipos têm intenção crítica, exercida com lampejos da opinião pública. Gil Vicente colaborava na demolição de instituições abusivas e de extemporâneos poderes, que esgotaram as energias da nação e a conduziram ao seu estertor em 1580.

Por essa intuição genial é que a obra de Gil Vicente actuava nas sucessivas gerações e ainda hoje nos ensina como a Arte para ser viva, tem de inspirar-se na tradição e dar expressão ao sentimento nacional, idealizando uma realidade. A sua lição é hoje, mais do que nunca, profícua contra a *desnacionalização* que ia aniquilando a nacionalidade.²⁸ Portugal subsiste porque tem um território, que patenteia ser a sua

²⁸ Em 1898 por ocasião do Centenário da Índia representou-se o *Auto pastoril português* no Teatro de D. Maria II; publicando-se ao mesmo tempo uma edição in-4º.

Em 8 de Junho de 1902, celebrou-se o quarto Centenário da Fundação do Teatro português, recitando-se na festa do Conservatório e no Teatro D. Amélia, o Monólogo da *Visitação*, e trechos do *Auto da Lusitânia*, do *Juiz da Beira*, do *Triunfo do Inverno*, do *Auto da Feira*, do *Auto da Cananeia*, *Pranto da Maria Parda*. Foram publicados com o *Auto da Alma* e a *Carta a D. João III* em folheto in-8.^o, de 99 pág.

Em 1905, publicou-se o *Auto da Índia*, para o povo e para as Escolas. Lisboa, in-8º, gr. de 36 pág. (Ed. Calado Nunes).

Em 1906, o *Auto da Festa* com uma explicação prévia pelo Conde de Sabugosa. Edição fac-símile, in-8º.

Em 1907, excerto das *Obras* de Gil Vicente por Mendes dos Remédios. (*Subsídios*, vol. XI, Coimbra).

Em 1910, *Amadis de Gaula*, versão parafrástica em português no *instituto de Coimbra*, vol. 57, nº 42, 43 e 44).

Monólogo do Vaqueiro, vertido do castelhano e adaptado por Afonso Lopes Vieira. Representado em 17 de Fevereiro de 1910 no Teatro de D. Maria II, e retirado da cena depois de cinco representações. Em Nota escreve Afonso Lopes Vieira: «Na nossa *hora incerta, ao mesmo tempo triste e renascente*, consolemo-nos com estas belas redondilhas do *Vaqueiro*.» *Idem* – *Revista de Guimarães*, vol. XIX, nº2.

Passada a revolução de 5 de Outubro de 1910, e já na *hora renascente*, foi representada em Novembro de 1911, no Teatro da República, o *Auto da Barca do Inferno*, e impresso na Editora, in-8º pequeno de 74 págs.

nacionalidade a de formação mais lógica entre os estados peninsulares, como o reconheceu Pi y Margall; tem uma raça inconfundível com o Ibero, como o comprova uma autonomia de oito séculos; tem uma tradição que nos liga simpaticamente, e que achou na linguagem de Gil Vicente e de Camões a expressão literária suprema e imperecível.

B) BERNARDIM RIBEIRO E O GÉNERO PASTORIL

O apagado lirismo dos poetas palacianos recebeu o fulgor do génio de Gil Vicente inspirando-se das formas vivas dos cantos populares; e essas formas, como notou Frederico Diez, eram uma sobrevivência das antigas serranilhas e dizeres dos velhos Cancioneiros trovadorescos portugueses, que se conservavam na tradição. Bernardim Ribeiro, pela sua situação pessoal, encontrou nos quadros pastoris o meio de objectivar a intensidade dos sentimentos afectivos, alcançando pela verdade da emoção a mais surpreendente expressão do seu amor. No vasto *Cancioneiro Geral* de Resende nada se acha que indique conhecimento do *bucolismo*, já nos fins do século XV cultivado na Itália por Sannazaro. Bernardim Ribeiro, depois de 1516, encetou esta nova forma lírica, e se não é anterior à idealização pastoril de Sannazaro, pelo realismo que o inspira, é pelo menos independente seguindo uma tradição nacional. Bouterweck notou o facto bem característico: «Portugal pode ser considerado como a verdadeira pátria da poesia pastoril, que no mesmo período floresce na Itália, onde adquire formas mais cultas, particularmente depois de Sannazaro.»²⁹ Quando Bouterweck formulava este juízo, ainda eram desconhecidas as *Serranilhas* e *Pastorelas* imitadas na corte de D. Afonso III e D. Dinis pelos trovadores portugueses; pela crítica pressentiu essa persistência tradicional. Hoje, que a evolução desse lirismo galaico-português está conhecida, pode-se aproximar o *bucolismo* de Sannazaro e o de Bernardim Ribeiro de um mesmo influxo actuando em dois meios diferentes. Sannazaro viveu em Nápoles e na simpatia da realeza de Aragão, que ali implantara a cultura lírica das cortes hispânicas; antepassados seus tinham vivido e eram oriundos da Espanha. Na corte de D. João II de Castela e na de Henrique IV revivesceu a sentimentalidade lírica do génio luso pela influência dos poetas do Cancioneiro de Baena, e principalmente por Juan Rodriguez da Camara, de Padron³⁰, que imprimiu a sua ardência incomparável ao lirismo dos fins do século XV. Essa impressão viva reforçou as circunstâncias étnicas que actuaram em Gil Vicente quanto às formas arcaicas; poetas como Bernardim Ribeiro e Garcia de Resende conheceram a novela amorosa de Juan Rodriguez del Padron *Siervo libre de Amor*, que revelava como o lirismo brota da expressão das

O Fidalgo presunçoso = da *Farsa dos Almocreves*. = Adaptação de C. Marta. Lisboa, 1912. In 16, de 32 p.

²⁹ *Hist. da Literatura Portuguesa*, p. 43. (Trad. inglesa, 1804).

³⁰ No certame do *Cuydar e Suspirar* é citado como autoridade:

Per boa confirmaçam
Que temos de Juan de Mena,
Juan Rodrigues del Padron,
Manrique, e quantos sam,
Ham suspiros por mor pena.

(*Canc. Ger.*, I, 41)

E Jorge Ferreira de Vasconcelos escrevia na Comédia *Ulissipo*: «Sabei por esse respeito, que me não trocarei por *Juan Rodriguez del Padron*.» (*Act. II*, sc. 2).

impressões vividas.

Pelo seu próprio temperamento afectivo e situação especial da sua vida, tirou Bernardim Ribeiro do isolamento da infância no campo e da sensibilidade mórbida de uma paixão absoluta todos os elementos de realidade do seu incomparável lirismo. Há alguma coisa de parecido na sua vida com a do bucolista italiano: Sannazaro ficou muito cedo órfão de pai, tendo sua mãe pela desgraça doméstica de recolher-se a uma pequena povoação de Nacera; pela revelação do talento fez o velho mestre Juniano Maius que viesse estudar para Nápoles, onde pelo seu amor desventuroso pela gentil e esquiva Carmosina Bonifazia se lhe acordou o sentimento poético; diante da indiferença da mulher amada, saiu de Nápoles, procurando alívio nas viagens, e encontrando favor na casa real de Nápoles, principalmente no príncipe Frederico de Aragão, com uma piedosa simpatia; sobreviveu à morte de Carmosina, exaltando-a na expressão da sua saudade pungente; prevaleceram acima das formas clássicas do bucolismo de Teócrito e de Virgílio o realismo da sua paixão e a orientação atávica dos antepassados aragoneses.

Nas cinco Églogas de Sannazaro o emprego da língua latina forçava-o à subserviência clássica, pondo em contraste a naturalidade com o purismo académico. Nas cinco Églogas de Bernardim Ribeiro, a linguagem vernácula, na beleza dos modismos e locuções populares dá um maior relevo à expressão apaixonada, pela harmonia com o quadro bucólico ou o meio campesino em que sofreu o seu mesto amor. O conhecimento da biografia do poeta, bem fundamentado, revelando-nos a verdade da sua inspiração, porá em evidência a dominadora beleza estética das *Églogas* e da *Menina e Moça*, sem igual nas modernas literaturas.

Torna-se de uma justa compreensão crítica esta observação do Dr. Raul Soares: «O carinho com que fala da natureza, sobretudo do seu *pobre* Juan, uma doce nota panteística, realidade e idealização de hábitos pastoris, o sugestivo das suas cenas campestres, denunciam nele um positivo pendor para as cousas mansas, uma paixão para as cousas simples, o que mostra não ter sido por acaso que ele criou o género bucólico em Portugal, escolhendo-o para a expressão de sua alma, mas para obedecer a uma tendência do seu espírito.»³¹ É o que se prova neste estudo.³²

1482 a 1503. – Damião Ribeiro, nascido na vila de Torrão, e empregado na administração da casa do Infante D. Fernando, donde passou para a casa do Duque de Viseu D. Diogo, casara com D. Joana Dias Zagalo, da família dos Zagalos de Estremoz; deste consórcio nasceu-lhes uma menina, *Beatriz*, que pouco viveu, e em 1482 *Bernardim Ribeiro*, que havia de immortalizar-se pela sua excepcional organização poética. A época da sua geração coincide com as grandes perturbações da conjuntura dos fidalgos contra o absolutismo imperialista de D. João II, de que resultou a execução no patíbulo do duque de Bragança em 1483, e o assassinio do duque de Viseu pelo próprio monarca, seu cunhado, em 23 de Agosto de 1484. Como empregado de confiança da Casa do duque de Viseu, Damião Ribeiro conseguiu escapar-se de Setúbal, e antes de se refugiar em Espanha, foi entregar sua mulher e filhos à protecção dos primos, o desembargador António Zagalo e sua irmã D. Inês Dias Zagalo, que se achavam vivendo na quinta dos Lobos, nas imediações de Sintra.³³ Damião Dias morreu

³¹ *O Poeta Crisfal* – Subsídios para o estudo de um problema histórico-literário, p. 70. Campinas. 1909.

³² Com os factos alegados na tenção do desembargador Rodrigo Rodrigues de Lima, de 6 de Maio de 1642; as notícias genealógicas de D. Flaminio sobre a família dos Zagalos, impressas por Sanches de Baena; dados autobiográficos das Églogas e Novela de Bernardim Ribeiro, e contidos na Égloga *Aleixo*, de Sá de Miranda, e com as datas de documentos oficiais e bibliográficos faz-se uma verdadeira reconstrução biográfica.

³³ Do Documento judicial de 6 de Maio de 1642: «Bernardim Ribeiro com sua mãe e *irmã* se socorreram do amparo do seu parente o Desembargador da Casa da Suplicação António Zagalo e de sua

assassinado em Espanha por ordem de D. João II. Sob estes tremendos abalos morais, isolamento imposto pelo perigo das denúncias e das perseguições, foi criado Bernardim Ribeiro, na quinta e cercanias pitorescas da Quinta dos Lobos. Tudo influía na sua organização para uma sensibilidade nervosa excessiva, que levou Bernardim Ribeiro a uma susceptibilidade delicada, para a receptividade de impressões, que pela precocidade do seu temperamento erótico transformariam qualquer emoção passional em uma psicose decisiva. E assim dar-lhe-iam, «este estado mórbido dos elementos nervosos», as sobre-excitações, as condições fulgurantes do génio. A solidão agreste da Quinta dos Lobos agravava a susceptibilidade sensacional, tomando as formas de ternura e de uma melancolia sem motivo. Importa conhecer esse meio em que decorreu a infância e puerícia de Bernardim Ribeiro, até ao ano de 1496, após a morte de D. João II. A quinta dos Lobos (morgado instituído em 1424 por Martim Gil Lobo) veio para a família Zagalo pelo casamento de Gomes Martim Zagalo com Brites Afonso, irmã do instituidor; fica próximo do Sabugo, a leste da estrada de Mafra, com uma casa de grossas paredes assentes sobre rocha, com a frontaria voltada ao sul, tendo ao sopé um ribeiro, que ao fundo do vale corre entre choupos e freixos, continuando os pinheirais pelas serranias. Para o lado da casa elevam-se os montes, e a paisagem desvenda-se encantadora dilatando-se em terrenos até à falda de Sintra, e uma cordilheira para além da qual se avista uma parte do vale do Tejo e uma parte do Oceano na curvatura das costas de Sintra e de Cascais. Aí, nessa quinta, oculta entre uma garganta de serras, decorreu a criação e adolescência de Bernardim Ribeiro, descuidada e livre, mas o que lucrava em robustez física, a solidão desequilibrava em sensibilidade, em que as impressões objectivas desse meio edénico o embalavam em um *estado de poesia*. A vida campesina, pastoril, que observava em volta de si tinha uma efectiva realidade; e as situações afectivas que aí se passaram identificaram esses lugares com as suas saudades. Da revelação do talento precoce alude Sá de Miranda na Égloga *Aleixo*, em que desenha o drama da vida de Bernardim Ribeiro como um doloroso poema:

Veislo que a maiores alcança
En criança,
En saber i ser lozano.
Ai! de una vana esperança,
Alfin que queda en la mano?

Era locura pensar
Cosas que aun niño dezia;
Despues cantava i taflia
El caramillo sin par
Sabia mas que...

As admirações com que acolhiam os prodígios infantis, nas esperanças de um futuro brilhante, impeliavam-no ao exagero da subjectividade. E Maudsley, na *Patologia da Espirito*, observa: «A imaginação precoce ou antes a fantasia da infância devia ser reprimida como um perigo, em vez de animá-la como uma prova de talento.» (*Op. cit.*, p. 286). A companhia do velho desembargador António Zagalo influiria por certo nessa cultura intelectual, que tanto se patenteava. A vida interna da Quinta dos Lobos teve uma grande alteração: D. Inês Dias Zagalo casou com um rico proprietário de Estremoz, Sancho Tavares, para onde foi viver; pouco tempo depois, pelo falecimento do velho

irmã D. Inês, a qual os levou para a vila de Sintra, e os trouxe recolhidos no segredo por algum tempo na quinta denominada dos Lobos.»

desembargador, entrou no domínio do morgado de Sintra Álvaro Pires Zagalo, casado em Alcácer do Sal. Tinha este dois filhos, um dos quais, *Bastião* Dias Zagalo, aparece memorado na novela da *Menina e Moça* sob o anagrama de *Tasbião*, formando com *Bimnarder* (anagrama de Bernardim Ribeiro) a história dos *Dois Amigos*, que constitui o tema da novela. Esses dois rapazes, íntimos primos, com o temperamento amoroso dos Zagalos, em que foram frequentes os dramas passionais, galantearam duas irmãs de um pequeno lavrador de Sintra, do sítio de Ribafria, Ambrósia Gonçalves e Lucrécia Gonçalves. Figuram na Novela da *Menina e Moça* sob os anagramas de *Romabisa* e *Cruelsia* (na edição de Ferrara, *Aquelisia*, aproximação de nome fatídico de Lachesis). Era um folgado da juventude, que se tornou a crise da sua vida. Diz Maudsley: «Na puberdade produz-se uma revolução corporal e mental, novos substratos do espírito entram em função, caracteres ancestrais, que se não tinham notado anteriormente, manifestam-se... » (*Patologia do Espírito*, p. 96). Na história dos *Dois Amigos*, *Tasbião* sofre as indomáveis esquivanças de *Romabisa*, mas na realidade Ambrósia Gonçalves vem a casar com Sebastião Dias Zagalo; *Cruelsia* estimulava o temperamento de *Bimnarder*, que, como o revela Bernardim Ribeiro na Novela: «*Cruelsia – obrigou tanto este Cavaleiro, com cousas que fez por ele, que o endividou todo nas obras. Não lhe deixou nada, tão só para que lhe devesse a formosura. Parece que lhe quis tanto bem, que não sofria a tardança de o ir obrigando pouco a pouco: deu-se-lhe logo toda. Obrigou-o assi...*» (Part. I, 13). Pelo falecimento de D. João II pode Bernardim Ribeiro sair de Sintra, indo tomar conhecimento da sua casa do Torrão, utilizando as reparações que o rei D. Manuel dava aos perseguidos pelo assassinio do seu irmão, o Duque de Viseu. Continuavam as grandes fomes do Alentejo em 1496, circunstância que obrigava-o a regressar a Sintra e aí permanecer, até seguir um plano de vida; à fome juntou-se a peste e a estiagem no Alentejo, e muita gente convergia para Lisboa. Em 1501, Sancho Tavares entende que Bernardim Ribeiro com os seus *dezanove anos*, tem de tomar rumo; assim na Égloga *Aleixo*, diz *Sancho* (pastor) el viejo:

Mal con hijos que he engendrado,
Mal con los hijos agenos.

Y esto ha sus *diez i nueve alios*
Quien del liempo no se vela, Parece que fué aier!

(Sá de Miranda, *Obras*, p. 107)

Em 1503, D. Inês Dias Zagalo foi chamada para o paço para ama da Infanta D. Beatriz; nesta assistência nos paços da Ribeira teve Bernardim Ribeiro ensejo de ver sua prima Joana Zagalo, *d'antre treze ou quatorze annos*, como diz o poeta na Novela, e portanto nascida em 1489. A impressão foi profunda como uma comoção cerebral, em que a permanência de horas e dias em uma abstracção mística se torna a loucura cataléptica. Diz Maudsley: «Considero que uma causa moral actue de uma maneira também física como uma pancada que produz a paralisia ou a morte súbita; é mesmo provável que actue da mesma maneira.» (*Op. cit.*, p. 237). E o célebre alienista explica esta comoção cerebral, que inicia a paixão como a passagem de uma base física para a consciência, «sentida na razão da constituição dos centros cerebrais em que foram depositadas as simpatias sociais de idades sucessivas...» Nesse seu modo de sentir, Bernardim Ribeiro tornava-se o completo representante da alma portuguesa na sua imanente afectividade. Na Égloga II, descreve Bernardim Ribeiro a época em que veio para Lisboa e o momento do seu encontro com Joana:

Quando *as fomes grandes* foram,
Que Alentejo foi perdido,
Da aldeia que chamam *Torrão*
Foi este pastor fugido;
Levava um pouco de gado,
Que lhe ficou de outro muito
Que lhe morreu de cansado,
Que *Alentejo era enxuto*
De água, e mui seco de prado.

Toda a terra foi perdida;
No campo do Telo só
Achava o gado garida;
Ver Alentejo era um dó;
E Jano pera salvar
O gado que lhe ficou,
Foi esta terra buscar;
E se um cuidado levou,
Outro maior foi achar.

Deu-se a comoção passional; Bernardim Ribeiro viu Joana Zagalo naquele momento em que a mulher ainda ignora o poder da sua beleza:

Joana acertou de ir ver
Que se andava pola *Ribeira*
Do Telo a flores colher.
Vestido branco trazia,
Um pouco afrontada andava,
Formosa bem parecia
Aos olhos de quem na olhava.

Mui perto estava o casal
Onde vivia o pai dela,
Que fez ir mais longe o mal
Que Jano teve de vê-la.

Daqui se entende que Sancho Tavares, o rico proprietário de Estremoz, achando que o talentoso moço seria um bom partido, facilitara as familiaridades, que tornaram mais veemente a paixão. A mãe de Joana, D. Inês Dias Zagalo, de acordo com a tenção do marido, empregou a sua influência junto do rei D. Manuel para obter-lhe uma doação para seguir os estudos. Lê-se na tenção do processo de 1642: «Falecido el rei D. João, e sucedendo-lhe el rei *D. Manuel, por mercê a D. Inês, que depois foi ama da sr^a Infanta D. Beatriz*, Duqueza de Saboya, lhe fez muitos favores e acrescentos de fortuna, e tomou o referido *Bernardim Ribeiro sob sua real guarda*, e o mandou cursar os estudos da Universidade, donde saiu com o grão de Bacharel em Leis.» O poeta descreve esta crise decisiva da sua vida, que fixa em 1503:

Agora *hei vinte e um anos*,
E nunca inda té agora

Me acorda de sentir danos,
Os deste meu grado em fora.
Hoje, por caso estranho,
Não sei em que hora aqui vim,
Cobrei cuidado camanho,
Que aos outros todos pôs fim;
Eu mesmo a mim me estranho.

.....
Dentro do meu pensamento
Ha tanta contrariedade
Que sento contra o que sento,
Vontade contra vontade.
Estou em tanto desvairo,
Que não me entendo comigo.
Donde esperarei reparo?
Que *vejo grande o perigo,*
E muito mor o contraio.

Nesta mesma Égloga II acentua o conflito que se passa na sua alma, o compromisso contraído nos encontros íntimos com Lucrecia Gonçalves (*Cruelsia*) no tempo do seu isolamento da quinta dos Lobos:

*Vi acabado um desejo,
Outro maior começado.*

Foi em uma romaria, em Sintra, que Álvaro *Pires Zagalo*, sob a personificação de *Pierio*, o avisa dos perigos do abandono do que devia a Lucrecia Gonçalves:

Dia era de um grão vodo
Que a um santo se fazia,
Onde ia o povo todo
Por ver e por romaria.
Lembro-me que andava eu então
Vestido todo de novo,
Ao ombro um chapeirão,
Que pasmava todo o povo,
Com um cajado na mão.

Na *Menina e Moça* encontra-se igual circunstância: «Veio assim acerto que perto dali havia uma casa de uma Santa de grande romagem, e era então o outro dia a véspera do seu dia; e a *Ama* e as mulheres da casa ordenaram de lá ir; e havia licença de Lamentor para *Aónia...*» António Maria de Freitas localiza a casa da Santa na Ermida de N. S. da Piedade, no caminho do Almargem, próximo do vale em um planalto a trezentos metros da quinta dos Lobos, onde se celebrava uma feira franca.

Vendo-o tomar parte nestas alegrias populares, *Pierio* pressagia o perigo a que o arrasta o seu temperamento afectivo:

A profecia é cumprida que me Pierio foi dar,

Vendo-me a barba pungida.³⁴
Tomando-me pelo braço
Pierio, então me levou
Dali um grande pedaço,
Onde melhor sombra achou.
E mandando-me assentar,
Ele também se assentou,
E antes de começar,
Para mim um pouco olhou,
E a voltas de chorar;

.....
«Vejo-te cá pola idade
De uma nuvem negra, cercado,
Vejo-te sem liberdade,
De tua terra desterrado
E mais da tua vontade.

.....
Hás-de morrer de uma dor,
De que agora andas bem fora,
Por isso vive em temor,
Que não sabe homem aquela hora
Que lhe há-de vir o amor.
Não pôde já longe vir,
Jano, aquisto que te digo;
Velo-te a barba pungir,
Olha como andas, contigo.
A terra estranha irás
Por teu gado não perderes,
Longos males passarás
Por uns mui breves prazeres
Que verás ou não verás.

E *Pierio* aponta-lhe a fascinação a que obedece nos paços da Ribeira e a vingança do despeito que em outra parte se lhe prepara:

Nos campos de uma *Ribeira*
Onde vales há a lugares,
Te está guardada a *primeira*
Causa destes teus pesares;
Noutra parte a derradeira.

É deliciosa a exposição da fascinadora causa dos pesares que envolvem o amor por Joana:

Jeitos em cousas pequenas,
Louros cabelos ondados,

³⁴ Nas poesias de Sannazaro encontra-se uma a *Pier-Leone*, sábio astrólogo, médico e viajante do século XV, falecido em Florença afogado num poço; nessa poesia à sua morte representa-o em uma aparição, em que repele a calúnia de suicídio, revela o crime de que foi vítima e profetiza outros desastres. Sugeriria esta figura de *Pier* a designação de *Pierio* com o poder profético na *Égloga*?

Porão para sempre em penas
A ti e a teus cuidados;
Falias cheias de desdém
De presunção cheias delas
Cousas que outras cousas tem,
Te causarão as querelas
De que morrer te convém.

Há já nestes versos finais a concepção patética da paixão avassaladora que só pode achar alívio na morte, como nesse extraordinário tema de amor de *Tristão e Isolda*, que uma realidade revelou a Wagner. Em uma variante da Égloga lê-se mais nitidamente:

Não te posso encarecer
A grande dor que me obriga
A, calando, padecer;
*Porque de minha fadiga
É só descanso morrer.*

1505 a 1521. – Fez-se em 1504 a reforma da Universidade de Lisboa, à qual o rei D. Manuel deu novos Estatutos; era também uma das formas da sua magnificência real. Havia empenho de atrair para as escolas superiores a mocidade nobre. Pelo documento judicial de 6 de Maio de 1642, alega-se que o rei, tendo tomado «Bernardim Ribeiro sob a sua real guarda – o mandou cursar os estudos da Universidade...» E por influência de D. Inês Zagalo, ama da Infanta D. Beatriz, fez-lhe para esse fim: «A doação que recebeu por essa ocasião da Terra e Azenha de Ferreiros com seus termos – dita doação feita no ano de 1505, declara uniformalmente, que no caso do amerceado não haver filhos legítimos, passar os bens para a Casa de Bragança.» Os bens referidos nesta doação eram situados na comarca de Estremoz, onde também os bens de Sancho Tavares; vê-se que assim preparava D. Inês Zagalo as condições para o casamento com sua filha Joana (a *Aónia*, da novela). Dos anos de 1505 a 1512 decorrem os assentos da matrícula de Bernardim Ribeiro no Livro 1.0 da Universidade, que ainda se guarda em Coimbra do pouco que para ali foi no tempo da trasladação. Neste período da formatura em direito civil ou cesáreo contraiu Bernardim Ribeiro essa encantadora amizade com outro jovem poeta Francisco de Sá de Miranda, encontrando-se ambos, depois de graduados em Leis, frequentando os aparatosos Serões da corte de D. Manuel, e confortando-se mutuamente nas decepções da vida que ambos afrontaram e sofreram. Nas Églogas II e V de Bernardim Ribeiro figura Sá de Miranda como um verdadeiro refúgio moral; e na Égloga *Aleixo*, descreve Sá de Miranda a situação angustiada dos amores de Bernardim Ribeiro, a quem amparava na sua ruína mental. Nessa *surmenage* sintomática do cérebro sobreexcitado pela insónia, devaneios e aproximação da loucura, confessava Bernardim Ribeiro:

Não posso dormir as noites
Amor, não posso dormir.

Era pela distração da poesia que Sá de Miranda tentava temperar-lhe as emoções e equilibrar-lhe o espírito. Observa Maudsley: «A um estado mental de ilusão, que atingiu a loucura, só havia o benéfico influxo de uma atmosfera moral conveniente, uma conduta razoável da vida podendo actuar de uma maneira

inconsciente sobre a organização mental alterada...» (*Op. cit.*, p. 217). Isto compreendeu e tentou Sá de Miranda, na intuição do bom-senso, provocando Bernardim Ribeiro a desabafar a emoção pela idealização poética, em que ambos se interessavam. Num desses colapsos catalépticos lhe acudiu Sá de Miranda, como revela na Égloga II:

E como a quem o ar falece
Caiu naquele areal;
Grande espaço se passou
Que esteve ali sem sentido;
E neste meio chegou
Um pastor seu conhecido,
E que dormia cuidou.
Franco de Sandovir era
O seu nome, e buscava
Uma fruta, que perdera
E que ele mais que a si amava.

.....
E a fruta sua era aquela
Que *Célia* lhe dera, quando
O desterraram por ela,
Chorando ele, ela chorando.

.....
De outro tempo conhecidos
Estes dois pastores eram;
De estranhas terras nascidos,
Não no bem que se quiseram.

As antigas relações da vida escolar acham-se referidas por Franco:

Cuidava agora, Jano,
Que estavas em outra parte,
E polo teu aqeste ano
Me pesava r por esta arte:
Desejava ver-te aqui
Quando me contava alguém
A secca grande que ha ahi,
Em Alentejo, e porém
Não quisera eu ver-te assi.
Conta-me que mal foi este
Que tão demudado estás?
Ou que houveste? ou que perdeste?
Se há remédio, havê-lo-ás.

Estava-se passando um tenebroso drama na família de Joana; o rei D. Manuel afastou da corte Sancho Tavares mandando-o como portador de uma carta datada de 23 de Abril de 1504 dirigida ao xeque e principais de Azamor; e nessa missão nomeou-o para a Capitania de Sofala em 1506, onde permaneceu até 1507; daí foi mandado para a Índia, aparecendo em Goa em 1511, e lá na companhia de quarenta cavaleiros que com o capitão de Goa Rodrigo Rebelo investiram contra Pulateção, com eles sucumbiu em derrota completa. Este facto justifica certas tradições sobre a devassidão do rei D.

Manuel, e o grande valimento que junto dele tinha Gaspar Gonçalves de Ribafria, seu alcoviteiro, e *mestre de dança* das damas, e também a atenção que ligava a todos os pedidos de D. Inês Zagalo. Escreve Sanches de Baena no seu trabalho sobre a genealogia dos Zagalos: «É caso misterioso e até hoje indecifrável a causa porque o rei D. Manuel elevou o pequeno lavrador do lugar de Ribafria, Gaspar Gonçalves, a fidalgo da sua casa, a porteiro da sua câmara, a alcaide-mor de Sintra, e lhe fez presente de importantes somas para comprar quintas e edificar casas apalaçadas na vila de Sintra, como foi notório.» Todo esse favor régio serviu a tempo para Gaspar Gonçalves vingar sua irmã Lucrecia (*Cruelsia*) do desdém ou repulsa de Bernardim Ribeiro, obrigando Joana Zagalo (*Aónia*) a casar com outrem, que não fosse Bernardim Ribeiro.

É nesta situação angustiada que nos aparece o poeta, representando o alarme de espírito e a *dor psíquica*, para que Joana se lembre da constância inquebrantável que lhe votou. No Cancioneiro de Resende vem, sob a forma da oração religiosa *Memento*, que nos localiza a situação por 1516:

Lembre-vos *quão sem porquê*
Desconhecido me veio,
E contudo minha fé
Sempre com vossa mercê
Com mais crescido desejo.
Lembre-vos, que passaram
Muitos tempos, muitos dias;
Todos meus bens se acabaram,
Contudo nunca cansaram
Querer-vos minhas porfias.

Todas as poesias de Bernardim Ribeiro coligidas no *Cancioneiro geral* de 1516, exprimem o sentimento exclusivo da desesperança; foram coligidas de cadernos particulares dos quais sete composições foram incorporadas na edição da *Menina e Moça* de 1554 e de 1559. Nestas edições de Ferrara e Colónia, vêm mais duas composições suas que esclarecem o drama passionai; depreende-se que disseram a Joana Zagalo ser Bernardim Ribeiro casado. Aludiriam às suas relações irreflectidas com Lucrecia Gonçalves. A essa alusão responde:

Não sou casado, senhora,
Pois inda que dei a mão,
Não casei o coração.

Antes que vos conhecesse
Sem errar contra vós nada,
Uma só mão fiz casada,
Sem que mais nisto metesse.
Dou-lhe, que ela se perdesse;
Solteiros e vossos são
Os olhos e o coração.

Tem cinco estrofes a dolorida esparsa, cada qual mais bela exprimindo o mesmo pensamento:

Não me enjeteis por casado,

Que se a outra dei a mão
Dei a vós o coração.

Era um meio de afastar Joana Zagalo daquele amor, porque Lucrecia Gonçalves casou, quando isso conveio, com Afonso do Monte e Herédia, como se vê pelas genealogias. Mas a ordem superior teve de cumprir-se e a própria mãe de Joana Zagalo, que tudo devia à munificência do rei D. Manuel, forçou a vontade da filha a aceitar o casamento com Pero Gato, filho do Capitão de Çafim Nuno Gato. A Trova em rimas dissolutas, impressas na edição de Ferrara e de Colónia, pintam o estado de alma de Bernardim Ribeiro, logo que se obteve a acedência passiva de Joana. Dá-nos o efeito de quem atravessa na escuridão um espaço desconhecido:

Ontem pôs-se o sol, e a noite
Cobriu de sombra esta terra.
Agora é já outro dia,
Tudo torna, torna o sol;
Só foi a minha vontade
Para não tornar co tempo.

.....
Dentro na minha vontade
Não ha momento no dia
Que não seja tudo terra;
Ora ponho a culpa ao tempo,
Ora a torno a pôr à noite
No melhor pôs-se o sol.

Na *Menina e Moça* (P. I, cap. 29) descreveu Bernardim Ribeiro este lance desolador do casamento de *Aónia*: «E sucedeu no castelo um filho de um cavaleiro muito valido e rico nesta terra, que *por meio de vizinhos* desejou a *Aónia* por mulher; o que foi asinha acabado pela igualança de ambos, naquelo em que a quiseram *aqueles em que estava o prasm do casamento* – ...não no soube *Aónia* senão o dia dantes que a havia de levar para o castelo;... e bem lhe pareceu que se não descontentaria *Aónia* do esposo, porque era bem aposto cavaleiro e dos bens do mundo abastado; e por isso também escusava dizer-lho então. Mas, não foi assim, que *Aónia* toda aquela noite passou em um grito. Se não fora por *Enis*, que do seu segredo era sabedor, morrera, ou se fora por esse mundo; mas ela a consolou, e com muitas esperanças que lhe deu, não tão somente a que não fizesse de si nada, mas antes ainda lhe fez ser contente daquela vida e desejá-la; porque lhe dizia que:

«Segundo os casamentos ocupavam os homens, *poderia ela ter a liberdade que quisesse, e com o resguardo faria o que sua vontade fosse, o que não poderia na casa em que estava.*

«*Este conselho foi tomado sem Bimnarder*, porque a brevidade do tempo não deu lugar para isso; *mas concertaram-se ambas*, que ficasse *Enis* pera lhe dizer ao outro dia, e depois mandaria por ela....». *Lamentor*, aquele a quem estava O prasm do casamento, é o Rei D. Manuel (anagrama, com mudança do *t* em *d*); *Enis* é a Ama no paço, Inês Dias Zagalo.

António Maria de Freitas, que descobriu o documento judicial de 1642, que projecta intensa luz sobre a vida de Bernardim Ribeiro, no seu estudo bibliográfico e crítico, transcrevendo esse trecho da *Menina e Moça*, exclama: «Repugna-nos comentar o que há de desumano e de peçonhento nestas palavras de uma mãe a uma *filha*. – O

casamento de Joana Tavares com Pero Gato foi ajustado como se vê, sem ela o saber. Ao passo que a mãe, por um lado, a deixava à vontade com o primo, por outro tratava de a consorciar com um estranho, a que não bastava de certo ser *bem aposto cavaleiro e dos bens do mundo abastado*, para suplantar, em determinado momento, um rival cuja preferência estava consolidada por alguns anos de um convívio ardentemente amoroso.

«Inês Álvares dispunha na corte de influencia bastante para que o processo do casamento corresse até final remate, sem que a filha e o namorado desconfiassem sequer. E sem duvida que *ei rei D. Manoel não ignorava os preparativos dessa cilada tão ignobilmente armada* pela Ama da Infanta D. Beatriz em vergonhoso proveito do filho do contador de Çafim.

«Ninguém, nem a própria autoridade eclesiástica, conseguiu dominar Inês no seu *danado propósito* de casar a filha em condições tão profundamente tristes e vergonhas.»

Todas estas circunstâncias revelam que Inês Álvares era um instrumento passivo ao serviço do danado propósito de quem tudo mandava. Como diz António Maria de Freitas:

«Nessa mulher, porém, estavam mortos e bem mortos todos os sentimentos que constituem o fundo moral do seu sexo e que adquirem a sua expressão mais sublime na mulher-mãe. Foi a própria Inês quem *preparou o casamento* da filha com Pero Gato, surpreendendo a infeliz rapariga à ultima hora com essa resolução súbita e inesperada.» Quando Freitas assim caracterizava o *espírito perverso* de Inês Álvares, ainda Sousa Viterbo não tinha sumariado os documentos pelos quais o rei D. Manuel afastava para longe de Portugal Sancho Tavares, mandando-o em missão de confiança a Azamor, depois fixando-o de 1506 até 1507 como feitor em Sofala, e empurrando-o para a Índia, onde morreu em 1511 numa arrancada militar contra Pulatecão. Porque afastava o rei D. Manuel para muito longe o marido de Inês Álvares, o pai de quatro formosas meninas? A ama da Infanta D. Beatriz era conivente com os intuitos do rei devasso, que em tudo a favorecia; é aqui que se entrevêm os serviços do saloio de Ribafria Gaspar Gonçalves, auxiliando no isolamento de Sintra as aventuras licenciosas do devasso monarca. Bernardim Ribeiro começa a novela da *Menina e Moça* pela aventura de *Lamentor*, que conduz àquela região afastada *Belisa*, que assaltada pelas dores do parto, aí dá à luz uma menina, que nesse mesmo momento ficou órfã. *Belisa* (anagrama de Isabel) representa a jovem Isabel Zagalo, filha mais velha de Sancho Tavares e de Inês Álvares, que segundo notas genealógicas foi sacrificada à sensualidade bruta do onnipotente monarca. Este facto identificava-se com outro que mascarava o crime: efectivamente o rei D. Manuel teve a sua primeira esposa *Isabel* (viúva do príncipe D. Afonso), que morreu de parto. Por estas analogias materiais Bernardim Ribeiro punha-se a coberto de interpretações comprometedoras. E contudo, alguns vislumbres da verdade transpareceram, porque a Novela ingénua da *Menina e Moça*, que teve muitas cópias manuscritas, chegou a ser oficialmente proibida depois da sua publicação.

Que interesse tinha o rei em fazer casar Joana Zagalo, a namorada do poeta que ele protegera, com Pero Gato filho de um cavaleiro da sua Casa? Simplesmente satisfazer a pretensão de Gaspar Gonçalves, irmão de *Cruelsia*, a Lucrecia Gonçalves, abandonada por Bernardim Ribeiro. Inês Álvares, tendo sacrificado já uma filha, Isabel, ao apetite do monarca, sacrificou-lhe aos seus planos Joana com a mesma objecta subserviência.³⁵

³⁵ Sousa Viterbo, que deu notícia dos documentos de 1506, 1507 e 1511, que afastaram Sancho Tavares para a África e Índia, não tirou a luz neles contida, e escreveu: w seu falecimento deixou de ser um obstáculo, e o bucólico poeta podia enfim realizar a sua mais ardente aspiração. Não se sabe que *outro poder, oculto embaraçasse o intento dos dois amantes*, atraídos por uma paixão irresistível. O sr. Dr.

Dando notícia dos documentos sobre Sancho Tavares, pelos quais D. Manuel o afastou para muito longe de Portugal, Sousa Viterbo, sem relacioná-los com a situação de Inês Álvares na corte, lança este juízo: «Não contesto que Bernardim Ribeiro amasse uma Joana, cuja comprovação real e histórica ainda não foi encontrada.» No documento judicial de 1642, lê-se sobre a alegação de um bisneto do poeta: «Bernardim Ribeiro, escrivão privado do senhor rei D. João III, *nunca foi casado*, nem consta de boas memórias haver tido descendência bastarda de *uma sua prima*, como alega o representante.» De facto nas memórias genealógicas de D. Flamínio, enumerando *Joana Tavares* entre os filhos de D. Inês Álvares (por mercê de quem D. Manuel tomou Bernardim Ribeiro sob a sua real guarda), escreveu o crúzio: «D. Joana veio com suas irmãs de Extremoz para Cintra, e segundo varias memórias, era assas formosa, o que não deixou de concorrer para a sua desventura, por que ha noticias *dela se ter apaixonado por um seu parente*, e de ter sido por interesses de família *obrigada a casar com Pero Gato*, filho de Nuno Gato...» Na novela da *Menina e Moça* este personagem é representado sob o nome de *Fileno* (sc. felino) e *Orphileo* (P.^{to} felino). Na memória genealógica de D. Flamínio completa-se a tradição familiar: «Pero Gato dizem que falecera pouco tempo depois do seu casamento e que essa morte fora violenta. D. Joana, depois de viuva, foi passar algum tempo em casa de seu tio Alvaro Pires Zagalo, que residia em Alcacer do Sal, até que foi recolhida a um convento e lá se finou professa.» Este testemunho é comprovado na Parte II da novela, capítulo XLVIII, em que se dá o encontro de *Orphileo* que «acabou sua vida a mãos de *Bimnarder*». Quanto ao facto de Joana ser recolhida em um convento autentica-se pela carta de 15 de Agosto de 1523 dirigida por D. Inês Álvares Zagalo a D. João III: «Vossa Alteza sabe como eu lá deixei *uma filha freira e tão doente*, que ha mister sempre duas e três mulheres que a sirvam...» E já com todos estes documentos publicados, escrevia Sousa Viterbo, acerca de Joana: «Estou porém convencido que ela não representa senão uma síntese, um completo harmónico de todas as beldades que povoaram a fantasia do poeta.»

Esta carta de D. Inês Álvares ao rei fixa na data de 1523 a fase em que se encontrava o drama passional de Bernardim Ribeiro, e presta-se ao encadeamento dos factos: pelas suas poesias no *Cancioneiro geral* de 1516, vê-se que o alarmava a perspectiva da catástrofe das suas esperanças, e que o casamento de Joana Tavares seria por 1517, decorrendo até 1523 um breve período conjugal, a viuvez e a assistência em casa de seu tio, doença e entrada para o convento de Santa Clara de Extremoz, quando sua mãe partira com a Infanta D. Beatriz para Sabóia.

Da situação de Bernardim Ribeiro neste mesmo período, vê-se que pela intensidade da psicose ela tomou a forma de perturbação da neurilidade, seguindo diversos graus da funda tristeza, da ansiedade melancólica levando ao desarranjo do tónus mental, que ulteriores circunstâncias impeliram ao delírio tendo o seu termo na depressão idiótica. (Maudsley, *op. cit.*, p. 216). Na corte de D. Manuel dera-se uma forte alteração depois do falecimento de sua segunda mulher a rainha D. Maria; o monarca tratou logo de obter de Carlos V a mão de D. Leonor de Áustria sua irmã, que o príncipe pretendia para sua noiva. O rei D. Manuel afrontou o sentimento do príncipe, e celebrou com toda a pompa o casamento, que interessava à política castelhanista de Carlos V. Houve na corte grandes dissidências, afastando-se contristados do convívio do paço muitos fidalgos que não aprovavam este terceiro consórcio ou se condoíam da decepção

Teófilo Braga pretende identificar por causa do anagrama, Inês Álvares, mãe de Joana Tavares, com *Enis* ama de *Aónia*, aquela sedutora imagem que alucinou a fantasia do pastor *Bimnarder*. Esta identidade nem por hipóteses creio eu, se deve admitir, pois chega a ser um repugnante absurdo, que a mãe se transformasse em alcaioa, procurando Impudicamente consolar a filha com a risonha perspectiva dos amores adúlteros.» É um corolário moral, alheio aos factos implícitos.

do Príncipe. Foi nesta crise de 1521, da partida da Infanta para Sabóia, que Bernardim Ribeiro se afastou da corte, como Sá de Miranda, como D. Luís da Silveira, como Martim Afonso de Sousa. Por um dos Manuscritos da *Menina e Moça*, examinado pelo Arcediago de Barroso Jerónimo José Rodrigues, vê-se que ela estava escrita até ao capítulo XVII da Parte II, terminando nas frases: «*com demasiada ira disse contra a Donzela que o ali trouxe estas palavras:*» É como termina o texto da edição de Ferrara de 1554. Acompanhavam este texto interrompido da Novela em elaboração duas Églogas, a I, que tem por interlocutores Pérsio e Fauno; e a II, Jano e Franco. As três Églogas que apareceram nas edições de Ferrara e de Évora só foram compostas depois de ter Bernardim Ribeiro regressado à corte em 1524.

A Égloga I pode ser melhor interpretada pela situação conhecida: *Fauno*, é o pastor ainda inexperiente no amor, lançando-se inconsiderado após o que a fantasia lhe representa; não sabe o que são desalentos, e trata de consolar *Pérsia*, que se lamenta desesperado, por ter sido desprezado pela namorada para casar com um pastor mais rico.

Sendo livre, mui isento,
Viu dos olhos *Caterina*,
Cegou-o o entendimento,
E *Caterina* era dina
Para dar pena e tormento.
Logo então começou
Seu gado a emagrecer;
Nunca mais dele curou,
Foi-se-lhe todo a perder,
Com o cuidado que cobrou.

.....
Confiou no merecer
Cuidou que a tinha de seu,
Veio aí outro pastor ter
Com o que prometeu e deu
Se leixou dele vencer.

Quem era este pastor Pérsio, segundo os traços da alegoria? É plausível a inferência que fosse o poeta do *Cancioneiro geral* Simão de Sousa de Océm, que figura na corte de D. Manuel, e sofrera o desterro em Ceuta, por ordem de D. João II, por ter amores com D. Catarina de Faria, filha do terrível Camareiro-mor do reino Antão de Faria. Era um título para a simpatia de D. Manuel, e nos seus serões versejava:

Vi-me já preso; contente
A meu mal queria bem.

(*Canc. Ger.*, III, 251)

Na Égloga II, em que são interlocutores Jano e Franco o interesse moral aumenta. A personalidade de Bernardim Ribeiro é evidente em Jano ao descrever a sua naturalidade, como veio da vila do Torrão para a corte no tempo das grandes fomes e estiagem do Alentejo. O nome de Jano foi suscitado pela grande popularidade do Vilancico de *Juan pastor*, que antes de 1514 servira de tema a Lucas Fernandes para um *Diálogo para cantar*; puseram-no em música Badajoz e Esteban Daza. A letra do

vilancico anónimo condizia com a situação de Bernardim Ribeiro:

«Quien te hizo, Juan pastor,
Sin gasajo y sin placer,
Que alegre solias ser?

.....
– No te quiero negar cosa
Que una *zagala* hermosa
M’a trahido cariñosa,
No tengo ningun reposo,
Pensando que he de perder
La vida tras ei placer.

(*Canc. de Barbieri*, nº360)

O outro pastor é *Franco de Sandovir*, de «estranha terra nascido»:

Este era aquele pastor,
A quem *Célia* muito amou
Ninfa de maior primor
Que em *Mondego* se banhou,
E que cantava melhor.

E a frauta sua era aquela
Que lhe *Célia* dera, quando
O desterraram por ela
Chorando ele, ela chorando.

Evidentemente este interlocutor é Francisco de Sá de Miranda, o amigo da época dos estudos na Universidade de Lisboa, que com Bernardim Ribeiro, por 1516, frequentava os Serões da corte manuelina, onde se apaixonara por D. Isabel Freire (*Célia* = *Elisa*, dos nomes Elisabeth Isabel). De facto, Sá de Miranda foi um dos que saíram da corte, em 1521, e que mesmo no Inverno empreendeu a viagem à Itália. O falecimento inesperado do rei D. Manuel, as negociações do casamento de D. João III, com D. Catarina de Áustria, irmã da sua pretendida noiva e a virulência da peste em Lisboa, até 1525, explicam a ausência de Bernardim Ribeiro da corte e mesmo a viagem fora de Portugal.

1524 a 1536. – Os fidalgos que tinham seguido o partido do príncipe na ocasião do terceiro casamento de D. Manuel, acharam-se favorecidos quando D. João III assumiu a realeza. Por carta régia de 23 de Setembro de 1524, D. João III «confiando na *bondade, saber e discricção* do Dr. Bernardim Ribeiro, *pela pratica e ensino que tem*, que me servirá com aquele segredo e boa diligencia que se em tal caso requer e a meu serviço cumpre, querendo-lhe f. graça e mercê, tenho por bem *e o dou ora novamente, daqui em diante*, por meu escrivão da Câmara assi e pela maneira que o ele deve ser, e o são os meus escrivães da câmara». Pode deste documento inferir-se, que já fora anteriormente provido deste officio de escrivão da real câmara, para o compensar do desgosto que o alto poder lhe causara, e que ou o não aceitara ou não chegara a entrar em serviço. O título de Doutor e a referência à *prática e ensino que tem*, leva a supor, pelos seis anos da matrícula na Universidade, de 1506 a 1512, que recebera o grau de Doutor, e como Sá de Miranda regeira alguma cadeira por substituição ou condutário. O

poeta nestes primeiros anos em que manteve um relativo equilíbrio mental, entregou-se ao prosseguimento da novela da *Menina e Moça*, e em seguimento do capítulo XXXI da Primeira Parte, escreveu os capítulos XXXII a L, que se acharam deslocados na Segunda Parte. O poeta suspendera a idealização das Églogas pela sedução das Novelas de Cavalaria, em que a galantaria cortesanesca se sincretizava com a ingenuidade pastoral, ao gosto de Sannazaro. Bernardim Ribeiro obedeceu a esta influência propriamente popular, como notou Menendez y Pelayo: «influiu grandemente a novela sentimental do século XV, *El Siervo libre de Amor*, de Juan Rodriguez del Padron, *La Carcel de A mor* de Diego de San Pedro, género influído por seu turno pelos livros de Cavalaria, que em toda a península pululavam, a cuja lição se entregava a mocidade cortesanesca. Bernardim Ribeiro, que não era grande poeta (!) mas sim uma alma muito poética, de uma sensibilidade quase feminina – atinou com a forma que convinha a todas estas vagas aspirações dos seus contemporâneos, e poetizando livremente casos da sua vida com relativa ingenuidade de estilo e com uma harmonia desconhecida até então na prosa, e deu no livro de suas *Saudades* o primeiro ensaio de Novela pastoral quase ao mesmo tempo que Sannazaro criador da pastoral italiana; porém com inteira independência dele e seguindo outro caminho –, valendo-se, com o autor da *Cuestion de Amor*, dos anagramas.»³⁶

A alegação de Francisco Ribeiro da demanda de 1642, como bisneto de Bernardim Ribeiro, por uma *filha* que houve dos seus amores, fazia sentir a beleza da realidade desse «*cantar à maneira de solau, que era o que nas cousas tristes se acostumava nestas partes*» e dizia assim:

Pensando-vos estou, filha,
Vossa mãe me está lembrando;
Enchem-se-me os olhos de agua,
Nela vos estou lavando.

No Cancioneiro manuscrito de Luís Franco Correia vem uma glosa em décimas sentidíssimas às quadras do Solau, com a rubrica inicial, que indica os autores desse Cancioneiro:

*Glosas aos versos pensando-
vos estou, filha* *por Bernardim Ribeiro.*

A simples leitura da rubrica não deixa dúvidas na sua inteligência; como se pode atribuir essas glosas a Camões?³⁷ Só um ano depois de ter partido para a Índia, em 1554, é que se vulgarizou o texto da *Menina e Moça*; na sua vida tormentosa da Índia, China e África, não lhe podia chegar às mãos a Novela, que, demais, foi proibida pela autoridade; no seu regresso a Lisboa em 1570 e vida tormentosa até 1580, não estava em estado de espírito para idealizar um sentimento de paternidade, que desconhecia. Na

³⁶ *Antologia*, t. VII, p. CLVIII.

³⁷ No Cancioneiro de Luís Franco um estudioso dos fins do século XVII apontou à margem de muitas poesias não assinadas aquelas que já *andavam* impressas nas edições das Líricas de Camões, e assinalava dentro de um quadrado *Camões, anda* em outras que lhe pareceram de Camões, e por sua autoridade pôs-lhe *não anda*. O Visconde de Juromenha, que extractou todos os inéditos de Camões e as variantes deste Cancioneiro rejeitou essa nota às glosas do Solau e traçou-as a lápis. Apesar disto Delfim Guimarães, reclama-as para Camões. (*Bernardim Rib.*, p. 129 a 131). As variantes dos *versos* do Romance glosado são notabilíssimas na comparação do texto impresso de 1557, que com certeza se verifica não ter sido conhecido por Camões. Como pois admitir a fantasiosa hipótese de ter copiado esses versos de um texto inédito da *Menina e Moça*? Aonde leva o absurdo!

tenção judicial de 1642 escreve o desembargador Rodrigues de Lima: «Se o Doutor Bernardim houvesse filho ou filha, o sr. D. João III, que tanto o protegia e nem o desamparou da sua grande caridade nos últimos anos da sua vida em que a luz do entendimento já fraca desde muito o veio a desamparar de todo numa cela do Hospital de Todos os Santos, onde acabou, não tivesse remediado qualquer falta da sua mocidade, e fizesse algum bem aos que dele ficassem.»

Na segunda parte da *Menina e Moça*, capítulo XI, do texto das edições de Ferrara e Colónia, vem intercalado o Romance de *Avalor*:

Pela ribeira de um rio
Que leva as aguas ao mar...

Esta composição, que tanto tocou Garrett, que a engastou no seu Romanceiro, mereceu a Menendez y Pelayo esta consagração: «Nada há nas suas cinco Églogas, nada no *Crisfal* de Cristóvão Falcão, nada na lírica portuguesa dessa época, que tenha o estranho feitiço, o vago misterioso do romance de *A valor*, inserto na segunda parte da *Menina e Moça...*».³⁸ Vê-se pelo romance, que nesse fragmento da Segunda parte da Novela ainda o espírito anuviado de Bernardim Ribeiro tinha relâmpagos de razão e de inspiração.

Em 1526 regressou Sá de Miranda de Itália, e teve frequência na corte com especial estima de D. João III; a situação moral em que veio achar Bernardim Ribeiro contristou-o profundamente. Procurou interessá-lo pelo novo estilo italiano, pela versificação hendecassilábica, e na sua Égloga *Aleixo* descreveu o drama amoroso do seu desgraçado amigo. Lembrem-lhe os Serões do paço, quando ele metrificava as tenções da lúcida D. Leonor Mascarenhas:

No sé como no llorava,
Sabes porque suspirava?
Porque aqui cantó *Ribero*,
Aqui nuestro amo escuchava,
Rodeado de pastores,

Colgados de la su bocca,
Cantando el los *sus amores*.
Gente de firmeza poca,
Que le dió tantos loores
Y aora ge los apoca.

(*Ed. Sá de Mir.*, p. 116)

A corte de D. João III era considerada como um convento sombrio; contrastava com a de D. Manuel. O talento de Bernardim Ribeiro, e demais, nunca escrevendo em *castelhano*, era ali pouco apreciado, não se sabendo defender das intrigas palacianas; em uma versão da Égloga *Aleixo*, reconheceu Sá de Miranda esta nova fatalidade que envolvia o poeta:

No se me acuerda de mas,
Ni de mi, ni de *Ribero*

³⁸ *Antologia*, t. VII, p. CLX – No seu *Bernardim Ribeiro (o Poeta Crisfal)* Delfim Guimarães considera este romance uma «enfiada de rimas sem senso comum e infamíssima imitação», etc. (p. 97).

Amigo i buen compaflero,
Quan presto dejado me has!
Bien pensé que mas despacio
Duraria
*Nuestra dulce compafia,
Fue la tu muerte ei palacio.*

(*Op. cit.*, p. 697)

E ainda insiste Sá de Miranda na influência da corte sobre a perturbação do seu espírito:

No siguió *Ribero* mas,
Antes como trasportado,
Estuvo un rato caliado,
Pienso que te acordarás.
Hablava ei poco y despacio,
Mas siempre a tiempo y lugar,
*Ay, buen pastor, si caçar
No se dejara al palacio.*

Na corte corria a lenda genealógica da *Maria Pinheira*, para amesquinhar a geração de D. António de Ataíde, esse onnipotente favorito de D. João III, feito Conde da Castanheira tendo sangue judaico. Eram frequentes esses truques maliciosos; também na corte dos reis católicos Fernando e Isabel corria a tradição da judia *D. Paloma*, de Guadalcanal, de quem descendiam os maiores fidalgos castelhanos. D. Fradique, filho bastardo do rei Afonso XI e de D. Leonor de Gusmão, teve desta judia *D. Paloma* um filho D. Alfonso Enriquez, primeiro Almirante de Castela, que de seu casamento com D. Joana de Mendonza, houve, além de outros, uma filha que foi mãe do rei Fernando, o Católico; assim, em uma velha Memória, se dizia: «*casi no hay Señor en Castilla que no descienda de esta Paloma.*»³⁹ Dava-se o mesmo caso em Portugal com a *Maria Pinheira*, a propósito da qual se espalharam umas quadras, que satirizavam a geração do Conde da Castanheira:

Deste (pois nada se esconde)
Nasceu *Maria Pinheira*
Mãe da mãe daquele Conde
E sua avó verdadeira.

Procurou-se saber de quem eram as Trovas; na Égloga *Aleixo* em que Sá de Miranda idealiza as desventuras de Bernardim Ribeiro, julgavam ver uma alusão ao favoritismo do Conde da Castanheira nos seguintes versos:

Daquel *gran pino a la sombra*
Que à tal dicha se plantó
Que el prado y çarças cubrió
Y los vesinos assombra,
No ha pero mucho, no,

³⁹ Guichot, *D. Pedro Primero de Castilla*, p. 261.

Vino por *Ribero* ver,
Como otras vezes solia,
(Quan presto que huye el plazer!)
Consigo aqui te tenia
A cantar y a tañer
Mientras la siesta cahia.

Em uma nota manuscrita à margem, encontrou D. Carolina Michaëlis, em letra do século XVII, a nota: *Inde o sentimento dos Ataídes*. Atribuíram essas trovas a Damião de Góis, que em 1534 regressara a Portugal; Sá de Miranda recusou-se a dar explicações ao sentido de uma Égloga, e abandonou a corte em 1534; também quiseram atribuí-las a D. Luís da Silveira, Conde de Sortelha, que efectivamente se retirou da corte para o seu solar. No Ms. das Trovas, da Biblioteca Nacional em que vêm poesias de Sá de Miranda, e a Égloga *Aleixo*, as Trovas têm a indicação *por um cavaleiro da Casa de Sortelha*. Foi por esta época, que Bernardim Ribeiro compôs a sua Égloga *Trovas de dois Pastores*, de *Silvestre* e *Amador*, que com uma outra redacção e algumas variantes é entre as suas Poesias a Égloga III, extremamente apaixonada. Bernardim Ribeiro visitou D. Luís da Silveira na Sortelha, representado como interlocutor da Égloga com o nome de *Silvestre*, e ele com o de *Amador*. D. Luís da Silveira também sofrera uma decepção amorosa, quando namorado de D. Joana de Mendonça, que se casara quando se achava ausente da corte. (*Canc. Geral*, II, 463-5). Ele decaíra da privança de D. João III, quando estava em missão política fora de Portugal, cavando-lhe a ruína D. Martinho de Castelo Branco e a família dos Carneiros. No seu retiro de Góis é que o Conde da Sortelha, apaixonado poeta dos Serões manuelinos seria visitado por Bernardim Ribeiro, dando realidade à Égloga III, justamente a única que escapou ao sigilo das composições do poeta das *Saudades*, aparecendo em folheto avulso em Lisboa, em 1536. No preâmbulo da Égloga define-se o estado de isolamento de um e o acidente da passagem do outro pastor, ambos afastados de um mesmo perigo:

Um coitado de um pastor
Triste, mal aventurado,
Vencido de grande dor.
.....
Com palavras mui cansadas,
A quantos via passar,
Com vozes desesperadas
Os fazia esperar.
.....
Viu passar um amigo
Afastado do caminho,
Caminho do seu perigo,
Que também se ia queixando,
De grande mal que sentia,
E com ele se ajuntando,
Estiveram todo o dia
Um ao outro consolando.

Depois de terem *Silvestre* e *Amador* referido suas mútuas tristezas, quer o agitado forasteiro ir-se embora, ao que lhe retruca *Silvestre*:

Não aproveita andar
De uns vales em outros vales
Que não tão de aproveitar;
Nem que se muda o lugar
Não se mudarão os males.

(Fol. de 1536)

Amador prossegue na sua aflitiva peregrinação angustiosa:

Vou-me; fica-te embora.
Ficai embora enganados
Desejos desesperados,
Que eu não espero agora
Outro fim, antes cuidados.
Não te lembro que me viste,
Pois mais nunca me há-de ver;
Bem me podes esquecer,
Que minha lembrança triste,
Mais triste me há-de fazer.

(*Ib.*, 1536)

FIM

Agora me deixarão
Esperanças vagarosas;
Agora se acabarão
As vontades rigorosas
Que tanta pena me dão.
Deixai-me cuidados vãos,
Desejos desesperados;
Olhos mal aventurados,
Quanto me fôreis mais sãos
Se vos tivera quebrados.

Esta Égloga III foi impressa em 1536, quando já Bernardim Ribeiro se afundava na inconsciência, por um manuscrito diferente do que serviu para a edição de 1557. Têm estas *Trovas de dous Pastares* a suma importância de terem sido conhecidas de Camões, como se prova pelo erro da glosa atribuída a Boscan, e suscitou a imitação da Égloga de *Crisfal*, também com a designação de *Travas*, sem data.

A Égloga IV, é um monólogo em que o pastor Jano descreve a sua vida errante, estando já viúva a namorada:

De si ela o desterrou
Pera longe terra estranha,
Seu mal o acompanhou;
Sobre uma mágoa tamanha
Camanha mágoa ajuntou;
Vendo-se assim desterrado,

Muitas vezes se subia
Pera um despovoado,
Por onde ir ninguém podia
Se não desencaminhado.

.....
Eu polo pé destas serras,
De uma em outra vaidade,
Sofro, andando, longas guerras
Que me fazem soidade
Dela e de tão longes terras...

.....
O deserto e povoado
Todo é cheio de meus males;
Vim a esta serra cansado,
Não há lugar nestes vales
Onde não tenha chorado.

Naquela angústia inconsolável lembra-se de tudo o que lhe dissera *Africano*, um pastor também náufrago dos seus sonhos:

A la fé, de culpa sou,
Que bem mo disse *Africano*
Quando a Filipa falou,
E lhe deu o desengano

Com que lha vida tirou.
– Guar’te do falso amor,
Que viverás sempre em medo,
Não te engane seu favor,
Podê-lo-ás fazer com cedo,
Porque tarde tudo é dor.

.....
Quem me viu, *hoje há dois anos:*
Oh Filipa, que fizeste?
Leixara-me meus enganãos,
Olha que não quiseste
Por me dar a mim mais danos.

Africana era o nome que se dava a quem tinha militado em África, como se lê na *Relação da conquista de Benguela* 1⁴⁰; por isso devia ter existido um personagem histórico sob este nome característico. De facto, no Cancioneiro geral de 1516 (III, 301) vêm umas trovas com a rubrica: «*De Diogo de Melo, vindo de Azamor, achando sua dama casada.*» Dessa trova é que se vulgarizavam os dois versos dolorosos que outros poetas de amor doridamente glosaram:

⁴⁰ «Um Soba, o mais poderoso que havia em todo o reino de Angola, contra o qual D. Francisco de Almeida se tinha posto em suas terras com setecentos homens e cinquenta *Africanos*, que trouxe de cavalo...». Lopes de Lima, que publicou esta Relação, acompanha este texto com a nota: «Dava-se naquele tempo o nome de Africanos aos homens de armas portugueses que militavam nas guerras de África, em Marrocos e toda a Mauritània...» *Ensaio sobre a estatística das Possessões portuguesas*, Liv. III, P. II, p. 28.– A *Relação* é rigorosamente do tempo de Bernardim Ribeiro.

Casada sem piedade,
Vosso amor me ha de matar.

Sendo a expedição de Azamor em 1513, estaria Diogo de Melo em Lisboa em 1514; e como as suas trovas apareceram no fim do Cancioneiro de Resende publicado em 1516, confirma a realidade o verso: «Quem me viu, *hoje há dois anos!*» Foi também em uma ausência que Jano viu tramar-se o seu mal, o casamento de Joana em 1517:

Este Outubro *fez um ano*,
Quando eu na vila era,
Vi crear-se este damno
Que agora e então já era,
Tirar-mo podia engano

.....
Oh meu Amigo *Africano*,
Agora vejo a verdade,
Que me tem levado o engano
Toda a minha liberdade...

A Égloga V, em que são interlocutores *Ribeiro e Agrestes* tem a rubrica *a qual dizem ser da mesmo autor*. Tem importância para justificar como mais tarde, na edição de 1645, apareceu o Romance em que o poeta exara o seu próprio nome, como na Égloga. O personagem *Agrestes* é evidentemente Sá de Miranda, vivendo já retirado no Minho:

Estes ares são mortais,
E o que mais me desbarata
E dá dores desiguais,
É *lembrar-me os sinceirais*
De Coimbra, que me mata.

E vivendo triste, cego,
Não sei mesquinho, que faça;
Estou metido em tal pego,
Que suspiro por Mondego,
E choro por a Regaça.

.....
Oh Mondego, meu amigo
E senhor das claras aguas,
A ti só meus males digo,
Minhas mágoas vão contigo,
Contigo vão minhas mágoas.

Nesta Égloga V é lembrado um pastor *Flarisendos*; porventura proveniente do nome de *Florisanda*, herói cavalheiresco do Livro VI do *Amadis de Gaula*; o Dr. João de Barros, no *Espelha de Casadas*, entre as novelas de cavalaria que condena, enumera *Florisendo*.

Reconhecido no pastor *Agrestes* Sá de Miranda quando vivia já na sua Comenda das Duas Igrejas em 1535, é justo inferir que Bernardim Ribeiro, nestes erros, fora até

ao Minho; aí perto da Tapada, vivia seu tio Gonçalo Ribeiro, senhor de Aguiar de Neiva e Couto de Carvoeiro, no almoxarifado de Ponte de Lima. A visita a este tio paterno seria um alívio para o desolado poeta, também exacerbado pela mesma intriga palaciana que feriu com ele os seus dois amigos, o de Sortelha e o da Tapada, por causa das *Trovas da Maria Pinheira*. Entre as poesias publicadas em 1693 por Estêvão Rodrigues de Castra vem uma Égloga com as iniciais D. B. R., que Barbosa Machado apontou como *De Bernardim Ribeiro*. É já no estilo italiano, em hendecassílabos; é um ensaio entre dois poetas Ergasto e Délio, a que preside Laurénio. Faria e Sousa encontrou um texto desta Égloga em simples esboço, e reuniu-o à obra de Camões (Égloga XII) juntando-lhe depois outra remodelação (Égloga XIV). Vê-se que estes ensaios condizem com o assunto da Égloga. Como o iniciador do novo estilo foi Sá de Miranda o laureado chefe da escola, seja esse a *Laurénio*; e como provocara Bernardim Ribeiro a ensaiar a versificação hendecassilábica cabe-lhe a personificação de *Ergasto*. Quem seria *Délio*, também tomado para juiz do pleito, por conhecer a nova escola? A visita de Bernardim Ribeiro aos parentes do Minho fá-lo-ia encontrado com João Rodrigues de Sá, celebrado poeta dos Serões do paço, que acompanhou à Itália a Infanta D. Beatriz, conhecia as *Heroides* de Ovídio e as traduzia; ele podia apreciar com imparcialidade a nova poética.

O conhecimento e sentimento do estado mental de Bernardim Ribeiro fez a Sá de Miranda retocar diferentes vezes a sua Égloga *Aleixo*, como tendo-o observado de perto. O interesse com que João Ribeiro (filho de Gonçalo Ribeiro) apresentou um instrumento para se tornar herdeiro dos bens vagos pela morte de Bernardim Ribeiro em 1552, prova-nos a veracidade de anteriores relações pessoais⁴¹; estas pretensões foram ainda pleiteadas por seu filho Gonçalo Ribeiro em 1564. Foi também um bisneto de João Ribeiro, prima co-irmã de Bernardim Ribeiro, Manuel da Silva Mascarenhas, do Torrão, que reproduziu em 1645 o livro das *Saudades*, e o emocionante romance inédito: – Ao longo de uma ribeira –, em que o poeta sempre nos seus errares visitou Estremoz e viu no convento de Santa Clara Joana Zagalo, que na sua loucura atônica já o não conheceu:

Minha vista então na sua
Paz; delia todo me enchi,
A primeira cousa que vi,
E a derradeira também,
Que no mundo vão e vem:
Seus olhos verdes rasgados,
De lagrimas carregados,
Logo em vendo pareciam
Que de lagrimas enchiam
Contino as suas faces,
Que eram grão tempo paces
Antre mim e meus cuidados.
Louros cabelos ondados
Que um negro manto cobria,
Na tristeza parecia
Que lhe convinha morrer.
Os seus olhos de me ver
Como furtados, tirou;

⁴¹ Este primo co-irmão do poeta tinha regido uma cadeira de dialéctica no Colégio de Santa Bárbara, em Paris, em 1527. Documenta-o Quicherat. Seu irmão Gonçalo Dias Ribeiro era em 1517 moço da câmara do rei D. Manuel.

Depois, em cheio me olhou,
Seus alvos peitos rasgando,
Em voz alta se aqueixando

.....
Fui-me pera ela chorando
Para a haver de consolar.
Nisto pôs-se o sol, ao ar,
E fez-se noite escura

.....
E vi tudo escuridão.
Cerrei meus olhos então,
E nunca mais os abri...

A loucura do poeta chegou ao estado apático, sendo recolhido por 1546 no Hospital de Todos os Santos, substituindo-o no seu cargo o Dr. João de Barros, o autor do *Espelho de Casadas*.

A data da morte de Bernardim Ribeiro está autenticada em 1552 na tenção do Desembargador Rodrigues de Lima. No assento da tença de 12\$000 e mais dois moios de trigo a favor de Bernardim Ribeiro em 9 de Outubro de 1549, tem à margem no livro da Chancelaria da Ordem de São Tiago: *Falecido*. As circunstâncias da sua vida tornaram ansioso o conhecimento da sua obra que ficara fragmentada; é ela o reflexo de uma organização delicada, sobre a qual actuaram impressões de grandes acontecimentos, ansiedades do espírito e uma paixão que se tornou sofrimento, quebrando o equilíbrio entre as circunstâncias exteriores e o seu estado íntimo, e não podendo reagir pela paixão contínua que lhe excitava o sistema nervoso, sucumbiu à comoção, que Maudsley chama dor psíquica. A sua obra não é de um génio, por lhe faltar o poder da assimilação mental; é um documento humano na verdade da expressão emotiva.⁴²

C) SÁ DE MIRANDA

Apreciando a obra de Sá de Miranda entendeu Bouterweck em seu juízo, que na

⁴² Em 1908 apareceu em Lisboa um livro por Delfim Guimarães, *Bernardim Ribeiro (O Poeta Crisfal)* em que pela voz dos noticiários jornalísticos apurou «que Bernardim Ribeiro e Cristóvão Falcão são uma mesma entidade; – demonstra que Bernardim Ribeiro e *Crisfal* representam um único poeta, e que *Crisfal* é apenas um criptograma formado pelas primeiras sílabas das palavras *Crisma* e *Falso*...; o nome de Cristóvão Falcão não pertencia a nenhum poeta, e as trovas do *Crisfal* eram obra de Bernardim Ribeiro. Era o desabar de uma lenda secular...», O vol. in-8º de 274 de texto e edição ribeiriana da *Égloga Crisfal*.

Discutindo esta heteróclita tese, o Dr. Raul Soares, publicou um opúsculo *O Poeta Crisfal*, chegando às seguintes conclusões: «Para combater directamente a multissecular tradição ele (Delfim Guimarães) nada apresenta de concludente (p. 11); que é irredutível o valor documental da asseveração dos editores, em vida de Cristóvão Falcão e apenas dois anos depois da morte de Bernardim... (p. 13); em extravagancias exegéticas (p. 41) afirmações completamente desarrimadas de argumentos ponderáveis (p. 47); que se não descobriu nenhuma impossibilidade histórica; que se não documentou nenhuma impossibilidade lógica, em Suma, que nada foi articulado que pudesse abalar o credito que até aqui nos merecia a tradição. (p. 77). Nada existe no *Crisfal* com que se possa abonar a reivindicação a Bernardim, a maneira de tratar a *Égloga*, a natureza e desenho dos personagens, a ausência de alusões e criptónimos, detalhes psicológicos, a própria trama dos amores, minudências de expressão e de métrica, em suma tudo se acumplicia para negar-lhe a paternidade da afamada *Égloga*.» (p. 78).

história da Literatura espanhola ficaria uma lacuna se aí fosse omitido o seu nome; consideram-no assim os críticos e historiadores literários incorporando-o entre os clássicos castelhanos. Contudo, pode-se bem colocar Sá de Miranda a par de Gil Vicente pelo seu sentimento nacional e ingenuidade popular das suas Églogas e Cartas. Possuído e inspirado pelas tradições medievais, a sua capacidade artística e intelectual apercebe as belezas clássicas da Antiguidade como helenista e claro espírito da Renascença, inicia em Portugal a corrente do gosto italiano. Para esta missão teve uma boa cultura humanista na sua mocidade em Coimbra, onde nas escolas do mosteiro de Santa Cruz ensinavam os *Parisienses*, os cónegos que iam doutorar-se a Paris. Era de uso mandar as famílias fidalgas para ali seus filhos a fazerem os cursos menores. Determinou essa cultura humanista uma tendência filosófica, que lhe formou o carácter e deu um intuito subjectivo à linguagem tornando-a intensamente poética na representação do mundo exterior em equilíbrio moral das próprias emoções. Pela sua vida e obra, há em Sá de Miranda uma perfeita aliança entre o talento e o carácter; a sua vida e obra impõe-se à simpatia, achando por esse dom de afectividade cercado de uma nova geração que lhe foi pedir para dirigi-la na sua gloriosa iniciativa, No meio social moralmente perturbado pelos grandes conflitos da época, as normas da sua acção fizeram com que o considerassem um *alto espírita*. Pelo seu isolamento não interveio temporalmente para a resistência de uma sociedade que se desnacionalizava, mas pela sua renovação das formas poéticas abriu a senda por onde havia de elevar-se Camões.

1º *Os Serões do Paço*. – Francisco de Sá de Miranda nasceu em Coimbra em 27 de Outubro de 1485 (equivoco do biógrafo anónimo, 1495); foram seus pais o cónego Gonçalo Mendes de Sá e uma mulher nobre, solteira, Inês de Melo, como se prova por uma carta de legitimação, dada por D. João II em Évora, em 5 de Dezembro de 1490. Com esta mesma data são legitimados mais quatro irmãos, sendo ele o primeiro, o primogénito desses quatro. Foram estas legitimações julgadas pelos desembargadores Fernão Ruiz e Rui Boto. Muitos outros filhos foram posteriormente legitimados pelo Cónego de Coimbra em 1499, Anrique, Manuel e Margarida; nos Nobiliários manuscritos apontam-se mais, Mem de Sá, o irmão querido, desembargador dos agravos, que deixou um grande nome histórico como governador durante dezassete anos, do Brasil, de onde expulsou os franceses protestantes que aí se instalaram; e duas irmãs freiras Helena de Sá, em Celas, e Úrsula de Sá, em Lorvão. Era um facto corrente esta vida dos clérigos usufruindo benefícios eclesiásticos e constituindo família civilmente. Entendia-se o cónego Gonçalo Mendes de Sá com o bispo de Coimbra D. João Galvão, primeiro Conde de Arganil, que tinha amores com sua irmã D. Guiomar de Sá. Quando D. João Galvão foi transferido para o arcebispado de Braga, casaram-na seus irmãos com Manso de Barros; tanto que o soube o terrível prelado, veio de Braga a Coimbra para a matar «*e dizem que desta paixão morrerá.*»⁴³ Havia nesta família uma tara de hereditariedade moral, a que se eximiu o poeta pela firmeza do seu carácter e austeridade de vida, reaparecendo desgraçadamente em seu filho Jerónimo de Sá. Em casa de sua avó D. Filipa de Sá, casada com João Gonçalves de Miranda e Souto Maior, irmão do primeiro Conde de Caminha, passou Sá de Miranda a sua meninice, em Buarcos. O contacto com a vida campestre e a contemplação do oceano lhe despertaram a índole poética, e o gosto do refúgio na natureza. O poeta desvanece-se, apesar do seu nascimento espúrio e sacrílego, na nobreza de seus avós; sua avó era filha de Rodrigo Anes de Sá, que foi por embaixador a Roma, e aí casou com Cecília Colona, da grande família consular e principesca. Em uma das suas poesias fala: nos *Sás Colonezes*. Por

⁴³ *Pedatura Lusitana*, t. III, p. 174. Ms. da Bibl. do Porto.

parte de seu pai, dá-se como entroncado nos *Soutomaiiores*, com parentesco com os *Lassas de la Vega*; assim na Elegia à morte do poeta Garcilaso, iniciador da escola italiana em Espanha, escreve:

Al tan antiguo aprisco
De *Lassos de la Vega*
Tuyo el nuestro de Sei viste ayuntado.

De facto pelo Nobiliário do Conde D. Pedro, verifica-se o asserto pelo casamento de «uma filha de Rui Pais de Souto Maior com Garcilaso de la Vega, o velho».⁴⁴ Quer pelo lado dos avós materno ou paterno, ele achava-se levado para a missão iniciadora do novo estilo italiano. Cursos das Escolas menores. no Colégio de Santa Cruz, feita a reforma da Universidade de Lisboa em 1504, pode-se fixar a sua partida para a capital em 1505, para seguir a faculdade de Leis; em 1505 ainda viu em Coimbra a abertura do túmulo do *santo* rei primeiro D. Afonso Henriques, por ocasião da visita de D. Manuel ao mosteiro de Santa Clara.⁴⁵ A amizade fraternal com Bernardim Ribeiro, que se matriculou na faculdade de Leis em 1506, leva a inferir que fora contraída na frequência escolar. Não era a vaidade nobiliárquica o que o levava a escavar os seus antepassados, mas o achar-se em contacto na corte manuelina com o ramo dos Sás das *Galés*, João Rodrigues de Sá e Henrique de Sá, celebrados poetas dos Serões do paço, cujas composições foram incorporadas no *Cancioneiro Geral* de 1516. Garcia de Resende ainda coligiu catorze composições líricas já rubricadas pelo *Doutor Francisco de Sá 2*⁴⁶, já a esse tempo graduado em leis e tendo uma cátedra por substituição. Aí se aproximou mais de Bernardim Ribeiro, que o fez seu confidente do exaltado amor por sua prima D. Joana Tavares Zagalo, a decantada *Aónia*; e nessa confiança moral revelar-lhe-ia o seu íntimo culto por D. Isabel Freire, a idealizada *Célia*, que lhe acordara a linguagem da poesia – a fruta, que celebra Bernardim na sua *Égloga II*. Seguindo o uso da corte, emprega a língua castelhana em algumas coplas, e glosas de cantigas de D. Jorge. Manrique e outros trovistas. Eram uma escola de galantaria, de graça, um certame de poesia, esses Serões do Paço; Garcia de Resende em uma carta a Manuel de Gaios, capitão na Mina, descreve-lhe o entusiasmo dos Serões e as damas que os animavam:

Está já certo na mão
O dia que vai caçar,
Haver à noite *Serão*,
E não podeis lá cuidar
Os galantes que a ele vão.

Se acerta de não haver
Serão, é por entender
Em despachos e conselho,
Que me espanto não ser velho
Quem tanto tem que fazer.

.....
As damas, que lá ficaram
Quando daqui vos partistes,

⁴⁴ *Portug. Mon. hist.*, – Scriptoros, p. 387.

⁴⁵ Damião de Góis, *Crón.*, cap. 64, fl. 40.

⁴⁶ *Canc. Geral*, t. II, p. 316 a 325.

Algumas delas casaram,
E vivem por isso tristes,
E outras se contentaram.

.....
Dona Camila casou
Com *João Rodrigues de Sá*,
No outro dia a levou;
Nisto muitas cousas ha,
De que vos conta não dou.

Convidou as donas todas
Um dia antes das vodas,
Dom Martinho a gentar,
Houve aí tal, que casar
Desejou mais, que aves gordas.

Dona Guiomar de Menezes
Está fora há outo meses,
De paço num moesteiro;
Nunca mais houve terreiro,
Nem no bailar *antremezes*.

E referindo-se a D. Joana de Vilhena, prima do rei D. Manuel, que ia casar com D; Francisco de Portugal, um dos bons poetas da corte:

Uma de sangue real,
Que se criou em Castela,
Sendo nossa natural,
Não anda ninguém co ela,
Nem casa em Portugal.

Faz medidas de cabeça,
Não acha quem lhe mereça
Medura doutra feição,
Se não primo coirmão,
Ou outrem que o pareça.

Depois descreve-lhe as filhas do Conde-Prior, D. Diogo Fernandes de Almeida, Conde de Abrantes e Prior do Crato, as duas solteiras, D. Leonor e D. Isabel de Vilhena:

Filhas do Conde-Prior
São duas aqui entradas
Não têm inda servidor,
E uma delas ousadas
Que é disso merecedor.
Gentil mulher, despejada,
Da outra não digo nada,
Vá na conta do que calo...

Vai citando em deliciosas décimas as damas mais deslumbrantes, D. Margarida

de Mendonça, D. Maria Anrique, D. Joana Manuel, Calatayud, Figueiró, D. Mécia da Silveira, D. Maria de Meneses, D. Mécia de Távora. Dava-se uma alteração na vida palaciana, dominava um pensamento – obter graças régias, tenças, despachos:

Não ha já nenhum folgar,
Nem manhas exercitar;
É tanto o requerimento,
Que ninguém não traz o tento
Se não em querer medrar.

.....
Os velhos são namorados,
Os mancebos ocupados,
Os casados são solteiros,
Os fracos são mui guerreiros,
E os clérigos casados.

Referia-se à paixão serôdia de D. Jorge de Lencastre, duque de Coimbra por D. Maria Manuel (*Canc. Ger.*, III, 573-584). Duarte da Gama, em umas trovas satíricas descreve *as desordens que agora se costumam em Portugal*:

Outros querem ir andar
Na corte sem ser casados,
E se fazem desterrados
Donde deviam de estar.
Outros se querem vender
Que andam com damas de amores,
Que não são merecedores
De as ver.

(*Canc. Ger.*, II, 508)

Aí aparecem ao vivo alguns dos episódios graciosos que animavam os Serões do paço. O Conde de Vimioso, D. Francisco de Portugal, apodou em um Rifão *três Damas que se foram uma noite do Serão*; desenvolveram em trovas jocosas Jorge Barreto, a Claveiro e Manuel de Gaios. De outra vez motejou o Conde *a uma Senhora que ao Serão pôs os alhos num homem*; acudiram ao debique Aires Teles, Luís da Silveira, Simão da Silveira, Vasco de Faias, D. Álvaro Abranches, Garcia de Resende, João Rodrigues de Sá, Diogo de Melo, Álvaro Fernandes de Almeida, Estribeiro-mor, João de Abreu, *D. João de Meneses* e Gonçalo da Silva. (*Canc. Ger.*, II, 591).

A prolongada doença da rainha D. Maria, as animadversões provocadas pela terceira casamento de D. Manuel, e principalmente a avidez dos interesses na exploração da Índia e Brasil acabaram de ofuscar o brilho dos Serões da corte *tão falados no mundo*, cama notou Sá de Miranda na sua Epístola a D. Fernando de Meneses⁴⁷; os poetas debandavam da corte ao cheira dessa canela:

⁴⁷ Era este D. Fernando de Meneses, primogénito de D. Pedro de Meneses e de D. Brites de Bragança; 2º Marquês de Vila Real, casado com D. Maria Freire, filha herdeira de João Freire, senhor de Alcoutim. Seria um dos motivos da intimidade de Sá de Miranda com este titular O seu amor por *D. Isabel Freire*. Era filha de D. Fernando de Meneses, a celebrada latinista D. Leonor de Noronha, que traduziu as *Enéadas* de Marco António Sabélico; o filho, D. Afonso de Noronha, foi vice-rei da Índia, em 1552.

Verdade é, que estes tempos não dão graça,
Aquele que dar solam no passado,
Que sair não os deixa tanto à praça.

Teme-se de um inimigo apoderado
Da razão, que só sonha índia e Brasil
Té que cada um de lá torne dourado.

Lançam-nos a perder engenhos mil
E mil este interesse que hoje mal,
Que tudo mais fez vil, sendo ele vil!

Os Momos, os Serões de Portugal
Tão falados no mundo, onde são idos?
E as graças temperadas do seu sal?

Dos *Motes* o primor e altos sentidos?
Uns *Ditos*, delicados, cortesãos,
Que é deles? Quem lhes dá somente ouvidos?

Mas deixemos andar queixumes vãos.
Assi foi sempre, assi sempre será!
Vão trocando-se os tempos antre as mãos.

.....
Porém, oh bom *D. João, o de Menezes*,
E o *Manoel*, que tais tempos lograstes,
Chamar-vos-ei ditosos muitas vezes;

Que com tanto louvor aqui cantastes;
E com tal razão, donde *inda alcancei*
O derradeiro som que ó ar soltastes!

Depois, já fora parte aqui escutei
E ouvi cantares; foram eles tais
Que transportado assi cantando andei.

Nestes tercetos precisa Sá de Miranda o período de esplendor dos Serões do paço; em 1499 morreu o celebrado poeta D. João Manuel, e em 1514 o também grande apaixonado D. João de Meneses, cujas composições poéticas, além das coligidas por Garcia de Resende, andam espalhadas por vários Cancioneiros castelhanos.⁴⁸ Os

⁴⁸ D. JOÃO MANUEL, nascido em 1454, e fidalgo da casa do príncipe D. João em 1475, e depois camareiro de D. Manuel, intervindo nos dois casamentos do rei em 1497 e 1499, é o autor do romance que encantou todos os espíritos nos séculos XV e XVI:

Gritando va el caballero
publicando su gran mal.

Era denominado *romance verdadero*, por lamentar a morte da sua namorada com vinte e dois anos de idade, D. Isabel de Meneses, filha de D. Afonso Teles de Meneses.

De D. João Manuel acham-se composições líricas no *Cancioneiro* de Resende, t. I, p. 374-439;

cantares *já fora parte* que transportaram Sá de Miranda e que o levaram a revelar-se como poeta, foram as composições do apaixonado lirismo de Bernardim Ribeiro fora da corte, substituídas as galantarias pelas expressões da mais emocionante paixão. No Cancioneiro de Resende figura o *Doutor Francisco de Sá* com poucas composições no estilo trovista; mas foi fértil a sua actividade neste género, como expressão de fino sentimento e delicado gosto. Frequentando os Serões do paço, quando eles iam decaindo, reconheceu que essas velhas formas de Cancioneiro eram substituídas no gosto por um novo estilo definido pelo génio italiano. Na Elegia II, ao Dr. António Ferreira, apoda com certo desdém a antiga poética, conservada e preferida na galantaria convencional da corte:

Vem um dando à cabeça e conta ufano
Cousas do seu bom tempo, ardendo em chamas,
Polas que fez: todo aí lhe é claro engano.

Andam-se às razões frias polas ramas,
Um *Vilancete* brando ou seja um *Chiste*,
Letras às invenções, *Motes* às damas.

Uma *Pergunta* escura, *Esparsa* triste!
Tudo bom! quem o nega? mas porquê
Se alguém descobre mais se lhe resiste?

E como, esta era a ajuda? esta a mercê?
(Deixemos já as mercês) este o bom Tosto?
De menos custo enfim que este tal 6?

E logo aqui tão perto, com que gosto
De todos Boscão, Lasso ergueram bando,
Fizeram dia, já quase sol posto!

Ah, que uns tomam mais! vão-se cantando
De val em val de ar mais luminoso
E por outras ribeiras passeando.

2º O Petrarquismo e a influência italiana

Na frase *aqui tão perto* referia-se Sá de Miranda à Espanha, onde, pela

134, 135; II, 580; III, 25; 116; 233. No *Cancionero General* de Castillo, n.ºs 85, 162, 277, 278, 445, 555, 642, 820. No *Cancioneiro Rennert* (*Museu Brit.*, n.º1043) os n.ºs 83, 308 a 312.

D. JOÃO DE MENESES, da casa de Cantanhede, o mais valente dos capitães africanos, também tem número avultado de poesias: no Cancioneiro de Resende, t. I, p. 107 a 135; 4, 21, 24, 43, 48, 341; II, 17. 576, 585, 599; III, 53, 58, 71, 98, 112, 135, 214, 232. No *Cancionero general*, n.º 337. No *Cancioneiro Rennert*, n.º 159 a 165 e 167, aí denominado *El grande Africano, Un Galan, Gentilombre mucho conocido*.

Estes dois nomes reunidos por Sá de Miranda, já se confundiam nos Cancioneiros palacianos; a cantiga *No hallo a mis males culpa*, vem com o nome de D. João Manuel no Cancioneiro de Resende, t. I, p. 410; e no de D. João de Meneses no *Cancionero General*, n.º 337. A trova *Señor mio, como estais*, vem em nome de D. João Manuel, no *Cancioneiro Rennert*, n.º 83; e no de D. João de Meneses, no Cancioneiro de Resende, t. III, p. 136.

conversão com Navagero, embaixador de Veneza a Carlos V, fora sugerida a Boscan, em Granada, a tentativa de substituir os versos de redondilha pelo metro hendecassílabo italiano. Boscan foi auxiliado nesta iniciativa pelo génio lírico de Garcilaso. Competia a um espírito orientado pelo gosto da Renascença tentar esta iniciativa em Portugal; a necessidade de ausentar-se da corte, sob o pretexto de uma viagem à Itália, forneceu-lhe o ensejo de conhecer de perto esse foco das artes e de gozar a viva poesia lírica definitiva moderna na sua estrutura italiana.

2º *A viagem à Itália*. (1521 a 1526). – A primeira influência da cultura italiana em Portugal começa nos fins do século XV, pelas relações de D. João II com Angelo Policiano, frequentando os filhos das famílias fidalgas essas afamadas escolas humanistas. A viagem de Sá de Miranda à Itália, em 1521 «Em tempo de espanhóis e de franceses», isto é, no conflito guerreiro entre Carlos V e Francisco I, embora obedecesse a uma necessidade de espírito do erudito poeta, foi determinada pela urgência de sair da corte, desde que no ano de 1520 romperam as dissidências do rei D. Manuel com seu filho, o príncipe D. João, ao qual tirara a noiva, escolhendo-a para sua terceira consorte. Diziam as cantigas populares: *Grandes bandos andam na corte*. A alusão que faz Sá de Miranda à exumação dos ossos de D. Afonso Henriques em Santa Cruz de Coimbra, em 16 de Julho de 1520, fixa-nos a sua ausência da corte e regresso para Coimbra; iria apurar rendimentos da sua Comenda da Ordem de Cristã, de San Julião de Mouronho, no bispado de Coimbra, para empreender a viagem da Itália, onde estava no seu esplendor a Renascença na fase filológica e artística. Sabe-se que em 1521 saíram da corte muitos fidalgos, que seguiam o partido do príncipe contra o acto egoísta e mesmo odioso de seu pai o rei D. Manuel. Também o casamento do infante D. Fernando com D. Guiomar Coutinho, a herdeira mais rica de Portugal, clandestinamente desposada com o Marquês de Torres Novas, levaria Sá de Miranda a pronunciar-se como jurisconsulto contra este escândalo de que ficou um eco na Sátira do tempo das Terçarias:

Joeirou o tesouro
do grão *Marialva*,
e quis-lhe a salva
levar do seu ouro.

A ocasião era asada para uma digressão artística; saindo abruptamente de Portugal, no Inverno e quando a Itália estava convulsionada pela guerra entre Carlos V e Francisco I, obedecia a uma imperiosa causa. Estes acidentes tinham o poder de universalizar a cultura italiana. Já no meado do século XV, nas escolas públicas de Florença e à mocidade burguesa era prestada a cultura liberal. Esta educação sistemática criou uma superioridade, que a Itália manifestou logo nos estudos filológicos, tomando todo o ascendente e iniciativa sobre a erudição na Europa. Dante, Boccaccio e Petrarca formam uma trindade genial, que assimilando o sentimento da Antiguidade com a ingenuidade fecunda da Idade Média, fundaram as bases de uma literatura nacional, que criou nos espíritos, muitos séculos antes da sua realização política – a unidade italiana. Dando expressão na beleza dos seus versos ou na graça da prosa descritiva ao sentimento da Pátria italiana, eles faziam ressurgir a Antiguidade clássica; Dante tomou Virgílio como seu guia e mestre, Boccaccio e Petrarca, descobrindo os manuscritos dos escritores clássicos, traduzindo-os, comentando-os, publicando-os, faziam desse achado de tesouros uma glória. Assim se imortalizavam Poggio, comentando-os com simpatia e admiração, assim Philelpho, Bessarion, Marsílio Ficino, vulgarizando-lhes as belezas,

assim em delicadas imitações Sannazaro, Bembo, Sadoletto, Vida e Fracastor. A Antiguidade revivia; o espírito de Platão harmonizava-se com o cristianismo, dirigindo em Florença as inteligências em volta de Lourenço de Médicis, e fortalecia Pico de Mirandola; sobre as palavras de Aristóteles juravam, como dogmas da razão, Pompónio, George de Trebisonda e Tolomei em Nápoles. Os ciceronianos, como Busmanico e Bembo impunham ao estilo a estrutura da frase e o próprio vocabulário do grande orador romano. Espalhava-se o prestígio da Itália, no esplêndido período da Pentarquia, de Florença, Roma, Veneza, Nápoles e Milão.

Quando Carlos VIII tomou Florença em 1494, apoderando-se dos seus tesouros e maravilhas de Arte, teve a dita de trazer consigo para França o erudito helenista Lascaris, cooperador de Lourenço de Médicis, que veio depois engrandecer a corte de Leão X, e acordou junto de Francisco I o sentimento da arte. A França entrava na corrente da Renascença pela fascinação do génio italiano. Por seu turno, Luís XII, ao tomar Milão, apodera-se de preciosos manuscritos com que enriquece as bibliotecas de Paris, mandando à imitação dos príncipes italianos fazer traduções das obras da Antiguidade. Francisco I, tendo já recebido uma educação italiana por Quinziano Stoa, como duque de Milão, tinha pela Itália um espírito de simpatia, aí recrutando os talentos para engrandecerem a sua corte, Trivulce, Alamani, Lascaris, Scaligero, Alciato, Sadoletto, e fundava o Colégio de França.

Foi neste período de deslumbramento pela Itália que Sá de Miranda, como o declara nos seus versas: *Viu Roma, Veneza e Milão*, gozando a convivência dos mais insignes humanistas italianos, João Ruscellai, Lactancio Tolomei, e ainda *o bom velho* Sannazaro. Aí adquiriu as modernas ideias da literatura italiana da Renascença e os mais belos modelos do *Stil nuovo*, que então revolucionava as literaturas imprimindo à rudeza ingênua do gosto medieval os supremos tipos da beleza clássica.

Escreve o biógrafo anónimo de Sá de Miranda: «foi à Itália, visitando primeiro os mais celebres lugares de Espanha, e tendo visto com vagar e curiosidade Roma, Veneza, Nápoles, Milão, Florença, e o melhor da Sicília, se tornou ao reino, e deteve-se algum tempo na corte del Rei D. João o Terceiro, que já havia muito que reinava...» (Ed. 1614).

Sá de Miranda, sem ser um génio primacial, achou a via para a iniciação de uma nova época na literatura portuguesa do século quinhentista. A vista das cidades italianas era já um prestígio que lhe enlevava os sentidos; viu Veneza, diz ele em uma epístola, a maravilhosa cidade insular, como lhe chamou Goethe, com os seus canais animados do cruzamento das gôndolas, reflectindo nas águas dormentes a perspectiva das renques das casas altas, contrastando com o movimento das ruas, onde se acumulavam todas as riquezas do seu vasto comércio cosmopolita.

Em Veneza encontrara Sá de Miranda as edições recentes de clássicos gregos e latinos, e as obras modernas dos poetas italianos, que seriam mais tarde o encanto da sua vida no retiro da província, lendo-os junto da fria fonte da Barroca.

Em Veneza ouviria celebrar o nome do seu parente Próspero Colona, que em 1513 derrotara os Venezianos junto a Vicence, estando então em 1521 ao serviço do Duque de Milão, tomando aos franceses a capital da Lombardia. Em 1522, bateu Próspero Colona o marechal de Lautrec, e defendendo em 1523 Milão contra Bonnvel, faleceu nesse ano. Sá de Miranda ao visitar Milão ai ouviria exaltar Próspero Colona e seu sobrinho Marco António Colona falecido no cerco da cidade.

É de supor que se demorasse algum tempo em Veneza e Milão, porquanto em Roma ocorrera em 1521 o falecimento do papa Leão X, que jogara com um pau de dois bicos entre Carlos V e Francisco I na eleição imperial.

A vida sumptuosa de Roma achava-se retraída pelo influxo do papa holandês

Adriano V, antigo preceptor de Carlos V, eleito por sua interferência. Roma atraía-o pela sua majestade monumental e pelo interesse de visitar a família patriciana de Colona, com quem estava aparentado. Aí podia dizer como Goethe «começa uma vida nova, quando se vê com os próprios olhos e em conjunto, aquilo que se tinha estudado fragmentariamente». A impressão da campina deserta que se estende de Roma consignou-a em umas delicadas voltas, a que pôs a rubrica: *Cantiga feita nos grandes Campos de Roma*:

Todos estes campos cheios
São de dor e de pesar,
Que vem para me matar
Debaixo de céus alheios,
Em terra estranha e mar.

O agro romano é uma planura húmida coberta por camadas de lava, onde a água das chuvas raramente se infiltra, de uma esterilidade desoladora com maremas doentias a que se juntam os charcos de Óstia e Maccarese.

Sob esta impressão, a que não escaparam os mais célebres viajantes, Sá de Miranda alia as suas emoções íntimas, recordando-se da mulher amada, Dona Isabel Freire, de quando se afastara da corte:

Mal sem meio e mal sem *fim*,
Dor que ninguém não entende,
Até quão longe se estende
O vosso poder em mim.

Em Roma visitou o poeta a família Colona, relacionada com a de Sã, e tratou de perto com Vitória Colona, a formosa poetisa, então casada com o heróico Fernando d'Avalos, da idade dela, e que dos campos da batalha lhe enviava *Diálogos* de Amor. Esse aspecto sombrio impresso pelo ascético papa Adriano V terminou com o seu falecimento em 1523, seguindo-se Clemente VII, primo de Leão X, dando-se o regresso à poesia e a eflorescência das artes.

Pompeu Colona, feito cardeal pelo papa Leão X, achava-se então reconciliado com Clemente VII. O palácio dos Colonas, no Quirinal, na margem esquerda do Tibre *envolto*, como lhe chama Sá de Miranda, era o ponto de convergência das reuniões mais aparatosas da aristocracia romana. Fora fundado pelo papa Martinho V, e enriquecido com grandiosas esculturas e quadros, estando a extensa galeria iluminada por candelabros reluzentes, onde se exibiam as damas com vestidos de brocado de ouro e consteladas de brilhantes, entre cardeais com vestes de púrpura, cavaleiros da Ordem de Malta de severo traje preto, e tipos audazes de nativos *condottieri*. Aí viu Sá de Miranda, no esplendor dos seus trinta e dois anos, a *divina* Vitória Colona, como então chamavam à esposa do Marquês de Pescara, que à beleza plástica unia a perfeição moral. O poeta colhia impressões que lhe alimentariam para sempre a sua vida mental.

A retirada de Sá de Miranda de Roma coincidiria com o desventurado golpe sofrido por Vitória Colona; seu marido o Marquês de Pescara, empenhado na campanha de Carlos V contra Francisco I, caiu ferido em um combate em 1525, vindo a falecer dos ferimentos heroicamente recebidos em 30 de Novembro. Carlos V oferecera a coroa de Nápoles ao Marquês de Pescara, mas Vitória Colona levou-o a recusar a coroa. A emoção da sua superioridade moral reflectiu-se em Sá de Miranda muito depois ainda da morte da excelsa poetisa em 1547. O interesse com que lia os *Assolanos* do Cardeal

Bembo, e o epíteto familiar do *bom velho* Sanazzaro, levam a inferir que tratara pessoalmente esses dois poetas. Na *Égloga* à morte de Garcilaso, alude a dois escritores italianos com quem se encontrara, João Ruscellai, que faleceu em 1526, e Lactancio Tolomei.

Pode fixar-se o regresso de Sá de Miranda a Portugal em princípios de 1526; a corte fugira da peste de Lisboa, refugiando-se em Coimbra, e aí aparece Francisco de Sá (nome com que é assinado no *Cancioneiro geral*) lendo uma Oração gratulatória ao recebimento de D. João III e D. Catarina, por parte da cidade. A corte demorou-se aí algum tempo, vivendo à custa dos *parvos honrados*, e distraíndo-se com festas e caçadas. Gil Vicente representa em Coimbra em 1527 a sua comédia da *Divisa de Coimbra*, cujo mito heráldico foi também elaborado por Sá de Miranda na sua extensa Ode a *Fábula do Mondego*. A demora da corte em Coimbra causou a ruína de várias casas fidalgas pelas suas forçadas despesas, circunstância a que alude Sá de Miranda na carta em redondilhas a Pero Carvalho, um dos maiores influentes palacianos, a quem não era agradável a especial estima de D. João III pelo poeta. A Carta de Manuel Machado de Azevedo a Sá de Miranda o revela:

Os *Carvalhos* e os *Carneiros*
Da Beira, Entre Douro e Minho,
São mui bons qua no seu ninho,
Aos fidalgos e escudeiros.

A quem deles se aproveita
São de proveito e sustento;
Mas *lá com seu valimento*
Só vive quem os respeita.

Nesse ano de 1527 passava a vilíssima proeza do Saque de Roma pelo Condestável de Bourbon, e de que se não lava Carlos V; por essa borrasca política D. João III regressou a Lisboa, e Sá de Miranda acompanhou a corte que frequentou intimamente até ao ano de 1534, ensaiando durante este período o novo estilo da poética italiana.

3º *Frequência na Corte e seu ostracismo*. – Na dedicatória da *Fábula do Mondego*, a D. João III, escrita em Coimbra, empregou Sá de Miranda o verso hendecassílabo, peculiar da poética italiana, como para valorizar a sua tentativa:

I viendo que bajais vuestros oidos
Por esa tan humana mansedumbre
Al canto pastoril ia hecho osado,
Quiza moveré mas hazia la cumbre
De aquel alto Parnaso, por olvido
I malos tiempos ia medio olvidado.
El bueno, ei alabado
Titiro mantuano,
Alzandro el cantor llano
Del campo, nos dejó sobrada escusa
D'irmos tras el: i aquella ufana musa
Quanto las fuerzas podran sostener
Como vemos que se usa,

Reconociendo aí tiempo el su poder.

A) INÍCIO DA ESCOLA ITALIANA

Para ensaiar o metro hendecassílabo já levado à perfeição desde 1524 por Garcilaso e Boscan, Sá de Miranda serviu-se da língua castelhana, geralmente falada na corte portuguesa. Deste emprego da língua estranha por Sá de Miranda, observa Fitzmaurice: «das 200 peças do seu texto (Ed. Mich.) 74 são em castelhano... distingue-se em castelhano *pela sua forma correcta*, pela sinceridade dos seus sentimentos e por um verdadeiro amor da beleza natural, que ele sabe exprimir em uma forma artística.» (*Op. cit.*, p. 157).

Mas se a língua castelhana, que manejava com correcta facilidade, lhe simplificava a imitação dos novos metros, na corte predominava o gosto dos versos de redondilha ou de cancionero usado por todos os grandes líricos castelhanos, e agora renovados pelos violistas e compositores musicais do século XVI. As damas preferiam os versos curtos das cançonetas e letrilhas, das endechas e esparsas, dos romances velhos glosados, que se cantavam à viola de arco. Os poetas palacianos, que glosavam Motes e faziam voltas, nos galanteios dos Serões, não se conformavam com uma metrificação de âmbito extenso, mais própria para ser recitada, e com tendência para a ampliação discursiva e mesmo para as reflexões filosóficas.

Antes de romper a luta dos poetas da medida velha, Sá de Miranda continuou a empregar o verso de redondilha nos últimos serões do paço em 1526. Em um *Dialogo às Damas, estando aí Dona Lianor Mascarenhas*, em que versejaram Bernardim Ribeiro e Sá de Miranda em sextilhas de rimas dissolutas, esta ilustre dama responde aos dois poetas:

Uma cousa vos digo eu,
Que não são pera essas cousas!

.....
Desejos meus e cuidados
Não são postos nesta vida.

Quando Sá de Miranda coligiu os seus versos para comprazer com o pedido do príncipe D. João, copiou esse Diálogo, pondo-lhe no fim esta nota: «Pelo dela (sc. Diálogo) que é cousa rara pus aqui isto, *por que se veja, que também Portugal teve a sua marquesa de Pescara.*» Quando Sá de Miranda escreveu esta nota, já era falecida Vitória Colona em 1547. Quem seria essa dama também com qualidades morais, que a tornavam comparável à Marquesa de Pescara? Há no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende uma D. Leonor de Mascarenhas, que em 1488 despede os seus *servidores*, casa em 1489 e era já falecida em 1502; não pode esta ser a dama do Diálogo com Bernardim Ribeiro e Sá de Miranda, porque quando ela foi celebrada por D. João de Meneses e outros poetas em 1491, tinha Bernardim Ribeiro 10 anos e Sá de Miranda 7, apenas. A dama comparada a Vitória Colona, era D. Leonor Mascarenhas, nascida em Almada em 24 de Outubro de 1503, filha de Martim de Almada e de D. Isabel Pinheiro, como apurou lucidamente D. Carolina Michaëlis (Ed. Miranda, p. 875). Muito criança foi escolhida para dama da Rainha D. Maria, e em 1526 acompanhou a casa da Infanta D. Isabel, quando casou com Carlos V. Foi justamente em um serão do paço, logo depois do regresso de Sá de Miranda da Itália, que ali *cantou Ribeiro* pela última vez, trovando com amargura:

E inda hei-de pedir a outrem
Das suas culpas perdão.

Na resposta de D. Leonor de Mascarenhas parece referir-se à catástrofe amorosa do poeta:

Pois heide sofrer a outrem
Culpas que não tem perdão.

Na resposta a Sá de Miranda, em que declara que os seus desejos e cuidados *não são postos nesta vida*, referia-se ao voto que fizera em menina de manter perpétua castidade. D. Leonor Mascarenhas em 1527 ficou encarregada do príncipe D. Filipe, e mais tarde em 1546, serviu de mãe ao orfanado príncipe D. Carlos. D. Leonor, terceira mulher de D. Manuel, estimava-a muito, assim como a princesa D. Joana, que prematuramente viuvou do príncipe D. João, para o qual Sá de Miranda compilara os seus versos em 1553. D. Leonor fundou em 1564, em Madrid um Convento de Santa Maria de los Angeles, onde se recolheu, falecendo aí em 1584. Era verdadeiramente comparável a Vitória Colona; Sá de Miranda em um Soneto escrito em castelhano consagra-a pelo seu nome, na alegoria de um retrato:

Despues de haver juntado hermosura,
Virtud, gracia, valor, la gran maestra,
Uma pintura hizo que nos muestra
ser quasi soberana su hechura.

.....
Y para que lo entienda quien *lo ignora*
En estas cinco letras esculpidas
Verá la que del mundo es vencedora.

(*Ed. Mich.*, p. 590)

A saída de D. Leonor Mascarenhas para Castela em 1526 tornou irrealizáveis os Serões do paço, que se transformara em um sombrio convento; a sua presença, como se vê pelo Soneto de Sá de Miranda, teria dado alento à Escola italiana. Debalde Sá de Miranda procurava interessar Bernardim Ribeiro na imitação do novo estilo, achando-se isolado entre os poetas da corte, combatido por risos sardónicos.⁴⁹

⁴⁹ Apareceu no *Diário de Notícias* (de 7-IX-921) uma *Solução integral de um tenebroso problema literário*, em que o sr. Patrocínio Ribeiro, passando esponja sobre os trabalhos e documentos em que tem sido estudado Bernardim Ribeiro, apresenta D. Leonor Mascarenhas como a mulher idealizada pelo poeta das *Saudades*. Os factos que interpreta são um acervo de incongruências e anacronismos:

1º Quando Bernardim Ribeiro, nascido em 1482 entrou na corte em 1503, contava 21 anos, como o confessa na *Égloga II*, em que narra a sua paixão súbita por Joana.

É com esta *Égloga II* que o novo crítico quer provar o amor do poeta por D. Leonor Mascarenhas nascida em 1503, em 24 de Outubro em Almada, forçando o nome de Joana a dar o anagrama de Leonor.

2º No *Cancioneiro Geral*, de 1516, vem uma poesia de Bernardim Ribeiro, *Memento*, que é a expressão impressionante da sua decepção amorosa. D. Leonor Mascarenhas então com 13 anos não podia ser dama da rainha.

3º o poeta abandonou a corte até 1524, em que D. João III o chamou novamente para seu secretário; e só podia encontrar aí a D. Leonor de Mascarenhas que em 1526 partia para Castela com a Infanta D. Isabel, e já notabilizada pelo seu voto infantil de castidade perpétua. Como conciliou isto com

B) LUTA COM OS POETAS DA MEDIDA VELHA (1526 A 1545)

A reacção que se deu tanto em Espanha como Portugal contra o novo estilo italiano assentava sobre o emprego do verso hendecassílabo de preferência ao octossílabo de redondilha maior e menor ou a trova vulgar; a luta foi muito tempo irreductível, revelando no fundo o antagonismo entre o espírito medieval e a imitação clássica, que desprezava as velhas formas tradicionais. Argote y de Molina, que era versado na antiga poesia espanhola, não considerava o verso hendecassílabo uma novidade e filiava-o na poética dos trovadores provençais, cujo estilo brilhou nas cortes peninsulares (Leão, Aragão e Castela): «Este género de verso é na quantidade e número conforme ao italiano usado nos Sonetos e Tercetos, donde parece não terem aprendido os espanhóis dos Poetas de Itália, pois lemos terem florescido muitos poetas espanhóis provençais, que nele escreveram...» E cita Jordi, Febrer e Ausias March. O erudito autor do *Discurso sobre a antiga Poesia castelhana*, provando a preexistência dos metros hendecassílabos na península, entrevia a unidade morfológica das literaturas novolatinas. E caracterizando o verso de dez sílabas: «É grave, pleno, capaz de todo o ornamento e figura, e finalmente entre todos os géneros de versos podemos chamá-lo *heróico*, o qual ao cabo de séculos que andava desterrado da sua natureza, voltou à Espanha, aonde foi bem recebido e tratado como natural, e mais se poderá dizer, que na nossa língua, pela elegância e doçura dela, é mais nítido e sonoro algumas vezes do que na italiana. – Não foram os primeiros que o restituíram à Espanha Boscan e Garcilaso, como alguns crêem, porque já no tempo de D. Juan el Segundo, era usado, como vemos no livro dos Sonetos e Canções do Marquês de Santillana, que eu possuo (neste tempo ainda estavam inéditas as suas obras) sendo contudo os primeiros que melhor o trataram, particularmente o Garcilaso, que na doçura e beleza dos conceitos e em arte e elegância nada deve ao Petrarca nem aos mais excelentes poetas de Itália.»⁵⁰

Sá de Miranda, ao iniciar a escola italiana, chegara à mesma compreensão da sua origem trovadoresca, a que o génio italiano dera a definitiva forma artística; di-lo na sua Carta a D. Fernando de Meneses:

Entrando mais o tempo entrou mais lume,
Suspirou-se melhor, veio outra gente,
De que o PATRIARCA fez tão rico ordume.

Eu digo os Proençais, que inda se sente
O som das brandas rimas que entoaram
De novo assi de Amor, tão altamente.

Depois, (ah que vergonha) enfim tomaram
A cair muitos neste amor vicioso:
O fino os peitos finos o salvaram.

A crítica moderna reconheceu esta relação de Petrarca, como o acentua Rathery: «as ideias requintadas de Petrarca sobre o Amor, são evidentemente tomadas dos devaneios dos trovadores e exageradas pela subtilidade e imaginação italiana.» Sá de

o casamento de Joana descrito na novela das *Saudades*, que fundamenta as desgraças de Bernardim Ribeiro?

⁵⁰ No *Conde de Lucanor*, fl. 130.

Miranda teria conhecimento dos trovadores portugueses? É do seu tempo o retoque moderno feito a uma Canção de Rui Queimado, trovador da Corte de D. Afonso III, e que ainda alcançou a do rei D. Dinis. (Nº130, da *Canc. Da Ajuda*). Ouviria em Roma a notícia do Cancioneiro de D. Dinis guardado na biblioteca do Vaticano, de que deu conta o cronista Duarte Nunes de Leão: «Grande trovador e quase o primeiro que na língua portuguesa escreveu versos, segundo vemos por *um Cancioneiro que em Roma se achou em tempo del rei D. João III*, e por outro que está na Torre do Tombo, de *Louvores de Nossa Senhora*.» (*Crón.* t. II, p. 77). Este guardava-se na Livraria da rainha Isabel de Castela. O quinhentista Ferreira, proclamava o Rei D. Dinis: «Das nossas *Musas rusticas* emparo.»

Da parte dos coplistas ou trovistas a que Soropita pôs o nome de Poetas da *medida velha*, levantou-se o estandarte da revolta contra os Sonetos e Tercetos; assim escrevia com desdém Jorge Ferreira de Vasconcelos, na *Aulegrafia*: «hei muito grande dó de uns juízos poldros, e tão curtos de vista que aceitam toda a novidade sem peso, a olhos, e assi me pareceu de vós, que, *por andar com o som de moderno sereis todo um Soneto, e condenais logo o outro verso*, sem mais respeito nem consideração.» (Fl., 165 vº). Na dedicatória da Égloga *Encantamento* a D. Manuel de Portugal, narra Sá de Miranda os ataques que sofreu contra a sua generosa iniciativa:

Andando após a paga, houve aos sisos
Grão medo (que o confesso) e a uns pontosos,
De rostos carregados e de uns risos
Sardónios ou, mais claro, maliciosos,
Quem tantos tentos, quem tantos avisos
Terá que empare os golpes perigosos...

.....
Rigores a departe, que são dignos
Do perdão os começos. Já que fiz
Aberta aos bons cantores peregrinos;
Fiz o que pude, como por si diz
Aquele, um só dos líricos latinos.

(*Ed. Mich.*, p. 476)

Agradecendo a António Pereira, senhor de Basto, a oferta que lhe fizera de um exemplar das líricas de Garcilaso, aludia Sá de Miranda à sua iniciativa:

Que el son que me aplazia
Por mi hiziesse plazer a nuestra gente.

Esta tirania do costume, contra a qual se insurgia Sá de Miranda, também se impunha na forma dramática do Auto, a que opôs na sua comédia *Estrangeiros* o tipo da comédia clássica já adoptado na literatura italiana. Na forma épica, contra a oitava italiana fixada por Ariosto, continuaram os trovistas a fazer Romances velhos sobre os assuntos da história das tradições britónicas. A florescência da Escola italiana só começou quando Sá de Miranda se afastou magoado e aborrecido da corte em 1534, confinando-se no seu voluntário ostracismo no alto Minho, na Comenda das Duas Igrejas, que lhe doara

D. João III. Não faltavam motivos para lhe perturbarem o espírito; a espoliação dos bens de seus primos Simão e Gonçalo de Miranda por uma ordem régia; o

escândalo da sentença contra o casamento clandestino do Marquês de Torres Novas, por ser extremamente rica D. Guiomar Coutinho, que o rei D. Manuel reservava para o Infante D. Fernando; a loucura declarada do seu íntimo amigo Bernardim Ribeiro, exacerbada pela malevolência do onnipotente favorito Conde da Castanheira; as imputações a vários poetas da corte da Sátira anónima da *Maria Pinheira*, do tronco judaico dos Ataídes; as interpretações malévolas das suas Églogas *Andres e Aleixo*, para o indispor com personalidades cortesãs, tudo o levava ao tédio desses contactos forçados da corte. Determinou-se sob a comoção do facto da separação da Igreja de Inglaterra por Henrique VIII, *o malvado Inglês*, em 1534; e com o sombrio pesar do falecimento de D. Isabel Freire, que celebrara em seus versos, e que não fora venturosa no casamento. Para o isolamento da vida de província levava consigo as impressões vivas da viagem da Itália, e as belas obras da literatura que generalizavam o espírito da Renascença. Deixou a realidade crua pela contemplação poética e filosófica independência.

C) ZAGAIS DA ESTREMADURA (*Discípulos de Sá de Miranda*)

D. João III, que sempre estimara Sá de Miranda, deu-lhe ao retirar-se da corte a Comenda das Duas Igrejas, indo aí o poeta fundar a Casa da Tapada, na freguesia de Fiscal, distrito de Braga, próximo de Pico de Regalados, na margem esquerda do Neiva. Ainda hoje existe esta poética residência, na estrada de Amares, a meia légua da estação balnear de Caldelas, um exemplar de habitação solarenga, com sua elegante capela e jardim em frente. Ali vivia entregue à meditação, e enquanto celibatário, castigava a sensibilidade do isolamento na montaria aos lobos. Visitava ali perto o solar de Crasto, dos Machados de Azevedo, e a casa dos Senhores de Basto, os Pereiras Marramaque, mantendo com eles deliciosos convívios literários. Os senhores de Basto viviam na sua quinta da Taipa, e ali reunidos em horas de calma junto da fonte da Barroca liam os poetas castelhanos e os seus imitadores castelhanos. Agradecendo a António Pereira a comunicação das obras ainda manuscritas de Garcilaso, descreve estes ócios aprazíveis:

A vossa fonte tão fria
Da Barroca, em julho e agosto,
(Inda me é presente o gosto)
Quão bem que nos i sabia
Quanto na mesa era posto.

.....
Desi, o gosto chamando
A outros mores sabores,
Liamos pelos amores
Do bravo e *furioso Orlando*,
Envoltos em tantas flores
E da *Arcádia* os bons pastores (Variante)

Liamos os *Assolanos*
De Bembo, engenho tão raro,
Nestes derradeiros anos,
E os pastores italianos
Do *bom velho Sanazzaro*.

Liamos ao grande *Lasso*
Com seu amigo *Boscão*
Honra de Espanha, que são,
Ia-me eu passo a passo,
Aos nossos que aqui não vão.

Frequentando a Casa de Crasto, conheceu ali o poeta a D. Briolanja de Azevedo, irmã de Manuel Machado com quem convivera na corte; pediu-lha em casamento. Realizou-se O enlace por intervenção afectuosa de D. João III, em 1536. Começou para Sá de Miranda uma vida tranquila, de uma paz interior, em que assentava a firmeza de carácter na justa apreciação dos acontecimentos que em volta dele se passavam. No remanso da sua quinta de Entre-Homem-e-Cávado, tornava-se mais intensa com a idade a sua energia, pelo maior relevo que ia adquirindo a sua vida moral. Ali lhe iam ter as homenagens dos bons espíritos que surgiam na literatura e na constante actividade do seu espírito retocava delicadamente o que escrevia, chegando a enumerar-se catorze redacções da sua *Égloga Basto*.

Em 1545 o Cardeal Infante D. Henrique mandava-lhe pedir as suas Comédias da nova escola, os *Vilhalpandos* e *Estrangeiros*, para serem representadas em sua presença. O Príncipe D. João, único herdeiro de D. João III, apaixonado pela poesia portuguesa, mandou-lhe pedir a colecção dos seus versos; Sá de Miranda teve de comprazer com o desejo do príncipe, e começou a trasladá-los, remetendo-lhe sucessivamente os cadernos que apurava com um Soneto por dedicatória. A primeira remessa continha cem composições da Escola velha: Cantigas, Esparsas, Vilancetes, Diálogos, Sextinas, Redondilhas, Trovas, com 21 Sonetos e uma Canção. Não renegava o seu passado literário. A segunda remessa, continha duas *Églogas*, *Alejo* e *Basto* e as seis *Cartas*, de uma beleza incomparável, em que a poesia e a filosofia se identificam; é a parte mais bela da sua obra. A terceira remessa, consta de cinco *Églogas*, uma *Elegia* e Sonetos, frutos do novo estilo. Chegou Sá de Miranda a compilar um quarto corpo dos seus versos, mas não foi remetido ao Príncipe D. João, que prematuramente morreu em 1554. As três remessas constituem um manuscrito precioso, que foi parar às mãos do insigne lusófilo Ferdinand Denis que o facultou a D. Carolina Michaëlis, que por ele organizou a sua monumental edição das *Poesias* de Sá de Miranda de 1885.

Neste trabalho de compilação dos seus versos assiste-se à vida emotiva do poeta, recordando-se dos mais belos momentos do passado; ao formar a primeira remessa para o príncipe D. João, uma Sextina de D. Leonor Mascarenhas acordara-lhe a reminiscência da *Marquesa de Pescara*, pela identidade da sua perfeição moral. Ao remeter ao príncipe o terceiro caderno de poesias, aí por fins de 1549, transcreve a *Égloga Célia*, que dedicara ao Infante D. Luís, na qual, aludindo à expedição a Tunis com Carlos V em 1535, celebra a morte de uma pastora gloriosa e de estremada beldade «en cuerpo tan sano alma tan sana». Quem era *Célia*, tão fervorosamente celebrada por Sá de Miranda, mostrando como:

asi va todo por suerte
Y no por orden, *no por igualdad!*
Tan presto tanta gloria se convierte
En nada, *estando en fuerte é fresca edade,*

Referia-se a Vitoria Colona, falecida em 13 de Fevereiro de 1547⁵¹; contava ela

⁵¹ Interpretação pela primeira vez comprovada pelo sr. Patrocínio Ribeiro, e que neste estudo adoptamos.

cinquenta e sete anos. Tanto na primeira como na segunda redacção da Égloga III, ao cantarem os pastores a morte de *Célia*, há o emprego intencional da palavra *vitória*, que sugere a nova interpretação:

Estés por siempre, oh buena Celia en gloria,
Y gozo allá, *i en fama eterna aqui*,
Divida era esa paz a *tal vitoria*
Del inimigo, del mundo e de ti!
Tales contrarios, que en nuestra memoria
No sé vencidos quien los haia ansi.

(*Ed. Mich.*, p. 572)

Vitória Colona vencera-se a si, persuadindo seu jovem esposo a recusar a *coroa* de Nápoles⁵²; venceu as paixões, na sua precoce viuvez, em um recolhimento e elevação intelectual. Desde 1538, eram conhecidos os seus Sonetos publicados em Parma, e em Veneza fora em 1544 publicada nova edição mais completa das *Rime de la diva Vittoria Colonna de Pescara*.⁵³ Por isso podia escrever Sá de Miranda na Égloga III:

Aquella Celia nuestra *és immortal!*
Ciegos de nos, quien no lo demuestra
Claramente tal vida i muerte tal.

Na fala do pastor Aurélio a Maurício, há uma prosopopeia dirigida a Célia, à qual pode entender-se como dirigida a ela esta estrofe:

Quien podria dizer quanto tuvieron
Los versos tuios virtud i poder
De consolarme? Como ansi se fueron?
Perdiendo el buen cantar i el buen tañer!
Las buenas manos desaparecieron,
Las malas vienen a todo correr;
Cantava Laso en el Andalusia,
Sincero aun lejos aca se oía!

(*Ib.*, p. 575)

Nesta estrofe lamentava Sá de Miranda o terem-se perdido os primeiros tentames da escola italiana; mas, na dedicatória ao Infante D. Luís, que versificava no *Stil dolce*, aludindo à sua expedição com Carlos V a Tunis, manifesta-lhe a alegria dos novos pastores que surgem:

Alla que os cantariam mas vezinas,

⁵² Na primeira redacção, lê-se esta variante:

Y siempre *en fama*, qual dejaste aqui;
Deve-se tal *corona a tal vitoria*,
Del inimigo, dei mundo i de ti!

⁵³ Existe na Biblioteca Municipal do Porto um exemplar, do seu fundo primitivo.

Oiste-las quizá, cantar de veras,
Ollas heis aca como estranjeiras.

.....
Poco aca, mas com fé, mas con poca arte
Cantan pastores aí modo estranlero.

E na segunda redacção da Égloga, acentua mais pedindo ao Infante D. Luís auxílio para a Escola nova, que ele conhecera revelada por Garcilaso de la Vega:

Entre tanto el juicio alto, severo
Que a engefios grandes pone sobrevienta,
Bajad, señor, un poco al Miño, i al Duero
Alli donde el ganado ora apacenta.
Un pastor vuestro escuchá; el extranjero
El rei de Francia haze de tal cuenta!
El gran Carlo escuchava (oh muerte ciega!)
Cantando *Nemoroso* de ia Vega.

(*Ed. Mich.*, p. 565)

Garcilaso de la Vega tinha morrido em combate em 1536; Sá de Miranda celebrara essa morte prematura do poeta com trinta e três anos, na sua Égloga *Nemeroso*. Desde esse tempo, que estavam esquecidas as tentativas que encetara no seu regresso da Itália Agora, depois de 1547, surge a nova geração dos *Zagais da Estremadura*, que vem ao seu encontro:

Tanto tus duices rimas me pluguieron
Y tanto tuvon de fuerza i poder,
Que otro me han hecho. Como se perdieron
Entre nos ei cantar? como el tañer,
Que tanto nombre a los passados dieron?
Mas dizen que me vienen a correr
Ciertos *Zagales del Estremadura*
Que ora, ora assomaran por esa altura.

Esses inspirados cantores da Estremadura, são os poetas quinhentistas que seguem o impulso intelectual de Sá de Miranda, reconhecendo-lha a supremacia: são D. Manuel de Portugal, e Pedro de Andrade Caminha, Francisco de Sá de Meneses, e Dr. António Ferreira, Diogo Bernardes e Agostinho Pimenta (Fr. Agostinho da Cruz) e Jorge de Montemor. Constituíam verdadeiramente a *Pléiada portuguesa*, com o mesmo espírito clássico da francesa. Sá de Miranda compreendeu a sua missão, saudando-os:

Venid, buenos Zagales; con favor
De aquellas blandas Musas de Parnaso,
Ynchid nuestros colíados de sabor
De la suave lira haliada acaso,
Don de los Dioses. Vuelos en su loor,
Cobrireis de ierva verde el monte raso,
Las claras fuentes de sombras i flores,
De espanto los oidos de pastores.

(Ed. Mich., p. 310)

Anotando estes versos a insigne romanista D. Carolina Michaëlis, põe em evidência a nova escola lírica, que se iniciava em Lisboa: «Miranda teve notícia de que em Lisboa (Estremadura) apareceram novos poetas, que seguem as suas pisadas, poetando nos metros italianos, e s4úda-os cordialmente. É pois racional datar de 1536 ou *dos anos imediatos* (fixamos de 1547) o aumento da nova Escola, que o poeta do Neiva fundara depois de 1526: os seus primeiros adeptos foram Caminha, Francisco de Sá de Meneses e D. Manuel de Portugal.» Justamente aqueles que viviam no paço e conheciam a simpatia de D. João III por Sá de Miranda, e as relações literárias com o Infante D. Luís, com o Cardeal Infante, e o fervor de admiração com que o Príncipe D. João pediu a cópia dos seus versos.

D. Manuel de Portugal enviava-lhe uma Égloga, no novo estilo «*que fizera nesta arte italiana*», diz em um Soneto de dedicatória:

A vontade de vós seja estimada
Que (em tão baixo tempo em que pureza
Em que obras não ha) deve ter preço.

Na Égloga *Encantamento*, agradeceu Sá de Miranda:

Aquela Égloga vossa me foi dada
Encostado jazendo à minha fonte
De *versos estrangeiros* variada;
Parecia que andava a colher flores,
Co'as Musas, com as Graças, co'os Amores.

Pero de Andrade Caminha, enviava-lhe também os seus versos, para que

..... os queiras ver
E riscar e emendar, porque emendados
Por vós, possam andar mais confiados
Do que por meus puderam merecer.

(Son. XXVIII)

Enviara-lhe também uma Égloga, sua primeira tentativa. Francisco de Sá de Meneses mandou-lhe mostrar por seu irmão António de Sá uma Elegia ou Capítulo sobre a Madanela à *Maneira de Itália*. A corrente foi engrossando; e Diogo Bernardes, que o visitava na sua adolescência na quinta da Tapada, agora na vida turbulenta de Lisboa, enviava ao mestre uma cópia das *Flores do Lima*, a que o filósofo-poeta agradecia no Soneto:

Neste começo do ano, em tão bom dia,
Tão claro, porque não faleça nada,
Me foi da vossa parte apresentada
Vossa composição boa à porfia.

E na Carta I do *Lima*, escrevia-lhe Diogo Bernardes:

O doce estilo teu tomo por guia,
Escrevo, leio e risco; vejo quantas
Veze se engana quem de si se fia.

Em a Carta IX, liv. I, do Dr. António Ferreira, vem proclamada a sua supremacia:

Novo mundo, bom Sá nos fostes abrindo,
Com tua vida, com teu doce canto,
Nova agua e novo fogo descobrindo.

E em a Carta a António de Sá de Meneses afirma Ferreira a existência da nova Escola:

Já esta nossa terra engenhos tem
Das Musas bem criados, *mas mal cridos*,
Que sempre o mal anda abatendo o bem.

Jorge de Montemor tendo, como músico da capela da princesa D. Joana, vindo a Portugal pelo casamento do príncipe D. João, escreveu logo a Sá de Miranda uma Epístola em tercetos, entusiasmado pelo seu prestígio:

De tu sciencia en ei mundo fiorecida,
Me comunica el fruto deseado,
Y mi musa será favorecida.

Pues entre el Duero i Mião está encerrado
De Minerva ei tesoro, a quien iremos
Si no a ti do está bien empleado?

En tus escritos duices los extremos
De amor podremos ver mui claramente
Los que alcanzar lo cierto pretendemos.

André Falcão de Resende, que foi amigo de Camões, em um soneto a Sá de Miranda *mandando-lhe uns versos*, confessa-lhe:

Mas, em que pouco dou, pois é o que tenho,
Se este ser pouco enfim lhe abate o preço,
Ante vós o abone a sã verdade.

Não aparece o nome de Camões entre a plêiada portuguesa; ele conheceu o prestígio de Sá de Miranda, como se verifica pelo verso com que o solitário da Tapada, caracterizava D. Manuel de Portugal – Lume do paço, das Musas mimoso; – Camões empregou esse nome como centão na Ode VII a D. Manuel de Portugal. A sua vida turbulenta e incerta desde 1546 em que saiu da corte até ao embarque para a Índia em 1553, não deu a Camões ensejo para uma comunicação espiritual com o poeta-filósofo que admirava. O ascendente que ele exercia era geral; e apontavam-no como um *alto*

espírito, que o rei devia consultar para as reformas da administração pública.

4º *No remanso da província. Tristezas do fim da vida.* – Ficando consumado no estudo da filosofia moral e estóica, como notou o seu biógrafo anónimo (D. Gonçalo Coutinho), achou Sá de Miranda na poesia a expressão espontânea e ingénuo do sentimento, nas emoções mais íntimas da realidade da vida. Os seus versos referiam situações vividas, que o impressionaram e que ele julgava; isso dava às suas composições um interesse, animando-as, sendo «todas ou as mais delas sobre casos particulares que sucederam na corte em seu tempo, introduzindo pessoas conhecidas daqueles que então viviam, de que ainda temos algumas tradições e vestígios derivados a nós dos contemporâneos que o venceram em dias; e se houvera algum que fizera uma anotação disto, por ventura que fora bem agradável história...». O biógrafo anónimo, que soubera por Diogo Bernardes o viver íntimo de Sá de Miranda no seu solar da Tapada, deu a verdadeira direcção à crítica; aproveitando tradições dos seus contemporâneos, alude às intrigas da corte «concitando em seu dano uma pessoa muito poderosa daquela era, em desprazer de quem se interpretava mal pela mesma inveja um lugar da sua Égloga *Aleixo*, o que sentindo ele, nem querendo declarar-se melhor, nem esperar a vista os efeitos da ira declarada – recolheu-se a uma quinta que também tinha aí perto chamada a Tapada, deixando o mimo da corte...». Ficou já descrita a realidade desta alusão ao poderoso valido D. António de Ataíde, e as várias suspeitas odiosas e atribuições da Sátira da *Maria Pinheira*. Lê-se no Nobiliário de Manuel Álvares Pedrosa: «Dizem que era grande amigo de João Rodrigues de Sá, senhor de Sever e Alcaide-mor do Porto, seu parente, e também poeta, o qual pedindo-lhe que escrevesse de Genealogias, respondeu em estes versos e outros mais, que andam em suas obras:

Senhor, é grande trabalho
Escrever de gerações;
Nem todos são Cipiões,
E podem cheirar ao alho
Gentis-homens e infanções.

Escrever com louvaminhas
Não é minha profissão:
Tirar unhas ao leão
Para pô-las às galinhas
Outros o façam, que eu não.⁵⁴

Sá de Miranda em uma Carta a seu cunhado Manuel Machado de Azevedo, descreve-lhe o perigo de tratar de Gerações, sem que se tope com fidalgos e ricos-

⁵⁴ *Op. cit.*, t. VII, fl. 215 vº. Na Ed. Michaëlis, p. 524 são a est. I e III. Eis a *variante* do Ms. de Álvares Pedrosa em forma de décima com transposição de versos e deturpações:

Escrever de Gerações
É, senhor, grande trabalho;
Nem todos cheiram ao alho
E tem nome de Infanções.
Nem todos são Cipiões,
Nem é minha profissão
Tirar unhas às galinhas;
Escrever com louvaminhas
Outros o façam, que eu não.

homens que *cheiram ao alho*, isto é, ao povo que tem esse fartum quando se alimenta comendo o pão com alho. Por que de tais ofensas resultaram terríveis vinganças, alude Sá de Miranda aos que alardeiam altas prosápias:

Dinheiro, ofícios, privanças
A nobreza nos desterra;
Judeus e Mouros na terra
Nos trazem umas lianças,
Que ha nesta paz maior guerra.

Estes querem *tingir tudo*
Com poder mais soberano;
Quem não veste do seu pano,
Convém-lhe fazer-se mudo
Por evitar maior dano.

(*Est. V e VI*)

O comentário em prosa castelhana que acompanha estas quintilhas ainda dá mais relevo à Sátira que tanto escandalizara o Conde da Castanheira. A este perigo das pesquisas genealógicas também visa Manuel Machado de Azevedo na *Carta a seu cunhado* Francisco de Sá de Miranda:

Vosso parente e amigo
Joane de Sá-ber tanto
Descantou tanto em seu canto
Que deu num canto consigo.

Descoseu linhas a tantos
(Se bem mais canonizou!)
Mas um desses se vingou,
Sem lhe valer estes santos.

(*Est. 15 e 16*)

O biógrafo anónimo, colhendo as impressões que Diogo Bernardes conservava das visitas ao solar da Tapada, quando rapaz, ainda em Ponte de Lima, descreve-nos o aspecto e a feição moral de Sá de Miranda na sua vida íntima: «grave na. pessoa, melancólico na aparência, mais fácil e humano na Conversação, engraçado nela com bom tom de fala, e menos parco em falar que em rir..., tangia viola de arco e era dado à música, de maneira que com não ser mui rico tinha em sua casa mestres delia custosos, que ensinavam a seu filho Jerónimo de Sá, de quem se diz que foi estremado naquela arte, e contava Diogo Bernardes (a quem seguimos em muita parte disto) que quando o ia a ver vivendo em *Ponte de Lima pátria sua*, lhe mandava tanger o filho em diversos instrumentos, e o reprendia alguma vez de algum descuido.»

E do seu estado de espírito, na previsão de futuras desgraças que resultariam da escritura de casamento da princesa D. Maria com Filipe de Espanha, aponta o biógrafo anónimo: «Foi sóbrio e austero consigo, e largo com algum excesso c'os hospedes que indiferentemente agasalhava, – e com rezam, por que se conta dele, que estando sem gente de cumprimento, e ainda com ela, se suspendia algumas vezes, e mui de ordinário

derramava lágrimas sem o sentir; por que quando lhe acontecia à vista de alguém, nem as enxugava nem torcia o rosto, nem deixava de continuar no que ia falando, parece que –com a mágoa do que lhe revelava o espírito dos infortúnios da sua terra...» O desmoronamento da sua felicidade doméstica não o deixou assistir à desgraça pública que pressentia. Confrangia-o o abandono das fortalezas de África, atirando-se toda a fidalguia para a chatinagem da Índia. Despovoava-se o reino ao cheiro desta canela; e já por Cabeceiras de Basto corriam os pardaús de Goa. Mandara o seu filho primogénito servir dois anos em Ceuta para fazer jus a uma Comenda da Ordem de Cristo; pouco tempo depois de ali chegar, morria tragicamente com mais cinquenta fidalgos na emboscada de Tetuão em 14 de Abril de 1553; aí também pereceu seu sobrinho João Rodrigues de Sá, filho de Álvaro de Sá, e aquele íntimo amigo de Camões, o jovem D. António de Noronha. Sua mulher D. Briolanja de Azevedo não pôde resistir a este golpe, sucumbindo em grandes angústias em 1555. No ano anterior dera-se o falecimento prematuro do príncipe D. João, ficando os destinos do país dependentes do nascituro, que foi o degenerado D. Sebastião. Nestas amarguras, que de todos os lados o assaltavam, procurava consolar o rei D. João III, que, sob a emoção e morte do seu único herdeiro e último filho, falecia em 1557.

O poeta confortado piedosamente pela geração nova que tanto o admirava, não podendo achar alento na solidão moral em que se via imerso, extinguiu-se em 1558. Não teve o gosto de contemplar os efeitos da sua iniciação literária; as poesias dos seus discípulos ficaram inéditas até ao último quartel do século XVI, quando já estava perdida a autonomia da nacionalidade. O génio incomparável que havia de dar à Escola italiana o seu máximo relevo, e ao sentimento nacional a expressão estética imperecível – Camões, estava a esse tempo vagando pelas Molucas e Extremo Oriente; morreu sem conhecer essa esperança.

Apesar de ter escrito uma boa parte das suas composições em castelhano, como purista, Sá de Miranda era um fervoroso propugnador da cultura da língua portuguesa, dando aos seus versos o matiz pitoresco e saboroso dos modismos populares. Castanheda no prólogo da *História do Descobrimento da Índia*, confessa que a Sá de Miranda devia a animação para escrever as suas narrativas na língua portuguesa. Era consumado humanista, como consigna o biógrafo anónimo: «Soube tanto da língua grega, que lia a Homero nela, e anotava de sua mão em grego também...» Era o efeito da forte cultura clássica dos Colégios de Santa Cruz de Coimbra; mas essa mesma florescência, que ainda se reflectiu em Camões, estava ofuscada pelo mesquinho método dos Colégios de Jesuítas, que monopolizaram os estudos médios, que assim apressavam a desnacionalização portuguesa. As edições antigas das Poesias de Sá de Miranda apresentam dois textos, o de 1595, impresso pelo manuscrito que andava na família do Poeta, e o texto de 1614, que é formado atrapalhadamente sobre os cadernos remetidos por três vezes ao Príncipe D. João; confessa-o o livreiro Domingos Fernandes: «Bem se mostra pelos primeiros três Sonetos destes papeis, que o Príncipe D. João, filho del Rei D. João III, os mandou pedir a seu Autor por outras tantas vezes, e que ele lhos mandou assi divididos (*quais de cada uma, não pude alcançar*)...» A edição fundamental de 1885, por D. Carolina Michaëlis, seguiu o manuscrito mandado ao Príncipe D. João, que existia na posse de Ferdinand Denis (nº 1 a 187), com textos inéditos e variantes do manuscrito do Visconde de Juromenha; do Cancioneiro de Luís Franco; do ms. da Biblioteca de Évora, e aproveitando as versões e variantes das edições impressas de 1595 e 1614, de 1620 (*Sátiras* com o retrato hoje vulgarizado) e os textos que estavam no *Cancioneiro* de Resende. As Comédias tiveram edições independentes por ordem do Cardeal Infante, em 1559 e 1560 os *Estrangeiros*, e ainda em 1561; em 1560, os *Vilhalpandos*; em 1569 os *Estrangeiros*. Foram ambas incorporadas na edição de 1784.

A edição de 1885 é um verdadeiro monumento nacional de Sá de Miranda, o iniciador do lirismo português da Renascença; completámo-la com o seu poema, até hoje inédito, *A Egipciaca Santa Maria*.

3º Os Poetas da Medida velha

O conflito entre os poetas que preferiam os versos hendecassílabos, de imitação italiana, e os que mantinham as redondilhas do gosto vulgar, veio suscitar a revivescência da tradição lírica das trovas de Cancioneiro, que se tinha quase obliterado em todo o século XV. Notou Menendez y Pelayo: «quase todo o capital poético da primeira metade do século XV desapareceu, ficando uma grande lacuna entre os Cancioneiros da Escola galeziana, que propriamente terminou no reinado de D. Afonso IV e o Cancioneiro de Resende, compilado nos primeiros anos do século XVI, com obras líricas de autores que floresceram quase todos depois de 1450 e aparecem inteiramente dominados pela influência de Castela.»⁵⁵ Esta grande lacuna pôde em parte reconstituir-se pelo Cancioneiro de Baena, em que entraram os elementos portugueses e galezianos no desenvolvimento lírico da corte de D. Juan II, Henrique IV, que se continuaram na corte de Fernando e Isabel, em que brilharam poetas portugueses. Esses elementos tradicionais refloriram em Gil Vicente nos seus Autos, em que intercala canções que são a mais pura reminiscência das Cantigas de amigo e dos Cantares guaiados dos trovadores portugueses dos séculos XIII e XIV, como o reconheceu e primeiro afirmou Frederico Diez.⁵⁶ Podia formar-se bem um precioso Cancioneiro compilando todos os versos e estrofes, que Gil Vicente intercalou nos seus Autos, Farsas e Tragicomédias, de muitos dos quais existe a música hoje publicada por Barbieri no *Cancioneiro musical do século XV*; era possível recompor muitas dessas Canções completando os seus desdobramentos. Na *Comédia de Rubena* é inapreciável a cena em que a ama declara quais são as Cantigas que sabe para embalar o sono das crianças:

FEIT.: E que Cantigas cantais?
AMA: A *Criancinha despida*
Eu me sam Dona Giralda.
E também – *Val’me Lianor*
E *De pequena matais, amor,*
E *Em Paris está Don’Alda*
Di-me tu, señora, di
Vamo-nos, dijo mi tio;
E Llevadme por el rio.
E também *Calbi orabi,*
E *Llevantéme un dia,*
Lunes de mañana,
E Muliana, Muliana,
E *Não venhais, alegria,*
E outras muitas destas tais.
FEIT.: Deitai no berço a senhora,
Embalai, e cantai ora,
Veremos como cantais.

⁵⁵ *Origines de la Novella*, p. CCIV.

⁵⁶ *Ueber die erst portugiesischen Kunst und Hof Poesie*, p. 100.

AMA: (Canta) *Llevantéme un dia...*

(*Obras*, t. II, p. 27)

Muitas destas Canções aludidas por Gil Vicente foram coligidas modernamente da tradição oral dos Judeus levantinos, das antigas famílias expulsas de Portugal. Entre essas cantigas vem apontada a do *Velho maio*, a que também aludem Camões e Cristóvão Falcão, como revelando o fio dessa revivescência lírica que se operava inconscientemente. É por isso que certas designações de géneros poéticos são empregadas pelos poetas da medida velha, como o *Solão*. Na *Cronica do Conde Pera Niño* (cap. 15) citam-se entre as formas poéticas do fim do século XIV as *Sonays* e *Sonies*, derivadas do seu acompanhamento a *sonajas* ou ferrinhos. Bernardim Ribeiro, Sá de Miranda, Jorge Ferreira de Vasconcelos e D. Manuel de Portugal, aludem a esta forma poética; assim Bernardim Ribeiro: «mas recolhidas que elas foram aquela câmara da fresta, onde dormiam, e pondo-se a ama a pençar a menina, sua criada, como soía, como pessoa agastada de alguma nova dor se quis tornar às cantigas, e começou ela então contra a menina que estava pençando, cantar-lhe um cantar à maneira de *Solão*, que era o que nas cousas tristes se costumava nestas partes...» (*Saud.*, cap. XXI). Na *Aulegrafia* diz-nos Jorge Ferreira: «Que os moços de esporas que soíam cantar de *Solau* a vozes:

Quebra, coração, quebra
Quebra, que não às de pedra...

e outras do teor, enquanto os amos estavam no serão sem cuidado da sua ventura... » (*Prol.*, fl. 4 vº). Eram deste teor as cantigas *Por amor de vós senhora* e *Coração de carne crua*, a que alude na comédia *Eufrósina*. E caracterizando-lhe o gosto popular: «Se escreveis a lavadeira que fala frutado, morde os beiços, lava as mãos com farelos, *canta de Solão*, inventa trovas, dá ceitis para cerejas a meninos de escola, que leia Autos... » (*lb.*, p. 187). Sá de Miranda conhecia também o género, quando na Égloga IV diz:

Que se os velhos *Soldos* falam verdade,
Bem sabe ela por prova, como amor
Magoa, e haverá de mi piedade.

E ainda na Égloga I em redondilhas:

Cantando dos seus *Soldos*
Que nos façam merecer

.....
Com seus olhos vaganaus
Bons de dar, bons de colher.

D. Manuel de Portugal deu o nome de *Soldo* a uma Elegia em tercetos, talvez pelo seu carácter triste, como preconizou Garrett. É certo que este fundo tradicional do lirismo português, que o Marquês de Santillana exprimiu na deliciosa serranilha da vaqueira de Finojosa, reaparece-nos nas Endechas a Bárbara cativa de Camões, unificados pela mesma vibração do *ethos* luso a distância secular.

No *Cancioneiro de Baena* (n.º 546) Villansandino, poeta galego da segunda

metade do século XIV, fala dos cantares de *ladino*, que se continuaram no século XVI até hoje entre os judeus levantinos, do êxodo português:

para los juglares
Yo fiz estribotes trovando *ladino*.

No Códice poético de Gallardo (fl. 33 vº), também se alude a este género de origem trovadoresca:

Yo leí de limosines
sus cadencias logicales, de las artes liberales
Prosas, Cantos é *Ladines*.⁵⁷

Esta referência aos Limosines confirma o sentido dos Cantos em *ledo*, do fragmento da Poética trovadoresca portuguesa, cap. IX: «Outra maneira ha i, em que trobam dois homens et que chamam *seguir*; e chamam-lhe assi por que convém de seguir cada um outra Cantiga a som, ou em prazer, ou em *ledo*. E este seguir se pode fazer em três maneiras: a hũa silaba e assom doutra cantiga, et fazer-lhe outras palavras tão iguais com'em as outras pera poder em elas caber aquele som mesmos.» No Cancioneiro da Vaticana encontram-se alguns destes cantares em *ledo*, em que diversos trechos de Cantigas são intercalados e desenvolvidos na mesma forma em outra Canção. A Sá de Miranda chegou a tradição desta forma poética:

Antonces cantara *ledo*,
Ora como cantaria?

(*Ed. Mich.*, 101)

Traía el rosto de *ledo*
El coração de doliente.

(*Id. Villanc.*, XXV)

Era este adjectivo *ledo*, empregado intencionalmente nos refrãos de certos cantares de romarias, e como popular era designado como vernáculo ou *ladino*, sem mestria. Em algumas sinagogas, certo número de cantos judaicos Sephardin, são notados em melodias antigas peninsulares com a indicação em português ou em castelhano (com caracteres hebraicos) *Em ladino*. Tais são os cantos *Tres cobres en una*, e *La mansanica*.⁵⁸ Na edição do *Crisfal* de 1559, feita sobre a de 1554 por judeus livreiros portugueses em Ferrara, vem na estrofe 42:

Tendo parecer divino
pera que melhor lhe quadre
cantou cantar de *ledino*:
Yo me yva, la mi madre
a Santa Maria del pino.
O vestido lhe oulhei,
e vi que era um brial

⁵⁷ Ap. Amador de los Rios, *Hist. Lit.*, t. VI, 144, not.

⁵⁸ Comunicação do distinto hebraizante Cardoso Bettencourt.

de seda, e não de saial,
a qual eu afigurei
a Mengua, la del boscal.

Segundo a Poética trovadoresca portuguesa é um Seguir em ledó, empregando versos de duas Canções diferentes no mesmo som e em *ledo*. No *Cancioneiro musical de los siglos XV y XVI*, transcrito e comentado por Barbieri (Madrid, 1890), encontra-se com a música e texto, a Canção:

Mengua la del bustar,
que yo nunca vi serrana
de tan bonico bailar.

Yo me iba, la mi madre,
a Santa Maria del Pino,
vi andar una serrana
bien à cerca del camino.

Saya traía pretada
de un verde florentino...

(*Canc. Barb.*, p. 194 e 540)

Os antigos editores de 1619 e 1721, não entendendo o verso *A Mengua, la del boscal*, emendaram para: *Manga larga no bocal*. E modificaram os primeiros dois versos da estância 42:

Tendo por parecer *benigno*
para que melhor lhe quadre,
cantou cantar *delle digno...*
cantar cantou *de si dino*.⁵⁹

Estas duas formas líricas de *Cantar de Soldo* e *Cantar de Ladino*, revelam a sua época e origem, aproximadas pelo elemento musical comum. Em alguns salmos, como observa Reuss, ainda se encontra a nota musical *Sélah*, embora ninguém possa dizer com certeza o seu valor. Este termo musicográfico hebraico, pela influência da música rabínica na península, veio a vulgarizar-se na designação de *Solau*, que estava em vigor no século XV, em Portugal. Também nas Sinagogas dos Judeus expulsos de Portugal, apontam-se as melodias tradicionais das Coplas e trovas populares com a nota *Em ladino*. Houve de facto uma mútua influência musical. O musicógrafo Soriano Fuertes, escreve que desde o século VI Lusitanos e Galegos se serviram das notas rabínicas para *pontarem* as suas melodias, e por seu turno os Judeus adoptaram as linhas dos portugueses e galegos para notação, chegando assim, antes do século XIII, à forma da *musica quadrata seu mensurata*, descrita por Beda. O critério filológico vai mais adiante do que o restrito processo fonético.

Mas o que é aparentemente plausível, torna-se um absurdo quando o facto

⁵⁹ D. Carolina Michaëlis, na *Rev. Lusit.*, t. III, 347 a 362, traz um extenso artigo *Uma passagem escura do Crisfal*; e Júlio Moreira, no tomo V, p. 55, preocupado com os processos fonéticos e abstraindo da história literária, interpretam *de ledino* por *delle dino*, contra Monaci e Menendez y Pelayo que seguiram o nosso modo de ver como designação de um género lírico popular.

histórico concreto se esclarece, pelo seu critério peculiar. Em muitas Canções castelhanas é empregado o verso *lo me iba la mi madre – A Villa Verde* (Salinas citado por Milá y Fontanals) *A la romena* (A. Rios); as cantigas castelhanas, na época em que escrevia Cristóvão Falcão, como observara Jorge Ferreira, tinham-se apoderado dos ouvidos portugueses. É provável que pela influência de Salinas na corte de D. João III, fosse esse cantar ladino vulgarizado. Quatro rainhas castelhanas e uma princesa tinham casado na casa real portuguesa; e não seria indiferente esse facto para os célebres violistas castelhanos porem em música muitas Canções portuguesas, como o observou Pedreli no livro de Luís Milan, que fora chamado à corte portuguesa, e dedicou a D. João III em 1535 o seu *Libro de Musica*; nele se acham quatro Canções portuguesas:

- Levais-me, amor, daquela terra,
- Falai, meu amor, falai-me,
- Pois dizeis que me quereis bem.
- Quem amores tem...

Apesar de terem acabado os Serões do paço, pela morte de D. Manuel e sucessivas pestes que alvoroçaram a corte, o lirismo trovista era cultivado pelas exigências do galanteio do paço. D. Francisco de Portugal revela-o na *Arte de Galanteria*, sustentando a medida velha: «Las *Decimas* no se les cerrará la puerta del palacio... las otras modas de versos hizieranse para leydos, e estos para sentidos...» E justifica a preferência das damas pelas redondilhas: «ni ay muger que apeteça versos si no aquellos que tienen pocas syllabas, pensamientos vivos y mucho ayre...» A esta influência da galantaria do paço se deve atribuir a revivescência das trovas de redondilha a que Sá de Miranda deu a extrema beleza nas suas Cartas ou Sátiras, Caminha, D. Manuel de Portugal e o próprio Camões, em que Lope de Vega o considerava superior às suas mais belas composições do gosto italiano. Por vezes esses poetas escreveram em castelhano; não era o desdém da língua nacional; era a exigência da corte, como se lê na *Arte de Galanteria*: «das coplas castellanias son las mas proprias para palacio...» O poeta Chiado descreve a corrente do gosto:

Porque a trova para ser trova
não presta se não for fina,
delicada, cristalina,
fundada em cousa nova;
se assim for, fica divina.

FARIA: Para fazer um *rifão*,
mote, cantiga ou trovas,
donde se há-de começar?

CAPELL.: Da mesma discrição.

(*Obr.*, p. 31)

Este carácter mantiveram alguns dos poetas que não aceitaram a escola italiana, como D. Luís da Silveira, que ainda brilha no Cancioneiro de Resende, autor das *Trovas morais*, que são memoradas pelo Chiado na *Prática de oito Figuras*; Jorge Ferreira de Vasconcelos, com a *Carta* em redondilhas achada entre os seus papéis e juntada a *Aulegrafia*; as *Coplas do Moleiro*, de Luís Brochado, e os *Letreiros sentenciosos*,

Avisos para guardar, Regra espiritual e Petição ao Comissário, de António Ribeiro Chiado, a *Malícia da mulher*, de Baltasar Dias, com o seu sabor satírico, definem a índole dos Trovistas.

O lirismo de Cancioneiro vibrava agora com uma intensidade amorosa, que vencia a expressão reflectida da escola italiana; nesse verso de redondilha exprimiam os apaixonados poetas a realidade do sentimento profundo que os dominava. São incomparáveis por esta verdade psíquica as Églogas de Bernardim Ribeiro, e o *Cnisfal*, de Cristóvão Falcão. Não surgiu ao acaso esta inspiração, tem antecedentes, que materialmente se determinam na predilecção dos Motes velhos tomados de Villansandino, de Juan Rodriguez del Padron, e de Garci Sanchez de Badajoz, cujo *ethos* se compreende pelo seu lusismo de raça, que depois de ter influenciado na evolução da poesia castelhana, veio fazer vibrar no mesmo unísono os poetas portugueses. O tema da novela de Juan Rodriguez del Padron *Siervo libre de amor*, em que é assassinada uma donzela por ordem do pai do jovem que a ama delirantemente, veio acordar no espírito de Garcia de Resende o sentimento da beleza poética do caso patético de D. Inês de Castro, que ele tratou em belas trovas que incluiu no seu Cancioneiro geral. A admiração pelos versos cheios de veemência de Garci Sanchez de Badajoz, vinha desse mesmo influxo do lusismo em que ele continuava a vibratilidade afectiva de Macias ei Enamorado, Padron e Villansandino. Uma imitação do *Infierno de Amor* de Garci Sanchez de Badajoz aparece no *Fingimento de amores* de Diogo Brandão (*Canc. Ger.*, II, 227); assim como o *Memento* de Bernardim Ribeiro, que parodiava o officio de defuntos, na expressão patética da sua decepção amorosa. São numerosas as referências aos versos tomados proverbialmente de Garci Sanchez pelos poetas portugueses. No seu valioso estudo do autor do *infierno de Amor*, das *Lamentações* e das *Lições de Job*, D. Carolina Michaëlis fixa a época e a extensão da influência desse que enlouqueceu e se finou por amor, entre os nossos quinhentistas. De 1527 por diante determina uma série ininterrupta de imitações, glosas, elegias e sátiras de – João de Barros, Jorge Ferreira de Vasconcelos, D. Francisco de Portugal, Sá de Miranda, Camões, Caminha e D. Francisco Manuel de Melo.

A Portugal a fama dos amores e devaneios assim como do talento do pobre louco, chegou mais tarde, sendo divulgada por três vias: em letra redonda pelos Cancioneiros e Pliegos sueltos verbalmente, nas asas do bel-canto, tão cultivado na corte de D. Manuel e D. João III, enquanto o génio de Gil Vicente animava os Serões; e também por tradição espalhada pelos cortesãos que voltavam de missões diplomáticas à corte espanhola (exemplo D. João Manuel, Rui de Sande, D. Luís da Silveira). João de Barros na *Ropica pneuma* (Mercadoria espiritual) fala desta exagerada influência dos apaixonados trovistas; censurando os pregadores que os citavam nos seus sermões: «Sabes, Razão, o que me causou leixar a teologia? Ver estar um pregador quebrando a cabeça a si e a tôdolos ouvintes volteando no púlpito todo um sermão. E não lhe fica Garci-Sanchez de Badajoz, nem D. Jorge Manrique com a contemplação de *Recorde el alma dormida*, nem D. João de Menezes com *Quem tem alma não tem vida*,..., nem quantos Sonetos fez Petrarca a madame Laura, que todos não alegue.» Nas Comédias de Jorge Ferreira de Vasconcelos determinou D. Carolina Michaëlis bastos trechos e referências; das *Lamentações* na *Ulissipo* (fl. 224 vº); «E gabam-vos Castelhanos o seu Mancias e todos esses outros bêbados do *Infierno de Amor* de GarciSanchez, quem nem ele me toma a palha.» (*Ib.*, fl. 96 vº). Um outro personagem na sua jactância metromanica, exclama: «Ora ouvi rimar! vereis se chegou aqui nunca Badajoz!» (*Ib.*, fl. 162 vº). Jorge Ferreira também faz falar o desdém contra os poetas da medida velha, chamados *músicos de fantasia sem arte*, na *Aulegrafia*: «quando... diziam *En tus manos (la mi vida encomendo)* então logo morriam. Vinham os Testamentos, e... os *Infernos de*

Amor. E todo era aire.» (*Ib.*, f. 78 vº). E na *Ulissipo*: «o parvo do Maneias foi desprezado, e o doudo de Garci-Sanchez ficou em *aire*... e o Guevara escarnecido.. (fl. 233). Na *Eufrosina* opõe-lhe a nova corrente do gosto: «essas vaidades de amores passaram; e esse cabrão de Juan Rodrigues del Padron, se vivera agora, andara às canastras e essoutro Badajoz deram mil sapatadas.» (fl. 293). Jorge Ferreira distingue aqui o músico Badajoz da capela de D. João III e também poeta de Cancioneiro, citado por Gil Vicente, na farsa de *Inês Pereira, desse outro*, que morrera louco e de amores. Camões cita uns versos das *Lamentações*, – *ansias y passiones mias*, no Auto dos *Anfitriões* (acto II, sc. 3), ao qual também alude Jorge Ferreira, na comédia *Ulissipo*: «Vós, como vos tirarem de *ansias y passiones mias* e *Quando Roma conquistaba*, perdeis logo a concorrente.» (act. V, se. 7). Pedro de Andrade Caminha glosou a cantiga de Gareí Sanchez, *Justa cosa fue quereros* (nº 267-8); e parafraseou a Esparsa *El grave dolor estraño*; Caminha, Gregório Silvestre e Estêvão Rodrigues de Castro glosaram-lhe a cantiga *Tan contente estoy de vós*; é também de Garci Sanchez o mote glosado atribuído a Camões: *Olvidé y aborreci*:

Hase d’entender assi,
que yo fuy enamorado,
pero despues que la vi
olvidé y aborreci,
a quantas hove mirado.

A discrição era condição para ser bom trovista; isso possuía Garci Sanchez de Badajoz, cujos ditos eram alegados, como vemos na *Arte de Galanteria*, de D. Francisco de Portugal: «Preguntó uno à Garci Sanchez, por qué causa, habiendo hecho tan buenas copias, las hacia entonces tan maias? y respondió: – Porque agora no ando namorado.» (*Ib.*, p. 72). Foi esta causa flagrante que intensificou o génio de Bernardim Ribeiro, e que inspirou a Cristóvão Falcão a sua namorada Égloga do *Crisfal*, que prevaleceu sobre todos os grandes coplistas e trovistas castelhanos que eram conhecidos em Portugal no século XVI.

CRISTÓVÃO FALCÃO

Quando em 1871 reimprimimos as raríssimas obras de Cristóvão Falcão, a Égloga de *Crisfal*, a *Carta*, *Cantigas*, *Esparsas* e *Sextinas*, sobre o texto da edição de Colónia de 1559, conheciam-se apenas da sua biografia os dados genealógicos consignados por Barbosa Machado na *Biblioteca Lusitana* (I, 573), que Inocêncio apreciava com um cepticismo vago: «A sua biografia é hoje pouco menos que desconhecida, e o que dele nos diz Barbosa, abunda em faltas e incoerências tais, que é sobremaneira difícil chegar a conclusões seguras.» (*Dic. Bibl.*, II, 68). Atacámos esse problema histórico, chegando pelo critério literário a um ponto de vista de conjunto, que ficou definitivo; mas os factos particulares ou de detalhe, que dependiam de descobertas especiais, é que foram levando por aproximações sucessivas à formação de uma biografia clara e fundamentada. Todos os erros e incoerências de factos desde 1871 até hoje, exemplificam o processo metodológico; verifica-se por ele a verdade deste juízo de Renan: «Em história concreta, e em que os detalhes é que se prestam mais ou menos à dúvida, em consequência do carácter legendar dos documentos, a hipótese é indispensável.» (*Os Apóstolos*, p. VI). Em um problema com incertos elementos para a sua resolução e lacunas que embaraçam a solução definitiva, só há conclusões

exercendo a crítica por *aproximações sucessivas e numa direcção constante*. (E. Corra.). Na marcha deste processo novas descobertas anulam opiniões anteriores, outras recebem coerência pelo estabelecimento dos sincronismos, e achados isolados casualmente por quem não visa à construção do conjunto, decidem do êxito convertendo o problema em resultado positivo. Os estudos biográficos sobre Cristóvão Falcão fundam-se em *três aproximações sucessivas* subordinadas a uma direcção constante:

1872 – No livro *Bernardim Ribeiro e os Bucolistas*, p. 140 a 178, entraram os factos concretos genealógicos da *Pedatura Lusitana*, de Cristóvão Alão de Morais (Bibl. do Porto, Ms. 441, fl. 485 vº): «CRISTÓVÃO FALCÃO, foi o que fez as *Trovas* que chamam de *Chrisfal*. Este nome deduzido das primeiras sílabas do nome e sobrenome deste Cristóvão Falcão. *Não casou, porque não foi com sua dama, que segundo dizem foi D. Maria Brandão, filha de João Brandão, de Coimbra, e foi para a índia onde morreu.*» E tratando da genealogia deste João Brandão, dá-o como: «Filho de Álvaro Gonçalves Brandão, do qual herdou o ofício de Contador do Porto; casou com D. Brites Pereira...» E entre os filhos enumera:

- Diogo Brandão.
- Fernão Brandão.
- D. Joana Pereira.
- D. Filipa Pereira.
- *D. Maria Brandão, mulher de Luís da Silva, que morreu em Tânger.*

Foi sobre estes dados que interpretámos a *Égloga*; ora, como Diogo Brandão sucedera a seu pai como Contador do Porto por carta de 19 de Abril de 1501, tivemos de colocar Cristóvão Falcão no princípio do século, já adolescente, e investigando a hipótese das relações poéticas com Bernardim Ribeiro, interpretando a *Égloga I*. Importa reconhecer que estes dados genealógicos são lendários, e como tais sujeitos a ratificações especiais.

1897 – No livro *Bernardim Ribeiro e o Bucolismo*, p. 325 a 424, retomámos novamente o problema biográfico de Cristóvão Falcão, com o auxílio dos documentos oficiais investigados na Torre do Tombo; os vários homónimos que figuram nesses documentos, prestavam-se à localização do poeta Cristóvão Falcão no principio do século XVI. Os documentos da sua ida a Roma e carta sua escrita em 1 de Outubro de 1542 a D. João III; a carta de perdão passada ao poeta em 16 de Junho de 1551, em nada prejudicavam a construção biográfica sobre os dados genealógicos da *Pedatura Lusitana*; nem mesmo a sua representação a D. João III sobre um seu sobrinho órfão.

1907 – Desmoronam-se os factos lendários da *Pedatura Lusitana* de Alão de Morais; o sr. Braancamp Freire nas suas investigações sobre a Feitoria de Flandres, em 1907, descobre que esse – João Brandão, não é o Contador do Porto, mas *João Brandão Sanches*, nomeado Feitor de Flandres, por carta de 8 de Agosto de 1509, o qual morrera em fins de Agosto de 1526 deixando uma filha única: – *Maria Brandão a do Crisfal*, que ficara ainda de menoridade (portanto não podia ser a terceira filha do Contador do Porto); que pela carta de quitação de 28 de Agosto de 1555, da gerência de cinco anos e nove meses (1 de Dezembro de 1520 a fins de Agosto de 1526) foi entregue o saldo *ao genro* de João Brandão Sanches, Luís da Silva *de Meneses*, conseqüentemente sendo já falecida Maria Brandão, representada por seus filhos. Portanto, eliminação de Luís da Silva *Capitão de Tânger*, na *Pedatura Lusitana*, que é emendada conforme os documentos da Feitoria de Flandres, pelos nobiliários de Diogo Gomes de Figueiredo, de Rangel de Macedo (fl. 365 vº), e *Famílias de Portugal* (fl. 63 vº), de Manso de Lima.

Depois destas três ratificações ou aproximações sucessivas, faltava destrinçar

entre os vários homónimos o Poeta, que pela sua idade dos amores referida na Égloga condissesse com a menoridade de Maria, e seu casamento a furto.

Foi este o retoque do sr. Delfim Guimarães substituindo o Cavaleiro pelo *moço fidalgo* Cristóvão Falcão, que à data de doze anos feitos fora inscrito na Matrícula da Casa Real por Alvará de 30 de Janeiro de 1527.⁶⁰

Com todas estas aquisições de factos concretos substituindo as hipóteses indispensáveis, podemos dar toda a firmeza ao ponto de vista de conjunto da história literária.

1º *Personalidade de Cristóvão Falcão.* – Dentre os numerosos homónimos, que tanto embaraçaram as investigações históricas, destaca-se este vulto imortalizado pela paixão amorosa a que deu a mais bela expressão lírica. Foram seus pais João Vaz de Almada Falcão, Capitão da Mina, que segundo os testemunhos do tempo, *por bem servir não trouxe dinheiro e por isso viveu e morreu pobre*, e D. Brites Pereira, de uma honrada família de Portalegre. Teve o poeta mais três irmãos, Damião de Sousa Falcão, Barnabé Falcão e Briçaida de Sousa, que autenticam com factos e datas o esquema da sua vida.

A data do seu nascimento fixa-se-lhe pela admissão à *matrícula de moço fidalgo*, que se fazia normalmente aos *doze anos* de idade, como o confirma Duarte Nunes de Leão, na *Descrição do Reino de Portugal*, ajuntando: «o costume dos Reis de Portugal é não somente dar sustentação a seus criados, mas de lhe tomarem por criados os filhos que têm, *como vem a idade de doze anos*, sucedendo a seus pais no foro em que em sua casa estão, e lhes dão a moradia que seus pais vencem; e ha para isso Livro de Matrícula em que todos se assentam para se saber quando o filho vence o que tinha seu pai, e o que se dá, é certa cousa por mês, que se paga aos quartéis do ano; isto chamam moradias, por que os criados del Rei são moradores de sua Casa.» (p. 304). Na Lista das Moradias da Casa Real, é designado Cristóvão Falcão como *moço fidalgo*; e na Ementa do Livro VII do registo das Moradias, fl. 127 vº, lê-se:

«Item, *Xpouão Falcão*, filho de João Vaz de Almada, haverá todo este quartel por mercê, sem cevada ao respeito; III rs. (3\$000 rs.).

«Recebeu em Lisboa a XXX de Janeiro de mil quinhentos e vinte sete, por Simão Lopes por uma *procuração de seu pai*, pera os três mil reais.»

Depreende-se por este documento que tinha os *doze anos* em 1527⁶¹, entrando logo no gozo do privilégio da fidalguia, e portanto nascido em 1515, pagando-se-lhe *todo o quartel por mercê*, isto é, sem estar vencido.

Sobre esta data precisa fixa-se também a época dos precoces amores com Maria Brandão, em que fez o casamento a furto ou clandestino, a que se considerava obrigado pelas condições exigidas para a sua validade pelas Constituições do Arcebispado de

⁶⁰ Em carta de 25 de Novembro de 1908, agradecendo a oferta do seu livro *Bernardim Ribeiro (o Poeta Crisfal)* lhe expusemos: «acabando de fazer a destrinça entre o Poeta e seu primo mais antigo, de-me elementos para uma melhor interpretação das Églogas de Bernardim Ribeiro (eliminadas as relações com Cristóvão Falcão) e mostrando como realmente as poesias daquele, como mestre, influíram no mais moço, que como novel chega a fazer centões e intercalações de versos de Bernardim Ribeiro.» Mereceram estas palavras uma objurgatória de 168 páginas com o título *Teófilo Braga e a Lenda de Crisfal*.

⁶¹ Escreve o Dr. Raul Soares: «de um documento de 1527, transcrito sem maior exame por T. Braga, se vê que o poeta era então de *menor idade*, visto que era representado por procurador do pai. E é interessante observar, que *neste documento, de onde decorre a menoridade de Falcão em 1527*, é que se fundava o infatigável polígrafo para datar daquela época a frequência do poeta no Paço = e as suas relações com Bernardim e Miranda = não há nada que estranhar uma vez que, segundo resulta do estudo do sr. Delfim Guimarães, Falcão não podia ter sido amigo e companheiro de Bernardim e Miranda, pela desproporção de idade entre estes e aquele.» (*Estado de S. Paulo*, de 27-111, 907).

Lisboa. Aí se lê, no título VIII, constituição 1^a, que para o casamento a furto ser válido bastava ter o noivo *catorze anos* e a noiva doze: «Porém se o homem for de *catorze* e a mulher de menos de *doze*; ou a mulher de *doze* e o homem menos de *catorze*, aquele que é em idade perfeita não se deve arrepender, e deve esperar até que o outro venha à sua idade perfeita; e se o contradisser, poderá cada um fazer de si o que lhe bem vier.» Relacionando os factos: tendo Cristóvão Falcão *moço fidalgo*, doze anos em 1527, achava-se nas condições canónicas para fazer o casamento a furto em 1529, logo que perfez os catorze anos, entrando na puberdade. Maria Brandão ainda não tinha completado os doze anos, como se infere da *Égloga*, e se comprovará pelos dados cronológicos:

*Sendo de pouca idade,
Não se ver tanto sentiam,
Que o dia que se não viam,
Se via na saudade
O que se ambos queriam.*

(Est. 2)

*E com quanto era Maria
Pequena, tinha cuidado
De guardar melhor que o gado,
O que lhe Crisfal dizia;
Mas, enfim, foi mal guardado.*

(Est. 3)

*Quando vos dei a vontade
Inda vós éreis menina,
E eu de pouca idade;
Mas caiu minha mofina
Sobre a minha verdade.*

(Est. 84)

*Mas que fosse assi e mais,
Que remédio vos dão,
Com quem conselho tomais
À grande obrigação
Em que a Deus me estais?*

Pela estrofe 88 se vê que a família de Maria sabendo do casamento a furto, persuadiu-a a que podia arrepender-se porque não tinha a idade perfeita dos doze anos:

*...dizem, que eu moço era
Ao tempo que isso foi ser,
Como tempo de crecer,
Tinha, que assi justo era
Tê-lo de me arrepender,
Isto e mais se me diz;*

Crê que te falo verdade;
Pois não tinha liberdade
Pera lazer o que fiz,
Por minha pouca vontade.

Estes contornos vagos precisam-se com datas oficiais relativas a João Brandão Sanches, pai de Maria; e sendo o casamento a furto em 1529, tendo o poeta *catorze anos*, Maria que ia ainda nos onze, por isso que podia *arrepender-se*, nascera por 1518. É aqui que cabem as notícias sobre João Brandão Sanches: era filho 2º de Isabel Brandão e de João Sanches (filho de António Sanchez, fidalgo *castelhano*, que vivia no Porto e de sua mulher Filipa ou Brites Aranha).⁶² Referem os linhagistas citados, que João Brandão Sanches fora Feitor de El-rei em Flandres, que era vereador em Lisboa, quando D. Afonso de Castelo Branco e João Fogaça quebraram os escudos pela morte do rei D. Manuel; e comendador de S. João de Cabanas, na Ordem de Cristo, por meado de 1516. Casou com Guiomar de Refóios, filha de *Pantaleão* Dias de Landim e de Maria de Refóios. Pelos documentos da Feitoria de Flandres, agora publicados no Arquivo Histórico, sabe-se que João Brandão Sanches em 1 de Janeiro de 1509 começou a servir o cargo de Feitor em Flandres (Agente financeiro), que exerceu até 27 de Agosto de 1514. Desta data até 18 de Junho de 1520, em que por alvará desse ano foi segunda vez encarregado da Feitoria de Flandres, é que permaneceu em Lisboa, onde esteve como vereador, sendo por mercê nomeado comendador de S. João de Cabanas, na Ordem de Cristo. Começou a servir pela segunda vez em Flandres, em 1 de Dezembro de 1520; Carlos V, intercedeu junto do seu cunhado D. João III, em 28 de Fevereiro de 1522, para que conservasse João Brandão como Feitor em Flandres, e de facto aí ficou até 1526 ano em que faleceu. Foi, portanto, no seu regresso a Lisboa, que João Brandão Sanches casara com Guiomar de Refoios, por 1517, vindo a nascer-lhe a sua filha única Maria Brandão, que os linhagistas distinguem como a do *Crisfal*. Ficou ela órfã com oito anos de idade; aí perto dos doze anos, por 1530, é que os amores infantis com o filho de João Vaz de Almada Falcão tomaram a forma de um casamento clandestino, segundo o costume do tempo e sancionado pelas Constituições canónicas. O lugar em que se viveu esse delicioso idílio é indicado logo no começo das *Trovas do Pastor Crisfal*:

Entre Cintra, a mui presada,
E serra do Ribatejo,
Que Arrábida é chamada,
Perto donde o rio Tejo
Se mete na agua salgada...

Em Oeiras, aponta o erudito empregado da Biblioteca da Ajuda, Jordão de Freitas, como a localidade em que pastorearam as duas namoradas crianças por terem aí bens os parentes de Maria:

um pastor e pastora,
Que com tanto amor se amaram;
Como males lhe causaram

⁶² Além deste filho, tiveram outros muitos, entre os quais se enumeram *Diogo Brandão Sanches* e *Fernão Brandão*, tios de Maria *a do Crisfal*. Nada tem que ver com esses dois poetas do *Cancioneiro Geral*, Fernão Brandão e Diogo Brandão, filhos de João Brandão, o velho Contador do Porto. Esta homonímia explica o equívoco de Alão de Morais na *Pedatura Lusitana*.

Este bem, que nunca fora,
Pois foi o que não cuidaram.

É no enlevo deste poema vivido que o casamento a furto é denunciado à família da juvenil Maria Brandão:

Que depois de assim viver,
Nesta vida e neste amor,
Depois de alcançado ter
Maior bem para mor dor,
Se houve em fim de saber
Por Joana outra pastora,
Que a Crisfal queria bem.

.....
A qual, logo aquele dia
Que soube de seus amores,
Aos parentes de Maria
Fez certos e sabedores
De tudo quanto sabia.

A família de Maria sabia da pobreza do Capitão da Mina, orgulhoso da sua fidalguia, e achou mau o partido, persuadindo a menina a dar-se *por arrependida* do passo irreflectido:

Crisfal *não era então,*
Dos bens do mundo abastado,
Tanto como de cuidado...
E como é i a baixeza
De sangue e *pensamento,*
É certa esta certeza:
Cuidar que *o merecimento*
Está só em ter riqueza,
Inquiriram, que teria,
E do amor não curaram,
Em que bem se descontaram
Riquezas, que falecia
Por males, que sobejaram.

Considerámos ser a *Joana*, que denunciara Maria à família, sua prima afastada Joana, casada com Jogo Patalim; opõe Jordão de Freitas ser ela neta de um quarto avô de Maria, não condizendo com a causa da denúncia dessa outra pastora, «*Que a Crisfal queria bem*». É estéril a investigação desta minúcia. O idílio converteu-se em tragédia; o austero Capitão da Mina pesou com toda a autoridade paterna do velho direito romano de vida e de morte sobre o filho e conservou-o encarcerado: «*lá esteve preso no Castelo*», como o autentica uma carta dirigida a D. João III.⁶³ Na Carta, que se segue à Égloga, descreveu o poeta a sua deplorável situação; tem a rubrica histórica: «*Carta do mesmo, (Crisfal) estando prezo, que mandou a senhora com quem era casado a furto contra vontade de seus parentes dela, os quais a queriam casar com outrem, sobre o*

⁶³ *Corpo Diplomático*, t. V, p. 171.

que faz, segundo parece, a passada *Égloga 2.*»⁶⁴

Mal cuja dor se não crê
De *prisão* e de ausência;
Pois sem pecar, penitencia
Faço *detrás de uma grade*.
Meus olhos da escuridade
Já não vêem, já estão mortais;
Mas para que era ver mais,
Dês que vos eles não viram,
Dês que de vós se espediram?
Bem se enxerga nos danos,
Que estou preso ha cinco anos,
A fora os que heide estar
Passando a desejar,
O tempo que vos não vejo.

É importante este facto, que logicamente se coloca de fins de 1530 a princípios de 1536.

Um caso análogo nos revela o poeta do Cancioneiro geral, Álvaro de Brito em umas copias *a sua dama estando prezo*:

Por vós, minha esperança
fim de todo meu desejo,
de meus cuidados lembrança,
emparo da esquivança
dos males em que me vejo.

Por vós vivo tão penada,
vida triste de tal sorte,
de esperança tão roubada
que desejo ver trocada
minha vida pela morte.

(*Canc. Ger.*, I, 359)

Não é um facto isolado a prisão por amores. Nesta compressiva solidão e desalento moral, contraiu Cristóvão Falcão um *estado de poesia*, ou subjectividade, que o elevava à expressão lírica das suas emoções vividas, das suas esperanças e incertezas.

A situação de Maria é-nos descrita na *Égloga*:

Defendem-me meus parentes
Que te não fale e não veja.
.....
Porque me dão a certeza
Por que fazem conhecer-me,
O que eu hei por grão crueza,
O amor que mostras ter-me

⁶⁴ Edição de Ferrara, de 1554, fl. 147 vº. Na sua edição das *Trovas de Crisfal*, Delfim Guimarães suprimiu esta rubrica essencial.

Ser só por minha riqueza.

A saída de Cristóvão Falcão do cárcere do Castelo, onde o pai o teve preso, faria com que Maria Brandão fosse afastada para longe, para casa de seus parentes de Elvas; di-lo a Égloga:

Quando eu contigo falei
Aquela ultima vez,
O choro que então chorei
O que o teu chorar me fez,
Nunca o eu esquecerei.
*Foi esta a vez derradeira,
Mas começo da paixão,
Passando-me eu então
Para o Casal da Figueira
Do Vai de Pantaleão.*

Um Fernão Brandão, de Évora, aparece como tendo herdado o *Casal de Pantaleão*. Jordão de Freitas acha neste verso: *Do Val de Pantaleão* um designativo que lembra o nome do avô materno de Maria, *Pantaleão Dias de Landim*. Trataram de casá-la com um fidalgo de Elvas; foram falhando as propostas, a que alude o poeta em uma estrofe da edição das *Trovas de Crisfal*, sem data:

Muitos pastores buscaram,
Mas hü por ser-te amigo,
E outro por ser-te enemigo,
Um e outro se escusaram;
E dão-lhe logo comigo,
Gado que farão mil queijos,
Mas o com que se despediam,
É já mostrar que temiam
*Que o sabor dos teus beijos
Na minha boca achariam.*

A idade ia exacerbando o temperamento de Maria Brandão, e tornava-se difícil sequestrá-la ao influxo do apaixonado poeta já com os bons vinte e três anos. Ela tinha primas e tias que eram freiras no Convento de Lorvão; lá a clausuraram. O poeta o declara na Égloga:

Então descontentes disto
Levaram-na a longes terras,
*Esconderam-na antre as serras
Onde o sol não era visto,*
E a Crisfal deixaram guerras.
.....
Sobre as Serras de *Lor*
Vão ali grandes montanhas
De alguns vales abertos,
Todos de souts cobertos...

No mosteiro de Lorvão era freira D. Catarina Brandão, filha de Luís Brandão Sanches, prima de Maria, e tias paternas, e dos Brandões de Coimbra. A vida da grandiosa comunidade era como a do lendário Mosteiro de Farfa, chegando o rei D. João III a enviar um clamoroso relatório ao papa. Maria Brandão teve de submeter-se a aceitar um qualquer casamento que lhe impôs a família. Casou com um fidalgo de Elvas, como refere Barbosa; nos Nobiliários apontam-se três homónimos Luís da Silva, confirmando-se por documento oficial Luís da Silva de Meneses, filho de Rui Gomes da Silva e de D. Urraca de Moura.⁶⁵ O poeta fala com mágoa deste casamento, sem piedade:

E depois que me chegou
A perder vida e sentido,
Escolheu outro marido,
Que nela o prémio gozou
Do meu amor merecido.

Deste consórcio nasceram dois filhos: Francisco da Silva e Margarida da Silva. Parece que D. Maria Brandão era já falecida em 1555; porque na Quitação de 28 de Agosto desse ano passada *aos herdeiros* de João Brandão Sanches da sua gerência da Feitoria de Flandres de 1 de Dezembro de 1520 a fim de Agosto de 1526, vem: Luís da Silva de Meneses, *genro e herdeiro do dito João Brandão*.⁶⁶ Por esta quitação pertenciam: «52\$462 réis no Almojarifado de Moura à mulher e *herdeiros* de João Brandão, que lhe são devidos pelo cumprimento da paga... a 5 de Novembro de 526».⁶⁷ Fala-se nessa quitação em *herdeiros*, que seriam os dois netos do Feitor, como representantes de D. Maria Brandão, e o *genro*, herdeiro da meação de sua filha única, que a este tempo já não era viva.

2º *Quando foram escritas as Trovas do Crisfal*. – Tendo sido denunciado o casamento a furto de D. Maria Brandão feito *antes* dos doze anos, por 1530, a sua família, que por isso o não considerava válido, afastou-a em 1531 do namorado moço Cristóvão Falcão e este pela dura autoridade paterna ficou encarcerado durante *cinco anos* até 1536. A sua emoção poética foi subitamente exaltada pela leitura da mais

⁶⁵ Os homónimos são:

– *Luís da Silva*, filho de Tristão da Silva e de D. Margarida de Arca (primo de D. Maria Brandão).

– *Luís da Silva*, filho de Fernão de Oliveira e Sousa e D. Guiomar da Silva, com moradia na Casa do rei D. Manuel.

⁶⁶ *Arquivo Histórico*, vol. VI, p. 442. Braancamp Freire infere que João Brandão dois meses e meio depois do fim de Agosto, já era falecido. Todos estes dados nos trazem por *aproximações sucessivas* à verdade.

⁶⁷ *Arquivo Histórico*, vol. VII, p. 321.

Tendo determinado estas datas autênticas é deplorável esta declaração do sr. Braancamp Freire no *Arquivo Histórico*, vol. VI, p. 402: «do catalogo porém limitar-me-ei agora a extrair os nomes dos oficiais da Feitoria, reservando-me para aproveitar *deles um dado importante para a biografia de Maria Brandoa, já coitadita!* quando este estudo aparecer a publico, *apeiada de heroína de Crisfal*.» Qual esse dado importante? Foi a Quitação de 28 de Agosto de 1555, à *mulher e herdeiros* de João Brandão; quer dizer que Maria Brandão a esta data era falecida e representada por seus filhos herdeiros do avô. Em que pode este facto apelar *Maria Brandão coitadita, de heroína do Crisfal?* Vês que encontrou datas e um mais seguro Nobiliário, mas deu provas de desconhecer tanto o quadro biográfico, a ponto de comunicar «que os estudos (do sr. Delfim Guimarães) haviam logrado convencê-lo. E por tal forma o convenceram que – logo abandonou a rotina, não carecendo para isso que a sentença sobre a prova passasse em julgado – como teve a bondade de enviar-me a prova tipográfica de uma passagem do seu estudo entrado no prelo, em que o conceituado escritor confesso publicamente que Maria Brandão, a lendária amada de Cristal passara à história». (*Teófilo Braga e a Lenda do Crisfal*, p. 26).

apaixonada das cinco Églogas de Bernardim Ribeiro, a única publicada em vida do desgraçado poeta, quando já avançava para a decadência irremediável do seu espírito. Apareceu em um folheto in-4º, de quatro folhas a três colunas sem numeração de páginas: *Trovas de dois Pastores*, S. Silvestre e Amador. *Feitas por Bernardim Ribeiro*. Novamente impressos. Com outros dois romances com suas glosas, que dizem: *O Belerma*. E *Justa fué mi perdicion*. E *Passando el mar Leandro*. Semigótico. Lisboa, 1536. É uma primeira redacção da Égloga III, das edições de 1554, 1557, 1559 e 1578; o poeta não teve conhecimento desta publicação avulsa, confiado talvez o texto ao amigo representado no diálogo dos dois pastores, que piedosamente o valorizara. É certo que essas *Trovas* foram conhecidas por Camões, que glosou nas suas Redondilhas as coplas *Justa fué mi perdicion*, como de Boscan, por erro exclusivo dessa folha volante. A intensidade da expressão apaixonada e trágica de Bernardim Ribeiro, que pelo desmoronamento da sua vida autenticava a verdade da sua linguagem, actuou imediatamente no espírito de Cristóvão Falcão, em plenos vinte e um anos e ainda com o coração sangrando. Essa leitura inspirou-lhe a narrativa dos seus desventurados amores, na mesma forma de décimas em redondilhas, no mesmo estilo pastoril, movimentando as situações com diálogos, matizando-as com esparsas líricas. O próprio título foi moldado pelo das *Trovas de dois Pastores*, também em 40 em 8 páginas a duas colunas não numeradas, sem data nem lugar, com o título: *Trovas de um pastor por nome CRISFAL*⁶⁸, texto fundamentalmente diferente da lição de Ferrara e Colónia, e tendo uma estrofe a mais. As cem décimas de que consta essa Égloga não podiam ser compostas e impressas nesse ano de 1536, em que apareceram e se generalizaram as *Trovas de dois Pastores*; e embora ambas as composições nos mesmos caracteres góticos do mesmo corpo, tenham também vinhetas representando o pastor com capuz e cajado podem justificar a impressão do *Crisfal* em 1546, como observaremos mais adiante. Foi esta a edição do *Crisfal* conhecida por Camões e por Diogo do Couto; este citando: *aquelas antigas e nomeadas Trovas de Crisfal*, e Camões intercalando versos delas na sua Carta de África em prosa de 1547. Não sendo esta folha assinada soube Diogo do Couto quem era o seu autor, talvez revelado pelas suas relações com Camões; essa edição anónima desapareceu totalmente, e em 1554 era impresso um texto diverso do *Crisfal*, com moderna classificação literária e declarando o nome do autor: *Hũa mui nomeada e agradável Égloga chamada CRISFAL*, que diz: Entre Cintra a mui prezada, – que dizem ser de Cristóvão Falcão, por que parece aludir o nome da mesma Égloga. *E hũa Carta do dito*: Os presos contam os dias, mil anos por cada dia. *E outras que entrelando se poderem ver*. Esse o texto da edição de Ferrara e de Colónia, de 1554 e 1559. Por estes anos escrevia o Dr. Gaspar Frutuoso a sua história dos Açores intitulada *Saudades da Terra*, e a propósito dos Falcões açorianos, parentes de Cristóvão Falcão, escreve: «suave e doce poeta – que fez a afamada Égloga, das primeiras sílabas do seu nome e chamada *Crisfal*.» (Liv. III, cap. 10, Ms.). Também Faria e Sousa no Comentário à Égloga IV de Camões, aceita a explicação do título: «assi como Christovam Falcão, autor de las buenas Coplas de *Crisfal*, fabricó este nombre de su nombre e appellido, tomando deste el *Fal*, y de aquel el *Cris*.» Mesmo as formas castelhana e catalã do nome Christophoro, *Cristobal* e *Cristofal*, pela simples supressão da sílaba medial, davam a abreviação *Crisfal*, sem truncar os dois nomes. Pode-se considerar que a Égloga não era anónima, porque o nome pastoril era apenas uma abreviação.

A eliminação da estrofe 91, das *Trovas de Crisfal*, falando dos pretendentes de Maria:

⁶⁸ Bibl. Nacional de Lisboa, *Miscelânea*, nº 218, 2.8 série.

mas o com que se despediam
é já mostrar que temiam
que o sabor dos teus beijos
na minha boca achariam.

leva a inferir, que Cristóvão Falcão retocara o texto que ficou definitivo nas edições de 1554 e 1559. D. Maria Brandão, quando apareceu a edição de Ferrara estava casada e com dois filhos, sendo já falecida em 1555.

A prova da influência profunda das *Trovas de dois Pastores*, de Bernardim Ribeiro, no espírito de Cristóvão Falcão patenteia-se nas involuntárias imitações das *Trovas do Pastor Crisfal*. Esse traço pitoresco da Égloga III de Bernardim Ribeiro:

Quando vem ao sol posto,
Que então soía de ver
Aquele formoso rosto,
Torno a ensandecer,
Porque perdi tanto gosto;
Que vinha sempre cantando,
Tão desejoso de vê-la,
E agora ando chorando,
Por que *a achava fiando*
E eu porque me fiei dela.

Deste simples traço, fez Cristóvão Falcão um quadro da mais deliciosa ingenuidade:

Ali triste, só, saudosa,
Vi entre duas ribeiras,
Uma serrana queixosa,
Carreando umas cordeiras,
Sendo cordeira formosa.
E, como ali tem por uso,
Em uma roca fiando,
Mas, com o que ia cuidando
Caia-se-lhe o fuso
Da mão de quando em quando

E através de Cristóvão Falcão passou a influência do traço de Bernardim Ribeiro para Camões, no verso: *Quantas vezes do fuso se esquecia* –, em um dos seus Sonetos.

Das *Trovas de dois Pastores*, aparecem estrofes soltas reelaboradas em Esparsas; lê-se na última estrofe da Égloga:

Deixai-me, cuidados vãos,
Desejos desesperados,
Olhos mal aventurados,
Quanto me fôreis mais sãos
Se vos tivera quebrados.

No pequeno Cancioneiro, que vem no fim do *Crisfal* com Cantigas anónimas,

algumas restituídas pela crítica a Bernardim Ribeiro e a Sá de Miranda ⁶⁹, a quintilha acima transcrita, constitui uma Esparsa com esta quadra, com outro objectivo:

Trabalho por não ser vosso,
Cada dia, cada hora;
E então fico, senhora,
Contente, quando não posso.

Ainda das *Trovas de dois Pastores*:

Já começo de acabar,
E nenhuma cousa acabo,
Por que vim a começar
Em males que não tem cabo
Nem lho posso desejar.

Sobre este pensamento um outro poeta elaborou a deliciosa Cantiga:

Vi o cabo no começo,
Vejo o começo no cabo,
De feição que não conheço,
Se começo nem se acabo.

Um poeta vibrante de emoção servia-se de versos de Bernardim Ribeiro, para os desabafos líricos da sua situação quase similar; assim do dos *olhos quebrados*, do fim da Égloga III, elabora esta estrofe para uma Cantiga à partida da namorada para longes terras:

Melhor me fôreis quebrados,
Olhos, que nesta partida,
Vedes-me tirar a vida
E ficarem-me os cuidados!
Coitados, olhos, coitados,
Nascidos, para chorar,
Olhos, já fontes tomados
Em que me heide alagar.

No penúltimo verso desta estrofe acha-se quase semelhança do verso: – Seus

⁶⁹ As Canções de Bernardim Ribeiro comuns no Cancioneiro de Resende e a miscelânea de Ferrara e Colónia são:

- A uma senhora que se vestiu de amarelo
- Antre tamanhas mudanças
- De esperança em esperança
- Chegou a tanto o meu mal
- Antre mim mesmo e mim
- Com quantas cousas perdi
- Cuidado tão mal cuidado

Pertencem a Sá de Miranda:

- Coitado, quem me dirá
- Comigo me desavim.

olhos tornados fontes, da Égloga V, de Bernardim Ribeiro. Não basta isto para concluir que a Cantiga seja do autor da Égloga, nem que o poeta anónimo plagiasse Bernardim. Como observa o Dr. Raul Soares, no seu luminoso estudo *O Poeta Crisfal*: «Esses encontros de ideias e expressões são frequentíssimos, pois muita vez figuram como efeito decorativo, eram imitação consciente e propositada quando não constituíam, como é de todos os tempos, casos de mimetismo literário.» (p. 59). E para a metáfora de – os *olhos tornados fontes* – cita versos de Bernardes e de Gonzaga com idênticas palavras:

- Vendo por ti meus olhos feitos fontes
- Se tu vês os meus olhos feitos fontes.

(*Égl.* III e IV)

- Verterão meus olhos duas fontes.

(*Lira XVI*, P. I)

Da comparação de versos de Bernardim Ribeiro com versos de Cristóvão Falcão, críticos simplistas pretenderam unificar no poeta das *Saudades* o namorado *Crisfal*; sobre este processo conclui o Dr. Raul Soares: «o trabalho de reunir a monte semelhanças verdadeiras ou supostas, mas completamente insignificativas, é de todo falho.» (*Op. cit.*, p. 53). E exemplifica-o:

- O meu mal é tão sobejo (Bernardim Ribeiro, *Égl.* V)
- Um mal sobre outro sobejo (*Crisfal*, st. 18)

Mas esta mesma expressão encontra-se três vezes repetida por Sá de Miranda na Égloga *Montano*:

- Um cuidado tão sobejo
- Um tal tormento sobejo
- Com tão sobejo cuidado

Aos paradigmas acumulados, para mostrar a sua insignificância quanto a Bernardim Ribeiro e Cristóvão Falcão, apresenta outros de poetas contemporâneos, e até de um seiscentista:

- Coitado, não sei que digo (Bernardim, *Egl.* IV)
- Mas triste não sei que digo (*Crisfal*, st. 21)
- Não sei já o que te diga (Miranda, *Égl. Mont.*)
- Ah, que não sei que digo (Bernardes, *Égl.* I)
- Mas triste que digo em vão (R. Lobo).

As imitações de Cristóvão Falcão impunham-se, como observa o mesmo crítico «naturalmente como modelo ao jovem *Crisfal*, que de certo nos versos dele (Bernardim Ribeiro) acharia as vibrações da mesma situação moral.» (*Op. cit.*, p. 53). Uma vez a imitação era intencional, para fazer sentir o contraste da situação material. Assim, na Égloga II, de Bernardim Ribeiro, diz-lhe Pierio, que o via:

Dos bens do mundo abastado

(St. 40)

E na estrofe 5ª do *Crisfal*, vem este mesmo verso, mas para significar uma situação completamente contrária, e que tanto influía na sua desventura:

Crisfal não era então
Dos bens do mundo abastado...

Notando este contraste, o Dr. Raul Soares mostra que exprimia uma preocupação do cantor de Maria: «Sente-se ao contrario, que a causa da desgraça de *Crisfal* foi a desproporção de fortuna a que alude largamente. (st. 5-7, 31, 34, 80, 87.) É uma preocupação que ressalta até em trecho episódico.» (st. 44). (*Ib.*, p. 68).

O processo dos paradigmas para identificar em Bernardim Ribeiro o autor do *Cri si aí*, conduzindo à diferenciação comprovada, torna-a absoluta ante o esquema dramático da paixão amorosa dos dois poetas, fundamentalmente diversa. Basta ler as estâncias 88 e 89 do *Crisfal*; lendo-as, conclui o Dr. Raul Soares: «Parece-nos fora de contestação que no trecho citado se alude a um *matrimonio a furto*, o que encontra de frente a hipótese de que *Maria* seja a amada de Bernardim, que *não consta tenha casado clandestinamente.*» (*Ib.*, p. 45). Sobre esta diferença real, diversamente idealizaram os dois poetas as suas Églogas; acham-se esteticamente bem caracterizadas: «O romance de amor de *Cristal* é um drama trovado, que se pode reconstruir pela sua Égloga, circunstancia por circunstancia, desde o *idílio inicial*, o *casamento a furto*, o despeito da ex-namorada, a oposição dos parentes de Maria, em virtude da pobreza do trovador, a segregação para longe, a sugestão deles sobre o espírito da moça e até o ardid de que lançaram mão. Por isso a Égloga *Crisfal* é de grande efeito dramático, efeito que nas Églogas de Bernardim só pôde provir da expressão patética e não do próprio entrecho. Nestas não existe acção; depois de um ligeiro proémio, dois pastores se confidenciam magoas de amor – é sempre a mesma melancolia e desesperada lamentação.» (*Ib.*, p. 68). A esta consideração da forma estética dos dois poetas, tira ainda o Dr. Raul Soares uma prova emergente do drama amoroso de *Crisfal*: «se é certo que Joana se chamava verdadeiramente a mulher que Bernardim imortalizou (Égl. II; e nas SAUDADES, *Aónia*), não é crível que o autor da Égloga malbaratasse o nome que a todo O coração apaixonado soa com misterioso encanto e fulge com brilho peregrino, para empregá-lo na figura secundária e pouco simpática em seu papel de delatora, a quem o trovador increpa, não sem azedume, a sua desdita.» (*Ib.*, 46).

Da Égloga II de Bernardim Ribeiro, que esteve inédita até à edição de 1554, derivaram-se do vago contorno os começos da Égloga de Cristóvão Falcão.

Dizem que havia um pastor
Antre Tejo e Odiana,
Que era perdido de amor
Por uma moça Joana.

(Égl. II)

Antre Sintra a mui prezada
E serra do Ribatejo,
Que Arrábida é chamada,

Perto donde o rio Tejo
Se mete na água salgada
Houve *um pastor e pastora*
Que com tanto amor se amaram...

Apesar da similaridade do contorno, há logo diversidade na paixão: na Égloga II, Bernardim *está perdido de amor*, no CRISFAL *os dois namorados* amaram-se veementemente. Escreve o Dr. Raul Soares: «Em *Crisfal* depara-se-nos o mesmo proémio narrativo, mas sem o sainete ribeiresco. Nota-se em primeiro lugar a *localização precisa*, que falta em Bernardim sempre parco em minudências desta natureza... Esta diferença sobe de importância, verificando-se não ser accidental. Efectivamente, o idílio de amor, a correspondência de afectos, a felicidade reciproca, que *Crisfal* esboça desde o começo até à 4ª estrofe, e que se vê da estrofe 94 a 98, não se encontra nas bucólicas de Bernardim. – Na Égloga ribeiresca não ha lugar para mais nada além da expressão do amor desventurado do zagal; é um monocórdio, – em *Crisfal* a narração é mais extensa, sendo ainda encaminhada por uma forma original e completamente fora dos moldes do cantor de Joana: *um grande sonho*, que vai da estrofe 28 à 98.» (*lb.*, p. 64).

É justamente o grande sonho do *Crisfal* a estrutura desse poema de amor, em que relaciona dois impressionantes episódios contemporâneos, o do casamento também a furto de Guiomar, e o de Helena com o velho. Também a lenda da *Fonte de Crisfal*, em Lorvão, recebe forma poética como Segunda parte do Sonho.

A parte principal da Égloga, que constitui o nexa da narrativa e dá pretexta a diálogo, é o Sonho, em que a alma de *Crisfal*, arrebatada, e observando várias perspectivas, chega ao encontro de Maria, entre as Serras de Lor.

E como cansado estava
Do que no dia passei,
Em dormir pouco tardei,
E adormecido sonhava,
O que vos ora direi.

Antes de transcrever a ingénua e inimitável narrativa, lembraremos aquele sonho em que Sanazzaro, sempre magoado pelos desdêns de Carmosina, a vê sorridente e bela, e procura prolongar o seu fugitivo sono: «Eu estava deitado, e a minha bem amada apareceu sorridente e bela, com um suave e humano rosto, a consolar-me no meu sono. E eu, enchendo-me de ânimo, contei-lhe todas as minhas mágoas, que debalde tinha sofrido. Eu contemplei-a então cheia de compaixão, chamar-me para ao pé de si, dizendo: – Para que te amofinar e te ansiar tão longe de mim? Bem sabes que as mesmas armas que fizeram a chaga a podem curar? No entretanto o sonho ia-se esvaecendo; eu, para me iludir por mais tempo, não queria abrir os olhos; mas, aquela branca mão, que eu conservava tão apertada, senti que me abandonara.»⁷⁰

⁷⁰ Transcrevemos na sua forma e língua italiana esta pequena Ode de Sanazzaro, *A Aparição*, cuja beleza suscitou o Sonho de *Crisfal*:

Venuta era Madona al mio languire
Con dolce aspetto umano,
Allegra e bella, in sonno a consolarmi;
Ed io, pendendo ardire
Di dirlo quanti affanni ho speso in vano,

Crisfal escutando a vaga melodia de uma cantiga feminil, sem saber

Que de quem ser podia,
Então suspeita me deu
Que todo o cantar seu
Era o da *minha Maria*,
Ou a do desejo meu.

Com um temeroso prazer,
Que soe ter quem deseja,
Esperava eu de ver
A quem eu ainda veja
Antes da vida perder.
Neste desejo, de cima
Estando-a eu ouvindo,
A Deus por ela pedindo
Via-a vir o vale acima,
Em seu cantar prosseguindo.

Descreve-a no seu traje de noviça cisterciense com aqueles traços com que a representaria o pincel de Botticelli:

Muito a vi eu mudada,
Mas contudo conheci
Ser a minha desejada
A que, assim vendo, vi,
A vista no chão pregada,
Com o seu cantar pensoso,
E passadas esquecidas
A o tom dele medidas,
Vestida vir de arenoso
As mãos nas mangas metidas.

.....
Depois de me visto ter,
E já que, me conhecia,
Lágrimas lhe vi correr
Dos olhos, que não movia
De mim, sem nada dizer,
Eu lhe disse: – Meu desejo,
(Vendo-a tal com assaz dor)

Vidila con pietate a se chiamarmi,
Dicendo: – A che sospire?
A che te struggi ed ardi di lontano?
Non sai tu chi, quell'arme
Che fer la piaga, ponno il duol finire?

In tanto il sonno si partio pian piano;
Ode io, per inganarmi,
Lungo spazio nou volsi gli occhi aprire;
Ma della bianca mano
Che si stretta tenea, sentii lasciarmi.

Desejo do meu amor,
Crerei eu a o que vejo,
Ou creerei ao meu temor?

.....
«Por ti me vi desterrada
Em estas estranhas terras
De donde eu sou criada,
E, por ti, entre estas serras,
Em vida eu fui sepultada;
Onde a se me perderem
A flor dos anos se vão;
Ora julga se é razão
Das minhas lagrimas serem
Menos daquestas que são.

Maria conta-lhe como a sua família a proibiu de vê-lo; como pela sua riqueza é que era amada, e os laços contraídos não tinham valor, porque era de pouca idade quando isso fizera, e conclui:

«Não te veja aqui ninguém;
Vai-te, Crisfal, desta terra;
Não quero teu querer bem,
Porque me não dê mais guerra,
Da que já dado me tem.»

Dei-lhe uma voz mui sentida;
– Porque me negas conforto,
Alma desagradecida?
– Então caí como morto;
Oxalá perdera a vida!
Não sei eu o que passou
Enquanto isto passei;
Mas junto comigo achei
Quem me este mal cansou,
Depois já que em mim tomei.

E dizendo: «Oh mesquinha!
Como pude ser tão crua!»
Bem abraçado me tinha,
A minha boca na sua,
A sua face na minha.
Lagrimas tinha choradas,
Que com a boca gostei;
Mas com quanto certo sei
Que as lagrimas são salgadas,
Aquelas doces achei.

Então ela assim chorosa,
De tão choroso me ver,
Já para me socorrer,

Com uma voz piedosa,
Começou-se assim dizer:
«Amor de minha vontade,
Ora não mais, Crisfal manso,
Bem sei tua lealdade;
Jesus, que grande descanso
É falar com a verdade!»

.....
Neste passo, acordei eu,
E o meu contentamento,
Que eu cuidava que era meu,
Deu-me depois tal tormento
Qual nunca cousa me deu.

.....
Por sonho ante vós ponho
O que eu, velando, vi;
Por meu mal foi tudo assi;
Mas seja para vós sonho,
Pois sonho foi pra mi.

Fora um *sonho acordado*, uma ilusão da sua alma ingénua. A expressão lírica deste estado psíquico, tomado da frase de Salomão: *Ego dormio, et cor meum vigilat*, foi atingida por uma forma incomparável no Vilancete incluso na narrativa do *Crisfal*:

Como dormirão meus olhos?
Não sei como dormirão,
Pois que vela o coração.

Toda esta noite passada,
Que eu passei em sentir,
Nunca eu a pude dormir
De ser muito acordada;

Dos meus olhos foi velada;
Mas como não velarão,
Pois que vela o coração?⁷¹

⁷¹ O grande poeta João de Deus em uma poesia a Pedro Soriano (A. P. S.), condenado por uma aventura de amores, exprimia este mesmo pensamento:

Eu durmo, diz Salomão;
Mas durmo exalando ais.
Que o meu coração vigia,
E sente como sentia
Se ainda não sofre mais.

Não é com vinho que extrais
O veneno desse amor...

.....
Tais nos fez o Criador,
Que sem a luz da razão
Bem se reclina a cabeça;
Mas embora ela adormeça,

(St. 63 a 66)

E termina a terceira estrofe com o final em que encadeia a narrativa de Maria:

*Em meus olhos agravados
Vereis se tenho razão,
Pois que vela o coração.*⁷²

(St. 71)

Quando *Crisfal* no seu sonho avança para a serra de *Lor*, encontrou *Natonio*, desconsolado, que para ele viera com tanta dor:

Quisera-o consolar,
Mas em cujo poder ia,
Não me deu a mais lugar,
Que ouvir-lhe que dizia
– Oh *Guiomar*, *Guiomar*,
Em ti pus minha esperança,
E quanto ela encobre,
Agora em dor se descobre!
Perigos, desconfiança
Fizeram do rico pobre

.....
Deus lhe dê contentamento
Pois que *nos fez a ventura*
Companheiros na tristura,

Vela sempre o coração.

(*Campo de Flores*, p. 128. Ed. 1890)

⁷² Vem no *Cancioneiro musical do século XV*, p. 253. Como no *Crisfal* intercala Cristóvão Falcão versos alusivos a Canções estranhas, tais como:

– Velho malo em minha cama
– Yo me iva, la mi madre a Santa Maria del pino
– A Mengua la del bostal

Pareceu ao sr. D. Guimarães afirmar no seu *Bernardim Ribeiro*, cap. XX, que esses dois versos:

*Em meus olhos agravados
Vereis se tenho razão*

aludem a uma Cantiga de Bernardim Ribeiro, provando com isso que a Cantiga do *Crisfal*, estrofe 63 a 66 lhe pertence: «Ora essa Cantiga de Bernardim Ribeiro é precisamente uma das que constituem a Égloga *Crisfal*, e que o poeta faz cantar à personagem que figura com o nome de *Maria*. – Isto é, *Maria* voltava a repetir a Cantiga que já havia garganteado.

«Compreende-se que um poeta faça alusão a uma Cantiga estranha, mas o que não é racional é admitir-se que alguém digno do nome de escritor se aproprie de uma composição alheia, reproduzindo-a integralmente, sem dizer: água vai.» (*Op. cit.*, p. 188).

Contra esta arbitrária atribuição pergunta o Dr. Raul Soares: «Mas onde se encontra essa Cantiga destacada da Égloga, e atribuída ao delicado cantor da *Menina e Moça*? É o que não nos informa o livro; e quer-nos parecer, a despeito dos seus termos positivos, que o sr. D. Guimarães – conjecturou apenas.» (Folhetim no *Estado de S. Paulo*, de 27-111-909).

Pelo facto de em um Mote velho se celebrarem *Uns olhos verdes rasgados* (verso de Bernardim Ribeiro), que *estavam agravados*, concluiu que a Cantiga intercalada no *Crisfal* era um plágio de Cristóvão Falcão ou então que tal intercalação o inibia de ser autor da Égloga.

E que seu e meu tormento
Cada vez tem menos cura.

O *casamento a furto*, donde deriva o sofrimento de *Crisfal*, é o que os faz companheiros na tristura, e essa dor lhe dá dor o lembrá-la. Faria e Sousa ao comentar a Égloga VI de Camões⁷³, apontou no *Crisfal* as alusões a D. Guiomar Coutinho, filha do Conde de Marialva, casada a furto com o Marquês de Torres Novas, primogénito do Duque de Aveiro. D. Manuel antes de morrer encarregara D. João III de fazer o casamento de D. Guiomar Coutinho com seu filho o Infante D. Fernando; ao cumprir este encargo, o Marquês de Torres Novas fez público o seu casamento, seguindo-se ruidosos processos canónicos. Como observou Faria e Sousa, e se verifica na Égloga *Andrés* de Sá de Miranda, os poetas contemporâneos trataram o caso emocionante. O processo só terminou em 1527; seria a impressão causada em Cristóvão Falcão quando nesse ano foi inscrito como moço fidalgo no livro das Moradias, com doze anos, que o levaria a imitar em 1529 o seu *casamento a furto* com a precoce Maria Brandão? Na primeira metade do século XVI foram frequentes os casamentos clandestinos na sociedade portuguesa. O poeta Luís Pereira Brandão, autor da *Elegiada* casou a furto em Lisboa com D. Lourença de Almeida. O casamento do Marquês de Torres Novas, filho do Duque de Aveiro, em cuja casa se guardava o *Amadis de Gaula em Português*, deve atribuir-se a uma sugestão romanesca:

Não querendo mais haveres,
Nem querendo mais riqueza,
– Que o amor tudo despreza...

(*Crisfal*, st. 21)

No livro III, cap. 9 do *Amadis de Gaula* vem contado o casamento a furto de Oriana com Amadis por uma forma impressionante; era o caso lido com sabor entre os cortesãos. Ferreira comentara um desses casos novelescos em dois Sonetos. O narrador foi artista no seu quadro; conta como o santo eremita Nasciano confessou a Rainha e Oriana, falando em todo o segredo das suas consciências: «A Rainha confessou-se aquele santo homem, e Oriana também; ao qual teve de descobrir todo o seu segredo e o de Amadis, e como aquele mesmo (*Esplandian*) era seu filho, e qual a aventura em que o perdera; a que até então a pessoa alguma do mundo o dissera... O homem bom ficou muito maravilhado de tal amor em pessoa de tão alta hierarquia, que muito mais que outrem era obrigada a dar bom exemplo de si. Mas Oriana disse-lhe, chorando, como no momento em que Amadis a libertara do Mágico Arquelau, *donde primeiro a conheceu tivera dele como de marido se podia e devia obter*. Disto foi o ermitão mui ledo... absolveu-a e lhe deu penitencia qual convinha...» (Liv. II, cap. 9). E quando Nasciano revela o segredo ao rei, para que não trate do casamento de Oriana com o rei de Roma: «...soube de vossa filha Oriana, como, desde o dia em que Amadis de Gaula a libertara do Magico Arquelau e dos quatro cavaleiros que com ele a levavam preza... que assim por aquele grão serviço que lhe fez., em galardão disso prometeu casamento aquele nobre cavaleiro... donde se seguiu por graça e vontade de Deus, que nascesse *Esplandian*.» (Liv. IV, cap. 32). As Novelas tinham um grande influxo na sociedade aristocrática; na corte de Francisco 1, onde se traduzira a novela, um cavaleiro francês era chamado *Amadis Jasmin*. A estes enlances furtivos parece referir-se Brantôme, nas

⁷³ Sobre os montes *da Arrábida* viçosos.

Damas Galantes: «Quisera tantas centenas de escudos na algibeira, como de mulheres tanto seculares como religiosas, que tem pervertido a leitura de *Amadis*.» O Marquês de Torres Novas e o próprio Duque de Aveiro tinham o veneno em casa.

Cristóvão Falcão amplia o seu sonho com o quadro da pastora *Elena*, obrigada a casar com um velho:

Troquei amor por riqueza
Porque mo trocar fizeram,
Mas bem pago esta crueza...
A meu esposo aborreço
Quando lembrança me vem
Do primeiro querer bem...

.....
Quando eu assim ouvi
Doer-se de minha pena,
Com novos olhos a vi,
E então que era *Elena*
Minha amiga, conheci.
Esta pastora e dama
Certo que melhor lhe ia
Quando a cantar ouvia
Dando fé, que *em sua cama*
O velho não dormiria...

O nome de *Elena* tirado de *Emanuel* revela-nos M. Elena ou propriamente Dona Maria Manuel por quem se apaixonou o Duque de Aveiro (1481-1550) roçando pelos setenta anos; a dama da rainha D. Catarina tinha apenas dezasseis anos, e D. Jorge de Lencastre dizia aos filhos que *era casado com ela em segredo*. O caso, que anda referido nas memórias contemporâneas inspirou cantigas apropriadas da tradição popular. Nos Romances tradicionais dos Judeus do Levante, encontrou Menendez y Pelayo o romance:

Viejo maio en la mi cama
*A la fin no dormiria.*⁷⁴

E Camões, que era um dos grandes apaixonados dessa época, também escrevia no seu auto de *El Rei Seleuco*:

Ouvistes vós cantar já:
Velho malo em minha cama?

Mas esse filtro, que entontecia Goethe e Chateaubriand, acha-se na cantiga do povo, que bem caracteriza Aónia, Maria e Natércia:

– Corazon enamorado,
Dime, quien te enamoró?
Una nula de quince años,
Que à diez y seis no llegó.

⁷⁴ *Antologia*, t. X. p. 356.

A alusão ao casamento a furto do Duque de Aveiro com D. Maria Manuel, sendo ele quase septuagenário (1545 a 1550), prova-nos que o *Crisfal* fora escrito quando se divulgara este caso pelo deportamento do Duque para Setúbal. Por este tempo estava Bernardim Ribeiro já na inconsciência, o que anula qualquer hipótese fantasista fazendo-o autor de *Crisfal*.

Todos estes amores, alheios ao influxo do idealismo petrarquista, têm as características fundamentais da Novela do *Amadis de Gaula*: a atracção sexual pela beleza dominante; a ternura ingénita na mulher e a adoração perene do homem, em que a posse fixa a paixão eterna sublimando-se em virtude, O lance dos amores de Amadis e Oriana pelo casamento a furto, que muito influenciou no século XVI em Portugal, confirmava o que Brantôme escrevera nas *Damas galantes* de centenas de mulheres tanto seculares como religiosas, que tem pervertido a leitura de *Amadis*».

3º *Comprovações históricas – A lenda da Fonte do Crisfal*. – Não foi somente a austeridade de João Vaz de Atinada Falcão, filho do Vedor da casa de D. Afonso V e honrado capitão da Mina, que o levou a castigar por uma culpa de amor com uma prisão de cinco anos no Castelo, o seu primogénito; feriu profundamente o seu orgulho ao desdenharem da ingénua criança por não ser abastado de fortuna, e mofarem do nascimento. E essa autoridade pesou sobre Cristóvão Falcão largo tempo, porque o pai era ainda vivo em 1548. A soltura do desventurado namorado deveu-se a influência oficial, que era então o único poder contra a paternidade inflexível. A solidão do cárcere transformara o temperamento amoroso de Cristóvão Falcão em uma organização poética, recebendo em cheio em 1536 a impressão das *Trovas de dois Pastores* de Bernardim Ribeiro.⁷⁵ A família de Maria levou-a para casa de uns parentes em Elvas. O poeta indo refazer-se da opressão em que vivera, foi para casa de seu avô em Portalegre; e deduz-se isto pela natural escapada até Elvas, para ver Maria, que desabrochava com os seus dezanove anos. Ele o dá a entender na Égloga que elaborava:

Depois de ter já passado
Este perigo de morte,
Da terra mais abaixado,
Contra a parte do norte,
Sonhei que era levado
Entre Tejo e Odiana
Era o meu caminhar...

Maria lembra-se dessas excursões, que foram imediatamente contrariadas:

Foi esta a vez derradeira
Mas começo da paixão,
Passando-me eu então
Para o Casal da Figueira
Do Vai de Pantaleão.

⁷⁵ A popularidade desta composição revela-se-nos pelos versos do *Auto de Guiomar do Porto*:

Muito gosto eu, senhora,
de Amadis, Carcel de Amor...
e mais Silvestre e Amador.

A impetuosidade das emoções vinha com a idade; Maria entrava nos vinte e um anos, com o temperamento de espanhola pelos seus avós paternos. Clausuraram-na no grande mosteiro de Lorvão, onde tinha tias freiras e primas noviças, desfrutando absoluta liberdade. Também de Portalegre era fácil iludir a austeridade paterna e ir em uma escapada a Lorvão. Di-lo o poeta, ao descrever o seu Sonho:

Daqui fomos percorrendo
Até o Tejo passar...
.....
Chorando a lembrança dela,
Virada foi minha face
Para onde o gado paze,
Da grande Serra da Estrela
Da qual o Zêzere nasce.

Indo com não menos dor,
Inda que com mais sossego,
Os ventos me foram pôr,
Depois de passar Mondego
Sobre as Serras de *Lor*.
Vão ali grandes montanhas
De alguns vales abertas...

Era ali junto de uma fonte do convento, que se passaram as deliciosas cenas das sentidas recriminações e das doces lágrimas de Maria saboreadas pela boca do poeta; e na Égloga descreve o susto de Maria:

Não te veja aqui ninguém,
Vai-te, Crisfal, desta terra;
Não quero teu querer bem,
Porque não me dê mais guerra
Da que já dado me tem.

Isto mesmo exprime em uma Esparsa do pequeno Cancioneiro que ia compondo, sobre as situações vividas:

Não passeis vós, cavaleiro,
Tantas vezes por aqui,
Que abaixarei meus olhos,
Jurarei que vos não vi.

Merecei-me em soidade,
Mas se passais por aqui,
Pois não tenho liberdade,
Jurarei que vos não vi.

Em uma Cantiga desenvolve a recusa do bem querer que Maria lhe manifestara:

Todo este tempo 'té agora
Em que me a mim bem não ia,

Não me matava, senhora,
Se não por que vos não via.
Agora, vindo-vos ver
Desconhecerdes-me assim!
Acabo já de saber
Que não ha bem para mim.

O poeta sabia que lhe procuravam casamentos, que se malograram; daí talvez qualquer intervenção de o afastarem de Portugal em qualquer missão de confiança. Em uma das suas cantigas revela-o:

Busquei por terras estranhas
Lugares de soidade,
Por desviar a vontade
De suas dores tamanhas
Nada podem valer manhas
A quem no mal tem ventura
E no bem tão pouca dura.

Os documentos vieram autenticar esta viagem à Itália, em fim de 1541. D. João III, entre os muitos interesses que tinha de dirimir em Roma, e com um papa como Paulo III, «monteiro velho e com grande manha nos negócios», como o informava o Dr. Baltasar de Faria, tinha pendentes a obtenção da bula do estabelecimento da Inquisição em Portugal, e o impedir que o bispo de Viseu D. Miguel da Silva recebesse o barrete de cardeal antes de ser conferido ao Infante D. Henrique. Para isto empregava enviados secretos, jovens fidalgos, a titulo de viagens de prazer. Em princípios de Dezembro de 1541 soa na corte que Paulo III tinha conferido o barrete de Cardeal a D. Miguel da Silva, desnaturalizado pelo monarca, comunicando a nova a seu irmão o Conde de Portalegre. Em 26 de Dezembro partiu de Lisboa Diogo de Mesquita com despachos para o embaixador Cristóvão de Sousa para obter do papa dispensa para o Duque D. Teodósio casar com sua prima D. Isabel de Alencastro. Atendendo às demoras das jornadas podemos ao tempo em que de Roma escreveu Cristóvão Falcão a D. João III sobre a questão do Cardeal, julgar que a sua partida coincidira com a do emissário para a dispensa. Nas memórias avulsas há referências a *um gentil-homem* enviado pelo rei sobre *o caso do bispo de Viseu*. Efectivamente Cristóvão Falcão escreveu uma carta a D. João III, por 10 de Março de 1542, antes da partida do embaixador Cristóvão de Sousa, dando conta do seu encargo *folgando acertar nisso a vontade real*. Sabemos desta carta pela referência que faz em outra de 1 de Outubro do mesmo ano, em breve recapitulação: «na mesma carta lhe dei conta de como *estou em casa do Marquês de Aguilar*, embaixador do Imperador Carlos V, como em casa de *meu primo segundo co-irmão*, que é onde eu sirvo a V. A. naquelas cousas, que servir posso, como lhe pode dizer Cristóvão de Sousa, e os mais que qua são em seu serviço...» A carta é imensamente interessante; fala em uma digressão, em que indo a Perusa com o Marquês, que acompanhara o Papa àquela cidade, ele o encarregara de ir com uma missão a Camarino, passando no caminho por Assis onde está o corpo de S. Francisco. Fala também como vão debandando os amigos do Cardeal *sem Viseu*, alusão a D. João III ter privado da mitra de Viseu D. Miguel da Silva.

As notícias pessoais desta carta valorizam-se com uma que Francisco Botelho escreveu em 26 de Dezembro de 1542 a D. João III, em que nos dá preciosos elementos biográficos do poeta: «O Marquês d'Aguilar me deu essa carta, que com esta mando

para V. A., que é sobre João Vaz de Almada, e *disse-me que era seu primo co-irmão*, e dizendo-me que V. A. lhe faria mercê de lha fazer chegar a ele, *qua traz em sua casa um filho que lá esteve preso no Castelo, e trata-o como parente*, que certo ele me parece homem mui de bem, *por que nunca entrou em casa de D. Miguel* e não sai da minha. É muito desejoso de servir bem Vossa Alteza.»⁷⁶ Com certeza Cristóvão Falcão passou o ano de 1543 em Roma pela estima que lhe votara o Marquês de Aguilar, encantado pelo seu carácter, talento e com as confidências dos seus tormentosos amores. Nesse ano o Dr. Baltasar de Faria recebia carta de 31 de Agosto, para tratar com o papa da situação em que se achava a vida claustral de Lorvão: «ha na dita casa cento e sessenta mulheres, antre freiras e noviças e conversas, e lia sessenta anos e mais que nela são abadessas mulheres de linhagem das Eças, em modo que grande parte das monjas da dita casa são da dita linhagem, que já nasceram na dita casa.» Em 1543, ainda se não tinha realizado o casamento de Maria Brandão, que a clamorosa situação do convento tornava urgente.

O regresso de Cristóvão Falcão não era nesse ano coisa fácil: «assi pelo caminho ser cheio de ladrões, e outros muitos inconvenientes que ha em jornada tão comprida, mormente em tempo de tamanha invernia».⁷⁷

A carta do Marquês de Aguilar ao pai de Cristóvão Falcão e por via do rei D. João III, leva a inferir que se tratava de abrandar-lhe a austeridade ou justificar a demora do regresso do talentoso primo, que certo o honrara com a leitura das *Trovas do pastor Crisfal*, ou de alguma cópia, que ficara em Itália. Não andaremos longe da verdade fixando o seu regresso por fins de 1543 e 1544. A paixão por Maria reacendeu-se; no começo dos seus amores viu-lhes logo o termo implacável, e agora que tudo estava acabado, tudo revive e se inicia; exprime-o na Cantiga:

Vi o cabo no começo,
Vejo o começo no cabo;
De feição que não conheço
Se começo nem se acabo.

A presença de Cristóvão Falcão na corte tornava-se um embaraço para a solução do casamento de Maria, *a do Crisfal*, como a apontavam nas conversas. Foi afastado o poeta para longe com despacho, que bem considerado era como um degredo, que leva a suspeitar a influência do pai austero. Por carta de 21 de Março de 1545, datada de Évora, é despachado Feitor e Capitão da Fortaleza de Arguim, por três anos. Que importância tinha esta capitania da Fortaleza do Cabo de Gue? Aparece dela a descrição em um despacho para Cristóvão de Sousa de Abril de 1541: «está ao pé de um mui alto outeiro, muito mais que Alcáçova de Santarém – e tanto a prumo que nenhuma coisa pode andar por ele, e com as pedras de cima se pôde dar na vila que não ha – aonde se acolha ao pé do outeiro mais que a cava em meio, e cinge-a de toda a maneira que antre o mar e este outeiro fica muito pequeno espaço e de muita má terra. Pelas ilhargas da vila e doutra parte bate o mar nela em penedia, onde não podem chegar bateis por uma calheta que se fez ao pico, e ao mar lia uma baía daquela costa. Fez-se ali, porque em toda aquela costa não lia outra agua senão uma fonte que ali nasce, e quando se faz alardos daquela parte eram ruins e pelejavam com pedras em cevadeiras, e lia quinze anos que ainda o faziam.» No tempo de D. Manuel o capitão abandonou-a «porque o proveito era pouco», como reza o despacho.⁷⁸ Para aqui veio no vigor dos seus trinta anos, depois de ter visto no maior esplendor da Renascença Roma e as principais

⁷⁶ *Corpo Diplomático Português*, t. V, p. 171.

⁷⁷ *Op. cit.*, p. 173.

⁷⁸ *Corpo Diplomático*, t. IV, p. 367.

idades da Itália o apaixonado poeta. Acompanhava ainda o alento do seu amor, como o refere na cantiga:

Perdi a vista no mar
Indo meus olhos trás ela,
Correu mais o desejar
Que a não que vai à vela.

Arguim, três anos antes tinha sido cercada e derrocada a vila por dois atrevidos xerifes de Marrocos, com boa artilharia e espingardas. Ser Capitão e Feitor desta fortaleza do Cabo de Gue, recentemente reconstruída, e por espaço de três anos, era um obscuro sacrifício. Naquele isolamento repassou-se Cristóvão Falcão da poesia do seu amor, e ao terminar este governo, em 1548, ao regressar ao reino, ao defender-se da acusação do ferimento do Meirinho de Portalegre, aludia «*ao pouco que tinha de seu*», se já em Março «a tal tempo estava nesta corte residente».

Nesta ausência da corte durante três anos, de Março de 1545 a tal tempo de 1548, passaram-se grandes sucessos, que directamente lhe tocaram: mão travessa, por inconfiência, deu à estampa as *Trovas do Pastor Crisfal* em 1546, anonimamente e sem data. E pode-se fixar com rigor esta data, porque no texto da Égloga no caso do casamento a furto de D. Maria Manuel e da cantiga do *Velho malo*, de 1545, Maria ainda não estava casada e Camões embarcando para Ceuta em 1547, de lá escrevia a sua Carta em prosa, com versos tomados das *Trovas do Crisfal*, das estrofes 10, 12, 43 e 85, que aplicava proverbialmente à sua situação desolada. Quando Cristóvão Falcão chegou a Lisboa, findado o seu triénio em 1548, veio saber do casamento de Maria Brandão, ironicamente conhecida pela a *do Crisfal*; essa notícia feriu-o como uma dor repentina, a que deu expressão na Cantiga:

Ao cabo de tantos anos
Quando cuidei descansar,
Em galardão de meus danos
Querem-me desenganar;
Pude com meu mal 'té aqui,
De meu engano ajudado,
Agora, triste de mi,
Que farei desenganado?

E diante da implacável realidade do casamento de Maria:

Solteira fôreis, senhora,
Vira-vos viver contente
Ainda que o eu não fora,
Fora eu só o descontente,
Mas ver-vos mal empregada,
Triste de vós e de mim,
De vós por serdes casada
E de mim porque vos vi.

E sob a mais pungente emoção dá desenvolvimento à celebrada volta tomada das trovas de Diogo de Melo, que Bernardim Ribeiro conheceria:

Casada sem piedade,
Vosso amor me há-de matar.

Acontecimentos imprevistos vieram arrancá-lo à reconcentração da sua mágoa; por conflito com o meirinho de Portalegre, António Fernandes, que ficou ferido, fez-se uma devassa contra Cristóvão Falcão, em Março de 1548, tendo sido preso, mas não julgado, porque o rei D. João III, escreveu em 14 de Junho de 1551 uma carta aos Desembargadores, e assinou-lhe um alvará de perdão em 16 do mesmo mês. O outro acontecimento foi o falecimento de sua irmã D. Braçaida de Sousa em 10 de Outubro de 1548; ficara um filho de seu primeiro marido António Vaz de Magalhães, rico herdeiro, que o padraсто pretendia para genro seu; em 7 de Novembro de 1548 já Cristóvão Falcão intercedia junto de D. João III com petição para que tirasse «o moço do poder de seu padraсто e entregue sua pessoa a *meu pai seu avô*, ou a meu irmão Barnabé de Sousa... que vive em Portalegre... e o Alvará pode V. A. mandar dar a Damião de Sousa meu irmão, que lá anda...». Há documentos de 1549, em que aparece Maria como casada. Depois de perdoado por alvará de 16 de Junho de 1551, demorando-se em Portalegre, por causa da defesa do sobrinho, que o padraсто subtraíra, Cristóvão Falcão aí casou com uma senhora de uma antiga família Caldeira. Lê-se no Nobiliário de Frei Bartolomeu de Azevedo: «Cristóvão Falcão *de alcunha o Chrisfal*: foi casado com D. Isabel Caldeira, de quem não houve filhos, mas houve em uma mulher solteira um filho que se chamou Cristóvão Falcão também.»⁷⁹ Por um Obituário encontrado por António Sardinha, lê-se que a esposa falecera em 7 de Maio de 1553 «*com os sacramentos Isabel Caldeira, m. de Xpovão Falcam e filha de mestre Mendo Caldeira e de Mor Dias*».

O filho natural, Cristóvão Falcão, teria nascido de 1554 para 55, embarcou para a Índia em 1574; fez o seu casamento com D. Maria de Castro, filha de seu tio Damião de Sousa Falcão, sendo ambos herdeiros de outro tio Barnabé de Sousa. No Obituário da Misericórdia de Évora, com a data de 16 de Fevereiro de 1566, vem apontada «Jusarta Lopes, *mãe de Cristóvão Falcão*».⁸⁰ Será a mulher solteira; é presumível.

Em 1552 falecera Bernardim Ribeiro, e logo em 1554 era publicada em Ferrara a História da Menina e Moça e algumas Églogas suas, e conjuntamente Hũa mui nomeada e agradável Égloga chamada CRISFAL – que dizem ser de Cristóvão Falcão, por que parece aludir o nome da mesma Égloga. Por uma alegação jurídica dos primos de Bernardim Ribeiro em 1552 há referência vaga à Menina e Moça, integrando neste título os seus versos; com este manuscrito reservado alguém reuniu a Égloga do Crisfal e um pequeno Cancioneiro de uma selecção de poesias de amor. Porventura, da própria mão de Cristóvão Falcão teria sido facultada a Égloga, porque ela foi retocada, suprimindo a estrofe alusiva aos pretendentes de Maria, achando-se ela já casada. Somente por esta aquiescência, as *Trovas do Pastor Crisfal*, sem data e anónimas, é que teriam sido enviadas para os impressores de Ferrara. Era então costume *mandar imprimir fora do reino* por contrafacção livros portugueses, como se vê pelo alvará de 14 de Junho de 1552, privilegiando contra essa fraude Fernão Lopes de Castanheda. O título de *Égloga* em vez de *Trovas* denuncia como a edição de 1554 se vulgarizou em Portugal, assim como a sua reprodução de 1559, de Colónia. Cita-se como de 1571, uma edição das trovas de *Crisfal*, que segundo Inocêncio existiu na Livraria de Pereira

⁷⁹ Ainda alguns subsídios, por António Sardinha, tomados do Livro 3º das Gerações, que foi trasladado fielmente do Livro que o *Ifante D. Luís mandou fazer a o cronista Damião de Góis*, com anot. do graciano Fr. Bartolomeu de Azevedo de 1638.

⁸⁰ *Conimbricense*, nº 6107; no Nobiliário de Rangel de Macedo dá-se-lhe por mãe Guiomar da Silva.

da Costa; pode-se provar a sua existência, porque na edição de 1619 falta a décima suprimida (n.º 93, ed. 1893) e tem duas estrofes a mais (n.º88 e 102, *ib.*) sendo portanto feita e retocada pelo autor. Daqui surge o problema da *Segunda parte do Sonho de Crisfal*, que se segue à Égloga na edição de 1616 em 24 páginas. Viria já esta segunda parte do *Sonho de Crisfal* na edição de 1571? No caso afirmativo, não podia ser atribuída a Fr. Bernardo de Brito, que nascera em 1569. Mas é explicável, que tendo falecido Cristóvão Falcão em 1577, a lenda lorbanense da *Fons Crisfalis* chegasse ao conhecimento de Fr. Bernardo de Brito e ele a ampliasse e adaptasse às recordações da sua mundana mocidade com o título de *Sílvia de Lisardo*, algo declamatória. Tal é a edição de 1597 da *Sílvia de Lisardo* em que há vários Sonetos, Rimas com a *Segunda Parte do Sonho do Crisfal*, novamente impressas e postas em ordem por Alexandre de Siqueira. Lisboa. In-16, de IV, 76 p. Em sucessivas edições de 1626 recapituladas por Lourenço Craesbeck, 1632, 1639, 1668, 1721, 1784 e 1893, o *Crisfal* foi acompanhado da *Segunda Parte do Sonho do Crisfal*, que à parte o seu apocrifismo, liga-se à tradição de uns novos amores do cantor de Maria, passados com uma dama em Lorvão.

No *Theatrum Lusitaniae litterarium* de João Soares de Brito, lê-se, «que conforme uma antiga tradição o mesmo Cristóvão Falcão se apaixonara por uma lindíssima mulher, D. Margarida da Silva, a tal ponto que, tendo-se esta recolhido no convento de Lorvão, ele foi viver para aquele sitio, conservando-lhe constante amor até à velhice. Que no Lorvão ainda existia em 1635 uma *Fonte do Crisfal* onde costumavam ir os namorados». ⁸¹ Alguns linhagistas dão-na como mãe do filho natural, e outros que se casara com o poeta. A nomeação de Cristóvão Falcão de Sousa, depois do primeiro regresso da Índia, em 1577, de fidalgo da Casa real por D. Sebastião, dá-nos a data do falecimento do Poeta.

Coplistas e Trovistas. – A preferência que na corte portuguesa, em que predominaram rainhas espanholas, encontraram as Canções e Romances castelhanos, foi secundada pelo influxo dos violistas, que pautavam para canto as mais inspiradas redondilhas. A descoberta da viola de arco veio generalizar este gosto pelo seu acompanhamento; o género da redondilha antiga teve uma extraordinária revivescência, pela simpatia com que eram glosados ou volteados os motes velhos. Gil Vicente criando o teatro nacional, desenvolveu esta corrente do lirismo tradicional, intercalando nos seus Autos ou terminando-os com Cantares e Vilancicos, que ele próprio punha em música, *ensoava, arremedando os da serra*, como o declara em uma rubrica, continuando a relação tradicional com os Cantares jogralescos dos Cancioneiros portugueses do século XIII e XIV, como o revelou Diez. No fim da Égloga *Crisfal*, vem um pequeno Cancioneiro, das mais deliciosas Esparsas, com coplas de Bernardim Ribeiro e Sá de Miranda com outras do namorado de Maria. E quando em 1549 Sá de Miranda estava coligindo os seus versos para comprazer ao pedido do príncipe D. João, também juntou todas essas composições ligeiras da época da sua mais agradável sociabilidade da corte, e que conservam a vibração das emoções vividas. A melhor parte das obras de Pedro de Andrade Caminha, conservada em dois Manuscritos do Museu Britânico e da Biblioteca Nacional de Lisboa, era deste lirismo rejuvenescido, em que ele se nos revela mais poeta do que nas pautadas composições em hendecassílabos da escola italiana. E Camões formava no seu *Parnaso* a secção das trovas de Cancioneiro a que chamava a *manada dos enjeitados*, e não tão dedo queimado que D. João III não quisesse conhecê-las. Jorge Ferreira de Vasconcelos, na comédia *Eufrosina*, alude a várias cantigas: *Por amor de vós, senhora* (p. 181) e *Coração de carne crua*. Nos Autos de Prestes abundam

⁸¹ Jordão de Freitas – *Crisfal*. (No *Diário de Notícias*, de 28 de Novembro de 1908).

as referências a cantigas populares: *Como no venis amigo* (p. 115); *Canta-se lá: Miran ojos* (p. 300); E onde diz a cantiga: *Lá em Trás-os-Montes Nascera meus amores* (p. 303).

Os jesuítas procuraram combater o lirismo popular; o cronista da Companhia P.^e Baltasar Teles, refere os esforços do P.^e Inácio de Azevedo: «e para que os meninos fugissem de musicas desonestas, fez compor e ele mesmo compôs algumas Canções espirituais e Cantigas devotas, que andam no fim da Cartilha, as quais ainda que não são as que estimam os cultos são as que prezam os santos, e estas lhes fazia tomar de cor e lhes fazia cantar de dia e de noite...» (*Chr.*, P. II, liv. 4, cap. 59). Esta obra de reacção contra a poesia, que também se alardeia no prólogo da *Paixão metrificada* por Fr. António de Portalegre, começou antes dos índices Expurgatórios pelas Constituições episcopais; nas do Porto se proíbe o cantar «*chansonetas* e *vilancicos*, nem motetes nem antífonas e hinos, que não pertençam ao sacrificio que se celebra, nem enquanto se disser missa, se consinta cantar cantigas profanas nem festas nem danças... nem clamores...». (Liv. II, tít. I, const. 7).

Apesar de operar-se a separação entre os escritores e o povo, também os Romances velhos tradicionais foram galhardamente glosados pelos Trovistas e receberam forma literária, dando relevo ao seu espírito, na espontaneidade da redondilha. Na *Arte de Galantaria*, D. Francisco de Portugal, diz dos versos de poucas sílabas: «son propriedade de *Romance*, cuyos desenfadados parece que se hizieron solamente para ellas (as mulheres).» Além dessa simpatia feminina, foram postos em música por Torres e Fuenllana, sendo cantados no paço. Jorge Ferreira de Vasconcelos protesta no seu lusismo contra esta absorção castelhana, dizendo na *Aulegrafia*: «Não lia entre nós, quem perdoe uma trova portuguesa, que muitas vezes é da vantagem das *castelhanas*, que se tem aforado connosco e tomado posse do nosso ouvido.» (Act. II, sc. 9). Já se conformava mais com o Romance, tendo intercalado bastantes na sua novela de *Memorial dos Cavaleiros da Segunda Távola Redonda*, e que se cantavam à viola de arco: «neste e por este modo usaram os passados celebrar seus heróicos feitos, porque a gloriosa memória deles assi viesse até nossos tempos e se conservasse, de que tanto em Espanha se usou muito, e usar-se agora para estímulo de imitação não fora mão.» O áulico Jorge Ferreira metrificou muitos romances sobre situações dos poemas da Távola Redonda e Ciclo greco-romano, como na literatura castelhana usaram Sepúlveda, Lasso de la Vega e Juan de la Cueva. Também chegara a Portugal a paixão pelas glosas de Romances, a que também alude: «Poreis tenda em Medina de Campo, e ganhareis vosso pão meado em *grosar romances velhos*, que são aprazíveis, e pôr-lheis por titulo: *Glosa de um famoso e novo autor sobre*:

Mal ouvistes los Francezes
La caça de Roncesvalles...»

(*Eufrosina*, p. 175)

Este castelhanismo absorvente do meado do século XVI, levou Menendez y Pelayo à estólida miragem – que os Romances narrativos foram comunicados por Castela à Galiza e a Portugal em paga das Canções líricas. Confunde a linguagem do planalto isolado, com as tradições hispânicas anteriores à sua destrutiva acção centralista, afirmando com entono: «tudo quanto há em Romances velhos é resto de uma poesia inteiramente, exclusivamente do centro castelhano, no qual o norte (Galiza e Astúrias) o oeste (Portugal) e o levante (Catalunha) não tiveram parte alguma.» Contaminada por este *castelhanismo* absoluto, complementar do imperialismo político

de Menendez y Pelayo, D. Carolina Michaëlis, repete nos seus *Estudos sobre o Romanceiro peninsular*: «A abundante colheita coordenada por Milá y Fontanals – nem a das Astúrias, nem a de Portugal, é genericamente indígena e privativa de cada região. *O Romance nasceu em Castela, dos cantares de Gesta democratizados, irradiando para os lados.*» (p. 327). A forma do Romance é comum a todo o Ocidente, e os seus temas poéticos subsistem similares entre os povos meridionais. Mesmo alguns Romances históricos são adaptações de anteriores factos históricos, como um cantar da batalha de *Tunis* localizar-se na de Lepanto e em época ulterior em Matapan. E como síntese do seu trabalho conclui: «*Portugal não tem originalidade nem génio criador diverso do que se desenvolveu no magnífico isolamento do centro castelhano.*» Alheia aos estudos antropológicos, D. Carolina sofre o deletério influxo de Oliveira Martins e de Herculano, que consideravam o povo português não uma raça com o seu *ethos*, mas uma adventícia população de colónias de asturianos e leoneses transplantados⁸², teoria que os castelhanistas exploram arteiramente.

Cientificamente não há *originalidade* quando se trata da tradição, transformando-se sempre na sua continuidade; neste sentido, Castela não é mais rica nem original do que os outros Estados peninsulares. A teoria dos *centros de irradiação* foi um preconceito, que o estudo científico dissolveu. O génio criador de Portugal é diferente pelo seu *ethos* do de Castela; isto reconhece pouco adiante da sua negação: «*colaborou esplendidamente tomando a dianteira nas manifestações sentimentais.*» (*Est.*, p. 334). Que outro título melhor e maior de individualidade étnica de Portugal? Formulado este principio fundamental, logo o anula incoerentemente: «*Tal qual o Cancioneiro popular o Romanceiro é um produto da Península inteira; as raízes, os Cantares de Gesta, e o tronco estão no solo de Castela. Em Portugal ha apenas ramificações* (alguns reflexos democratizados por jograis).» E em que se fundou a exímia romanista para tal asserto? Pelo emprego da língua castelhana, di-lo: «*Caracterizando o Romanceiro de cá como mera ramificação do tronco plantado em Castela, dei a devida importância ao facto de todos os cantares narrativos, citados desde o ultimo quartel do século XV por autores portugueses* (com poucas excepções) e não lição idiomática; e ao outro, de os tradicionais haverem conservado até ao dia de hoje vestígios linguísticos da sua origem estrangeira.» (*Ib.*, p. 15). Esse *castelhanismo* que se manifesta nos poetas palacianos do fim do século XV e por todo o século XVI, foi um fenómeno mimético da corte. O próprio Menendez y Pelayo corrige esta interpretação, quando das obras de portugueses escritas em castelhano, observa: «*a letra é que é estrangeira e o espírito é nacional.*» (*Antolog.*, vol. XIII). E quando o erudito castelhanista, apesar do reconhecido *lusismo* do *Amadis de Gaula*, queria provar a sua primitiva redacção castelhana, recorria ao facto de o português arcaico e o velho castelhano se aproximarem muito nas suas formas. O emprego oficial do castelhano produziu efeitos de contaminação nas outras línguas peninsulares; mas sem discutir os factos sociológicos, D. Carolina Michaëlis, notando o bilinguismo literário da Península, desde o século XV, por galegos, portugueses e catalães, conclui derrogando o seu anterior argumento: «*que romances escritos em castelhano nem por isso são necessariamente obra de castelhanos.*» (*Ib.*, p. 21). E acentuando essa exterioridade: «as

⁸² O empenho de apagar a existência autónoma de Portugal é geral entre os Castelhanistas; um dos seus argumentos é o testemunho de certos escritores portugueses. Citam estas frases de Oliveira Martins: «*Portugal acabou; os «Lusíadas» são o seu epitáfio.*» E da sua História de Portugal transcrevem esta monstruosidade: «*Se por nacionalidade se entende um conjunto de povoações etnograficamente homogêneas e localizadas em uma região limitada pela natureza, insistimos em dizer, que não nos achamos nesse caso.*» E adiciona-lhe o crítico espanhol: «*El proprio Herculano comienza su obra monumental borlandose de la Lusitania y de los Lusitanos. Portanto tal dotrina no puede ofender a los portugueses, pues suya es.*» G. Reparaz, *Revista Ilustrada – (El Centenario de Colombo*, vol. III, p. 6).

*Canções narrativas, chamadas castelhanas por antonomásia.» (Ib., p. 11). Reconhecendo que os vários estados peninsulares elaboraram a tradição dos seus romances, tira da perfeição da forma castelhana a prova contraproducente da sua prioridade: «Não é de crer que a Galiza, Leão e Astúrias fossem estranhas à elaboração do Romanceiro. Se a porção relativamente pequena dos romances colhidos na Andaluzia corresponde à sua tardia reconquista, a abundância e boa conservação das Astúrias deve significar, pelo menos, que lá arraigaram fundo e se desenvolveram com viço.» (Ib., p. 326, not.). No seu modo de ver – de tronco e raiz de Castela, irradiando para todos os lados? E quanto às versões portuguesas: «tantas são as versões e variantes incompletas e rebaixadas, desconexas e deturpadas, quanto à forma e essência; tantos e de tal ordem são os vulgarismos modernos que se infiltraram nos textos; tal é também a contaminação e fusão com assumptos análogos. Tão perfeitas e abundantes são pelo outro lado, as versões castelhanas, recolhidas recentemente com arte e habilidade digna de aplauso, em regiões onde ninguém as suspeitava... (Ib., p. 8). Esta perfeição desvenda a sua modernidade; ao passo que a diversidade das versões e variantes dos romances portugueses exclui por isso o influxo de um centro de irradiação; resultam essas deturpações e fusão de assuntos análogos de um trabalho permanente, em que: «os Portugueses continuam a colaborar na reconstrução definitiva do admirável Romanceiro hispânico» (ib., p. 5), prestando: «contribuições de grande valor, pois constituem mais de uma vez o laço procurado de balde, entre as diversas redacções do mesmo romance... (Ib., p. 8). Não é com o critério da promiscuidade dos povos peninsulares, como proclamam *nuestros hermanos*, que se compreenderá qualquer manifestação da cultura hispânica; é indispensável conhecer os dados antropológicos e etnológicos subordinados à síntese sociológica.*

Deste processo nos faz carga a fervorosa castelhanista, escrevendo: «Na síntese total, são esquecidas, como se a *influencia castelhana fosse um facto tardio e insignificante*, que em nada elucida sobre as origens. O interesse superior que ao historiador nacional inspiram os problemas *antropológicos e sociológicos*, o modo como pensa a respeito das origens étnicas ⁸³ advogando uma serie de *arrojadas suposições*, o excessivo valor histórico, assim como a nímia idade que atribui à poesia popular, supondo que os textos metrificados (de que temos vestígios do século XV para cá) persistem lá muitos séculos na tradição oral, inibem-no de reconhecer em geral a *unidade da civilização portuguesa e espanhola*, e em particular a *gênese dos romances castelhanos.*» (Ib., p. 13). Desde que os focos de irradiação foram reduzidos ao facto positivo dos fundos comuns de persistência étnica, as mesmas tradições nas suas variedades locais completam-se aproximando-nos da ideia primitiva.

Quanto ao facto tardio e insignificante da *influência castelhana*, esclarece-nos com nitidez o professor José Augusto Coelho, na sua monumental obra sobre a *Evolução geral das Sociedades peninsulares*: «Na zona seca e continental, de grande aridez e notável esterilidade, teve de viver o Castelhana pela força oprimindo os povos das zonas freteis, destruindo as suas resistências contra a espoliação: – assim, teve de impor o seu terrível poder, primeiro ao Andaluz, ao Valenciano e ao Catalão, e mais tarde a uma boa parte do mundo, a fim de viver à custa das riquezas extorquidas pela violência às multidões trabalhadoras.» (Vol. II, p. 239). Para este fim serviu o Catolicismo por todas as formas canibalescas da Inquisição, por todos os planos do Imperialismo romano-gótico, pela unificação ibérica por casamentos reais, e como Portugal, depois de levado pelos seus Reis a esta incorporação se libertou em 1640, ainda o Castelhanismo, para se consolar das perdas de Cuba e das Filipinas, vocifera

⁸³ São as doutrinas correntes desde Martins Sarmiento. Vid. *Recapitulação: Idade Média*, p. 14 a 27.

com insânia moral: *Aun tenemos Marruecos y Portugal*.

Sobre a função do Castelhanismo prossegue o eminente sociólogo: «Concebendo a vida sob o fatal impulso de meios opostos, *destruir* foi para o Castelhanismo a grande forma do trabalho colectivo; *produzir*, foi-o para o *Lusismo*. Por isso, na sua longa e acidentada vida histórica, o Espanhol foi sempre a personificação da força improdutiva que arruina, do ódio ao trabalho que cria, do orgulho altivo que esmaga os humildes, e, como o Romano dos velhos tempos, amou a guerra com todo o seu sombrio cortejo de espoliações, violências, arbítrio, desigualdades pelos direitos de outrem; o português, no período do seu esplendor histórico e maior pureza étnica, amou acima de tudo a exuberância da vida agrícola, a luta comercial, a arrojada aventura marítima, toda a sua existência de produção e trabalho pacífico. Foi irredutível guerreiro o Castelhanos; agricultor, comerciante e navegador o Lusitano. Em suma: a restrita orla ocidental onde, na Ibéria, conseguiu radicar-se o Lusismo, dilata-se à beira do bloco central onde o Castelhanismo se petrificava nas vetustas tradições do mundo antigo, como sendo em relação à maneira de conceber os fins da existência colectiva, uma verdadeira nesga do mundo moderno.

«Esta oposição entre o Castelhanismo e o Lusismo é uma consequência fatal do Meio, e lança uma nítida linha de separação entre a civilização espanhola e a lusitana.» (*Op. cit.*, II, 238-39).

Desta função destrutiva do Castelhanismo, deriva a sua evolução histórica: «Trabalhavam as populações básicas da Ibéria no fundo dos seus vales e planícies, nas veigas de Granada, nas huertas de Andaluzia, nos portos da região barcelonesa ou atlântica; acumulavam riquezas pelos esforços da sua energia e pelos cálculos da sua economia previdente, as mansas burguesas de Flandres, de Luxemburgo e da Itália; e o improdutivo parasitismo do *planalto central das Castelas* a destruir, sempre a destruir tanta riqueza acumulada, e isto pondo em acção as expulsões sistemáticas dos Mouros ou Judeus, as vexações intermináveis do Fisco, as ferocidades da Inquisição, as irrupções furiosas da Forca, tudo em suma quanto a malevolência humana pode inventar para aniquilar o pacífico trabalho das populações. Era isto possível como formula definitiva de existir?» (*Ib.*, II, p. 355). Donde concluímos que para integrar a civilização portuguesa na influência do «*magnífico isolamento do centro castelhana*», toma-se necessário o critério *prussianista* na sua missão unificadora, para seguir a doutrina de Menendez y Pelayo completando a teoria de Milá y Fontanals. Também o prof. Baist vindica para Castela todas as *prosas novelescas*.

O desconhecimento das condições históricas de um pequeno povo, que na Época das Navegações e Conquistas pouco passava de dois milhões e meio de ícolas, faz com que desse mesquinho número se conclua sobre a sua exiguidade produtiva. Assim no *Estudo sobre o Romanceiro peninsular*, escreve D. Carolina Michaëlis: «E a falta estranhável de romances sobre feitos históricos de Portugal? A tomada de Ceuta, de Tanger, Azila, Azamor, as batalhas de Aljubarrota, de Toro, a tragédia do Regente, o martírio do Infante Santo; a actividade do Navegador; os feitos de Afonso o Africano e seus Capitães; e *tantos e tantos casos poéticos da Historia nacional, não despertaram a musa épica popular*. Nem mesmo da prosa infantil das Crónicas do Condestável, e do Infante Santo e de D. João I, ou da História Trágico-Marítima se desprenderam romances populares.» (*Op. cit.*, p. 332). Negativismo com laivos de pessimismo. Existiu uma grande actividade poética, de que ficaram numerosos vestígios autênticos, mau grado o desprezo dos eruditos pelos ínfimos e servis, como o alardeava no meado do século XV o Marquês de Santillana, e o rei D. Duarte detestando as Cantigas *sagrais*. Existiu ainda no século XIV o poema do *Abade João de Montemor*, e de época remota a cantilena de Santa Iria, trovas de Santo António, romances da Rainha Santa, o Poema da

Batalha de Salado, de 1340, o romance de D. Inês de Castro que se fusionou fora de Portugal com o da morte de D. Maria Teles; o romance dos amores do rei D. Fernando com D. Leonor Teles, conservado pelos Judeus portugueses do Levante, o Cantarcillo de Aljubarrota, as Nénias na comemoração do Condestável, o Dito *Oh noite má*, da escalada de Tânger, o romance perdido da batalha de Toro aludido na corte castelhana, os referentes à morte dos dois príncipes D. Afonso de Portugal e D. João de Castela; já no século XVI o romance do combate naval de Tunis de 1535 renovado na batalha de Lepanto de 1572; o romance à catástrofe de Alcácer Quibir cantado em castelhano. E ainda a imaginação popular desde o século XIII e XIV enlevada pelas cantilenas Carlíngias e Lais bretãos narrativos, ou quando assimilava os quadros mais impressionantes do Romanceiro de Cid, que fora armado cavaleiro em Portugal, na Sé velha de Coimbra. Os Romances da História de Espanha vulgarizaram-se muito cedo em Portugal antes das Colecções castelhanas do meado do século XVI; a sua via seriam alguns *Pliegos sueltos* (Folhas volantes) que o povo ouvia ler por aquela forma que revela Jorge Ferreira, da «lavadeira que canta de solão e dá ceitis para cerejas a menino de escola que leia Autos...». Sob este nome também se compreendiam as Relações ou *Estórias* (Romances, na ilha da Madeira). A grande protecção que o rei D. Manuel dava aos jograis castelhanos, actuou nessa vulgarização de um ciclo especial, com que Gil Vicente teve de matizar os seus Autos. D. Joaquim Costa notou este facto referindo-se ao Ciclo dos romances dos *Sete Infantes de Lara*: «Muito populares deviam ter sido esses cantares soltos, quando na Farsa de *Inês Pereira* (1523) Gil Vicente põe na boca de um escudeiro o de:

Mal me quiren en Castella

«e na Barca da Gloria, faz dizer também a um arrais do Inferno:

Cantaremos à porfia

Los hijos de Dona Sancha...

«Estes cantares eram provavelmente relíquia de um extenso ciclo que teve de existir em seu principio, comemorando os feitos e o trágico fim dos Sete Infantes de Lara e do seu vingador Mudarra, antes que se findasse o ciclo dos romances.»⁸⁴ Nesta miragem do Castelhanismo, em que Menendez y Pelayo derivava todos os Romances do centro castelhano, e D. Carolina Michaëlis esperava ainda descobrir a *Nau Catrineta* em um *protótipo castelhano*, a realidade dos factos especializa-se como fase transitória; a autora dos *Estudos do Romanceiro peninsular* o reconhece afinal: «Em Artes e Letras não havia fronteira entre os dois remos. Na política sonhava-se (desde o século XIV e XV) a união de Castela e Aragão numa Monarchia universal, baseada na união da ibérica, sob o ceptro de um só príncipe nascido das duas dinastias, com a capital na bacia do Tejo, mas com o *idioma castelhano* como língua oficial. Casamentos entre as famílias reinantes tendiam a esse fim. Alianças entre nobres de cá apertavam cada vez mais os laços já existentes. As guerras de sucessão (Aljubarrota, Toro) a que finalmente conduzia a tendência unitária, redundavam em expatriações, embaixadas, viagens e nas terçarias. Depois veio o desterro dos parentes e partidários do Duque de Viseu e de Bragança (1483-1484); as festas de Évora pelo casamento do Príncipe D. Afonso com a filha dos Reis católicos (1491), a ida de D. Manoel a Saragoça (1497), a fim de fazer proclamar sucessor o primogénito da mesma princesa com a qual casara. Todos esses e

⁸⁴ *Introd. a um Tratado de Política*, p. 214.

muitos outros acontecimentos notórios tiveram repercussão nas duas Literaturas. Em geral o eco é simpático, o que não inibe que Portugueses e Castelhanos se crivassem escondidamente de frechas satíricas, quer rindo, quer a sério.» (*Op. cit.*, p. 300). Sendo estes factos categóricos, para que apagar o individualismo étnico, e achar o nacionalismo luso fundado em suposições?

Os Romances cantados, glosados e parodiados ao divino ou em chasco tornaram-se por vezes proverbiais, matizando conversas e cartas íntimas, serões da corte e fiandões das aldeias. Nas *Décadas* de Diogo do Couto vêm referências a Romances velhos, que os cavaleiros portugueses empregavam como senha nas expedições militares na Índia; D. Jorge de Meneses é avisado no mar por D. António de Noronha, que lhe diz: *Vamonos, dilo mi tio – A Paris esa ciudad*, e ele compreende que é para ir à expedição de Surate, respondendo com versos do mesmo romance: *No en traje de romero – Porque os no conoça Galvan*. Ao entrar vitorioso em Barcelos D. Luís de Ataíde, ia o músico Veiga cantando: *Entram los Moros en Troya – Trez e trez, e quatro e quatro*. Debaixo das janelas do palácio do Vice-Rei D. Constantino de Bragança, o partido do ex-governador Francisco Barreto cantava-lhe como chufa: *Mira Nero da janella – La nave como se hazia*, referindo-se à nau Chagas. À tomada de Salsete em 1547 fez-se também um romance narrativo, de que Diogo do Couto traz o começo:

Pelos campos de Salsete
Mouros mal feridos vão;
Vai-lhes dando no encalço
O de Castro Dom João.
Vinte mil eram por todos...

(*Dec. VI, L. V, cap. 10*)

Por este interesse geral é que os poetas dramáticos da escola vicentina, nos quadros da vida íntima portuguesa misturavam trechos de romances velhos. Entre todos tem a primazia Gil Vicente; assim no *Templo de Apoio*, alude em provérbio ao romance de Bernardo del Carpio: – *Majadero sois, amigo – no mereceis culpa, no*. (II, 387). E na farsa de *Inês Pereira*, emprega do romance dos Sete Infantes de Lara: *Mal me quieren en Castilla – los que me habian guardar*. Na Barca da Glória: *Los hijos de Dona Sancha; Mal amenazado me han*. (I, 227); *Guay Valencia, guay Valencia* (III, 270); *Donde estás, que te no veo* (II, 329); *Mas vale morir con honra* (I, 298); *Os braços trago cansados* (Pranto de Maria Parda); *En Paris estava Dona Alda (Na Rubena); Tiempo és el caballero, que se me acorta el vestir (Ib.)*. Alguns desses romances já estavam em música, como: *Nunca fué pena mayor*, e *La bella mal mandada* e *Por Maio era por Maio* (III, 19, 823). E parodiando os romances velhos, como o *Gayfeiros* e *Yo me estava en Coimbra* (III, 212).

Ferreira de Vasconcelos, deu o sabor português às suas comédias pelas locuções, modismos e adágios, completando o aspecto do tempo pelas numerosas referências a romances castelhanos, que estavam em moda. Na Comédia *Eufrosina* (de 1527 a 1534) nota: «e ali tangem tudo sobre *Conde Claros*.» (p. 189). E para caracterizar a antiguidade: «passou já com a sombra dos balandrões, e todas essas antigualhas de *Por aquel postigo viejo Buen Conde Fernan Gonzalves*.» Na comédia *Aulegrafia*, cita o romance tão glosado na sua época: *Retrahida está la infanta* (fl. 256), e *Para que paristes, madre* (p. 260). Cantai por desvio: *Mis arreos son ias armas – Mi descanso es pelear* (fl. 165). Aquela *Bela mal mandada* não se toma com fita vermelha (f l. 46); e mais: «é uma atalaia de fortuna com epitáfio que diz: *A las armas, Mouriscote – Si en*

ellas quereis entrar» (fl. 47); «eu vou noutra volta *Ribera del Doro arriba*» (fl. 80); «que me irei lançar en lençoes de velludo com a *Bella infantinha* da minha guelas de cegonha...» (fl. 133); *Pregonadas son las guerras – de Francia contra Aragone* (fl. 84 vº); na Comédia *Ulissipo: Rey D. Sancho, Rey D. Sancho, no digas lo que te digo* (fl. 103); e «Vós deveis ser perdido por damices, e querê-las-eis que sejam bom chocalho ou pandeiro, e eu vou noutra volta *Ribeiras dei Doro arriba*» (fl. 80); «*y los erros por amores – dignos son de perdonar*» (fl. 99 vº); «alegrias tristes, tristezas contentes, cuidados desesperados, obrigam impossíveis, com suas magoas de cada hora e de tudo em...» *Para que paristes, madre, un hijo tan desdichado* (f l. 260). E na *Segunda Tavola Redonda: Por el otro que se le iba – Las barbas se está messando* (p. 341).

António Prestes, seguindo os passos de Gil Vicente, também entretece os seus Autos com versos dos Romances velhos. No *Auto da Avé Maria* cita *Moro Alcaide, Moro Alcaide; Yo le daria bel Conde*; e *Sereis vos un Durandarte*. No *Auto do Procurador* cita o *Vamonos, dijo mi tio*. No *Auto do Desembargador*, alude ao *Dom Duardos; Conde Claros; Falso, maio, enganador; Guay Valencia, e a Roma como se ardia* (Mira Nero de Tarpeja). No *Auto da Ciosa*, cita a *Bella mandada; Helo, helo, por do viene* em paródia; e o mesmo no *Auto dos Cantarinhos*, com mais: *Passeava-se ei Rei Mouro; Don Duardos e Flérída*; e às pancadas, *Mouriscote*; no *Auto dos Dois Irmãos*, o romance de Fernão Gonçalves de *el partir de las tierras* (p. 273). António Ribeiro Chiado, escreve em uma carta: «com um só *Conde Claros* espantou os Franceses da costa.» No *Auto das Regateiras*: E vós *Belia mal mandada* (p. 65). Seu irmão Jorge Ribeiro, cita *Sobre mi vi guerra armar*. Jorge Pinto no *Auto de Rodrigo e Mendo: En el mes era de Abril; Helo, helo por do viene, Bella mal mandada; Riberas dei Douro arriba*.

Camões pela incontestável superioridade do seu génio soube conciliar as duas Almas, a influência clássica do erudito humanismo e a riqueza da tradição medieval; são numerosas as referências a Romances velhos nas suas Cartas, Sátiras e Autos. Vêm intercalados na prosa da Carta I, os versos *Ribeiras dei Douro arriba; Su comer las carnes crudas e A fora, a fora Rodrigo e Mouriscote*. Nos *Disparates da índia*, vem *Mi padre era de Ronda, Villas y Castillos lengo – Todos à mi mandar sone; – Que se mataran com tres, – y lo mismo haran con quatro*. No *Auto de Filodemo: Mi cama son duras pehas – Mi dormir siempre es velar*. No *Auto de el-rei Seleuco* intercala os versos de *Conde Claros: salté preste de la cama, – que peresco un gavilan*. No *Auto dos Anfitriões*, parodia os versos do romance do Cid: *bravo va per la batalla*; e do romance de Fontefrida, parodia o verso: *Maio, falso enganador*. Camões deixou bem expressa a razão deste bilinguismo usado pelos Trovistas; não era uma imitação servil, do prestígio da admiração, mas uma moda, uma feição de essa época: para a trova ser fina,

há-de ser toda de um pano,
que parece muito inglês,
num pelote português
todo um *quarto castelhano*.

(*Amph. I, 6*)

Não era por falta de *originalidade*, como infere D. Carolina Michaëlis, que os trovistas *castilhanizavam*, mas para darem relevo cómico aos seus versos (como declara Gil Vicente) e por isso eram apodados:

Mis señores romancistas

poetas da Lusitania
que *hurtastes las invenciones*
a la lengua castelhana.

Nas duas Cartas de Manoel Ocem, de África, são glosados muitos versos de romances velhos, *Mirando la mar de España; Vi venir pendon vermejo; A las armas Mouriscote; Donde estás que te no veo; Y que nueva me traedes; Una adarga até aos pechos; La flor de Berberia; Cabaileros de Alcalá e Mira Nero*. Entre as relações poéticas, a *História da Imperatriz Porcina* de Baltasar Dias é extremamente parecida com a *Patraña 21* de Timoneda, mas esse tema medieval acha-se contido na *Gesta Romanorum*.⁸⁵ Pedro de Andrade Caminha, emprega como centão no *Ei Peregrino Curioso* de Villalba, versos de romances: *A fuera, a fuera, Rodrigo; Camilio dei Helesponta; Mala los visteis francezes; Mucho me plaze, el buen rey; Apesar del rey de França – los puertos de Aspa passó*. Os Romances castelhanos sofreram no século XVI uma transformação fundamental, sendo admitidos à forma literária. Jorge Ferreira de Vasconcelos favoreceu esta inovação no meio da corrente do gosto italiano pelo seu valor histórico: «de que *tanto em Espanha se usou muito, e usar-se agora para estímulo de imitação não fora mão*. » Ele próprio seguiu o conselho compondo romances da Távola Redonda e Greco-romanos; tais são *Grão Bretanha desleal* (*Memorial*, cap. 3); *Naquela montanha Ideia* (cap. 8); *Com lagrimas e soluços* (cap. 12); *De ti casto Cipião* (cap. 13); *Diante os muros de Tróia* (cap. 33); *No templo de Apolo Aquiles* (cap. 35); *De Roma sai Pompeu* (cap. 45). Gil Vicente dando ao Romance forma literária, chegou no seu romance de *Dom Duardos* a identificar-se com a alma popular; glosado em *pliegos sueltos* em Espanha, conservou-se por séculos na tradição oral açoriana, e penetrou no *Cancioneiro de Romances*, de Anvers, de 1555. Nos seus Autos intercalou estes belos Romances literário-populares *Remando vão remadores* (I, 246); *Niña era la Infante* (II, 416); *Pranto fazem em Lisboa* (III, 348); *Dezenove de Dezembro* (III, 355); *En el mes era de Abril* (II, 249); *Yo me estaba en Coimbra* (III, 202); *Voces daban prisioneros* (I, 333); *Dios del cielo, rey del mundo* (II, 478); *Por Maio era por Maio* (II, 531). Esta manifestação literária acha-se representada na *Floresta de vários Romances*, que forma a parte final do *Romanceiro geral português*. O género derrancou-se no século XVII e XVIII, não merecendo o sacrifício de uma compilação reflectindo o cultismo seiscentista, as formas picarescas dos antiárcades e a inconsciência dos ultra-românticos.

Novelas e Contos. – A Idade Média na dissolução católico-feudal que se operava enquanto ia predominando a Renascença, ainda inspirava ficções simpáticas a essa fase social; as *Novelas de Cavalaria* eram elaboradas e lidas com fervor pelos que idealizavam as galhardias heróicas do Feudalismo, e os Contos, transformados em *Exemplos* morais pelos pregadores e teólogos, eram agora os quadros pitorescos da vida burguesa com um realismo dissolvente. A Renascença opunha às Novelas as Epopeias clássicas e históricas, como a *Eneida* de Virgílio, a *Tebaida* de Estácio e a *Farsália* de Lucano; e o *Conto* tornava-se o germe do romance picaresco. Os humanistas condenavam estas formas das ficções medievais, sendo coadjuvados pelos moralistas católicos; Vives e Montaigne e outros cultos protestavam contra essa fascinação. O Dr. João de Barros, secretário de D. João III, no seu livro *Espelho de Casados*, chega a condenar as Novelas mais afamadas e lidas como causando a ruína da mocidade: «Quando os mancebos começam a ter entendimento das cousas do mundo, gastam o

⁸⁵ Joseph de Perrott cita o texto alemão do Dr. Grane, Leipzig, 1905, p. 144. (Carta de 8 de Abril de 1908).

tempo em livros mui desnecessários e pouco proveitosos para si nem para outrem, assim como na fabulosa historia de *Amadis*, nas patranhas do *Santo Graal*, nas sensaborias do *Palmeirim* e *Primaleão* e *Florisendo*, e outros assim, que haviam mister totalmente exterminados, que já de nenhuma cousa servem, onde ha tantos outros de que se pode tirar proveito.» E recomenda a leitura de Livio, Valério, Cúrcio, Suetónio e Eutrópio. O moralista bem conhecia o *Amadis de Gaula* em Português, o manuscrito em poder do Duque de Aveiro D. Jorge de Lencastre, e talvez o exemplar impresso de 1510 que existia na Livraria do Rei D. Manuel; mas desconhecia a sua influência profunda, nas imitações de outras Novelas célebres do século XV, como *Tirant il Blanc*, *Cifar* e *Esplandian*, e continuada no *Palmeirim de Oliva* e no *Palmeirim de Inglaterra*. A par do entusiasmo da Renascença, nas suas formas filológica e crítica, científica e filosófica, a paixão pela literatura das Novelas sustentou-se até ao delírio da sua decadência. Eram a delícia da corte, pelos seus aparatos protocolares. Quando o futuro historiador João de Barros foi dado como guarda-roupa do príncipe D. João, teve de comprazer com esse gosto ao que o próprio rei D. Manuel tendia em aventuras galantes. Escreve Severim de Faria: «Era então João de Barros de pouco mais de vinte anos de idade, e como andava em serviços do príncipe, que lhe ocupava a maior parte do tempo, só nos espaços que lhe restavam publicamente, e como ele diz, na mesma guarda-roupa do paço sem outro repouso nem mais recolhimento... em outro meses compôs esta *História (de Clarimundo)*, que para tal idade e ocupação se pode ter por grande cousa. Ainda que o príncipe D. João, a quem ele comunicou seu intento, o favoreceu tanto, que ele mesmo ia revendo e emendando os cadernos que compunha; este favor lhe fez publicar logo o livro; e estando o rei D. Manuel na cidade de Évora, no ano de 1520, lho apresentou, dizendo-lhe, que a intenção com que o fizera fora para se empregar na historia de Portugal e principalmente na da conquista do Oriente.» Teve essa difusa *Crónica do Imperador Clarimundo* o mérito de formar o estilo do preclaro narrador das *Décadas da Ásia*. Publicou-se em Coimbra em 1520, tendo nova edição em 1553 no ano em que aparecia à luz em Lisboa a *Primeira e Segunda Décadas*. Apesar de Francisco Rodrigues Lobo considerá-lo como um dos livros de Cavalaria mais bem escritos, reimprimindo-se ainda em 1601 e 1742, é hoje ilegível por estar desprendido das alusões coevas, que suscitariam interesse. Camilo Castelo Branco aproxima estes dois homónimos: «Seria este (o Dr. João de Barros) um dos raros quinhentistas que em 1529 escarneciam as patranhas dos romances medievos do rei Artur e *as sensaborias do Palmeirim*, ao passo que outro João de Barros, seu parente, publicava nove anos antes a *Crónica do Imperador Clarimundo*, que requinta na insulsez e na inutilidade.»

Da imitação do *Amadis de Gaula*, que dominou as emoções do século XVI, surgiu um novo Ciclo de Novelas, a começar no *Palmeirim de Oliva* (Sevilha, 1525), continuado no *Primaleão e Polendos*, como seu segundo livro, no *Platir*, e no *Palmeirim de Inglaterra*, filho do rei D. *Duardos e Flérida* (filha de *Palmeirim de Oliva*), composto por Francisco de Moraes, em 1543. Quando, no *D. Quixote*, Cervantes descreve essa graciosa cena do Cura, licenciado Mestre Pedro, lançando à fogueira as Novelas de Cavalaria responsáveis por terem dado volta ao miolo do seu paroquiano, ele salva de tão ignominioso auto de fé o *Amadis* e essa *palma de Inglaterra*, elogiando as aventuras do Castelo de Miraguarda. Francisco de Moraes, já entrado em anos, como empregado do Tesouro da Casa Real, foi encarregado de acompanhar como secretário o jovem D. Francisco de Noronha em missão diplomática a Francisco I para tratar dos interesses referentes aos bens que pertenciam à Infanta D. Maria, enteada daquele monarca, e irmã consanguínea de D. João III, que a retinha na sua corte, embaraçando por todas as formas que ela fosse para a companhia de sua mãe. Foi essa missão delicada em 1540; então na corte de Francisco I, as Novelas de Cavalaria dominavam

em absoluto e nesse mesmo ano publicava D'Herberay des Essarts o primeiro grande volume da versão do *Amadis de Gaula*. Em uma carta que em 10 de Dezembro de 1541 dirigiu Francisco de Moraes, de Melun, ao Conde de Linhares, D. Inácio de Noronha, dá-lhe notícias do irmão e das Festas de Fontainebleau, em que as damas jogavam a péla com a máxima desenvoltura, o que descreve com a sensatez fria da idade.

Nesta laboriosa missão, mas numa corte desvairada em aparatosas festas, Francisco de Moraes recordou-se dos divertimentos dos Serões de Portugal, já decaídos, e de quando Gil Vicente representou a Tragicomédia de *D. Duardos*, extraída da Novela de *Primaleão*, publicada em 1524, em que se tratam os amores de *D. Duardos e Flérída*. Essa Novela provocava especial interesse por se dizer que era escrita *por mano de dueña*, uma Dama natural de Augustobriga, no território da Lusitânia. Flérída era neta de Palmeirim de Oliva; e se desses amores tratara em tragicomédia Gil Vicente, lembrou-se Francisco de Moraes de continuá-los no fruto deles, escrevendo *nesses dias*, que esteve em França, de 1540 a 1543, uma novela em prosa que intitulou *Palmeirim de Inglaterra*, sob a impressão recente do *Amadis*, e suscitado pelas damas, com quem entretinha intrigas amorosas, como a de *la belle Torsi*, M.^{me} Fontaine Chalandroy, que com outras damas figura na novela. Os *Diálogos em um desengano de amor* indicam o estímulo que o fez novelista. Ao regressar a Portugal em 1543, tendo de conferenciar longamente com a Infanta D. Maria sobre os seus capitais e comunicar-lhe as magoadas lembranças da rainha D. Leonor, sua mãe, descrevendo-lhe a vida turbulenta e louca da corte de Francisco I, tornava-se uma afectuosa homenagem à cultura literária da Infanta a dedicatória da sua novela *Palmeirim de Inglaterra*. É admissível que a Novela viesse já impressa de França, *em carácter gótico e redondo*, de que fala o editor de 1786, como existente na Livraria de S. Francisco da Cidade; isto nos leva a inferir ser o infólio sem data, citado por Quádrio com o título *Livro do formosíssimo e valerosíssimo Cavaleiro Palmeirim de Inglaterra*. É certo que esta edição tinha a Dedicatória à Infanta D. Maria, que não foi impressa na edição de Évora de 1567, mas que aparece na edição de 1592 por Afonso Fernandes Nessa Dedicatória alude-se a D. João III como ainda vivo, isto é, onze anos antes da edição de Évora de 1567. Além desta circunstância, há inclusos na novela uns versos de Francisco de Moraes que foram glosados por Camões *A Tenção de Miraguarda*, coligidos no Cancioneiro de Luís Franco. Foram glosados quando Camões frequentou a corte de 1544-45. A novela tornou-se rara em Portugal, mas apanhado em Espanha este fólio gótico, o livreiro Miguel Ferrer fez a tradução castelhana do *Palmeirim de Inglaterra*, que imprimiu em Toledo, em 1547, dando-o *como original seu*. A versão é precedida de um encómio em verso feito por Luys Hurtado, que muito velhacamente das primeiras letras de cada verso fez em *Acróstico* o seu nome, e a frase: *Luys Hurtado, Autor al lector*. O poeta, conhecendo o roubo do livreiro, disfrutou-o louvando-o no encómio e dando-se por autor *Robando la fructa de agenos huertos*. Enganando-se mutuamente, roubaram o original de Francisco de Moraes. Constou o roubo castelhanista em Portugal, e por 1554 António Prestes no seu *Auto dos dois Irmãos*, dizia por um dos seus personagens:

Não é *Palmeirim* da França
que nada se lhe joeira...
será *Palmeirim pilhança*.
Não venham livros d'estórias
limar-vos pera mamados
com *Palmeirim furtórias*.

Na novela aparecem nomeadas damas que brilhavam na corte de Francisco I por

1540 a 1543, como *Latranja*, *Talensi* e *Mansy*, e deixando um Diálogo sobre os seus amores com *la belle Torsi*; descreve lugares de Portugal, como o Castelo de Almourol em Tomar. Pelo estudo comparativo do texto de Camões, nos *Lusíadas*, com o do *Palmeirim de Inglaterra*, põe em evidência o Dr. J. M. Rodrigues que fora muito familiar ao poeta a leitura da novela de Francisco de Moraes. Por certo que essa leitura não foi feita pela edição de Évora de 1567, porque esse tempo foi aquele da maior desolação e miséria do poeta torturado por Pedro Barreto, seu credor; só poderia achar encanto na novela na sua rápida passagem pela corte, entre 1544 a 1545, quando glosara a *Tenção de Miraguarda*, e relendo um texto impresso, que porventura possuiu. Os bibliógrafos Salvá e D. Pascual de Gayangos, tendo descoberto a edição castelhana de Toledo de 1547, com o usual critério simplista desse imperialismo ibérico que sempre sonha a sua expansão sobre Portugal, pretenderam a prioridade ou originalidade dessas traduções sobre o texto português. O erudito Benjumea provou que em 1547 Luys Hurtado, nascido em 1530, não podia aos dezasseis anos ter escrito essa novela algo volumosa. A discussão deste problema literário pelo erudito brasileiro Odorico Mendes e D. Nicolau Diaz Benjumea tornaram para sempre irrefragável a originalidade de Francisco de Moraes, a quem foi dado como título de nobreza o nome de Moraes-Palmeirim, como afirmam os genealogistas Belchior Gaspar de Andrade e fr. Gaspar Barreto. Obedecia este onomástico ao mesmo espírito que designou o autor das histórias britónicas *Galfridus-Arturus*. Em idade septuagenária morreu Francisco de Moraes em 1573, assassinado às portas de Évora, então um foco do Jesuitismo triunfante; só pode explicar-se este crime pelo fanatismo religioso exaltado pela consagração da matança da Saint-Barthelemy. Ainda em 1592 foi reimpresso o *Palmeirim de Inglaterra*, achando continuadores cíclicos, como Diogo Fernandes publicando a terceira e quarta parte em 1587, 1604 e 1786; a quinta e sexta parte por Baltasar Gonçalves Lobato, em 1602 e 1786, levando à insensatez estas imaginosas ampliações, em que cooperou também D. Gonçalo Coutinho com a sua *História de Palmeirim de Inglaterra* e de *D. Duardos*, perdida.

Ligado aos acidentes da corte de D. João III, também Jorge Ferreira de Vasconcelos, Escrivão do Tesouro Real e da Casa da Índia, compôs uma novela de cavalaria, que com o título de *Triunfos de Sagramor*, apareceu publicada em Coimbra em 1554 em fôlio. É de extrema raridade, formando uma primeira parte, com a narrativa alegórica do celebrado Torneio de Xabregas de 5 de Agosto de 1550, em que tomou parte o malogrado e auspicioso príncipe D. João. É natural que os *Triunfos de Sagramor* fossem escritos imediatamente ao Torneio, não se tendo vulgarizado essa primeira parte impressa em 1554 pelo súbito falecimento do jovem príncipe. Jorge Ferreira retomou o seu tema transformando-o e completando-o com o título de *Memorial dos Cavaleiros da Segunda. Távola Redonda*, impresso em Lisboa, em fôlio, em 1567; visava o jovem rei D. Sebastião, que também se revelava com simpatia por obras imaginosas. O género do novelista, referindo-se a retoques para futura reimpressão do *Memorial*, de 1567, alude à edição primitiva de 1554: «com a *Primeira parte* da Távola Redonda, que para *terceira impressão* emendou o Autor em sua vida, de sorte que *do meio em diante tudo ficou diferente*, e assi mais a Segunda parte da mesma historia podereis começar a esperar muito em breve.»⁸⁶

Quando as Novelas pastorais do gosto italiano eram imitadas sob a influência clássica da Renascença, Bernardim Ribeiro, escrevendo a *Menina e Moça*, com a

⁸⁶ O nome de *Sagramor* aparece no poema medieval *Bel Inconu*; e em uns fragmentos de um poema em médio alto alemão, enxerto secundário sobre as lendas arturianas. (Gervinus, *História da Poesia Alemã*, II, 42). Em documento de 1533 vem citado um indivíduo pelo nome de *Sagramor* de Basto. (*Arquivo Português Oriental*, p. 57).

preocupação lírica do bucolismo em que é inexcedível, deu à sua novela o carácter cavalheiresco desse mundo feudal que desaparecera sob a ditadura do absolutismo da realeza. Era uma forma de melhor velar a realidade das situações que constituíram o drama trágico da sua vida. Essas alegorias, que tanto interesse provocavam na leitura da *Menina e Moça*, estão hoje explicadas graças aos elementos autobiográficos conjugados com o documento judicial de 1642 e a genealogia da família Zagalos de Estremoz pelo crúzio D. Flamínio. A linha fundamental da Novela é a história de *dois amigos* que com diversa ventura amaram duas irmãs; um é *Binnarder* (*Bernardim* Ribeiro) que teve amores com *Cruélsia* (*Lucrecia* Gonçalves), e *Tasbião* (*Sebastião* Dias Zagalo, primo do poeta, e filho do proprietário da quinta dos Lobos, em Sintra, Álvaro Pires Zagalo) com *Romabisa* (*Ambrósia* Gonçalves), com quem casara. As situações patéticas estão do lado de Bernardim Ribeiro, que pela paixão súbita e invencível por sua prima Joana Zagalo (*Aónia*, na Novela, e *Joana* nas *Églogas*) abandona Lucrecia Gonçalves, cujo irmão, favorito do rei D. Manuel, faz com que o monarca determine que Joana Zagalo se consorcie com Pero Gato, filho do celebrado Capitão de Safim. Estes lances, expressos nas mais veementes estrofes das *Églogas*, e na prosa ingénua e impressionante da Novela, conduziram à morte prematura do marido de Joana Zagalo, à clausura dela em um convento de Estremoz, onde Bernardim Ribeiro a foi encontrar louca, e à ruína mental do poeta, que viveu alguns anos também alienado no Hospital de Todos os Santos até 1549. A Novela da *Menina e Moça* chegou a ser proibida oficialmente, talvez por se explicar a morte de *Beliza* (Isabel Zagalo) relacionada com uma aventura amorosa do rei D. Manuel. Os mais antigos textos da Novela, nas edições de Ferrara de 1554 e de Colónia de 1559 ficaram truncados, terminando abruptamente no capítulo XVIII, da Segunda parte; o mesmo se nota nos manuscritos conhecidos, da Biblioteca da Academia espanhola (Ms. N° 76, de p. 1 a 39) e no Ms. do Arcediago de Barroso, Jerónimo José Rodrigues. Somente na edição de Évora de 1557, *trasladada do seu próprio original*, é que vem completa a Segunda parte com uma grande interposição, em que o Capítulo XXXII até XXX VIII, se deverá seguir ao cap. XXXI da Primeira parte. A alegoria da segunda parte, em que trata da história de *A rima*, ainda não está completamente esclarecida, não devendo apesar das suas descoordenações considerar-se apócrifa.

As *Trovas* de Bandarra, que pertencem ao grupo das Profecias nacionais, são um reflexo das Profecias de Merlim, que em Portugal foram conhecidas na sua relação misteriosa do *Ano de quarenta*, em que se venceu contra a mourisma a célebre batalha de Salado; no poema ou *Cronica en redondillas* de Rodrigo Yanes narrando esse glorioso feito, que acabou para sempre com as invasões africanas, acham-se reminiscências das Profecias de Merlim, aludindo ao *Leão dormente* ou D. Afonso IV e ao Porco Espinho ou o rei de Benamarim. Sobre este esquema tradicional, que o sapateiro de Trancoso, Gonçalo Eanes Bandarra, conservava inconscientemente, bordou as suas *Trovas*, que foram, desde as novas lutas africanas de Tunis até à derrota de Alcácer Quibir e restauração nacional em 1640 –, comentadas e ampliadas ao sabor das *esperanças lusónicas*. Pelo processo do Santo Ofício de 1541, sabe-se que o autor das *Trovas*, fora abastado, mas para resistir à sua decadência adoptara o mister de sapateiro. Durante nove anos leu a Bíblia em vulgar, que pertencera a João Gomes da Gram, o que nos revela a corrente do protestantismo que se manifestava em Portugal. Em 1531 veio Bandarra pela primeira vez a Lisboa, hospeda-se em casa de João de Bilbis, pedindo-lhe ali João Lopes, caixeiro, a explicação das *Trovas*. Achando-se já em Trancoso em 1537, é visitado por Heitor Lopes, que lhe diz estar o livro das *Trovas* já muito velho, querendo mandá-lo trasladar. Em 1538 é visitado em Trancoso por um Vargas, da Covilhã, para com ele argumentar sobre a Bíblia; em 1539 regressando a Lisboa,

encontra na Guarda Filelfo que lhe pergunta pelo Livro das *Trovas*. As Profecias exerciam já uma grande fascinação, e outra vez é procurado em Trancoso em casa de Manuel Álvares para explicar as *Trovas*. A Inquisição em 1541 apoderou-se do pobre sapateiro, dando com a sua condenação maior prestígio às bucólicas *Trovas*, vendo os Cristãos novos aí alusões ao seu ideal messiânico, e depois de 1578 os patriotas as esperanças do *Desejado D. Sebastião* e fundação do Quinto Império do mundo (ideias daniélicas) ou adaptando-as ao *Encoberto*, o rei D. João IV, ou também a D. Pedro II pelos jesuítas que trabalhavam para a deposição de D. Afonso VI, único meio de lançar fora do poder o grande ministro Castelo Melhor. Tudo isto mostra como essa exígua parte tradicional está sincretizada com excrescências e adaptações apócrifas.

Os Contos. – O desenvolvimento dos Fabliaux da Idade Média em Contos e Novelas literárias é um dos caracteres das duas Renascenças, na Itália. Em Portugal temos a preciosa colecção dos *Contos e Histórias de proveito e exemplo* por Gonçalo Fernandes Trancoso, em que com o elemento tradicional e popular, se nota a influência directa dos Novelistas italianos. A época em que veio Trancoso para Lisboa pode fixar-se em 1544; nos *Contos* alude-se à morte do príncipe D. João em 1554; e no conto nono da segunda parte refere a terrível calamidade da *Peste grande*, de 1569: «todos os que este ano de mil e quinhentos e sessenta e nove, nesta parte perdemos mulheres, filhos e fazenda, nos esforçemos e não nos entristecemos tanto, que caiamos em caso de desesperação sem comer e sem paciência, dando ocasião à nossa morte...» Na primeira edição dos Contos, de 1575, vem uma *Carta à rainha D. Catarina* com preciosos dados biográficos, em que diz Trancoso ter-se visto a cidade de Lisboa despovoada, e que lhe morreram sua mulher, uma filha mais velha de vinte e quatro anos, um filho estudante e outro então menino de coro.⁸⁷ No meio desta tremenda angústia pública e doméstica, tratou de escrever alguns Contos para desanuviar o espírito. Sobreviveu-lhe o filho António Fernandes, que em 1596 publicou a terceira parte da colecção, que ao todo consta de vinte e nove Contos, importantes pelas suas origens tradicionais, embora o estilo retórico e as divagações moralistas lhe empanem por vezes o seu merecimento.⁸⁸ Depois da edição de 1575 seguiu-se a de 1585, por seu filho, de 1589, a de 1596 com as três partes; no século XVII, as de 1608, 1624, repetindo-se até ao fim do século XVIII; esperando ainda uma edição crítica com notas comparativas.

A ESCOLA VICENTINA

No desenvolvimento normal do teatro português Gil Vicente elevou-se da Égloga pastoril ao Auto popular e hierático, e esboçou a forma da *Comédia famosa*, que se tornou definitiva e florente no espantoso desenvolvimento do teatro espanhol. A razão deste extraordinário fenómeno é encontrada por D. Agustin Duran na transformação natural dos Romances heróicos e das Novelas cavalleirescas em forma dramática, imposta pelo gosto popular e realizada no tipo da *Comédia famosa*, que enriqueceu aos milhares o assombroso repertório espanhol. Pois este fenómeno foi iniciado por Gil Vicente nas suas duas Tragicomédias do *Amadis de Gaula* e de *D. Duardos*, tiradas do tema do *Primaleão*, segunda parte do *Palmeirim de Oliva*. A sua comédia de *Rubena* é uma característica *Comédia famosa*. Também o cego trovista Baltazar Dias converteu na Tragédia do *Marquês de Mântua* o romance narrativo dos *pliegos sueltos* castelhanos. A Escola de Gil Vicente dominou em Portugal em todo o

⁸⁷ Esta carta vem transcrita na *Revista Lusitana*, vol. VII, p. 98.

⁸⁸ Vêm resumidos nos *Contos Tradicionais do Povo Português*, II, n.ºs 151 a 167.

século XVI e XVII, cristalizada na forma de Auto, vencendo as formas da comédia clássica italiana e a comédia famosa espanhola, e conservando sempre o seu espírito nacional. Esta actividade literária, que antecedeu a transformação do Romance em Espanha, justifica a pobreza do nosso Romanceiro, sem que daí se conclua por uma aparente falta de originalidade. E o que há mais para notar é a contribuição dos talentos portugueses cooperando com comédias famosas escritas em castelhano para o esplendor do teatro espanhol.

Afonso Álvares. – Improvisador satírico e compositor de Autos hieráticos ainda hoje populares, viveu em Évora como criado da casa do Bispo D. Afonso de Portugal, vindo depois do falecimento deste para Lisboa, onde constituiu família, ensinando meninos a ler e escrevendo *Autos a pedimento dos mui honrados e virtuosos cónegos de San Vicente*. Conhecem-se algumas circunstâncias da sua personalidade pela *Querela* em quintilhas em que retrucou contra os chascos do afamado dizidor António Ribeiro Chiado, que desde Évora já se hostilizavam. Como *mulato*, de raça inferior e filho de uma forneira, o apoda o Chiado:

Eu não sei onde nasceste,
cão, *mulato*, mu, rafeiro,
Tua mãe esteve em forno.
És tão boçal, que me estou rindo
como sofres tal sejourno.

Eu te vi já em Arronches
ser cativo de um Sequeira...

Com os diabos armas laços
cães em suas armadilhas,
nascem-te filhos e filhas,
os machos mulatos baços
e as fêmeas são pardilhas.

O pobre poeta, a quem o frade bargante diz com desdém: «olhai que *passais de velho*», replica-lhe aos insultos:

Tu não achas mais em mim
que *dar nesta cor presente,*
pois que Deus me fez assi,
e não tão mão como ti
dou-lhe graças de contente.

Lembra-lhe a antiga amizade com que o acolhera:

Deveras, porém, em razão
Ingrato, desconhecido,
que me achaste percebido
sempre com obras de irmão
mais que de ventre nascido.

Que, se não foram filhinhos

*e a honra que mantenho,
eu te fizera canhenho
de pernas, mãos e focinho
pela virtude do Lenho.*

Os seus Autos de *Santa Bárbara*, e de *S. Tiago* e de *S. Vicente* são simples dramatizações das narrativas da *Legenda Áurea*, com pouco relevo poético e muita credulidade. Mereceram apesar disso cortes da censura impostos nos índices Expurgatórios. No *Auto de Santo António*, escrito em 1531, como se verifica pela circunstância da *peste e terramotos* de 26 de Janeiro desse ano:

*E por estas cousas tais
vem a rigorosa peste
e estes tremores tais...*

ele descreve o tipo do Vilão, que vem à festa dos pescadores de Alfama, com traços característicos. Pela estrutura do Auto, que termina por uma oração litúrgica, parece ter sido representado na igreja. Debalde procuraram opor este rival falho de Sentimento poético a Gil Vicente.

António Ribeiro Chiado. – Fora na sua mocidade donato dos frades franciscanos de Évora, professando na Ordem com o nome de Frei António do Espírito Santo, entregando-se depois à vida airada como *bargante* e *dizidor*, sendo preso por mandado do seu geral ou comissário e como reincidente expulso definitivamente da Ordem. Pelas *Querelas* em quintilhas que teve com o mulato Afonso Álvares, foram-lhe assacados factos íntimos que desenham ao vivo a sua personalidade. Assacando-lhe a baixa origem, escreveu Afonso Álvares:

*Nasceste de regateira
e teu pai lançava solas,
donde apreendeste parolas
e os anexins da ribeira
do que cá tinhas escolas.*

E diz mais: não pode ser que os de ruim vilão deixem de mostrar quem são; que ninguém pode fazer de vil raposo leão.

*Assi que de sapateiro
não pode vir cavaleiro;
nem de regateira pobre
pode nascer filho nobre.*

E repelindo os ataques satíricos do frade ribaldo, compara a sua situação:

*Que nunca cosi correia
nem menos lancei tacão,
faço obra do que são,
e a cor não me desfeia,
minha honra e discrição.*

Fere-o aludindo ao enxovalho do hábito monacal:

Porque se vos enganais
com ter a roupa comprida,
com isso não me fartais,
que o que jaz nela metida
quero que me o digais.

E porém, *se tu praguejas*
da mãe que te trouxe em si,
como não dirás de mi?
Mas já sei que são invejas
que o mundo sabe de ti.

Chamas-te *do Espirito Santo,*
tão fora de nunca o ter!
Porque quem tal nome quer
há-de ser santo; *por tanto*
a ti não pode caber.

António Ribeiro Chiado era arrastado pelo seu temperamento à vida dos goliardos da tradição medieval escolaresca; evadiu-se do convento em uma dessas usuais aventuras; preso e penitenciado no aljube, tomou a escapar-se, vindo viver secularmente em Lisboa, à custa das suas habilidades de repentista. Afonso Álvares assim o retrata:

Mas tu, que, velhaco velho
por bolires co *trebelho,*
foges pela contra-mina,
e pois te dão disciplina,
porque tomas mão conselho.

E tu queres ser *rufião*
e beber, como francês
e comer, como alemão,
e falar velha e vilão,
e dar aos Frades mão mês!

Quando já vivia em Lisboa próximo do convento do Espírito Santo da Pedreira, na Calçada de Paio de Novais que o vulgo denominava *Chiado*, a que deveu o apelido, o ex-frade continuando a sua vida dissoluta frequentava o Pátio das Fangas da Farinha, e por esse estímulo começou a escrever os seus Autos graciosos. Afonso Álvares retrata-o nesta vida de Lisboa por 1542, em que ele teve intimidade com Camões:

Porque eras *tão conhecido*
por sacerdote perdido,
com fama de gracioso,
sem graça de virtuoso,
que era mal serdes sofrido
sem castigo rigoroso.

Que não ficava serão
onde vós Frei mexilhão
não fosses meter o saco,
com vossas graças de vão
falando velha e vilão,
feito vasilha de Baco.

Vê-se que além de compositor de Autos, o poeta Chiado era também imitador de tipos populares, falando de *velha* e de *vilão*, com uma graça inventiva que suscitou o interesse de Jorge Ferreira de Vasconcelos, Escrivão do Tesouro Real, que falaria dele com tal interesse, que D. João III quis ouvi-lo. Prova-o o *Auto da natural invenção*, que foi representado diante do rei, mau grado as muitas irregulares circunstâncias da vida. Jorge Ferreira de Vasconcelos, na sua comédia *Aulegrafia* (fl. 126) de 1544, alude ao citar umas copias do celebrado dizidor: – «Torná por alla; que concierto de razones! – Isso é vosso? – Senhor, não; é do escudeiro *Chiado*. – *Em algumas cousas teve veia esse escudeiro.* » E um personagem estranhando o tratamento de *escudeiro*, protesta em seu favor: «como que não procedessem muitos de *mais baixos troncos.*» Camões cita o seu nome com estima no prólogo gracioso do Auto de *El-Rei Seleuco* de 1546: «Aqui me veio às mãos sem piós nem nada, e eu por gracioso o tomei; e mais, tem outra cousa, que uma trova fá-la tão bem como vós, como eu ou como o *Chiado.*» Andaram os dois poetas nas estúrdias nocturnas por Pátios e Corros de Comédias, e nessas vacações e paragens na taverna do Malcozinhado pôs o Chiado a Camões a alcunha de *Trinca-Fortes*. Com todos estes acidentes e contactos com a vida do povo os Autos do Chiado estão repassados de traços vivos e definidos dos costumes portugueses. Poucos são os Autos que restam, mas por eles se poderá fixar a época da representação. Na *Pratica de outo Figuras* alude-se ao casamento da Princesa D. Maria com Filipe II em 1543, e à concentração na fortaleza de Mazagão. No *Auto das Regateiras* fala da partida de D. Sebastião para Almeirim no Inverno de 1568, e na quebra da moeda que antecedeu a Peste grande de 1569. A *Pratica de Compadres* pode fixar-se em 1572, aludindo à vitória de Lepanto, que acabou com o temor da vinda do Turco. O *Auto de Gonçalo Chambão*, de que existiam edições de 1613, 1615 e 1630, acha-se completamente ignorado. O poeta assistiu às grandes calamidades do último quartel do século XVI, falecendo em 1591.

Baltazar Dias. – De todos os poetas da escola vicentina foi o querido do povo, cuja simpatia ainda dura, sendo lido e representado pelas aldeias; *Homem carecido de vista*, se lê dele em um manuscrito do século XVII, o que no alvará de 20 de Fevereiro de 1537 com o privilégio para a publicação das suas obras se confirma: «faço saber que Baltazar Dias, *cego, da ilha da Madeira*, me disse per sua petição que tem feitas algüas obras assi em prosa como em verso, as quais foram já vistas e aprovadas e algüas delas imprimidas, segundo podia ver por um púbrico estromento que perante mi apresentou. E por quanto ele quer mandar imprimir as ditas obras que tem feitas e outras que espera de fazer, *por ser homem pobre e não ter outra industria pera viver por o carecimento de sua vista* se não vender as ditas obras, me pidia houvesse por bem, por lhe fazer esmola, dar-lhe privilegio pera que pessoa alguma não possa imprimir nem vender suas obras sem sua licença, com certa pena.» Concedido o privilégio e imposta multa de trinta cruzados ao contrafactor, impôs-se-lhe: «se ele fizer algumas obras que toquem em cousa de nossa santa fé, não se imprimiram sem primeiro, serem vistas e enjaminadas por Mestre Pedro Margualho, e vindo por ele vistas, e achando que não fala em cousa

que se não deva falar, lhe passe disso certidão, com a qual certidão hei por bem que se imprimam as tais obras e doutra maneira não.»

Estes rigores da censura eclesiástica foram sistematizados no primeiro índice dos Autos condenados pelo Cardeal Infante D. Henrique em 1551, e pelos que proibiram os Autos sobre assuntos tirados da Bíblia e dos Evangelhos. Perderam-se o *Auto del-rei Salomão*, o *Auto da Paixão de Cristo* metrificado, o *Auto da Feira da Ladra*. São ainda de uma grande actualidade o *Auto de Santo Aleixo* e o *Auto de Santa Catarina* formados nas narrativas da *Legenda Áurea* e a tragédia do *Marquês de Mântua*. Tinha um vivo sentimento poético, que faz com que ainda sejam lidas pelas aldeias a *História da Imperatriz Porcina*, a *Malícia das Mulheres* e os *Conselhos para bem casar*. Por uma estrofe desta sátira popular sabe-se que viveu os seus últimos anos na Beira:

Vossa fama pregoeira
Me faz esta vos mandar,
Posto que *estou nesta Beira*
Tão remoto de trovar,
Que não faço trova inteira.

Bem mereciam todas estas obras de cunho clássico dispersas em folhas volantes, ficarem reunidas em um volume com uma cuidada recensão literária. Supõe-se ter falecido pelo fim do reinado de D. Sebastião.

Luís de Camões. – Porque preferiria o poeta que deu à escola italiana a perfeição suma no género lírico e épico, a forma do Auto vicentino para a sua criação dramática? Pelo prólogo em prosa dialogada do *Auto de El-Rei Seleuco*, vê-se que o poeta frequentava os Pátios e Corros das Comédias, e as representações por casas particulares, como era então de uso, adoptando o estilo que estava mais no gosto dominante. O *Auto de El-Rei Seleuco* representou-se em casa de Estácio da Fonseca, enteado de Duarte Rodrigues, reposteiro de D. João III, e o prólogo exhibe os preparativos da récita. Também no *Auto dos Dois Irmãos*, António Prestes tem uma cena inicial em prosa, em que o Autor e um Licenciado discutem o gosto da peça que se vai representar. Diz o Licenciado: «que cartimpácio é esse que trazeis, e é já isso armardes-vos de tapeçarias d'Auto pera a festa?» E como o Autor responde que mais quisera uma *armação de atuns*, continua o Licenciado: «Não; todavia bom é hũa talhada de Auto do Natal até aos Reis, dos Reis até ao Entrudo; sois rogado, sois chamado, sois gabado de S. Nicolau como pião, etc., sabem-vos o nome, não is por rua que vos não vejam, das janelas vos chamam: – Senhor, onde fazeis esta noite?» Também o poeta Chiado nas *Parvoíces que acontecem muitas vezes*, aponta a de: «Quem consente lhe façam em casa Farsas e dá dinheiro por elas.» Prestes caracteriza o gosto dos Autos do Natal «em que pez a quem o fez, hão-de ser boos, hão-de ter letra que esmeche figuras, que escachem Entremezes, Passos novos e algados em riso, vivos por saudades, por fio de mel, se não fazei Autos a rolas viúvas, que não ríem, nem põe pé em ramo verde, nem bebem água crara, e tudo são

Pariome madre
huma noite escura.

«nuns querem que se mate a Donzela, outros que mate o Escudeiro; uns Duques que quebrem encantamentos e levem os Marqueses pela mão; outros cousa do tempo

corrente cada dia, e vista pelos olhos; e desta maneira, senhor Licenciado, é necessário que um Autor se meta no Limoeiro das vontades de todos os ouvintes...» Também no *Auto de El-Rei Seleuco*, o Mordomo diz aos espectadores: «Eis, senhores, o Autor per me honrar nesta festival noite, me quis representar uma farsa; e diz, que por não se encontrar com outras feitas, buscou uns novos fundamentos para a quem tiver um juízo assi arrazoado satisfazer.» Também Pedro de Andrade Caminha dirigiu uma Letrilla *A ùia Dama, que em um Auto que representaram entre si representou de Matante*:

Matante de olhar e graça,
Agora de espada e capa,
Se a vida às armas escapa,
A alma no mais se embaraça.

O *Matante* era o tipo do Auto português, como o *Miles gloriosus* da comédia latina, ou o *Scaramuche* da do teatro italiano, ou o Guapo e Temerone das Comédias famosas. Camões tomou os seus temas da mitologia e da história grega com os *Anfitriões* e *Seleuco*, dando-lhe a espontaneidade da forma medieval. O *Auto de Filodemo* fê-lo representar em Goa em 1555, nas festas da investidura do Governador Francisco Barreto, como se sabe pelo texto trasladado por Luís Franco. O poeta morreu desconhecendo essas suas três perdidas composições dramáticas.

António Prestes. – Natural de Torres Novas, donde foram os dois poetas dramáticos Simão Machado e Jerónimo Ribeiro seus contemporâneos, António Prestes foi o mais fecundo e popular representante da Escola Vicentina depois de António Ribeiro Chiado. Era *enqueredor do cível de Santarém*, circunstância que lembra a profissão judicial dos *Cleres de la Bazoche*, criadores do velho teatro francês, e se reflecte nos seus *Autos do Procurador*, e do *Desembargador*. Em frente do *Auto dos Cantarinhos*, lê-se: «representado nesta cidade de Lisboa.» O seu nome encontra-se no Livro do Lançamento e serviço que a Cidade de Lisboa fez a El-Rei no ano de 1565. António Prestes conhecia as lutas contra a nova Escola italiana, que no teatro imitava as Comédias de Ariosto; no prólogo do *Auto dos Dois Irmãos*, diz o Licenciado: «aqui ha homens que fazem muito bem, e que têm as penas muito certas e as veias abundantes, e não seria mão registardes vossas cousas por eles.» Ao que responde o Autor: «mas eles não fazem bem se não pera afocinharem os que esbarram, e para os melhores que desse mester foram nos não receberem nossa defesa, *seguem Ariosto italiano* pera lançarem o Português das contraditas; e *imitam Petrarca*, lêem *Sannazaro*, *escrevem Garcilaso*, não porque lhe cheguem, mas para com esses zombarem de nós outros autores formigueiros; a mim dizem-me: Foão, senhor, é cousa o que faz, que faz decer as aves; fez tais *Sonetos*, tais *Epigramas*, tal *Epitáfio*, tem feito *Églogas*, *rimas soltas*, *rimas encarceradas*, que é nadardes em pasmos, – hüs senadores muito seus – pela terra lhe triunfam fama que o carro dela leve debaixo a nossos *Autos* de coscoram...» O *Auto da Avé-Maria* é uma composição extensa com personagens alegóricos no gosto da antiga Moralidade; aí alude às músicas *jusquinas*, das árias da corte de Josquin des Près; e fala com desprezo dos *Sonetos emboscados*, ou imitados de Boscan. No seu ódio contra a escola italiana, também aí se revolta contra as regras clássicas da Architectura, personificando em um Diabo Vitrúvio, cuja autoridade era sustentada por Francisco de Holanda no seu regresso de Itália (1547-48). Há aí uma cena interessantissima para a história da Arte em Portugal. António Prestes conheceu as principais novelas de Cavalaria, que cita no *Auto do Desembargador*, o *Amadis*, *Esplandlan*, *D. Duardos* e *Palmeirim de Inglaterra*, e matiza as situações com trechos proverbiais dos romances

populares. Todos esses Autos são preciosos para o estudo da linguagem popular, dos costumes portugueses e das lendas medievais. Pela incorporação desses oito Autos na Coleção publicada por Afonso Lopes em 1587, pode-se inferir que Prestes era já falecido a esta data.

Na mesma coleção figura o seu patrício Jerónimo Ribeiro Soares, com o *Auto do Físico* escrito por 1544, no começo da nova reforma dos estudos de Coimbra; há também aí o tipo do Matante, e uma como paródia dos *Anfitriões*, na pessoa do médico fingido surpreendido pelo verdadeiro, tipo de astrólogo, empírico como o desenhara Gil Vicente.

Gil Vicente de Almeida. – Até Barbosa Machado chegou a tradição de que Gil Vicente tivera um filho que o suplantara no talento dramático: «excedeu o pai na poesia cómica, de tal sorte que para lhe não diminuir a glória que alcançara, foi causa para o mandar para a Índia, onde mostrou em acção militar em que gloriosamente acabou a vida, que não era menos indigno da espada que da pena.» A lenda malévola esclarece-se pela realidade histórica; o filho de Gil Vicente, e editor da *Compilação* das suas obras, Luís Vicente, Escrivão do Tesouro Real depois da morte de Jorge Ferreira de Vasconcelos, e nomeado em 10 de Julho de 1563, casou com Mor de Almeida, e deste consórcio baptizou na freguesia de Santa Cruz do Castelo um filho com o nome de Gil, em 21 de Dezembro do ano de 1553.⁸⁹ Em casa de Luís Vicente vivia uma menina, filha de D. Fulgêncio, chantre de Barcelos (filho do Duque de Bragança) e de Maria Vicente Tavares, dos Borges de Creixomil; pelo Livro do Lançamento do serviço da cidade de Lisboa, de 1565, é ela indicada pelo título vago de *neta de Gil Vicente* e dá-se Luís Vicente como *seu tio*. Estes parentescos encobriam a verdadeira filiação de D. Maria Tavares, que viuviu de Gaspar de Góis do Rego, morto em Alcácer Quibir em 1578. Gil Vicente de Almeida, que fora de pequenino criado com ela, desposou-a em 1580, indo residir para a quinta do Mosteiro. Seria um casamento de paixão, porque Mayans, no prólogo de *El Pastor de Filida* de Galvez de Montalto, citando os nomes das amadas de vários poetas, aponta: «*Gil Vicente el Mozo à Clara.*»⁹⁰ Vê-se que o poeta era conhecido fora de Portugal, distinguindo-o do antigo; daqui o espírito da tradição malévola de origem clerical. Do seu consórcio houveram uma filha, D. Antónia de Almeida, que veio a casar com D. Luís de Almeida, filho de D. Valéria Borges. Na quinta do Mosteiro vivia Gil Vicente de Almeida, tendo além dos bens herdados de seu pai e dos ofícios que nele renunciara, a entrada na posse da capela de Lourenço Esteves Bezerra e a herança de sua tia Paula Vicente. Nesta situação desafogada entregava-se aos desenfados literários, escrevendo Autos. Lê-se em uma nota genealógica «*Compôs hūs Autos, que vendem os cegos, e viveu em Matacães.*» (1569). Casou duas vezes...⁹¹ Casou com sua prima segunda Helena Gil, filha do P.^e Gil Fernandes, e neta do célebre ourives Gil Vicente, que lhe aumentou os bens pelo morgado instituído pelo testamento de seu pai, de 6 de Agosto de 1567.

Barbosa Machado atribuiu ao velho fundador do Teatro nacional o *Auto da Donzela da Torre*, que nas folhas volantes do século XVII se diz: *Jeito por Gil Vicente da Torre*. O exemplar que passou da livraria de Salvá para a de Gayangos, vem com o título «*Auto da Donzela da Torre, chamado do fidalgo português.*» Auto feito por Gil Vicente da Torre, no qual representa, que andando um Fidalgo perdido num deserto

⁸⁹ Este Luís Vicente tem andado confundido com os seus homónimos Luís Vicente de Crasto, fidalgo de Torres Vedras, morador da quinta do Mosteiro; e também com o outro que era em 1555 tabelião em Santarém. Corrige o estudo da *Escola de Gil Vicente*, p. 224 e 255, nota.

⁹⁰ Hazañas y la Rua, Obras de Gutierre de Cetina, I, p. LVI.

⁹¹ Ms. 306 da *Col. Pombalina*, fl. 202. Bibl. Nac.

achou uma Donzela fechada numa Torre, a qual tirou por uma corda que tomou a um pastor, e depois veio um Castelhana que a tinha fechado e foi apôs o Fidalgo, e ficou o Castelhana vencido.» Barbosa cita uma edição de Lisboa por António Álvares de 1463, in-4º a que possuiu Gayangos é do mesmo impressor, de 1625, in-4.º de 16 páginas. Cita-a Barrera y Leirado no seu Catálogo.

No exemplar do *Auto de D. André*, impresso por Vicente Álvares em 1625, que se guarda entre as raridades, lê-se no índice manuscrito da colecção factícia: *Autor Gil Vicente*, e depois: *De Gil Vicente de Almeida*. É inadmissível esta segunda referência, porque provado oficialmente o nascimento de Gil Vicente de Almeida em 1553, o *Auto de D. André* já aparecera proibido pelo índice espanhol de 1559. Nem mesmo poderá atribuir-se a seu avô, por uma referência aí feita a André Soares, magistrado e poeta sob o governo de Filipe II:

Onde é meu Senhor Valadares,
PAGEM Certo, senhor, não sei,
se não é com André Soares,
será a falar com El Rei,
não erram um destes lugares.

Também uma indicação da forma do Soneto precisa a época da sua composição, quando era triunfante a escola italiana:

Antes que daqui partamos bom será primeiro dizer
um Soneto de prazer;
ora sus, moços, vejamos
quanto é vosso saber.

Também Barbosa sob a fé de Faria e Sousa lhe atribui o *Auto de D. Luiz de los Turcos*, completamente perdido.

Simão Machado. – Era natural de Torres Novas e filho de Tristão de Oliveira e Garcia Machado; a sua habilidade poética acha-se manifestada no certame métrico na entrega das Relíquias em S. Roque em 25 de Janeiro de 1588, a que concorreram Diogo Bernardes e Pero de Andrade Caminha. A sua *Comédia de Diu*, em duas partes, já corria impressa em 1601; baseava-se no facto histórico da vitória de Nuno da Cunha sobre Badhur, assegurando assim o império definitivo de Portugal no Oriente depois das conquistas de Afonso de Albuquerque. Patenteia a transformação do romance narrativo na *Comédia famosa*, que ia absorver todos os ingénios no século XVII. A *Comédia da Pastora Alfea* é uma aparatosa mágica em que mistura a língua portuguesa com a castelhana e italiana, no gosto das *tramóias* do teatro generalizadas no século XVIII. Ao contrário do Chiado, Simão Machado deixou o teatro, fazendo-se frade franciscano com o nome de Fr. Buenaventura Machado, em um convento de Barcelona, publicando aí em 1637 a *Silva de espirituales e morales pensamientos*. No fim da *Comédia Alfea* justifica-se do emprego da língua castelhana:

Vendo quão mal aceitais
As obras dos naturais,
Fiz esta *em língua estrangeira*,
Por ver se desta maneira
Como a eles nos tratais.

*Fio-me no castelhano,
Fio-me em ser novidade...*

Muitos são os Autos anónimos, que pertencem ao século XVI, raríssimos quase todos e outros totalmente perdidos; apontamos o Auto de *Guiomar do Porto*, tipo cómico da alcaiota, um arremedo da *Celestina*, muito imitada como notou Jorge Ferreira; os Autos do *Duque de Florença* e *Florisbel*, com certa frouxidão na sua estrutura; o Auto dos *Escrivães do Pelourinho*, e os belos Autos hieráticos *Dia de Juízo*, da *Geração de Adão* e de *Deus Padre, Justiça e Misericórdia*. A Censura eclesiástica pelos seus índices Expurgatórios fez com que muitos Autos se perdessem, como o *Auto de Brás Quadrado*, ainda representado em Goa, no tempo de Camões, e quatro Autos de Gil Vicente proibidos pelo *Rol de Livros defesos* pelo Cardeal-Infante-Inquisidor de 1551: *O Auto de Pedreanes* por causa das matinas (*Clérigo da Beira*), o *Auto do Jubileu de Amores*, *Auto da Aderência do Paço* e o *Auto da vida do Paço*. No *Genethliacus Principis Lusitani*, de André de Resende, descrevendo a festa no palácio do embaixador O. Pedro de Mascarenhas, refere que aí se representou com grande aplauso uma Comédia de Gil Vicente, que anteriormente representara na corte. Que comédia seria? D. Carolina Michaëlis encontrou na correspondência do Legado Alexandre, núncio de Clemente VII, uma carta de 21 de Dezembro de 1531, que descreve o escândalo da representação do *Jubileu de A mores*: «Fôramos convidados – juntamente com os mais distintos conselheiros do Imperador e muitos outros barões e nobres desta corte, para assistirmos a um banquete do Embaixador português, o qual fazia inauditas festas por causa do nascimento de um herdeiro do seu rei, primeiro ao Imperador e a Rainha sua irmã, e em seguida a nós. Aí foi representada perante toda a assembleia uma Comedia em castelhano e português, que sob o titulo de *Jubileu de Amor* era uma sátira manifesta contra Roma, chamando às coisas pelo seu nome, que de Roma e do Papa não vinha senão mercancia de indulgencias, e quem não desse dinheiro não era absolvido mas excomungado outra vez; e assim começou e prosseguiu até ao fim a Comedia; e havia um personagem que falava, vestido com um roquete de bispo, e fazia de bispo trazendo um barrete cardinalício na cabeça, obtido de casa do reverendíssimo Legado, emprestado sem que os nossos soubessem para o que seria; e era tanto o riso de todos, que parecia geral o jubilo; em mim, verdadeiramente o coração confrangia-se, parecendo-me estar no meio da Saxónia a ouvir Lutero ou estar nos tormentos do Saque de Roma, etc.»⁹² Além dos índices Expurgatórios os Jesuítas atacavam os Pátios das Comédias; o P.^e Inácio de Azevedo, com uma bandeira negra chamada *Pendão da Santa Doutrina*, arrebanhava as crianças quando saíam da escola e com elas invadia os Corros e Pátios, saltando para a cena, e interrogando-as pela sua Cartilha. Apesar da irracional devastação, a Escola Vicentina, alimentada pela tradição nacional, penetrou profundamente nos costumes, florescendo no século XVI como escritores de Autos Simão Garcia, João de Escobar, Francisco Luís, Fr. Brás de Resende, Fr. António de Lisboa, Gaspar Gil Severim, António Peres, e outros. Os autos populares mantiveram o uso da língua portuguesa depois da perda da Nacionalidade, adoptando de preferência o castelhano os cultos e eruditos, dos quais escrevia Jorge Ferreira: «Somos tão incrinados à língua castelhana, que nos descontenta a nossa sendo dina de mais estima...» (*Aulegr.* fl. 56 vº).

⁹² Ap. *Notas Vicentinas*, p. 20. Facto já apontado na *História da Reforma religiosa na Alemanha* de Bezold.

4º O A *Plêiada portuguesa (Escola Mirandina)*

A influência da Itália na literatura portuguesa começa no tempo de D. João II, quando os filhos do chanceler João Teixeira iam estudar junto do grande humanista Angelo Policiano; torna-se exclusivamente filológica sob D. Manuel, quando Aires Barbosa introduz em Portugal e Espanha a cultura da língua grega e André de Resende generaliza a composição da poesia latina e a redacção da prosa ciceroniana; a terceira fase, corresponde ao meado do século XVI, sob D. João III, quando as modernas formas da poesia italiana e a imitação dos poetas gregos e latinos, no lirismo, na comédia e tragédia e na epopeia foram ensaiadas pelo grupo dos *Zagais da Estremadura* sob a iniciativa de Sá de Miranda. Estas mesmas três fases se observam na literatura francesa, sob Carlos VIII, Luís XII e Francisco I, e depois de 1589 sob Henrique II, quando Ronsard tentou com a *Plêiade* ou a *Brigade* a renovação da poesia, libertando-a dos moldes medievais. Não são estas fases um paralelismo casual; no *Quadro da Poesia francesa no século XVI*, Sainte-Beuve tratando de Ronsard e dos poetas que intentaram com ele a renovação das formas poéticas, derruindo o estilo de Marot, assenta esta base crítica: «Não me passou despercebido, que a missão de Ronsard na França, como introdutor de ritmo e formas poéticas novas, era em muitos aspectos a mesma de Garcilaso de la Vega e de Boscan para a Espanha, de Sá de Miranda para Portugal, de Spencer em Inglaterra; predominou um tom mais ou menos análogo entre estes poetas da Renascença, cuja iniciativa vinha da Itália. Estes diversos destinos tão pouco relacionados ao perto, considerados à distância tomam desde logo um carácter de fatalidade e de conexão entre si; sob qualquer disposição agrupam-se em uma mesma zona literária, e parecem diferir apenas em leves cambiantes.» (*Op. cit.*, p. 303).

Ao grupo que cooperava na iniciativa de Ronsard, denominado a *Plêiade*, em que Du Bellaye foi o porta-estandarte doutrinário, corresponde a dos que em Portugal seguiram o pensamento de Sá de Miranda, e em que o Or. António Ferreira definiu o gosto clássico em a disciplina crítica. E em tudo se assemelhavam estas duas correntes; o espírito medieval contra a imitação clássica sustentado em Rabelais, achava em Portugal o seu genial representante em Gil Vicente, tendo começado o seu conflito com os humanistas em 1523. A *Plêiada* francesa, assim designada à imitação do grupo de literatos alexandrinos sob Ptolomeu Filadelfo, definiu-se entre os seus numerosos sectários, em Ronsard, Du Bellaye, Dorat, Belleau, Jodelle, Baif e Pontus de Thyane; em Portugal os *Zagais da Estremadura*, assim designados por Sá de Miranda, eram o Dr. António Ferreira, Pedro de Andrade Caminha, Diogo Bernardes, D. Manuel de Portugal, Francisco de Sá de Meneses, Frei Agostinho da Cruz e em seu lugar André Falcão de Resende. Na Carta VIII, do *Lima*, Diogo Bernardes aponta estes poetas como a constelação, em que confunde outros já esquecidos:

Tens o nosso *Ferreira* e tens *Castilho*
E dous *Andrades*, todos luz do monte
Dos quais Febo, eu não só me maravilho.

Tens *Silva*, tens *Silveira*, que na fonte
Após Miranda se banharam logo:
E por que mais em outros não te aponte;

Tens o de *Portugal*, que em claro fogo
De um raro amor se vai todo abrasando
Sem lhe valerem lagrimas nem rogo.

Destes, teu doce canto vá soando,
Destes, escuta tu o doce canto,
Não *de mim*, que já rouco em serras ando.

Os eruditos humanistas escreviam e versejavam exclusivamente em latim, desdenhosos da língua nacional; os poetas das Plêiades proclamando a imitação dos gregos e latinos reclamavam todo o esmero e simpatia para a linguagem vulgar. Du Bellaye, na *Defesa e ilustração da Língua francesa*, datada de Fevereiro de 1549, increpa esse exclusivismo humanista: «Condenar uma língua como taxada de impotência, é pronunciar com arrogância e temeridade, como fazem hoje em dia alguns dos nossos nacionais, que, a não serem Gregos e Latinos, desprezam e rejeitam com supercílio mais que estóico, tudo quanto é escrito em francês. Se a nossa língua é mais pobre do que o grego ou latim, não é à sua impotência que se pode imputar-lha, mas à ignorância dos nossos antepassados, que no-la deixaram tão mesquinha e tão despida, que ela carece de ornamentos e por assim dizer de plumagem doutrem. Não percamos coragem. Os romanos souberam muito bem enriquecer a sua língua sem sustar o trabalho de tradução; mas eles imitavam os melhores autores gregos, transformavam-se neles devorando-os, e depois de os terem bem assimilado, convertiam-nos em sangue e nutrição. Desta maneira é que precisamos imitar os gregos e os latinos.»

E condenando as formas poéticas medievais, aponta os modelos latinos, para a *imitação*: «Tu, que te destinas ao serviço das Musas, volta-te para os autores gregos e latinos; mesmo os italianos e espanhóis, de que poderás tirar uma forma de poesia mais delicada do que a dos autores franceses. – Lê pois e relê de dia e de noite os exemplares gregos e romanos; e deixa-te desse Jogos Florais de Tolosa e do Puy de Rouen, todas essas velhas poesias francesas como *Rondeaux*, *Baladas*, *Virelais*, *Cantos reais*, *Canção* e outras que tais drogas, que corrompem o gosto da nossa língua e só servem para patentear a nossa ignorância. Atira-te a esses engraçados *Epigramas* à imitação de Marcial, distila do estilo fluente das lamentosas *Elegias*, a exemplo de um Ovídio, de um Tibulo, de um Propércio; dedilha no arrabil estas *Églogas* rústicas; entoa-me estes belos *Sonetos* de sabor e agradável invenção italiana; substitui a *Canção* pela *Ode*; a *Chacota* pela *Sátira*, as *Farsas* e *Moralidades* pelas *Comédias* e *Tragédias*. Escolhe-me, à maneira de Ariosto, alguns desses belos velhos romances franceses, como um *Lancelot*, um *Tristão* ou outros, e faze-me renascer no mundo uma admirável *Iliada* ou uma trabalhada *Eneida*.»

Também nesta morfologia poética entendia-se Sá de Miranda com o Dr. António Ferreira, na sua Elegia II, apodando as velhas formas palacianas de Cancioneiro, o *Vilancete* brando, os *Chistes*, *Letras* e *Motes* agradáveis às damas, as *Perguntas*, *Tenções* e *Esparsas* tristes, quando já tão perto raiava o novo gosto de Boscão e Lasso. Em uma Carta a Pedro de Andrade Caminha, trata admiravelmente do pensamento da cultura literária da língua portuguesa, protestando contra a tendência antinacional de escrever em castelhano:

Daquela alta elegância quanta parte
Deves, tu Grécia, àquele tão louvado
Poeta, que assi soa em toda a parte!

E tu, grã Tibre, de que estás honrado
Se não com a pureza dos escritos
Daquele Mantuano celebrado!

Garcilaso e Boscão, que graça e ‘spritos
Destes à vossa língua, que princesa
Parece já a todos na arte, e ditos!

E quem limou assi a Língua francesa
Se não os bons franceses curiosos
Com diligencia de honra e amor acesa?

E vós, oh namorados e engenhosos
Italianos, quanto trabalhastes
Por serdes entre nós nisto famosos!

Assi enriquecestes e apurastes
Vosso toscano, que será já tido
Por tal, qual pera sempre o vós deixastes.

E porque Andrade Caminha escrevia a maior parte dos seus versos em castelhano, Ferreira increpa-o ardentemente:

Mostraste-te té’gora tam esquecido,
Meu Andrade, da terra em que nasceste,
Como se nela não foras nascido.

Esses teus doces versos com que ergueste
Teu claro nome tanto, e que inda erguer
Mais se verá, a estranha gente os deste.

Porque o com que podias ‘nobrecer
Tua terra e tua língua lho roubaste,
Por ires outra língua enriquecer?

Volve pois, volve Andrade, da carreira
Que errada levas (com tua paz o digo)
Alcançarás tua gloria verdadeira.

.....
Floresça, fale, cante, ouça-me e viva
A portuguesa língua, e já onde for
Senhora vá de si, soberba e altiva.

Se té’qui esteve baixa e sem louvor,
Culpa é dos que mal a exercitaram;
Esquecimento nosso e desamor.

.....
E os que depois de nós vierem, vejam
Quanto se trabalhou por seu proveito,
Por que eles para os outros assi sejam.

E na Ode I, lembrando que os nossos feitos heróicos sejam celebrados no mundo, mostra a beleza da língua nacional para esse novo Canto:

Renova mil memórias,
Língua, aos teus esquecida,
Ou por falta de amor, ou falta de arte;
Sê para sempre lida
Nas portuguesas glórias
Que em ti a Apolo honra darão e a Marte.

A mim pequena parte
Cabe inda do alto lume
Igual ao canto; o brando Amor só sigo
Levado do costume;
Mas inda em algũa parte,
Ah, Ferreira, dirão, da língua amigo!

A Carta a D. Simão da Silveira é como o manifesto da Plêiada portuguesa, diante da Escola da *Medida velha* e de novo ideal artístico:

Ficou o Mundo um tempo frio e mudo;
Veio outra gente, trouxe outra arte nova,
Em que alçou ora som grave, ora agudo.

Chamou o povo à sua invenção *trova*
Por ser achado consoante novo,
Em que Espanha té'qui deu alta prova.

Eu por cego costume não me movo;
Vejo vir claro lume de Toscana,
Neste arço; a antiga Espanha deixo ao povo.

Oh doce rima! mas, inda ata e dana
Inda do verso a liberdade estreita,
Em quanto co som leve o juízo engana.

Não foi a consonância sempre aceita,
Tão repetida, assi como a doçura
Continua o apetite cheio enjeita.

Mas soframo-la, em quanto hũa figura
Não vemos, que mais viva represente
Daquela Musa antiga a boa soltura.

Esta deu gloria à italiana gente;
Neste primeiro ardor co' o bom Miranda;
Vivam Lasso e Boscão eternamente.

Já com suas Ninfas Febo entre nós anda,
Já a lira a nossas sombras encordoa,
Responde o vale e o bosque à sua voz branda.

Por que mais Mântua e Smirna que Lisboa?

.....
Quantos antes de Homero, mal cantaram!
Quanto tempo Sicília, quanto Atenas,
Que depois tal som deram, se calaram?

Não criou logo Roma as altas penas
Com que de boca em boca foi voando.
Iguais fazendo às Armas as Camenas.

E nós inda estaremos duvidando?
E o vivo fogo que se em nós levanta,
A outra língua, ah cruéis, iremos dando?

Docemente suspira, doce canta
A portuguesa Musa, filha, herdeira
Da Grega e da Latina, que assi espanta.

Vá sempre vitoriosa a alta bandeira
Ao som da nova lira, em paz, em guerra,
Vá Lusitânia, se puder, primeira.

Quando Ferreira aspirava que o Canto heróico dos altos feitos portugueses tivesse na língua nacional a sublime expressão, já Camões trabalhava na execução desse *Pensamento novo*, e exaltava a beleza da língua nativa nos imortais versos do Episódio de Vénus, afeiçoada à Gente lusitana:

Por quantas qualidades via nela
Da antiga tão amada sua Romana,

.....
*E na Língua, na qual quando imagina
Com pouca corrupção crê que é a latina.*

No mesmo espírito, sem se conhecerem, Camões e Ronsard matizaram a linguagem poética com *neologismos*, de perfeita e bela formação literária; ambos foram criticados por esse processo estilístico já admitido. Faria e Sousa apontou muitas dessas *palavras novas*, por Camões empregadas nos *Lusíadas*, tais como *grandiloquo*, *exício*, *cerúleo*, *salso*, *argento*, *estelífero*, *Dea*, *belígero*, *obsequente*, *cógnito*, *etéreo*, *plúmbeo*, *malévolo*, *meta*, *aurífero*, *odorífero*, *rúbido*, *celeuma*, *amaro*, *imoto*, *inopinado*, *belacíssima*, *lácteo*, *horríssonos*, *incola*, *flavo*, *nítido*, *ovante*, *ebúrneo*, *canoro*, *treva*, *tálamo*, *infesto*, *inerte*, *armígero*, *intenso*, *hirsuto*, *fatídico*, *truculento*, *inópia*, *válido*, *crepitante*, *obumbrar*, *procela*, *celso*, *divícias*, *frondente*, *superar*, *undívago*, *tímido*, *prisco*, *crebros*, *equóreo*, *recíproco*, *gramíneo*, *estilante*, *ignavo*, *diáfano*, *rotundo*, *profligado*, *imbele*, *quadrupedante*, *censura*, etc.

Vê-se, por estes factos, como estava Camões na corrente do novo gosto e estilo da Plêiada portuguesa; isto torna mais flagrante o silêncio sistemático que envolveu o nome de Camões entre os poetas quinhentistas, dedicando-lhe Bernardes um soneto depois de sua morte catorze anos, e uma dedicatória de uma Epístola de André Falcão de Resende. Esse impotente desdém colocou Camões no lugar supremo e acima de todos no quadro literário do grande século de quinhentos.

Doutor António Ferreira. – Foi fecunda a sua actividade literária, embora curta a vida. Na Elegia à sua morte, escreveu Caminha: «Se teve (mágoa nossa!) a vida breve – Largo nome terá, larga memória.» Nasceu em Lisboa em 1528, sendo seus pais Martim Ferreira, escrivão da fazenda do Duque de Coimbra D. Jorge de Lencastre, e D. Mécia Fróis Varela. Por esta situação do pai explica-se⁹³ a intimidade literária que teve o poeta com os filhos do Duque e como na Livraria da Casa de Aveiro (em que foi mudado o título) pode consultar o manuscrito do *Amadis de Gaula* em português, como o manifestou nos dois sonetos em linguagem arcaica. Começou a frequentar a Universidade de Coimbra nessa florescente época em que se fundou o *Colégio Real*, em que vieram professar os mestres franceses sob a direcção do insigne Principal do Colégio de Bordéus André de Gouveia. Foi ao contacto destes professores, entre os quais se distinguia o humanista Diogo de Teive, que Ferreira adquiriu uma bela disciplina filológica, tomando conhecimento dos autores latinos e gregos, que ele soube conciliar com os poetas italianos, imprimindo ao seu lirismo uma certa beleza clássica. Mas todos esses modelos não poderiam animar-se no seu espírito, fazê-lo sentir a beleza se uma vibração emocional lhe não viesse revelar a realidade da vida no ideal do amor. Teve aí em Coimbra um primeiro amor, que o fez sofrer, porque não foi correspondido, talvez por diferença de idade, O seu amigo Caminha alude a essa crise afectiva:

Olha o menino-cego,
Que em teu peito assentado,
Quer ser de ti cantado
Ora em repouso, ora em desassossego;

*Diga-o teu Mondego,
Que já cantar te ouviu,
Já chorar te sentiu
Tudo em canto e som dino.
De se esquecer por ele o peregrino.*

(*Ode III*)

Os primeiros trinta e dois Sonetos são a sentida história deste mesmo amor; em seis Sonetos alegoriza o apelido dessa senhora, referindo-se intencionalmente à palavra *Serra*:

S'erra minha alma em contemplar-vos tanto
E estes meus olhos tristes em vos ver,
S'erra meu amor grande em não querer
Crer que outra cousa há hi de mor espanto;

S'erra meu 'sprito em levantar seu canto,
Em vós e em vosso nome só escrever,
S'erra minha vida, em assi viver
Por vós continuamente em dor, em pranto;

⁹³ No Nobiliário de Meireles, tít. *Ferreiras Leites*, seu avô paterno foi Rui Ferreira, instituidor do Hospital de S. André, em Leiria, que deixou em morgado a seus descendentes; e avós maternos João Fróis de Brito, de Torres Novas, e Leonor Vareta. (Fl. 213).

S'erra minha esperança em se enganar,
Já tantas vezes, e assi enganada
Tornar-se a seus enganados conhecidos;

S'erra meu bom desejo em confiar
Que algũa hora serão meus males cridos,
Vós em meus erros só sereis culpada.

(*Son. VIII*, P. 1)

Aquele sol formoso, que na *Serra*
Nos soe amanhecer, vós o encobristes...

(*Son. XIII*)

Eu como abrandarei hũa dura *Serra*,
Por quem as noites choro, choro os dias,
E não me ouve, nem vê, nem crê, nem fala.

(*Son. XXII*)

No Soneto XLVI, pelo seu regresso de Lisboa a Coimbra, revela como soube curar-se da dorida paixão. Camilo Castelo Branco, referindo-se a um estudo de Júlio de Castilho acerca de Ferreira, diz: «Notou – que a palavra *Serra* se repetia em muitas poesias e só de uma assentada seis vezes num soneto, já com 5 grande, já com 5 pequeno. – Ora, em Coimbra houve por este tempo uma família nobre e antiga Moraes da *Serra*, inferiu – que a primeira amada de António Ferreira pertencesse a essa família.

«Posso coadjuvar a conjectura... Quando António Ferreira frequentava a Universidade, havia em Coimbra uma família *Serra*... Diogo da *Serra* viera para Coimbra no reinado de D. João III, e casara com D. Maria Dias Barbosa. Tiveram dois filhos – António e D. Jerónima. António casou com D. Filipa de Moraes, filha de Francisco de Moraes Cabral, o autor do *Palmeirim*... Quanto a Jerónima, que podia ser a amada do poeta, essa não casou, viveu até 26 de Março de 1614, e no seu testamento ordenou que de seus bens se fizesse um morgadio em que sucedeu seu sobrinho Paulo da *Serra* de Moraes. – Também me quer parecer que Diogo Bernardes, amigo de António Ferreira, aludia a esta *Serra* no Soneto XCVI dirigido ao poeta:

Ferreira, eu vi as claras e formosas
Aguas do teu Mondego irem chorando
As lembranças do tempo que cantando
Andavas nas suas praias saudosas.

Não vi os brancos lírios nem as rosas
Vermelhas, que mostrava o campo, quando
A *serra* docemente ias chamando
Com vozes namoradas e queixosas.

Camilo reconhece uma intenção misteriosa ligada ao vocábulo *Serra* no verso de

Bernardes.⁹⁴

António Ferreira curou-se dessa angustiosa paixão com um outro amor; ele o confessa, ingenuamente:

Em duas partes deixei lá partida
Minha alma saudosa. Amor o sabe.

(*Son. XXIII*, P. 11)

E no Soneto XLV desenha o quadro moral dessa transfiguração:

A ti tomo, Mondego, claro rio
Com outr'alma, outros olhos e outra vida.
Que foi de tanta lagrima perdida,
Quanto em mim me levou um desvario?

Quando eu co rosto descorado e frio
Soltava a voz chorosa e *nunca ouvida*,
Daquela mais que *Serra endurecida*,
A cuja lembrança inda tremo e esfrio.

Doce engano de Amor! que me escondia
Debaixo de vás sombras, que passaram,
Outro ditoso fim, que a alma já via.

Já à minha noite amanheceu um dia,
Já riem os olhos que tanto choraram,
Já repousa em boa paz, boa alegria.

António Ferreira deu realidade ao seu belo sonho de Amor, em uma ilustre casa das vizinhanças de Almonda; por uma Elegia de Caminha e em dois Epitáfios revelamos o nome dessa dama que foi esposa do poeta, *Maria Pimentel*. Ferreira descreve essa impressão primeira:

Quando vos vi, senhora, vi tão alto
Estar meu bem, que logo ali em vos vendo
O achei juntamente, e fui perdendo
Ficando num momento rico e falto.

E tal foi de vós ver o sobressalto,
Que os olhos outra vez a vós erguendo,
Senti a vista e sprito ir falecendo,
Quando me olhei e vi posto tão alto.

(*Son. XXXVI*)

Doce *amor novo meu*, tão bem louvado...
Amor doce, que em mim *de novo criando*

⁹⁴ *Narcóticos*, p. 167-169.

Novo desejo, novo sprito e santo...

(*Son. XXXIV*)

A parte segunda dos Sonetos é consagrada à querida esposa, que prematuramente perdera:

Ninfas do claro Almonda, em cujo seio
Nasceu e se criou a alma divina,
Que em tempo andou dos céus cá peregrina,
Já lá tornou mais rica do que veio.

Maria, da virtude firme esteio...

Camilo fixa o casamento com D. Maria Pimentel quando o poeta contava vinte e nove anos, por ocasião do seu despacho:

Depois de *cinco lustres*, já aquela hora
Qual ao mundo me mostrou em noite escura,
Me torna a *quarta vez*, e com brandura
Do mão planeta me defende agora.

«Parece dizer, que aos vinte e nove anos a sua fortuna tinha melhorado em resultado do despacho. – Com os seus 50\$ de ordenado anual e desembargador, na pujança dos vinte e nove anos, queria uma esposa e então pedia a Deus que o guiasse. – Não deixou o poeta algum Soneto comemorativo da sua felicidade como esposo de Maria Pimentel viva. É que ela viveu tão pouco tempo, que lhe não deu uma vaga para idealizar alegrias que o embargavam pela sensação. A mulher que se deseja poetiza-se angelicamente; a que se possui adora-se humanamente; e a que se amou e se perdeu volta em espírito à poesia da saudade... Os Sonetos da sua dor são primorosos, são as jóias de toda a sua alma, as únicas pouco maculadas da rapsódia dos latinos.» (*Narcót.*, p. 178). Durou três anos esse período de ventura; não houve filhos que vivificassem as suas saudades. Em 1557 achava-se Ferreira em Lisboa, donde remete uma carta ao Dr. António de Castilho, datada de 3 de Julho, e começa a coligir e coordenar os seus versos, com o título de *Poemas lusitanos*. Pela dedicatória deste livro em 1598 se lê: «Esteve este livro por espaço de *quarenta anos, assi em vida de meu pai, como depois do seu falecimento*, oferecido por vezes a se imprimir...» Vê-se que desde 1558 tinha Ferreira a sua obra pronta para se imprimir, tirando-se daí a prova de que a *Tragédia Castro* estava já escrita, e determinada a época em que fora lida por Diogo Bernardes.

A colecção dos *Poemas lusitanos* foi um refúgio moral para o poeta na sua inesperada viuvez inconsolável. Na Elegia V, o mais «sentido trecho de poesia que nos deixou o século XVI», no dizer de Camilo, vê-se o estado de sua alma neste lance:

E pude eu ver aquela formosura
Dos teus olhos, que os ares serenava,
Ficar-me assi ante os olhos cega e escura!

E aquela doce voz que me encantava
Entre rubis formada e perlas finas

E os mais furiosos ventos abrandava.

E mil outras não humanas, mas divinas
Graças mil enterradas num momento
Que de mil anos pareciam dignas!

O poeta D. Simão da Silveira, filho daquele outro poeta da corte de D. Manuel, D. Luís da Silveira, vendo o seu amigo: «Sepultado em tristeza, em dor, em pranto», escreve-lhe em um Soneto a confortá-lo:

Deixa lágrimas vãs, põe fim às dores,
Asserena o semblante triste e escuro.

Enche teu peito suave e peregrino
De outro desejo mais são, *de outros amores*,
Com que em ti, sem temer, vivas seguro.

Ferreira respondeu a este Soneto com outro, em que lhe confessa ter por ele sido chamado à vida. No Soneto LII do Livro 1 confessa o novo amor, com uma dama do Porto com quem se consorciou em 1564:

Alegra-me e entristece a real Cidade
Que o Douro rega e meus Sás enobrecem

.....
Isto me alegra. E faz-me saudade
Ver a ditosa Terra em que aparecem
*As raízes de hfla planta em que florecem
Formosura, saber e alta bondade.*
Aqui o tronco nasceu, que em toda parte
Deu gloriosos ramos de honra e gloria...
*Daqui nasceu hũa dama, em que toda arte
O Céu pôs, eu vontade, alma e memória.*

Pelo Nobiliário de Meireles, fl. 213, lemos: «Casou este poeta com D. Maria Leite, filha de Miguel Leite, comendador de Santa Comba dos Vales e de sua mulher D. Domingas Valente de Vasconcelos. Do casamento do poeta nasceram: Miguel Leite Ferreira, D. Catarina de Macedo e Rui Leite.»⁹⁵ Camilo fixa a data do casamento: «Por 1564 aproximadamente casou o Dr. António Ferreira com D. Maria Leite, que foi dotada com propriedades em Cabeceiras de Basto, onde vivera no reinado de D. João I, o seu avoengo Álvaro Anes Leite, senhor da terra de Calsos.»

Por motivo destes novos amores e após o casamento não teve Ferreira ensejo para dar à estampa os seus versos, «vivendo algum tempo na Comenda do sogro em Lamas de Orelhão, em *Santa Comba dos Vales*, onde foi colher inspiração para esse poemeto». Já governando D. Sebastião, foi Ferreira enviado a Castela, e em 14 de Novembro nomeado desembargador da Casa do Cível, revalidando o cargo que já

⁹⁵ Camilo Castelo Branco nos *Narcóticos*, p. 185, acrescenta mais notícias: D. Maria Leite era a neta de D. Maria Dias Leite, que viera de Guimarães casar no Porto com Diogo Carneiro – duas famílias muito nobres. Miguel Leite e seu tio António Leite haviam servido valorosamente em África. – Miguel Leite casara em Arzila com Domingas Valente de Macedo, de quem houvera dois filhos, Jorge de Macedo e Maria Leite.

exercera pela sua «bondade, letras e saber. No exercício do seu cargo em Lisboa, foi atacado pela *Peste grande* de 1569, de que morreu». A sua viúva, escreve Camilo, «recolheu-se a Cabeceiras de Basto com dois filhos em mui tenra idade, Miguel Leite e Ruy». (*Op. cit.*, p. 186). Miguel Leite Ferreira, que sucedeu na casa de Cabeceiras de Basto, viveu em Cainhos, solar de sua mulher D. Leonor de Távora e foi capitão de cavalos em Mazagão. Na dedicatória dos *Poemas Lusitanos*, alude à morte *tão antecipada do pai* «deixando-me em tal idade, que o não conheci». Já quando «com a idade foi crescendo a razão», tendo os seus trinta e três anos feitos, é que salvou pela publicidade um dos mais belos monumentos da literatura portuguesa, e valiosíssimo pelas notícias que encerra.

Pedro de Andrade Caminha. – Descende de Fernão Caminha, que com outros fidalgos galegos, emigrou para Portugal em 1367, quando Pedro Cruel, cuja causa seguiam, foi vencido pelo seu irmão bastardo. Facto análogo se repete nas genealogias de Sá de Miranda e de Camões. Seu pai, João Caminha, serviu na Índia sob o governo de Afonso de Albuquerque e na corte de D. Manuel foi criado da Infanta D. Isabel; do casamento com D. Filipa de Sousa houve numerosos filhos, sendo Pedro de Andrade Caminha o primogénito, sobrevivendo a todos os irmãos. Por influxo do seu tio Vasco Fernandes Caminha, Camareiro-mor do Duque de Bragança D. Teodósio I, entrou muito jovem para o serviço do Infante D. Duarte, último filho do rei D. Manuel, como seu Camareiro-menor. Foi nesta situação, que em relações íntimas com o Camareiro-mor D. António de Lima, conheceu e tratou de perto Catarina de Ataíde, a namorada de Camões, à qual compôs um Epitáfio. No meio extremamente fanático da casa do Infante D. Duarte, que morreu prematuramente pelo seu ascetismo em fins de 1540, o poeta Caminha deu largas a um religiosismo intolerante que o levava à crueza de ir denunciar à Inquisição a Damião de Góis, já caído nas garras do Santo Ofício. Pelo nascimento do filho póstumo do Infante em Março de 1541, o Senhor D. Duarte, Duque de Guimarães, continuou Caminha no serviço da Casa que ficou ligada à administração da Casa do Infante D. Luís até 1555, em que este faleceu. Caminha manteve-se nesta situação até 1577 em que o Duque faleceu em Évora, louvando-o no seu testamento pela *muita continuação* em que o serviu, *sem nunca lhe dar desgosto em nada*. Na pequena mas substancial biografia que deste poeta escreveu Correia da Serra, na edição das suas Poesias de 1791, fixa autenticamente a data da sua morte: «veio a falecer em 9 de Setembro de 1589, o que se prova com a verba que na Chancelaria de Filipe II se acha posta a uma mercê que este rei tinha feito a Pedro de Andrade de poder por sua morte renunciar a sua pensão de duzentos mil réis, a metade a favor de sua filha D. Mariana, e a outra metade a favor da sua mulher D. Pascuala de Gusmão.»⁹⁶ Por estes elementos cronológicos, podemos fixar a data do nascimento por 1515, porque ainda conheceu Sá de Miranda na corte, antes de se recolher à província, teve intimidade com João Rodrigues de Sá e Francisco de Sá de Meneses, e pela direcção literária que exerceu ao desabrochar do talento do Dr. António Ferreira, nascido em 1528, e no de Bernardes, nascido em 1532. Caminha foi o que formou o núcleo da nova escola lírica, pela sua larga e insinuante sociabilidade. Pelos seus versos se conhecem as suas relações com todos os poetas da corte, com os altos dignitários e prelados, damas e artistas, sempre em entusiástico convívio literário e galantaria amorosa. Nesta numerosa galeria de

⁹⁶ *Op. cit.*, p. IX. Este documento foi publicado pelo Dr. Prisbech, na edição das *Poesias*, de 1897, como *descoberto pelo Dr. Sousa Viterbo*, p. XL, nota.

D. Pascoal Coutinho de Gusmão era filha de D. Jerónimo Coutinho; além desta filha D. Mariana Coutinho, que casou com Francisco de Miranda, teve mais: João Caminha, que morreu na Índia, Fr. Luís, frade de Santo Agostinho, e outro que serviu na Índia. (*Colec. Pombalina*, Ms. 421, fl. 68 v.9).

personagens só se omite um nome, o que parece uma intenção latente: «unido em correspondência e amizade com os maiores engenhos que então poetavam em Portugal, menos, ao que parece com *Luiz de Camões*, do qual *nem ele nem os outros fazem menção*.»⁹⁷

As relações íntimas de Caminha com o Camareiro-mor do Infante D. Duarte, pai de Catarina de Ataíde, davam azo a fazer-lhe sentir a pobreza de Camões contrastando com a idade ainda infantil da namorada. Caminha satirizando essa situação, glosara insistentemente o vilancete velho:

*Con amor y sin dinero
Mira con quien y sin quien
Para que me vaya bien.*

*Motes, Canciones, Sonetos
Bien compuestos, bien medidos,
Aunque alegran los oldos
Ni llegan a los secretos.
Juzgan por muy más discretos
Los que tienen, ay! de quien
Sin dinero quiere bien!*

*En amor y en versos vena
Cansa, aflige, fiere, mata,
mas vena de oro y de plata
Siempre para todo es buena.
Mas en los oídos suena
Quien con ella ama, que quien
Con solo amor busca bien.*

(*Est.* 9 e 10, p. 449)

Camões teve de se afastar da corte e ausentar de Lisboa, por 1546, por causa dos *amores com uma dama do paço*; e para valorizar-se por serviços foi fazer uma estação militar de dois anos em Ceuta. Quando regressou a Lisboa em fins de 1549, com a deformação do olho direito, perdido pelo fruto acerbo de Marte, Caminha molestou-o com o Epigrama CX, que termina: «Pois dois olhos te vejo, um só tu a mim.» Camões não partiu na Armada da Índia em 1550, em que se inscrevera; grandes esperanças alentava o Príncipe D. João, mostrando-se muito apaixonado dos poetas, e tendo por seu mestre António Pinheiro, que foi posto nesse lugar pelo jesuíta Simão Rodrigues para afastar Damião de Góis desse encargo. Como dedicado aos Jesuítas não deixaria de intervir Caminha, para que António Pinheiro, bispo de Miranda, não ligasse importância ao Soneto que lhe dirigira Camões, que no meio das mais inesperadas hostilidades, depois de um ano de prisão, foi forçado a embarcar para a Índia em 1553. t neste período que dura até ao regresso de Camões à pátria em 1570, que a influência de Caminha se exerce entre os poetas da Plêiada; as suas *Poesias* revelam-nos circunstâncias especiais da vida desses poetas, principalmente do Dr. António Ferreira e de Diogo Bernardes. Mantinha uma dependência espiritual com o P.º Fr. Bartolomeu Ferreira, a quem os jesuítas confiaram o exame e a censura dos Livros, pelo seu

⁹⁷ *Ibid.*, p. VII.

rigorismo fanático. Caminha confiava-lhe para exame de ortodoxia todas as suas Composições métricas; e assim como esse padre que denunciara o célebre teólogo do Concílio de Trento Diogo de Paiva de Andrade à Inquisição, também Andrade Caminha foi denunciar ao Santo Ofício o cronista Damião de Góis, quando já se achava nos cárceres da Inquisição. Era a moral do tempo. Caminha elogiou o Cardeal-Infante por ter estabelecido a Censura dos Livros. Quando Camões tratou de imprimir os *Lusíadas*, topou como censor eclesiástico o P.^o Bartolomeu Ferreira, em 1572, o íntimo amigo de Caminha, que os deformou calamitosamente. E quando o Senhor D. Duarte teve o comando da Armada que ia ajudar a Liga católica, o seu camareiro Caminha bem soube influir para que Bernardes, seu íntimo, fosse escolhido em vez de Camões para celebrar a empresa heróica de África. As suas obras foram impressas em 1771 pela Academia das Ciências por dois manuscritos do Convento da Graça e da Livraria da Casa Cadaval, e em 1898 pelo Dr. Pribsck, sobre o Manuscrito do Museu britânico, dedicado a D. Francisca de Aragão, e pelo da Biblioteca Nacional de Lisboa, dedicado a D. Duarte. Metrificava com correcção, conhecia os belos modelos gregos e italianos; tinha talento, mas era um detestável carácter.

Diogo Bernardes. – As datas do seu nascimento e falecimento e a terra da naturalidade foram desconhecidas, sendo actualmente determinadas por novas investigações. Por sua mãe, Catarina Bernardes Pimenta, natural de Ponte de Lima, era o poeta neto de Diogo Bernardes Pimenta, capitão-mor dessa localidade e aí tabelião, por carta de D. Manuel e confirmado em 1522 por D. João III; seu pai, João Rodrigues de Araújo, era de estirpe galega, e teve a propriedade do ofício de tabelião e escrivão dos órfãos da Barca, onde residiu sempre a sua família, que constou de onze filhos e filhas, sendo o poeta o primogénito. O prurido da nobreza materna, levava-o a declarar a sua pátria Ponte de Lima; nos seus versos aludiu sempre desvanecido ao *pátrio-Lima*, e na segunda edição das *Várias Rimas ao Bom Jesus*, de 1608, declara-se no frontispício – *natural de Ponte de Lima*. Também na *Vida* do Dr. Francisco de Sá de Miranda, escreveu por 1613 o biógrafo anónimo: «contava Diogo Bernardes (a quem seguimos em muita parte disto), que quando o ia a ver, vivendo em *Ponte de Lima, pátria sua*, lhe mandava tanger o filho em diversos instrumentos...» O mais recente investigador de documentos sobre Bernardes, Álvaro Pimenta da Gama, inferindo da naturalidade do pai como da Barca dever ser este filho aí nascido, conclui dubitativamente:

«Tudo prova que João Rodrigues Colaço era originário da *Barca*, onde teve casa, interesses e empregos. Em todos estes diplomas nos aparece como morador da Barca e Diogo Bernardes dessa vila *deve ser natural*, a não ser que nascesse em Ponte de Lima, em ocasião de alguma accidental visita de sua mãe a Ponte de Lima, hipótese a que não pode atender-se.»⁹⁸ Numa genealogia dos Bernardes (Ms. Pombalino, n.º 305, fl. 42 v.º) lê-se: «Diogo Bernardes, neto (aí, erradamente, filho) deste Diogo Bernardes Pimenta, *nasceu em Ponte de Lima*, cujo rio ele celebrou tanto nas suas obras poéticas que imprimiu com estilo mui elegante e natural, deixando nelas memória de vários sucessos do seu tempo. Acompanhou o rei D. Sebastião a África e ficou cativo na infeliz batalha de Alcácer onde compôs a sua primeira Elegia, que começa:

Eu que livre cantei ao som das aguas
Do saudoso, brando e claro *Lima*,
Ora gostos de amor, outrora mágoas.»

⁹⁸ *Instituto de Coimbra*, vol. 58, p. 118.

Reconhecida a pátria que ele tantas vezes confessa, nasceu Diogo Bernardes em 1532; prova-se pelo instrumento de renúncia da propriedade do ofício de tabelião e escrivão dos órfãos de Ponte da Barca (para que seu pai fora despachado por alvará de 30 de Agosto de 1532, com a mercê de ficar este e outros ofícios por seu falecimento ao filho mais velho); a renúncia referida foi feita em 27 de Agosto de 1558, sendo o poeta de maior idade, e acordo com seu pai, como dote de sua irmã Ana Gomes Pimenta, que casou com Paio de Araújo de Azevedo, que foi provido nesse ofício judicial, «*no impedimento de seu cunhado e proprietário do cargo*».

Começaram as suas visitas a Sá de Miranda quando tinha vinte anos; e precisa-se a data de 1552, porque Gonçalo Mendes de Sá partira para Lisboa, para ir servir dois anos em Ceuta, com habilitação para uma comenda, e o velho poeta só tinha consigo Jerónimo de Sá, *o filho*, que mandava tanger em diversos instrumentos. Bernardes cultivava ardentemente a poesia nas formas de Cancioneiro ou da *medida velha*; pelas visitas a Sá de Miranda ao solar da Tapada é que se apaixonou pelo lirismo italiano, e daí a vontade de vir a Lisboa e conhecer de perto os *Zagais da Estremadura*, Pedro de Andrade Caminha, Dr. António Ferreira, D. Manuel de Portugal, Francisco de Sá de Meneses. O poeta da Tapada lhe encarecera o mérito desses amigos. Era-lhe fácil a vinda a Lisboa; aqui vivia o seu opulento tio-avô António Vaz Bernardes, «*pessoa de muita autoridade e estimação*» que voltara da Índia com avultada fortuna, e administrava a riquíssima Casa da Infanta D. Maria, sendo o honrado executor do seu testamento. É por esta situação que explicamos as relações de Diogo Bernardes com a Infanta D. Maria, dedicando-lhe o seu poemeto de *Santa Úrsula*, que mais tarde reivindicou em um Soneto, contra os que o atribuíam a Camões. Seria a sua primeira viagem a Lisboa em 1553, donde escreve a Sá de Miranda acusando-se de ter malbaratado o tempo que há-de recuperar em Ponte de Lima. Fala da morte do príncipe D. João em 1554, para quem Sá de Miranda coligiu todos os seus versos. A morte do Infante D. Luís, outro grande amigo do iniciador da Escola italiana em Portugal, fez com que em 1555 se separasse a Casa de D. Duarte, neto do rei D. Manuel, para a qual entrou seu jovem irmão Agostinho Bernardes Pimenta, nascido em 1542, e já também apaixonado pela poesia. Não seria sem eficácia a intervenção de Caminha, para esta entrada de Agostinho Pimenta no serviço da casa principesca, onde era camareiro. Diogo Bernardes o industriaria nos seus primeiros ensaios poéticos; toda a vida as suas relações foram de um respeitoso enternecimento. Colocado o irmão na casa do Senhor D. Duarte, Diogo Bernardes regressa ao Minho em 1556. Começaram em Ponte de Lima os seus amores com Sílvia, que lhe encheram a vida de incerteza moral. No Soneto LVIII condensa toda essa história íntima:

Dos laços onde prezo, Amor, me tinhas,
Parece que te não satisfizeste,
Pois em *laços de silva* me prendeste,
Donde espinhado já fugindo vinhas.

E para mais teu gosto e magoas minhas
De tal maneira os urdiste e os teceste,
Que rosas para vista entreteceste,
E pera o coração duras espinhas.

Silva é o anagrama de *Luísa*. A *Sílvia* era natural de Ponte de Lima, como o declara na Elegia:

Oh mil vezes ditosa esta ribeira
Onde nasceste, *Silvia*, e te criaste,
Onde das suas ninfas és primeira.

E na Égloga X confessa o seu invencível amor; e a inconstância dela:

De *Silvia* bela ninfa, o fez sujeito
Seu fado ou seu desejo, de maneira
Que mil extremos tem por ela feito.

Tão clara historia já nesta ribeira
Que serve já de aviso a outros pastores.
Dela a quebrada fé, dele a inteira.

As Églogas XIV e XVIII exprimem todas as decepções, que lhe causara *Silvia*, que se casara com um outro namorado. Foi esse o motivo da vinda do poeta para Lisboa, vivendo então na intimidade de Ferreira, Caminha, Francisco de Sá de Meneses, D. Gonçalo Coutinho. Na Carta XIV ao Dr. António de Castilho, refere Bernardes o facto doloroso:

A Ninfa que cantei em doce rima,
Já, *dando ao Himeneu consentimento*,
Não do amor, de interesses fez estima.

O Dr. António Ferreira lê-lhe a sua tragédia *Castra*, por 1557, descrevendo Bernardes em um Soneto a sua impressão viva, deixando-nos assim um documento irrefragável da originalidade do sábio quinhentista.

Pelo falecimento de seu pai em 1566, aparece Bernardes colocado na casa real em serviço de moço da câmara; com excelentes relações com os mais influentes dignitários como o Conde das Idanhas (Pedro de Alcáçova Carneiro) e o Conde de Matosinhos (Francisco de Sá de Meneses), parece ter garantida a sua sorte. Serviu-lhe isso para se envolver na catástrofe nacional e aceitar as graças de Filipe II. Em 1576 acompanha o poderoso secretário de Estado Pedro de Alcáçova Carneiro, na embaixada a Filipe II. É despachado moço da toalha, com 6\$000 réis de ordenado por carta de 19 de Novembro de 1577; e por influência de Caminha junto de seu amo o Senhor D. Duarte, é nomeado Bernardes em 1578 poeta oficial para celebrar o futuro triunfo de Alcácer Quibir, que terminaria pela coroação do moço rei em Fez como imperador. Deu-se a tremenda derrota, devida ao estado de loucura em que o alucinado rei se encontrava. Bernardes aí ficou prisioneiro de guerra, com outros homens cultos como Aires Teles, Fernão Álvares de Oriente, Miguel Leitão de Andrade e André de Quadros. Nesta crise da vida já Bernardes se achava reconciliado com *Silvia*, então em viuvez. Na Sgloga II liga os dois factos:

Sobre um alto rochedo, em Berberia,
O sem ventura Alcido se sentava,
Quando o cruel senhor lho concedia...

Ah, vida no melhor menos segura,
Quem podia cuidar quando cantava
De *Silvia* a peregrina formosura,

Quando da prisão d'alma me queixava,
Que já divina mão, cá nesta parte
Estes pesados ferros me forjava!

(*Rimas do Bom Jesus*)

A reconciliação com *Silvia* fizera-se quando se preparava a empresa africana, como se infere pela Elegia II das *Flores do Lima*, em que termina:

Mas se eu vir algum dia o que pretendo,
Ah, se visse algum dia que me vias;
Menos te ficaria então devendo.

Que tu mais celebrada ficarias,
Amor obedecido, eu satisfeito,
Cantando só de ti noites e dias,
Com verso mais conforme a tal sujeito.

Em 1581 já Bernardes se achava resgatado, recebendo de Filipe II a tença de quinhentos cruzados em fazendas e propriedades, por carta de 16 de Outubro de 1582, pelo fundamento de ter sido *moço da toalha* de D. Sebastião, «*e ir com ele na jornada de África e a ser cativo na batalha de alcáçere.*» Por carta de 13 de Setembro de 1593 deu-lhe Filipe II outra tença de quarenta mil réis em cada ano de sua vida, podendo testar metade desta quantia em sua mulher e filhos. Vê-se que esta graça fora alcançada por motivo do casamento do poeta. Na Carta XXIV a D. Manuel Coutinho, fala-lhe do novo estado:

Passou aquele tempo que subia
Cantar versos alegres e suaves,
Junto do *pátrio Lima* à sombra fria.

Carregaram em mim cuidados graves,
Depois que me entreguei ao Himeneu,
Que fecha a liberdade com mil chaves.

Ando das brandas musas tão alheio,
Tão longe de Hipocrene e do Parnaso,
Tão sumido nas aguas do Leteio,

Que tenho pouco gosto e menos azo
Para poder formar um culto verso,
Se não sai da pena algum acaso.

Do que já fui me sinto tão diverso,
Que me queixo do tempo e do que vejo,
Àqueles que não vejo e que converso.

Na Carta XXX, a um sobrinho de Cristóvão de Moura, pede que interceda junto de quem dispensa as mercês do rei:

Se fora para mim, dissimulara,
Com minha necessária pretensão,
Já que pobre naci, pobre acabara.

Porém, a *conjugal obrigação*
Me move a requerer, antes me obriga
Por lei divina e natural razão.

Anotando o Soneto de Camões: *Brandas águas do Tejo, que passando*, mostra o visconde de Juromenha achando-o nas *Flores do Lima*, n.º XXVII, ser contraditório Bernardes; «nas poesias escritas por este no cativo de África, é pelo *Lima*, sua *pátria*, que suspira, nem é natural dirigindo-se à amante e *com patrícia*, a sua *Silvia*, que dissesse, suspirasse por outros sítios que ela não habitasse, certamente não seria uma delicadeza para a dama que galanteava». (Jur., *Obr.* II, 436). No Cancioneiro do P.^e Pedro Ribeiro, de 1577, vem em nome de Bernardes; anula a casuística amorosa de Juromenha. Bernardes deixava a existência alegre de Lisboa, ao regressar a Ponte de Lima onde vivia a adorada *Silvia*, sempre esquiva, e desconfiando de não tornar a ver estas brandas águas do Tejo, alude ao seu *Lima*:

Encherei de suspiros outros ares,
Turvarei outras águas com meu pranto.

Encontrando-se o magnífico Soneto: *Horas breves do meu contentamento* em Camões (Son. CLXXX) e nas *Flores do Lima* de Bernardes (Son. LXXV) observa, que o seu espírito não condiz com os amores deste: *que veio a casar com a sua Silvia, que dele ficou viúva.*» (*lb.*, p. 462). Este Soneto aparece coligido pelo P.^e Pedro Ribeiro em nome do Infante D. Luís; era uma jóia bela, que se tornou comum, adaptando-a cada namorado à sua situação, e Bernardes transformou-lhe completamente os tercetos:

Amor com *rosto ledo e vista branda*
Promete quanto dele se deseja,
Tudo possível faz, tudo segura;

Mas, diz que dentro d'alma reina e manda,
Como na minha fez, quer que se veja,
Quão fugitivo é, quão pouco dura.

Definia a sua situação; *Silvia* depois de o ter encantado, passou a outros amores, desprezando Bernardes, e casando-se. Só depois de ter o poeta regressado do cativo em Berberia, e estando *Silvia* viúva é que casou com ela. Pela carta régia de 4 de Setembro de 1605, se vê que falecera sem filhos; ele casara em 1593, porque da graça dos quarenta mil réis anuais, que lhe fizera mercê, «hei por bem que *por seu falecimento possa testar vinte mil réis de tença per sua mulher e filhos* como lhe aprouver...». (Alvará de 13 de Setembro de 1593). Pela carta régia que passava esta tença para a sua *Silvia* é que se encontrará o nome dessa dama de Ponte de Lima. Juromenha achou-o na Chancelaria filipina explicando o anagrama de Luísa.

Na carta de servidor da toalha passada a Diogo Solis em 4 de Setembro de 1605 é-lhe feita «mercê do ofício de meu servidor da toalha, *que vagou per falecimento de Diogo Bernardes, de quem não ficou filho nem filha*, havendo outro si respeito a haver

onze anos que serve o dito ofício de serventia, o qual terá e servirá assi e da maneira que o tinha e servia o dito Diº Bernardes e haverá seis mil reis de vestimenta em cada um ano...». Vê-se que em 1594, o poeta entregara o exercício do seu cargo a um serventuário, e que durante estes onze anos se dedicou à compilação e publicação das suas obras poéticas. Nesse anos de substituição imprimiu as *Várias Rimas ao Bom Jesus*. Em 1596 imprime *O Lima com Églogas e Cartas*, e as *Rimas Várias – Flores do Lima*. É nesta colecção de 1594 que imprime a *História de Santa Úrsula* –, dirigida à Infanta D. Maria, com um soneto dedicatório em que reivindica o poemeto: «A honra me roubou um vil engano.» Parece que esta pressa de imprimir os seus versos era para se antecipar às investigações que já se faziam para se imprimirem as Líricas de Camões, que justamente com as suas já se achavam coligidas desde 1577 no Cancioneiro de P.º Pedro Ribeiro. Em 1597 tiveram nova edição as *Flores de Lima*, e em 1608 as *Várias Rimas ao Bom Jesus*. Tendo falecido antes de Setembro de 1605, ainda neste ano compôs o Soneto que acompanha as *Églogas* de Francisco Rodrigues Lobo. Para a edição das *Rimas* de Camões de 1595 escreveu um Soneto laudatório a pedido do seu grande amigo D. Gonçalo Coutinho, a quem comunicara as tradições pessoais sobre a vida de Sá de Miranda. Acompanha-o a lenda simpática de ter pedido para ser enterrado próximo da sepultura de Camões.

Um facto da vida de Er. Agostinho da Cruz vem auxiliar o conhecimento da data da morte de seu irmão Diogo Bernardes: quando o frade arrábido tinha 65 anos, o seu provincial nomeou-o guardião do convento de S. José de Ribamar, em 1605. Nas *Flores do Lima*, dirigiu-lhe Bernardes a este propósito um Soneto:

Agostinho, irmão meu, se nessa dura
Serra, de bravas ondas solapada,
Onde guiando vás pobre manada
Por via assaz estreita, mas segura,

Te lembras algum dia, por ventura,
Que *vou casi no cabo da jornada*
Lá, como a Cananeia por mim brada...

Fr. Agostinho da Cruz conservou-se na guardiania para conseguir obter do provincial a patente para se entregar à vida solitária na serra da Arrábida; nesse mesmo ano renunciou o cargo e tratou de procurar um abrigo nesse ermo. É já no seu retiro em dura penitência que lhe chega ali a notícia do falecimento do irmão querido.

Pode-se pois fixar a data da morte de Diogo Bernardes em 1605, antes de Setembro; a leitura da Elegia do P.º Fr. Agostinho da Cruz À MORTE DE DIOGO BERNARDES SEU IRMÃO foi escrita quando o venerável poeta já se achava vivendo como solitário anacoreta na serra da Arrábida, por patente do Provincial da sua ordem de 1605:

Mas porque mais não note, nem argúa
Os defeitos comuns da Natureza,
Dos meus quero tratar, da morte tua.

Eu cuidava bastar a fortaleza
Da *solitária serra em que habito*
Para fortalecer minha fraqueza

Mas nela se abalou mais meu esp'rito
Acrescentando mais o sentimento
De um brando coração num peito aflito.⁹⁹

As *Várias Poesias* de Fr. Agostinho da Cruz ficaram inéditas, mesmo depois da sua morte em 1619; e na edição das *Rimas Várias* de Diogo Bernardes, de 1633, não vem essa Elegia à morte do irmão, que ficara entre os seus manuscritos, guardados reverentemente pelos frades da Arrábida, que só permitiram que fossem publicados em 1771. José Caetano de Mesquita (na *Arcádia Metalezio Klasmemo*) reimprimindo em 1770 as *Rimas Várias* de Bernardes, é que lhe ajuntou a preciosa Elegia que fixa a data da morte do Poeta quando Fr. Agostinho da Cruz já se achava na serra da Arrábida em 1605.

Fr. Agostinho da Cruz. – Décimo filho de Catarina Bernaldes Pimenta e de João Rodrigues de Araújo, o Colaço, nasceu em Ponte da Barca, em 1541; foi o irmão querido de Diogo Bernardes, a quem deveu a sua cultura e gosto literário. Quando o Duque de Guimarães, D. Duarte, neto do rei D. Manuel, teve casa com estado principesco, de que foi mordomo Pedro de Andrade Caminha, em 1555, veio para o serviço da casa ducal Agostinho Pimenta. O jovem duque era criado no mais exaltado fanatismo, e sua mãe a Infanta D. Isabel, entregava-se a fundações religiosas, e só pensava em que se publicasse o panegírico das virtudes com que prematuramente falecera seu marido, do qual já andavam milagres e beatificas visões na tradição. Como o cronista Damião de Góis não se prestou a escrever essa relação agiológica, foi mais tarde denunciado à Inquisição pelo Caminha, e quando já se achava preso pelo tremendo tribunal. Ao palácio do duque vinham os frades de maior ascese e eram preconizadas as penitências exageradas dos frades Franciscanos da Província da Arrábida. O empenho da duquesa foi realizado pelo insigne humanista André de Resende no magro opúsculo intitulado *Vida do Infante D. Duarte*, no qual se reflecte com a maior sinceridade esse meio beato e contagioso, em que a delicada criança vinda do Minho aos catorze anos foi empolgada por essa atmosfera de dolente misticismo. Qualquer visita à surpreendente Serra da Arrábida, o espectáculo das grutas servindo de celas aos monges, os horizontes longínquos do mar e das povoações dispersas, bastavam para lhe acordar a ansiedade da solidão, o gozo poético da vida subjectiva. O pobre rapaz desejou ser capucho, abandonar a vida moral no seu alvorecer e tomar o hábito monacal; era vítima inconsciente de uma sedução, sem um motivo que justificasse aquela prematura renúncia do seu ser moral. Foi admitido ao rigoroso noviciado no convento da Serra de Sintra. Rasgou todas as poesias que fizera das suas primeiras inspirações, e foi-lhe lançado o hábito de professo em 3 de Maio de 1561 no dia da Vera Cruz, tomando o nome de Fr. Agostinho da Cruz, contando apenas dezanove anos. Nessa vida contemplativa e apática e de isolamento sistemático, em contacto com a natureza agreste, a sua religiosidade tornou-se um estado de poesia permanente; escreveu muitos versos da escola italiana e da medida velha de Cancioneiro com uma consoladora unção mística. Seguindo o seu exemplo, Frei Rodrigo de Deus também cultivava a poesia compondo as quadras da *Fortaleza divina*, que se tornaram populares em todas as vias-sacras. Com a benevolência da ordem, Frei Agostinho da Cruz fazia da versificação a expressão da sua ascese. Ainda existe e é visitada a sua cela na Serra da Arrábida; pela sua descrição se podem avaliar as impressões que o inspiravam: «A habitação de Fr. Agostinho da Cruz está situada num lugar da qual se desfruta o mais soberbo e

⁹⁹ *Rimas várias. Flores de Lima*, p. 221. Ed. 1770. – No *Ano Histórico* lê-se que Bernardes faleceu em 30 de Agosto de 1596 (vê-se que foi erro, por 1605).

imponente panorama da serra, estendendo-se a vista, por dias claros, até à ponta de Sines. A casinha assenta num pequeno planalto, talhado no quadrado do monte e encostada à riba alcantilada.

«Compunha-se a habitação de Fr. Agostinho de dois compartimentos sem chaminé, apenas resguardados das intempéries do tempo pelos muros e telhado. O compartimento maior, a alcova de Fr. Agostinho, onde caberia apenas o piedoso eremita, foi transformado em 1720 numa capela dedicada a Santo António. – O panorama que se desfruta do planalto onde assentam as rumas da casa de Fr. Agostinho é verdadeiramente esmagador de imponência e majestade.

«Para a direita e para a esquerda cavam-se escarpas abruptas, formando os vales de S. Pedro e de Nossa Senhora, opulentos de frondosas matas. Entre matagais e penedias as habitações dos velhos freires, humildes e singelas na sua construção tosca.

«Todas tinham o seu pequeno horto, vedado por piteiras bravas, onde os monges cultivavam as flores destinadas ao altar da Virgem, e as couves e nabijas, que quase constituíam a sua habitual alimentação.

«Ao ocidente, e apenas separado do espectador pelo vale de S. Paulo, ergue-se majestoso o Monte Abraão, em cujo cume aguçado se levantam três cruces de enormes madeiros toscos.»¹⁰⁰

Neste contacto com a natureza e na sua serenidade moral, Fr. Agostinho da Cruz é um romântico emanuélíco com a sinceridade da sua época, num raptó místico que o torna impassível às grandes catástrofes da derrota de Alcácer Quibir e da invasão de Filipe II, com a incorporação castelhana da nacionalidade portuguesa. Ele próprio confessa que a sua renúncia do mundo fora um pressentimento de defesa. Manteve sempre as suas relações literárias com Diogo Bernardes, e chorou-o na sua morte em 1605, em uma suavíssima Elegia, sentindo mais aquela perda, quando o seu Provincial lhe concedia o viver como anacoreta na serra. As suas últimas composições, tendo falecido em 14 de Março de 1619, foram dois Sonetos nos *Motivos espirituais* de Fr. Rodrigo de Deus, publicados em 1620. A Comunidade da Arrábida conservou as *Poesias de Frei Agostinho da Cruz*, em um volume in-4º de 154 folhas, que compreendia: 2 Epigramas, 81 Sonetos, 1 Égloga à Ingratidão, 15 Elegias, 3 Églogas, 5 Odes, Motes e Glosas, 4 Cartas, 1 Epigrama, 1 Epitáfio, Oitavas de S. Pedro: *Flevit amare*, e 57 Oitavas da Vida e Morte de Santo Eustáquio.

Apenas na *Crónica da Arrábida*, em 1728, é que se publicaram um Mote e Voltas com dois Sonetos de Fr. Agostinho da Cruz. Em 1771 o professor de retórica P.^o José Caetano de Mesquita, conseguiu publicar uma boa parte das poesias do códice da Comunidade. Outro manuscrito, classificado como autógrafo por Barbosa Machado, se conservou no Convento de Verderena. Porventura são estes dois códices representados pelos Manuscritos da Biblioteca da Universidade de Coimbra, e da Biblioteca Municipal do Porto. No *Arquivo Bibliográfico da Biblioteca da Universidade*, em 1909, foram publicadas todas as composições desses vinte e dois cadernos de boa letra contendo numerosas poesias inéditas de Frei Agostinho da Cruz. O Códice do Porto é um valioso Cancioneiro, com composições de outros poetas e com variantes do texto de Coimbra. Tanto as poesias de Diogo Bernardes como as de seu irmão Agostinho da Cruz, bem carecem de boas e completas edições críticas; mas no quadro dos quinhentistas é que encontram o seu relevo, por que, como disse Litré – *le tout – en bien de cas il est le juge supreme des parties*. (*Glanures*, p. 398).

D. Manuel de Portugal. – Sá de Miranda chamava-lhe na sua Égloga IV «Lume

¹⁰⁰ *Uma excursão à Serra da Arrábida*, p. 13 (Anais da Academia de Estudos Livres).

do paço, das Musas mimoso.» E Camões na Ode VII, que lhe dirigiu, emprega este verso de Sá de Miranda – *Senhor Dom Manoel de Portugal*, como para mostrar-lhe que bem conhecia o quanto o distinguia o iniciador da Escola italiana. Era efectivamente Lume do paço pelo seu nascimento, filho de D. Francisco de Portugal, 1º Conde de Vimioso, e apreciado poeta do Cancioneiro geral, e de D. Joana de Vilhena, prima do rei D. Manuel. Viajou na Itália por 1542. Quando D. João III deu casa ao príncipe D. João, grande amigo de poesia, concedeu a D. Manuel de Portugal todas as entradas; talvez confiado nesta influência simpática junto do príncipe, dirigiu-lhe Camões a Ode em que se mostrava a hera que carecia de um tronco firme, para celebrar as memórias gloriosas. Mas D. Manuel de Portugal nada lhe pôde prestar, porque a direcção mental e moral do príncipe fora confiada a D. António Pinheiro, afastando pela imposição deste humanista chamado de Paris, a Damião de Góis. Também foi sem influência o Soneto dirigido a D. António Pinheiro, quando andava já elaborando o pensamento da Epopeia nacional, que designava por *Pregão eterno*. D. Manuel de Portugal foi um dos poetas que se apaixonaram pela celebrada dama da rainha D. Catarina, a inteligente e arrebatadora D. Francisca de Aragão, que era para a corte de D. João III, o que D. Leonor de Mascarenhas fora na de D. João II. Todos esses poetas a divinizavam em exaltadas composições, e D. Manuel de Portugal foi um desses namorados infelizes, como Andrade Caminha. Ela pediu versos a Camões, que lhos enviava por carta. Falava-se castelhano na corte, e segundo a *Arte de Galantaria* era do protocolo usar essa linguagem com as damas. D. Manuel de Portugal obedeceu a tal praxe palaciana, estando ainda inéditos os seus versos amorosos no Cancioneiro de Luís Franco, e perdidos por colecções manuscritas. Sem sucumbir na sua decepção, casou duas vezes, uma com D. Maria de Meneses, irmã de um dos Cinco Governadores do Reino D. João Teles de Meneses, e a outra com D. Margarida de Mendonça, Senhora do Morgado ia Palma, e irmã do poeta do *Naufração de Sepúlveda* Jerónimo Corte Real. Os desastres que ruíram sobre a sua família sob o domínio castelhano, contra o qual foi sempre suspeito, a perda da nacionalidade com que não se conformou, deram-lhe essa profunda tristeza que impeliu o seu espirito para a monomania ascética. A colecção impressa dos seus versos quase todos em castelhano, inspiram-se de um vago amor divino e da preocupação constante do estado transitório da vida. Faleceu em 26 de Fevereiro de 1606, sendo do ano anterior a edição dos seus versos. D. Manuel de Portugal ainda viu o triunfo da Escola italiana na forma da Epopeia moderna, no aplauso dos *Lusíadas* e das *Rimas* de Camões, longe da esperança da restauração da nacionalidade, cuja consciência seria acordada pelo incomparável poema.

Francisco de Sá de Meneses. – Deste poeta, que desde 1537 e 1549, serviu como aio e camareiro o Príncipe D. João, influenciando no seu gosto literário e a grande veneração por Sá de Miranda, diz D. Carolina Michaëlis: «Ninguém pois se lembrou de reivindicar para Francisco de Sá de Menezes o lugar de honra que lhe pertence na Escola de Sá de Miranda, ao lado de Diogo Bernardes e D. Manoel de Portugal.» Entre as causas que explicam o seu esquecimento, aponta a homonímia de Francisco de Sá de Meneses com seu sobrinho autor do poema da *Malaca Conquistada*, ou quando assina as suas composições com o nome de Francisco de Sá, confundindo-se com o de Miranda nas abreviaturas dos manuscritos. Sá de Miranda, o Dr. António Ferreira, Diogo Bernardes, Pedro de Andrade Caminha, André Falcão de Resende conheceram os seus versos, exaltando-o pela suavidade com que celebrava a sua *Filis* com os nomes de *Sazio* e *Salício*. Em um manuscrito da biblioteca de Évora acham-se 66 sonetos inéditos que lhe pertencem, assim como no Cancioneiro de Luís Franco. Era filho do famoso poeta do *Cancioneiro Geral* João Rodrigues de Sá de Meneses o Velho; ocupou altos lugares na

corte de D. João III, regência de D. Catarina, D. Sebastião e Cardeal D. Henrique, e confiaram-lhe as mais delicadas missões diplomáticas: em 1543 acompanha a Castela a princesa D. Maria, é nomeado camareiro-mor de D. Sebastião em 1558 e Capitão da Guarda Real; mediano no conflito entre a Regente D. Catarina e o neto; um dos Cinco Governadores do Reino; camareiro-mor de D. Henrique, sendo em 1580 feito Conde de Matosinhos, de que seu pai era senhor desde 1524. Não podia deixar de influir na corrente literária da corte de D. João III, que também versificava e era julgador de poesia. No meio de tantas calamidades nacionais, Francisco de Sá de Meneses deixou a vida pública e refugiou-se em Matosinhos, onde faleceu em 1584. Ao rio Leça, que passa em Matosinhos, escreveu as celebradas endechas de que apenas se vulgarizaram estas três estrofes na *Apologia por Camões* de João Soares de Brito:

Oh rio Leça,
Como corres manso!
Se eu tiver descanso,
Em ti se começa.

A aurora em nascendo,
Quando estás mais liso,
Com alegre riso
Em ti se está vendo.

Quando o mar não toa
E passam mil velas,
Em ti faz capelas,
De que se coroa.

Olmos abraçados
Tenhas sempre de hera;
Sempre a primavera
Alegre teus prados.¹⁰¹

Francisco de Sá de Meneses compôs um *Capítulo* ou *Elegia da Madalena, à maneira de Itália*, e seu irmão António de Sá, também poeta, a mandou mostrar a Sá de Miranda, que saudou o autor em um Soneto com o fecho: «Tantos suspiros! um só nunca em vão!»

Em um manuscrito do século XVI intitulado *Memórias dos Ditos e Sentenças dos Reis, Príncipes e senhores portugueses, e outras pessoas de fama*¹⁰², vem uma anedota passada com D. João III, pela qual se vê o fervor com que se cultivava na corte a poesia da escola italiana; fala-se aí dos versos de Francisco de Sá de Meneses, e dos de Jorge da Silva: «O cardeal D. Enrique fez hũa Exposição sobre a Oração do Pater-noster, tão copiosa em alegorias que em muitos lugares se desviou do propósito; e neste tempo fizeram Francisco de Sá de Menezes, e Jorge da Silva duas *Homelias* em tercetos, *ao modo italiano*, e mostraram-nas a el Rei, e ele gabou-as ao Duque de Aveiro, e o Duque pediu-lhe licença para fazer outra, e depois trazendo-lha, quando el Rei lha tornou gabou-lha muito; e o Duque olhando-a muito, disse-lhe – que em S. A. a não emendar ou riscar algũa cousa, não ia satisfeito; e el-rei tornou-lhe: – Ela está muito

¹⁰¹ O Dr. Sousa Viterbo achou a Endecha completa com a versão latina ao lado na Torre do Tombo.

¹⁰² Torre do Tombo, Cód. 1126, a fl. 25.

boa, e quando eu houvera de riscar, aí está o Pater-noster do Cardeal meu irmão.» Que o Duque de Aveiro, amigo de Sá de Miranda, era poeta, e que no paço estava em fervor o gosto da poética italiana, são factos conhecidos; o que se ignorava é que D. João III, entendido na métrica, também fazia o seu verso. Lê-se no citado códice: «El-rei fez hũ (sc. trova ou pé de cantiga) e deu-o a Jorge da Silva, para que o mostrasse ao Regedor seu pai; e o Regedor depois que o viu foi-se a el Rei e pediu-lhe a mão pela mercê que lhe fizera em lhe comunicar aquela sua habilidade, de que ele não sabia parte; e el Rei disse-lhe: – Eu tenho algumas partes de que se não sabe parte.»¹⁰³ Saboreado este dito gracioso, temos a notícia dos dois poemetos elegíacos em tercetos, feitos a *Magdalena* por Francisco de Sá de Meneses, e por Jorge da Silva, o namorado da Infanta D. Maria; da primeira Elegia resta-nos hoje apenas o Soneto de Sá de Miranda agradecendo a oferta ¹⁰⁴; parece que a composição de Jorge da Silva também fora mandada a Sá de Miranda, porque com o nome do destinatário foi copiada no Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro, do qual Barbosa Machado dá o primeiro verso:

A Magdalena o seu esposo buscava...

É exactamente assim que começa a *Homilia feita a Madalena, tirada de origine de Jorge da Silva* ¹⁰⁵; também pertence a Jorge da Silva essa outra Elegia *da Alma devota a seu Esposo*, de 1551, que em nome de Sá de Miranda coligiu o Padre Pedro Ribeiro:

Oh bom Jesu, e por que me não vejo.¹⁰⁶

Vê-se que estas duas poesias foram enviadas a Sá de Miranda, e que por terem sido encontradas entre os seus papéis anos depois da sua morte, as trasladou com o seu nome em 1577 o P.^o Pedro Ribeiro.

André Falcão de Resende. – Um dos mais notáveis poetas da Escola mirandina, embora pouco conhecido por terem ficado inéditas as suas obras. Filho de Jorge de Resende, poeta do *Cancioneiro Geral*, coligido por Garcia de Resende, o celebrado cronista, seu tio; nasceu em Évora, em 1535, com se infere dos seus versos. Évora era o centro da cultura humanista, convergindo ali sábios estrangeiros como Nicolau Clenardo, o bispo D. João Petit, Maffei, e entre os nacionais Pedro Nunes, André de Resende, Aires Barbosa, Jerónimo Osório e João Vaz, encarregados da educação do infante D. Henrique, bispo de Évora. Chamou o Infante os Jesuítas para Évora em 1551 para com eles fundar o Colégio do Espírito Santo, que depois se converteu em Universidade. Naturalmente aí cursou estudos menores André Falcão de Resende, que em 1553 aparece na matrícula do pessoal da casa do Infante D. Henrique. Terminou a sua formatura em direito civil em 1558, sendo em seguida nomeado Ouvidor da Casa do Duque de Aveiro.

Sob o pesado regime e falso gosto de erudição latinista das escolas jesuíticas, escreveu Falcão de Resende o ilegível poema didáctico alegórico da *Criação do Homem*, que andou intercalado entre as obras de Camões, mesmo depois de ser reconhecido como apócrifo. Falcão de Resende tentou uma versao poética das Odes de Horácio, que não terminou. Também Jorge Fernandes, chamado o *Fradinho da Rainha*

¹⁰³ *Ibid.*, Cód. 1126, a fl. 21.

¹⁰⁴ Hoje publicada no *Cancioneiro de Évora*, pág. 54, nº56. Edição Hardung.

¹⁰⁵ Vem no opúsculo, *Homelia do Santíssimo Sacramento*, fine.

¹⁰⁶ Vide Sá de Miranda e a Escola Italiana, p. 371.

(que tomou o nome de Fr. Paulo da Cruz), fez algumas traduções das Odes horácianas, pela mesma época. Através das poesias de André Falcão de Resende descobrem-se as aventuras de um romântico amor, que o fez abandonar a casa paterna e sofrendo a perda prematura da desposada. Ainda dirigiu versos a Sá de Miranda e celebra uma dama que lia por Sá de Miranda, caso singular. Exerceu o cargo de juiz de fora em Torres Vedras em 1577, e, não obstante o aborrecimento que lhe causavam os litígios, desenfadava-se escrevendo versos, umas vezes para dar notícias a seu cunhado Heitor da Silveira e a António de Abreu, poetas amigos de Camões, na Índia, outras vezes para se fazer lembrado dos potentados da governação ou moralizar sobre os costumes do tempo. Também fez a peregrinação de requerente a Madrid para obter uma mercê de Filipe II, queixando-se da pobreza nos seus versos. Tem uma *secura* de magistrado, que afugentava as musas. Uma coisa o distingue entre todos os quinhentistas da plêiada, cita o nome de Camões intitulando-o *bacharel latino*, na Sátira que lhe dedica, pondo em contrastes a situação dos bobos da corte de D. Sebastião, que fruía o tratamento de *Dom*. Em uma Égloga parece referir-se à morte de Camões. Falcão de Resende morreu da peste de 1599. Dos seus versos ficaram três manuscritos; um, que coligira para o filho segundo do Duque de Aveiro; outro a que alude no Soneto XXV, e finalmente o autógrafa da Biblioteca da Universidade de Coimbra, sobre o qual se imprimiu toda a parte portuguesa por intervenção do Dr. Ferrer e revisão de Joaquim Inácio de Freitas; a parte castelhana foi publicada pelo Dr. Garcia Perez no seu *Catalogo razonado*. (Pág. 161 a 205).

O Teatro clássico: Comédias e Tragédias. – Quando Sá de Miranda tentou introduzir a Comédia clássica, reagindo contra a forma do Auto, em redondilhas, e atacando a escola de Gil Vicente, escreveu no prólogo: «Estranhais-me, bem o vejo., mas não ha de falecer quem me arremede.» A comédia *Estrangeiros* foi escrita de 1527 a 1529, e já em 1527 Jorge Ferreira de Vasconcelos, ainda na juventude, compusera nos estudos colegiais de Coimbra a sua comédia em prosa *Eufrósina*, ocultando o seu nome. Nela escreve: «Na antiga Coimbra, coroa destes Reinos, à sombra dos verdes sinceirais do Mondego, nasceu a portuguesa *Eufrósina*...» E na dedicatória ao príncipe, diz: «venho ante Vossa Alteza com as *primícias* do meu rústico engenho, que é a Comedia *Eufrósina*, e foi o *primeiro fruto*, que dele colhi *inda bem tenro*... » Fixa-se a data da composição, por que em uma cena se lê uma carta datada de Goa de 28 de Dezembro de 1526, além de factos históricos aludidos. No prólogo da Comédia pede favor para o *novo Autor* em nova invenção, e o real amparo «*que por ser invenção nova nesta terra, e em linguagem portuguesa tão invejada e repreendida, por certo tendo de ser salteada de muitos censores.* . Desde que foi escrita até ser trasladada para ser oferecida ao príncipe D. João «andou por muitas mãos devassa e falsa», quer dizer por cópias cheias de erros.

É natural que Sá de Miranda não desconhecesse esta tentativa de Comédia em prosa, mas não a considerava servindo o pensamento da escola italiana, embora ambos desprezassem a forma do Auto; Jorge Ferreira partia da forma medieval da *Moralidade*, vivificando-a pelo interesse das situações. Castigando o vício pela sua representação exagerada, tomava por modelo fundamental do género a *Celestina*; Sá de Miranda, aconselhava «*a lugares o arremedar a Plauto e Terêncio*... » e principalmente tomando por modelo a «*Ariosto, natural de Florença, homem de muitas letras e muito engenho*... » Ambos, porém, queriam a Comédia em língua portuguesa, e Sá de Miranda na Carta dedicatória ao Infante D. Henrique diz-lhe: «em Portugal escrevem pouco; nesta maneira de escrever ninguém...»

No século XVI a *Celestina* tornou-se o tipo modelar de todos os escritores

dramáticos, chegando a ser proverbial o seu nome; ainda é conhecida pelo povo na locução de *Artes da madre Celestina, encantadora*. Jorge Ferreira alude ao seu título de *Tragicomédia de Calisto e Melibeia*, e imitou-a nas suas outras Comédias *Ulissipo*, de 1547 e na *Aulegrafia*, que deixou inédita pela morte do príncipe D. João em 1554. Próximo a Jorge Ferreira deve apreciar-se Camões pelo seu Auto dos *Anfitriões*, que é uma imitação de Plauto, em redondilha popular, conciliando os dois estilos.

As duas Comédias de Sá de Miranda *Estrangeiros* e *Vilhalpandos*, foram representadas diante do Cardeal D. Henrique em 1538, em Braga, quando aí fora estabelecer a Escola latina dirigida por Nicolau Clenardo: «as duas Comedias que fez em prosa, que per razão do estilo cómico são mui licenciosas, o Cardeal D. Henrique que depois foi Rei... não só lhas mandou pedir para as fazer (como fez) representar diante de si por pessoas que depois foram gravíssimos ministros, a que se achou presente entre outros D. Jorge de Ataíde, bispo de Viseu... senão que depois de Francisco de Sá morto, por que se elas não perdessem as fez imprimir ambas em Coimbra, na forma em que andam.» (*Biogr. Anón.*).

O Dr. António Ferreira tornou realidade o pressentimento do mestre; arremedou a comédia italiana. Alude a vários divertimentos dramáticos escolares, por ocasião das festas pelo casamento do príncipe D. João com a filha de Carlos V: «Nesta Universidade..., onde pouco antes se viram outras, que a todas as dos antigos ou levam ou não dão vantagens.» E no Prólogo confessa o que a Sá de Miranda deve: «não falo nos que o *seguiram até agora em Itália*, pois em nossos dias vemos neste Reino a honra e o louvor de quem novamente a trouxe a ele, com tanta diferença dos antigos quanto é a dos mesmos tempos.» E declara por fim, que a comédia *Bristo* fora composta em férias furtadas ao estudo «como cousa de poucos dias ordenada». A Comédia do *Cioso* pertence à mesma corrente de imitação clássica terenciana dos *Adelphos*, em que os personagens são o fanfarrão (*Miles gloriosus*), a manceba (*cortegiana* e *hetaira* grega) e os filhos-família pervertidos. Pela morte inesperada do príncipe D. João ficaram interrompidos estes divertimentos escolares, que pelo novo regime da Universidade obedeciam a um intuito pedagógico. No Colégio de Guyenne donde viera André de Gouveia para Coimbra, exigia-se aos professores que soubessem – *composer et prononcer Oraisons, Harangues, Dialogues et Comedies*. No tempo em que André de Gouveia reorganizou o Colégio de Bordéus, em 1524, aí desenvolveu as representações dramáticas, de que fala Montaigne, então seu discípulo: *j'ay soustenu les premiers personages ez latines de Buchanan, de Guerente et de Muret, qui se representerent en nostre College de Guie nne avecques dignité; en cela, Andreas Goveanus, nostre principal, comme en toutes aultres parties de sa charge, feut sans com paraison le plus grand principal de France.*» (*Essais*, liv. 1, cap. 25). Quando por pedido de D. João III, André de Gouveia veio em 1547 reorganizar os estudos humanistas em Portugal, implantou estes exercícios dramáticos, que também eram seguidos na Universidade de Salamanca, em cujos Estatutos de 1538 se lê: «It. de cada Collegio cada anno se representará una Comedia de Plauto o Terencio, o Tragicomedia, la primera el domingo de las octavas de Corpus xpi, y las otras en los domingos siguientes... Em Coimbra por ocasião do doutoramento de D. António, Prior do Crato, representou-se a Tragicomédia *Golias* em latim «pelos estudantes nobres da Universidade, no claustro da Portaria, que fica anterior ao Mosteiro de Santa Cruz». Entre os professores de Bordéus que vieram para Coimbra figura Jorge Buchanan, que nas férias escolares fez representar as suas tragédias latinas *Joannes Baptista*, *Jephté*, e as suas traduções da *Medea* e de *Alcestes* de Eurípedes. Devido a esta influência pedagógica, traduziu Anrique Ayres Victoria, com o título de *Vingança de Agamemnon*, a tragédia *Orestes* de Sófocles, impressa em

Lisboa por German Galhardo. Acabou-se aos 6 dias de Novembro de 1555.¹⁰⁷

Faltava ainda na iniciativa de Sá de Miranda a manifestação original de uma tragédia clássica; aparecem junto com o manuscrito da Égloga *Aleixo* uns versos líricos e sextilhas octossilábicas que pertenceram à sua tragédia *Cleópatra*, hoje desconhecida. Seria este tema trágico suscitado pela *Cleópatra*, de Jodelle, de 1552, com que iniciara o teatro clássico. A Renascença, tomando uma direcção exageradamente erudita, afastava-se das tradições nacionais, fazendo despender a actividade literária em traduções e imitações. Cabe a António Ferreira a glória de ter compreendido e achado um tema nacional para a tragédia clássica; quando ele residia já na capital, ocupando o cargo de desembargador da Relação de Lisboa, escreveu a tragédia *Castro*, cuja composição pode ser fixada em 1557. O pensamento desta tragédia nacional foi-lhe despertado pela audição em Coimbra de cantares do povo sobre os amores de D. Inês de Castro; a eles alude D. Marcos de S. Lourenço, cónego crúzio, ao comentar o maravilhoso episódio dos *Lusíadas*, e o próprio Ferreira forma os seus coros com as *moças Coimbrãs*. Conhece-se pela *Castro*, que Ferreira imitou directamente a estrutura das tragédias gregas, sem recorrer aos pálidos reflexos de Séneca, como era então frequente nas literaturas. Ele representa esse carácter *divino* da tragédia antiga na luta entre o amor e a obediência filial; uma sombra de *fatalidade*, logo no princípio, empana a alegria do Coro que dá início à acção com tristes pressentimentos. Nos monólogos e diálogos há esse ardor exaltado, que na tragédia é o movimento ditirâmico do lirismo dionisiaco religioso. A acção dramática é simplesmente episódica em volta desse lirismo elegíaco, servindo para produzir logicamente a catástrofe, que se sabe que há-de suceder *fatalmente*. Para imitar o iambo trímetro usado pelos gregos para a linguagem simples, Ferreira serviu-se pela primeira vez do *verso solto*, usado por Trissino, quebrando-o nos seus hemistíquios. A teoria do *Coro* grego, tão difícil de compreender, acha-se no modo como talhou os seus Coros. Analisando a *Castro* no seu conjunto, nota-se que Ferreira não procurou o efeito artístico, mas somente a reconstrução consciente da estrutura já não compreendida da Tragédia grega. Combina os longos discursos (*rheseis*) com os versos aforísticos (*stichomythias*). Posto que a *Castro* não seja a primeira imitação da tragédia clássica que apareceu nas literaturas modernas, conservará sempre a *legítima* prioridade, por ser o primeiro tema da história nacional idealizado na Renascença.

Importa fixar bem a data de 1557, em que António Ferreira compôs a *Castro*; à emoção causada pela sua leitura refere-se Diogo Bernardes em um Soneto a que Ferreira responde imediatamente. A compilação dos *Poemas Lusitanos* estava feita em 1557, ficando inédita por causa do seu falecimento da *Peste grande* de 1569, até ser publicada por seu filho em 1598. Tendo estas datas presentes se explicará o plágio do frade dominicano Hieronymo Bermudez, que com o pseudónimo de António da Silva, publicou em 1575 a *Nise Lastimosa*, uma incorrecta tradução da *Castro* de Ferreira sobre uma cópia que alcançara. Confrontadas as duas Tragédias, coincidem os Actos e as Cenas, diferindo apenas a 1ª cena que Ferreira abre com o Coro, Inês e a Ama, e Bermudez substituiu por um monólogo de D. Pedro.

Desconhecendo estas datas, o sábio Bouterwek, na *História da Literatura Espanhola* apresenta Bermudez como «o primeiro que considerou a história de Inês de Castro digna da poesia, porque Camões, que tirou desta história um episódio célebre, ainda não tinha feito os *Lusíadas*». Todos sabem que a primeira edição dos *Lusíadas* é

¹⁰⁷ *Tragédia da Vingança* que foi feita sobre a morte de Agamémnon. Agora novamente tirada do grego em linguagem trovada por Anrique Ayres Victoria, cujo argumento é de Sófocles. Agora segunda vez impressa e emendada e anhadida pelo mesmo Autor.

Começa a *Tragédia Orestes*. Tirada do grego em romance trovado por Anrique Ayres Victoria *natural do Porto e dirigida à mui magnífica senhora D. Violante de Távora*.

de 1572, antecedendo três anos o aparecimento da *Nise Lastimosa*.

Do indecoroso roubo castelhano não suspeitava o sábio alemão, porque nem fala no nome de Ferreira, engrandecendo os talentos de Bermudez; mas a questão foi tratada a fundo por Martinez la Rosa, reconhecendo a autenticidade e prioridade da Tragédia de Ferreira. Um dos Mestres franceses que vieram para Coimbra com André de Gouveia, Nicolão Grouchy, traduziu por 1553 a *Castro* de Ferreira, dedicando-a ao Conde de Atouguia, quando ensinava latim a seu filho. Barbosa Machado fala desta tradução hoje perdida. (*Bibl. Lus.*, I, p. 278). Hieronymo Bermudez morreu em 1589; mas dois anos antes do seu falecimento foi publicado em Coimbra o texto autêntico, que ele plagiara: «*Tragédia mui sentida e elegante de D. Inês de Castro, a qual foi representada na cidade de Coimbra. Agora novamente acreçentada. Impressa com licença por Manoel de Lyra. 1587. In-8º.*» Esses acrescentamentos seriam as *sticomittias*, ou discursos que se suprimiam na representação por embarçarem os diálogos. O texto de 1587 tem variantes do de 1557, postumamente publicado em 1598. Ainda contra o plágio de Bermudez protesta a tragédia *Nise laureada*, em que ele dramatiza a coroação de Inês de Castro, dando largas, como frade dominicano, ao prazer do canibalismo da vingança de D. Pedro. Da *Nise lastimosa* (roubada a Ferreira) diz: «Embora a tragédia no seu conjunto esteja longe da perfeição, o poeta elevou-se em algumas cenas a toda a altura da arte trágica.» Da *Nise laureada*, escreve Bouterwek: «A segunda tragédia de Bermudez mal merece ser citada; a escolha do assunto está abaixo da crítica, e o desfecho é insuportável... Desde que começa a cerimónia do julgamento, o horror e desgosto fazem cair o livro das mãos. – Declamações sanguinárias acompanham a execução da sentença real e o Coro exprime a sua alegria, enquanto os algozes fazem o seu ofício. Para achar patético nestes horrores era preciso ser espanhol e acostumado desde a infância a abafar os sentimentos da natureza, desde que a voz do que se chama a justiça se faz ouvir pelo órgão da autoridade real ou eclesiástica; mas também era preciso esta alteração do carácter de um povo tão naturalmente generoso, para que as festas religiosas em que se queimavam judeus e heréticos se tornassem, assim como as corridas de touros, o divertimento nacional.» É o carácter étnico que separa o *ethos* luso do imperialismo ibérico ou castelhanista.

Novelas pastorais. – Este género acha-se representado pela *Diana* de Jorge de Montemor, que como a *Arcádia* de Sidney, pertencem já a essa corrente de requintado gosto italiano da *Arcádia* de Sanazzaro, tornando-se cada vez mais afectado no *A mintas* e no *Pastor Fido* de Guarini. Mas a *Diana* de Montemor venceu a decadência do género, insuflando-lhe a paixão realista com esse fundo sentimental característico da alma portuguesa. Apesar de escrita em castelhano e de ser um fragmento apenas, a *Diana* é a prova da persistência do *ethos* luso, e por ele prevaleceu em todas as literaturas. É sob este aspecto que Bouterwek a aprecia: «Um dos grandes méritos deste poeta é de falar sempre com ternura, sem cair nunca na monotonia; é inesgotável em translações e imagens para variar a expressão do amor. Iguala Sá de Miranda na profundidade e na verdade do sentimento.» E equipara a sua popularidade em Espanha à que excitou o *Amadis*, que como ele teve numerosos imitadores. Sabe-se da sua vida o que nos revelou em versos e referências autobiográficas, e nos documentos oficiais. Nasceu em Montemor-o-Velho em 19 de Março de 1523 (data apontada no *Calendário musical*, que se atribui a Soriano Fuertes), da família dos de Paiva e de Pina, como se lê na Elegia que lhe fez Durante. Fernão de Pina, que fez a reforma dos Forais no tempo de D. João II e D. Manuel, pelo que sofreu graves perseguições, houve filhos bastardos António de Pina e Jorge de Pina, o poeta, que saiu de Portugal por 1541 para ganhar como cantor a sua vida, trocando o apelido da família pelo da sua naturalidade

Montemor. Em uma Epístola dirigida a Sá de Miranda em 1553, descreve-lhe a sua mocidade:

Riberas me crié del rio Mondego,
A do jamas sembró el fiero Marte
Del rey Marsilio a cá desasociego.

.....

El rio de Mondego y su ribera
Con otros mis éguales passeava
Sugeto aí crudo Amor y su bandera.

Con eltos el cantar exercitava
Yá bien sabe et Amor que mi Marfida
Yá entonces sin la veer me lastimaba.

Aquella tierra fuê de mi querida,
Dexéla, aunque quise, por que veyá
Llegado el tiempo yá de buscar vida.

Estes idílios de amor divagando na adolescência pelas margens do Mondego com outros companheiros também poetas, lembram o que representa Camões na Ode IV, de *Sibela*, os seus primeiros amores. O tempo chegado de buscar vida, propriamente os dezoito anos, levaram-no a emigrar para a Espanha, que acolhia nas suas Catedrais e capelas todos os cantores portugueses. Jorge de Montemor, fez do seu talento profissão; confessa-o na Epístola a Sá de Miranda:

En Musica gasté mi tiempo todo,
Previno Dios en mi por esta via,
Para me sustener por algun modo.

Por 1541 seria esta primeira partida de Portugal, deixando a namorada Marfida entregue à sua saudade; e ao regressar à pátria, quando se tratava do casamento da Princesa D. Maria com seu primo Filipe de Castela, veio encontrá-la já desposada com um rival que detestava. Foi sobre esta situação pessoal que compôs a novela com «muy diversas historias de cosas que verdaderamente han sucedido, aunque van disfarçadas debaxo de nombre y estilo pastoril». E personificou a sua namorada de Formoselha, nos arredores de Coimbra e nos campos do Mondego, na pastora *Diana* dos campos de Leão, ribeiras do Rio Ezla, e amada por Sireno, requestada ao mesmo tempo por Silvano, que ela aborrece; eis resumido o seu argumento: «Sucedía pués que como Sireno fuesse forçadamente fuera del reyno, a cosas que su partida no podia escusarle, y la pastora quedasse muy triste per su ausencia, los tiempos y el corazon de *Diana* se mudaran, y ella casó con otro pastor, llamado Delio, poniendo en olvido el que tanto avia querido; el qual *veniendo despues de un año de ausencia* con gran deseo de veer a su pastora, supo antes que llegasse como ya era casada.» E, de facto, em 1543 Jorge de Montemor já se acha em Lisboa fazendo parte da Capela da Princesa D. Maria, que se lhe organizou quando desposou Filipe de Castela, partindo com o cortejo para Espanha. Escreve o Dr. Sousa Viterbo: «O poeta não indica nem a condição nem os anos em que partiu para Espanha, mas estou persuadido que seguiria na comitiva da Princesa D. Maria, filha de D. João III, que em 1543 se matrimoniou com o príncipe D. Filipe, filho

de Carlos V... Nesta persuasão me confirma a dedicatória das obras... o poeta se declara *Cantor de la Capilla de su Alteza, la muy alta y muy poderosa senora Infanta D. Maria.*» Sousa Viterbo achou uma prova mais decisiva no livro ms. Papéis da Embaixada de Inglaterra e da Jornada de Castela sobre a ida da Inf.a Dona Maria; a fl. 98 vem a lista dos Cantores da Capela da Princesa e o quinto dos *Cantores e Musiquos* é Jorge de *môte mor*, tendo por ano XL\$. Nesta lista encontra-se no primeiro lugar a *Bartolomeu de Quevedo*, o amigo de André de Resende, com quem se carteara sobre música¹⁰⁸, e Villadiego celebrado por Gil Vicente.¹⁰⁹

Aqui surge o problema da composição da primeira parte da *Diana*, escrita logo que soube da deslealdade da pastora, ainda antes de regressar à pátria, praticada um ano depois da sua ausência: foi nestas condições que imprimiu em Valência a primeira edição da *Diana*, sem data e que os bibliófilos colocam em 1542. A grande celebridade da novela não foi repentina, conseguindo ver em sua vida cinco edições da *Diana*, 1545 e 1560 (Saragoça), 1561 (Barcelona, Valladolid e Cuenca). Diz o editor Lourenço Craesbeeck, na edição de 1640: «chegou a ver cinco impressões da sua *Diana*, sendo tão geralmente estimada e valida, que não havia casa onde se não lesse, rua onde se não cantassem os seus versos, nem conversação onde se não engrandecesse o seu estilo, desejando toda a pessoa, por autorizada que fosse, de ter particular merecimento do seu autor.» Ele vivia em casa do Duque de Sesa, e assistia às merendas que a duquesa dava às altas damas, marquesas de Guadalquivir e de Comareso, e a elas aludia no texto das novas edições da sua *Diana*.

A Princesa D. Maria faleceu dois anos depois do seu casamento em 13 de Julho de 1545; Jorge de Montemor continuou a usar o título de *Cantor da Capela da Infanta*, recebendo os quarenta maravedis de salário, passando pouco depois a formar parte da Capela que em 1551 se instituiu à princesa D. Joana quando casou com o príncipe herdeiro de Portugal, o malogrado D. João, filho único de D. João III. No mesmo documento transcrito por Viterbo, veio sob o título de *Capilla de la Señora Princeza*, a mesma lista dos Cantores e músicos que pertenceram à Capela da Infanta D. Maria; aí se lê no mesmo lugar:

«*Jorge de Montemayor*, tiene por ano otros tantos XL\$.»¹¹⁰

Assim se lê no *Rol dos criados e pessoas que agora tem a Senhora Princesa Dona Joana, filha do Imperador o qual rol mandou a El Rei Nosso Senhor Lourenço Pires de Távora, sendo Embaixador*.

Os talentos de Jorge de Montemor eram apreciados por D. João III, que lhe fez a mercê da escrivania de um dos navios da carreira da Mina, em 14 de Março de 1551, quando entrou ao serviço da *princesa Dona Joana*.¹¹¹

¹⁰⁸ Vem nos *Músicos portugueses*, de Joaquim de Vasconcelos.

¹⁰⁹ *Arquivo Histórico Português*, vol. I, p. 257.

¹¹⁰ Torre do Tombo, Ms. 169, fl. 132 e 133. (Ap. *Arq. Hist.*, vol. I, p. 288).

¹¹¹ Eis o diploma, publicado por Sousa Viterbo: «Eu El Rei, faço saber a vos feitor e oficiais da casa da Índia e Mina, que hei por bem e me praz de fazer mercê a Jorge de Monte Mor, criado da princesa minha muito amada e prezada filha, da escrevaninha de mil dos navios da carreira da Mina, por hũa viagem por ida e vinda e com o ordenado conteúdo no Regimento depois de compridas as provisões que das tais escrevaninhas tiver passadas a outras pessoas feitas antes deste. Notefico-vo-lo assi e mando, que tanto que pela dita maneira ao dito Jorge de Monte mor couber entrar na dita escrevaninha o metais em posse dela e lhe deixes ir servir e haver a dito ordenado como dito é, e os proes e precalços que lhe dereitamente pertencerem sem nisso lhe ser posto duvida nem embargo algum, por que assi é minha Mercê, e ele jurará na Chancelaria que bem e verdadeiramente a sirva. António de Mello o fez em Almeirim a xiiij dias de março de jb^olj. André Soares o fez escrever.» Torre do Tombo, Chanc. de D. João III, *Doações*, Liv. 62, fl. 167. Ap. Viterbo, id., p. 256.

Jorge de Montemor veio para a corte portuguesa pelo casamento do Príncipe D. João em 1552; é neste segundo regresso que dirige a Sá de Miranda a sua curiosa Epístola autobiográfica:

De mi vida el discurso yo me obligo
A contártelo en breve, aunque mas breve
Fortuna se mostró para conmigo...

En este medio tiempo la estremada
De nuestra Lusitania alta Princeza
En quien la fama siempre está ocupada;

Tuvo, señor, por bien de mi rudeza
Servirse, mi baxo ser alevantando
Con su saber estraño y su grandeza;

En cuya Casa estoy ora passando
Con mi cansada musa, ora en esta,
Ora de amor y ausencia estoy quexando.

Ora mi mal al mundo manifesto
Ora ordeno partirme, ora me queda,
En una hora mil vezes mudo el puesto.

O poeta era arrebatado pelo espírito aventureiro, e não se achava bem na corte beata de D. João III; queria lançar-se ao grande mundo. Sá de Miranda aconselha-lhe serenidade, junto dos jovens príncipes; e escreve-lhe:

Levanta tus sentidos al amparo
Tan seguro e tan alto, como tienes
D'esta Princeza nuestra, un sol tan clara.

No seas como muchos, que sus bienes
Bien no conocen; mira que acontece
A pocos, lo que a ti si bien te avienes.

O temperamento irrequieto de Jorge de Montemor fê-lo voltar para Espanha ainda em 1553, para a Capela Real. Neste breve tempo de Lisboa, conheceria Camões que estava preso no tronco da Cidade, como se infere da anedota dos *Apophtegmas* de Pedro José Supico. Repugnar-lhe-ia a cabala dos poetas Caminha, Jerónimo Corte Real e mais sequazes contra Camões e o seu quase desterro para a Índia. Refere Lourenço Craesbeeck o projecto de Jorge de Montemor de escrever em verso um poema sobre o *Descobrimento da Índia Oriental*, «mas a morte que logo lhe sobreveio atalhou este intento». Impressionara-o o pensamento que absorvia o génio de Camões.

O falecimento prematuro do Príncipe D. João em 1554 veio entenebrecer o problema da sucessão da coroa de Portugal; o nascimento póstumo do *desejado* D. Sebastião veio adiar a solução secreta da escritura do casamento da princesa D. Maria. Tendo regressado a Espanha a princesa viúva D. Joana, que em 1552 nomeara Jorge de Montemor Aposentador da sua casa, com 30\$000 réis de ordenado e mais 10\$000 réis para ajuda, a ela recorre em 1557 o poeta, para que interceda junto da rainha D. Catarina

sua sogra e tia, influenciando em D. João III, para que seja dado a seu pai um emprego que requerera.¹¹² Em uma das edições da *Diana* já alude à viuvez da princesa D. Joana, mãe de D. Sebastião:

La otra junto d'ella és Dona Joana
De Portugal princeza y de Castilla
Infanta, a quien quitó fortuna insana
El cetro, la corona y alta silla.

Entrando para a Capela ambulante de Filipe II, acompanhou-o em 1558 na sua viagem a Inglaterra (ap. Luiz Cabrera, Filipe II, rei de Espanha, p. 31. 1619) donde regressou nesse mesmo ano. No seu impulso aventuroso partiu para a Itália; seria talvez em qualquer missão política de Filipe II a Emanuel Filiberto, então um centro de resistência contra a França. Em Turim, o duque prestava grande adesão a esta política, mas o elemento protestante manifestava grande simpatia pela França. Por um Soneto de Faria e Sousa, na *Fuente de Aganipe*, sabe-se que Jorge de Montemor morrera no Piemonte, e Barbosa Machado fixa a data em 26 de Janeiro de 1561, quando as tropas francesas evacuaram Turim. Bartolomé Ponce, no prólogo da sua *Clara Diana*, diz que em 1558 encontrou Jorge de Montemor, com quem conversara: «Perdone Dios su alma, que nunca mas lo vi, antes de alli a pocos mezes, me dijeron como *un mui amigo suyo lo habia muerto por ciertos celos ó amores.* » Atendendo aos grandes conflitos entre os católicos e protestantes no Piemonte, e especialmente o predomínio dos Valdenses em Turim, mais forte do que a rivalidade amorosa era a exaltação fanática, em que se achava envolvido o poeta.

Como a novela de *Diana* ficou na primeira parte no ponto em que ela pela primeira vez aparece na acção para justificar a violência da família que lhe impusera o casamento, nasceu o apetite de fabricarem continuações da novela. Na *Segunda parte da Diana*, conta Alonso Perez, que Jorge de Montemor à partida para a Itália lhe comunicara o plano que tinha em mente. Por todo o quartel último do século XVI e começos do XVII a *Diana* teve a eflorescência das continuações, como se vê pelas várias edições: 1564, a 2ª parte por Alonso Perez Salamantino; e a *Diana enamorada* de Gil Polo; 1566, *Arbolanche*, considerada pelos anotadores de Ticknor uma das primeiras imitações da pastoral; 1580, a *Clara Diana* por Bartolomé Ponce; 1601, *El Prado de Valencia* de D. Gaspar Mercader; 1627, *Tercera Parte de Diana* por Lleronnyo Texeda, Paris.

O género pastoral estava em plena degradação pelo requinte do estilo ou preciosismo e pela prolixidade tediosa. No fim do século XVI cultivou-o Fernão Álvares de Oriente na sua *Lusitânia transformada*, que é uma imitação da *Arcádia* de Sannazaro, em prosas alegóricas intercaladas de versos, fazendo a vaga narrativa de uns amores que o forçaram a partir de Goa, sua pátria para a Europa em 1576. Ficou cativo na jornada de África em 1578; resgatado pelo dinheiro castelhano, recebeu de Filipe II a mercê de duas viagens de Coromandel na vagante dos providos em 1584, conseguindo o privilégio de poder transferir esse direito para seu filho Luís Álvares por alvará de 25 de Março de 1598. Fez a viagem da Itália, como era de uso na Renascença, onde tomou

¹¹² Embora a carta não esteja datada, tem escrito no verso o ano de 1557:

«Señora – Monte maior tiene ay a su padre y desea mucho que el Rey my señor le haga merced de un oficio que pide: suplico a V. Al. sea servida de ayudarle con su aleza pera que le haga la merced que oviere lugar que pera mi será muy grande toda la que V. Al. le hiziere en esto; nuestro señor guarde a V. Al. como yo deseo – besa las manos a V. Al. – la princesa.»

(*Sobrescrito*) Reyna mi señora 1577. – Sousa Viterbo, *Arquivo Histórico Português*, vol. I, p. 256.

conhecimento da *Arcádia* de Sannazaro, procurando sobre esse modelo reproduzir a novela pastoral alegórica *Lusitânia Transformada* sobre os costumes do tempo. Começou esta pastoral a ser escrita em 1594, como se deduz da referência à homenagem de D. Gonçalo Coutinho mandando pôr uma lápide sepulcral na Igreja de Santa Ana como *sepultura honrada* de Camões. Álvares de Oriente regressara para a Índia em 1591, talvez pela vagante da viagem de Coromandel. Em uma carta régia de Janeiro de 1591, dirigida ao vice-rei Matias de Albuquerque, lê-se no § XXX, que Fernão Álvares de Oriente regressara para a Índia, *espalhando ali novas do reino que eram muito prejudiciais ao estado*; estranhando que em vez de ter sido castigado pelo Governador Manuel de Sousa Coutinho, este o nomeara vedor da Fazenda de Ormuz; e terminava a carta ordenando que quanto antes o remetessem preso para o reino.¹¹³ A data do seu falecimento pode ser fixada em 1599 como vítima dos primeiros rebates da peste. Na revivescência literária, que começou no fim do século XVI, a *Lusitânia transformada*, veio à luz em 1607 coadjuvando essa corrente.

§ II

Camões e o Sentimento nacional

Na Renascença há o antagonismo de duas Almas, que se não compreendem embaraçando a evolução normal da grande época histórica: a Antiguidade clássica, com o génio grego ponderado, artístico, científico, filosófico e político, estabelecendo a harmonia entre a razão e o sentimento; e a Idade Média, impulsionada pelo cristianismo, nascido dos cultos orgiásticos orientais, contagiando o delírio religioso dos mitos patéticos que renovara. Verdadeiramente inconciliáveis, estas duas Almas aproximaram-se na Renascença helénica dos séculos XIII e XVI, quando a teologia católica reproduzia a metafísica alexandrina, e quando as Literaturas nacionais procuravam imitar a beleza da forma. Raros foram os artistas e poetas que souberam realizar este acordo. A Renascença, sob o influxo da Itália, apresenta esses dois aspectos, prevalecendo a autoridade clássica; os génios e os talentos originais abdicam da sua individualidade, imitando subservientemente os novos modelos, como se observa em Garcilaso, Boscan, Sá de Miranda, Ronsard e Spencer. Essa subserviência levou ao exagero da admiração exclusiva dos escritores gregos e latinos, ao emprego do latim nos escritos científicos e históricos, e abandono das línguas vulgares no regime pedagógico dos jesuítas. Protestantes e católicos tinham igual desdém pela Idade Média. Somente um génio capaz de se inspirar do ideal humano e de sentir a tradição nacional, em uma criação desinteressada, poderia unificar como síntese essas duas Almas, conciliando as duas épocas pela sua continuidade histórica. Realizaram este acordo artistas como Rafael, Miguel Angelo e Corrégio, e poetas como Camões, cuja característica é a conciliação dos dois espíritos clássico e medieval. Este o seu lugar na escola italiana em Portugal; e em relação à Renascença na Europa, não pertence somente à literatura portuguesa.

A sua obra, inspirada de todos os elementos poéticos que constituem a tradição de uma nacionalidade, idealiza e representa esse grande facto da vida histórica do século XVI, a aliança do Ocidente com o Oriente, realizada pelos Descobrimientos dos Portugueses. A glória de Camões tem sempre aumentado com o progresso das ciências e da filosofia; Humboldt considera-o um grande poeta da natureza, da realidade

¹¹³ *Arquivo Português Oriental*, fasc. III, p. 298.

objectiva; e Frederico Schlegel, que pertence à época do romantismo em que se restabeleceu a continuidade entre o mundo greco-romano e medieval, aponta-o como a expressão de uma literatura inteira. Verifica-se o asserto nas suas criações estéticas; oriundo de uma família do Algarve e de estirpe da Galiza, Camões funde na sua emotividade e idealização as tradições populares e o lirismo trovadoresco, excedendo em beleza os *ingénuos* vilancetes de Gil Vicente e as trovas mais apaixonadas de Bernardim Ribeiro e Cristóvão Falcão. Educado com todos os recursos da erudição humanista do século XVI, não cai na exclusiva admiração das obras clássicas nem em uma supersticiosa imitação dos poetas italianos, imprimindo-lhes o seu modo de sentir individual pelo relevo que recebeu nos conflitos da sua tempestuosa vida. Na escola italiana é o génio proeminente, completando a iniciativa de Sá de Miranda, achando a forma definitiva de uma nova época literária visando ao destino social.

A) VIDA DO POETA

1º *Nascimento em Lisboa – Mocidade em Coimbra; seus estudos e primeiros amores.* – As altas individualidades só podem ser conhecidas e julgadas pelos recursos da crítica psicológica; observou Maudsley, na *Patologia do Espírito*: «para ter uma psicologia completa do indivíduo, é indispensável estudar as circunstâncias no meio das quais ele viveu e ao contacto das quais se desenvolveu, bem como observar os seus hábitos de pensamento, de sensação e de acção.» Nenhum facto é indiferente para nos revelar a formação de um grande tipo da humanidade: os seus antecedentes atávicos e hereditariedades, a cultura mental sistemática, definindo o seu temperamento, a pressão do meio social, determinando a actividade e o carácter, tudo converge para essa criação esplêndida da natureza. Para a biografia de Camões tem valor histórico o ser oriundo de uma família fidalga da Galiza, sobretudo na orientação do seu génio lírico: foi seu terceiro avô Vasco Pires de Camões, poeta celebrado no Cancioneiro de Baena e ainda lembrado pelo Marquês de Santillana, na sua Carta ao Condestável de Portugal. A emigração do fidalgo galego para Portugal em 1368, com outros como os Mirandas e Caminhas, da aristocracia portuguesa, veio a actuar numa revivescência da poesia trovadoresca da época dionisíaca, quando no século XVI, pelo impulso de Sá de Miranda e depois de Camões, que compreendendo o humanismo da Renascença, fecundaram esse luminoso período literário dos – Quinhentistas.

Não destituindo de importância esta correlação das duas épocas: abundam nos versos de Sá de Miranda as formas galizianas, ainda inconscientemente conservadas na linguagem oral; em Camões, em Jorge Ferreira de Vasconcelos, em Gil Vicente, essa persistência dos *galeguismos* não impressiona tanto como certas formas líricas, as *Serranilhas*, os *Cantares em ledos*, e *guayados*, os de *solau* e de *estavillar*. Os poetas quinhentistas, sob o prestígio da imitação italiana, foram fascinados pelos Motes velhos dessa tradição lírica galiziana.

Do filho segundo de Vasco Pires de Camões, o fronteiro João de Camões, cujo solar era em Coimbra, pelo seu casamento com Inês Gomes da Silva, nasceu o avô do poeta; este dado genealógico nos explica as relações de intimidade de Luís de Camões com a família do Regedor D. João da Silva, a quem dedicou versos, e as confidências amorosas de Jorge da Silva platonicamente apaixonado pela Infanta D. Maria. Seu avô, Antão Vaz de Camões, casou com D. Guiomar da Gama, dos Gamas do Algarve nobilitados pela arrojada empresa marítima de Vasco da Gama, idealizada no poema *Os Lusíadas*. Não é indiferente esta circunstância na determinação do poeta em tomar como tema dos seus cantos o descobrimento da rota do Oriente, e lhe faria notar a coincidência de ter nascido no mesmo ano em que falecera o destemido navegador.

Do casamento de Antão Vaz de Camões, que alguns dão como companheiro de Vasco da Gama, provieram dois filhos, Simão Vaz, pai do grande épico, e D. Bento de Camões, cónego regrante do opulento mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Cancelário da Universidade depois da sua mudança de Lisboa em 1537, e Prior geral da aristocrática ordem. Sobre o poeta exerceu este tio uma influência decidida nos estudos menores que cursou no internato dos Colégios de S. João e de Santo Agostinho, fundados no mosteiro de Santa Cruz, para onde convergiam todos os filhos das famílias nobres portuguesas. Ali conheceu as lendas agiológicas do fundador da monarquia portuguesa, com que matizou a sua epopeia; e ali contraiu a amizade pessoal com os representantes da nobreza do seu tempo.

Simão Vaz de Camões casou em Santarém com Ana de Sã e Macedo, filha de Jorge de Macedo, e sobrinha-neta de Filipa de Macedo, a que foi mãe do Conde de Vimioso. Aires Gonçalves de Macedo, pai de Jorge de Macedo, depois de viúvo fez-se clérigo e foi vigário geral do bispado de Coimbra, e um seu filho natural Marçal de Macedo, casou com Filipa de Sã, filha de Heitor de Sã, donde provêm os Sã de Macedo de Coimbra. (Este Heitor de Sã era primo de Sá de Miranda). Estes parentescos explicam as relações íntimas do poeta com D. Manuel de Portugal, e como a Casa de Vimioso lhe mandou a mortalha; e também como a mãe de Camões adoptara o apelido de Sã de Macedo, em reconhecimento do carinho que achara nesse ramo de Coimbra, contrastando com o orgulho dos Vaz de Camões. (Não deixa de ter sentido o nome de Luís *de Sá* de Camões, no alvará de 5 de Fevereiro de 1585). Pela parentela da mãe do poeta se explica a lenda de ter nascido Camões em Santarém, em Alenquer, em Coimbra.

Nasceu Luís de Camões em Lisboa, onde foi criado, como o refere o licenciado Manuel Correia, pároco da Mouraria e seu amigo, em 1524. Como se fixa esta data? Pelo alistamento de Camões na Casa da Índia para ir como soldado na Armada que partia em 1550, conseguiu-se além dos nomes e morada de seus progenitores, a idade que ele então contava: «Escudeiro, de *vinte e cinco anos*, barberruivo; trouxe por fiador seu pai. Todos os comentadores e com eles Faria e Sousa conheceram o uso da antiga cronologia em que o ano começava a computar-se da Páscoa em diante, e com essa inscrição foi feita antes de 28 de Março de 1550, fixaram o nascimento do poeta em 1524. Esquecida mais tarde esta circunstância, produziu-se o vulgar reparo do bom-senso de Latino Coelho contra a aritmética de Faria e Sousa, que o Dr. Storck também expôs: «Pois então *cinquenta* menos vinte e cinco, dá *vinte e quatro*.» (*Vida*, p. 140). Não lhes ocorreu que no século XVI prevalecia ainda na Europa a cronologia eclesiástica.¹¹⁴

Na Canção XI, Camões assinala a data do seu nascimento pelo horóscopo da calamidade anunciada para 4 a 5 de Fevereiro de 1524:

¹¹⁴ Casos idênticos esclarecem esta data de Camões. O poeta Ronsard nasceu em 11 de Fevereiro de 1524, e referindo em uma epístola ao seu amigo Belleau o dia do seu nascimento, escreve:

L'an que le Roy François fut *prît devant Pavie*
Le jour d'un samedi, Dieu me presta la vie.

Sainte Beuve explica o facto autobiográfico:

«A batalha de Pavia teve lugar em 24 de Fevereiro de 1525; como o ano começava então na Páscoa, referia-se a batalha à data de 1524, e a este ano aludia Ronsard. Gouget dava-o como nascido em 1525. Também Du Bellaye disse que dedicara a Defesa e Ilustração da Língua Francesa ao Cardeal – em Fevereiro de 1549, mas como o ano só começava a contar-se da Páscoa importa ler-se – em Fevereiro de 1550.

(*Tableau de la Poésie française*, p. 290 e 331).

Quando vim da materna sepultura
De novo ao mundo, logo me fizeram
Estrelas infelices obrigado.

Aludia ao prognóstico aterrador do encontro do signo de Piscis em conjunção de vários planetas, de que resultaria um grande dilúvio; o terror foi tal, que Carlos V mandou o seu astrólogo Cristobal de Arcos combater em uns opúsculos esta falsa previsão, e em Portugal a rainha D. Leonor encomendou igual serviço ao Dr. Fr. António de Beja, imprimindo o opúsculo *Contra os falsos juízos dos Astrólogos*; e ainda no meado do século Garcia de Resende metrificava na sua *Miscelânea* a notícia desse extraordinário terror. Por esta singular referência pode bem inferir-se em 4 a 5 de Fevereiro de 1524 (comprovam-no os 25 anos feitos ao alistar-se em Março de 1550 na Casa da Índia). A sua naturalidade de Lisboa é também afirmada na Elegia III, em que descreve a viagem para a Índia, equiparando-se a Ovídio desterrado para o Ponto; e de Lisboa se lembra, como de Sião se lembravam no cativo de Babilónia os israelitas.

Continuadas pestes salteavam Lisboa embaraçando as festas do casamento de D. João III com Catarina de Áustria, agravando-se pavorosamente em 1525; pela Estremadura e Alentejo alastrava em 1527 uma peste devastadora, fugindo o rei e a corte dessa ameaça para Coimbra, demorando-se aí largamente. Pouco antes de 1527, o tio do poeta D. Bento de Camões tomou o hábito no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (*os Bispos de Sansão*); este facto motiva a saída de Simão Vaz com a esposa e o filhinho para Coimbra. Ai teve de deixá-los, para acudir ao serviço dos Armazéns da Guiné e Índia e expedição das Armadas, pelo que D. João III concedeu a Simão Vaz as prerrogativas de *cidadão de Lisboa*, por Alvará de 4 de Outubro de 1529. Por este facto se justifica o residir em Coimbra por alguns anos Ana de Sã e Macedo, criando o seu filho, tornando verídico o facto alegado pelo livreiro da Universidade Domingos Fernandes, da puerícia de Camões em Coimbra. Nesse meio caricioso desenvolveu-se-lhe o sentimento amoroso com uma precocidade impressionante:

As lágrimas da infância já manavam
Com uma saudade namorada...
Co' o Fado estava a idade concertada,
Pois quando por caso me embalavam,
Se de amor versos tristes me cantavam,
Logo me adormecia a natureza;
Que tão conforme estava co' a tristeza.

(*Canc.* XI)

A vida da corte em Coimbra era uma festa continuada; era um modo de afugentar os terrores da peste; Gil Vicente aí representava a *Farsa dos Almocreves* (alcunha dos filhotes coimbrões), a comédia alegórica da *Divisa da Cidade de Coimbra*, o *Auto da Serra da Estrela*. D. João III ocupava-se a planear a reforma dos Cónegos regantes obrigando-os à clausura, vindo em 1528 de Paris *em forma de Universidade* professores que elevaram os estudos, Pedro Henriques, Gonçalo Alves, Vicente Fabrício, D. Damião de Sousa, D. Dionísio de Moraes, e criou bolsas para estudantes porcionistas, ou Colegiaturas. D. Bento de Camões gozava a simpatia de D. João III por ser um dos cónegos que prontamente se submeteram à nova regra da clausura.

Não podia Camões nesta sua descuidada infância estar fora das relações íntimas

com os Camões de Coimbra, então representados pelo bacharel João de Camões, que fez o Morgado de Alenquer, e vivia na sua casa da Porta Nova, que terminava no Chão de Joane Mendes; tinha de sua primeira mulher, Catalina Pires, um filho Simão Vaz de Camões, em quem ambos renunciaram o Prazo de Alvor; e do seu segundo casamento com Branca Tavares, houve uma filha Isabel Tavares. Desse primo do poeta, o estouvado Simão Vaz de Camões, que assalta o convento das freiras de Santa Ana, à imitação de seu tio Pedro Alves de Camões que tinha amores com uma freira de Odivelas, restam documentos que patenteiam a sua desgraçada nevrose; de Isabel Tavares, sabe-se que lhe foi cedido o prazo das Casas da Porta Nova para casar com Álvaro Pinto (Escritura de 3 de Agosto de 1553). Com estes elementos esclarece-se um problema da vida de Camões, quem lhe inspirou a Canção IV, em que se irisa a psicose do seu primeiro amor. Como se sabe, João Pinto Ribeiro, juiz de fora de Pinhel e de Ponte de Lima, a alma da Revolução de 1640, compôs, como diz Fr. António Brandão, «o excelente *Commento que tem feito às obras do nosso Camões*». Faria e Sousa leu este Comento, e aí achou que o poeta amara *uma sua prima*. No seu Livro de *Lembranças* Diogo de Paiva de Andrade (sobrinho do celebrado teólogo do Concílio de Trento) enumerando todos os sofrimentos que ao poeta causaram os seus amores «foi quatro vezes desterrado: *uma de Coimbra – para Lisboa*».¹¹⁵ Nem Paiva de Andrade nem Camilo Castelo Branco compreendiam que amasse uma mulher, que não fosse Catarina de Ataíde, sendo a de mais perto essa que morreu em Aveiro. Mas o poeta revela nos seus versos o nome de Isabel Tavares no anagrama *Sibela*, que emprega nos mais sentidos Sonetos, e *Beliza* na Elegia VIII, e nas Églogas III, IV e VII. Camões descreve como nasceu esse amor:

Conversação domestica afeiçoa,
Ora em forma de limpa e são verdade
Ora de uma *amorosa piedade*,
Sem olhar qualidade de pessoa.

Se depois, por ventura nos magoa
Com desamor e pouca lealdade,
Logo vos faz mentira da verdade
O brando Amor, que tudo enfim perdoa.

Essa intimidade começaria nas excursões à quinta de Vila Franca, de seu pai João de Camões, na margem do Mondego; di-lo no quadro do Soneto:

Num bosque que das Ninfas se habitava
Sibela, Ninfa bela andava um dia
.....
As setas traz nos olhos com que tira,
Oh pastores! fugi, que a todos mata,
Se não a mim que de matar-me vivo.

Em outro Soneto ele queixava-se da esquivança de *Sibela*, devido porventura ao atrevimento do poeta:

Tal mostra de si dá vossa figura,

¹¹⁵ Faria e Sousa seguindo o mesmo sistema da coordenação por *desterros*, considera 1º o de Lisboa para o Ribatejo; tendo perdido toda a tradição dos amores de Coimbra.

Sibela, clara luz da redondeza

.....
Eu pois por escusar tal esquivaça,
A razão sujeitei ao pensamento,
A quem logo os sentidos se entregaram;

Se vos ofende o meu atrevimento,
Inda podeis tomar nova vingança
Nas relíquias da vida que ficaram.

Camilo nas *Notas biográficas* sobre Camões, transcreve um Soneto em que aparecem terminados esses amores, pelo casamento com quem a não merecia:

Já não sinto, senhora, os desenganos
Com que minha afeição sempre tratastes,
Nem ver o galardão que me negastes
Merecido por fé de tantos anos.

A mágoa choro só, só choro os danos
De ver por quem, senhora, me trocastes;
Mas em tal caso vós só me vingastes
De vossa ingratidão vossos enganar.

Dobrada gloria dá qualquer vingança,
Que o ofendido toma do culpado,
Quando se satisfaz com causa justa.

Mas eu de vossos males e esquivaça
De que agora me vejo bem vingado,
Não a quisera tanta à vossa custa.

Camilo comenta: «Claro é que Luís de Camões alude à mulher que o vinga padecendo as magoas resultantes de uma aliança em que ele foi ingratamente sacrificado. Á outra dama que morreu estando para casar, segundo a versão colhida pelos primeiros biógrafos, não diria Camões:

..... a vingança
Não a quisera tanto à vossa custa.

«O Soneto não atraiu ainda notável reparo de algum biógrafo, sendo a pagina mais para estudo nos amores de Camões.» (*Not. biogr.*, p. 24). O Soneto não se pode referir a Catarina de Ataíde de Sousa, que em 1543, deixava de ser dama da rainha para vir para Aveiro casada com Rui Borges, quando Camões na Canção IV fazia a deliciosa despedida do Mondego, onde ficavam os seus amores e as emoções mais suaves da mocidade. E o que diz Camilo da falta de exame deste Soneto, também acontece com a Canção IV, em que se representa esse período inicial da sua vida afectiva. Conhecida a realidade desses anagramas de *Sibela* e *Beliza*, em *sua prima*, dos Camões soberbos de Coimbra, *Isabel Tavares*, irmã do estouvado Simão Vaz de Camões, antes de chegar ao momento do seu *desterro de Coimbra para Lisboa*, é o poeta pela direcção do seu tio D. Bento admitido a uma Colegiatura em Santa Cruz.

A época em que entrou Camões para os estudos menores fixa-se em 1537, porque era depois dos doze anos que começava a admissão às Escolas do mosteiro de Santa Cruz, como o afirma o cronista regente D. Nicolau de Santa Maria. Tinham estes estudos sido reorganizados por ordem de D. João III pelo reformador Fr. Brás de Barros, que mandara vir diferentes professores de Paris. Desde 1528 eram estas escolas frequentadas por toda a aristocracia portuguesa, e ali encontrou Camões o germe das valiosas amizades que toda a vida o acompanharam, como a dos filhos do Duque de Bragança, a dos filhos do Conde de Sortelha, D. Gonçalo da Silveira, memorado nos *Lusíadas*, Heitor da Silveira e D. Álvaro da Silveira. O professor de Gramática latina era aí o crúzio D. Máximo de Sousa, filho de um fidalgo de Soure casado com Ana de Macedo, natural de Santarém; porventura seria o celebrado mestre aparentado com o poeta, interessando-se em torná-lo um exímio latinista. O Curso de Artes e Humanidades constava de quatro anos: no primeiro dava-se a introdução (*Isagoge*), os *Predicaveis* de Porfírio, *Predicamentos* e *Perihermeneias* de Aristóteles; no segundo ano, os *Priores* de Aristóteles, *Posteriores*, *Tópicos* e *Elencos*, e os seis livros da *Física* de Aristóteles; no terceiro, dois livros da *Física* (*De Coelo*), *Metafísica*, *Meteoros* e *Parva Naturalia*; no quarto ano, *De Generatione*, *De Anima*, *Éticas* e a 1^o e 2^a de S. Tomás. Falava-se obrigatoriamente em latim no trato escolar, e em Camões ressentia-se este efeito na estrutura sintáctica das suas estrofes e na propriedade com que formava neologismos, que lhe enriqueciam a elocução poética. O excesso do aristotelismo averroísta, que predominava na cultura peninsular, deveria actuar sobre o génio poético, fazendo que predominasse a reflexão sobre a imaginação. Camões escapou a esse perigo, porque veio no momento em que as doutrinas de Aristóteles e de Platão tinham sido conciliadas na obra muito lida de Leão Hebreu, o judeu português Juda Abarbanel, nos seus *Diálogos de Amor*, que foram encontrados em língua portuguesa entre os livros do espólio de Espinosa. Falando dos *Diálogos de Amor*, notou Fitzmorice Keley a sua influência sobre o lirismo de Camões: «A obra de Abarbanel, foi traduzida em castelhano, em francês e em latim; ela influenciou em místicos tais como Luiz de Leon e Malon de Chaide e poetas como Camões e Herrera.»¹¹⁶

Em 1537 a mudança da Universidade para Coimbra fora um triunfo para o Mosteiro de Santa Cruz, vencendo as reclamações do corpo docente de Lisboa, as exigências de Évora, e ainda do Porto pelos pedidos do Arcebispo de Braga. As enormes rendas do Mosteiro, tiradas as do Priorado geral, foram aplicadas à nova instalação e reforma da Universidade, precedidas por uma remodelação dos estudos médios. As Escolas permaneceram de 1537 a 1541 junto de Santa Cruz, donde passaram para os Paços do rei, na cidade alta, sob a reitoria de D. Garcia de Almeida. Vieram numerosos lentes estrangeiros; e os Colégios foram, por carta de 15 de Dezembro de 1539, incorporados na Universidade: «que daqui em diante seja e se chame hũa Universidade, e que todos juntamente hajam e gozem de uns mesmos privilégios...» Em uma descrição coeva do Mosteiro de Santa Cruz, vem o quadro da animação dos escolares: «Em este tavoleiro ha grande concurso de estudantes, que continuamente conferem entre si, uns em *Gramática*, outros em *Retórica*, outros em *Lógica* e *Filosofia*, outros em *Santa Teologia*, outros em *Medicina*...; e a todos é opróbrio falar salvo em língua latina ou grega. Estes estudantes saem como enxames de abelhas de dois polidos e concertados Colégios, que estão a dextra e a sestra desse Mosteiro, e não em pequeno ornamento seu. Destes Colégios o primeiro se diz de *Santo Agostinho*..., e o segundo de *S. João Baptista*; são as aulas ou Gerais, em eles, dez, ladrilhadas e forradas e providas de cátedras mui artificiosas.» Em 1540 frequentavam a Universidade 612 Escolares, e

¹¹⁶ *Hist. Literatura Castelhana*, p. 143.

com certeza entre os 25 Dialéticos, 10 Filósofos e 48 Retóricos, nessa chusma se encontrava Camões. Em 15 de Dezembro de 1539 foi conferido aos Piores Gerais de Santa Cruz a dignidade de Cancelários da Universidade, desempenhando este alto cargo D. Bento de Camões, o tio do Poeta, eleito pela sua ordem em 5 de Maio desse ano.

O talento poético de Camões revelara-se neste meio sugestivo; muitos e belos Sonetos lhe tinham sido inspirados por *Sibela* ou *Beliza* (sua prima Isabel lavares); e em harmonia com o carácter de seu tio dedicou-lhe a *Elegia da Paixão*, precedida de um belo Soneto dedicatório. Pelos recursos da opulenta livraria do Mosteiro pode ele ler e imitar Petrarca, conhecer o *Orlando* de Ariosto e as *Pastorais* de Sannazaro, e Boscan e Garcilaso iniciadores do estilo italiano em Espanha. Em 1542 passara por Coimbra o duque de Bragança, D. Teodósio, em regresso da Romaria de S. Tiago, indo albergar-se no mosteiro de Santa Cruz; dedicou-lhe então Camões dois Sonetos, não decerto primeiros ensaios. Tendo começado os estudos da Universidade em Março de 1538, terminou os quatro anos do Curso de Artes em 1542, graduando-se *Bacharel latino* (segundo a frase alusiva do seu amigo André Falcão de Resende). Neste meio em que era admirado o seu descomunal talento e galhardia, em que poderia alcançar altas posições na igreja ou no Estado, Camões sai contra vontade de Coimbra, em *desterro para Lisboa*, como o classifica o antiquário Diogo de Paiva de Andrade. Na deliciosa Canção IV, em que o poeta se despede de Coimbra, indica o motivo dessa violência:

Vão as serenas aguas
Do Mondego descendo,
E mansamente até ao mar não param;
Por onde *as minhas magoas*
Pouco a pouco crescendo
Para nunca acabar *se começaram*.
Ali se me mostraram
Neste lugar ameno
Em que inda agora mouro,
Testa de neve e de ouro;
Riso brando e suave; olhar sereno,
Um gesto delicado,
Que sempre n'alma me estará pintado.

E descrevendo esta alegria sinérgica de plena mocidade alentada pelo seu amor:

Nesta florida terra,
Leda, fresca e serena,
Ledo e contente para mi vivia.
Em paz com minha guerra, Glorioso co'a pena
Que de tão belos olhos procedia.
De um dia em outro dia
O esperar me enganava;
Tempo longo passei,
Com a vida folguei,
Só por que em bem tamanho se empregava.

É neste sonho da existência que bruscamente acordado tem de partir, por não convir a sua presença em Coimbra:

Oh, quem me ali dissera,
Que de *amor tão profundo*
O fim pudesse ver eu algum hora!
E quase cuidar pudera
Que houvesse aí no mundo
Apartar-me eu de vós, minha senhora!
Para que, desde agora
Já perdida a esperança
Visse o vão pensamento
Desfeito em um momento,
Sem me poder ficar mais que a lembrança,
Que sempre estará firme
Até no *derradeiro despedir-me*.

A esquivança da namorada tantas vezes expressa nos Sonetos, é a que lhe exproba nesta despedida a que o condenaram:

Mas a mor alegria
Que daqui levar posso
E com que defender-me triste espero,
E que *nunca sentia*
No tempo que fui vosso
Quererdes-me vós quanto vos eu quero.

Na Elegia VIII, que começa: «*Belisa*, único bem desta alma minha», vem esboçado o facto cantado no Soneto em que *Sibela* pelo seu casamento o vinga:

Assi nenhum pastor *a quem te rendas*,
Te faça conhecer o que me fazes,
Para que com teu mal meu mal entendas!

Como já agora não te satisfazes
Das penas deste amor, que por querer-te
De teu merecimento são capazes?

Pois quem com outro mérito render-te
Presume (oh raro monstro de beleza!)
Muito mais longe está de merecer-te.

Este si que merece a gran crueza
Com que tu de acabar-me a vida trataas,
Pois diante de ti, de si se preza.

Na Égloga III, em que se encontram Almeno e *Belisa*, vem a recriminação que aclara essa despedida forçada:

Como te esquece já, gentil pastora,
Que folgavas de ler nos freixos verdes
O que de ti escrevia cada hora?

Porque a memória tão depressa perdes Do amor que me mostravas, que eu não digo, Se o vós, oh altos montes, não disserdes?

*E como te não lembras do perigo
A que só por me ouvir te aventuravas,
Buscando horas da sesta, horas de abrigo?*

Co'a maçã da discórdia me atiravas

.....
Mas era aquela com que Galateia
O pastor cativou, como ele canta.

*Se más tenções puseram nódoa feia
Em nosso firme amor, de inveja pura,
Porque pagarei eu a culpa alheia?*

Belisa increpa-o, lançando à desenvoltura de Almeno a causa:

*Mas teu sobejo e livre atrevimento
E teu pouco segredo, descuidando,
Foi causa deste longo apartamento*

.....
Um só segredo meu te manifesto
Que te quis muito em quanto Deus queria,
Mas de pura afeição, de amor honesto.

*E pois de teus descuidos e ousadia
Nasceu tão dura e áspera mudança,
Folgo; que muitas vezes to dizia.*

Na Égloga IV do poeta vem a nota pungente do desengano:

*A quem Belisa ingrata te entregaste?
A quem deste cruel a formosura,
Que a meu tormento só, só se devia?*

*Porque uma fê deixaste firme e pura?
Porque, tão sem respeito me trocaste
Por quem só nem olhar-te merecia?*

Nas três famílias dos Camões de Évora, de Coimbra e de Lisboa existia a nevrose hereditária; a riqueza e a importância hierárquica deram-lhe o carácter de estouvamento e desenvoltura, que vemos em seus primos Simão Vaz de Camões, de Coimbra, no Luís de Camões, de Évora, que foi à batalha naval de Tunis, e Pero Alves de Camões, que vivia em Lagos. Com certeza este amor de *Belisa* é explicável na sua desventura pela simples causa de ser Isabel Tavares irmã consanguínea de Simão Vaz de Camões. Na sua pobreza e desgraça, o génio do poeta apurou-se, resistindo em todos os meios pela *nooenergia*.

2º Na corte de D. João III – Novos amores. 2º Desterro no Ribatejo. Dois anos em Ceuta. 3º Desterro em África. – Deu-se na passagem brusca de um meio plácido e contemplativo como Coimbra, sob a disciplina escolar, uma profunda modificação, agravada pela crise da adolescência vigorosa, quando Camões se viu com independência franca, em uma capital faustosa agitada por vastos interesses económicos como Lisboa. Sofreu uma violenta adaptação o poeta, que o impelia para a nevrose da sua parentela, arrebatado pela desenvoltura de uma outra mocidade insubmissa. Do seu talento e saber já o tinha precedido a fama, que chegara até às damas do paço, que bem desejavam conhecer esse rapaz que sabia aliar a *cortesia* com o *gracejo*, a galantaria com o desenfado ou espontaneidade. Na Égloga II descreve Camões o seu estado moral nesse ano turbulento de 1543, já liberto de surpresas afectivas depois da paixão malograda de Coimbra:

A barba então nas faces me apontava,
Na luta, na carreira, em qualquer manha
Sempre a palma entre todos alcançava.

Da minha tenra idade, em tudo estranha,
Vendo, como acontece, afeiçoadas
Muitas Ninfas do rio e da montanha;

Com palavras mimosas e forjadas
De solta liberdade e livre peito
As trazia contentes e enganadas.

Mas não querendo Amor, que deste jeito
Dos corações andasse triunfando
Em que ele criou tão puro afeito;

Pouco a pouco me foi assi levando
Dissimuladamente às mãos de quem
Toda esta injúria agora está vingando.

Era a paixão, que se tornou um destino. A vida do paço era perigosa; já tinha perdido Bernardim Ribeiro, e a custo se salvou Sá de Miranda pelo seu voluntário ostracismo; e como escapar-lhe uma natureza em tudo estranha, excepcional, em tenra idade? Além das damas, era também por autorizados eruditos *bem visto e melhor ouvido*, como por tradição o referiu o enciclopédico do século XVII Macedo. Essa corte de D. João III tão caracteristicamente descrita nas Instruções dadas ao núncio de Paulo III, Aloysio Lippomano em 1542, patenteiam-nos o meio tremebundo para onde fora atraído.

O fervor dos estudos humanísticos da Renascença literária e científica, que tanto influíra na reforma da Universidade em 1337 e fundação do *Colégio Real*, irradiou principalmente da corte de D. João III, para onde chamava os principais filólogos portugueses e estrangeiros para pedagogos de seus irmãos. Por convite de D. João III, Aires Barbosa, discípulo de Angelo Policiano e iniciador dos estudos humanísticos em Espanha, foi chamado de Salamanca para vir ser mestre dos infantes D. Afonso e D. Henrique; Pedro Margalho, que se doutorou em Paris, André de Resende, amigo de Erasmo, o célebre helenista Nicolau Cleynartz renovador dos estudos clássicos em Louvaina e António Pinheiro, feito bispo de Miranda, vieram chamados das escolas

estrangeiras para dirigirem a educação dos irmãos e do filho do monarca. O celebrado Dr. Pedro Nunes dava lições de matemática e astronomia ao Infante D. Luís. Porém, todo este fulgor se obombrou com a entrada dos Jesuítas em Portugal, um pequeno grupo de clérigos que acabava de constituir-se em Roma como instituição predicante e docente, votada às missões longínquas e à direcção espiritual dos potentados; recomendou-os a D. João III o embaixador em Roma D. Pedro de Mascarenhas. Fácil lhes foi apoderarem-se do espírito de D. João III, convencendo-o o astuto P.^e Simão Rodrigues, que a renovação dos estudos humanistas, era a emancipação da razão, que conduzia ao livre exame e ao protestantismo. Pela fundação do seu Colégio das Artes começaram os Jesuítas a minar as reformas brilhantes dos estudos, e enquanto preparavam os estratagemas com que haviam de expulsar os mestres franceses e apoderarem-se da Universidade, entregaram-se na corte à direcção espiritual, empregando as excitações do fanatismo pelos *Exercícios* de Inácio de Loiola, pelas sugestões do confessor e terrores das penas do inferno. O culto Infante D. Luís ficou sob a direcção espiritual do jesuíta P.^e Diogo Mirão; o cardeal D. Henrique era dirigido por outro jesuíta, o P.^e Leão Henriques; outro jesuíta, o P.^e Gonçalo de Melo, dirigia as timoratas consciências da infanta D. Isabel e de seus filhos D. Duarte, D. Maria, princesa de Parma, e da duquesa de Bragança, D. Catarina. Multiplicavam-se as devoções ridículas, repetiam-se semanalmente as confissões e provocava-se uma iluminação contemplativa com as orações mentais, as exortações fervorosas e as penitências depressivas. A rainha D. Catarina, como castelhana e herdeira de uma psicologia mórbida transmitida na epilepsia de que todos os seus filhos prematuramente morreram, agravara esta exaltação dos jesuítas com o seu rigorismo ou regime ascético, contagiando a vesânia obscurantista a toda a fidalguia que tolerava que lhe fossem raptados os filhos para a Companhia. O povo apupava com o nome de *Franchinotes* esses heteróclitos padres, que se davam a si mesmo o título de *Apóstolos*, provocando o escárnio por causa dos seus hábitos de pelotes com mantéu curto, chapéu de coco, bordão de cana e alforques pendurados a tiracolo com fitas de ourelo.

Camões conheceu logo esta odiosa praga, descrevendo os seus processos na Carta inédita (hoje impressa) dos Mss. Vimeiro: «Outras damas hai cá, que ainda que não sejam tão fermosas como Helena, são altivas, como são hūas beatas de San Domingos e outras que conversam os *Apostólos*; estas se geram de viuvas honestas e de casadas que tem os maridos no Cabo Verde; assim que hūas por casar e outras por lhe Deus trazer os maridos, de cuja vinda elas fogem, nem que lhes escapam as quartas feiras em Santa Barbara, as sextas em Nossa Senhora do Monte, os sábados em Nossa Senhora da Graça, dias do Espirito Santo. Hūas dizem que jejuam a pão e agua, outras que não comem cousa alguma que padeça de morte...» Em Coimbra estes *Apóstolos* empregavam outras gírias, como refere o P.^e Hermes Poen em carta ao P.^e Fabro, descrevendo como lá produziam a exaltação religiosa: «no silêncio da noite ao som de uma campainha, despertavam os cidadãos com terríveis vozes, pelas ruas, que moviam ao horror da morte e do dia de Juízo e isto por diversas vezes. O que entoavam era por esta forma:

Temed, ó pecadores,
de las penas eternas los rigores!
Repara, hombre obstinado,
que la mayor miseria és el pecado.
Pecador! alerta, alerta!
que la muerte está à la puerta.

«muitos maridos de admiração perguntavam que significava este extraordinário modo de pregar, de clamar e de mendigar? Uns diziam que eram loucos ou néscios...»¹¹⁷

Era nesta corte funérea e estúpida, que entrava Camões, um dos mais esclarecidos espíritos da Renascença em antinomia completa com este ascetismo. Não se apagara totalmente a luz do grande século na corte de Lisboa; porque em volta da Infanta D. Maria, última filha de D. Manuel, permitiram-lhe todas as distrações e recreios musicais e literários para atenuarem o golpe de lhe tirarem o noivo Filipe de Espanha para sua sobrinha a Princesa D. Maria. Os fidalgos que ainda conservavam a tradição trovadoresca e o gosto pelas copias de Cancioneiro tomavam parte nas veladas da Infanta. Camões, pela sua cultura enciclopédica, conquistou a admiração de Francisco de Moraes, que vivera três anos em Paris na corte de Francisco I; por ele foi apresentado ao Conde de Linhares, camareiro-mor da rainha, e pela intimidade de D. Manuel de Portugal, que regressara da Itália, tornou-se um triunfo para a sua entrada na corte. Chamavam-lhe a *Sereia do paço*; as damas pediam-lhe versos; e a gentil D. Francisca de Aragão, a dama mais querida da rainha, e sempre esquiva para os poetas palacianos como D. Manuel de Portugal e Pedro de Andrade Caminha, mandava ela a Camões Motes e Tenções para que os glosasse pela sua extrema graça e sensibilidade delicada. Foi esta situação excepcional a primeira causa das invejas e dos ódios que o tornaram desgraçado, um perseguido.

A Ode VII dirigida por Camões a D. Manuel de Portugal, um dos mais prestigiosos adeptos da Escola de Sá de Miranda, revela-nos a situação em que se achava em 1544, antes da sua entrada na corte; considera-o a árvore a que se arrima a hera florescente: *Por Mecenas a vós celebros e tenho*; e fala-lhe nas rapsódias históricas ou poematos:

O rudo Canto meu que ressuscita
As honras sepultadas
As palmas já passadas
Nos belicosos campos lusitanos...

Não há nessa Ode a mínima referência a Navegações; não tinha ainda sido deslumbrado pelas assombrosas Colgaduras dos *Triunfos da Índia*. Só na entrada dos paços da Ribeira é que contemplou essa representação ornamental sumptuosa, que lhe suscitou o *pensamento novo*: a empresa dos Descobrimentos como centro da acção do poema que apenas ressuscitava as Memórias sepultadas. Neste ano de 1544 tinha sido constituída a casa do Príncipe D. João, e por honra especial foram concedidas as entradas a D. Manuel de Portugal. Que melhor Mecenas?

Na corte de D. João III existia uma sombra de despeito contra aqueles fidalgos que tinham aplaudido o casamento extemporâneo do rei D. Manuel com Leonor de Áustria, noiva do príncipe seu filho, que lhe sucedeu. Desenvolvia-se um plano de evasivas diplomáticas para evitar a entrega da Infanta D. Maria, a sua mãe, casada em segundas núpcias com Francisco I, ou a Carlos V, para assim evitar o satisfazer as cláusulas onerosas do seu dote. Em volta da Infanta forma-se uma pequena corte literária, com que se distraía nos seus íntimos desgostos, permitida pela austeridade devota da rainha sua tia. Sendo chamado a Portugal Diogo Sigeo para mestre de D. Teodósio, a Infanta D. Maria tomou para a sua companhia Luísa Sigea, esmerada poetisa, e poliglota, conhecedora do latim, grego, hebraico, árabe e siríaco, e também sua irmã Ângela Sigea; além da erudita Joana Vaz e Paula Vicente *tangedora*, que

¹¹⁷ Padre Baltazar de Alcazar, *Hist. Cron. da Companhia*, P. I, p. 52.

figuram nas moradias da casa da rainha, pertenciam a este cenáculo de damas ilustres, D. Leonor de Noronha, ocupada em traduções latinas, e em compor novelas da cavalaria, e D. Leonor Coutinho. Desde que vemos Camões tencionando sobre o Episódio de *Mira guarda*, do *Palmeirim de Inglaterra* oferecido por Francisco de Moraes à Infanta em 1543, torna-se evidente o influxo desse meio sobre o poeta, pelo que o rei desejou tomar conhecimento dos seus versos, facto aludido na Carta II: «este Mote, que escolhi da manada dos enjeitados, e cuido que não é tão dedo queimado, *que não seja dos que El Rei mandou chamar...*»

O gosto literário da escola italiana introduzido por Sá de Miranda, não era o mais seguido na corte, onde os velhos usos do tempo de D. João II e D. Manuel se mantinham com rigor; as coplas de Cancioneiro, as redondilhas, os motes, as voltas, as tensões, as esparsas, as endechas e outras formas poéticas atrasadas do século XV é que achavam melhor curso nos serões do paço, e os seus adeptos constituíam uma escola intransigente e em hostilidade contra o hendecassílabo, escola a que chamavam da *Medida velha*. Camões metrificou no gosto da *medida velha* sobre todas as peripécias do paço, a pedido das damas, e os que se lembrassem ainda ou tivessem lido as *Trovas* de Bernardim Ribeiro ou as de Cristóvão Falcão, ficavam maravilhados dos admiráveis improvisos, a que Camões dava o nome de *manada dos enjeitados* por excluí-los do seu *Parnaso*, e que os editores coligiram sob o nome de Redondilhas.

D. Manuel de Portugal, da ilustre casa do Vimioso, representava no paço a nova escola italiana, sendo um dos mais íntimos amigos de Camões. O infante D. Luís era também poeta, e alguns sonetos que pertencem a Camões andam em seu nome. Outro discípulo de Sá de Miranda, Pedro de Andrade Caminha, camareiro do infante D. Duarte, frequentava o paço e confiava os seus versos a Camões, antes de vir a prorromper nessa miserável inveja que lhe ditou alguns epigramas contra Camões, baixos no intuito mas preciosos como documentos para a vida do poeta. Jorge Ferreira de Vasconcelos vivia na intimidade do paço e do príncipe D. João. Em volta de Camões agrupavam-se os novos talentos, os temperamentos apaixonados, como Jorge da Silva, que nutria uma adoração íntima pela infanta D. Maria, o irrequieto João Lopes Leitão, D. Simão da Silveira e outros náufragos do amor.

A preocupação devota da rainha D. Catarina exigia uma forte austeridade de costumes no paço, e os versos improvisados tornaram-se pelas restrições dos hipócritas intrigantes fundamentos de acusação. A rainha queria evitar escândalos amorosos, como o do marquês de Torres Novas, no princípio do reinado de D. João III; logo que se descobriram os amores de Jorge da Silva, apesar de ser da família do Regedor, foi preso para o Limoeiro; por ter espreitado as damas, foi João Lopes Leitão mandado prender em sua casa; mais tarde esse Outro amigo de Camões, D. António de Noronha, da casa de Linhares, foi mandado servir nas guarnições de África para assim abafar uma paixão amorosa. Camões achava-se em uma corte onde pelas dissidências intelectuais ou pela espontaneidade afectiva, tinha que cair fatalmente em desgraça; a independência de carácter aliada a uma valentia decidida, eram também motivo para comprometer o seu génio deslumbrante. Como sucedera a outros poetas, Camões também se apaixonou por uma *dama do paço da rainha*, segundo o dizer tradicional conservado por Matiz, o que quer dizer, uma dama submetida à suspicaz disciplina da rainha D. Catarina. Um acidente de tal ordem era uma perda irreparável desde que fosse conhecido.

Quem era essa dama? O poeta, em uma copla de redondilha, traz o acróstico: LUÍS – CATARINA DE ATAÍDE, conservado entre os manuscritos coligidos por Faria e Sousa, que se guardaram na Biblioteca das Necessidades. No Cancioneiro manuscrito de Luís Franco, fl. 287, vem uma Égloga à morte de D. Catarina de Ataíde, por Camões; e dentre os manuscritos de Faria e Sousa, extraiu o editor-crítico padre Tomás

J. de Aquino a Égloga XV, que tinha a rubrica «*de Luís de Camões à morte de D. Caterina d'Ataíde, dama da Rainha*». O facto de ser «*dama da Rainha*» repete-se no Epitáfio XXII de Pedro de Andrade Caminha: «*Á senhora D. Caterina de Ataíde, filha de D. António de Lima, Dama da Rainha.*» Assim se determina a personalidade histórica da mulher que fora o ideal e o estímulo do génio de Camões. Pelo *Nobiliário* de D. António de Lima, sabe-se que ela era filha desse outro D. António de Lima, mordomo-mor do infante D. Duarte, e depois camareiro-mor do filho do mesmo infante, sendo sua mãe D. Maria Bocanegra, que viera de Espanha como dama da rainha D. Catarina; o *Nobiliário* traz estas secas linhas, que nem deixam adivinhar as decepções profundas de uma alma: «*D. Caterina de Ataíde, que sendo dama da dita rainha morreu no paço moça.*»

A descoberta destes amores proveio de ódios contra O poeta, por inveja do brilhantismo do seu talento, e por despeitos namorados; na corte existiam ao mesmo tempo outras damas nobres e belas que tinham este mesmo nome de *Caterina de Ataíde*, que a tradição ligou também aos amores do poeta.

Entrou D. Catarina de Ataíde, com treze anos de idade para a dama da rainha, pela vaga deixada por D. Catarina de Ataíde de Sousa, pelo seu casamento com Rui Borges, como se lê pelo assento no Livro das Moradias da Casa da Rainha: *Cataryna d'atayde f.^a d'alv. de souza*. E à margem do assentamento: «em almeirim a VII de dez.^o de 1543 ouve certidão *dona cateryna pera tirar seu casamento por fazer certo ser casada* pera fazenda del Rey noso Senhor e *portanto foy riscada...*» Eis historicamente determinada a vaga, em que muito moça entrou a filha de D. António de Lima para *Dama da rainha*. Sua mãe, D. Maria Bocanegra, viera de Espanha com a rainha, e achando-se com quatro filhos e quatro filhas, sem outros recursos além dos proventos do paço, obteve este favor especial em benefício de sua filha mais velha. É fundamental esta circunstância para compreender a hostilidade provocada por esses amores entre uma menina de treze anos e um rapaz de vinte e um, inteligente e admirado. Ela, como de sangue castelhano, tinha uma beleza e precocidade afectiva, e distinguiu o poeta pelo seu deslumbramento; Camões rendeu-se-lhe por aquele impulso que submeteu o bravo Roland à ingénua Alda – *ela sorriu-se para mim*. Camões tinha já lido as *Saudades* de Bernardim Ribeiro (di-lo na Carta já citada) e lembrar-se-ia da justificação de Aónia: menina de entre treze e catorze anos, *não sabia que cousa era amar*. Nos seus primeiros amores de *Sibela* ou *Beliza*, só encontrara esquivações.

Sendo Camões escasso de recursos, como ia olhar para uma menina pobre, que a Rainha protegia? Porventura seria alguma outra Catarina de Ataíde, sua homónima entre as damas da corte? A filha de Álvaro de Sousa, estava longe da corte e casada; o seu confessor, Fr. João do Rosário, perguntou-lhe, depois de 1546, se tinha sido amada por Camões: «E tódalas vezes que no *Poeta desterrado por essa razão* lhe falava, sempre em resposta havia que assim não era... » Em 1552, quando o poeta estava preso em Lisboa, era ela sepultada no convento de S. Domingos de Aveiro.

Outra *D. Catarina de Ataíde* era a sétima filha de D. Francisco da Gama, ainda parenta de Camões por seu avô Antão Vaz de Camões; o patriota João Pinto Ribeiro conservava a tradição de ter o poeta amado *uma sua prima*; nas redondilhas inéditas coligidas por Manuel de Faria e Sousa, acham-se umas voltas ao mote:

No monte de amor andei
Por ter de Monteiro fama,
Sem tomar gamo nem *gama*.

As voltas são mimosíssimas, e todas frisando o equívoco do nome de *Gama*:

Levava por meus monteiros
Nesta caça dos tormentos
Os meus ais, que como ventos
Iam diante ligeiros
Uns tão tristes companheiros
Levei, como quem ama,
Por descobrir esta *gama*.

Esta D. Catarina de Ataíde, filha do segundo almirante D. Francisco da Gama, casou com D. Pedro de Noronha, senhor de Vila Verde. Camões sentiu-se ferido pelo desdém ou desconsideração destes seus parentes, porque nos *Lusíadas* eternizou esse ressentimento (Cant. V, st. 99):

Às Musas agradeço *o nosso* Gama
O muito amor da Pátria, que as obriga
A dar *aos seus* na Lira nome e fama
De toda a ilustre e bélica fadiga;
Que ele, *nem quem na estirpe seu se chama*
Calíope não tem por tão amiga,
Nem as filhas do Tejo, que deixassem
As telas de ouro fino, e que o cantassem.

Há aqui um facto importante, com uma íntima razão de ser. Quando se descobriram na corte versos amorosos a uma certa dama D. Catarina de Ataíde, cada uma deste nome deu naturalmente escusas da imputação: a filha de D. Álvaro de Sousa conhecia a *grande alma* do poeta, e por ela explicava as empresas a que o poeta se arrojara; a filha de D. Francisco da Gama, foi porventura crua repelindo o poeta, cuja pobreza e falta de valimento oficial contrastavam com a superioridade intelectual e moral. Desde que por exclusão os amores se localizaram na filha de D. António de Lima, *dama da rainha*, não deixaria a inveja odienta de Caminha de provocar o escândalo para que o poeta fosse desterrado da corte; as duas Catarinas de Ataíde casaram, e a *Natércia*, a filha de D. António de Lima, devia ter sofrido contrariedades persistentes, porque segundo as frases dos linhagistas «*morreu moça no paço*».

Uma tia de Catarina de Ataíde, D. Cecília de Mendoza y Bocanegra, era casada com o poeta Felipe de Aguilar, da escola de Sá de Miranda, e trinchante do Príncipe D. João. Era também da intimidade de Pedro de Andrade Caminha, que lhe comunicaria o seu ódio por Camões, fazendo sentir a sua pobreza. Ele exprimiu alusivamente esta situação glosando o velho vilancete:

*Con amor y sin dinero
Mira con quien y sin quien
Para que se vaya bien.*

Na antítese entre o Dinheiro e o Amor apoda Caminha o talento com sarcasmo:

*Tenga uno Minerva y Apolo
Tenga las Hermanas nueve,
Tenga otra dita; este mueve
Todo a si, queda otro solo;*

Mas ese d'uno a otro polo
Está Lexos de si quien
Busca sin dinero bien.

.....
Amor y altos pensamientos
Serón jazgados por buenos,
Mas en vasos de oro llenos
Se hazen los fundamentos.
Ay de los entendimientos
Que quieren lo menos! quien
Sin lo que es más, tendrá bien?

Agora referindo-se à namorada ingénua:

Aunque biviendo se mueran
No les vale amor ni lloro;
Vale a quien tiene el oro,
Que haze con que lo quieran.
Enganados los que esperan
Amor por amor, que quien
Más ama haíla menos bien.

A última estrofe foi a terrível profecia da que *morreu moça, no paço*:

Al que sin dineros ame
No le dá Amor otro medio
Que sin esperar remedio
Morir por quien lo desama.
Morirá porque la llama
D'amor sin dinero, a quien
No quitará todo bien.

(*Poesias*, p. 448-52. Ed. Priebsock)

Fácil foi à família castelhana de Catarina de Ataíde atalhar a estes *amores sem dinheiro*, mostrando ao bigotismo da Rainha o atrevimento de Camões, *Sereia do paço*, requestar uma sua Dama e perigosamente pela menoridade, que tinha de ser defendida. A rainha D. Catarina mandava tanto como D. João III, e a *instancia de los parientes d'ela*, diz Faria e Sousa, o poeta foi por simples ordem verbal afastado da corte, para evitar a eventualidade de um *casamento a furto*. O caso do *Crisfal* era então memorado.

A este *desterro por amores* se referiram Frei João do Rosário, Diogo de Paiva de Andrade, filho do cronista, e Pedro de Mariz.

Severim de Faria, coligindo a tradição, diz, que: «uns amores que tomou no paço, o fizeram desterrar da corte.» Na Elegia I o confirma o poeta:

Desta arte me figura a fantasia
A vida com que morro *desterrado*
Do bem que em outro tempo possuía.

.....
Aqui me representa esta lembrança

*Quão pouca culpa tenho; e me entristece
Ver sem razão a pena que me alcança.*

A corte, segundo o sentido legal, era Lisboa. Camões submetendo-se à fatalidade que continuava a persegui-lo, faz no Soneto CXCI a síntese dos motivos da sua desgraça:

*Erros meus, má fortuna, amor ardente
Em minha perdição se conjuraram;
Os erros e a fortuna sobejaram,
Que para mi bastava Amor somente.*

Destas três causas, fica examinada a que pertence ao *amor*.

A *má fortuna* está implícita em uma circunstância que não foi indiferente à vida de Camões. Seu tio D. Bento de Camões tivera um conflito com D. João III em 1538, acerca da posse de um tesouro achado nas escadas da torre do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, vindo a decidir-se por sentença a favor do rei; logo em 1540, vagando as grossas rendas do Priorado-mor de Santa Cruz por morte do infante D. Duarte, D. Bento quis incorporá-las no mosteiro, e D. João III reclamou-as para um seu bastardo, a quem fizera arcebispo de Braga apenas com vinte e um anos de idade; o papa Paulo III decidiu também a favor do monarca.

Desde que o odiento Caminha revelasse a D. João III que Luís de Camões era sobrinho do Prior-geral D. Bento de Camões, porque este Caminha como pertencendo ao pessoal da casa do infante D. Duarte conheceria esta questão, com certeza, o rei perderia toda a boa vontade e aproveitaria qualquer ensejo para repelir o poeta. À sua situação assim precária bem chamava o poeta *má fortuna*.

Os *erros*, que indica como fatores ou cooperadores da sua desgraça, são as qualidades e manifestações do carácter individual, os actos sugeridos por um impetuoso temperamento. Camões era um *valentão*; esta palavra tem um definido valor histórico, designando a monomania da aristocracia espanhola e portuguesa do século XVI; andava-se em arruaças, até provar a *valentia*, e nunca se largava a espada. Camões alude muitas vezes a este seu carácter, dizendo: «que nunca ninguém lhe vira as solas dos pés, antes vira as de muitos.» Em companhia do ex-frade franciscano o poeta António Ribeiro Chiado, corria os magustos, punha em debandada os rufiões, e dava assaltadas aos *corros* ou teatros particulares, que começaram no século XVI. No prólogo do auto de *El-rei Seleuco*, descreve Camões estes costumes, e para o corro de Estácio da Fonseca escreveu ele o Auto, que representado em 1545, porventura serviu de fundamento a invencíveis intrigas no paço.

O que é descrito por Camões no século XVI vemo-lo repetir-se no século XVIII, ao ler este trecho do *Folheto de ambas Lisboas*, de 1730: «Neste bairro (Tanoaria), às luzes de pálidas fogueiras entre os nocturnos divertimentos, que permite o festivo da noite, se representaram uns divertidos Entremezes, e não acabarem como tais à pancada se tem por milagre, porque certos reбуçados foram à vista da função esmoer a ceia...¹¹⁸ Parece-nos ler o prólogo de *El-rei Seleuco*, apesar de dois séculos de distância. Os costumes populares persistem fortemente. O Auto referia-se aos amores do filho do rei Seleuco pela formosa Stratonice, mulher de seu pai, que lha cedeu para salvá-lo da perigosa doença da paixão que sofria. Haveria neste assunto dramático alusão aos amores do príncipe D. João III por D. Leonor de Áustria, que o rei D. Manuel tomou

¹¹⁸ *Papéis Vários*, t. LXV (Colecção da Academia).

para si em terceiras núpcias? O facto de aparecer o manuscrito do Auto em poder do conde de Penaguião, camareiro-mor do príncipe D. João, filho de D. João III, revela-nos que algum intuito o fez ir parar àquelas mãos. Era um dos *erros* do poeta, que lhe prejudicava o futuro; submeteu-se à fatalidade e saiu da corte.

Em 1546 já o poeta divagava pelo Ribatejo, na intenção de ir a Coimbra; di-lo numa carta: «buscava me servisse o conselho qual *estou resoluto de ir este ano a Coimbra, restituir-me aos ares em que me criei*, parte do tempo que perdido tenho...» Não teve efeito esta resolução, que pacificaria talvez a sua vida; seu tio D. Bento de Camões falecera em 2 de Janeiro de 1547. Demorou-se pelo Ribatejo, segundo um Epigrama latino de Manuel de Sousa Coutinho (Fr. Luís de Sousa) hospedado na Quinta dos Vaqueiros de seu amigo D. Gonçalo Coutinho. Pela Carta XXVII de Diogo Bernardes *A D. Gonçalo Coutinho estando em hũa sua quinta que chamam dos Vaqueiros*, se faz uma ideia clara de quanto era consoladora essa hospedagem:

Ah mais cedo vedes a manhã
Que bela no Oriente se levanta,
Vestida de ouro e azul, de neve e grã,
Aí o rouxinol mais doce canta
E as mais aves livres de senhores
Mais ledas voam de uma em outra planta.

Aí se alegra a vista com as flores
Que tem a verde selva matizada
De novas, naturais, alegres cores;
Aí no ramo a fruta pendurada,
O gosto vos desperta e vos convida
Não colhida sem tempo nem comprada.

.....
Foi liberal em tudo a natureza
Com essa vossa Quinta dos Vaqueiros
E deu-lhe indo convosco mais riqueza.
Um gabo me esquecia dos primeiros
Que lhe pudera dar, pera troféu
Dos mais honrosos seus, bem verdadeiros.
E é, que tal licor lhe deu Lieu,
Que não somente alegra uma alma aflita
Mas antecipa o plácido Morfeu.

Na *Égloga II*, Camões descreve este vale de altas árvores sombrio e a vista ao longo do Tejo suave e brando, que dá o tom da paisagem ribatejana.

Demorando-se pelas vizinhanças do Zêzere, como se infere da canção XIII, o falecimento de D. Bento de Camões fez caducar o motivo que o levava a Coimbra; e propagando-se a notícia do cerco de Mazagão, lançou-se na carreira das armas, partindo nesse mesmo ano para a África.

No ano de 1547 os mouros tentaram arrasar Azamor e atacar Mazagão; este sucesso determinou um entusiasmo na mocidade para tomarem parte nessa empresa. Jorge Ferreira de Vasconcelos na sua Comédia *Ulissipo*, escrita em 1547, fala por vezes neste acidente de ocasião: «quero-vos mostrar uma carta que fiz em resposta doutra, que me escreveu um gentil fidalgo dos da minha cevadeira, que é em Mazagão nestas campanhas que lá foram.» (Fl. 117). – «E inda mal, que não imos a Marrocos derrocar

esses perros como nabos. Ali que não há outra vida senão a dos soldados. Parece-me que nunca vivi senão esses dois dias que estive em Mazagão; e cada hora me vem engulhos de tornar lá, antes que se venham as companhias. E confesso-vos, que saudades de Lisboa me desatinava lá e me fez vir antes tempo.» (Fl. 200 v.^o). A partida para Mazagão tornava-se um correctivo moral para os moços desvairados; di-lo Jorge Ferreira na mesma comédia: «Esse rapaz promete-vos que eu o contramine e mande nestas *companhas que vão de soldados a Mazagão*, pelo tirar dessa milgueira...» (Fl. 220). «E por que nos não fique cá quem nos ladre, *o bom será mandai-o também a Mazagão* na volta do vosso filho pera que vão esporecer por esses mares.» (Fl. 221 v.^o). «O pai, por lhe fazer a vontade, e juntamente ver se o pode tirar do seu cativoiro, determina sobre consulta que tiveram ambos, *mandá-lo a Mazagão*.» (Fl. 274). Jorge Ferreira de Vasconcelos vivia na corte e conhecia todas as suas íntimas intrigas; nesta situação descrita estava incurso Camões, se é que reconditamente se referia a ele, tendo ambos por este tempo relações com o Chiado.

Enfim, a partida de Lisboa para África é considerada o *terceiro desterro*, pelos antigos biógrafos, podendo ser o serviço de *dois anos* exigido para ser cavaleiro e provimento de comenda, o que levava o poeta Manuel de Ocem a dizer que não terá o ansioso regresso

Senão vendo aquele dia
Que há-de ser *fim de dous anos*.

A Égloga II, tem no Ms. de Luís Franco a rubrica *De Ceuta a um amigo*; nos *Lusíadas* deixou em uma magnífica imagem a impressão da caçada ao leão em Ceuta. É na Carta de África de 1547 que intercala versos aforísticos do *Crisfal*, nada menos de 10 versos (Est. 85, 10, 12 e 43); lera as *Trovas* anónimas e porventura tratara com Cristóvão Falcão, antes de partir para a Capitania de Aguiçim, em 1545.

Durante o serviço na guarnição de África é que o poeta reconheceu os primeiros sintomas da decadência portuguesa; e destemido, em uma das terríveis surpresas dos árabes perdeu o olho direito, acidente que serviu mais tarde para os epigramas de Caminha. Com o regresso a Lisboa de D. Afonso de Noronha em 1549, porque estava então despachado vice-rei da Índia, partiu Camões de Ceuta, e em Lisboa inscreveu-se na Casa da Índia em 1550 para seguir na armada que partia nesse ano. Eis o assento do registo copiado por Faria e Sousa: «*Luís de Camões, filho de Simão Vaz e Ana de Sá, moradores em Lisboa, à Mouraria, escudeiro de 25 anos, barbirruivo, trouxe fiador o seu pai; vai na não dos Burgalezes.*» Era esta nau S. Pedro dos Burgalezes, a capitania da armada; a sua partida foi a 28 de Março de 1550; mas por efeito de forte temporal a nau arribou, e só depois de reparos partiu no meado de Maio. Conciliam-se assim as datas do *Índice de toda a Fazenda* de Figueiredo Falcão. Camões não seguiu viagem na S. Pedro dos Burgalezes. Uma esperança de abrir caminho ainda pelas letras o determinou a ficar em terra. Foi a última das suas esperanças, que, segundo ele próprio diz, enforcou com barço e pregão, quando se viu forçado a partir para a Índia em 1553, solto poucos dias antes da cadeia do tronco.

3º *Embarque forçado para a Índia – Cruzeiros – Naufrágios – O injusto mando.*
– Camões tinha consciência da sua superioridade intelectual, e era plausível a esperança de adquirir a amizade do príncipe D. João, que se mostrava muito afeiçoado às belas letras.

A corte literária da infanta D. Maria, e a cultura de espírito do infante D. Luís, influíram de algum modo na educação do auspicioso príncipe D. João, que desde a

puerícia manifestava grande predileção pelos poetas. Era o único filho que subsistia dentre a numerosa prole de D. João III, vítima da epilepsia exacerbada pelo regime do ascetismo do paço; o casamento prematuro com uma princesa espanhola esgotou-o, morrendo de inanição ao fim de dois anos, deixando um filho póstumo, herdeiro do trono e da sua exaltação sentimental, o fantástico e alucinado D. Sebastião. As obras dos principais poetas quinhentistas andavam em traslados manuscritos; o príncipe D. João, valendo-se do prestígio da sua elevada hierarquia, empreendeu reunir essas obras em um monumental cancionero; escrevia a Sá de Miranda, que vivia retirado no Alto Minho, para que lhe enviasse o volume dos seus versos. Por três vezes Sá de Miranda enviou ao príncipe cadernos das suas composições, acompanhadas de um Soneto dedicatório. Mandava também o príncipe a Évora o seu secretário Luís Vicente, filho de Gil Vicente, para copiar as poesias de Diogo da Silveira, irmão de Heitor da Silveira, esse grande amigo de Camões. Para o príncipe escrevia Jorge Ferreira de Vasconcelos comédias em prosa no gosto da *Celestina*, saturadas de modismos e anexins populares. O Camareiro-mor do príncipe era o poeta João Rodrigues de Sá. No séquito da princesa D. Joana, sua esposa, regressa também a Portugal o poeta bucólico Jorge de Montemor; enfim, o grande amigo de Camões, o jovem D. António de Noronha, fora o escolhido para justar com o príncipe no Torneio de Xabregas, em 1550, por ocasião desse casamento.

Camões não podia deixar de conceber em 1550 uma última esperança de tornar a ser admitido no paço, desde que o príncipe D. João reconhecesse a sua superioridade sobre os outros poetas. O pensamento dos *Lusíadas* surgiu-lhe no espírito como o meio de patentear a inspiração genial. Sendo o primeiro canto da epopeia escrito ainda em Lisboa, como se prova pelo manuscrito de Luís Franco, com certeza esta apóstrofe ao príncipe:

E vós, oh bem nascida segurança
Da lusitana antiga liberdade...
Maravilha fatal da nossa idade...

não pode historicamente referir-se a D. Sebastião, mas sim ao príncipe D. João, que era na realidade uma *certíssima esperança* já em 1554, como filho único de D. João III ¹¹⁹, e como organização artística. É a esta época que se referem os Epigramas malévolos de Caminha, como se deduz daquele que alude ao poeta ter perdido um olho, e pelo motejo à *fúria grande e sonora* invocada no primeiro canto do novo poema então denominado *Elusíadas*. Havia portanto uma intriga para que Camões não alcançasse o favor do príncipe D. João, e a essa intriga não foram indiferentes o camareiro João Rodrigues de Sá, Pedro de Andrade Caminha, Jerónimo Corte Real e Filipe de Aguilar.

D. João III e a rainha D. Catarina rogaram a Damião de Góis, que estava casado em Flandres, que viesse encarregar-se da educação do Príncipe D. João; sabendo disto o intrigante jesuíta P.^e Simão Rodrigues foi logo denunciá-lo à Inquisição como herege. Assim o revela Damião de Góis no interrogatório do Santo Ofício: «o dito Mestre Simão, chegando eu à cidade de Évora meado do mês de Agosto do anuo de mil quinhentos e quarenta e cinco, logo no Setembro do mesmo anuo testemunhou, a qual pressa como se claramente vê foi para me estorvar o bem para que eu fora chamado por cartas de El Rei – e da Rainha, para ser mestre e guarda roupa do Príncipe D. João – como foi publica voz e fama, do qual senhor Príncipe ele era mestre de doutrina e

¹¹⁹ Pelo casamento da Princesa D. Maria com Filipe II, ficaria este herdeiro do trono de Portugal, não havendo sucessão; ela morreu em 1545.

pretendia, segundo se pode suspeitar, o ficar também por seu mestre de Letras, o que não alcançou, e o que se me estorvou a mim se deu a António Pinheiro, Bispo que agora é de Miranda... » Este António Pinheiro era de uma família humilde do Porto, e por influência do Dr. Diogo de Gouveia admitido na lista dos Estudantes de El-Rei no Colégio de Santa Bárbara, onde foi mestre da Humanidades, publicando em 1538 a interpretação do livro terceiro das *instituições Retóricas* de Quintiliano; seguiu o curso de teologia, de que ocupava uma cadeira, quando por influência jesuítica foi chamado para Mestre do Príncipe D. João. Regressando de Ceuta em fins de 1549, dirigiu Camões um Soneto a D. António Pinheiro, confiado na sua apregoada cultura humanística, manifestando a sua esperança de realizar a Epopeia em que trabalhava:

Oh ditoso pinheiro! Oh, mais ditoso
Quem se vir coroar da rama vossa,
Cantando à vossa sombra Verso eterno!

O pedagogo, condiscípulo do P.^e Simão Rodrigues, o partidário ignóbil de Filipe II, espírito fechado ao ideal humano, não quis entender o apelo de Camões.

Conhecida a valentia de Camões, suscitada pelos costumes do tempo, estas intrigas provocaram-no para um acto de perdição; efectivamente em 1552, no dia da procissão de Corpus, quando Gonçalo Borges, moço dos arreios de D. João III, passeava do Rossio para a rua de Santo Antão, dois embuçados chasquearam do seu garbo, e acharam-se ali de repente de espadas desembainhadas; por fatalidade ia passando Camões, e conhecendo os dois como seus amigos, atirou uma espadeirada ao toutiço de Gonçalo Borges. Ficou irremediavelmente perdido; prenderam-no na cadeia do Tronco da Cidade, e aí jazeu perto de um ano, saindo em 7 de Março de 1553, com julgamento livre por perdão do queixoso, tendo de partir para a Índia na armada a 24 desse mesmo mês. Os seus inimigos tinham conseguido tudo contra ele.¹²⁰

No cárcere soturno pôde Camões procurar alívio nos gozos mentais, tomando conhecimento da obra *História do Descobrimento da Índia pelos Portugueses*, por Fernão Lopes de Castanheda, impressa em Coimbra em 1551 (e o segundo e terceiro livro em 1552). O poeta pôde aí achar os elementos realistas para elaborar a sua idealização épica. Em um Soneto coligido nas *Flores várias de diversos Autores lusitanos*, Camões expande o seu sentimento na prisão do Tronco:

Com que voz chorarei meu triste fado
Que em tão dura prisão me sepultou,
Que mor não seja a dor que me deixou
O tempo de meu bem desenganado.

Mas chorar não se estima neste estado
Onde suspirar nunca aproveitou;
Triste quero viver, pois se mudou
Em tristeza a alegria do passado.

¹²⁰ Pelo documento da Carta de Perdão podemos recompor a série dos documentos perdidos relativos ao poeta: 1º Devassa que se tirou sobre o ferimento de Gonçalo Borges, em 1 de Maio de 1552; 2º Petição de Luís de Camões; 3º Instrumento de perdão de Gonçalo Borges, feito nas notas do tabelião António Vaz de Castelo Branco, a 23 de Fevereiro de 1553; 4º Parecer, e Passe, do Rei; 5º Assinado do Bispo de S. Tomé, de que pagou 4\$000 réis, para a Arca da Piedade; 6º Assinado de carga em receita do capelão do rei, Alexandre Lopes; 7º Carta de Perdão notificada em 7 de Março de 1553.

Assi, a vida passo descontente,
Ao som, nesta prisão, de grilhão duro,
Que lastimo no pé que o sofre e o sente.

De tanto mal a causa é amor puro,
Devido a quem de mi tenho ausente,
Por quem a vida e bens dela aventuro.

O poeta sentia – «que a piedade humana lhe faltava».

Não havia outro caminho senão abandonar esta sociedade pervertida, que conspirava para lhe escurecer o talento e derrubá-lo; a ideia da viagem do Oriente tornou-se-lhe uma necessidade, desde que o pensamento dos *Lusiadas* iluminara os longos dias desconfortados da prisão do Tronco da Cidade. Foi esse o pensamento que lhe serviu de apoio em todos os seus desastres, nos desterros, nas guarnições doentias e tediosas, na miséria dos hospitais, nas traições dos amigos, e nos cárceres. Nos *Lusiadas* vibram todas estas notas de sentimento, e apesar das formas virgilianas da epopeia, o poema identifica-se com a alma moderna por esta verdade das grandes impressões realistas.

No Arquivo da Casa da Índia, hoje perdido, achou Faria e Sousa um outro assento com o título: *Gente de Guerra*, que dizia: «Fernando Casado, filho de Manoel Casado, e de Branca Queimada, moradores em Lisboa, escudeiro. Foi em seu lugar Luís de Camões, filho de Simão Vaz e Ana de Sá, Escudeiro, e recebeu 2\$400 como os demais.» Por outro registo notado pelo padre D. Flamínio ficou por fiador de Camões neste segundo alistamento seu tio Belchior Barreto, cunhado de sua mãe. É natural que Simão Vaz de Camões estivesse neste tempo ausente de Lisboa, como se infere por esta substituição da fiança; segundo Mariz, era tradição que Simão Vaz «nafragara nas costas da terra firme de Goa». Na relação de Manuel Rangel do *Naufração da nau Conceição* em 1555, aparece um feitor com o nome de Simão Vaz, e pelo *Índice de Figueiredo Falcão* acha-se em 1553 uma nau com este nome arribada. É crível, portanto, que o pai do poeta andasse embarcado; no Alvará de 1585 vêm citados os *serviços de Simão Vaz*, circunstância que fortifica a nossa interpretação à alusão de Mariz.

Pela partida para a Índia procurava Camões fugir «a quantos laços lhe armavam os acontecimentos», como diz na sua primeira carta. Embarcou na nau 5. Bento, que era a capitânia da armada, a qual zarpu em 24 de Março de 1553, sofrendo no largo uma terrível tempestade, e sendo como «a maior e melhor que então havia na carreira», a única que nesse ano chegou a Goa. Estes temporais da carreira da Índia eram conhecidos, mas a administração da marinha não atendia às épocas do ano para o despacho das Armadas; em uma carta do Vice-rei D. Francisco de Almeida a D. Manuel, acusa-se este erro: «não são chegados cá os officios, nem outros provimentos, e tudo é porque os vossos officiais de Lisboa dizem que vos forram dinheiro em *despachar as armadas em abril*.» E acrescenta com a sua experiência: «mande V. A. que *partam em fevereiro o mais tardar*, porque bem vedes o jogo que vos tem feito o partirem as naos de lá tarde; e perguntai a vossos officiais qual é mor perda – se gastar e perder um mês e dias de soldo d’armada, que eles dizem que vos aproveitam em deter a partida das Naos em Lisboa, ou se é mor perda um ano que as Naos ficam em Moçambique, porque chegam tarde, do que eles darão conta a Deus da gente que aí morre ao desamparo...» Estas observações explicam a desgraçada viagem da Armada de 1553, acontecendo por acidente a nau S. Bento ao dobrar o Cabo não poder ir a Moçambique por ser já tarde, pôr-se ao largo da ilha de S. Lourenço, e conseguir assim chegar ainda em Outubro à barra de Goa.

No livro de Pyrard, *Viagem contendo a notícia da sua navegação às Índias Orientais, de 1601 a 1611*, acham-se preciosas notícias dos costumes, leis, usos, polícia e governo daquelas regiões, que elucidam com uma luz imensa a vida de Camões no período da sua expedição de 1553 a 1569. A estabilidade dos costumes nas colónias portuguesas do Oriente permite a interpretação dos factos aludidos por Camões nos seus versos e cartas, aproximando-os das descrições pitorescas de Pyrard e Linchott. A partida da Armada de Lisboa era feita de um modo particular, como relata o viajante francês: «Quando se quer fazer um embarque de Lisboa para a Índia, fazem uma leva de soldados por todo o Portugal em cada freguesia, como cá se faz com os gastadores, e aceitam toda a sorte de gente de qualquer qualidade e condição que seja, contanto que chegue à idade de nove a dez anos; e esses tomam a rol e ficam tidos e pagos por soldados. Se não se acha quem queira ir de própria vontade, fazem-nos ir por força, sem diferença de idade e todos são matriculados na Casa da Índia, de Lisboa, onde dão fiador até embarcarem. Adianta-se-lhe todo o dinheiro da viagem, porque a maior parte são filhos de gente pobre e tem necessidade de se vestir e armar.» O facto de ter Camões carecido de *fiador*, que desta segunda vez foi seu tio Belchior Barreto, e de receber 2\$400 réis, *como os demais*, revela-nos ou a grande pobreza em que estava sua família, ou pior, que na saída da prisão do Tronco da Cidade lhe deram praça forçada, obrigando-o à viagem da Índia. As palavras que proferiu ao embarcar, apropriando-se da frase histórica de Cipião, significam um desespero profundo contra uma violência desconhecida. Para Camões não houve diferenças de hierarquia: «Entre esses soldados matriculados, diz Pyrard, há dignidades e qualidades mais honradas umas que outras, e estas precedências lhe vêm umas de raça e prosápia, outras de seus serviços e virtudes, e outras ainda de favor; de sorte que recebem paga segundo estas diferenças, uns mais, outros menos.» Matricularam-no pois entre a *gente de guerra*, e pagaram-lhe como os demais.

A Armada de Fernão Álvares Cabral foi bastante batida pelos temporais, e as borrascas no Cabo da Boa Esperança, descritas na Elegia III, suscitaram no espírito de Camões a sublime criação do *Adamastor* essa Elegia traz no manuscrito de Luís Franco a rubrica: *Da Índia, a D. António de Noronha* (fl. 4), aquele galhardo mancebo morto prematuramente em África. A nau S. Bento dobrou o Cabo da Boa Esperança em tempo em que não podia já ir aportar a Moçambique, e ao chegar a Goa em fins de Setembro de 1553, separada de todas as outras, foi mandada logo em Novembro em serviço na expedição que o Vice-rei D. Afonso de Noronha comandou contra o Rajá de Chembé, que hostilizara os príncipes de Cochim e de Porcá. Nessa mesma Elegia III diz Camões: «Foi logo necessário termos guerra». Portanto Camões, ainda cansado da viagem, serviu logo como soldado na Armada do Sul. Pyrard descreve estas Armadas que saíam de Goa regularmente em Outubro: «Para a guarda pois de toda a costa da Índia, desde Goa até Cambaia, e algumas vezes até Ormuz, de uma parte e da outra até ao Cabo Comorim para impedir as carreiras dos Corsários malabares, apercebem duas Armadas em Goa, e chamam *Armada do Norte* a que vai até Ormuz, e *Armada do Sul* a que vai até ao Comotim e são compostas de cinquenta a sessenta galeotas, com uma ou duas galés, como as da Espanha. Essas Armadas saem no mês de Outubro, que é o princípio do seu Verão, que dura seis meses, pouco mais ou menos, e é o tempo em que correm os Corsários malabares.»

A *Armada do Sul*, em que seguira Camões, restabeleceu em dois dias o príncipe de Porcá, mas só terminado o seu cruzeiro é que voltou a Goa, como se depreende da relação de Mesquita Perestrelo, que refere da nau S. Bento: «e fôí surgir na entrada do mês de fevereiro à barra da cidade de Goa, onde esteve descansando dos enfadamentos do mar.» Então já em terra, escreveu Camões essa sua primeira Carta da Índia, na qual

diz: «que estava mais quieto do que cela de frade pregador.» A vida dos marinheiros portugueses em terra é descrita por Pyrard de um modo que nos faz compreender as relações do poeta com Álvaro da Silveira e Heitor da Silveira, com João Lopes Leitão, com D. Francisco de Almeida, com D. Teolo de Meneses, D. Jorge de Moura, e outros muitos fidalgos e poetas, que seguiam no Oriente a vida das armas: «juntam-se em número de nove ou dez, mais ou menos, e tomam um aposento, que lá são mui baratos... Mobilam estes aposentos de leitos, mesas e outros utensílios, e têm um escravo ou dois para todos. De ordinário, moram em casas térreas por causa do grande calor. Estes soldados vivem pela maior parte mesquinamente, ao menos aqueles que não têm alguma traça.» Isto restitui à sua verdadeira luz o vermos Camões pedir esmola em verso ao Vice-rei para acudir a Heitor da Silveira, e essa situação que motivou entre os outros seus amigos o *Banquete das trovas*. Pyrard continua: «Em todo o dia estão na sala, ou à porta assentados em cadeiras, à sombra e à fresca em camisa e ceroulas, e ali cantam e tocam guitarra ou outro instrumento. – São mui cortesies com quem passa pela rua e de mui boa vontade oferecem a casa para que possam entrar os que passam, sentar-se, galhofar e praticar com eles. Nunca saem todos juntos pela cidade, mas aos dois e aos três quando muito, porque às vezes não têm mais de três ou quatro vestidos para servir a dez ou a doze.» Por isto se compreenderá agora o que significa essa redondilha de Camões na Índia: «*A um fidalgo que lhe tardava com uma camisa galante, que lhe prometteu.*» Como este facto foi deturpado pelos biógrafos! «E todavia, prossegue Pyrard, quem os vir marchar pela cidade dirá, que são senhores de dez ou doze mil libras de renda, porque vão cheios de gravidade, e levam junto a si um escravo, e um homem que lhes segura um grande sombreiro ou guarda-sol. (Um epigrama de Camões, começa: *Quem por abas me quer conhecer*, alude a este costume). Andam os soldados de que falamos, vestidos de seda o mais soberbamente que se pode imaginar, mas logo que chegam às pousadas prontamente largam os vestidos, e os passam a outros, se querem sair por seu turno. Vagueiam de noite pela cidade, e por via deles corre-se muito risco de andar pela rua depois das oito ou nove horas, apesar de fazerem rondas os meirinhos com seus homens, porque aqueles soldados são muito fortes.»

Camões viu-se envolvido entre esses *valentões*, e na sua Carta 1 alude a ter sido tomado por juiz de certas palavras, num conflito em que Manuel Serrão, um anónimo mortal, fez desdizer um soldado que era tido em boa conta pela postura de sua pessoa.

A vida de Goa era dissolvente, e Camões pelo seu temperamento exaltado mal poderia resistir-lhe; depois das arruaças dos valentões, vinham os ódios secretos das mulheres, as ruínas do jogo, e as vinganças dos que se davam à embriaguez, e que se julgavam ofendidos pelos versos do poeta.

O vice-rei, D. Afonso de Noronha, para iniciar seu filho o jovem D. Fernando de Meneses nos feitos militares, deu-lhe o comando da Armada do Norte, que partiu em princípios de Fevereiro de 1554 para ir ao Estreito de Meca, e daí a Mascate e golfo de Bassorá contra o afamado pirata Ale-Chelaby. Foi uma Armada aparatosa, em que a direcção ia incumbida ao experimentado Manuel de Vasconcelos. Camões fugindo às calmas e impaludismos de Goa alistou-se nesta expedição entusiástica, e em um Soneto ao jovem comandante *Ilustre e digno ramo dos Meneses*, exalta-lhe o ânimo:

Erguei flamas no Mar alto Eritreu,
E sereis nova luz em Portugal.

Em outro Soneto Camões celebra a estação em Bassorá na margem ocidental de Eufrates. Foi aí que a Armada aparatosa atacou o pirata Ale-Chelaby, que fugia, sendo-lhe tomadas seis galés com valiosas cargas, e cinquenta canhões de bronze. Em 20 de

Setembro a Armada triunfante dirigiu-se para Goa, onde foram encontrar a nau Santa Cruz, chegando do reino com o novo Vice-rei o velho e austero D. Pedro de Mascarenhas. É por esta ocasião que Camões recebe as terríveis novas da morte do seu jovem amigo D. António de Noronha, no desastre de Ceuta em 1553, e o falecimento prematuro do Príncipe D. João em 2 de Janeiro de 1554; sabe por amigos que Natércia resistia contra os *domésticos venenos*. Nas Cartas que escreveu para o Reino fala de uma Égloga que escreveu sobre a morte do príncipe, remetida em Janeiro de 1555.

O quadro da vida em Goa acha-se esboçado nestas linhas de Pyrard: «Os exercícios a que se dão os portugueses, tanto em Goa como em outros lugares da Índia, são primeiramente menear as armas e montar a cavalo, e nos dias festivos e domingos se ocupam em mil corridas a cavalo, lançando laranjas, e jogando canas uns com outros, e estando cada um o melhor apercebido e ordenado que pode. No que respeita a jogos de cartas e dados de azar são permitidos e há casas deputadas para isso, cujos donos pagam tributo a el-rei... a maior parte até comem, bebem, dormem ali por não terem outra ocupação fora desta. A ocupação das mulheres não é outra durante todo o dia mais que cantar e tanger instrumentos, e algumas vezes, mas raras, se visitam. Mas, ainda que em Goa as mulheres sejam muito impudicas, e que o clima e os alimentos da terra as favoreçam, todavia nem lá, nem nas outras cidades dos portugueses há alcouce público... O mais ordinário passatempo das mulheres é estar todos os dias às janelas, e são mui belas, grandes e espaçosas em forma de galerias e sacadas, com gelosias e rótulos mui lindamente pintados, de modo que elas podem ver sem ser vistas.»

Camões feriu a sociedade de Goa na sátira dos *Disparates da Índia*, falou dos jogadores e beberrões na *Sátira do Torneio*, e das mulheres dizia que já não seguravam ponto, que a sua linguagem era mascavada de ervilhaca (o português *reinol*). Aquele meio dissolvente actuava sobre Camões; os amores com a cativa Bárbara, celebrada em umas mimosas redondilhas, traduzidas por Chateaubriand, revelam que o poeta era arrastado nessa corrente de paixões lúbricas.

«Aquela cativa – que me tem cativo» como principia a endecha, foi mal compreendida pelos biógrafos. Pyrard descreve com o seu realismo *de visu* estas sedutoras moças indianas: «*Entre as escravas encontram-se ali raparigas mui belas e lindas, de todas as partes da Índia, as quais pela maior parte sabem tanger instrumentos, bordar, coser mui delicadamente e fazer toda a sorte de doces, conservas e outras coisas. – Entre estas raparigas há algumas mui belas, brancas e gentis, outras trigueiras, morenas e de todas as cores. – As moças adornam-se muito para agradar e vender melhor a sua mercadoria; e às vezes são chamadas às casas, e se ali lhes fazem proposições amorosas, de nenhuma sorte se mostram esquivas, antes aceitam logo a troco de alguma coisa que se lhes dê...*» Compreende-se pois o valor e a verdade da *Endecha a uma cativa, com quem andava de amores, na Índia, chamada Bárbara*, descrevendo a beleza sensual dessa morena:

Rosto singular,
Olhos sossegados,

Pretos e cansados
Mas não de matar;

Uma graça viva
Que neles lhe mora...
Pretos os cabelos...

Leda mansidão,
Que o siso acompanha...

Presença serena
Que a tormenta amansa...

É de supor ter sido Camões o requestado, pelo que se depreende dos costumes descritos por Pyrard: «todas estas mulheres da índia, assim as cristãs ou mestiças, desejam mais ter trato com um homem da Europa, cristão velho, do que com os índios, e ainda em cima lhe dariam dinheiro, havendo-se por mui honradas por isso, porque elas amam muito os homens brancos, e ainda que haja índios mui brancos, não gostam tanto deles.» Desta vida enervada, em que se via Camões *mais festejado que touro da Merciana*, como descreve na Carta I, somente o poderia arrancar a actividade da guerra.

A 16 de Setembro de 1554 chegou a Goa o novo Vice-rei D. Pedro de Mascarenhas; organizou-se então a Armada do Norte com três galés e cinco galeotas para irem bater o corsário Sofar no Mar Vermelho; a partida efectuou-se por Fevereiro de 1555, indo cruzar diante do Monte Félix, ao norte do Cabo de Guardafui. Camões partiu novamente nesta Armada, e descreve o terrível cruzeiro, em que o escorbuto fez grandes estragos sobre a guarnição. Contrasta com a expedição aparatosa do ano anterior. É assombrosa e esplêndida essa Canção X, pela expressão do seu estado de espírito: «Aqui me achei gastando uns tristes dias...» Nunca a linguagem humana excederá a eloquência destas estrofes. Nesse cruzeiro perdeu Camões o seu amigo e companheiro de armas Pero Moniz, natural de Alenquer, cuja morte celebra no inimitável Soneto 103.

Da estação do Monte Félix foi a Armada invernar a Mascate, no Golfo Pérsico, para dali acompanhar em comboio as naus de Ormuz para Goa. Regressou portanto Camões a Goa no mês de Junho de 1555, porque é a 16 deste mês que sucede no governo, por morte do Vice-rei D. Pedro de Mascarenhas, o severo Francisco Barreto, em cujas festas pela nomeação o poeta tomou parte. Para as festas da investidura de Francisco Barreto adaptou o *Auto de Filodemo*, como se sabe pela cópia do seu amigo Luís Franco. As Comédias eram um dos grandes divertimentos públicos de Goa, sobretudo entre os estudantes das escolas dos Jesuítas, e Camões não quis ficar atrás desses chochos humanistas. As usanças nas festas dos Vice-reis e governadores acham-se também descritas por Pyrard: «levantam-lhe muitos arcos triunfais desde o desembarcadouro até à igreja catedral, e cada ofício e classe de mercadores fazem o seu sem competência uns com os outros.» As festas de Francisco Barreto tornaram-se uma monomania vertiginosa; Camões atacou então os jogadores e beberrões que exploraram esse regozijo público, na mordente *Sátira do Torneio*.

Depois dos dois cruzeiros do Golfo Pérsico em 1554 e do Estreito de Meca em 1555 na *Armada do Norte*, tinha Camões direito de descansar em terra no ano de 1556; mas o seu embarque na Armada do Sul, por ordem do Governador Francisco Barreto, pareceu aos biógrafos do poeta um castigo injustificado. O carácter nobre de Francisco Barreto, tio de D. Francisco de Aragão, não cometeria tal iniquidade. Precisou da valentia de Camões para a realização de um plano decisivo – destruir o pirata Chansilau, que embaraçava o comércio dos portos de Cantão, e a carreira da China e Japão. Para isso aproveitou com a partida da Armada do Sul concentrar em Malaca uma esquadilha comandada por um homem da sua confiança, Francisco Martins. O sacrifício que exigiu de Camões foi compensado por um *provimto*, que era uma viagem de favor, que o poeta podia vender ou explorar associado com mercadores das especiarias das Molucas. Assim anula-se o problema do desterro para Macau com a imaginária *Provedoria dos*

Defuntos e Ausentes e se esclarecem os problemas de Ternate e da prisão sob que regressou a Goa.

A monção de Goa para Malaca era em Maio e em Setembro, como o confirma a carta do jesuíta P.^o Baltazar Dias, de 19 de Dezembro de 1556. Nesta primeira monção partiu de Goa para Malaca em Abril a *Armada do Sul*, levando o novo Capitão de Malaca, D. João Pereira, filho segundo do conde da Feira, que ia suceder ao falecido D. António de Noronha, filho do antigo Vice-rei D. Garcia de Noronha. Nela devia ter partido Camões, como militar.

De conserva com esta Armada iam de Goa com destino à China e ao Japão «seis nãos portuguesas, de que era Capitão um mercador que se chamava Francisco Martins, feitura de Francisco Barreto, que então governava o Estado da Índia...» (Pinto, *Peregrinações*, cap. CCXXVI).

Também nesta monção de Abril partiu a nau *Santa Maria dos Anjos*, capitaneada por António Pereira Brandão. A *Nau das Drogas* (nome com que vulgarmente se distinguia da *Nau da Prata*), que se dirigia da China para o Japão, partiu em 12 de Abril. Tudo indica a intenção de convergirem a Malaca, para o projectado combate. Escreve Jordão de Freitas no seu estudo *Camões em Macau*: «Da mui interessante carta medita do P.^o Baltazar Dias, de 19 de Novembro de 1556, escrita de Malaca, consta, que este companheiro de Camões na viagem de Lisboa para a Índia, saiu de Goa para Malaca em a *Não das Drogas*, do dia 12 de Abril desse ano (*o primeiro domingo depois de Páscoa* – chegando aqui a 25 de Maio, *véspera do Espírito Santo*).»

Esta carta espalha luz sobre a ida de Camões de Malaca à ilha de Ternate, que ele localiza na Ode VI, descrevendo o extraordinário vulcão, cuja actividade assombrosa é de Setembro a Abril. Nesta carta de 19 de Novembro de 1556, escrita já de Malaca, refere o P.^o Baltazar Dias o regresso de dois navios (na 1^a e 2^a semana de Julho), com os jesuítas P.^o João da Beira e Irmão Nicolau Nunes, e «*uns homens que longamente descreveram aquelas Ilhas e especialmente a de Ternate e seu Vulcão*». (J. Freitas, *Op. cit.*, p. 14). Coincidem estes dados com a ida de Camões ao arquipélago das Molucas e a Ternate, cujo vulcão (*pelo Espírito Santo*) estava então apagado. Tendo-o descrito na Ode VI, ardendo com força desusada, por Setembro, deduz-se que não seguiu para a China na esquadilha de Francisco Martins, encontrando-a Fernão Mendes Pinto já em Lampacao, vindo de regresso do Japão. Pela Ode VI, vê-se que em 1557 ainda Camões estava em Ternate, tomando parte nos trágicos sucessos desse ano em que ficou ferido.

Tendo Camões feito a expedição a Ternate, Bornéu e às outras Molucas, aí recebera a parte que lhe competiria da *viagem de mercê*, que lhe dera o Governador Francisco Barreto. A este facto se refere o anotador da edição dos Piscos (*Lus.* de 1584): «por que o Camões *andando na Índia, começando a fortuna a favorecê-lo, e tendo algum fato de seu...*

Em consequência destes lucros, é que na *enchente de bens que lá granjeou, foi gastando muito liberal e magnífico os bens temporais*, como refere Pedro de Mariz. E anunciando as suas calamidades, Camões aponta entre os:

Novos trabalhos vendo e novos danos, dois transeos que têm sempre andado confundidos:

Agora da *esperança já adquirida*
De novo mais que nunca derribado.

Explica estes versos o comento da edição dos Piscos: «e tendo algum fato de seu

perdeu-se na viagem que fez para a China...» De todos os comentadores, só Garcês Ferreira é que aceitou esta narrativa; todos os demais comentadores, confundiram este naufrágio da *Nau das Drogas*, em que perdera Camões todos os seus lucros, com a viagem sob prisão do *injusto mando*, e naufrágio da *Nau da Prata*:

Agora às Costas *escapando a vida*
Que de um fio pendia tão delgado.

(*Cant. VII*, est. 80)

..... quando
Será o injusto mando executado...

(*Cant. X*, 128)

Temos bem determinados dois naufrágios, um por 1558, em que o Poeta perdeu os bens adquiridos pela *viagem de mercê*, seguindo depois para a China, onde ainda malbaratou magnificamente o que lhe restava; e outro o naufrágio *antes de passar a Costa da China*, em 1559, nos baixios na foz de Mekong. Importa sempre determinar o fundo de verdade nas tradições dos contemporâneos de Camões.

Segundo a tradição colhida pelos mais antigos biógrafos de Camões, Francisco Barreto nomeou o poeta *Provedor-mor dos Defuntos e Ausentes na China*, tendo partido na esquadilha de Abril de 1556.

É justamente deste ano, que o capitão e comerciante Leonel de Sousa escreveu em data de 15 de Janeiro de 1556 a D. João III, da cidade de Cochim, queixando-se de lhe terem tirado a *Provedoria dos Defuntos*: «eu não levei mais que a licença e trabalho de Capitão, sem nenhũa ajuda, nem favor de cousa de Sua Alteza; mas ainda a *Provedoria dos Defuntos me tiraram a mim*, e somente a licença me deram e que a dão a quantos lá querem ir assi os Governadores, como Capitães de Malaqua, e a China quem não leva cabedal não no traz porque não tem, se não vender e comprar.» (Torre do Tombo, ap. J. Freitas, p. 19).

Parece que alcançamos a base dos *mexericos de amigos*, que provocaram o *injusto mando* contra Camões. Leonel de Sousa faz o poeta responsável por ter-lhe sido tirada a *Provedoria dos Defuntos*, e vingou-se logo que pôde. Camões não podia locupletar-se com o dinheiro das partes, caso fosse efectivamente *Provedor-mor*, pois que desde 2 de Novembro de 1556 existia o *Regimento do Tesoureiro do Dinheiro dos Defuntos da índia*, o qual era fortificado com várias instruções para a boa arrecadação das fazendas dos finados; este cargo até 1553 andava adjunto aos Capitães das Viagens da China.

Em Maio de 1558 partiu Leonel de Sousa para o Japão no gozo da segunda viagem da índia, das duas que lhe tinham sido concedidas em 12 de Fevereiro de 1547.

Provedor dos Defuntos e Ausentes na China era um título anexo ao Capitão de uma *viagem de mercê*, como se nota pela carta de Leonel de Sousa a D. João III; com esta categoria aparecem Provedores dos Defuntos em Liampó (1544) Chincheo (1548); «a PROVIDORIA DOS DEFUNTOS, que outros sempre levaram, me tiraram...» escrevia Leonel de Sousa, fidalgo de Tavira.

É presumível, que pela perda da *viagem de mercê*, na viagem para a China, Camões quisesse ressarcir-se com o cargo da *Provedoria dos Defuntos e Ausentes na nova sede* que se abria ao Comércio português em Macau em 1558; e que por esta circunstância fora *mexericado de amigos*, perante o *Capitão do Mar*, Leonel de Sousa,

que estava ressentido contra o Governador Francisco Barreto, que o privara desse recurso, e contra o seu protegido.

Enquanto na solidão de Macau se ocupava Camões em 1559 em continuar a elaboração dos *Lusíadas*, interrompida no Canto 1, em Goa era *mexericado por alguns amigos*, como relata Manuel Correia, no comentário aos Cantos VII, est. 81, e X, est. 128. Segundo tradição constante, escreveu Camões grande parte do poema em uma *gruta*, no alto do monte ao norte de Macau, na aldeia de Patane. Em um livro de viagens, *La vida en el Celeste Imperio*, por D. Eduardo Toda, acham-se dois preciosos capítulos sobre a colônia portuguesa de Macau; para os estudos camonianos, interessa-nos especialmente a parte descritiva da península onde Camões se inspirou para continuar o seu poema tantas vezes interrompido, e onde deixou a irradiação eterna da sua personalidade na tradição da Gruta, que desde os fins do século XVI se denominava os *Penedos de Camões*, visitada como um santuário por todos os viajantes. São sempre apreciáveis as impressões directas, que juntamos às outras descrições já conhecidas da *Gruta de Camões* em Macau: «Ao dobrar a ponta do canal de Lantão, que marca exactamente a metade do trajecto (entre os portos de Hong-Kong e Chacau), entra-se em um estreito braço de mar, limitado em sua parte oposta pelas serras de Jeoug Shan, ou *Montanhas perfumadas*. Ao pé destas, começa a distinguir-se a pequena península, onde já de três séculos flutuam as gloriosas Quinas portuguesas. Aquela paisagem seria extremamente pitoresca se, durante a maré baixa, uma ramificação de Chu Kiang que ali desemboca não lhe convertesse as águas em verdadeiro mar lodacento. – Ao aproximar-se das costas, o viajante que tenha visto o golfo de Nápoles, nota imediatamente a grande semelhança que existe entre o porto exterior de Macau e a Chiaia da antiga Parthenope. Vê-se no mesmo golfo, ainda que com limites mais reduzidos, igual distribuição das montanhas de *S. Paulo*, que correspondem ao S. Telmo, e da *Guia*, que poderia tomar-se como o Vesúvio. Esta ilusão dura os instantes que se leva a dobrar a barra do rio e franquear o porto interior, magnificamente situado, porém quase impraticável aos navios pela grande quantidade de lodo que tem acumulado no fundo, e que nunca se cuidou de extrair. – A Macau anda unida uma recordação, que nunca esquece ao viajante por menos instruído que seja: é a do imortal poeta Luís de Camões. – Junto ao porto interior da península, acha-se um grande jardim, tão pitoresco como abandonado, que se chama a *Gruta de Camões*; por ali ia o poeta com frequência, para distrair-se das largas horas de ócio e de nostalgia. A *Gruta* é formada por três grandes pedras de granito: duas acham-se paralelamente, e a outra descansa sobre aquelas, formando uma porta.» Bordalo comparou também esta quinta no seu aspecto geral à quinta da Penha Verde, em Sintra: «Lindas ruas de copado arvoredado serpenteando em volta de uma montanha, e ladeadas por enormes massas de granito, dentre as fendas das quais surgem belas árvores, não só das espécies chinesas, mas de Java, das Filipinas, da Índia e mesmo da península malaia, tal é o caminho que conduz o viajante ao píncaro de um monte sobranceiro à povoação chinesa de Patane e ao rio, onde está a procurada *Gruta de Camões*. – Ei-la, dois rochedos quase perpendiculares e próximos um do outro, sustentam um terceiro que serve de tecto à gruta.» (*Panorama*, t. XI, p. 36). Quando o poeta levava já no Canto VI a composição dos *Lusíadas*, foi repentinamente mandado embarcar na *Nau da Prata* que em fins de 1558, vindo do Japão, seguiu para Goa. Partiu debaixo de prisão, sucedendo-lhe o naufrágio na costa de Cambodja, onde se salvou a nado com o manuscrito do seu poema, como ele próprio refere no Canto X, estância 28:

..... o Canto que molhado
Vem do naufrágio triste e miserando
Dos procelosos baixos escapado.

Estes factos assim autenticados deram lugar a interpretações gratuitas e inadmissíveis pela condição das monções, que regulavam as viagens e pelos anacronismos dos personagens. Hoje, pelo conjunto de factos já se pode precisar quem ordenou a prisão arbitrária de Camões:

..... *o injusto mando* executado
Naquele cuja Lira sonora
Será mais afamada que ditosa.

Pode-se determinar o tempo do naufrágio e mesmo o navio perdido; basta agrupar os dados complexos do problema.

Estabelecem-se os Portugueses em Macau em 1557 (após a derrota de Chansilau, e tomando o seu reduto); mas sob condições restritíssimas: não terem casas de pedra, nem autoridade territorial. Tornou-se Macau a estação de partida para o Japão, adquirindo por isso toda a importância e desenvolvimento.

A acção marítima contra os Piratas devia ter-se realizado em Julho ou Agosto de 1557, quando chegou à China a Nau da Viagem comandada por *Leonel de Sousa*, que em meio de 1558 partiu para o Japão. (Carta de Bungo, de 24 de Outubro de 1559, referida a 1558): «Aí soubemos como estava (em Firundo) a Não de *Leonel de Sousa*»;¹²¹ «no ano de 1558 foram ao Japão dois navios, o de Leonel de Sousa e o de Guilherme Pereira.¹²² Qual deles é que se perdeu «*em uns baixios?*» A Nau de Leonel de Sousa» com certeza:

«É ele próprio que no-lo afirma, na carta que em 1563 dirigiu à rainha D. Catarina, onde se encontram estas palavras:

«...E porque esta deve ser a Resolução de V. A., lhe peço por grande e acostumada virtude que se lembre que passa de corenta anos que sirvo S. A. sem ter outra mercê nem satisfação mais que *esta viajei da China em que me perdi* e não houve efeito.»

«Se a nau a que esta carta se refere (do P.^e Baltazar Gago, do Japão de 3 de Novembro de 1559) fosse realmente aquela em que Camões viajara e naufragou, – o naufrágio teria sucedido no principio de 1559 (*ou fins de 1558*) visto que a Não que ali se fala não pode ter sido a que saiu da China nos fins de 1557 (Francisco Martins), mas a que de lá partiu em fins de 1558 (*Leonel de Sousa*).» (J. Freitas, *ib.*, p. 33).

«Tanto eram de 1558 as Cartas que se perderam no naufrágio da Não de que fala o P.^e Baltazar Gago, que neste ano os registos da Correspondência dos Jesuítas do Oriente não acusam uma só carta escrita do Japão ou mesmo de Malaca.» (*Ib.*, p. 34).

Sobre o naufrágio de Camões nas costas de Cambodja, escreve Ferdinand Denis: «Um viajante que percorreu estas regiões, alguns anos depois do sucesso que esteve a pique de ser tão funesto ao poeta, faz admiravelmente compreender como o náufrago carregado com o seu precioso volume pôde salvar-se desde que atingiu o curso lento e plácido do Mecon. Este vasto rio, efectivamente, tem a nascente nos confins da China, e rega o reino de Cambodja, tem cheias como o Nilo, e é sensível às marés até uma distância considerável; na baixa-mar os navios encalham frequentemente, e a sua embocadura pode ser passada a vau. Internando-se algumas léguas, Camões poderia ter visitado as maravilhas da cidade de Angor, e encontrar hospitalidade em um dos mais ricos impérios do Oriente. Ignoramos o acolhimento que encontrou nessas paragens,

¹²¹ J. Freitas, *Op. cit.*, p. 26.

¹²² Este partira de Goa em Setembro de 1556, na segunda monção.

mas aí permaneceu muitos meses...»¹²³ Ferdinand Denis escrevendo em 1855 referia-se à extraordinária civilização cambodjana, nesse mesmo ano descrita por Bastian no seu *Cambodische Alertamer*, em cuja grande capital Angkor, coberta das mais estupendas maravilhas de arquitetura, parece ter-se associado o gênio chinês com o árabe, produzindo na Arte o mesmo sincretismo religioso das doutrinas búdicas. O país de Cambodja, denominado reino de Khmer pelos seus habitantes, tem sido estudado pelos arqueólogos e etnologistas europeus, e os prodígios da sua arte, em parte reunidos no Museu de Compiègne, acham-se descritos no livro recente de Delaporte, *Le Cambodge*; uma simples inspeção dos monumentos da Arte Khmer lembra imediatamente as obras arquitectónicas da civilização mexicana, vestígios morfológicos das construções egípcias, porventura pelas relações do estilo indo-árabe de Caxemira. A impressão desses pasmosos produtos de uma civilização extinta ficou ligada aos desastres da vida de Camões, que no Canto X dos *Lusíadas*, falando das circunstâncias de ser o Mecon análogo nas suas cheias ao Nilo, mostra conhecer os costumes e ritos dos *Khméres*:

A gente dele crê como indiscreta
Que pena e gloria tem depois da morte
Os brutos animais de toda sorte.

Nitidamente se discriminam os dois naufrágios sofridos por Camões: o primeiro na *viagem que fez para a China*, como indicou o anotador de 1584 (Ed. *Lus.*), perdendo tudo, quando *começara a fortuna a favorecê-lo*. No Canto VII, estância 79, o poeta o confirma:

A Fortuna me traz peregrinando,
Novos trabalhos vendo e novos danos
Agora o mar...

Agora da esperança já adquirida
De novo, mais que nunca derribado.

E no Canto X, estância 129, particulariza o horror deste:

naufrágio triste e miserando,
Dos procelosos baixos escapado.

Em carta de Leonel de Sousa de 1561, encontrou Jordão de Freitas referência a este naufrágio *em pleno mar da China* em um dos baixos das ilhas de Pracel.

O segundo naufrágio deu-se *antes que passasse a Costa da China*, como o refere o P.^e Baltazar Gago em Carta de 1 de Novembro de 1559; Camões, no Canto X dos *Lusíadas*, estâncias 127 e 128, confirma este naufrágio na Costa de Cambodja (Cochinchina):

Agora às Costas escapando a vida,
Que pendia de um fio tão delgado...

Depois dos *procelosos baixos*, encontra os bancos de areia do rio Mekong, donde se salva:

¹²³ *Nouvelle Biographie générale*, t. VIII, p. 351.

Este, receberá *plácido e brando*
No seu regaço o Canto, que *molhado*
Vem do naufrágio triste e miserando
Dos procelosos baixos escapado...

Vê-se, que sendo este naufrágio em princípio de 1559¹²⁴, ainda vinha *molhado* o Canto, do recente naufrágio de fins de 1558. São dois quadros diferentes e que se contrastam, e que o comentador da edição de 1584, Leonel de Sousa e P.^e Baltazar Gago apontaram, confirmando os dois lugares do poema, os *procelosos baixos* do mar da China, e *as Costas* da Cochinchina, de que escapou o poeta.

Mas não acabavam ainda as suas desgraças.

Logo que o poeta chegou a Goa, em 1561, foi recolhido à cadeia; e já reduzido à miséria pelo naufrágio, recebeu um novo golpe com as cartas chegadas do reino, que lhe traziam a notícia do falecimento de *D. Catarina de Ataíde, muito moça*. A notícia era do ano de 1556, recebida passados cinco anos; o poeta ajuntou mais esse golpe às suas fatalidades. No Soneto CLXXX, que nos manuscritos trazia a rubrica *Das suas perdições*, memora a par do seu naufrágio a morte da *cordeira gentil que tanto amava*:

Liso, quando quisier o fado escuro,
A oprimir-te virão *em um só dia*
Dois lobos; logo a voz e a melodia
Te fugirão e o som suave e puro.

Bem foi assim, por que um me degolou
Quanto gado vacuum pastava e tinha,
De que grandes aumentos esperava.

E por mais dano o outro me matou
A cordeira gentil que eu tanto amava,
Perpetua saudade da *Alma minha*.

A situação descrita revela o estado da emoção que lhe fez conceber aquele soneto *Alma minha gentil*, o tipo perfeito e modelar da Oração. Camões foi logo recolhido ao Tronco de Goa; o Vice-rei D. Constantino de Bragança já no fim do seu governo, nada resolveu sobre a prisão do poeta; somente depois de lhe ter sucedido em Setembro de 1561 D. Francisco Coutinho, conde de Redondo, o mandou soltar o vice-rei, apesar dos embargos que em 1562 lhe pôs por dívidas o capitão chatim Miguel Rodrigues o Fios-Secos. Pouco aproveitou a Camões a boa vontade do Vice-rei; ele falecia repentinamente em Fevereiro de 1564.

Novas esperanças de Camões em Goa seriam motivadas pela nomeação do Vice-rei D. Antão de Noronha, seu antigo amigo dos tempos de África, que chegara do reino em 3 de Setembro de 1564. Na Ode XIII, Camões refere-se àquela *primeira aurora*, quando D. Antão de Noronha militava em África, e pede-lhe que esqueça o camarada antigo, que não lembre essa igualdade de outrora que pode ofuscar o brilho do Vice-rei. Por esta mesma Ode se depreende que D. Antão de Noronha lhe pedira versos; o Vice-

¹²⁴ Lemos em uma *Exploration du Mekong*, por Carné: Nós entrávamos *no mês de Novembro*, o rio baixava todos os dias e as margens bordavam-se até perder de vista de *uma larga franja de areia branca*. Os perpétuos nevoeiros davam lugar a um véu transparente de vapores.» (Rev. dos Deux-Mondes, 1868, vol. III).

rei proveu Camões na Feitoria de Chaul, logo que se desse a primeira vaga; sobre este costume escreve Pyrard: «Enquanto aos Capitães e fidalgos portugueses, esses não recebem outros presentes senão capitánias vagas, permissões de certos tráficos ou privilégios e cargos.» Vinha a competir-lhe a entrada na posse da Feitoria pouco mais ou menos em 1570; porém, Camões tinha quase completo o seu poema e ansiava por voltar a Portugal; a ideia de ir para Moçambique ocorreu-lhe como um meio de regressar em algum galeão, e aproveitou-se da transferência de Pedro Barreto da Capitania de Sunda para Moçambique para vir na *matalotagem*, isto é, sem pagar passagem, apenas comendo à sua custa.

Em Moçambique Pedro Barreto portou-se infamemente exigindo ao poeta duzentos cruzados; e quando em 1569 regressava para Portugal o Vice-rei D. Antão de Noronha, ao aportar a nau *Santa Clara* a Moçambique, aí encontraram Luís de Camões «tão pobre, que comia de amigos», como conta pitorescamente Diogo do Couto na *Década VIII*. Os amigos quotizaram-se para lhe arranjar roupa, e libertá-lo dos credores, e trouxeram-no para o reino como seu matalote. Este costume acha-se descrito por Pyrard: «Quando o Vice-rei recolhe a Portugal, escolhe os navios que quer e os faz prover de mantimentos, a que chama matalotagem, para ele e sua comitiva; e há tempo para isso. E quando os portugueses sabem que algum Vice-rei, arcebispo ou grande senhor e capitão se vai embora, cuidam em se meter no seu rol e obter licença para se irem com ele; porque nestes casos todos quantos vão no navio, tirada a gente de mar e oficiais do mesmo navio que levam e têm sua *matalotagem* à parte, são sustentados de graça, ou sejam fidalgos ou soldados.» Em a nau em que regressava o Vice-rei D. Antão de Noronha, Camões entrou na *matalotagem* de Diogo do Couto, D. João Pereira, D. Pedro Guerra, Aires de Sousa de Santarém, Manuel de Melo, Gaspar de Brito, Fernão Gomes da Grã, Luís da Veiga, António Cabral, Duarte de Abreu, António Ferrão, Lourenço Vaz Pegado, e o seu grande amigo e poeta Heitor da Silveira. Segundo o dizer de Diogo do Couto, em Moçambique acabou de aperfeiçoar os *Lusíadas*, e trabalhava no livro, que intitulava o *Parnaso*, a colecção sistemática dos seus versos líricos. Depreende-se a índole deste livro da rubrica da Elegia à morte de D. Telo de Meneses: «*Achou-se em um manuscrito do Bispo D. Rodrigo da Cunha feito no ano de 1568.*» A natureza da composição, e o manuscrito formado na época em que estava Camões em Moçambique, em 1569, confirma a interpretação que damos à notícia de Diogo do Couto.

Estava terminada a empresa do sonho de fortuna no Oriente; Camões regressava à pátria desiludido, doente e na indigência, mas trazia consigo o pregão da imortalidade do ninho seu paterno, onde queria morrer, o *Tesoro del Luso*, como lhe chamou Cervantes.

A partida de Moçambique para o reino efectuara-se em Setembro de 1569, saindo as naus juntas sob a capitania da nau *Chagas*; Porém a nau *Santa Clara*, em que vinha Camões, e seus amigos Diogo do Couto e Heitor da Silveira, comandada pelo capitão Gaspar Pereira, obedecendo à força das correntes adiantou-se a todas as outras, e chegou à ilha de Santa Helena vinte dias mais cedo. No regresso da Índia, as naus tomavam a direcção do Arquipélago dos Açores, onde eram esperadas por uma armada que as ia encontrar anualmente às ilhas para as proteger da pirataria. Quando a nau *Santa Clara* chegou a Cascais, em 7 de Abril de 1570, ainda se achava naquela baía a armada que se dirigia anualmente para as ilhas dos Açores, prestes a partir. Teixeira Soares é de opinião que a nau *Santa Clara* tocara nas ilhas dos Açores, inferindo este facto da referência de Diogo do Couto à impressão directa da *ilha do Pico*, que só teve ocasião de ver no seu regresso em 1570. E admitido o facto, torna-se plausível a hipótese de que a ilha Terceira foi o elemento objectivo que serviu a Camões para

acentuar alguns traços descritivos da *ilha dos Amores*. Tal é a opinião de dois eruditos açorianos, o Padre Jerónimo Emiliano de Andrade e o Dr. Moniz Barreto Corte Real, comprovando a topografia da ilha Terceira com a descrição da ilha maravilhosa, e explicando a referência ao porto de Angra:

Onde a costa fazia *uma enseada*
Curva e quieta...

e aos três cumes tão característicos do Monte Brasil:

Três formosos outeiros se mostravam
Erguidos com soberba graciosa,
Que de gramíneo esmalte se adornavam
Na formosa ilha alegre e deleitosa.

Evidentemente o poeta aludia nos *três formosos outeiros* aos três cumes do Monte Brasil e na *enseada curva e quieta* ao porto de Angra; a *Insula divina* confinando com muitas outras condiz com o nome da *Ilha de Cristo*, como primeiramente foi designada a ilha Terceira. Além da impressão pessoal tinha Camões o facto real que o levava a idealizar a *Ilha dos Amores* na Terceira; o intitulado Roteiro de Vasco da Gama ficou interrompido, referindo-se à passagem pelas ilhas de Cabo Verde (28 de Abril) e daí até à chegada a Lisboa em 28 de Setembro de 1499 (Gaspar Correia) aportou o navegador na ilha Terceira, onde faleceu Paulo da Gama seu irmão. Pela definitiva localização *atlântica* e pela observação do Sol em Câncer, a 20 de Junho, tendo já chegado ao Lago de Temistião (Golfo do México) concluiu Leone, os nautas aportaram à ilha Terceira em Julho de 1499. Tocando Camões no seu regresso, por Março de 1570, na ilha Terceira, suscitaram-lhe estas recordações a fantasia; a flora açoriana partilha das floras americana e africana, prevalecendo a *européia*. Humboldt, observou que as plantas e frutos da *Ilha dos Amores* são exclusivamente da Europa, tais como mirtos, jacintos, violetas, lírios roxos, açucenas, narcisos, pinheiro, loureiro, álamo e ciprestes, a laranjeira, a cidreira, as cerejas, e a *lima doce* (lima da Pérsia, assim chamada nos Açores):

O pomo que da pátria Pérsia veio,
Melhor tomado no terreno alheio.

A impressão da natureza esplêndida dos Açores lembra-lhe o efeito das Colgaduras que vira nos Paços da Ribeira:

Pois a tapeçaria bela e fina
Com que se cobre o rústico terreno,
Faz ser a da Acménia menos dina,
Mas o sombrio vale mais ameno.

(*Lus.*, IX, 60)

A chegada à pátria foi acompanhada de novos desastres: «no dia em que vimos a roca de Cintra, escreve Diogo do Couto, faleceu Heitor da Silveira, por vir já muito mal.» Camões perdia esse poeta e amigo que o acompanhava desde que regressara a Goa. A nau Santa Clara chegou a Cascais em sexta-feira 7 de Abril de 1570 «e aí

surgimos, por *estar a cidade em peste*», como narra Diogo do Couto; ao fim de dois dias (domingo), é que chegaram de Almeirim as ordens para a nau entrar e dar fundo no Tejo para o desembarque. Que desoladora perspectiva a da cidade devastada pela terrível epidemia que ficou na história com o nome de *Peste Grande*, no auge da qual morriam diariamente entre quinhentas e setecentas pessoas, andando os frades fanáticos alucinando o povo com prognósticos aterradores, morrendo os moradores à mingua de socorros pelos olivais das cercanias. Além da peste, a miséria pública era incalculável pela perturbação da quebra da moeda feita por uma lei de 14 de Abril de 1568, para evitar que o ouro fosse levado para Inglaterra. Camões voltava à pátria em um calamitoso momento para assistir a outro ainda mais tremendo, em 1580; ele não pôde continuar a sublime estrofe: *O prazer de chegar à pátria cara*.

4º *Regresso à pátria – Publicação dos Lusíadas – Alcácer Quibir – Morte de Camões – Triunfa o Castelhanismo* – A Peste grande cessou pelo esgotamento da virulência dos seus germes, e em 20 de Abril de 1570 fez-se uma aparatosa Procissão em acção de graças, com danças e invenções: «A quarta-feira, véspera do dia da procissão se mandou deitar pregões, que toda a pessoa pusesse de noite uma vela acesa ou candeia à janela da banda do mar e de terra. Houve também toda a noite fogueiras e festas pelas ruas.»¹²⁵

No meio desta desolação, Camões achava-se completamente desvalido, sem lar onde se acolhesse, ao favor casual, de que lhe resultou o furtarem do seu pequeno espólio o manuscrito dos seus versos líricos. Diogo do Couto, na Década VIII, fala dessa calamidade: «*livro de muita erudição e filosofia que intitulava PARNASO, o qual lhe furtaram*, e nunca pude saber no reino dele por muito que o inquiri, e foi furto notável. » Por esta notícia depreende-se que as poesias do *Parnaso* de Camões eram acompanhadas de prosas explicativas dos factos históricos e lugares a que aludiam e onde foram escritas reflexões psicológicas sobre os sentimentos que as inspiraram; formava um todo orgânico e autobiográfico como a *Vita Nuova* de Dante. E esse furto irreparável, feito após a sua chegada, revela-nos que não encontrara a casa de sua mãe, ausente de Lisboa. Pelo Nobiliário ms. de Pantoja, de Elvas, sabe-se, que por morte de Simão Vaz de Camões, no naufrágio da nau Conceição em 1555, Ana de Sá e Macedo, não sabendo novas do filho da Índia (período de 1556 a 61) convolou a segundas núpcias com um veterinário¹²⁶, para depois dos cinquenta anos se salvar da indigência. Pela situação do segundo marido, que nada tinha que fazer durante a Peste grande em Lisboa, é presumível que se ausentassem para longe. Observando Camilo, com dureza, não encontrar nas poesias de Camões referências a sua mãe, torna-se explicável o facto: longe de Lisboa e na sua obscuridade, ninguém soube dar-lhe notícia dela à chegada à pátria, e só depois de dois anos da morte do poeta, é que o ministro Pedro de Alcáçova Carneiro soube da existência de *Ana de Sá, mãe de Luís de Camões muito velha e pobre*, pelo que lhe foi feita mercê de seis mil réis por ano dos quinze da tença vaga pela morte do filho, por alvará de 31 de Maio de 1582. E como o poeta não recebera os primeiros dois quartéis do ano de 1580, apurou-se a data do seu falecimento, para entregar o que se devia da tença a sua mãe; em 5 de Fevereiro de 1585 foi-lhe completada com mais nove mil réis por ano a tença que seu filho tivera. Se a existência de Ana de Sá fosse conhecida neste tremendo decénio de 1570 a 1580, o ministro que admirava Camões não lhe acudiria só passados dois anos em 1582 e 1585. Revelam-nos estes dados a solidão moral em que viveu Camões, condizendo com a lenda da única simpatia do seu jau, que o servia na pobreza doméstica.

¹²⁵ Ribeiro Guimarães, *Sumário de Vária História*, II, 167.

¹²⁶ Comunicação do erudito elvenses António Tomás Pires, falecido em 4 de Agosto de 1913.

O roubo do *Parnaso* forçava o poeta a tratar da publicação dos *Lusíadas*, para os salvar de um golpe traiçoeiro, vindo encontrar acesos os velhos ódios dos que lhe invejavam o génio. A ocasião não era asada para a publicação de poemas, quando a miséria pública, as complicações internacionais e o governo desvairado do jovem D. Sebastião, absorvido pelos Jesuítas que o sequestravam, e a cláusula secreta castelhana, traziam os espíritos em alarme. Em um *Soneto que se fez na Corte* sintetiza o quadro de desorganização; é uma reclamação dirigida ao rei, e a sua resposta desvairada:

Señor, no se despacha pretendiente,
El Turco baixa, el Francez se altera
Quema tus puertos com audacia fêra
El poderoso imigo en Occidente.

Armada no parece, falta gente
Que sulque el mar y empare tu frontera,
En palacio no hay blanca, y paga espera
El rico, ei pobre, el sano y el doliente.

Tu Magestad lo vea y dê la traça,
Que al provido remedio mas importe,
Que mi vegez en lianto la resuelvo.

– Deome cabailos, salga el duque a caça,
Corranme toros, mudese la Côte,
Y digan a la Reyna, que ya buelvo.¹²⁷

Ficou desfeita a lenda de ter Camões sido apresentado a D. Sebastião, porque no Canto X dos *Lusíadas* (st. 154) diz claramente: *De vós não conhecido nem sonhado*. Para vencer a censura eclesiástica exercida pelo P.^e Bartolomeu Ferreira a contento dos Jesuítas; para obter um privilégio de dez anos para o seu poema com data de 24 de Setembro de 1571, e poder imprimir-se; e para lhe ser concedido o alvará da tença de 15\$000 réis desde 28 de Março de 1572, era preciso que um influxo inteligente e extraordinário interviesse deliberadamente. A única pessoa que dispôs do seu poder foi D. Francisca de Aragão, pelo grande ascendente que tinha sobre a rainha D. Catarina, pela simpatia de seu primo D. João de Borja, filho do ex-duque de Gandia, geral dos Jesuítas, com quem veio a casar; e como sobrinha do governador Francisco Barreto, de quem na índia Camões fora acatado. Na Ode VI, nos dois manuscritos de Juromenha e Luís Franco, vem a rubrica *a D. Francisco de Aragão*, que editores boçais suprimiram; ai confessa Camões à alta luz serena:

*Qual a vi no meu longo apartamento
Qual em presença a vejo;
Tais asas dá o desejo ao pensamento.*

.....
*Por vós levantarei não visto Canto,
Que o Bétis me ouça, e o Tibre me levante,
Que o nosso claro Tejo
Envolto um pouco o vejo e dissonante.*

¹²⁷ *Parnaso* de Luís de Camões, vol. I, p. 183.

Os *Lusíadas* já estavam impressos à data do alvará de tença de 28 de Julho de 1572, sendo publicados então. A impressão que devia causar a sua leitura teve de prevalecer sobre grandes comoções públicas que ocorreram. Em carta de D. João de Borja ao secretário Zagás, em 9 de Setembro de 1572, dá notícias das festas que se fizeram em Lisboa para celebrar a matança da Saint Barthélemy (noite de 24 de Agosto): «Ayer, dia de usa Señora, se hizo una procession muy solene con todas las ordenes, dando gracias per ei sucesso de Francia. Fué el Cardenal en ella de pontifical. Llevó el Lignum Crucis. Salió la proçession de la See à San Domingos, adonde predicó Fr. Luis de Granada, admirablemente.» Quem gozava estas festas canibalescas não podia sentir as puras emoções da arte. Uma outra depressão pública, veio com o vendaval que caiu sobre Lisboa destruindo na noite de 13 de Outubro de 1572 a Armada que estava no Tejo, que D. Sebastião enviava à Santa Liga. E no meio do esgotamento do erário a tença a Camões, pelo «*seu engenho e habilidade, e a suficiêcia que mostrou no livro que fez das cousas da Índia*», veio acirrar a guerra contra o poeta, que procurava defesa nos amigos.

As duas referências de Manuel Correia e de Diogo do Couto, de lhes ter Camões pedido que comentassem os *Lusíadas*, só significa a necessidade de defesa contra a má fé literária, que delatava o poema aos escrúpulos da censura clerical, que em 1584 deturpou boçalmente essa maravilha de arte. O comentário de Diogo do Couto compreendia principalmente a geografia, a fauna, a flora, a etnologia e história oriental do poema; o comentário de Manuel Correia abrange principalmente as reminiscências clássicas e interpretações de sentido. Sabe-se que o *Doutor Português*, o afamado médico João Fragoso, também interrogara Camões sobre fenómenos idealizados nos *Lusíadas*.

Duperron du Castera, defendendo a sua tradução francesa dos *Lusíadas*, em um opúsculo separado, alude a três cartas de Camões (totalmente desconhecidas hoje) em que o próprio poeta se defendia contra certas arguições do médico João Fragoso. Depreende-se pela notícia de Castera, que ele vira *três cartas* de Camões, uma em latim, outra em castelhano, e outra em português, contendo explicações sobre o seu poema.

O licenciado João Fragoso era natural de Lisboa, e foi médico da rainha D. Catarina, mas viveu em Castela desde que seguiu a infanta D. Isabel, que casou com Carlos V. Os médicos da corte, que o tinham por um temível rival, chamavam-lhe *El Doctor Português*, como o usa Dionisio Daza Chacon. Estava no auge da sua reputação, quando Camões regressara da Índia a Portugal; em 1570 publicara os *Erotemas Cirúrgicos*, e em 1572 o resumo dos *Colóquios dos Símplices* do Dr. Garcia de Orta, com o título *Discursos de las Cosas aromaticas, arboles, frutas y medicinas simples de la Índia que sirven al uso de la Medicina*; em 1581, publicou a *Cirurgia universal*. Pelo apreço em que tinha Filipe II a Camões, e pelo entusiasmo que o poema dos *Lusíadas* despertou em Espanha, sendo duas vezes traduzido em 1580, e outra em 1591, é natural que o *Doctor Português* escrevesse a Camões, e portanto que as referências às cartas em que João Fragoso discute com Camões acerca do seu poema sejam uma realidade. O poema, como se vê pelo privilégio real, foi considerado como uma obra científica; sobre este aspecto seriam também as observações do médico da corte de Filipe II. Cremos possível o encontrarem-se algum dia essas Cartas.

Os amigos de Pero de Andrade Caminha conspiravam por todas as formas contra a glória de Camões; em uma Epístola a Francisco de Sá de Meneses, escrita por Jerónimo Corte-Real antes de 1574, fala o prosaico poeta como se não existissem os *Lusíadas*:

Estes autores lendo fui cuidando
Com quanta mais razão justo seria
Dos nossos Portugueses ir tratando,
Pois em batalhas mil se lhes devia
Uma fama, e um nome eterno ao mundo
E de Homero ou Virgílio a poesia.

Antes de partir para a expedição de África, nomeou D. Sebastião um poeta para celebrar-lhe os seus feitos, sendo preferido Diogo Bernardes, e afastado o nome de Camões por essas influências odientas. Apesar da cabala dos amigos de Caminha, era Camões geralmente denominado príncipe dos poetas do seu tempo, como vemos na frase de Diogo do Couto, e em volta dele agrupavam-se Estácio de Faria, Magalhães Gandavo, Manuel Barata, D. Gonçalo Coutinho, e não cessavam de pedir-lhe versos, de importuná-lo, como se sabe pela anedota de Rui Dias da Câmara, sobrinho dos dois jesuítas Luís Gonçalves e Martins Gonçalves.

Em 1575 eram acabados os três anos da tença, renovada pela Apostila de 2 de Agosto de 1575, ficando contudo sem receber esses miseráveis 15\$000 réis até 22 de Junho de 1576. D. Sebastião, cada vez mais fanatizado pelos jesuítas, empreendia uma cruzada na África; o papa para o exaltar, enviou-lhe como relíquia uma seta de S. Sebastião. Camões tratou este assunto, mas não avançou em simpatia. Em 1577 escreveu André Falcão de Resende uma Sátira sobre os costumes decadentes da sociedade portuguesa, dedicada a Luís de Camões, em que diz terem na corte mais valimento os bobos do que os poetas. Em 1577 começou o P.^e Pedro Ribeiro a formar um Cancioneiro dos poetas do seu tempo, no qual coligiu bastantes versos líricos de Camões. Tasso e Herrera saudaram Camões pela obra dos *Lusiadas*, e parece ter ele tido conhecimento destas homenagens, como se depreende do verso da Ode VI: «*O Bétis me ouça, o Tibre me levante.*» Quando se organizou a expedição de África, Camões não tinha na corte quem fizesse valer a sua superioridade; a infanta D. Maria falecera em 1577; D. Manuel de Portugal e Pedro de Alcáçova Carneiro estavam por embaixadores em Espanha; D. Luís de Ataíde partira pela segunda vez para a Índia.

A expedição de África era uma loucura de rapaz, animada pelos jesuítas que intrigavam ao serviço de Filipe II; havia uma má vontade contra essa empresa sem pensamento, e no cometa de 1578 quis ver o povo a anunciada ruína de Portugal. Na sua miragem, D. Sebastião já levava a coroa com que se havia de proclamar Imperador de Marrocos. A partida para a África efectuou-se em 25 de Junho de 1578, e a 4 de Agosto essa luzida cavallhada desapareceu na carnificina e nos cativeiros, deixando a nação entregue à demência e hipocrisia do cardeal D. Henrique, o tempo bastante para preparar pela nomeação dos Governadores do Reino a entrega de Portugal a Filipe II, de Castela.

Segundo a tradição transmitida por Bernardo Rodrigues, poeta coevo, Camões rasgou o começo de um poema em que celebrava a empresa de África. A degradação moral era profunda; no cativo, os fidalgos gastavam o tempo e o dinheiro do resgate em jogar, enquanto as mulheres andavam em Lisboa por casa das bruxas fazendo toda a ordem de superstições para saberem dos maridos. Neste período, que vai de 1578 a 1580, chamado na história *o tempo das alterações*, Filipe II tratou de comprar para o seu partido a fidalguia portuguesa com cédulas ou promissórias de dinheiro, e com o dinheiro espanhol vinham resgatados para Sevilha os cativos de Alcácer Quibir. Foi durante estes dois anos que Camões adoeceu; a ruína do carácter português e a perda quase iminente da nacionalidade feriram-no mortalmente. O seu poema era destinado a outra época, e a outras almas educadas por esse ideal de pátria. Os amigos de Camões,

D. Francisco de Almeida, D. Manuel de Portugal, eram todos do partido nacional, queriam como rei o Prior do Crato; mas faltava a este ilegítimo o que teve o bastardo da segunda dinastia, um Condestável e um João das Regras, um braço e um pensamento. O Prior do Crato, pela indignidade da sua origem, entrou em ajustes com Filipe II, que lhe não chegou ao preço; e essa figura miserável satirizada no tipo do *Barão de Foeneste*, do célebre romance de Agripa d'Aubigné, serviu para tornar mais amarga a decepção do partido nacional.¹²⁸ O dinheiro de Filipe II, como se conta na Sátira *Sobre a perda da nacionalidade*, fez cair as muralhas desta Jericó. No meio do desalento dos partidos, a quem faltava o apoio da nação, da soberania nacional, Camões escreveu a D. Francisco de Almeida, que estava por capitão-general na comarca de Lamego: *Enfim, acabarei a vida, e verão todos que fui tão afeiçoado à minha pátria, que não só me contentei de morrer nela, mas com ela.*»

A temerosa crise de fome e o aparecimento da peste de 1579, que se prolongou pelo ano de 1580, vitimando na Europa oitenta mil pessoas, causaram esse quebrantamento moral, que tanto favoreceu a traição das Cortes de Almeirim abertas em 1 de Janeiro de 1580. Aí declarou Febo Moniz, que o Cardeal *queria dar o Reino a Castela*. As votações em que prevalecia o sentimento patriótico eram anuladas, e eram expulsos alguns fidalgos e preso D. Manuel de Portugal por falar *contra a voz de Castela*. O Cardeal-Rei faleceu em 31 de Janeiro de 1580, satirizado pelo povo em cantigas, por ter deixado em testamento *Portugal aos Castelhanos*. Esta política estava assegurada do seu êxito, porque quatro dos Cinco Governadores do reino eram castelhanistas; entre os quatro vereadores, três adoptavam a causa castelhana. Os agentes de Filipe II, Duque de Ossuna, Cristóvão de Moura e dois Letrados discursaram sobre os direitos de sucessão de el-rei de Castela, enviando disso apontamentos aos prelados e fidalgos. Aqueles nobres que seguiam a causa da independência nacional foram afastados de Lisboa, a pretexto de assegurarem a ordem pública, indo cada um tomar o governo da sua Alcaldaria; outros foram mandados inspeccionar torres e fortalezas.

Como continuava a peste, o Cardeal nomeara Provedor-mor da Saúde Fernão de Pina Marrecos, de um castelhanismo ferrenho; em nome dos Governadores do Reino, fez despejar a cidade de todos os doentes, isolando-os em barracões, servindo este expediente higiênico para envolver entre os pestíferos os cidadãos que eram conhecidos como contrários ao domínio de Castela. E tanto abusou deste arbítrio o Provedor-mor da saúde, que foi assassinado por partidários do Prior do Crato, como correra, em 7 de Abril de 1580. Foi, portanto, pouco antes desta data, que arrojaram Camões, que andava adoentado desde o *tempo das alterações*, para o tropel dos *impedidos, agasalhados em tendas*, para onde *despejavam os doentes da cidade*, conforme a ordem de 12 de Março de 1580. Aí se viu Camões desconhecido, desenhando-se a sua situação moral no soneto

A NOSSA SENHORA DA PENHA DE FRANÇA

Do meu tormento, cá do val'sombrio
Onde vivo em amargo e triste pranto,

¹²⁸ Falando do tipo do *Barão de Feneste* como tendo realidade histórica na figura do Prior do Crato escreve Mazade: «Ele andava assim errante e esfrangalhado, uma vez na Bretanha, outro dia em Poitou, umas vezes em volta de Paris, outras na Rochella, esgotando os seus recursos, vendendo suas jóias, reduzido a viver de empréstimos ou do socorro do rei de França, e o feroz escárnio de Aubigné pinta-o de um traço no *Barão de Feneste*, ao falar da jobelinerie du prince Malaisé de la Rochelle.» (*Revue des Deux Mondes*, t. I de 1866, p. 103). O Prior do Crato ofereceu a Soberania do Brasil a Catarina de Médicis, se esta rainha o auxiliasse na sua restauração em Portugal. Este plano foi executado por D. João IV, cedendo o Brasil aos Holandeses, para que o não perturbassem em Portugal.

Á alta penha do teu trono santo
Os olhos rasos de agua lá envio.

Neles e em minhas lagrimas confio
Piedade obter em meu mortal quebranto;
Inda que mais não digam, clamam quanto
Cala a mudez no ansiado calafrio.

Queixume d'alma em vão é se se escreve
Com agua unicamente, e minhas queixas
Podes ler nesta que me cai dos olhos.

Fita o mísero que a viver se atreve.
Pois se te demorares e me deixas
Tua piedade quebram meus escolhas.¹²⁹

E nas *Flores várias de diversos Autores lusitanos*, fl. 374, vem como o seu último grito, o Soneto que sob nº CCCXXXIX publicou Juromenha. Reproduzimos apenas duas estrofes pelo valor das suas variantes:

O dia em que eu nasci morra e pereça,
Não o queira jamais o tempo dar,
Não torne mais ao mundo, e se tornar
Eclipse nesse espaço o sol padeça.

Cuidem que o mundo já se destruiu.
Oh gente temerosa, não te espantes
Que este dia deitou ao mundo a vida
Mais *desaventurada* que se viu.

Confirma esta tremebunda situação, o testemunho de Fray Josep índio, visitando as tendas ou abarracamentos dos pestiferados: «*Yo lo vi morir en un hospital en Lisboa, sin tener una savana con que cubrirse...*» O frade escreveu estas palavras no poema dos *Lusíadas*, com o doloroso considerando: «*Que cosa mas lastimosa que ver un tan grande ingenio mal logrado!*» Segundo a tradição, da Casa de Vimioso lhe mandaram um lençol com que Camões foi arrojado à vala no Adro da Peste da encosta de Santa Ana, na forma da Provisão dos Governadores do Reino: «no despejo da gente deveis levar *mais esquifes* – que andem nisso *com escadas e távoas...*» Em 4 de Junho a peste tinha recrudescido tanto que os Governadores fugiram para Salvaterra, dirigindo-se para Setúbal; na terça-feira, 10 de Junho, expirou Camões *quase ao desamparo*, como escreve seu amigo o Licenciado Manuel Correia, e *miseravelmente*, como relata Alvia de Castro, que o ouviria de Pedro Craesbeck, que se interessava pelas tradições camonianas. Desde 1566, que os terrenos da encosta de Santa Ana foram sagrados para *Adros da Peste*, onde se abriam as valas para os mortos de cada dia; eram abaixo da Igreja da Pena. Como observou Faria e Sousa «*los enfermos en los hospitales en elles se enterran*», e esse Adro da Peste na encosta de Santa Ana denominou-se também *Cemitério do Hospital*. Por isso todas as pesquisas para encontrar a sepultura de Camões na Igreja de Santa Ana, partiram do equívoco entre o Adro da Peste e a igreja

¹²⁹ *Famoso* de Camões, vol. I, p. 368. O Soneto é do século XVI, atribuído, e em castelhano. Empregamo-lo como quadro.

pela designação vaga de ter *morrido no hospital* e sido enterrado o poeta em *Santa Ana*.

É pavorosa a situação portuguesa descrita em documentos oficiais, pouco tempo antes da morte de Camões. Em despacho de 20 de Abril de 1580, dirigido a Villeroi, escrevia Jean de Vivonne: «J'ai bien peur que infin les Portugois se laissant prandre les mins en la poche, enquire qu'ils disant qu'ils seront plutaust du diable que de Castille. Mais mIm je croy que se ne seront que parolles, et aultre que heulx ne s'en meslant.»¹³⁰ E em carta de 7 de Abril de 1580 escrevia Filipe II: «En Portugal no hay gente, aunque tienen por lista para 20 de Mayo salgan todos los listados, que dicen son ochenta mil hombres; *todo es nadie y fanfarria; no tienen que comer un dia, ni municiones, la necesidad los hade hacer venir à lo que mucho pesa, que no pueden llevar en paciencia los señores portugueses.*»¹³¹ Filipe II tinha já em 9 de Abril 80 peças de campanha e 80.000 homens passando junto a Mérida, e como escreve o novelista Espinel – «*socegadas, ó por mejor decir reducidas a mejor forma las cosas de Portugal...*». A entrada de Filipe II em Lisboa em 26 de Junho de 1581, extinta a peste, foi festejada pelo clero com acção de graças e aplausos da nobreza, e de homens de letras como Diogo Bernardes, Pedro de Andrade Caminha, André Falcão de Resende, Pedro da Costa Perestrelo, Fernão Álvares de Oriente, Francisco Rodrigues Lobo, e tantos outros que bajularam o invasor e aceitaram-lhe as tenças e despachos. Camões escapou desta degradação: *morrendo com a pátria*, que havia de ressurgir pelo seu *Pregão eterno*.

B) A ESCOLA CAMONIANA

No período mais calamitoso da sua vida, na *dura Moçambique*, refugiava-se Camões no encantador trabalho de coordenar todas as suas composições líricas sob o título de *Parnaso*, agrupando-as pelas formas poéticas em grupos de Sonetos, Canções, Odes, Elegias, Éclogas, Oitavas, Sextinas e as Redondilhas, do antigo género de Cancioneiro. Esta é a disposição seguida pelo P.^e Pedro Ribeiro em 1577, na colecção que formara, admitida depois pelos editores como Soropita, Domingos Fernandes, Faria e Sousa, D. António Álvares da Cunha. Nunca mais houve noticia do *Parnaso de Camões*, furtado ao desventuroso poeta logo à chegada a Lisboa; mas a grande quantidade de poesias avulsas coligidas pelos seus amigos foram-se incluindo em diferentes Cancioneiros manuscritos dos fins do século XVI e XVII, como o Cancioneiro de Luís Franco Correia, do P.^e Pedro Ribeiro e de D. Cecília de Portugal, nos cadernos em papel asiático de António de Abreu, Manuscritos vindos da Índia com outros do Arcebispo D. Rodrigo da Cunha, de Manuel Godinho, e ainda as *Flores várias de diversos Autores lusitanos*. Todos estes materiais contribuíram para a reconstrução do *Parnaso* de Camões, e pela incorporação inevitável de elementos apócrifos, se verifica pela similaridade do estilo lírico a vasta influência do poeta na pureza do sentimento e da dicção caracterizadas como *camonianas*.

A vida de Camões é um drama doloroso, e todas essas emoções íntimas vibram nos seus versos; mas, a sentimentalidade da raça, o *ethos* luso, dá-lhes a ressonância tornando-os a viva expressão da alma nacional. Eis o valor supremo do lirismo de Camões. No seu forte estudo da *Evolução das Sociedades ibéricas*, José Augusto Coelho assenta a base da actividade do *Lusismo* na *concepção estética*; e de facto, nas

¹³⁰ Ms. da Bibl. Nat. F., fr. 16107. *Apud* José Caídas, que comenta: «e a tanto declamar ao vento, permitia-se o ministro do último dos Valois dar o qualificativo irónico de *claquements de langue et cliquetis de ferraille tout cela!*»

¹³¹ *Doc. para la Hist. de España*, t. VII, p. 285.

naturezas superiores a cultura estética supre a moral vencendo os impulsos da degenerescência, e dá o ideal como o estímulo do heroísmo, até à fácil imitação das obras belas. De entre estas *concepções estéticas* «é o Lirismo subjectivo aquele que o Lusismo mais ama – reduzido a ter por objecto a emoção pura»; – «na maior época da sua pureza não é religioso, nem metafísico nem científico, é apenas estético, e ainda neste terreno é, acima de tudo, *amorosamente lírico*. O lirismo subjectivo reflectindo-se na consciência da raça como produto dessa mobilidade nervosa em nós criada pela humidade tépida do meio, esse sim, esse serpenteia por baixo de quantas correntes se cruzam ao longo da nossa historia literária, ora diminuindo, ora engrossando, mas sempre continua límpido e cristalino. – Os próprios Quinhentistas que, mais tarde e em tempo de impureza e falta de ingenuidade para o Lusismo, revelam mais intenso o espirito da nacionalidade, são todos eles poetas líricos de amor. E assim Gil Vicente é o reflexo do bom senso pratico das massas trabalhadoras e do cepticismo luso; Bernardim Ribeiro, canta na *Menina e Moça* o amor como uma realidade da vida; Falcão dá-nos no *Crisfal* uma deliciosa inspiração amorosa; Camões, balouçando a ardente fantasia à mercê das correntes diversas, é sempre um lírico delicioso de amor...» (*Op. cit.*, II, p. 278).

Acima de todos os líricos quinhentistas Camões eleva-se pela afectividade ingénita, pelo temperamento em que o Amor se converte em um destino. É o que Maudsley define admiravelmente: «É bem menos à educação do que à *hereditariedade*, que um homem deve a sua coragem ou a sua timidez, a sua generosidade ou o seu egoísmo, a sua ostentação ou a sua modéstia, o seu *temperamento fogoso* ou pacífico; o tom fundamental do seu carácter é inato e imprime com o seu cunho particular as emoções, as ideias associadas que nascem consequentemente. A influência de uma cultura sistemática sobre o indivíduo é indubitavelmente muito grande; mas o que determina o limite e mesmo até certo ponto, a natureza do efeito da cultura, o que constitui a base natural sobre a qual a arte vem firmar as suas modificações – é a *organização hereditária*.» (*Pat. do Esp.*, p. 345). Isto salvou Camões da corrente do platonismo alexandrino e petrarquista, que empolgou os outros líricos da Renascença; ele soube conciliar as duas disciplinas antagonicas, o racionalismo aristotélico com o espiritualismo platónico, em conflito na Itália: o racionalismo preponderante em Veneza, Pádua e Bolonha; o idealismo em Florença. Esta conciliação tinha sido realizada nos *Diálogos de Amor*, de Leão Hebreu, actuando nos maiores poetas líricos europeus: O Amor uma Vontade; realizando o fim supremo do ser, o Bem; a emoção tornando-se acção perfeita (*agir par affection*), que os místicos chegaram a exprimir nas suas efusões religiosas. O amor considerado como um sentimento divino, a natureza reabilitada pela observação da ciência, a beleza exaltada como uma manifestação sobre-humana, as imagens da mitologia helénica e bíblica ajudando como quadro alegórico a revelar um novo estado da alma moderna; a graça anedótica, a equiparação dos fenómenos naturais com os morais, a vaga incerteza entre os limites da realidade e da aspiração, a ingenuidade quase vulgar e instintivamente destrutiva das convenções banais, tudo isso anima o lirismo de Camões, fazendo das suas despedaçadas composições, reunidas casualmente, um poema subjectivo. Pelos seus Sonetos se reconstrói o quadro psicológico dos seus primeiros amores precoces com *Sibela* ou *Belisa*, e a paixão decisiva por *Natércia*, a cordeira gentil, que lhe encheu a existência. As Odes, as Canções e Elegias são a autobiografia formada dos mais flagrantes documentos psicológicos, em que a comprovação crítica da realidade histórica lhes dá um surpreendente relevo estético. O poeta lírico paira à mesma altura do poeta épico, sintetizando o seu génio na unificação da narrativa heróica com os episódios amorosos. No século XVI era-se *camoniano*, como no fim do século XVIII pela técnica da

metrificação se era *elmanista* ou *filintista*.

1º *Os Líricos camonianos*. – A imitação do gosto e sentimento do lirismo de Camões muito antes da publicação das suas *Rimas* explica-se pelas numerosas cópias dos seus versos coligidos pelos amigos, e pela impressão directa das relações pessoais com que tanto se ufanavam. Na vida aventureira da Índia, esses capitães das armadas e das feitorias não desprezaram a poesia com que brilharam na corte de Portugal. Ao Vice-Rei o Conde de Redondo, o pai da gentil D. Guiomar de Blasfet, Camões apresentava o venerando sábio Dr. Garcia de Orta com o seu manuscrito dos *Colóquios dos Simples e Drogas*, exaltando-o em uma incomparável Ode; e, em espontâneas redondilhas, requeria em favor do seu amigo e também poeta Heitor da Silveira. Quando reunia os amigos em Goa recolhendo dos cruzeiros era com a surpresa de Trovas que os banqueteara, na sua comovente hilaridade. Por esses seus companheiros de armas e de desventuras na Índia, percorreremos a sua escola.

João Lopes Leitão. – Companheiro e amigo de Camões, entrou muito cedo para o serviço do paço como pagem da lança do príncipe D. João, e no torneio de Xabregas, em que fora armado cavaleiro, foi João Lopes Leitão parilha com Fernão da Silveira, poeta da nova escola. Era filho de Francisco Leitão, fidalgo da corte de D. Manuel e de D. Joana Freire, filha de D. Rodrigo de Sande, vedor da rainha D. Maria e embaixador em Castela, acompanhando Fernando o Católico na conquista de Granada. Sua avó materna, D. Margarida Freire, foi uma das damas mais celebradas pelos poetas do *Cancioneiro geral*. Na corte Camões foi seu confidente; e no Soneto CXXXIV dá-lhe notícia da sua namorada, *estando ele preso em sua casa, por entrar uma porta a ver as Damas*:

Senhor João Lopes, o meu baixo estado
Ontem vi posto em grão tão excelente,
Que sendo vós inveja a toda a gente,
Só por mi vos quiséreis ser trocado.

*O gesto vi suave e delicado,
Que já vos fez contente e descontente,
Lançar ao vento a voz tão docemente,
Que fez o ar sereno e sossegado...*

Pela Epístola VII de Caminha, a *João Lopes Leitão indo-se para a Índia*, vê-se quanto era apreciado como poeta, e que algum desgosto íntimo o levou a seguir a carreira das armas no Oriente:

Quer de ti mais agora, já te chama
A quanto com razão de ti se espera,
Que a Marte darás nova gloria e fama.

O desastre de Ceuta em 1533 e a morte prematura do Príncipe D. João, levaram-no a abandonar a corte, e em 1555 já se achava em Goa; nas festas que se fizeram celebrando a investidura do Governador Francisco Barreto e em que se representou a tragicomédia de Camões *O Filodemo*, João Lopes consagrou essa revelação do seu génio dramático em um belo soneto:

Quem é este que na Harpa lusitana
Abate as Musas gregas e as latinas?
E faz que ao mundo *esqueçam as plautinas*
Graças, com graça e alegre lira ufana?

Este Luís de Camões é, que a soberana
Potência lhe influiu partes divinas,
Por quem expiram as flores e as boninas
Da homérica Musa e mantuana.

Escrevendo este soneto, talvez recitado no fim da representação do *Filodemo*, já faz extraordinária referência à Epopeia em que trabalhava Camões em 1555. Camões agradeceu-lhe com um soneto igualmente belo pelas mesmas consoantes. Enquanto Camões sofria os trabalhos da luta contra os piratas de Cantão, os naufrágios do *mar da China* e nas *costas da Cochinchina*, ao chegar a Goa preso pelo injusto mando veio encontrar a notícia da morte de João Lopes Leitão, no mar. Heitor da Silveira escrevendo uma Epístola a Caminha, dá-lhe tão dolorosa nova e pede-lhe que consagre essa memória:

Mandas, Silveira meu, que vá cantando
Deste espírito gentil e claro amigo,
Quantos bens se iam nele renovando...

Pelos dois Epitáfios que lhe dedicou Caminha sabe-se que morreu no mar:

De João Lopes Leitão aqui se encerra
O claro nome, *o mar seu corpo cobre*,
Cheio de siso em paz, de esforço em guerra,
E de um espírito em tudo claro e nobre...

Sendo, como pagem de lança do príncipe D. João, de idade aproximada, infere-se que tendo morrido depois de 1561 não chegara aos quarenta anos. Para mais desgraça sua, e nossa, não foram coligidas as suas poesias, tão louvadas por Camões, Heitor da Silveira e Andrade Caminha. Que referências preciosas nos revelariam, como a de uma filha natural, Violante Leitão, que professou em Odivelas.

Heitor da Silveira. – Nos *Lusíadas*, Canto X, est. 60, celebra Camões o bravo Heitor da Silveira, que embarcara para a Índia em 1521, com vinte e quatro anos, e morrera na Ilha das Cobras em combate em 1531, com trinta e quatro anos. (*Nobil. ms. dos Silveiras*, fl. 238). Camões quis consagrar a memória do desgraçado tio do poeta e querido amigo Heitor da Silveira, que em Setembro de 1561 chegara a Goa, sob a pressão de trágicas fatalidades.

O herói da Ilha dos Mortos era filho do terrível Coudel-mor Francisco da Silveira; não podendo suportar o temperamento implacável do pai, que foi o algoz de toda a sua família, tomou como refúgio ir militar na Índia. O Coudel-mor, querendo por todas as formas deserdar o filho mais velho Fernão da Silveira, o poeta, escreveu a Heitor da Silveira para que viesse tomar conta da Casa; o jovem cavaleiro recusou-se a ser instrumento dessa iniquidade. O ferrenho Coudel-mor serviu-se do seu filho mais novo Bernaldim da Silveira, e casando-o com uma filha de um grande valido do rei D. Manuel, conseguiu por este modo se fizesse ou confirmasse a doação dos bens da

Sovereira a Bernaldim da Silveira, deserdando deles o seu primogénito Fernão da Silveira.

Do casamento de Bernaldim da Silveira, com D. Inês de Noronha, filha do valido D. Bernaldim de Almeida, é que nasceu este Heitor da Silveira, o grande amigo de Camões e apaixonado poeta, depois de 1536. Lê-se no *Nobiliário* de D. Luís Lobo, fl. 202: «a justiça que Fernão da Silveira não achou diante dos homens não faltou diante de Deus, porque Bernaldim da Silveira não logrou mais aquela injusta mercê que quatro anos, porque morrendo seu pai no ano de 1536, ele morreu afogado no de 1540, vindo da índia, e seu filho *Heitor da Silveira*, nascido do matrimonio causa daquela mercê, que nele sucedeu, posto que com duas ou três mulheres fosse casado, de nenhuma teve filhos, e também morreu vindo da índia, de peçonha.» Tinha-lhe sido confirmada a casa da Sovereira em 28 de Setembro de 1540, porque seu irmão primogénito, Francisco da Silveira, morrera com seu pai, que fora por capitão da *Nau Galega*. Duas irmãs, D. Cecília e D. Margarida de Noronha, foram freiras, uma em Odivelas, e outra em Évora em Santa Catarina de Sena. O *Nobiliário* de D. Luís Lobo, declara acerca de Heitor da Silveira: «Foi fidalgo de muito bom entendimento e cortesão; foi casado com D. Jerónima de Menezes, filha de D. Luiz de Menezes, de quem teve Bernardim da Silveira, que morreu menino; e por morte desta mulher casou D... filha de... que não teve geração, por que não permitiu Deus que a injustiça feita a seu pai e a ele em deserdamento de Fernão da Silveira tivesse efeito na mais longa sucessão...» (*Ib.*, fl. 240 vº).

Nas Poesias de André Falcão de Resende, a Epístola V, tem a epígrafe *A Heitor da Silveira, seu cunhado, estando na Índia*. De facto, Heitor da Silveira casara em Évora com Isabel Falcão, filha do Ouvidor dos Órfãos, e irmã de André Falcão de Resende. Com que saudade se revela o sentimento doloroso de Heitor da Silveira, longe do seu lar:

Quem foge de seu bem, da pátria amada,
Do amigo que lhe fica, e da pobreza
Segura, *por buscar vida enganada;*
Que enleva a tantos já a vá riqueza,
Que tão infernal é; e quem se abala
A vê-la com vontade tão acesa!

.....
Ditoso, vós, que estais seguro e quedo,
Amparado do vento à sombra cara
Em campo ou em ribeiro, ou em casa ledo!

.....
Triste de quem em vivo e largo pranto
A cruel sorte noite e dia chora,
Que o coração cobriu de um negro manto!
Nem ha no mês e ano uma só hora,
Que alegre ver-me possa em tal estado
Longe de quem de cá minha alma adora.

.....
Quem mais que vós, André, rico e ledo anda.
Quem mais que eu triste e pobre? pois a sorte
Minha do meu bem fugir me manda?
Que vida pode ser mais dura e forte,
Que a que vive morrendo, e não vê a guia

Da amada e clara luz e certo norte?

*Não se vê na amada companhia
De Beliza, amor doce, por quem vivo;
E por quem vejo a morte cada dia.
Ah! livre me eu veja deste esquivo
Mal, que assi me atormenta e me embaraça
Do doce amor primeiro mais cativo!
Destes meus tristes olhos se desfaça
A grossa névoa, e veja cedo claro
Um bem, que a alma me junte e alegre faça.
O meu doce repouso, o meu sol claro,
Aquela alma de minha vida e gosto,
Que é só o meu desejo, e meu amparo.
Nesta saudade, André, me fico posto,
Ou vou por esse mar, ao vento entregue,
Juntando a um cada hora outro desgosto.*

(Poesias de Falcão, p. 337 a 340)

E respondendo à Epístola de Falcão pelas mesmas consoantes, fala da ausente esposa:

– O certo norte meu, luz clara e guia,
Beliza da minha alma – em vão chamava;
Jurara, amigo André, ora que a via.
Beliza, amor *Beliza*, mal cuidava
Quando de vós fugi quasi voando,
Que vinha o mal voando, e cá o achava!
Parti-me sem vos ver, assi enganando
A dura saudade bem guardada,
Que inda ora, mais que então, estou chorando.
Mas não seja fortuna tão ousada,
Se a doce liberdade me ora nega,
Que muito tempo assi me tinha atada.

Falcão de Resende lembra-lhe na sua Epístola I aquele viver simples e feliz da Sovereira:

A vida montanhosa da *Sovereira*
Agora na aspereza do alto monte
O javali seguindo ou na ribeira;
Agora a par da cristalina fonte
Que com sua frescura e linfas claras
Mil historias passadas vos recontem!
E as doudas Irmãs nove, nunca avaras
Ali da sua doce companhia,
Guiando-vos a pena em cousas raras?

Gozámos ambos isto algum dia;

Muito gozar podemos quietamente;
Mas, ah que a inquietação no-las desvia!

.....
Quem a cobiça indómita não doma,
Tão pobre enfim, da pobre *Sovereira*
Será sendo senhor, como de Roma.
Olhai bem lá, claro amigo Silveira,
Não vos opilem o limpo e bom juízo,
Aquesta fera sede interesseira...

Em um Soneto a Falcão de Resende confessa-lhe Heitor da Silveira quanto deve à sua direção mental, aludindo também à saudosa esposa:

No furioso e cruel mar em que ora
Vou sujeito a perigos, e *apartado*
Daquela doce imiga, que o cansado
Espr'ito meu sossega, onde a alma mora:

André, crescendo em mim vai de hora em hora
A luz do fogo teu, da qual guiado
Seguindo alegre vou do alto e sagrado
Parnaso a oculta via a mi té agora.

Falcão de Resende fortifica-o acerca da esposa, que o espera:

Mudar todo o elemento de hora em hora,
Arando toda a vida o mar salgado,
Poderás, claro Heitor, *sem ser mudado*
O amor que levas n'alma e por ti chora.

A *Sovereira*, em que o cunhado lhe falara, despertou-lhe a necessidade do regresso à pátria; por fatalidade o vice-rei Conde de Redondo, com quem viera para a Índia em 1561 faleceu repentinamente em 1564; ainda serviu com D. Antão de Noronha e João de Mendonça, aproveitando logo a primeira ocasião para voltar ao reino. Foi na arribada da *Nau Santa Clara*, a Moçambique, em que vinha D. António de Noronha, que ele e os seus companheiros de matalotagem, aí encontraram Camões, *tão pobre que comia de amigos*; trouxeram o poeta consigo, mas ao chegarem à pátria em 7 de Abril de 1571, Heitor da Silveira expirou à vista da terra. Diz o Nobiliário de D. Luís Lobo, que morrera de peçonha, porque não se sabia ainda que se morria de comoção.

António de Abreu, Luís Franco Correia, Diogo do Couto. – Estes três poetas, valorizavam-se com a referência à amizade de Camões. Em um manuscrito de Poesias de Camões se encontraram versos de António de Abreu *seu amigo e companheiro no Oriente*. No Cancioneiro coligido por Luís Franco Correia, sob o seu nome acrescentou *Companheiro e muito amigo de Luís de Camões em o Estado da Índia*. Diogo do Couto, que fizera um Comentário ao poema de Camões, chama-lhe na Década VIII, *meu matalote e amigo*. António de Abreu teve por pais Duarte de Abreu e Castelo Branco e Brites Teixeira. Diogo do Couto fala da sua estada na Índia em 1558, e assina em 7 de Setembro de 1574 como Contador de El-rei o orçamento do Estado da Índia. Os seus talentos poéticos foram exaltados por André Falcão de Resende, no Soneto XXXV

dirigido para a Índia:

Se este vosso Falcão, senhor, voara,
Co'as asas do seu baixo entendimento,
Que ao *alto cume de um tal merecimento*
Qual é o vosso, como quer chegara.

Sei que assim minha pena ilustrara
Com vosso claro nome...

Em uma Sextina alude às suas viagens da Índia a Lisboa e à Itália. Sob os n.^{os} XXXVII, XXXVIII e XLI vêm três Sonetos de António de Abreu incluídos nas Poesias de Falcão de Resende. São no mesmo estilo das composições publicadas em um pequeno opúsculo em 1805; abre esta colecção com um Soneto, que é como o prelúdio de um livro:

Oh vós, que ouvis o som dos nossos versos,
E minha antiga rima conhecestes,
Aplaudi a quem fez diferente estes
Conceitos, dos antigos meus perversos.

De facto seu irmão Fr. Bartolomeu de Santo Agostinho (no século Diogo de Abreu) coligira os versos de António de Abreu com o título de *Versas sagrados e profanos*. Na colecção impressa em 1805 vem um Soneto ao Provincial da Companhia de Jesus na Índia, António de Quadros, defunto; sonetos *À sepultura de Afonso de Albuquerque*, *Ao Cerco de Chaul*, e uma *Descrição de Malaca*, em oitavas. Seu irmão Diogo de Abreu era também poeta, como o testifica o soneto dirigido a Falcão de Resende. António de Abreu ainda vivia em 1578, celebrando a catástrofe de Alcácer Quibir; o seu nome aparece na *Memória daqueles a quem se deram cédulas, quando se venderam a Filipe II para a sucessão deste reino*.

A esta plêiada indiática pertence também Luís Franco Correia, formando um vasto Cancioneiro de composições dos Poetas do seu tempo, interessando-se em extremo pelos inéditos camonianos, que nos dão o limite da compilação desde 1555 em que insere a tragicomédia de *Filodemo* (fl. 269 a 186) *representado na Índia a Francisco Barreto*, até 1572, em que pára na cópia do 1º Canto dos *Lusíadas*, por estar publicado. Enriqueceu a sua vasta colecção em 1589 em Lisboa, pelas relações pessoais com D. Manuel de Portugal, D. Simão da Silveira, Jerónimo Corte-Real e Francisco de Andrade. Em 1594, quando D. Gonçalo Coutinho mandou pôr uma lápide sepulcral em honra de Camões na hoje demolida Igreja de Santa Ana, dirigiu-lhe Luís Franco um Soneto em italiano como ao que lhe fora *Mecenas na morte*. Faria e Sousa encontrou um Soneto amoroso de Luís Franco (fl. 50), e outro a um desafio de D. Martim de Castelbranco (Ms. II. 54); um soneto seu em castelhano vem publicado no opúsculo de 1588 à trasladação das relíquias trazidas por D. João de Borja para a igreja de S. Roque. – Manuel Severim de Faria, no Elogio do Cronista Diogo do Couto, dá notícia das *Poesias várias*, e do seu Comentário aos *Lusíadas*; infelizmente estes inéditos perderam-se por incúria, ficando assim ignorados factos que o seu alto critério teria apontado.

Fernão Álvares de Oriente e P.^e Pedro Ribeiro. – A franca imitação do estilo camoniano fez com que Fernão Álvares de Oriente fosse inculcado como plagiário; mas

a sua admiração por Camões sincera e fervorosa não lhe permitia defraudar a póstuma glória. Coloca-se o seu nascimento entre 1540 e 1542; aparece o seu nome como comandante de uma das setenta e seis Instas da expedição com que o vice-rei D. Antão de Noronha foi libertar a fortaleza de Damão do cerco de Hecobar, imperador dos Mongóis. (Couto, *Dec.* IX, 13); Barbosa Machado assevera que comandara uma fusta sob o governo de António Moniz Barreto. É justificada a hipótese de Fernão Álvares de Oriente ter conhecido Camões antes do seu regresso à pátria. Ainda em 1576 militava na Índia; até lá chegara o prestígio do poema, que ele lia do princípio ao fim:

Outrora até o epílogo do prólogo
Os Lusíadas lia ou as *Eneidas*.

(*Lusit. trans.*, p. 460)

Na pastoral em que relata os seus desventurosos amores, a *Lusitânia transformada*, intercalou numerosas poesias líricas, em que se acham constantes imitações de versos e linguagem de Camões, centões poéticos, glosas, sonetos, oitavas, e referências a factos particulares da vida de Camões. Alude ao seu desterro da corte (p. 31, ed. 1781); à Écloga à morte do jovem D. António de Noronha (*Ib.*, p. 32) e glosa a oitava: *Toda a alegria grande e sumptuosa*; e o verso *A formosura desta fresca serra* (*ib.*, p. 40 e 41); lembra-se do verso: *Pelo mundo em pedaços repartida*, na sua situação pessoal: «repartindo a vida por muitas partes» (p. 88); glosa o soneto: *Horas breves do meu contentamento* (p. 143); centonisa o verso: *Que de Helicon a Musas fez passar-se*, e traduz o verso italiano que vem nos *Lusíadas*: «Entre a espiga e a mão mui grosso muro» (p. 520). Das imitações e centões da *Lusitânia transformada* conclui-se que ele conhecera as *Rimas* antes de 1595, em que se imprimiram. Como soube Fernão Álvares de Oriente usar a elocução camoniana, expressa em textos perdidos desde 1570? Isso suscitava a suspeita dos plágios. Na *Lusitânia Transformada* descreve as suas relações literárias com o Pastor Ribeiro, pároco de Santa Luzia, na colina oriental de Goa; é esse o P.^o Pedro Ribeiro, que compilou um importante Cancioneiro em que desde 1577 estava reunido o primeiro corpo das Líricas de Camões; nesta mesma colecção inseriu a Elegia de Fernão Álvares de Oriente, *Saiam desta alma triste e magoada*, que o editor das *Rimas* de 1668 atribuiu a Camões. O P.^o Pedro Ribeiro também cultivava a poesia, e no Cancioneiro incluiu dez Sonetos seus, que começam:

- Espírito mais que raro e peregrino
- Quem fora tão ditoso avara terra
- Escuro é o sol em que vivia,
- Fazendo de boninas dois mil molhos
- Se lembranças saudosas não matassem
- Se queres ser empenho delicado
- Qual o grave doente, que afligido
- Faça já seu dever o duro fado
- Se a soberba Ferrara tanto estima
- Outro novo engenho e nova lira.

Foi estando Camões em Goa ainda, que o P.^o Pedro Ribeiro pôde alcançar esse material de 63 Sonetos, 5 Elegias, 9 Canções, 2 Epístolas (Oitavas), 1 Sextina, 1 Septina, 1 Capítulo, 1 Canção, 3 Éclogas, 1 Redondilha. Os Editores do século XVI e XVII não conheceram esta fonte, ficando por isso até hoje inéditos 14 Sonetos de

Camões, nunca encontrados nos manuscritos explorados por Soropita, Domingos Fernandes, D. António Álvares da Cunha Faria e Sousa e Visconde de Juromenha.

A parte relativa a Diogo Bernardes no Cancioneiro do P.^e Pedro Ribeiro, foi obtida pela amizade de Fernão Álvares de Oriente, em 1578 companheiro do cantor do *Lima* na empresa de África e no cativo. Também nesta colecção D. Gonçalo Coutinho é representado com um Soneto *O cantardes-me assi na vossa lira*. Fernão Álvares de Oriente louva-o por ter dado a Camões o título de *Príncipe dos Poetas*, trasladado na sua sepultura por *Um peito ilustre e generoso*. No cativo de África também conheceria Miguel Leitão de Andrade, sentimental poeta e admirador convicto de Camões; a desgraça irmana as pessoas.

Miguel Leitão de Andrade. – Nasceu na vila de Pedrógão em 1555, onde viveram e faleceram seus pais Belchior de Andrade e Catarina Leitão, tendo de seu consórcio dez filhos. Ficara de treze anos quando o pai em 1568 faleceu, sendo o penúltimo da sua velhice. Depois dos estudos menores no mosteiro de S. Domingos de Pedrógão, acompanhou seu irmão mais velho Fr. João de Andrade, que estivera no Concílio de Trento, para Madrid onde com ele frequentou a Universidade de Salamanca, vindo depois para a de Coimbra cursar a faculdade de Cânones. No seu livro de Memórias históricas e pessoais a *Miscelânea*, descreve os preparativos da guerra de África, já em 1575: «E já na *Instituta* e primeiro ano do Cânone se começou a revolver a todo o reino em reboliços de guerra, com grande estrondo de passar, el rei em África fazê-la, e a mim o sangue de o acompanhar...» Partiu para Lisboa com dois estudantes, e em poucos dias, sem comodidades, mal apercebidos, se foram aprestando; embarcaram em 24 de Junho de 1578, dia de S. João, «*com festa em todos os navios, de charamelas, trombetas, bastardas e outros instrumentos belicos que estrugiam os aires...*» É precioso o relato de Miguel Leitão de Andrade da viagem até chegarem a Arzila e da alucinante derrota de 4 de Agosto, a mortandade da *gazua* em que os mouros passavam à espada os moribundos, e o seu cativo, em que chegou a sensibilizar a *leila*, a viúva moura do seu primeiro dono. Ali, sob a emoção religiosa, fez sonetos místicos, tomando o cativo como castigo: «Em pena do meu erro aparelhado.» Jovem, valente e destemido, Miguel Leitão conseguiu fugir, e depois de dramáticas peripécias chegou a Almeirim, e quando passando em Santarém procurava um barco, encontrou casualmente seu irmão Pedro de Andrade, partindo com alvoroço para casa de sua velha mãe. Na alegria do seu resgate, fez à Virgem da Conceição uma aparatosa festa que durou três dias, falecendo sua mãe na última hora das festas. Fez-lhe uma Elegia repassada de melancolia camonianiana. Lançou-se no partido da independência nacional, representado pelo Prior do Crato, ficando outra vez exposto à morte pela crueza de um fronteiro castelhanista, de que escapou por uma audaciosa fuga.

Depois de tamanhas calamidades, Miguel Leitão de Andrade casou com sua prima D. Beatriz de Andrade, viúva de Baltazar de Seixas, proprietária da quinta do Carregado; residindo aí, faleceu-lhe a esposa querida, deixando-se ficar sete ou oito anos viúvo, tendo em sua companhia uma irmã D. Catarina Leitão de Andrade. Ao fim desses anos de viuvez, e falecimento de sua irmã em 1596, casou com D. Isabel de Atouguia, viúva de seu tio Diogo Cabedo de Vasconcelos, e refere um linhagista que Leitão *a matou*.

Na *Miscelânea* refere misteriosamente o caso: «é-me forçado contar-vos como *me foi imputada uma morte*, não mais que por ser apressada, sobre que houve grandes exames por um Corregedor da corte, *com médicos e parteiras* e mil perguntas perigosíssimas e barrancos ou laços em que cair, vos não quero contar; porém, tão persuadida ficou esta morte, do Vice Rei e dos tribunais, que não havia cuidar outra

cousa... Por que sendo as partes muito poderosas, de alguns que eram Desembargadores principais e Corregedores; e tendo grandes correlações com os tribunais todos, té no Conselho de Castela...» Referia-se à família dos Cabedos de Setúbal, com altos magistrados e juriconsultos. Esteve cinco meses no Limoeiro, e no dia do julgamento, quando foi solto, todos julgavam que seria degolado. Publicou o seu livro da *Miscelânea* aos setenta e quatro anos, incluindo na prosa dos seus diálogos muitas poesias de Camões, com variantes que correspondem a uma elaboração reflectida de um mesmo sentimento. Miguel Leitão de Andrade só podia ter falado com Camões na sua passagem por Lisboa para a Universidade de Coimbra em 1575, ou nos poucos dias antes do embarque para África em 24 de Junho de 1578; se fruisse essa ventura tê-lo-ia revelado no livro que foi o seu relicário intimo. Mandando pôr uma tarja de azulejos na Igreja de Santa Ana, consolou-se assim da obscuridade e humildade da sepultura do *mais afamado que ditoso* poeta.

D. *Gonçalo Coutinho*. – Barbosa Machado consigna a tradição de ter este fidalgo hospedado Camões, na sua quinta e comenda dos Vaqueiros (*Bibl. Lus.*, II, 342). E tendo, em 1594, passados catorze anos depois da morte de Camões, honrado a sua sepultura ignorada com uma lápide, o italiano Carlos António Paggi, justificou esta tardia homenagem, porque «*suo stretto amico, stato absente alla sua morte*». De facto, todos os fidalgos que eram suspeitos ao partido castelhanista de sentimentos patrióticos eram mandados sair de Lisboa para governos e capitánias. Paggi, o tradutor da *Lusíada italiana*, ainda colheu a tradição de ter sido o cadáver de Camões lançado à vala dos pestiferados: «*Giaquero l'ossa, secondo molti, in vergognoso e aperto piu campo che cimitero, se non insepolto, certamente senza honore de sepultura...*» A frase, mais campo aberto do que cemitério, refere-se ao denominado Adro da Peste da *encosta de Santa Ana*; por aqui se vê que os ossos levados para a Igreja de Santa Ana, depois de laboriosas pesquisas, não tinham autenticidade, limitando-se a homenagem a uma inscrição pomposa. D. *Gonçalo Coutinho* deveu a sua cultura poética a Diogo Bernardes, respondendo-lhe em umas Sextinas:

Só vós me dais a mão para ir ao monte
Do qual nunca acertar soube o caminho.

O cantor do *Lima* era o confidente dos seus amores por *Armia*, consultando-o nos desgostos de namorado:

Diogo, amigo meu, meu bom Diogo,
Pois de amor tens cantado variamente,
Ora em estado triste, ora em contente,
Um conselho me queiras dar, te rogo.

Abraso-me de amor em vivo fogo;
E a questo que mais alma triste sente,
E ver tão fria a causa do acidente,
Que está deste meu mal fazendo jogo.

Dei já de meu amor mil claras provas,
Com lagrimas cem mil tenho lavado
A culpa que me deu a minha *Armia*.

Estas da vida minha são as novas;
Aconselha-me tu, se neste estado
De meu remédio tenho melhoria?

Bernardes aconselhava-o a que não desistisse do amor, porque por ele se sublimava no sentimento poético:

Coutinho, em tudo puro, em tudo brando,
E nos amores teus mais brando e puro;
Com teu felice engenho o pé seguro
Moves pelo Parnaso caminhando.

Armia era uma gentil viúva de Jorge de Melo da Cunha, D. Maria de Oliveira, filha do Desembargador do Paço, Manuel de Oliveira, juiz da Fazenda do rei D. Sebastião; com ela casou o senhor e morgado dos Vaqueiros, vivendo aí em um bem-estar edénico que Bernardes descreve na sua Carta XXVII:

Concede-vos aí a noite e o dia
Branda conversação, casta, suave
Com vossa bela esposa em companhia;

Ela do peito seu vos deu a chave,
Vós lha destes também do peito vosso,
E assi não tem amor de que se agrave.

D. Gonçalo Coutinho fora capitão de Mazagão e escreveu um livro da *Jornada e Governo de África*; foi Governador do Algarve e do conselho de estado de Filipe III. Morreu em 1634 deixando coligidas as suas obras poéticas, que se conservaram na livraria do Cardeal-Arcebispo D. Luís de Sousa, donde passaram para a Livraria do Duque de Lafões, em parte ainda conservada. Quando em 1595, com o título de *Rimas*, se imprimiram os versos líricos de Camões, o livreiro Estêvão Lopes dedicou a D. Gonçalo Coutinho o livro em que se iniciou a reconstrução do perdido *Parnaso*. É lamentável, que tendo convivido D. Gonçalo Coutinho com Camões, e sendo tão solícito em escrever memórias dos seus governos e cartas, e em aproveitar-se das recordações de Bernardes e D. Manuel de Portugal sobre a vida de Sá de Miranda, não fizesse o mesmo coligindo os traços vivos da biografia da individualidade que mais alto nos representa.

Fernão Rodrigues Lobo Soropita. – Destaca-se entre os poetas seus contemporâneos pelo sentimento nacional, acordado pela emoção dos *Lusíadas*, que o interessou pelas despedaçadas líricas camonianas. Era natural de Lisboa, filho do licenciado Manuel Alves, tendo nascido em 1562, como se infere da sua matrícula aos dezasseis anos na Faculdade de Direito em 1578. Não tem o poeta o nome de Soropita na matrícula da Universidade de Coimbra, que se continua regularmente até 1583-84. Seria uma alcunha escolar, pelo que se lê no *Hospital das Letras*: «Fernão Rodrigues Lobo, a quem disseram o *Zarapita*...» Já em Lisboa, seguindo a advocacia, teve de fugir em 1589 diante da invasão inglesa, indo para Tomar; Filipe II mandou ocupar Lisboa por três mil castelhanos. O terror era geral e foi por sobressaltos da família, que Soropita se evadiu e principalmente pelas execuções terríveis que se fizeram. No meio de tantos terrores, nunca Soropita perdeu o seu génio chocarreiro e o estilo faceto, que

contraíra em Coimbra na desenvoltura escolaresca. As suas cartas e prosas lembram por vezes o estilo epistolar de Camões adquirido no mesmo meio; os seus versos pertencem em parte a esta primeira maneira, como os do *Vejamem* a dois lentes da Universidade, e a Sátira: *Ao som de um berimbau Luís cantava*, feita a um preto, escravo de um seu amigo.¹³² Esta maneira acha-se ricamente documentada com prosas inéditas no ms. *Flores várias de diversos Autores lusitanos*, que um dia se fundiram no pequeno volume publicado por Camilo. Tendo regressado a Lisboa, o *Licenciado Soropita, Advogado nesta Corte* (assim assina no prólogo das *Rimas* de Camões em 1595) teve relações com todos aqueles poetas, que, tocados pelo sentimento nacional, consagravam o cantor dos *Lusíadas*, D. Gonçalo Coutinho, Diogo Bernardes, Diogo Taborda Leitão, Luís Franco Correia, Fernão Álvares de Oriente, André Falcão de Resende, D. Manuel de Portugal, Bernardo Rodrigues. Nesta fase, o seu amor pela causa nacional revela-se por uma veemente Sátira em quadras contra os traidores que venderam a Pátria a Castela:

Já que teu senhor passado
Sobre ti em pleito andou,
Agora que te comprou.
Hás-de pagar o fiado...

O som do metal cobarde
Abateu todos os mais;
E são suas forças tais
Que nele o fogo não arde.

Mas, ai dos lobos guerreiros!
Fica sendo o mal singelo,
Porque *cobras de capelo*
Bebem sangue dos cordeiros.

As líricas camonianas foram copiadas «*de alguns Livros de mão, onde estas obras se achavam espedaçadas...* vai assi como se achou escrita, e muito diferente do que houvera de ser, se Luiz de Camões em vida a dera à impressão.» Em 1597 Soropita entregou-se de vez à advocacia, imprimindo alegações de Direito, em 1605 continuava neste género de escritos. Sob a depressão dos abalos morais da sua época, cultivou a poesia mística, e na Elegia *Penitencia de Soropita*, representa o estado do espírito português, inferindo-se dela que professara nos franciscanos da Arrábida, antes de 1619, trazido ao estado religioso por Fr. Agostinho da Cruz segundo uma Écloga sua.

Está cio de Faria. – Camões celebrou em um admirável soneto este poeta e soldado, que alimentava a sua inspiração pelo amor de uma mulher. Assim no Soneto CXCII exalta-o carinhosamente:

Agora toma a espada, agora a pena,
Estácio nosso, em ambas celebrado,
Sendo no salso mar de Marte amado,
Ou na agua doce amante da Camena.

Cisne canoro per *Ribeira* amena

¹³² Juromenha publicou esta Sátira como anónima e dirigida a Camões, pela ilusão do nome de Luís e da lenda da cativa Bárbara.

De mi para cantar-te é cobiçado;
Porque não podes tu ser bem cantado
De ruda frauta nem de agreste avena.

Estácio de Faria, filho de D. Catarina de Faria e de Manuel de Sousa Homem, foi criado em casa de seu avô João de Faria, Chanceler-mor do reino e Comendatário de Pombeiro; serviu nas armadas comandadas por Diogo Lopes Sequeira, ocupou cargos da Fazenda e teve assentamentos nos livros das Moradias. No Nobiliário ms. de Meireles de Sousa, lê-se: «*Foi douto em letras humanas, grande e luzido poeta e um dos singulares cortesãos do seu tempo.*»

A alusão do verso de Camões à *Ribeira amena* teve a sua realidade em Francisca Ribeiro, dama do Couto de Pombeiro de Entre Douro e Minho, da qual houve uma filha Luísa de Faria, que pelo seu casamento com Amador Perez de Eyró nasceu o que havia de ser o acérrimo comentador de Camões. Manuel de Faria e Sousa lembra-se de ter visto entre os papéis que seu pai deixara, «un manuscrito de *prosas e versos*, obra que tuvo per de mi abuelo, por aver el sido de grande ingenio...» O gosto camoniano que nesse livro predominava fez com que o comentador imaginasse que seria o *Parnaso* roubado a Camões.

Bernardo Rodrigues. – Deste poeta amigo de Camões, que transmitiu a tradição de um projectado poema sobre o futuro triunfo da empresa africana, escreve Faria e Sousa: «hombre de grande ingenio como se vê de sus versos, y de mucha verdad y limpieza.» D. Francisco Manuel de Melo, na *Visita das Fontes*, fala dele: «eu conheci *Bernardo Ruiz*, que chamam o Mocho e foi secretario do famoso Miguel de Moura, o maior ministro de Portugal em seus tempos, e governador deste reino...» Atribui-lhe o Soneto as três Balatas e a Écloga que sob as iniciais D. B. R. vêm na colecção publicada por Estêvão Rodrigues de Castro, que Barbosa encampa a Bernardim Ribeiro. No *Elogio dos Poetas portugueses*, por Jacinto Cordeiro, foi-lhe prestada homenagem:

De *Bernardo Rodrigues* luz y el fruto
De versos, de conceptos y de frores,
Coronas del laurel por atributo
A tal ingenio quedan inferiores.

João Pinto Ribeiro, no *Lustre ao desembargo do Paço*, transcreve um dos *Tercetos ao SS. nome de Jesus*, também citados por Barbosa (*Bibl. Lusit.*, I, 537).

Pedro da Costa Perestrelo. – Achou-se no combate de Lepanto, em 1571, com o posto de Capitão, celebrando-o em um poema épico em seis cantos com o titulo de *Batalha Ausónia*, em oitava rima em castelhano, dedicado a D. Pedro de Toledo, quinto marquês de Vila Franca. Gallardo no seu *Catalogo de una Biblioteca española*, dá noticia deste poema inédito; do exemplar autógrafo transcreve a dedicatória, que apresenta estes traços autobiográficos:

Los yerros de mi vana juventud
Y fruto de mis años mal perdido
Mil versos derramados sin virtud,
El sugeto damnado esclarecido,
Verguenzas de mi pobre senectud,
Entregues con razon à eterno olvido.

.....
Desses versos de amor, que Perestrelo considerava a vergonha da sua velhice, apenas escaparam umas redondilhas na pequena colecção dos seus versos impressa em 1791 por A. Lourenço Caminha, examinada pela Mesa da Comissão geral sobre o Exame e Censura dos Livros.¹³³ Transcrevemo-las como características:

Fez-vos, senhora, a Ventura
Muito dura e rigorosa;
Porém, fez-vos mais fermosa
Que rigorosa e que dura.

VOLTA

Fez vossa figura bela,
E depois de a fazer
Arrependeu-se, de ver
Que éreis mais fermosa que ela;
E então de inveja pura
Deu-vos dura e rigorosa,
Porém fez-vos mais fermosa
Que rigorosa e que dura.

De tão rara e peregrina
Perfeição, só se espera
Por natural não ser fera
E ser branda por divina.
Furtai a volta à Ventura,
Que se vos fez tão fermosa,
Como adultera invejosa
Vos quis rigorosa e dura.

Nesta fase amorosa da sua juventude cultivava já a escola italiana, e o Soneto *A uma Dama*, que começa: *Si gran gloria me viene de mirar-te*, foi publicado em 1616 incluso nas *Rimas* de Camões. A corrente do fanatismo castelhanista da Santa Liga absorveu completamente Perestrelo, a ponto de equiparar Filipe II com César (que subjuguou a Lusitânia):

..... as Águias co'a vitória
De novo exaltarão *tuas santas Quinas*,
Dino por elas de imortal memória;
De Júlio César renovando a Era,
Novos Homeros cantarão tua glória.

Perestrelo aceitou a ignomínia, e foi secretário do Cardeal Arquiduque Alberto posto por Filipe II no governo de Portugal. É nesta triste depressão moral que se entrega à poesia ascética, traduzindo em tercetos alguns trechos do *Livro de Job*, Odes horacianas e Sonetos morais. Merece conhecer-se o Soneto que começa:

¹³³ *Obras Inéditas dos Nossos Insignes Poetas*, Pedro da Costa Perestrelo – fielmente trasladadas dos seus antigos originais, t. I, p. 1 a 91. Lisboa, 1791. In-8º.

Dos anos mal gastados pede *conta*
Aos mortais o grão Senhor do *tempo*;
A conta é larga, e tão breve o *tempo*,
Que não ousam chegar a lhe dar *conta*.¹³⁴

Na *Sátira, que o Secretário fez a Madrid e sua Corte estando nela*, de que Barbosa apenas aponta o primeiro verso, descreve o planalto, sem compreender que dele provém todo o impulso absorvente do imperialismo castelhano:

Prado tienes de prazer
Cercado de bosque ameno
Fuera de ti como ageno.
Porque ansi fué menester,
Para ser el prado bueno,
Secas de verano el rio,
Llevas do invierno la puente
Eres seco indiferente,
Eres mas que el hielo frio,
Mas que la frágua caliente
Quien te busca no te alabe,
Si no despues que te viere.
Que dirá si sabio fuere,
Quien te quiere no te sabe,
Quien te sabe, no te quiere.

(*Op. cit.*, p. 51)

Francisco Galvão e Manuel da Veiga Tagarro. – À casa de D. Teodósio II, duque de Bragança, pertenceram estes dois poetas camonianos. A memória de Camões não podia apagar-se naquela casa ducal; o poeta celebrara, ainda em Coimbra, D. Teodósio, no seu regresso da romagem a Compostela ao albergar-se no mosteiro de Santa Cruz, e D. Constantino, quando vice-rei da Índia em 1561. O sentimento nacional alentava aí uma esperança de independência; a situação dos dois poetas acordava-lhes a compreensão de Camões. Francisco Galvão nasceu em Vila Viçosa em 1563; estribeiro do duque, a convivência com D. Duarte, marquês de Franchila, seu irmão, e também poeta, actuaria na sua cultura artística. Era de 1584 o manuscrito das Poesias de Francisco Galvão, copiadas por A. Lourenço Caminha; três Sonetos desta colecção aparecem no Cancioneiro de Luís Franco em nome de Camões, e com variantes nas edições das *Rimas* de 1616 e 1685. Um quarto Soneto vem na *Lusitânia Transformada*. Predomina em Francisco Galvão o sentimento religioso, próprio de uma época de profundos abalos morais e sociais. As *Trovas de um homem aborrecido do mundo*, tem a vibração das Redondilhas de Camões depois do seu naufrágio.

Manuel da Veiga Tagarro, nasceu em Évora, e aí, na Universidade fundada pelo

¹³⁴ A forma mais antiga dos numerosos Sonetos da *Conta e tempo*, é de 1557 por Sá de Miranda, em castelhano (na *Egipcíaca Santa Maria*); e ainda no século XVI, a de Miguel Leitão de Andrade (*Miscelânea*, p. XVI); de Marfim de Castro do Rio (Ms. da Bibl. de Évora); e os de Frei Bartolomé Serrano, Ms. de 1680; e de Almazan (Bibl. de Paris); e o de Frei António das Chagas (*Est. da Idade Média*). Lope de Vega também o adoptou, e no século XVIII, Verney o coligiu com variantes.

Infante D. Henrique, cursou Cânones e Direito civil, desenvolvendo-se uma paixão de uns amores em seus doze anos, que se tornou o drama da sua vida. Na colecção dos seus versos, *Laura de Anfriso*, a realidade do sentimento vence as duas correntes do lirismo gongórico e italiano, inspirando-se das situações sofridas:

As Rimas *em grilhões foram nascidas*
E entre *Leis e Digestos* mal polidas.

(*Op. cit.*, p. 257)

E descreve a origem desses amores prematuros:

Vós sereis testemunhas, se quiserdes
Do meu primeiro amor, rios de prata
Que correis para o mar despedaçados.

Escassamente entrados
Tinha doze anos na florida idade
Já cantando movia
O monte a saudade.
Já os ramos tocar do chão podia.

(*Ibid.*, p. 6)

Era um quadro que lembra o de Crisfal e Maria; a namorada era de alta linhagem e de prestígio histórico:

Uma alta Lusitana,
Filha de um excelente
Que ilustrou Portugal com nome ingente.

Quando as cousas pareciam encaminhar-se para um venturoso himeneu, a namorada recolhe-se a um convento inesperadamente, e o poeta na sua angústia deserta da casa paterna, abandonando o estudo da Teologia:

Em mi perdido andei mesmo em deserto;
Minha alma estava feita um labirinto,
Sepultadas em dor minhas potências,
Levar-me de um tormento em outro sinto.
Tudo era magoa, tudo desconcerto,
Tudo rigores, tudo violências!
Ah, cruéis insolências.
Oh ásperas prisões, oh duros laços!

O jovem escolar eborense foi procurado na sua aventurosa digressão e pela autoridade paterna submetido a cárcere privado durante cinco meses, tendo por única luz apenas a do luar:

Eu só triste, afligido e descontente,
Atado em dura e áspera corrente,

Dos grilhões faço lira,
E o cárcere também chora e suspira,
Vendo que um breve instante
Me não deixa o tormento penetrante.

Quando o poeta se submeteu à disciplina paterna, a namorada sofria uma perigosa doença, mas salvou-se em um estado moral, que a determinou a adotar a vida da clausura:

De grosso saco e áspero cilício
Já Laura se vestia,
Quando ao sumo Deus de si fazia
Suave sacrificio.
Que idade de flores
Tendo com Cristo Amor doces amores.

(*Ib.*, p. 235)

Na sua vida claustral, a sentimentalidade mística levou-a à idealização artística, e entregava-se à *pintura*, produzindo quadros que a tornaram admirada. Anfriso descreve esta circunstância, que põe a descoberto o nome dessa dama ilustre:

Ornamentos de *telas* singulares
Laura fazendo está para os altares;
Já move em campo de ouro
A mão, que era de graças um tesouro;
Tão próprio nas *pinturas*,
Que as arvores tem voz, alma as figuras.

O poeta em três estrofes aponta o assunto de algumas dessas telas:

Ali pinta subtil o engenho vario
Aquele eterno tempo imaginário
A Trindade ali pinta...

Pintou o azul do mar e as arenosas
Praias pintou com pedras preciosas...

Ali pintava o campo damasceno
Antigo berço do Adão terreno;
Ali trazia vedado
Escamoso Dragão nele enrolado;
Ali pinta sobre aguas
Aquele que é alívio a nossas mágoas.

Deve existir na história da Arte portuguesa do fim do século XVI o nome de alguma dama, que corresponda a esta que o poeta idealizou na *Laura de Anfriso* nos versos alegoricamente:

Formosa *Margarita* em vaso de ouro,

Das graças em geral vivo tesouro,
A um claro ajuntamento
Pudera ser estrela e ornamento;

De *D. Margarida de Noronha*, escreve Nunes de Leão, na *Descrição de Portugal* (p. 152): «Esta donzela pinta tão bem a óleo, ilumina com tanta perfeição, que espanta aos maiores mestres da arte.» Era natural de Évora, e filha de D. Francisco de Noronha, segundo Conde de Linhares e de D. Violante de Andrade, dama da Imperatriz D. Isabel. Na sua esmerada educação, conhecia as línguas latina, o francês, o italiano e inglês; era irmã daquele jovem amigo de Camões D. António de Noronha, morto em 1553 no desastre de Ceuta.

Todos estes elementos históricos restituem a vida moral à *Laura de Anfriso*; Manuel da Veiga não se sente humilhado por D. Margarida de Noronha se votar à perpétua clausura na ordem dominica (Soror Margarida de Paulo), ele próprio aprova e aplaude a sua absorção no amor divino:

..... oh bela Laura,
Emprega-me essa vida venturosa
Onde ela se restaura,
Naquela cruz formosa,
Do piloto Jesus não gloriosa.

(*Ib.*, p. 215)

Anfriso também abandona o mundo a seu exemplo, seguindo a vida religiosa:

Troca seda em burel, em pranto o riso,
Na altiva primavera o grande Anfriso;
Descalço e descoberto
Se mete nas entranhas de um deserto,
Onde uma cova pobre
O penitente corpo apenas cobre.

Refere-se à Cartucha de Évora; já nesta vida do cenóbio, estreitou as relações com o duque D. Teodósio, a quem dedicou a *Écloga II indo a Lisboa, na vinda de El-rei*, quando chamado por Filipe II, à corte, saiu de Vila Viçosa, chegando a Lisboa em 20 de Julho de 1596. O irmão do Duque de Bragança, D. Duarte, que Filipe II conservava em Madrid, a quem dera o título de Marquês de Frechilla com quatro mil cruzados de renda, casando na Casa de Oropeza com D. Brites de Toledo Monroy y Ayala, em 25 de Fevereiro de 1596. Por ocasião do baptismo de D. João, duque de Barcelos, seu sobrinho, o Marquês de Frechilla veio a Portugal em 1604; por esta ocasião coligiu e dedicou-lhe os seus versos. Seria esse Luís da Veiga, um dos amigos que trataram Camões em Moçambique, irmão do autor da *Laura de Anfriso*? Na Ode à imitação de Horácio, Manuel da Veiga refere-se à partida para a Índia:

Ligeira não formosa,
Que acometeis o *índico Oriente*,
Tão alegre e contente,
Vendo os mares largos,
De ter assento etéreo como o de Argos.

.....
Um irmão me levais
Irmão que era metade da minha alma
Porque ides tão asinha?
Ou por que me deixais
Nesta ausência tão dura,
Passando a saudade em vida escura?

(*Ib.*, p. 96)

Manuel da Veiga repassou-se da imitação de Camões:

O grande engenheiro, *Homero lusitano*.

.....
Aquele que na estirpe generosa
Pôs esmaltes tão ricos e perfeitos,
Com partos de ciência gloriosa;

Aquele a quem seriam muito estreitos
Os cargos e excelências, que a cadeira
Vai dando em Lusitânia aos sábios peitos.

Então cantava a Frota aventureira,
Quando o grão Manoel, rei soberano
Pôs sobre o mar castelos de madeira,

Canta como gemera o Oceano
E encolhera seus ombros cristalinos
Sentindo o grave peso lusitano.

(*Ib.*, p. 51)

Manuel da Veiga não chegou a ver todo o efeito dos *Lusíadas* no acordar da consciência nacional, na revolução de 1640. D. Margarida de Noronha, segundo Barbosa Machado, morreu em 1636 com oitenta e seis anos. Nascida portanto em 1550, pode também aproximar-se a data do nascimento do autor da *Laura de Anfriso*, que começou a amá-la aos *doze anos*. O Marquês de Frechilla era também poeta, e com Lope de Vega foi juiz no célebre Certame de Madrid em 1625 pelas festas da canonização da Rainha Santa Isabel. Foi ele que provocou a publicação de *Laura de Anfriso*, por ser em português, que Manuel da Veiga nunca abandonou sob o domínio castelhano.

Baltazar Estação. – Natural de Évora, nasceu em 1570, e seguindo a vida clerical, foi cónego da Sé de Viseu, e amigo íntimo do D. João de Bragança. Cultivava a poesia mística em segredo, seguindo a *medida velha*, e por determinação do seu prelado, ajuntou esses versos que ele mandou imprimir. O aparecimento das *Rimas* de Camões revelou-lhe o gosto do lirismo da escola italiana, chegando a reproduzir como centões muitos dos seus versos; assim na Ode com que se escusava ao trabalho de reunir os seus versos:

*Como queres que cante
A gente que não houve?
Como queres que faça a Musa humana.
Que minha voz levante
E que com ela louve
A quem com esperanças vás me engana?
Se a Musa profana,
Melhor se premiara
Não era o erro tanto
Abaixar pelo prémio d'alto canto;
Mas se eu assi cantara
Tivera o prémio humano
Que teve o grão Cantor do Oceano
Se a mente às Musas dada
O prémio lhe tirou
Do esforçado braço às armas feito.
Como será estimada
A Musa que cantou
Fundada só no verso mal aceito?*

No Soneto *A um irmão ausente*, sem dúvida o antiquário Gaspar Estação, cónego da colegiada da Oliveira, em Guimarães, deixa transparecer um pouco da sua personalidade apagada pela emoção mística:

Dividiu o amor e a sorte esquiva
Em partes o sujeito em que morais;
Este corpo tem prezo onde faltais,
Esta alma onde andais anda calva.

Contente na prisão, mas pensativa
Por que este mal tão mal remediais,
Que vós comigo lá solto vivais,
E eu sem mim e sem vós lá prezo viva.

Mas lograis desse bem quanto lograis,
Que eu como parte vossa o estou logrando,
E sinto quanto gosto andais sentindo,

Cá folgo, por que sei que lá folgais,
Por que minha alma logra imaginando
O que lograr não pode possuindo.

(*Sonetos. Canç.*, fl. 28)

Vasco Mouzinho de Quevedo. – Pelas genealogias e matrículas da Universidade de Coimbra, sabe-se que era natural de Setúbal, e filho natural do clérigo Vasco Anes Mouzinho de Cabedo, e neto de Gonçalo Dias de Cabedo. Matriculou-se na Faculdade de Cânones em 1589; provou os cursos *in utroque jure* (civil e canónico em 5 de Novembro de 1589, e de 8 de Julho de 1590 nas *quatro cadeiras grandes*, bem como os

cursos de 1 de Outubro de 1592 e 19 de Junho de 1594).¹³⁵ Pertencia à família fidalga dos *Cabedos*; por despeito e ressentimento de o considerarem como *filho natural*, trocou o nome pela forma castelhana *Quevedo*, contrariando o sentimento patriótico da família, seguindo o partido castelhanista.¹³⁶ Nas suas poesias líricas, principalmente os Sonetos, apresenta bastantes reminiscências de Camões e o seu tom lírico. Foram publicadas em 1596 com o seu poemeto *Discurso sobre a Vida e morte de Santa Isabel e outras Várias poesias*. Amigo do primeiro biógrafo de Camões, Pedro de Mariz, estas relações o levariam a tomar conhecimento daquele surpreendente lirismo. É um dos primeiros poetas quinhentistas em que se manifesta o gosto culteranista, principalmente no poema épico *Afonso Africano*, de 1611, empolgado pela ênfase gongórica. Em Coimbra, concluiu o poema em oitava rima *Vida de Santa Isabel*, terminando por uma alusão à Invencível Armada que ia atacar a herética rainha Isabel, que motiva o seu poema:

Isabel escolhi por mais conforme
A este tempo da ímpia *Isabela*,
Para que a sua vida tão enorme
Se confunda com esta vida bela.

O desastre de Alcácer Quibir também tem aqui o seu eco. Na dedicatória do livro a D. Álvaro de Lencastre desculpa-se deste seu delito da mocidade: «desculpe-me a brevidade do tempo que nisto empreguei a intervalos da obrigação do estudo, com os quais é bem daqui por diante corresponder só, porque inda que agora me mostre Poeta, fruto colhido na passada idade, espero cedo mostrar-me jurisconsulto, fruto dela.» E mostra-se indiferente à crítica: «quanto a mi como não granjeio venturas, nem as espero de trabalhos semelhantes, não ha que temer avessos.» Apesar de considerar improdutiva a poesia, foi sempre semeando em bajulações ao Reitor António de Mendonça, e ao Cardeal Arquiduque Alberto (Soneto, fl. 85), que ficou governando Portugal por ordem de Filipe II, seu tio e cunhado, e compondo o *Triunfo de Filipe III*, na sua entrada em Lisboa em 1616.

Baltazar de Brito e Andrade. – Mais conhecido pelo nome de Frei Bernardo de Brito, e pelo seu método histórico imaginoso, crendo nas fantasias de Ânio de Viterbo e de Martinus Polonus, com a erudição da escola dos falsos Cronicões. Essa tendência poética teve o seu legítimo desafogo na sua mocidade acidentada. Nasceu na vila de Almeida em 1569, filho de Pedro Cardoso de Andrade e de Maria de Brito; seu pai andava como capitão nas guerras de Flandres, quando teve a fatalidade de ficar órfão de sua mãe, e tratou de mandá-lo ir para a sua companhia. Contava então onze anos; em breve conheceu o pai as complicações de situação da criança, e tratou de o mandar para Roma, em 1581, por ter ali melhores recursos de educação. Nos poucos anos que se demorou em Roma, a vista dos monumentos da antiguidade despertou-lhe as curiosidades da história: «E como naquela tenra idade me não saíssem das mãos os livros da historia, e me levasse a inclinação natural a buscar cousas antigas, ia-se-me acrescentando com os anos uma vontade entránhavel... para empreender a composição de uma historia geral da pátria...» Por um impulso do seu temperamento, fugiu de Roma

¹³⁵ Liv. IV, dos Autos e Provas de Cursos, de 1591 a 1594. P. 2.8 fl. 207. (Termos de Julho de 1594. Arq. da Univ.).

¹³⁶ À família Cabedo pertenciam poetas, jurisconsultos, magistrados e lentes: Miguel Cabedo de Vasconcelos, António Cabedo, Manuel Cabedo de Vasconcelos e Gonçalo Mendes Cabedo de Vasconcelos.

e embarcou para Portugal sem o pai saber e veio refugiar-se no mosteiro de Alcobaça, para seguir a vida monacal nessa rica abadia da Ordem de Cister. O pai faleceu em 17 de Agosto de 1585, e nesse mesmo ano Baltazar de Brito professava contando apenas dezasseis anos, com o nome de Frei Bernardo de Brito, indo em seguida frequentar os estudos de Coimbra. Aí, sob a disciplina de Fr. Francisco Carreiro, entregou-se nos ócios escolares à poesia, fazendo *com boa elegância obras em verso*, como declara o seu austero panegirista Fr. Fortunato de S. Boaventura. Em 1589 foi frequentar o curso de filosofia no mosteiro de Tarouca; foi portanto neste meio escolástico clerical do Colégio dos Bernardos de Coimbra, onde estudou teologia, que cultivou a poesia, ora escrevendo em castelhano ora em português, seguindo o gosto camoniano, idealizando uma *Sílvia* e representando-se a si sob o nome de *Lizardo*:

Houve um Pastor do Tejo, a quem ventura
Fez em perfeições de alma tão ditoso
Que duvido achasse formosura
Em rosto, que o fosse mais formoso.

Lizardo é o requestado das damas, e *por desfavor de Sílvia mudou a vida e traje*. É uma paixão *en l'air*, sem realidade, para exercícios de imitação retórica em Éclogas e Sonetos imitados de Camões, composições avulsas que os amigos guardaram por curiosidade literária. Passaram esses fumos poéticos, e como frade discreto, Frei Bernardo de Brito foi a Madrid, centro do imperialismo ibérico, oferecer a Filipe II o seu trabalho da *Monarquia Gentilica*, e em 1592 dirige-lhe umas Oitavas castelhanas. Exibia os seus títulos de erudição e de gosto para uma mitra. Em 1597 publicou Alexandre de Sequeira um pequeno opúsculo de Sonetos, Canções e Redondilhas, com a continuação ou *Segunda parte do Sonha de Crisfal*, anónimo, com o título sugestivo de *Sílvia de Lizardo*. Bastava a continuação das *Trovas de Crisfal* para despertar o interesse dos cultos; é natural que os compiladores destas composições anónimas relacionassem essas situações sentimentais com Frei Bernardo de Brito quando escolar. Era este interesse acordado no momento em que Frei Bernardo de Brito pretendia obter de Filipe II a nomeação de um bispado: a política hábil fundamentou a escusa em que lhe faltava a idade canónica dos *trinta anos*: ele nascera em 20 de Agosto de 1569, tendo portanto quando apareceu em 1597 a *Sílvia de Lizardo*, livro de amores profanos, apenas vinte e oito anos; Frei Bernardo de Brito, dava-se como nascido em 13 de Setembro de 1568, a roçar pelos trinta anos; mas Filipe II, foi cortando de longe as pretensões à mitra, encarregando-o, por carta de 2 de Abril de 1597, de continuar a *Monarquia Lusitana*. Conservou-se sempre anónimo o autor da *Sílvia de Lizardo* até ao meado do século XVII, chegando a dizer-se que Paulo Craesbeck fora o seu autor; D. Francisco Manuel de Melo, no *Hospital das Letras*, escrito em 1667, moteja em um diálogo: «com pouca consciência se atreveram alguns livreiros malvados a encadernar suas obras (de Camões) junto com a *Sílvia de Lisardo*. – Que *Sílvia*, ou *silva* ou *selva* (alusão ridícula a *Sylvio Silves de la Selva*) é essa que não está no meu mapa... São certas obrazinhas de um Poeta nosso... Contudo se afirma que era homem douto e *religioso*... Frei Bernardo de Brito, *Lisardo*, quando poeta.» Pelo seu lado, Faria e Sousa também atribuía a *Sílvia de Lizardo* a Frei Bernardo de Brito, justificando o anónimo, porque: «em Portugal sabem los Religiosos *huyr de nembrar-se* en escritos agenos de sus institutos... Ainda no principio do século XIX o monge de Alcobaça Fr. Fortunato de S. Boaventura defendia o seu confrade do século XVI dessa atribuição: «Quanto pude alcançar nas indagações que fiz sobre a genuinidade desta obra, digo e direi sempre que Fr. Bernardo de Brito não é o seu autor; pois que ele cortando na flor dos

anos pelas mais lisonjeiras esperanças do mundo para se enterrar nos claustros de Alcobaça – *mandasse publicar versos amatórios...*» Com certeza quando a *Sílvia de Lizardo* foi impressa em 1597 por Alexandre de Sequeira como compilação anónima, não foi por iniciativa de Frei Bernardo de Brito, que nem talvez se lembrasse dos versos avulsos que espalhara nos seus ócios escolares fragmentariamente. A atribuição, que chegou ao meado do século XVII a D. Francisco Manuel de Melo e a Faria e Sousa, foi uma perfídia hábil das intrigas clericais para excluírem o erudito frade da prelatura assoalhando copiosamente esse delito simpático da mocidade. A parte mais bela da *Sílvia de Lizardo* é a *Segunda parte do Sonho de Crisfal*, que figura em uma edição do *Crisfal*, de 1619 – considerada como reprodução da raríssima de 1571. Desta identificação se conclui que a linda composição fora elaborada quando Brito tinha dois anos de idade e Cristóvão Falcão era ainda vivo.

Estêvão Rodrigues de Castro. – Nasceu em Lisboa em 1559; D. Francisco Manuel de Melo, no *Hospital das Letras* (p. 76) aponta-o entre os grandes médicos portugueses do século XVI, tendo como Amato Lusitano de se refugiar na Itália porque «*tinha melhor Musa que fê*». Foi lente na Universidade de Pisa e Físico-mor do Grão-Duque de Florença. Por amor da língua portuguesa cultivou a poesia e transcrevia em um pequeno Cancioneiro os melhores versos que chegavam ao seu conhecimento; publicou-o seu filho Francisco Estêvão de Castro, declarando: «posto que a maior parte são composições de meu pae, que quasi violentado lhe tirei das mãos, vão juntos alguns poemas de diversos, diversamente assignados, huns com nomes expressos... Basta-me com esta diligencia dar a cada um o seu.» Figuram assinando composições Fernão Rodrigues Lobo (Soropita), Jorge Fernandes o *Fradinho da Rainha* (Fr. Paulo da Cruz), D. Fernando Correia de Lacerda (D. F. C. L.) e B. R. (que Barbosa Machado lia por Bernardim Ribeiro). Em nome de Estêvão Rodrigues de Castro aparecem alguns Sonetos, que os editores das *Rimas* encontraram por manuscritos em nome de Camões; outros que indubitavelmente lhe pertencem são verdadeiramente camonianos pela perfeição artística e por uma melancolia vaga que tanto o separa do modo de sentir dos seus contemporâneos. D. Francisco Manuel de Meio, no *Hospital das Letras* (p. 316) com um raro tino crítico aproxima-o de Soropita: «Dois Rodrigues e... ambos poetas tísicos, *segundo são diminuídos seus volumes...* Fernão Rodrigues Lobo, a quem disseram o Zarpita... no espírito poético que o informou, está são de todos os quatro costados. *Foi Poeta mestre*, e quando não escrevera mais que os seus desvarios (as *Prosas burlescas*) bem se vê que quem desvariando acertava por aquele modo, quando acertaria atinado!... E Estêvão Rodrigues de Castro – este outro com um breve volume estampado em Florença.» Apesar de reproduzir o sentimento de Camões, Estêvão Rodrigues de Castro bajulou Filipe II, em um Soneto, em que alude à sua vinda a Portugal em 1581:

..... o grão Rei que senhoreia
Ambas as Índias, *ambas as Espanha*
.....
Por vós aqueles ficam, a quem se estende
Tal braço, olhos tais, *paga tal mão*,
Bem governados, *vistos*, satisfeitos...

Segundo o autor da *Biblioteca Lusitana* faleceu este poeta em 1637; não viu o formal desmentido da revolução de 1640 em que fulgiu o sentimento redivivo da nacionalidade.

2º *Os Lusíadas e as Epopeias históricas do século XVI.* – Os eruditos da Renascença confundiram as Epopeias orgânicas da Grécia com as Epopeias literárias de Roma, adoptando a doutrina da *Poética* de Aristóteles para a elaboração desta forma mal compreendida da poesia nas literaturas modernas ou nacionais. O elemento mítico, das épocas primitivas, foi convertido no artifício de ficções alegóricas ou o emprego de uma mitologia sem sentido, um ingrediente banal denominado o *maravilhoso*; o elemento histórico, sem compreensão sintética baseava-se nos factos narrados nas crónicas para o engrandecimento de um monarca, tornando-o pela bajulação um herói. Tais foram as Epopeias da Renascença, trabalhadas por Tríssino, Jerónimo Sempere, Luís Zapata, Baltazar del Hierro, Alonso Ercilla, Ronsard e Torquato Tasso. Entre este torneio de poetas, compõe Luís de Camões a Epopeia dos *Lusíadas*, sob as mesmas doutrinas literárias, seguindo o modelo comum virgiliano, na língua menos conhecida, e quando a sua nacionalidade era submetida ao castelhanismo; e esse poema atravessando ainda as deturpações da censura eclesiástica, ressoa como o Pregão eterno de um povo e do triunfo da Civilização Ocidental sobre o Oriente. Como explicar este êxito supremo? Pela mesma causa que imortalizou a *Eneida*. Embora ainda nos fins do século XIX, escrevesse Leon Gautier, que a *Eneida* era na realidade uma Epopeia inteiramente literária como a *Franciade* de Ronsard e a *Henriade* de Voltaire, acima de tudo está a intuição genial que teve Virgílio do *momento histórico* da acção universalista de Roma (*Pacis imponere morem*) e o torna a consciência do *ethos* de um grande povo. Essa compreensão faltou a todos os poetas épicos da Renascença; Camões toma para o *momento histórico* o feito que tornando imperecível a memória de Portugal, dava à sua pátria a consciência da alta missão de impulsora da Europa e de factor na marcha da humanidade.

Hegel, na *Estética*, falando da elaboração épica na época da Renascença clássica e científica, actuando nela as alterações religiosas, novos equilíbrios políticos dos estados, mudança de costumes e relações sociais, exemplifica-a com o poema de Camões, como uma das epopeias que tem por principio a cultura clássica: «Com os *Lusíadas*, obra inteiramente nova pelo assunto, porque ele canta as audaciosas empresas marítimas dos Portugueses, nós abandonamos a *Idade Média* propriamente dita, e achamo-nos levados a *interesses que anunciam uma Era nova...* Contudo, aqui ainda, apesar do ardor do patriotismo e da verdade das descrições, tiradas ordinariamente da experiência e do conhecimento pessoal da vida, apesar da *unidade perfeita da composição*, faz-se sentir o desacordo do assunto nacional e da cultura artística, tomada em parte aos antigos, em parte aos italianos, desacordo que destrói a impressão de uma originalidade épica.» (*Estét.*, IV, p. 383). Há aqui um preconceito de Hegel, considerando a Antiguidade clássica e a Idade Média antagónicas, quando são a mesma Ocidentalidade, cuja evolução competia à Renascença unificá-la em um destino consciente. Não o compreenderam os eruditos no seu critério exclusivo; mas sentiram os artistas geniais essa harmonia das *Duas Almas*, e é essa uma das características de Camões.

Sentiu a Antiguidade, não pelo emprego de uma mitologia, cuja vacuidade reconhecia, mas por essa *luta entre o Oriente e o Ocidente*, que Heródoto considerou a ideia fundamental da História, luta fatal dos Gregos e dos Bárbaros, espécie de epopeia histórica, que ainda não é História universal mas um prelúdio magnífico. Daqui as analogias entre as Epopeias de Homero e a História de Heródoto, prosseguidas pelos Poetas Cíclicos. O Oriente é representado pelos Persas, dominadores que vencem os Lídios, Babilónicos, Medos, Egípcios, Trácios e Macedónios, esbarrando-se nos areais da Líbia e nos desertos gélidos da Cítia, até *serem derrotados pelos Helenos*.

Heródoto, nascido entre as Guerras Médicas, *em que a Grécia vence a Ásia*, e a Guerra do Peloponeso, em que a Grécia se dilacerava, considera o passado em relação ao presente e faz dessa vitória o momento histórico do mundo na sua época. Quando sob o imperialismo de Alexandre, se opera a maravilhosa empresa da Ásia e os seus triunfos são representados pelo Baco indiano, celebrado nos Poemas alexandrinos, compreende-se como Camões ligou o maravilhoso dos *Lusíadas* a esse dominador do Oriente, relacionando a empresa dos Portugueses com essa primitiva e agora definitiva *missão ocidental*.¹³⁷ As Cruzadas tinham sido apenas Episódios transitórios do heroísmo ocidental; o Descobrimento da rota marítima da Índia pelos Portugueses pusera termo a essa luta de séculos iniciando a aliança entre o Ocidente e o Oriente, que é hoje a acção mundial das nações europeias.

Por um pensamento imanente manifestavam-se em Portugal esforços para a realização de uma epopeia; pressentiu-a João de Barros, e António Ferreira suscitava a Caminha essa aspiração; Jorge de Montemor projectava um poema do *Descobrimento da Índia Oriental*; chegou a metrificar uma narrativa do *Descobrimento de Vasco da Gama*. Esse belo tema indicado pelos cronistas quando comparam as expedições marítimas dos antigos com as viagens dos portugueses, mal podia ser tratado por indivíduos educados sob um regime de erudição *livresca* (como dizia Montaigne), sábios de gabinete, escrevendo em nobres ócios, como poderiam sem virilidade moral e independência intelectual conceber a Epopeia de uma nação? Nesse meio culto em que os eruditos confundiam a toponímia portuguesa com os nomes lendários do Ciclo greco-romano, e as teorias políticas da *Monarquia universal* provocavam a realza a estender a Fé e o Império pelos descobrimentos marítimos e conquistas longínquas, Camões soube tirar o colorido desses elementos eruditos, focando-o neste título de *Lusíadas*, que desde 1531 tinha sido composto por André de Resende no seu *Erasmii Ecomium*¹³⁸, escrito em Lovaina e remetido para Friburgo, no verso

Nec tibi *Lusíadae* infensi, te noster adorat.

Era conhecida na tradição escolar a *Oratio pro rostris*, recitada na Universidade de Lisboa em 1534, na qual André de Resende torna a empregar o prestigioso verso dos *Lusíadas*. A ressonância ideal de uma sentida epopeia tomou corpo fora dessas influências eruditas pelas impressões fortes da realidade dura, que o salvaram do pedantismo humanista em que se anularam os outros poetas. Os *Lusíadas* foram elaborados nas emoções da mocidade de Coimbra, diante dos monumentos do passado e das maravilhosas tradições; contemplando as impressionantes Colgaduras dos *Triunfos da Índia* nos Paços da Ribeira, no desterro da corte e angustiosa estação militar de Ceuta, na prisão de Lisboa, em que a piedade humana lhe faltava, refugiando-se na leitura da *História dos Descobrimentos* publicada por Castanheda em 1552, na tormentosa travessia para a Índia, nos cruzeiros do Mar Roxo e do golfo de Meca, nos naufrágios do parcel do Mar da China e da Costa da Cochinchina, sob a irresponsabilidade do *injusto mando* e miséria de Moçambique, e pior ainda, diante da

¹³⁷ O poema de *Alexandre*, tão popular na Europa da Idade Média, tem origens orientais; conheceram-nas em Portugal por influência das nossas relações marítimas com o Oriente. Em uma carta que Luís Falcão escreveu de Ormuz a D. João de Castro, em 1546, vem citada uma *estorya de Allyxandre*: «Alleyxes de carualho me dixé da parte de vosa s. que lhe moadase *allyxandre* hem persyo: lla lho moado, haíndaque has escreturas destes mouros, tenho-as por menos autentes que has nosas. Nese llyvro vam houtras *estoryas* ha-fora has *d'allyxandre*, has quays me parese que follguará mays com elas etc.» A esta mesma história alude uma carta de Garcia de la Penha: «Aleyxes carvalho pedio que a el-rey e goazil hemires hum livro da *ystoria dalyxandre*. Com muyto trabalho acharão hum, que lhe mandão.»

¹³⁸ Impresso em Basileia em 1531, na Miscelânea *Carmen Eruditum et Elegans*.

austera, apagada e vil tristeza em que veio achar a pátria, avançando para o vórtice em que se afundava a sua autonomia. Tudo isto deu à linguagem dos *Lusíadas* uma comoção empolgante, e o tom grandiloquo na afirmação gloriosa da missão histórica universalista da nossa pequena nacionalidade.

A Epopeia é escrita na *ottava rima* usada por Ariosto, com a estrutura virgiliana; mas salva-a da imitação a impressão viva da realidade e o pensamento filosófico que pela idealização do feito épico aproxima a Civilização ocidental do seu paradigma oriental. Baco, opondo-se ao descobrimento da Índia, é esse deus *Soma*, que sob a forma do orgiasmo religioso de *Dionisos* veio pela Trácia para a Grécia, e da Grécia sob a forma de Cristianismo para a civilização europeia. E Vénus, patrocinando os portugueses, é uma divindade marítima itálica, da antiga Roma, continuada na incorporação do mundo por esta nacionalidade novo-latina. Uma intuição poética profunda levou Camões a esta aproximação da Mitologia heleno-romana com o Cristianismo, provocado por esse extraordinário fenómeno de conformidade entre os Mitos Kristna e as lendas de Cristo, que no próprio *Roteiro* atribuído a Vasco da Gama e ao cronista Castanheda não passara despercebida. Com incomparável invenção artística soube Camões agrupar em volta do facto histórico, que constitui o poema épico, todas as belas tradições lendárias das crónicas nacionais, formando os mais encantadores Episódios; e animando a narrativa com a alusão às suas desgraças pessoais, e às carinhosas afeições, ligando ao Pregão eterno os nomes de Heitor da Silveira (o Drago) de Gonçalo da Silveira e dos *temidos Almeidas*, por quem ainda o pátrio Tejo chora. Na sua independência de carácter condena a iniquidade do rei D. Manuel contra Duarte Pacheco, e verbera a crueza de Afonso de Albuquerque mandando matar o jovem soldado Rui Dias por uma impulsão amorosa. Mas diante da *vil tristeza*, que impele Portugal para o abismo pelos delírios de uma criança fanatizada, ele interrompe abruptamente os *Lusíadas* no doloroso grito *No mais, Musa*. O poema foi publicado no momento em que se augurava a ruína da autonomia nacional, mas nele se conservou o espírito da independência que se reivindicou na revolução de 1640.

No final da Evolução das Sociedades ibéricas, sintetizou J. Augusto Coelho a acção exercida pelo poema de Camões na função de perpetuar na esfera do ideal a Nacionalidade lusa: «Sob a pressão esmagadora do Castelhanismo triunfante soçobrara – a autonomia política de Portugal; mas a Nacionalidade, na sua essência, ficou de pé. E ficou de pé como *Ideia* e como *Realidade*.

«Como ideia, manteve-a viva e luminosa o Génio de Camões, cristalizando-a e até ampliando-a no seu imortal Poema; como facto real, ficou todo esse conjunto – a tradição viva do passado, as classes dirigentes, as massas dirigidas, a comunidade de interesses, uma alma nacional definida, e finalmente essa cadeia unitária de variados elementos, que num meio perfeitamente característico, tantos séculos haviam criado. – Mas não foi apenas no mundo Ideal que a Nacionalidade persistiu; ela também de alguma maneira continua a viver sob o peso do Castelhanismo, no terreno da realidade. «Com efeito, quantos elementos fundamentais constituem a base de uma Nacionalidade todos permaneceram intactos. Filipe II ao sujeitar ao ceptro espanhol a nação lusa, prudente e dissimulado como era, fê-lo dando à conquista a aparência de uma simples coexistência de duas nacionalidades e não a da opressão de uma pela outra. – E assim a instituição das Cortes portuguesas ficou de pé; os Governadores do Reino são portugueses ou membros da família real; só a portugueses são dados os empregos do Estado; só tropas portuguesas defenderão as praças de Portugal; todos os diplomas serão escritos em língua portuguesa.» (*Op. cit.*, II, p. 615). Sobre estes elementos que se atrofiariam, Camões manteve na esfera ideal a Nacionalidade lusa; teve o dom de provocar a *simpatia social*, é esse o carácter do seu poema, que não se atrasa, porque

exerce cada vez mais o grande influxo da convergência afectiva.

Camões e o Sentimento nacional é um dos mais curiosos problemas da Sociologia, porque partindo do facto – como uns agregados de povoações cantonais chegaram à unificação de Pátria pelo amor do seu território, a necessidade de mantê-lo em independência obrigou-os a uma acção comum, a um ideal colectivo que fortifica o sentimento de Pátria em Nacionalidade. No século XII, como notou Herculano, já o nome de *português* destacava as povoações de Cidades livres, que a realeza submeteu por contrato defensivo à subordinação monárquica; porém, uma Pátria portuguesa somente aparece em toda a plenitude do sentimento no heroísmo da vitória de Aljubarrota e na idealização do *santo Condestável*. A actividade marítima que levou os portugueses a procurarem no Atlântico a liça para o esforço, e a apoiarem pelas descobertas marítimas a exiguidade do território, fez com que essa Pátria, pequena mas muito amada, se convertesse em uma fecunda Nacionalidade. Tal é a síntese das navegações portuguesas e da descoberta do caminho marítimo da Índia. Camões deu expressão a este sentimento que transformou uma Pátria em Nacionalidade histórica. O valor da sua epopeia está neste poder de concepção e na sublimidade da expressão estética, que torna os *Lusíadas* uma criação típica da arte moderna.

O génio de um escritor, não se revela completamente pela sua obra, nem esta se aprecia pela beleza a que dá expressão; mas pela simpatia social, que desperta, e que é a sua consagração, fica em plena evidência a intenção e capacidade estética do artista. Toda a obra de arte, produzindo a simpatia social realiza o fim das criações estéticas, elementos constitutivos de uma síntese afectiva. A obra de Camões adquire de época em época mais valor, porque a simpatia social que o poeta provocou com ela, ainda se não extinguiu, apesar de terem envelhecido as formas da linguagem, o estilo mitológico da Renascença, a organização social que celebrava, e de se ter obliterado o pensamento nacional que nos levava às descobertas geográficas e à expansão colonial. A simpatia social sugerida pela obra de Camões, começou muito antes do interesse que lhe ligaram os eruditos; e nunca se extinguiu, mesmo nas crises mais profundas do sentimento nacional, quando parecia apagar-se nas consciências. Quando este sentimento se vivificou, na transformação das instituições políticas, a simpatia social pela obra de Camões aumentou de intensidade, chegando ao ponto de identificar-se com o sentimento nacional. E o momento sublime e claramente compreendido dessa identificação, foi a festa triunfal do terceiro Centenário de Camões. Nesta compreensão a ciência europeia precedera-nos estudando Camões como o símbolo da civilização portuguesa.

Depois da publicação dos *Lusíadas* em 1572, manifestou-se uma eflorescência de Poemas épicos em 1574, 1578, 1588, 1589, 1594 e 1598; aconteceu a Camões, o *Homero das Línguas vivas*, o mesmo que ao velho Homero com os Poetas Cíclicos, como também a Virgílio, suscitados pela *Eneida*, Lucano, Stácio, Sílio Itálico e Valério Flaco. O primeiro destes poetas cronistas que afectaram desconhecer Camões, é:

Jerónimo Corte Real, filho de Manuel Corte Real, capitão da Ilha Terceira, e de D. Brites de Mendonça, neto de D. Maria de Baçan, e aparentado com a principal fidalguia espanhola, o que influiu para que versejasse por vezes em castelhano. Depois de ter seguido a vida das armas nos postos militares da África e da Índia, recolheu-se em 1571 a Évora à sua vivenda abastada do Morgado da Palma. Casou por este tempo com D. Luísa da Silva, filha de Jorge de Vasconcelos, o Provedor dos Armazéns, mui afamado poeta do *Cancioneiro geral*, e considerada Dama da fralda da rainha D. Catarina. Eram tios de sua mulher João Rodrigues de Sá e Francisco de Sá de Meneses, capitão das guardas reais e poeta da escola mirandina. Em 1573 dirigia uma Epístola

extensa em que dá conta a Sá de Meneses dos seus ócios literários:

Passados quantos termos a ociosa
Idade juvenil vai tropeçando...
Me recolho no campo, e fui deixando
O vão inútil tempo em que vivia
E ao estudo latino me fui dando.
Umás horas gostando da poesia,
Buscando as duras guerras do Troiano
E os naufrágios do mar que padecia.
Buscava tudo o mais que o Mantuano
Dele cantou com voz tão desusada,
Mostrando-nos o engenho mais que humano.

E depois de descrever a vida descuidada e satisfeita do Morgado da Palma, aponta-lhe outras leituras que o distraíam:

Lia continuamente o que escreveram
Salústio e Tito Lívio apregoando
As cousas que os Romãos então fizeram.
.....justo seria
Dos nossos Portugueses ir tratando...
Uma fama e um nome eterno ao mundo,
E de Homero ou de Virgílio a poesia.

Não é natural que Jerónimo Corte Real desconhecesse os *Lusíadas* publicados no ano anterior, que pagava esta dívida de uma fama e eterno renome; esta omissão de Camões é intencional. Lembrou-se de celebrar o *Segundo Cerco de Diu; estando D. João de Mascarenhas por Capitão da fortaleza:*

Este Cerco, que em Diu foi segundo
Quis escrever, assi como pudesse
E o animo esforçado e furibundo.

Não se contentou com metrificar esses feitos heróicos, ilustrou os secos versos com desenhos da sua aristocrática habilidade:

Da minha própria mão a belicosa
História debuxei, e aquele horrendo
Castigo que fez vista piedosa.
Não mais outro interesse pretendendo
Que acudir ao que já se ia apagando
E já quase de todo escurecendo.

Na dedicatória ao jovem rei D. Sebastião em 1574 é mais explícito: «E porque a leitura é grande, debuxei de minha mão os combates, os socorros e tudo o mais que no decurso deste trabalhoso Cerco sucederam, para que a invenção da pintura satisfaça a rudeza do verso.» Encareceram-lhe os contemporâneos o seu talento para a pintura; mas Raczinsky destituiu-o de todo o mérito. No fim da Epístola a Francisco de Sá de Meneses:

Peço, com diligencia e com cuidado
Queiras vê, este Livro que escrevi,
Que a mi tanto trabalho tem custado.

Saíram a louvá-lo com versos acompanhando o poema, Luís Álvares Pereira, Francisco de Andrade, Pedro de Andrade Caminha, Diogo Bernardes e D. Jorge de Meneses. Os *Lusíadas* apareceram desacompanhados de todo o encómio em 1572; é um facto significativo. Pelo seu parentesco fidalgo, foi o poema do *Segundo Cerco de Diu* traduzido em castelhano em 1597, quando Filipe II procurava pela literatura unificar os dois povos.

Para lisonjear Filipe II escreveu sobre a batalha de Lepanto, um poema em castelhano com o título *Victoria de D. Juan de Austria en el Golfo do Lepanto*. Na dedicatória a Filipe II em 1576 garante-lhe o rigor histórico: «Trabajé para aver para este effecto las mas verdaderas informaciones...» E acompanha o poema com uma pintura da batalha naval: «*debuxado de mi mano*, para que la verdad de las cobres e la invencion de la pintura a que V. M. es inclinado, haga facil aquel peso y molestia de una lectura falta de invencion...» Filipe II agradeceu-lhe de Madrid, em 8 de Novembro de 1576: «Porque *en la carta mostraes el affecion que teneis a mis cosas*, y en la obra ingenio...» O déspota era suficientemente entendido em poesia e pintura para garantir-lhe a sua generosidade: «*halíarés en mi la voluntad que vuestra persona merece.*» O poema foi publicado em 1578 quando Jerónimo Corte Real se aprestava ao chamamento de D. Sebastião para partir para a empresa de África, onde ficou cativo depois da tremenda catástrofe de Alcácer Quibir, com seus dois sobrinhos filhos de D. Manuel de Portugal.

Depois do regresso do cativo, entregou-se todo a suavizar as saudades de sua esposa, D. Luísa da Silva; consta que elaborara um poema que intitulava *Perdição de El-rei D. Sebastião em África e das calamidades que se seguiram a este Reino*, que mais parece título de uma crónica. É natural que o poema ficasse em projecto, apesar dos quadros realistas que o impressionaram; mas para lisonjear sua mulher entregou-se à composição do poema o *Naufração de Sepúlveda*, que depois da sua morte em 15 de Novembro de 1588, publicou seu genro António de Sousa, em 1594, que declara: «fez este discurso do naufrágio de Manuel de Sousa Sepúlveda e D. Leonor de Sá, sua mulher, vindo da índia por capitão de uma não por nome o *Galeão Grande*, assi por ser esta senhora muito parenta de sua mulher D. Luísa da Silva, a quem ele muito amava...»

Caminha conheceu o poema manuscrito, celebrando-o em um Epigrama. É também em verso solto, seguindo nisto a doutrina de Ferreira contra a rima; começa desde o nascimento de D. Leonor de Sá, da qual se namoram os Tritões, provocando o naufrágio, para a possuírem! As três estrofes dos *Lusíadas* no vaticínio das ameaças do Adamastor, são três diamantes ao pé de tanto cascalho. Que profunda poesia na prosa da *Relação do naufrágio do Galeão São João*, diante da versificação fria e retórica de Jerónimo Corte Real. Como muitos que sofreram o cativo de África e assistiram à degradação da pátria, caiu na depressão moral e mental religiosa, entregando-se a versificar meditações ascéticas como o *Auto dos Quatro Novísimos do Homem*, no qual entra também uma *Meditação das Penas do Purgatório*, que ficou inédito até 1768.

Luís Pereira Brandão. – No Nobiliário de Rangel de Macedo vêm os traços biográficos; era filho de António Pereira Brandão e de D. Francisco das Neves. O poeta Fernão Brandão, que figura no *Cancioneiro geral* e foi camareiro-mor do Infante D.

Fernando, era seu tio; e talvez por esse temperamento hereditário casou a furto em Lisboa com D. Lourença de Almeida, filha do capitão de Tânger Rui Gil Magro de Almeida. Acompanhou D. Sebastião na expedição de África e lá ficou cativo, sendo resgatado pelo ouro filipino, como o manifesta a oferta do poema *A Elegiada* sobre a derrota de Alcácer Quibir ao Cardeal-Arquiduque Alberto, que governava Portugal por ordem de seu tio e cunhado Filipe II. O poema publicado em 1588, recebeu grandes elogios de Jerónimo Corte Real, e era encarecido por quantos tentavam ofuscar o poema de Camões. E, contudo, a impressão dos *Lusíadas* reflectia-se em imitações, como a de recapitular a história de Portugal, não como quadros completos mas como derramados discursos.

Francisco de Andrade. – À *Elegiada* de Luís Pereira, seguiu-se em 1589 o poema do *Primeiro Cerco de Diu*, por Francisco de Andrade, mais conhecido como cronista, escolhido para substituir António de Castilho na vacatura de Guarda-mor da Torre do Tombo e por Filipe II nomeado Cronista-mor do Reino por Alvará de 24 de Julho de 1599. O poema do *Primeiro Cerco de Diu*, em vinte cantos em oitava rima, é de uma monotonia invencível pelo prosaísmo agravado por impertinentes epítetos para encherem o verso. Também se ressentia da impressão de Camões na ficção de uma Ilha encantada. (Cant. IX, not. 38). As suas composições líricas ficaram inéditas, hoje perdidas; formavam um Cancioneiro, onde existiriam preciosas referências históricas para a época quinhentista.

Vasco Mouzinho de Quevedo. – Como lírico já vimos a sua biografia; Camões tinha celebrado nos *Lusíadas* esse período cavalheiresco das expedições de África iniciadas pela conquista de Ceuta; Mouzinho de Quevedo tratou no poema épico *Afonso Africano* uma parte desse Ciclo heróico, que estendeu Portugal para os *Algarves de Além-mar*, em África, deixando de ser um apêndice de Espanha, mesmo antes dos Descobrimentos marítimos. Apareceu o poema em 1611; viria lembrar as glórias passadas à extinta nacionalidade? Como o poeta não curou do assunto idealizando os elementos objectivos ou históricos, alegorizou com intuitos morais: D. Afonso V simboliza o varão que a si se combate para avassalar a Cidade da Alma, sendo a mesquita a alegoria do coração humano! A bajulação ao jugo castelhano por Vasco Mouzinho de Quevedo, mostra que não sentia a nacionalidade, e que a sua depressão mental só se exercia numa retórica moralista.

§ III

O Humanismo em Portugal

A grande crise da Civilização da Europa no século XVI, denominada a Renascença, funda-se em dois factos capitais: sai da *apatia ascética* da Idade Média para a *actividade intelectual* pelo estudo das Literaturas clássicas e continuação do regime científico dos matemáticos e astrónomos gregos, e arroja-se à acção não de estereis Cruzadas mas dos Descobrimentos marítimos, que deram ao esforço humano um destino real, facilitando a concentração do Poder temporal fragmentado no Feudalismo, em uma Ditadura monárquica, que incorporou a burguesia como terceiro estado na sociedade moderna. A Gothia ou a Era medieval é suplantada pelo génio helénico, que aproxima as nacionalidades modernas em um mesmo ideal estético, um mesmo espírito científico e uma consciente independência civil. Croizet, ao terminar a

História da Literatura grega, no seu ocaso bizantino, chega a esta conclusão fundamental: «Este Helenismo que desaparece, na realidade subsiste como um dos elementos mais duráveis e mais importantes do património moral da Humanidade. Envolto no olvido, mal compreendido durante séculos, reaparece na Renascença com um fulgor admirável, e basta que reapareça para que o mundo seja transformado. Ante a sua presença acaba a Idade Média imediatamente: e eis que, ávida de pensamentos e de conhecimentos, a sociedade lhe lança, como uma semente fecunda, todas as ideias que constituirão um dia a ciência e a consciência moderna. – Restaurado o Helenismo, não diminuiu na realidade, porque as outras influências que podem parecer suceder-lhe, não são mais do que a sua continuação. E por uma razão muito simples: é que o Helenismo não foi mais do que o livre desenvolvimento da natureza, no que ela possui de melhor e de mais necessário. Ao encontrá-lo, a humanidade não fez senão achar-se a si própria e reatar a sua tradição.» (*Op. cit.*, t. V, p. 1066).

A coincidência dos dois extraordinários factos, o descobrimento cósmico e renovação do mundo moral, torna o século XVI o maior século da história.

Na sua complexidade, a Renascença desponta no fim do século XV, como observou Lange, e continua-se pelo XVII na evolução plena dos seus aspectos, conforme as variadas crises da decomposição do Regime católico-feudal. Na transição do XV para o XVI século, a Renascença é essencialmente *filológica e artística*; as lutas religiosas da Reforma, que perturbam todo o século XVI, pelo influxo dos estudos filológicos que se desenvolvem pelo humanismo, impõem-lhe o carácter *teológico*; e nessa actividade crítica do racionalismo fortificado pelos resultados *científicos* dos Descobrimentos dos Portugueses, com a prova verificada da esfericidade da Terra, a Renascença torna-se *filosófica*, chegando no século XVII às grandes sínteses subjectivas de Bacon e de Descartes.

A transição da Idade Média para a Renascença foi verdadeiramente o fim do domínio do Germanismo, preponderante desde o século V, e a reposição da cultura greco-romana na organização social e na disciplina mental: a unidade românica substituindo a unidade gótica. Prevaleceu o poder dos reis sobre a teocracia medieval, e a burguesia industrial sobre o feudalismo militar. Os grandes Descobrimentos marítimos impulsionaram a actividade pacífica e o desenvolvimento da classe média. Os reis, acharam-se naturalmente protegendo os estudos humanistas que tornavam conhecida a ideia do Imperialismo romano; e os cultores das belas letras, embora por vezes desprezassem as línguas vulgares ou nacionais pelo emprego do latim ciceroniano, criavam a necessidade de imitar a beleza das formas clássicas, que faltava às literaturas da Idade Média, e fundaram a solidariedade intelectual que se estabeleceu pela epistolografia entre todos os espíritos cultos que foram constituindo a *República das Letras*, em todo o Ocidente europeu.

A Renascença da Antiguidade clássica iniciada pela Itália veio imprimir um mesmo espírito nas Literaturas românicas, que se exerceu aproximando-as pela sucessiva hegemonia de cada uma delas sobre as outras, quase sempre em correlação política. A Europa torna-se assim uma grande Pentarquia intelectual: depois da hegemonia literária da França na Idade Média, segue-se na Renascença a hegemonia clássica da Itália, sucedendo-se no século XVII a hegemonia da Espanha e da Inglaterra, e no fim do século XVIII, princípios do século XIX, a influência da Alemanha pelo Romantismo, actuando em todas as literaturas ocidentais pela renovação das tradições nacionais ou medievais tomadas como os verdadeiros temas modernos da idealização artística.

Esboçado este vasto quadro nos seus contornos gerais mas decisivos, podemos descrever a Renascença portuguesa, sem perigo de divagação estilística. Apontando

cada um dos seus aspectos, o *filológico e artístico*, o *teológico e crítico*, e o *científico e filosófico*, reconhece-se que Portugal teve uma Renascença propriamente sua, em que imprimiu o *ethos* da sua raça, e em que revelou a estupenda energia da sua acção marítima, acompanhou com assombrosa fecundidade especulativa o Humanismo, nos estudos filológicos, históricos e pedagógicos. E o que é mais extraordinário, no século XVI, quando as tradições medievais eram desprezadas pelo prestígio das obras clássicas, e a nacionalidade era atraída pelos seus reis, que pelos casamentos castelhanos procuravam realizar a unificação ibérica, adoptando quase como língua da aristocracia o *castelhano*, é nesse século que se produz a idade de ouro da literatura portuguesa, em que se criaram os modelos clássicos, ainda predominantes da época *Quinhentista*. O esplendor do génio português na sua intensidade artística não abrange todo o século; no seu primeiro quartel, os indivíduos mais cultivados e audaciosos são absorvidos pela actividade da Navegação e das conquistas; no último quartel já estávamos a cair sob a incorporação castelhana de Filipe II, realizada em 1580.

Neste período intermediário de cinquenta anos, é que o *sentir* e o *pensar* do génio português, suscitado pela cooperação dos estudos humanistas na Europa, estabelece a disciplina gramatical da língua nacional e realiza as belas criações da sua literatura. Observa o ilustre Guilherme de Humboldt: «A maneira de *sentir* e de *pensar* de um povo não pode deixar de actuar desde logo sobre a sua *língua*. Somente é preciso que o filólogo saiba que a influência deste espírito nacional não se exerce unicamente sobre a forma exterior; que ele também tem na língua um domínio mais elevado, menos coercível, em que mais transparece a sua verdadeira originalidade. – Há nas línguas duas coisas: a sua *gramática* e a sua *literatura*, e ninguém contestará que é na literatura que melhor se manifesta o seu espírito. Uma vez a língua formada e pronto o instrumento, a nação começa a servir-se dele. Alguns cantares, algumas orações e lendas são o fundamento da sua literatura. Assim a língua chega ao uso dos poetas e dos filósofos, que a animam e vivificam, enquanto os gramáticos propriamente tais, dão a última mão ao aperfeiçoamento do seu organismo: a língua adquire uma alma, ao passo que o seu corpo acaba de se formar. A língua deve estar em um movimento e como em uma corrente perpétua, *remontando-se do povo aos escritores e aos gramáticos*, e redescendo deles para o povo. É a condição da vida, e enquanto esta vida continua, a língua não cessa de se enriquecer e de ganhar finuras e delicadezas de toda a espécie. Quando a actividade do espírito que trabalha incessantemente estacou, chega então o momento da sua decadência, na qual os esforços de alguns homens de génio podem ainda reanimá-la.

«É, sobretudo, nos períodos literários que a língua recebe e manifesta o seu carácter, o seu génio. Então ela eleva-se acima das necessidades quotidianas da vida material para entrar na região do pensamento puro e da livre imaginação.»¹³⁹

Estes pensamentos de Humboldt fazem compreender como a língua do povo, nesta fase da Renascença portuguesa, se disciplinou em gramáticas, e os escritores quinhentistas fixaram a norma clássica da língua nacional.

A) PERÍODO FILOLÓGICO E ARTÍSTICO

A grande cultura helenista de Sá de Miranda e o conhecimento do gosto italiano, não o embaraçaram de se apropriar da linguagem do povo, locuções e modismos, com que deu uma ingenuidade rústica mas bela às suas *Églogas*, e um tom patriarcal aos

¹³⁹ *Introdução e Ensaio da Língua Kavi.*

conceitos morais. Jorge Ferreira de Vasconcelos é opulentíssimo em dicções e frases anexirísticas, que realçam na imitação da linguagem falada nas suas comédias. A influência de Gil Vicente foi mais profunda; pela natureza dos seus escritos cómicos, representando o viver das diferentes classes da sociedade portuguesa, era levado pelo seu génio criador a dar um vivo relevo à linguagem popular, que se tornava arcaica e obliterada. Nos seus Autos acumulam-se em abundância os vestígios de uma língua nacional substituída por um vocabulário erudito determinado pelas obras traduzidas e escritas, que foram no século XVI principalmente de teologia, de moral e direito, coadjuvando o conflito entre a tradição medieval e a erudição humanista.

Com autoridade de gramático duas vezes aparece citado o fundador do teatro português; abonam-se com os seus escritos Fernão de Oliveira e João de Barros. Conforme a tradição conservada pelos linhagistas, Gil Vicente fora mestre de retórica do Duque de Beja desde que se achou indigitado para suceder a D. João II. O grande poeta cómico era natural de Guimarães, na província do Minho, onde a língua portuguesa conserva um carácter arcaico; vivendo em Lisboa, Santarém e Coimbra, com frequentes permanências em Évora, os tipos dos seus Autos falam a linguagem da Beira e bailam as suas danças, mostrando sempre um vivo conhecimento da dialectologia popular. Os factos o comprovam, basta volver qualquer página: *nego*, tornada conjunção é de um emprego habitual; umas vezes faz os futuros parafrasísticos: «Azevias *trazerei*» (*Op.* III, 34); outras vezes contrai as formas verbais: «Mas não sei se *querá*...» (II, 245): «E tu por que não *faes sopas*... (1, 139): «E assi o *faes* tu começo» (I, 140). As velhas expletivas da língua põe-as em vigor: «E eu do bem *er* também, Ora vos *er* ides vendo... A segundo o que eu entendo» (III, 132); os participios em *udo*, já abandonados, usa-os como quem emprega um dialecto: «E o trigo era *creçudo*.» (III, 167). Imitando a morfologia popular, Gil Vicente torna certos verbos regulares: «Não *podó*, que estou pejada» (III, 260); faz imperativo do verbo haver: «*Ave* dó, senhor, te peço.» (III, 329); reproduz a forma arcaica do superlativo: «Que dos *mui muitos* ciumes – Nasce o *mui muito* amor.» (III, 278); e a forma da negação que se aproxima do *pas* francês: «*Nem passo* se esquecia.» (III, 350); e o substantivo *casa* tomado advérbio como o *chez* francês: «Porém mesmo *en cas* demorei.» (II, 422). Assim dava a expressão do *sentir* português, tomando a língua apta para expor o *pensar* dos seus grandes narradores.

1º *As Gramáticas de Fernão de Oliveira* (1536) e de *João de Barros* (1539). – Embora cite a autoridade gramatical de João de Barros, Fernão de Oliveira, alude à sua iniciativa justificando-se do tentame: «Quem não folga de dizer mal terá escusa com olhar a novidade da obra e como escrevi sem ter outro exemplo antes de mi, e isto mais escusará o defeito da ordem que tive em meu proceder, se foi errada.»

Posto que as ideias gramaticais de Fernão de Oliveira estivessem viciadas por uma falsa compreensão da origem etnológica do povo português, e derivasse a sua língua das colónias romanas, e a sua erudição resultasse da autoridade pedantesca citando indigestamente Marciano Capela, Nebrissa, Marsilo entre Cícero, Quintiliano, Marco Varrão e Probo Gramático, é certo que a sua origem popular influenciou bastante para possuir um conhecimento especial da língua nacional. Na dedicatória da *Gramática da Linguagem portuguesa* a D. Fernando de Almada, confessa o seu humilde nascimento: «Sou um homem baixo.» (p. 4).

Fernão de Oliveira era natural da província da Beira, onde a língua como a tradição poética mantinham um carácter arcaico; foi educado em Évora, considerada a capital da erudição humanista: «Sendo em moço pequeno fui criado em S. Domingos de Évora, onde faziam zombaria de mi os da terra, porque o eu assi pronunciava, segundo que o aprendera na Beira.» (p. 114). Mais tarde foi preceptor em casa de D. Fernando de

Almada, que também era homem lido: «Aproveita seu tempo lendo bons livros para si, e no regimento de sua casa primeiro, cria com muito cuidado D. Antão seu filho, a quem Deus guarde e prospere, para cuja doutrina com muita despesa me trouxe a sua casa e graciosa e compridamente me conserva nela.» (p. 4). Aqui temos as condições especiais de Fernão de Oliveira para assinalar as revoluções experimentadas pela língua portuguesa no primeiro quartel do século XVI. Ele nota o grande desleixo que os portugueses têm pela língua nacional, caracterizando o estado da indisciplina gramatical: «Já confessamos ser verdade o que diz Marco Varrão nos livros da *Etimologia*, que se mudam as vozes e com elas é necessário também que se mudem as letras; mas não com tão pouco respeito como agora alguns fazem, os quais como chegam a Toledo, logo se não lembram de sua terra, a que muito devem. E em vez de apurarem sua língua, corrompem-na com emprestinhos, nos quais não podem ser perfeitos. Tenhamos pois muito resguardo nesta parte, porque a língua e escritura é fiel tesoureira do bem da nossa sucessão, e são, diz Quintiliano, as letras para entregar aos que vierem as cousas passadas.» (p. 18).

Falando da renascença dos estudos humanistas sob D. João III, prossegue: «porque já os priguiçosos não têm escusa, nem se podem chamar remissos por falta de prémio; e contudo apliquemos nosso trabalho a nossa língua e gente e ficará com maior eternidade a memória dele; e não trabalhemos em língua estrangeira, mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas que a possamos ensinar a muitas outras gentes e sempre seremos delas louvados e amados, porque a semelhança é causa de amor, e mais em as línguas. *E ao contrario vemos em África, Guiné, Brasil e Índia não amarem muito os Portugueses que antre eles nacam só pela diferença da língua; e os de lá nacidos querem bem a os seus portugueses, e chamam-lhes seus, porque falam assi como eles.*» (p. 16). Fernão de Oliveira pressentiu vagamente que a língua é um elemento estático que conduz à unificação nacional: «por que desfazem muito na gloria do ceptro e coroa do nosso reino estes, assi como cortam a perpetuidade dele os que de novo trazem nova língua à terra; porque a língua e a unidade dela é mui certo apelido do reino, do senhor, e da irmandade dos vassallos..., quanto de minha parte, segundo eu entendo eu juraria que quem folga de ouvir outra língua na sua terra não é amigo da sua gente nem conforme a musica natural dele; etc.» (p. 72). Visava o uso do *castelhano*. Daqui tira Fernão de Oliveira a prova da necessidade de se estabelecer a disciplina gramatical da língua portuguesa: «é verdade que se não tivermos certa lei no pronunciar das letras não pode haver certeza de preceitos, nem arte na língua; e cada dia acharemos nela mudança não somente no som da melodia, mas também nos sinificados das vozes...» (p. 25). Estas duas alterações da língua, notadas por Fernão de Oliveira, são o *Arcaísmo* e o *Neologismo*.

O velho gramático observou o fenómeno do arcaísmo no português pela estabilidade da dicção popular: «As dicções velhas são as que foram usadas, mas agora são esquecidas... *ruão*, que quiz dizer cidadão, segundo eu julguei em um livro antigo, o qual foi trasladado em tempo do mui esforçado rei D. João..., e chama-se *estória geral*; no qual achei estas com outras anteguidades de falar... Pois em tempo dei rei D. Afonso Anriques *capapelle* era nome de uma certa vestidura, e não somente de tanto tempo, mas também antes de nós um pouco nossos pais tinham algumas palavras que já não são agora ouvidas; como *compengar*, que queria dizer, comer o pão com a vianda; e *nemichalda*, o que tanto valia como agora *nemigalha*, segundo se declarou, poucos dias ha, uma velha, que por isto foi perguntada, dizendo ela esta palavra; e era a velha a este tempo, quando isso disse, de cento e dezasseis anos de sua idade... *acarão* quer dizer junto ou a par; e *samicas*, que significa por ventura, e outras piores vozes ainda agora as ouvimos e zombamos delas... muitas vezes algumas dicções, que ha pouco são passadas,

são já agora muito avorrecidas, como: *abem, ajuso, acajuso, a suso, e hogano, algarrem*, e outras muitas; e porém se estas e quais outras as meteram em mão de um homem velho da Beira ou aldeão, não lhe parecerão mal, etc.» (p. 80 e 82). Da observação dos fenómenos de arcaísmo da língua, é Fernão de Oliveira levado para a compreensão das formas dialectais: «também se faz em terras esta particularidade, *por que os da Beira tem umas falas, e os Dalentejo outras*; e os homens da Estremadura são diferentes dos d'Antre Douro e Minho; por que assi como os tempos, assi também as terras criam diversas condições e conceitos; etc.» (p. 85). «E também se este verbo *nego* servia em lugar de conjunção, e valia entre os velhos como *senão*, e ainda agora assi vai na Beira.» (p. 118).

O desenvolvimento dos neologismos era provocado pelos novos progressos da vida civil no século XVI; Fernão de Oliveira nota este facto: «o costume novo traz à terra novos Vocábulos; como agora pouco ha, trouxe este nome *picote*, que quer dizer burel; do qual por que de fora trouxeram os malgalantes o costume, ou para melhor dizer o desdém de vestir o tal pano, trouxeram também o nome com esse costume; e *alquice*, também pouco é vestido da nossa terra, por isso também traz o nome estrangeiro consigo. E *arcabuz*, ha sete ou oito anos pouco mais ou menos, que veio ter a esta terra com seu nome dantes nunca conhecido nela.» (p. 69). «Tomemos a falar das dicções alheias, as quais também com algum trato vem ter a nós como de Guiné e da índia, aonde tratamos, e com arte não somente quando a arte vem novamente a terra, como veio a da Impressão; mas também nas artes já usadas, quando de novo usam algum costumes os alfaiates em vestidos, e os sapateiros em calçado, e os armeiros em armas de novas feições, e assim os outros; porque os homens falam do que fazem, e portanto os aldeãos não sabem as falas da corte, e os sapateiros não são entendidos na arte de marear, nem os lavradores d'Antre Douro e Minho entendem as novas vozes que este ano vieram de Tunis com suas gorras.» (p. 70).

Estas três correntes do *Arcaísmo*, da *Dialectologia* e do *Neologismo* são uma revolução menos radical, de que as modificações operadas nos *sons*, nas *formas* e *construções* da língua portuguesa no século XVI, como vamos ver pelas próprias observações de Fernão de Oliveira:

a) *As alterações fonéticas*. – Da mudança do *l* por *r*, fixando-se o seu uso no século XVI, diz o velho gramático: «saberemos que a forma e melodia da nossa língua foi mais amiga de ser sempre *r* onde agora escrevemos às vezes *l*, como: *gloria* e *flores*, onde diziam *gloreia* e *frores*, e também outras partes com'estas.» (p. 35). «...*polo conselho de meus amigos*, em lugar de *por* o conselho de meus amigos. *Pul-a mão*, por puz a mão...» (p. 42). As alterações fonéticas desta época, correspondem às duas correntes, a *popular*, que tende a modificar os sons latinos, e a *erudita*, que tende a restabelecê-los artificial e inorganicamente, como se vê em *trauto*, *auto*, substituídos no século XVI por *tracto*, *apto* e *acto*. Na diferenciação do português medieval para o português clássico ou quinhentista, nota-se a queda do *d* medial nas segundas pessoas do plural dos verbos; ex.: *digades*, *digaes*; *faredes*, *fareis*; *sodes*, *sois*. Fernão de Oliveira nota a indisciplina da pronúncia da primeira pessoa do presente do indicativo do verbo *ser*: «o verbo substantivo, o qual uns pronunciam em *om*, como *som*, e outros em *ou*, como *sou*; e antes em *ão*, como *são*, também outros que eu mais favoreço em *o* pequeno (breve) como *so*. Do parecer da primeira pronúncia com *o* e *m*, que diz, *som*, é o mui nobre João de Barros, e a razão que dá por si é esta, que de *som*, mais perto vem a formação do seu plural, o qual diz *somos*. » Preponderou a opinião de Fernão de Oliveira no uso definitivo.

b) *As alterações morfológicas.* – Decaíram do uso alguns sufixos, como o *mento*, tão peculiar dos substantivos no século XV; Fernão de Oliveira notou este facto: «os quais velhos também foram amigos de pronunciar uns certos nomes verbais em *mento*, como *comprimento*, *afeiçoamento*, e outros que já agora não usamos.» (p. 99). Por efeito da imitação latina pelos eruditos, o emprego do sufixo *mente* nas formas do advérbio tornou-se mais raro: «e não todos os que sinificam calidade acabam em *mente*, por que já agora não diremos *prestemente*, como disseram os velhos, nem *raramente*.» (p. 98). A forma quinhentista era *presto*, raro. A forma em *om* dos substantivos passou para *ão*, complicando assim a formação dos plurais: «se olharmos ao singular antigo que já tiveram, não mudam tanto como agora nos parece, porque estes nomes todos os que se acabam em *ão* ditongo, acabaram-se em *om*, como *liçom*, *podom*, *melom*, e acrescentando um *e* e *s*, formavam o plural *lições*, *podões* e *melões*, como ainda agora fazem; e outro tanto podemos afirmar dos que fazem o plural em *ães*, como *pões*, *cães*, dos quaes antigamente era o seu singular *pam*, *cam*, cujo testemunho ainda agora dá Antre Douro e Minho.» (p. 108). A alteração morfológica do infinito *poer* (ponere) em *pôr* é notada por Fernão de Oliveira: «este verbo *ponho*, *poes*, faz o seu infinito em *ôr*, dizendo *pôr*, o qual todavia já fez *poer* e ainda assim ouvimos a alguns velhos...» (p. 114). Os participios dos verbos da segunda conjugação, que eram formados em *udo*, como vemos nos Cancioneiros e Ordenações Afonsinas, alteram-se em *ido* confundindo-se com os participios da terceira conjugação, posto que este fenómeno característico do século XVI se manifeste já de épocas mais remotas.

c) *Alterações sintáticas.* – As modificações na sintaxe de uma língua não são fáceis de dar-se como as fonéticas e as morfológicas, posto que sejam solidárias entre si; estabelecido uma vez o organismo de uma língua, mantém-se, embora o vocabulário se renove completamente e a sua morfologia varie. A construção sintáctica apenas está sujeita à influência individual, no que respeita ao estilo, mais ou menos elíptico e figurado. Na época quinhentista a língua portuguesa não sofreu alterações sintáticas, transformando-se contudo completamente o estilo; escritores como Gil Vicente e Jorge Ferreira aproximam-se da elocução popular, outros imitam as construções latinas, tomando Tito Lívio como o modelo das narrativas históricas, Horácio e Virgílio como normas da linguagem poética.

Fernão de Oliveira acusa os gramáticos do abuso da aproximação forçada da língua portuguesa da latina: «dando noticia dos *casos* a seus principiantes, e quão mal o eles entendam se mostra no pouco proveito que lhes com isso fazem, e mais lhes parecem que podem ensinar a falar com cerimonia mudas.» (p. 101). João de Barros cometeu este erro na sua *Gramática*, e o desvairamento erudito mostra-se no esforço de escreverem versos em português podendo ler-se com inflexão latina.

Poucos livros portugueses estavam publicados, quando Fernão de Oliveira quis constituir a nossa disciplina gramatical; precisava de autoridades escritas, e muitas vezes teve de abonar-se com o uso oral: «neste vocábulo *convém* a saber, ao qual podemos dividir e dizer *como vem* a saber. Porque assi o ouvi pronunciar poucos dias ha no púlpito ao muito reverendo padre mestre Baltazar, da Ordem do Carmo, cuja língua eu não tenho em pouco antre os portugueses.» (p. 53). Quanto ao uso de escrever e pronunciar *até* ou *té*, abona-se com mais autoridades orais: «Antre os quais eu contarei três não de pouco respeito na nossa língua: antes se ha de fazer muita conta do costume do seu falar, e são estes: *Garcia de Resende*, em cujas obras eu li no *Cancioneiro Português*, que ele ajuntou e ajudou. E *João de Barros*, ao qual eu vi afirmar que isto lhe parecia bem; e o mestre Baltazar, com o qual falando lhe ouvi assi pronunciar este advérbio que digo, sem *a* no começo; e contudo a mi me parece o contrairo; e ao

contraíro o uso dando-lhe *a* no começo, assim como o damos a muitas dicções, segundo o que fica dito.» (p. 77).¹⁴⁰ Cita igualmente a autoridade de dois poetas do *Cancioneiro geral*, Jorge da Silveira (p. 107) e Nuno Pereira (p. 108) para a formação de certos plurais, e para as interjeições, *Gil Vicente* (p. 32). Fernão de Oliveira bem conhecia que era cedo ainda para fixar a sintaxe portuguesa, abstraindo das variações do estilo, e por isso diz: «Nesta derradeira parte, que é da constituição ou composição da língua não dizemos mais, por que temos começada uma obra em que particularmente e com maior cumprimento falíamos dela.» Não chegou a aparecer esta obra; é ainda hoje a parte falha dos estudos glotológicos.

A Gramática de João de Barros (1539). – O insigne historiador das *Décadas* também compôs uma Gramática, que ele considerava a primeira escrita na língua portuguesa; exemplificando o uso do nome próprio desacompanhado de artigo, diz: «*João de Barros foi o primeiro que pôs a nossa linguagem em Arte*, e a memória de António, seu filho, que a levou ao príncipe nosso senhor, não será esquecida. » Como se sabe pelo próprio João de Barros e por Severim de Faria, esta Gramática foi escrita para por ela ser ensinado o príncipe D. Filipe, que então tinha por mestre o pregador Fr. João Soares, que o fora da infanta D. Maria: Escrita em 1538, esta Gramática foi publicada logo no ano seguinte pela avidez do livreiro; vem confundida com um catecismo religioso; com este livro começou o célebre alfabeto por *arte memorativa*, com as vinhetas ainda hoje populares: *A, árvore; B, besta; C, cesta; D, dado*; etc. João de Barros teve a intuição do critério comparativo nas línguas românicas, conhecendo a utilidade da comparação do italiano, francês e espanhol, sem contudo o ter aplicado. A monomania da erudição humanista leva-o a conformar artificialmente o português com o latim, tomando assim improficuas muitas observações da sua *Gramática*.

Quanto ao *Arcaísmo*, cita poucos factos de persistência: «*E apraz, jaço*, carecem de participio em boa linguagem; porque os rústicos o formam muitas vezes.» (p. 139). João de Barros era a favor dos arcaísmos: «Não somente os que achamos per escrituras antigas, mas muitos que se usam *Antre Douro e Minha, conservador da semente portuguesa*: os quais alguns indoutos desprezam por não saberem a raiz donde nadem.» (p. 225).

Com o *Neologismo* não é este gramático tão complacente por causa do purismo clássico; ele indica alguns neologismos resultantes da actividade social: «mas agora em nossos tempos com ajuda da impressão, deu-se tanto a gente castelhana e francesa a traduções latinas, usurpando vocábulos, que os fez mais elegantes do que foram ora ha cinquenta anos. Este exercício, se o nós usáramos, já tivéramos conquistada a língua latina, como temos África e Ásia; à conquista das quais nos demos mais que às traduções latinas. E o sinal desta verdade, é que não somente temos vitória destas partes, mas inda tomámos muitos vocábulos; como podemos ver em tôdolos que começam em *al* e *xa*, e os que acabam em *z*, os quais são mouriscos. E agora da conquista da Ásia tomamos *chatinar*, por mercadejar; *beniaga*, por mercadoria; *lascarim*, por homem de guerra; e outros vocábulos, que são tão naturais na boca dos homens que naquelas partes

¹⁴⁰ Duas vezes é aqui citado o P.^o Mestre Baltazar, como autoridade gramatológica. Não se acha o seu nome na *Biblioteca Lusitana*, por não ter deixado escrito impresso ou mesmo inédito. Na *Chancelaria do D. Manuel*, L. 39, fl. 76 v^o, acha-se registada uma carta de 24 de Abril de 1521, confirmando a sua eleição para lente da cadeira de prima da Faculdade de Teologia, vaga pelo falecimento do Dr. Frei João Claro. Nas Escolas gerais do Estudo de Lisboa, em 14 de Abril desse ano ao Geral onde se lê os Cânones, sendo reitor Rui Gonçalves de Maracote, e que se procedera à eleição em que votaram conselheiros, deputados e escolares; eram também opoentes (opositores) mestre João Francês, os bacharéis F. Diogo Nogueira, dominicano, e Frei Luís, franciscano. Entre 24 votantes, obteve Mestre Baltazar 14 votos, e *havido consequentemente por eleito*.

andaram, como o seu próprio português.» (p. 224).

Com a sua preocupação de retórica, João de Barros não vê nas *alterações fonéticas* mais do que figuras, paragoges, barbarismos. Esse resto de galeguismo, aristocrático nos Cancioneiros do século XIV, e popular ainda além do século XVI, considerava-o ele como a figura antítese: «como quando dizemos *dixe* por *disse*.» (p. 165). Chama paragoge esse outro facto natural da fonética popular: «como se faz nos rimances antigos, que por fazerem consoante diziam – os que me soem *guardare* – por guardar.» (p. 163).

Porém sobre as *alterações morfológicas* provenientes dos Neologismos, apresenta João de Barros uma concepção justa; diz ele do emprego do infinito: «por que os meninos quando começam formar nossas palavras, primeiro conhecem a ele, que algum outro modo, e por ele os ensinam suas madres. Os bárbaros que vem a nosso serviço dele começam como em primeiro elemento de formação verbal.» (p. 141). Por fim chama barbarismo às alterações fonéticas e morfológicas que a nossa vida histórica causava na língua: «E em nenhuma parte da terra se comete mais esta figura da pronunciação do que nestes remos, por causa das nações que trouxemos ao jugo do nosso serviço.» (p. 161). João de Barros compreendeu que era este o momento histórico em que a língua portuguesa, mau grado a corrente *castelhanista*, constituía a sua disciplina gramatical; mas sob o jugo da gramática latina, não soube observar as tendências dela, tornando-se por isto culto.

2º o *Humanismo italiano*. – Neste esforço da dissolução da Idade Média e de combate contra o Escolasticismo dominante nas Universidades, acordando o sentimento humano pela emoção das obras-primas da Antiguidade heleno-romana, cabe a gloriosa iniciativa à Itália; não lhe foi preciso o refúgio dos sábios bizantinos depois da queda de Constantinopla em poder dos turcos, para começar esse renascimento da antiguidade clássica. «Na sua essência, como observa Kestner, a cultura italiana conceber-se-ia sem a antiguidade; ela é um fruto do génio nacional vazado em um molde antigo, e a sua expressão é tomada da civilização greco-latina. – Pela substância das suas ideias e dos seus sentimentos, como pela forma que revestem, a Renascença rompe com a Idade Média, criando uma vida nova, que da Itália se difunde por toda a Europa». Daqui a razão da sua iniciativa nesta corrente dos estudos humanistas; como considera Burckardt, na *Cultura da Renascença na Itália*, aí o homem do povo distanciava-se pouco do homem instruído, para se interessar pelas coisas de arte e de arqueologia, como se não davam os separatismos por nascimento; esboçavam o homem moderno sem preconceitos religiosos nem sociais, patenteando individualidade moral e espiritual.

Fora das Universidades fulgiam as altas capacidades, que eram procuradas como mestres, vindo de longe discípulos receber a sua cultura, como aconteceu com Angelo Policiano. Na Itália apareciam as individualidades excepcionais, enciclopédicos de um saber geral universalista a esta categoria pertenciam Leonardo de Vinci, Miguel Angelo e Baptista Alberti.

O espírito da Renascença, demolindo o saber do Escolasticismo das Universidades e acordando o individualismo abafado pela credulidade religiosa, não poderia propagar-se se não tivesse sido protegido pela realeza, como um motivo para o seu esplendor. Os déspotas lisonjeiam os humanistas, atraem-nos com bons partidos. O prurido da cultura clássica, começa em Portugal com D. João II, que se carteava com Angelo Policiano; seguia o que estava em moda na corte de Fernando e Isabel de Castela, com que se ligara pelo casamento do príncipe D. Afonso. A católica rainha aprendera o latim com D. Beatriz Galindo, a *Latina* por antonomásia as damas da sua corte, D. Joana de Contreras, D. Isabel de Vergara, D. Francisca de Nebrixa, D.

Francisca Pacheco, também estudaram latim. O reflexo determinou esse entusiasmo nas damas da corte portuguesa sob D. Manuel e D. João III; era ao que o poeta do Cancioneiro geral Aires Teles chamava o *sino de latim* horóscopo dos que nasciam sob este prurido palaciano. Para a corte de Castela foram chamados mestres de Itália, eruditos como Pedro Martir d'Angleria, Lucio Martineo Siculo e os irmãos Geraldinos. Nesta corrente o nosso Aires Barbosa, regressando dos seus estudos clássicos de Florença, inaugura com Nebrixa o ensino da língua grega em Espanha. Reconhecendo esta iniciativa portuguesa escreve Menendez y Pelayo. «Nebrixa auxiliada por Aires Barbosa deram aos estudos humanistas o fervor e a *organização definitiva* que haviam de conservar no glorioso século XVI.» (*Antol.*, vol. V, p. XI). O mestre escolhido para D. João III quando príncipe foi Luís Lobo Teixeira, um dos quatro filhos do chanceler João Teixeira, que foram discípulos de Angelo Policiano; ele regeu em Ferrara uma cátedra de prima de leis por instância do Duque Ercoles 2º, Hermínio Caiado, que estudara humanidades em Portugal com Cataldo Sículo, e laureado em jurisprudência em Bolonha, na dedicatória de sua Égloga chama-lhe *eloquentiae ipsius alumnus*.

Em todo o reinado de D. Manuel conservou a aristocracia portuguesa o costume de ir frequentar os pedagogistas italianos, influenciando essa direcção na reforma da Universidade de Lisboa em 1504. A Itália foi verdadeiramente a pátria do Humanismo, «por que a obra dos Alexandrinos estava sepultada com os próprios objectos das suas investigações; e a obra dos Bizantinos não exercia influência alguma sobre o movimento dos espíritos na Europa —, faltava-lhe completamente a qualidade constitutiva da ciência, o espírito crítico.»¹⁴¹ Foi, porventura, mais por este espírito crítico do que pela expressão monumental latina, que D. João II convidava Angelo Policiano a escrever a História de Portugal, que também D. João III a queria ver narrada por Paulo Jovio. Cataldo Sículo, que por 1482 professara retórica em Pádua, foi chamado a Portugal para dirigir a educação de D. Jorge de Lencastre, bastardo de D. João II e a de D. Manuel. A *Arte nova*, que Nebrixa fizera a pedido da rainha Isabel, sob a influência dos seus estudos em Itália, veio destronar a *Arte velha*, de Pastrana, continuador dos velhos métodos de Alexandre Villa Dei, Raban Mauro e Garland, os gramáticos medievais. Nas universidades italianas, em Pisa, Bolonha, Ferrara, Pádua, Turim e na Sapiência romana, professam teologia, cânones, jurisprudência, medicina e filosofia dezenas de portugueses, que aí tinham recebido a cultura da Renascença. Estêvão Cavaleiro, professor de gramática latina na Universidade de Lisboa. foi à Itália tomar-se peritíssimo no grego, e cabe-lhe a glória de ter tido por discípulo André de Resende. Aires Barbosa, natural de Aveiro, depois dos estudos em Salamanca, foi para Florença ouvir as lições de Angelo Policiano, onde teve por condiscípulo João de Médicis (Leão X); depois de ter professado vinte anos retórica, latim e grego, como cooperador e continuador de Nebrixa, vem para Lisboa, chamado por D. João III para mestre dos cardeais infantes D. Afonso e D. Henrique, seus irmãos, falecendo ao fim de sete anos, em 1530. Era um exímio poeta latino. Nebrixa deixara-lhe em testamento o encargo de rever as suas obras. Aquiles Estaço, nascido em 15 de Junho de 1524, foi discípulo de André de Resende no latim e letras humanas em Évora, frequentando Lovaina e Paris, entregando-se ao estudo dos escritores gregos e latinos, na intimidade de Paulo Manúcio. Foi para a Universidade da Sapiência de Roma, sendo o bibliotecário da Livraria manuscrita do cardeal Sforzia, e não aceitando a nomeação para secretário do Concílio de Trento, Pio V, nomeou-o secretário das cartas latinas. Para idêntico serviço o chamaram D. Sebastião e o Cardeal D. Henrique, preferindo a vida em Roma, entregue aos estudos dos textos de Cícero, de Horácio, Catulo, Tibulo, Calimacho,

¹⁴¹ Hillebrand, Introdução à *História da Literatura grega* de Otfried Muller.

comentando-os, e traduzindo obras dos PP da Igreja. Fundou a biblioteca Staciana, onde se conservam os seus manuscritos; faleceu em 28 de Setembro de 1581.

O século XV fora a idade de ouro do humanismo na Itália; então, nas cidades, nas cortes principescas, nas famílias nobres, os eruditos são os secretários, os conselheiros, os preceptores, os redactores dos documentos oficiais mais solenes. A decadência foi resultante de um progresso; apareceram outros humanistas primaciais como Erasmo, outros focos de cultura como os Colégios de Paris e a Universidade de Lovaina, generalizaram-se pela imprensa os textos críticos das obras clássicas, e a crítica filológica despendeu-se na discussão da Reforma, que veio dar o destino social ao livre espírito. A Renascença acentuava uma tendência dominante na civilização, que desde a Idade Média se ia homologando em todos os estados da Europa. Diversas as nacionalidades modernas, o espírito cosmopolita fá-las assimilar as mesmas influências da *literatura*, da *religião* e da *filosofia*, vulgarizando as indústrias, alargando as relações comerciais e organizando os mesmos trabalhos científicos. Pela influência da Pedagogia em um sistema de instrução pública cria-se o homem moderno, mais do que nacional, europeu. E quando a dissolução da Idade Média se efectuava pelo êxito da Renascença e a unidade potente da Igreja era abalada pelo Protestantismo –, «formava-se, como diz Burckardt, um novo meio espiritual, que da Itália se difundiu por toda a Europa e se tornava uma como atmosfera moral comum aos espíritos esclarecidos».

O antagonismo da Gothia e da Renascença, reflectiu-se capitalmente na Arte; já no tempo de D. João II se obedecia na Arquitectura à influência italiana introduzida por André Contucci; a tradição medieval reagiu, no reinado de D. Manuel, com o *gótico florido*, que embora seja designado pelo nome de *manuelino*, aparece também em Espanha, como observa Raczynski, tendo o carácter geral de uma reacção do gótico contra o estilo clássico propagado por Baltazar Peruzzi, Bramante e Rafael. No *Auto da Ave-Maria*, de António Prestes, pergunta um oficial ao Diabo «a que vem a esta terra?» Ao que o personagem maligno responde:

Mostrar mi saber, mis manos;
suena allá *que lusitanos*
su gusto aora se encierra
en edificios romanos.

Na Pintura caracterizou nitidamente esta reacção da escola italiana contra a influência ou género flamengo e alemão, o sábio crítico da arte Raczynski, «na época de D. João III entre 1530 e 1550». (*Lettres*, p. 176). Na Ourivesaria, também Garcia de Resende na Miscelânea proclamava os italianos: *Ourivises e Escultores – são mais sutis e melhores*. Francisco de Holanda, que se educou na Itália (1517-1584) e em Roma gozou a intimidade de Miguel Angelo, Júlio Clóvio, Sebastião dei Piombo e do erudito Lactâncio Tolomei, não cita nos seus *Diálogos da Pintura* os nomes de Grão Vasco e de Nuno Gonçalves. Na Poesia a revolução literária foi completa; o Auto vicentino é substituído pela Comédia italiana e pela Tragédia clássica; a Trova das endechas e esparsas é substituída pelo hendecassílabo. E isto que se passava em Portugal era simultâneo nas outras nações modernas.

3º *Humanismo francês*. – Os estudos na Europa estiveram sempre sob a influência das Universidades de Bolonha e Paris, conforme se procurava o conhecimento do Direito, de que a Itália era o foco mais activo, ou o da Teologia, de que Paris era o centro nas disciplinas escolásticas. Quando em um país predominava o espírito democrático, era na Itália que a inteligência procurava a orientação; se

prevalecia sobre todos os outros poderes a autoridade monárquica, para Paris, cidade monárquica, os reis enviavam os seus estudantes. No reinado imperialista de D. Manuel terminam as garantias locais foraleiras, acaba o costume das beatrias e implanta-se um franco absolutismo; correlativamente é para Paris que se dirigem os alunos portugueses, entre os quais se distinguiram os grandes pedagogistas Gouveias. Com a reforma da Universidade de Lisboa em 1504, pode determinar-se a época em que em Portugal se implanta o humanismo francês; D. Manuel avocou a si o poder de fazer estatutos para a Universidade, seguindo em tudo o sistema da Universidade de Paris. Muitos dos costumes escolares existentes foram decretados ou confirmados por D. Manuel. É nesta reformação que se acha consignado o costume da *troça* ao doutorando, o *Actus gallicus*, a que nas Universidades espanholas se chamava o *Vejamen*, e que em Lisboa devia ser feito «em linguagem, per palavras honestas de alguns defectos para folgar, que não seja muito de sentir.» A corrente francesa dominava no ensino, como vemos por outros factos; em 1516 o rei manda vir de França o Dr. Diogo de Gouveia para opor à cadeira de véspera de teologia, sendo em 1517 provido Mestre João Francês. A Universidade reagiu contra muitas das determinações de D. Manuel, como se infere de um alvará de D. João III. Desta luta resultou a segunda reforma da Universidade em 1537, por D. João III, que a transferiu para Coimbra, incorporando nela as Escolas do Mosteiro de Santa Cruz, e entregando o seu governo ao Prior como Cancelário; as Escolas do Mosteiro de Santa Cruz eram regidas por professores vindos de Paris, o que acentuava mais o carácter do humanismo francês. Depois de 1526, quando Francisco I perdeu o domínio da Itália, e muitos eruditos, filólogos, poetas e artistas italianos se refugiaram em França, deslocou-se o foco da Renascença; o casamento de Francisco I com D. Leonor de Áustria, viúva do rei D. Manuel, fazendo com que se estabelecessem maiores relações entre as duas cortes, a mocidade portuguesa preferiu também as escolas de Paris. Já em 1520 figura como *principal* do Colégio de Santa Bárbara Diogo de Gouveia, o antigo; sucessivamente brilham à frente do mesmo estabelecimento pedagógico André de Gouveia, em 1530, o mestre eminente de Montaigne e de Rabelais; em 1534 Diogo de Gouveia, o moço, e em 1540 outra vez Diogo de Gouveia, o antigo. Na *Crónica dos Cónegos Regrantes* descreve-se a reforma das Escolas do Mosteiro de Santa Cruz, no período de 1527 a 1547; o padre Damião, que estudara em Paris, indigitou os Mestres que deviam ser convidados, vindo de Paris Pedro Henriques e Gonçalo Álvares para mestres de gramática grega e hebraica, e Dionísio de Moraes, para ler cânones. Com este pessoal vindo de Paris se reorganizou a Universidade em 1537. No Regimento de 9 de Novembro de 1537, dado por D. João III à *Universidade dos Estudos de Coimbra*, ordena «que os lentes leiam em latim, e o Reitor mandará que se cumpra assi»; e mais: «que os escolares das portas das escolas para dentro *falem latim*.» Em uma Notícia das Escolas, ao tratar dos estudantes se lê: «*A todos é opróbio falar, salvo em latim ou grego*.» Assim a Renascença reagia pelo seu fervor humanista contra o desenvolvimento das línguas vulgares.

Pedro de Mariz fala no seu Diálogo quinto da reforma da Universidade em 1537, dizendo: «houve também outros muitos neste primeiro principio, que sucessivamente lhes sucederam, também *filhos da Universidade de Paris*, que ilustraram esta notavelmente; como foi o doutor Lopo Galego, Ignacio de Moraes, Belchior Belliago, o mestre André de Resende, o Caiado, todos portugueses; e Nicolau Clenardo, e outros muitos, que em letras de humanidade foram eminentes.» Na visita que fez Clenardo a Coimbra em 1537, fala do professor de grego Vicente Fabrício «que explicava a Homero, não como quem o traduzia do grego para latim, mas como quem na mesma Atenas o estivesse lendo». Em outra carta, Clenardo fala da amizade ao doutor de Paris João Petit, sem a presença do qual «recearia ser-me impossível continuar a estar até hoje

entre os portugueses». Desta reforma dos estudos saíram os principais génios da Literatura portuguesa, como Camões, que frequentava a Universidade de Coimbra, por 1542.

Em 1547, D. João III tentou uma nova reforma da Universidade; fundou o *Colégio Real*, encarregando André de Gouveia de convidar os professores franceses que vieram para Portugal do Colégio de Guienne em Bordéus. Pode talvez atribuir-se esta reforma à necessidade de emancipar a Universidade da dependência do Colégio de Santa Cruz, seguindo nisto a Universidade de Paris que prevaleceu sobre os Colégios; André de Gouveia trouxe para Portugal o célebre Jorge Buchanan e seu irmão Patrício Buchanan; Nicolau Grouchy (1520-1572) elogiado por De Thou; Guilherme Guerente, celebrado por Montaigne como autor de tragédias latinas; Elas Vinetus e Amaldo Fabrício; com estes vieram o célebre Diogo de Teive, e João da Costa e António Mendes, distintos nos estudos em Bordéus. Sobre a importância pedagógica de André de Gouveia, basta lembrar as palavras de Montaigne: «*feut sans com paraison le plus grand principal de France.*» (*Essais*, liv. IV, c. 25). Desta época data a corrente do gosto literário, de que o Dr. António Ferreira, educado em Coimbra e autor da tragédia clássica *Castro*, é o superior representante.

Entre as Denúncias feitas à Inquisição de Lisboa, há uma de 4 de Setembro de 1550, bem característica da reacção que os Jesuítas promoviam contra o Humanismo francês em Portugal: «No dia 4 de Setembro compareceu Pedro Luz Monteiro, filho de Álvaro Luz e cavaleiro fidalgo da casa de El-Rei, morador em Setúbal, que disse ter estado em França no *Colégio de Bordéus* e daí foi para Paris para o *de Santa Bárbara*, por o português Francisco de Lucena, agora na Índia, lhe ter dito mal do de Bordéus. Quando chegou a Paris disse-lhe Mestre Diogo de Gouveia, o velho, que folgasse de não ficar em Bordéus, por dizerem que lá havia muitos luteranos, e que muito lhe pesava terem sido de lá chamados por El-rei para Coimbra. Disse que em Bordéus tinham sido seus professores Mestre João da Costa, Diogo de Teive e Jorge Bucanano. Que, indo de uma vez a Flandres para buscar dinheiro, fora seu companheiro D. Lopo de Almeida, irmão do Conde D. Lopo, *que não servia de nada tirar barrete a santos*, se rira dos seus temores do Purgatório, negando-lhe existência, falando contra a confissão, jejuns, poder do papa, dizendo que os homens de talento seguiam a seita luterana como eram os professores da Universidade de Bordéus, Mestre André de Gouveia e seu irmão António de Gouveia, que tinha casado em França, Mestre João da Costa, Mestre Diogo de Teive, Mestre Jorge Bucanano, e António de Barros, filho de João de Barros, feitor da Casa da Índia. D. Lopo de Almeida convivia de perto com os Mestres mencionados e em Paris com os sobrinhos do bispo de Tânger. A testemunha conviveu em Paris com Aquiles Estaço. Encontrando-se a testemunha em Bucelas com António de Barros, perguntou-lhe se era luterano, o que ele negou queixando-se de D. Lopo o ter dito. A testemunha era de 24 anos de idade. (Nota: *Foi preso dom Lopo e os outros de quem aqui se fala.*)»

Em 4 de Maio de 1552, fez-se esta outra denúncia:

«No dia 4 de Maio compareceu o licenciado Jorge de Sá, médico, natural de Coimbra, que denunciou Mestre Fabrício, lente de grego na Universidade de Coimbra, porque quando ia ouvir missa levava os *Diálogos* de Luciano, apóstata, segundo o denunciante ouviu a D. Basílio cônego de Santa Cruz e ao Dr. António Correia, irmão do denunciante. Mestre Fabrício comia carne às sextas-feiras e mais dias defesos, assim como um livreiro de Coimbra, Henrique de Colónia. Também desta vez impedira de rezar um criado. (Nota à margem: *Parece caso para prover.*)»¹⁴²

¹⁴² Destas prisões se trata na *História da Universidade de Coimbra*, t. I, cap. VI, p. 485 a 592.

Dava-se na Europa uma crise profunda no ensino; o espírito *científico e filosófico* reagia contra a falsa direcção teológica e dialéctica, de que o Protestantismo era a deplorável consequência.

Onde havia liberdade mental prevaleceu o regime científico; nas nações ocidentais, a intolerância religiosa impôs-se pela reacção católica violentamente na Inquisição, perfidamente pelos Colégios jesuíticos. D. João III, que admitira a Inquisição em 1536, acabou por entregar o ensino público aos Jesuítas, que absorvendo o *Colégio Real* no seu *Colégio das Artes*, pelas dependências pedagógicas se apoderaram da Universidade de Coimbra. O Dr. Diogo de Gouveia, o velho, recomendara a D. João III a nova instituição de Loyola, orgulhando-se de ser co-fundador da Companhia, e na cultura humanista queria que os estudantes fossem *mais católicos e menos latinos*. Os professores trazidos a Portugal por Mestre André de Gouveia uns foram arrojados aos cárceres estreitos e infectos da Inquisição, como Jorge Buchanan ¹⁴³, Diogo de Teive, Dr. João da Costa, outros expulsos do ensino e de Portugal, fechada a escola de André de Resende pelo influxo dos fautores da *austera, apagada e vil tristeza* com que terminou a época fecunda dos Quinhentistas.

4º *O Humanismo alemão*. – Suscitada a actividade da inteligência pelo fervor da Renascença, ficaria esse movimento confinado na esfera mental, se lhe não desse o simultâneo acordar da consciência todo o seu relevo social. A Reforma completou essa grandiosa revolução do século XVI. Como observa Kestner: «O espírito da Reforma foi seguramente mais longe do que a Renascença. – Restringindo-se sobre um pequeno número de pontos, ele tinha a vantagem de abrir brecha nas profundezas sociais, onde a luz da Renascença só muito tarde poderia penetrar em consequência dela. – Historicamente, é certo que a constituição da sociedade moderna teria sido impossível se a Reforma não tivesse quebrado os liames que se opunham ao seu advento.» Mais alto do que o acordar o sentimento de duas nacionalidades, a alemã e a inglesa, para o novo equilíbrio europeu, foi o efeito do conflito dos Poderes temporal e espiritual, forçando-os a uma remodelação.

André de Resende na *Oratio pro rostris*, lida na inauguração dos estudos na Universidade de Lisboa em 1534, para despertar o interesse intelectual no nosso país, invoca a corrente humanista alemã: «Possem utriusque rei exempla non pauca in medium adducere, non jam ex *Italia*, ipsa studiorum altrice, verum etiam ex *Gallia*, ex *Britania*, ex *Germania*, nostra hac aetate cum *Italia* de litterarum palma contendente, et denique ex Sarmatia omnium quondam terrarum barbarissima. Quereria Resende por estas palavras incitar-nos pela alusão ao movimento intelectual na Alemanha, acordada por Lutero, e até pelo exemplo da Polónia atrasadíssima; e ele, que viajara pela Itália e Flandres, confessa que éramos mal vistos: «*quibus Lusitanum nomen gratiosum non est.*» Todo esse impulso literário irradiava de um foco, Erasmo, que sem acompanhar a Reforma, acordava os espíritos pela livre crítica. Este influxo mental penetrou em Espanha, onde às novas concepções da Renascença se dava o nome de *Erasmismo*; e contra a reacção fradesca que sentia o efeito da nova disciplina, correu o ditado do bom-

¹⁴³ Em 6 de Junho de 1906, celebrou-se o 4º Centenário de George Buchanan em Edimburgo, pela grande acção nas lutas da Reforma no seu tempo. Preso pela Inquisição de Coimbra com os outros professores do Colégio Real, foi mandado para os cárceres de Lisboa, onde jazeu dezoito meses, sofrendo os apertados interrogatórios de quatro audiências sendo condenado a prisão ao arbítrio da Inquisição no Mosteiro de S. Bento de Xabregas, onde permaneceu ainda oito meses. Conseguiu safar-se para Inglaterra, em Março de 1552, em uma embarcação de Creta. Retomou o seu lugar na Universidade de Paris, que ocupou até 1561, sendo então nomeado preceptor da rainha Maria Stuart. Indignado com ela, depois do assassinio do seu primeiro marido, lançou-se à frente da Reforma, ajudando Knox Melville e merecendo a confiança da rainha Isabel. Faleceu, com setenta e seis anos, em 28 de Setembro de 1582.

senso vulgar:

Quien dice mal de Erasmo
ó es fraile, ó es asno.

Na citada *Oratio pro rostris*, lida por André de Resende na abertura da Universidade de Lisboa em 1534, proclama Erasmo, o primeiro crítico do seu século: «Desiderius Erasmus, acerrimi vir iudicii, alterque nostri seculi in iudicandis scriptoribus Aristarchus.» Na sua ingenuidade, D. João III teve a insensatez de convidar Erasmo para a Universidade de Lisboa. Não era preciso tanto; mesmo de longe, poderia esse espírito actuar elevando o ensino como se viu na Universidade de Lovaina; aí frequentava os estudos Fr. Diogo de Murça, o activo organizador da reforma da Universidade de Coimbra em 1547.

Damião de Góis, um dos mais altos espíritos do século XVI, foi amigo íntimo de Erasmo, seu hóspede por alguns meses, auxiliando, com os seus capitais, a publicação das obras completas do grande humanista. Nas confissões impostas pelo tribunal da Inquisição, que processara e condenara o incomparável cronista, acham-se belas páginas autobiográficas: «Depois que vim a Portugal... El-Rei e os Infantes seus irmãos, e outros senhores do Reino, me perguntaram com muito gosto, e mui particularmente pelo discurso de minhas peregrinações, falando-me em Lutero e nas coisas da Alemanha... e por El-Rei saber que vira eu já *Erasmo Rotherdamo e que éramos amigos, me perguntou per algumas vezes se o poderia eu fazer vir a este Regno pera ele servir em Coimbra...*» Na tradução da obra de Cícero *Catão Maior ou Da Velhice*, publicada em Veneza em 1538, Damião de Góis torna a referir-se à sua intimidade com Erasmo: «Nem deixarei de recitar o que daquele prudentíssimo e gravíssimo Erasmo, neste nosso áureo e doutíssimo século príncipe de toda doutrina e eloquência, sobr'este negócio algúas vezes, juntamente com muitas santíssimas confabulações (*per espaço de cinco meses que com ele em Friburgo de Brisgoia pousei*) entre nós ouvi afirmado não ter achado no estudo cousa mais árdua que traladar (traduzir) nem digna de mor louvor fazendo-se bem, nem pelo contrário de mor repreensão.» E procurando desculpar-se de «todo erro que na policia e ornamento de nossa linguagem portuguesa cometesse», expõe: «Visto que em dezasseis anos (da força e frol de minha idade) quatro meses somente quis minha sorte estar nestes Remos e corte, lugar de minha honra e criação... A qual longueza de tempo (principalmente misturada com tantas e tão vários géneros de línguas e costumes) é assas suficiente, não tão momentos a homem ser bárbaro em sua língua, mas ainda, a de todo a esquecer.» São assombrosas as relações pessoais e íntimas que tinha Damião de Góis com as grandes figuras intelectuais do século XVI, como Vives, o cardeal Bembo, Sadoletto, Paulo III, Lutero, Melancton, Clenardo, Jacob Frugger. D. João III chamou-o novamente a Portugal para encarregá-lo da educação do esperançoso príncipe D. João, mas sorratamente o jesuíta P.^e Simão Rodrigues, foi denunciá-lo à Inquisição de Évora, conseguindo logo o efeito de o afastar dessa missão, e deixando aí o fermento odioso da perseguição religiosa de que quando conveio foi vítima. Enquanto a reacção jesuítica afrontava indignamente o insigne humanista e individualidade europeia gloriosa, Erasmo dedicava a Damião de Góis em 1544 o seu *Com pendium Rhetorices*. Uma treva moral exclui a alma portuguesa, avançando às cegas para o abismo, em que a Santa Liga, servindo os planos de Filipe II, precipita a nacionalidade.

B) PERÍODO TEOLÓGICO E CRÍTICO

O conhecimento dos poetas e moralistas greco-romanos, tirava ao catolicismo o seu exclusivo império da *verdade teológica*; o conhecimento da língua grega, que revelava as obras-primas do génio helénico, tomara acessível o exame dos Evangelhos, assim expostos à livre interpretação. Lidos os Evangelhos com intuito filológico, nasciam as conciliações heterodoxas; o conflito religioso provocava um maior movimento intelectual, e a Igreja reduzida a um partido de combate, resistindo aos que a seguiam sinceramente. Começou a *Reforma* pelo pensamento ortodoxo de fortificar a Igreja pela reorganização da sua *disciplina*. Com Fernando de Espanha católico, o rei D. Manuel, pelos seus embaixadores, pediam ao papa «como obedientes filhos da Igreja católica, que quisesse *pôr ordem e modo na dissolução da vida, costumes e expedição de breves, bulas e outras cousas que se na corte de Roma tratavam, de que toda a cristandade recebia escândalo.*» (Cr. D. Man., P. I, cap. V). É nesta corrente que o poeta cómico Gil Vicente, diante do rei D. Manuel verbera Roma nos seus Autos de Devação; e nesse ideal confiavam Sá de Miranda, Sadoletto, e os membros do *Oratório do Amor Divino*, Victoria Colonna e Miguel Angelo. Refractária à reforma dos seus costumes, a Igreja viu-se atacada na sua *hierarquia*; discutiu-se a autoridade do papa e a sua dispensabilidade na religião. Esse novo campo de luta é já o Protestantismo remodelando o Poder espiritual, ainda a maior aspiração moderna.

O conflito entre o Poder temporal e espiritual (*Sacerdócio e Império*) que no século XIII determina a fundação das Universidades e o aparecimento do Terceiro Estado que fortifica a independência da realeza contra o Feudalismo, caracteriza outra vez a crise social do século XVI. Nesta segunda fase da Renascença o Poder espiritual tende a deslocar-se da Igreja, abandonando a autoridade dos dogmas pela livre crítica individual; e o poder temporal separado de toda a interferência clerical, reduz a actividade militar a um officio estipendiado nos exercícios permanentes, favorecendo ao mesmo tempo o trabalho pacífico da burguesia e o absolutismo monárquico. Como consequência dos estudos filológicos, é investigado o texto da Bíblia, que foi traduzida nas línguas vulgares e tornada acessível às inteligências individuais; a discussão dos textos sagrados exerce a razão em uma teologia escolástica, e na renovação das noções morais em uma artificiosa casuística. A decadência do poder espiritual da Igreja pareceu provir da corrupção dos costumes da hierarquia eclesiástica; os que consideraram a crise moral sob este aspecto, apelaram para uma *reforma*, tentando remodelar a Igreja sobre a sua primitiva constituição. O Protestantismo foi esta solução irreflectida, que entre os povos germânicos e saxões desviou os espíritos para o fervor proselitico de imitação da primitiva Igreja e da idealização absurda da teocracia hebraica. Dentro da própria Igreja a crise foi vista sob outro aspecto: a decadência do poder espiritual provinha da usurpação da realeza, e por isso o papado procurou defender-se com essas duas milícias, a Inquisição e a Companhia de Jesus. Estes dois factores perturbaram profundamente a marcha histórica do século XVI, um aterrando os espíritos pelos processos tenebrosos e pelas hecatombes dos Autos de Fé, e o outro apoderando-se da corrente humanista da Renascença e conseguindo dirigir a educação pública da Europa. Na Itália, a Inquisição teve um carácter político manifesto, garantindo a supremacia dos papas contra os partidários dos imperadores; mas sob a protecção do *braço secular*, este tribunal tomou-se uma espécie de polícia secreta dos reis, sendo por isso substituído pelos Jesuítas, que se consideravam os janízaros do papado.

a) *Influência da Inquisição em Portugal.* – O estabelecimento da Inquisição em Portugal data da bula de 23 de Maio de 1536; o próprio D. João III dizia que trocava gostosamente o seu título de rei pelo de inquisidor-geral, e coube esta dignidade ao

cardeal-infante D. Henrique, em 3 de Julho de 1539, cooperando desde logo para a ruína da nacionalidade. Começaram as perseguições contra os cristãos-novos, e nas sátiras contemporâneas, como as quadras da *Maria Pinheira*, contra o Conde da Castanheira, valido do monarca, em que se dizia que era neto de uma judia, se vê quão terrível era esse golpe vibrado contra qualquer família. Proibiram-se as traduções da Bíblia, e a entrada de livros estrangeiros, porque podiam trazer as heresias da Reforma. O espírito público teve uma forte depressão, caindo nessa tristeza já notada por Gil Vicente, quando diz que as «cantigas do prazer acostumado, todas tem som lamentado». E Sá de Miranda alude também com pesar à melancolia da corte, onde já se não encontram os *Serões* em que tanto figuraram D. João de Meneses e outros afamados poetas do Cancioneiro geral, cujas últimas vozes ele ainda ouviu. A reforma da Universidade de 1537 ficou também improfícua pela intolerância inquisitorial.

b) *Os Jesuítas apoderam-se do Ensino público.* – Em 1540 o Dr. Diogo de Gouveia recomendou a D. João III a nova corporação religiosa dos Jesuítas, e posto que dominasse na corte a Inquisição, o rei resistiu a todas as violências da rivalidade, protegendo deliberadamente a Companhia. Recebeu os padres que lhe enviou Inácio de Loyola, e lhes recomendou que «tomassem muito a seu cargo o cuidado dos moços fidalgos que trazia em seu paço, para que os doutrinassem nos bons costumes e os instruissem em toda cristandade». Prossegue o padre Baltazar Teles: «Obrigação que sempre foi continuando nos da Companhia, até o tempo de el-rei D. Sebastião, no qual os companheiros do Padre Maurício seu confessor, tinham à sua conta doutrinar os moços ilustres que no paço serviam as pessoas reais.»¹⁴⁴ Em 1542 Inácio de Loyola manda para Portugal mais padres, que tinham estudado em Paris, e Simão Rodrigues dirige-se para Coimbra, onde funda o Colégio das Artes, sendo o governo dele dado ao Padre Gonçalo de Medeiros; para aliciar os estudantes a concorrerem ao Colégio, o Padre Manuel Godinho andava «vestido em trajos de estudante, para que desta maneira o admittissem pelo habito, além de ser mui conhecido pela pessoa. Vivia ele e tratava com os estudantes, era religioso, e mostrava-se secular...».¹⁴⁵ Foi com estas e outras artimanhas, que os *Franchinotes*, como então lhes chamavam em Coimbra, aliciaram os filhos da principal nobreza, como D. Gonçalo da Silveira, de vinte anos de idade, D. Rodrigo de Meneses, e D. Teotónio de Bragança. O caso produziu uma certa impressão no público, e o Reitor da Universidade Fr. Diogo de Murça fez em 1544 um inquérito ao Colégio das Artes, não descobrindo erros de doutrina, nem violência na conservação dos escolares. A Companhia achava-se escudada com o favor do monarca, e tomava-se provocadora, como se viu no caso do doutoramento do padre Melchior Barreto; usava-se no fim da cerimónia dar um *Vejamen* ao graduado¹⁴⁶, e o padre Simão Rodrigues ordenou ao Barreto que levasse às costas pelas ruas da cidade um carneiro esfolado, indo oferecê-lo a casa do Dr. Marcos Romeu seu padrinho no grau. Barreto obedeceu, dizendo ao catedrático de teologia: «Este é, senhor Doutor, o *Vexame* que, depois do meu doutoramento me dá a Companhia de Jesus, a fim de me graduar no espírito da mortificação e desprezo do mundo.»¹⁴⁷

Quando D. João III foi a Coimbra em 1550, visitou o Colégio das Artes, que contava já quarenta alunos de teologia; os Jesuítas trataram logo de apoderar-se da Universidade, e por Carta de 1556 dirigida a Diogo Teive, ordena o rei: «Mando-vos que entregeis esse Colégio das Artes e o governo dele mui inteiramente ao Padre

¹⁴⁴ *Cr. da Companhia*, liv. I, cap. VIII.

¹⁴⁵ *Ibid*, cap. XXI.

¹⁴⁶ Vid. *História da Pedagogia em Portugal* (Rev. de Estudos Livres, t. II, p. 477).

¹⁴⁷ *Cr. da Companhia*, cap. XII.

Diogo Mirão, Provincial da Companhia de Jesus, o qual assim lhe entregueis do primeiro do mês de outro que vem deste presente ano de 1555 em diante...»

Estavam os jesuítas ocupados com a construção do seu Colégio, cuja primeira pedra fora lançada em Abril de 1547, quando se acharam repentinamente de posse do *Colégio Real* em 1555. A presa embaraçava-os. No Colégio de cima, «no alto da cidade, no fundo da rua nova de el-rei, pouco distante do muro da cidade» não havia água e custava muito a acarretá-la do rio; o provincial Miguel de Torres entendeu pedir a D. João III, que cedesse definitivamente à Companhia o *Colégio Real*, situado na baixa, e que o rei tomara por empréstimo ao Mosteiro de Santa Cruz. D. João III, em 14 de Setembro de 1556, escreveu ao Prior geral D. Francisco de Mendanha, para que cedesse para sempre a propriedade dos Colégios aos jesuítas, obrigando-se a indemnizar o Mosteiro, o que não chegou a satisfazer por ter falecido em 11 de Junho de 1557. Os Jesuítas conservaram o Colégio de cima, e lá incorporaram o *Colégio Real*, cedendo os Colégios da Sofia ao cardeal D. Henrique para estabelecimento da Inquisição, recebendo em troca a bela quinta de Vila Franca para seu recreio.

Os Colégios estavam sob a dependência das Universidades; os Jesuítas inverteram esta organização francesa. Por oposição à Universidade de Coimbra o Cardeal-Infante D. Henrique tenta fundar em Évora uma outra Universidade, obtendo bulas do Papa em 1558; sendo inaugurada no 1º de Novembro de 1559, já em 1563 era equiparada à Universidade de Coimbra em privilégios. Nos Apontamentos dos Prelados, de 17 de Fevereiro de 1563, protesta-se contra esta absorção dos Jesuítas: «Que o *Colégio Real* de Latim e Artes se reduza ao que era dantes, por ser de menos muita despesa, e avia nele Mestres dos que mais sabiam; que mais fácil é acharem-se de todo o reino, que soo de hũa Companhia, e de milhores Mestres se segue mais fruto. – E por ser um lugar só e púbrico, que temos como aquele, não estando reduzido soo aos da Companhia, possam os filhos dos nobres e os da terra ler e perfeiçoar-se naquelas profissões, e aja Latim no Reino e Mestres que o ensinem, que vai faltando de todo, e unir-se-á com a Universidade, sem haver divisão.»¹⁴⁸ Em Carta de Martim Gonçalves da Câmara ao Reitor da Universidade em 1570, respondia a queixas análogas, que os portugueses se contentavam mais em serem «*católicas, ainda que menos Latinos*».

Os Jesuítas, que na questão teológica se achavam em antagonismo com os Protestantes, opondo a doutrina das obras ou do livre arbítrio à da graça, obedeceram à cega admiração do regime politeico, tornando-se agentes de propagação desse exagerado humanismo da Renascença. Em um Carta do Padre Palanco ao Padre Mirão, em 1564, lê-se: «Na era em que estamos, por toda a parte se tem muito em conta a erudição nas cousas de humanidades, tanto que sem elas a doutrina melhor e mais solida parece que luz menos. – Por isso ao P. Geral pareceu conveniente que se escrevesse às províncias, que tenham conta com estas letras humanas, e façam estudar bem, quem mostrar aptidão, pelo menos o *Latim*, e a *Retórica*, e que não passem às *Artes* ou pelos menos à *Teologia* sem se excitarem bem nestas letras».¹⁴⁹

O regime pedagógico dos Jesuítas acha-se implícito nesta carta do P.º Palanco: «*que nenhum mestre de Teologia nem de Artes tenha opinião nova.*»

O Aristotelismo que na sua forma de Escolasticismo caía na Europa, manteve-se em Portugal de um modo absoluto, que se tornou conhecido pelo título de *Filosofia Conimbricense*. Tornaram-se proverbiais os *Coimbrões* pelos seus difusísimos Comentários.

Em 1551, o sinistro D. Henrique, Cardeal-Infante Inquisidor-Geral deste Reino, mandava publicar um *Rol dos Livros Defesos*, em que atacava os Autos de Gil Vicente.

¹⁴⁸ Ap. *Reflexões Hist.*, t. II, pág. 116.

¹⁴⁹ *Livro das Obediências Gerais* (Extractos de Gabriel Pereira).

Em 1564 estabelecia a formação de índices Expurgatórios para os livros com doutrinas proibidas ¹⁵⁰; e por provisão de 3 de Fevereiro de 1578, impunha que nenhum livro se lesse sem a censura prévia dos Jesuítas.

No fim do século XVI já se notava na literatura portuguesa o mau gosto *culteranista*, consequência directa da separação entre os escritores e o povo. Essa separação resultara do exagerado regime da erudição; preferia-se escrever em latim, tanto na poesia como na história, como vemos em André de Resende, Caiado, e em Jerónimo Osório. O domínio absoluto dos Jesuítas no ensino público agravou este vício geral da Renascença. O *método alvarístico* era um processo violento com que ensinavam o latim pela volumosa Gramática do Padre Manuel Álvares ¹⁵¹, cujas regras eram escritas em latim, e decoradas automaticamente pelos alunos, com apensos de *Chorros*, *Cartapácios*, *Prontuários* e *Pais-Velhos* para a tradução dos textos fragmentados das suas *Selectas* de 1587 e 1594. Traduzia-se do latim para grego e do grego para latim. Perdera-se o sentimento nacional nos espíritos mais elevados; e a sua ausência nas obras da literatura não é ainda assim tão lamentável, como nos actos dos homens públicos que venderam a sua nacionalidade a Filipe II em 1580, com uma indiferença tal, que deixou assombrados os embaixadores venezianos.

Na luta do elemento medieval contra a imitação clássica, foi o teatro português o que resistiu mais tenazmente, apresentando em Gil Vicente um verdadeiro carácter nacional; foi especialmente contra o Teatro português que os Jesuítas dirigiram as proibições, quando pela sua preponderância pedagógica e política se apropriaram em seu interesse da corrente humanística da Renascença. No Index de 1564, proíbe-se a *Ulissipo* de Jorge Ferreira, e manda-se cortar o prólogo das obras de Gil Vicente, onde se diz que el-rei D. Sebastião se recreava com a leitura desses velhos Autos; no Index de 1581 e 1597, proíbem-se «Comédias, Tragédias, Farsas e Autos onde entram por figuras pessoas eclesiásticas». Lê-se na Sinopse do Padre António Franco: «A esforços e conselhos do Cardeal Alberto (1586) são os comediantes condenados a degredo, como peste e corrupção dos bons costumes. Eles oferecem dotar a cinco donzelas órfãs e resgate para cinco cativos com tanto que os deixem. Os padres mofam desta liberalidade e foram aqueles pobres coitados expulsos de Lisboa! Não desesperam no entanto de tão mofina sorte, tanto que voltaram à carga em 1588, prometendo desta feita dar oitenta comédias e mil dinheiros reais (cruzados?) à Santa Casa por cada um deles; mas os Jesuítas não cedem, e fazem com que refuzem o pedido.»¹⁵²

No regime escolar era de costume festas nas classes; usavam os Jesuítas representar uma comédia antes dos prémios, a que chamavam *Ludi priores*, e por ocasião da distribuição dos prémios, representava-se outra comédia de aparato em verso latino, a que chamavam *Ludi solemnes*. De tais festas nasceu esse género literário, que os Jesuítas usavam em todas as grandes festas da Companhia, as *Tragicomédias*. Na visita que D. Sebastião fez a Coimbra, os Jesuítas representaram a tragicomédia

¹⁵⁰ O Dr. António Ferreira, nos *Poemas Lusitanos*, t. II, 112, lamenta este retrocesso:

Escuro e triste foi aquele dia
Em que ao saber e engenho um juiz foi dado,
Que nunca ao clara sol olhos abria.

¹⁵¹ *Padre Manuel Álvares*. Natural da ilha da Madeira (n. na Ribeira Nova), filho de Sebastião Gonçalves e de sua mulher Beatriz Álvares, povoadores do lugar. Deu-lhe as primeiras ordens o Bispo Ambrósia Brandão em 22 de Agosto de 1533. Tendo vinte anos de idade, tomou a roupeta em 4 de Junho de 1544. Foi um dos primeiros Mestres das Letras no Colégio de S. Antão, e por muito anos Reitor do Colégio das Artes de Coimbra, Prepósito da Casa Professa de S. Roque e Reitor do Colégio e Universidade de Évora, onde faleceu em 30 de Dezembro de 1583.

¹⁵² *Synopsis Annalium e Societatis Jesu in Lusitania*, auct. Padre António Franco. Trad. Henriques Leal, *Apontamentos*, II, 205.

Sedecias, do Padre Luís da Cruz, em 1570. Distinguiram-se neste género híbrido o Padre João da Rocha, D. Afonso Mendes, o Padre Simão Vieira, e o Padre António de Abreu; os mestres de retórica eram obrigados a estas composições.

C) PERÍODO CIENTÍFICO E FILOSÓFICO

Enquanto os estudos humanísticos, principalmente os helénicos, concorriam na Europa para a renovação das Ciências pela leitura das obras de Arquimedes, Apolónio, Euclides e Diophante, e pelas obras políticas de Tucídides e Aristóteles, nós portugueses, pelos descobrimentos geográficos e pela circundução do globo, coadjuvamos o critério da observação e da experiência, fundamentando de um modo positivo o *espírito científico*, que determinou o estado actual da consciência moderna. As descobertas astronómicas e matemáticas de Copérnico, comprovadas pelas navegações portuguesas, como ele o confessa, e as de Galileu deram lugar a seguras concepções sobre o Sistema do mundo; reconheceram os espíritos especulativos a necessidade de uma nova síntese filosófica, tentada com rigor por Bacon e Descartes, separada nas suas bases natural e moral. Nestas duas formas de actividade científica da Renascença, Portugal foi dignamente representado: na parte *científica* por capacidades eminentes como Pedro Nunes,

D. Francisco de Meio e Garcia de Orta, na parte filosófica por António Gouveia e principalmente por Francisco Sanches. A grande soma de obras cosmográficas e de livros de viagens que apresenta a literatura portuguesa do século XVI deve também considerar-se como uma fecunda cooperação científica, como se vê pelos geógrafos coevos copiando as Relações dos portugueses e as notícias transmitidas pelo embaixador de Veneza Pietro Pasqualigo e pelo enviado do Duque de Ferrara, Alberto Cantino, sobre as viagens de Gaspar Corte Real nas regiões da América. Uma profunda curiosidade científica, simultânea com a audácia aventureira, estimulava a alma portuguesa.

a) *Dr. Pedro Nunes e D. Francisco de Melo*. – Os estudos matemáticos foram os que maior desenvolvimento receberam na Renascença, pelo influxo dos escritores gregos desta ciência: Mausolico vulgariza as secções cónicas, Galigai as equações do segundo grau, Tartaglia e Cardan a aplicação da Álgebra à Geometria. No estudo sobre *A Álgebra de Pedro Nunes* escreve Bosman, determinando o seu lugar na ciência:

«De Tartaglia, Cardan e Stifel até Viète, decorreram cinquenta anos. Por desgraça a história da Álgebra pouco se ocupa disso. Durante este tempo homens de talento fazem progredir lentamente, mas seguramente, a ciência. Infelizmente para eles a glória incomparável dos mestres que os precederam e a de Viète, que os continuou, embaraça o brilho do seu mérito, de apreciar a importância dos seus serviços.

«Foram, contudo, trabalhadores hábeis e conscienciosos, digamos melhor, *homens verdadeiramente grandes*, como Butéon, Gosselin, Peletier, *Pedro Nunes!*

«Sem o seu trabalho inteligente e tenaz as imortais descobertas de Viète teriam sido impossíveis. A ciência, para evolucionar, precisa de um terreno preparado; quanto mais se estuda a história, mais nos convence disto. Ela avança e marcha; não corre precipitando-se para diante por saltos e trambolhões.

«Viète teve precursores. Pedro Nunes foi um dos principais. Nenhum contemporâneo o excedeu em rigor; somente Mausolico o alcança pela abstracção e generalidade de raciocínio, pela elegância e feliz escolha de algoritmo.

«Reconhecemos, entretanto, que esta grande justeza de espírito diminui-lhe por vezes um pouco a envergadura. Nunes não apreendeu, por exemplo, o futuro reservado

às soluções negativas das equações, cuja utilidade era já tão bem entrevista por outros, principalmente por Lucas de Borgo.

«Não obstante esta tenuíssima sombra talvez pairando sobre a sua memória, Nunes não deixa de ser *um dos algebristas mais eminentes do século XVI*. Era preciso, escrevia Gosselin, jurar nas *palavras de um tal mestre*.¹⁵³ Entre os grandes mestres que separam Stifel e Cardan de Viète, ele brilha na primeira fila. É uma das glórias de Portugal.»¹⁵⁴ Na *Álgebra* de Peletier, impressa em 1554, já aparece uma referência ao Tratado de Pedro Nunes, com certeza ainda vulgarizado em manuscrito: «*L'ay encores oui dire de Pierre None, Mathematicien de Lisbonne en Portugal, qu'il l'avait aussi traicté (Algebra) en san langage espagnol; mais le n'ay veu san Livre.*» No seu livro *Sobre os Elementos geométricos de Euclides*, que Peliker publicou em 1557, aí incluiu uma das suas cartas a Pedro Nunes. Na dissolução religiosa da Reforma, criava-se uma comunhão científica, reveladora do futuro poder espiritual.

Pedro Nunes (1502-1577), tendo cursado Medicina e Filosofia em Lisboa, e Matemática na Universidade de Salamanca, foi em 1529 nomeado cosmógrafo-mor do reino, e em 1530 professor de Filosofia na Universidade de Lisboa e conjuntamente mestre do Infante D. Luís. Acompanhou a Universidade na sua transferência para Coimbra em 1537, regendo aí a cadeira de Matemática de 1542, ano em que publicou o seu livro *De Crepusculis*, no qual «existem elementos de Newton sobre as cores» até 1562; exerceu uma grande influência científica. Atribui-se-lhe a prioridade no estudo da loxodromia ou propriedades das linhas curvas; e Ticho Brahe e Halley serviram-se nos seus trabalhos astronómicos do *Nónio*, aparelho micrométrico de que fora inventor, hoje capciosamente designado *Vernier*.

Menos conhecido é o matemático D. Francisco de Meio, nascido em Lisboa em 1490, tendo como *estudante del-rei* frequentado a Universidade de Paris com o subsídio de 38\$160 pagos pela Feitoria de Flandres. Terminados os cursos de Matemática e Filosofia, D. João III o tomou para mestre do infante D. Henrique, e porventura por este contacto lhe veio a vesânia de fazer-se padre. Conservam-se ainda inéditos, e em latim os *Elementos de Geometria necessários à Astronomia*; comentou em latim as obras de Euclides e Arquimedes.¹⁵⁵ Sobrevive na memória pela nota cómica de Gil Vicente:

Esse *Francisco de Melo*,
Que sabe ciência avondo,
Diz que o Céu é redondo,
E o Sol é amarelo,
Diz verdades, não o esconde.

Como homenagem de gratidão ao rei D. Manuel, dedicou-lhe um Comentário em latim sobre a teoria de *Óptica e Perspectiva* atribuída a Euclides (confunde o matemático alexandrino com o filósofo de Megara, erro do século XVI), empreendeu outro Comentário ao livro ainda então inédito de Arquimedes, *Dos corpos flutuantes*. D. Francisco de Meio tendo tomado o grau de licenciado em Teologia, foi reitor da Universidade de Lisboa de 1531 a 1533, e em 1534 eleito Bispo de Goa, falecendo em Évora em 27 de Abril de 1536. Não chegou a cooperar na reforma da Universidade iniciada em 1537.

¹⁵³ Na dedicatória *De Arte Magna*, Paris, M.D.LXXVII, na lista dos Autores consultados escreveu adiante do nome de Pedro Nunes: «*In cujus verba juravi.*» Dez anos antes tinha sido impresso em Anvers o *Libro de Álgebra*, que Pedro Nunes traduzira em castelhano, julgando que seria mais lido.

¹⁵⁴ *Anais Científicos* da Academia Politécnica do Porto, vol. III, p. 222 a 271.

¹⁵⁵ Mem. da Academia (Literatura), vol. VII, p. 255.

O Dr. Garcia de Orta. – No Congresso Internacional dos Médicos das Colónias, em Amsterdão, em 6 de Setembro de 1883, ao inaugurá-lo, o Prof. Stokvis, disse na sua saudação: «rendamos sobretudo homenagem a esse nobre português Garcia de Orta, médico do Vice-rei da Índia, que num livro afamado com razão fez primeiro que ninguém conhecer, no meado do século XVI, em 1563, um grande número de plantas médicas das Índias Orientais desconhecidas até então na Europa.» Referia-se ao célebre livro dos *Colóquios dos Simples e Drogas*, impresso em Goa em 1563, acompanhado de uma admirável Ode de Camões apresentando-o ao Vice-rei Conde de Redondo:

E vede-o, carregado
De anos, letras e longa experiência,
Um velho, que ensinado
Das gangéticas Musas na ciência
Podalíria subtil e arte silvestre
.....
Vede que em vosso tempo se mostrou
O fruto daquela Horta, onde florecem
Plantas novas, que os doutos não conhecem.

É neste livro que se encontra a primeira descrição do *Cholera asiático*, e o fruto da *Strychna nox vomica*, o mais poderoso veneno. No preâmbulo do seu livro escrito pelo médico valenciano Dimas Bosquo há preciosas referências biográficas, e o erudito António Tomás Pires encontrou notícias genealógicas deste extraordinário sábio natural de Elvas. Pelo quadro da sua actividade, Garcia de Orta nasceu aproximadamente por 1490. Era filho de Jorge de Orta, logista estabelecido em Elvas, em 1504, frequentou as Universidades de Salamanca e Alcalá (1520 a 1525) voltando graduado de licenciatura a Portugal, indo estabelecer-se em 1526 em Castelo de Vide; é chamado para a Universidade de Lisboa, regendo *por encomenda* (provisoriamente) a cadeira de Filosofia natural em 1530, e em 1532 encarregado da cadeira de *Sumulas Logicales* (o resumo de Pedro Hispano). Leu Arte até Março de 1534, acompanhando para a Índia Martim Afonso de Sousa. Por lá se demorou o Dr. Garcia de Orta por mais de trinta anos como médico chamado para as cortes dos rajás, e coligindo plantas desconhecidas e inquirindo das suas propriedades. Esta acumulação de factos sistematizou-os em um livro escrito em língua portuguesa em forma de Diálogo entre Ruano e Orta, simbolizando os dois espíritos, o autoritário tradicionalista, adstrito aos gregos e aos árabes, e o experimentalista, aceitando só os factos verificados: «Não me ponhais medo com *Dioscorides* nem *Galeno*, por que eu não hei de dizer senão a verdade, e o que sei...» Segundo o Conde de Ficalho no livro *Garcia de Orta e o seu tempo*, faleceu por 1570, quando ainda figurava em Elvas Jorge de Orta, cirurgião abastado, seu sobrinho, filho do bacharel Francisco de Orta, cirurgião em Portalegre. Nos *Colóquios* (p. 206) alude a um seu parente *físico em Baçaim*; uma sua irmã Beatriz de Orta, falecida em 1568, casara com o bacharel Gabriel Luís. Por estes elementos genealógicos vê-se a importância desse meio burguês na cultura portuguesa. O que o poema de Camões é para a poesia, no século XVI, equipara-o na ciência o livro de Garcia de Orta.

b) *A Síntese negativista de Francisco Sanches.* – Quando em uma época entra em circulação um grande número de ideias, os espíritos sentem a necessidade de reorganizarem as suas concepções por uma nova síntese. Aos trabalhos críticos e científicos da Renascença são correlativas as lutas doutrinárias para destituir a filosofia

escolástica que se identificara com o aristotelismo; as Universidades, então impotentes para fundarem um novo poder espiritual, tomaram-se focos de ateísmo, como a de Pádua, e de heresias como as de Modena e Veneza. Existia uma revolta contra o subjectivismo teológico, e campeava a crítica de negação; em 1536 na Universidade de Paris apresentou-se Pedro Ramus sustentando a célebre tese: *Quecum que ab Aristotele dicta essent, commentitia esse*. Todas as coisas ditas por Aristóteles são pura mentira. A tese seduziu os espíritos mais especulativos, e o pedantismo doutoral pressentiu a sua ruína, quando em 1543 Ramus publicou as *Aristoteliae animadversiones*. Era preciso opor um antagonista a Pedro Ramus; o reitor da Universidade de Paris escolheu o grande humanista e jurisconsulto português António de Gouveia, que nesse mesmo ano publicou a *Pra Aristotele responsio adversus Petri Rami calumnias*, sendo o seu triunfo proclamado por um conselho de árbitros composto de Pedro Danes e Francisco de Vicomercato, e pelo reitor João de Bomont com João Quentin, decano de direito. Porque defendia António de Gouveia as doutrinas de Aristóteles contra o espírito de livre crítica da Renascença, quando este professor ilustre era apontado como céptico no meio das lutas religiosas, e o próprio Calvino o considerava como ateu (*Calvinus vocat illum atheum*)?¹⁵⁶ António de Gouveia era um dos mais profundos humanistas da Renascença, como o confessa de Thou; assim como os seus estudos e Comentários sobre Cícero, Virgílio e Terêncio lhe revelaram a verdadeira compreensão do Direito romano, sendo por isso o iniciador da escola de Cujácio, também a leitura directa do texto grego de Aristóteles lhe revelou quanto as doutrinas do grande sábio andavam pervertidas pelas apostilas dos comentadores escolásticos. Gouveia precedeu o século XIX na reabilitação de Aristóteles, conhecido na Idade Média através das subtilezas *alexandrinhas* e *averroístas*; foi esta a causa da força da sua argumentação.¹⁵⁷

Contra a emancipação intelectual da Renascença, organizaram-se os Jesuítas, estabelecendo o nexa *entre a religião e a literatura*; tornaram-se pedagogistas para dirigirem o ensino público europeu, e sustentarem com todo o afincamento as velhas formas peripatéticas, esgotando a razão no esforço de conciliação dos diversos comentários de Aristóteles. É então que em Portugal recrudescer de intensidade o ensino da Filosofia *aristotélico-alexandrista*, quando decaía em descrédito na Europa; o *Colégio das Artes* de Coimbra brilhou pela argúcia dos Comentadores do *Organum*, tornando-se esta renovação dialéctica dos Jesuítas em Portugal conhecida como um fenómeno singular e pelo título de *Filosofia Conimbricense*.

Os estudos helénicos na Itália tornaram acessível o texto puro de Platão, que pela primeira vez sob Lourenço de Médicis (1470-1492) aparece separado das

¹⁵⁶ *Scaligerana*, p. 79; *apud* Caillemer, *Etude sur Antoine de Govea*, p. 33.

¹⁵⁷ António de Gouveia era natural de Beja, filho de Inês de Gouveia e do fidalgo castelhano Afonso Lopes de Ayala (que ali se homiziara). António seguiu para Paris com seus irmãos André e Marçal, para se educarem no *Colégio de Santa Bárbara*, dirigido proficientemente por seu tio Diogo de Gouveia, o Velho, que recomendara a D. João III os novos sectários de Loyola da nascente Companhia de Jesus. André de Gouveia foi o admirável Principal do *Colégio de Guienne*, em Bordéus, glorificado pelo seu discípulo Montaigne, e por chamado de D. João III trouxe consigo um grupo de professores para o estabelecimento do *Colégio real* em Coimbra, que depois por sua morte em 9 de Junho de 1548 foi empalmado pelos Jesuítas. Seu irmão Marçal, também um dos humanistas, acompanhou-o como professor, achando-se entre as perseguições que sofreram. O mais célebre destes foi António de Gouveia, exímio humanista e restaurador da Filosofia de Aristóteles. Frequentou jurisprudência em Tolosa em 1539, sendo chamado para Avinhão. Brilhou como professor em Tolosa, Delfinado, Cahors e Grenoble; o duque de Sabóia chamou-o para a Universidade que fundara em Montdevis. Morreu em Tolosa em 1565. Além dos seus comentários legistas, comentou Cícero, Virgílio e Terêncio, com recensão de textos, e relacionando-os com as interpretações jurídicas. Pelo seu saber filológico consideravam-no em extremo Ferreto, Alciato, Duareno, Côncio, Renardo, Balduino, Budeo, Fabre e, principalmente, o seu glorioso continuador Cujácio.

fantasmagorias da Escola de Alexandria. E ao passo que em Pádua, Veneza e ao norte da Itália se adopta o texto verdadeiro de Aristóteles, em Florença impera o idealismo platónico, que tanto inspirou o génio artístico da Toscana. Tal foi a causa do esplendor da Poesia lírica italiana, que se impõe como modelo de todas as literaturas. Conciliando estas duas correntes filosóficas, o judeu português Judah Abarbanel, nascido em Lisboa antes de 1482, publicou já refugiado em Itália os *Diálogos do Amor*, de Leão Hebreu, vertidos para latim, francês, castelhano e português (texto citado no catálogo da pequena livraria de Espinosa). Consta de três Diálogos entre Filon e Sofia, discutindo a *Essência do Amor*, a *Universalidade do Amor* e a *Origem do Amor*, nos quais deduz toda a Doutrina afectiva da concepção de Aristóteles sobre a finalidade do Bem, cujo móbil primário é o Amor. Esta conciliação com o idealismo platónico actuou profundamente na inspiração dos grandes poetas modernos, levando-os à idealização da realidade. Camões reflecte nos seus Sonetos essa concepção; nele e em Ronsard, Montaigne e Shakespeare apontou Fitz Maurice Kelley a influência dos *Diálogos do Amor* do perseguido judeu português. A compreensão do platonismo revelada por Camões nos Sonetos, e tão cedo abafado pela *Filosofia Conimbricense*, que fez prevalecer na educação portuguesa o aristotelismo-alexandrista, colocou este poeta acima de todos os líricos quinhentistas.

Nestas vacilações doutrinárias era impossível formar a síntese para a qual convergiam os espíritos, tais como Bacon e Descartes; e desta própria impotência tirou Francisco Sanches os elementos com que estabeleceu o seu negativismo filosófico, que o tornou o verdadeiro precursor de Descartes, de Hume, de Kant e de Augusto Comte. Francisco Sanches era natural de Braga (n. 1552); filho do médico António Sanches, acompanhou seu pai para França, viajou pela Itália e permaneceu algum tempo em Roma. Doutorou-se em Montpellier, e segundo Brucker ensinou filosofia por espaço de dezoito anos, e onze medicina, escrevendo ao mesmo tempo sobre Matemática.¹⁵⁸ Pelo ensino filosófico conheceu os vícios da velha dialéctica, e pela Matemática e Medicina compreendeu não só a necessidade da renovação da metodologia, como dos novos conhecimentos que tinham de prestar-se à dedução filosófica. Era-lhe impossível satisfazer-se com o idealismo de Ramus ou com o aristotelismo-alexandrista, e de 1576 data da formação do seu livro extraordinário *De multum nobili et prima universali Scientia – Quod nihil scitur*. O livro veio à luz em 1581. A fórmula negativista *Nada se sabe*, em uma época de conflito entre as noções absolutas da teologia e da metafísica, foi acolhida com assombro. Sanches apenas sustentava o princípio positivo da *relatividade* dos conhecimentos humanos; ele fundamenta a sua doutrina sobre a noção de Ciência, isto é, um conhecimento baseado sobre três elementos: *res cognita* ou os dados objectivos, *ens cognoscens* ou a receptividade das relações, e *cognitio ipsa* ou a subjectividade mental na forma superior e abstracta de lei. Para a compreensão da *res cognita* estabelece Sanches a necessidade da variedade de ciências, sua subordinação hierárquica e educação enciclopédica; quanto ao *ens cognoscens*, reconhece que as aparências afastam o espírito da realidade, e que os conhecimentos advindos e comprovados pelos sentidos são os mais perfeitos; quanto à *cognitio ipsa*, diz: «Nenhuma ciência se formou com silogismos, ao contrario muitas se têm esterilizado e

¹⁵⁸ A data do seu nascimento em 1552 autentica-se pelos anos da idade com que faleceu em 1632, *setenta*, conforme apontou Guy Patin. Matriculou-se na Faculdade de Medicina em 1573, com 21 anos, doutorando-se ao fim de 6 anos, para entrar no magistério por 1580. Já por 1576 elaborava o seu livro célebre *Quod nihil scitur*, publicado em 1581. Desde o seu curso médico ensinou Filosofia durante 18 anos, e dando lições de Medicina durante 11 anos, terminou essas lições em 1591. Depois da sua jubilação (1593-98) entregou-se à compilação dos seus Tratados filosóficos e Obras médicas, que se imprimiram quatro anos depois do seu falecimento em 1636.

pervertido por causa deles.» A revolução filosófica dos séculos XVII e XVIII estava implícita na concepção de Sanches; renova-se a psicologia em Locke e Hume, como ratificação do *Ens cognoscens*, e Kant, na sua poderosa especulação crítica, chegou à conclusão suprema, de que o conhecimento só era verdadeiro quando se realizava o acordo entre o dado objectivo (*res cognita*) e a noção subjectiva (*cognitio ipsa*). Sanches tinha efectivamente em vista organizar a nova síntese filosófica¹⁵⁹; faltavam-lhe o concurso das ciências indutivas, como a Química e a Biologia, sistematizadas no fim do século XVIII, e as profundas investigações psicológicas da Escola escocesa, que coadjuvaram o criticismo de Kant. A *perfecta Scientia* ou o Positivismo só foi possível no século XIX, iniciado por Comte. Em todo o caso, ele não é um sistematizador do cepticismo, como se repete estupidamente nos apanhados de história da Filosofia, mas o precursor da grande síntese da relatividade pelo acordo e dependência dos elementos objectivos e subjectivos do conhecimento. Dotado de uma extrema lucidez de espírito e de uma forte erudição, no seu livro, como observa e conclui Franck, há *o espírito de liberdade, que pressagia ao espírito humano uma nova era*.

§ IV

Historiadores, Vialantes, Moralistas

Pela compressão material dos exércitos permanentes, e pela asfixia intelectual organizada pelo Concílio de Trento, Monarquia e Igreja coligadas na Santa Liga, perturbando a evolução normal da Renascença, conseguiriam o retrocesso da civilização europeia se o não impedisse a generalização do *espírito científico* moderno. A Espanha de Carlos V e de Filipe II tornou-se o instrumento deste assombroso retrocesso, em que a Inquisição religiosa, perseguindo os pensadores e confiscando-lhes os bens, se transformou em uma inquisição policial do Estado e exactor financeiro do governo absoluto. Diante dos novos hábitos de internacionalidade, a História deixava de ser a Crónica oficial, panegírico dos reis, para achar a compreensão dos factos da solidariedade europeia; as relações das Viagens, em vez da curiosidade aventureira, eram a informação para as expansões do cosmopolitismo; a Moral deixava de ser a admoestação católica, a reflexão ascética para se elevar a uma das grandes categorias da Filosofia. Nesta corrente de retrocesso do fim do século, os escritores que seguiram o critério científico na ordem das investigações apontadas foram verdadeiros mártires, vítimas multas pela sua independência intelectual. Sofreram extorsão degradante dos dois abusivos Poderes, Damião de Góis, Fernão Lopes de Castanheda, Gaspar Correia, Diogo do Couto, Fernão Mendes Pinto.

DAMIÃO DE GOIS

Individualidade que representou Portugal de um modo inconfundível no grande movimento europeu da Renascença, na intimidade dos humanistas exímios, dos soberanos prepotentes, no desempenho das missões diplomáticas e defendendo sempre os interesses da sua pátria, só modernamente se conheceram as datas do nascimento e morte de Damião de Góis, e entre os factos capitais da sua vida o *mistério* da perseguição religiosa que o vitimou. Que pena o ter desaparecido a sua Autobiografia, a que aludiu nas declarações na Inquisição, em que na caixa em que tem guardado o seu

¹⁵⁹ Diz ele: «Mihi namque in animo est firmam et facilem quantum possim, Scientiam fundare», etc.

testamento «também acharão na dita sua boeta *um papel escrito de sua mão em que tem escrito o descurso de sua vida e das pessoas com quem tratou e comunicou*, que o mandem também vir e por ele verão o que passou e assi acharão na dita boeta um livro impresso em que estão todas as obras que ele fez em língua latina, que o mandem vir para verem nele com quem comunicava, e também se acharão entre os seus papeis quatro ou cinco Cartas de Erasmo escritas de sua mão, das quais algumas delas andam empremidas...» Conveio aos inquisidores boçais destruir estes títulos gloriosos, para com mais impunidade sacrificarem ao seu fanatismo Damião de Góis. A revelação do seu processo do Santo Ofício veio acordar a necessidade de reparação histórica, fundamentada nas importantes investigações de Joaquim de Vasconcelos, Guilherme J. C. Henriques e Sousa Viterbo; por eles se torna fácil hoje esboçar a biografia de Damião de Góis.

No seu interrogatório, declarou Damião de Góis, aos inquisidores, ser «natural de Alenquer e seu pai se chamar Rui Dias e sua mãe Isabel Gomes, já defunta, e que é de idade de *setenta* anos, os faz em este fevereiro que vê...» (Fl. 63). Sendo este auto de perguntas feito em 19 de Abril de 1571, deduz-se a data do seu nascimento em 1502. Seu pai foi casado quatro vezes, tendo por última consorte Isabel Gomes de Lemy, neta de Nicolau de Lemy, homem nobre do condado de Flandres, que veio a Portugal tratar negócios da princesa D. Isabel, casada com o Duque de Borgonha. Não é indiferente esta circunstância, porque Damião de Góis, o segundo génito deste quarto consórcio, sendo muito jovem ainda foi despachado para a Feitoria de Flandres e empregado em missões diplomáticas em vários estados do norte. Em 1517 já Damião de Góis se achava empregado na corte de D. Manuel, onde recebera a educação prestada aos moços fidalgos. Na espécie de autobiografia, que sob o título dos Góis consignou no *Livro das Linhagens*, descreve Damião de Góis o primeiro período da sua vida, de 1523 até 1545, em que desde o despacho para a Feitoria de Flandres até ser chamado por D. João III para mestre do Príncipe D. João, revelou as suas extraordinárias aptidões, que o fizeram querido dos mais altos espíritos: «foi um dos homens portugueses que mais terras e províncias viu, porque em peregrinações passou vinte e dous anos da frol da sua idade, das quais algumas fez por mandado del rei D. João III e as mais por curiosidade e desejo que tinha de ver mundo. As viagens que fez por mandado del rei foram ir por duas vezes à corte de Sigismundo rei de Polónia, uma no ano de 1529 e outra no ano de 1531¹⁶⁰; e em este mesmo ano foi também por mandado do dito senhor à corte de Frederico, rei de Dinamarca duque de Holst, e assi à corte de Gustavo, rei do grande reino da Suécia; frequentou as cortes do papa Paulo III, do imperador Carlos V, de el rei D. Fernando seu irmão rei dos Romanos, de Hungria e de Boémia, e del rei Francisco de Valois rei de França, e de el rei Henrique de Inglaterra, outavo de nome. Teve grandes amizades com muitos príncipes, cardeais e prelados de toda a Europa e com quase todos os homens doutos que viveram no seu tempo, como se vê pelas cartas que andam impressas em latim, que lhe escreveram e ele a eles – serviu nas partes da Alemanha, Flandres, Brabant e Holanda em negócios de muita importância; aonde foi tão benquistado e aceite que o tinham todos por seu natural...» – «soube muitas linguagens e douto na lingua latina e compôs o livro dos *Costumes e Religião dos Cristãos sujeitos ao*

¹⁶⁰ Tratava-se do casamento do Infante D. Luís com a princesa da Polónia, uma das sete noivas que D. João III não achou hipocritamente condignas do irmão. Na biografia de Damião de Góis (*Plutarco Port.*, I, 27) escreve Joaquim de Vasconcelos: «O casamento com a princesa da Polónia, herdeira de um país que era então uma potência militar de primeira ordem, envolvia para Góis a ideia capital de uma liga que colocava o império turco entre dois fogos, e o obrigaria a sair da Europa. É inútil ponderar a influencia de semelhante cruzada para a consolidação dos nossos domínios em todo o Oriente. Os Turcos ameaçavam então a civilização europeia e avançavam até Viena. D. João III fingiu nada entender dos planos de Góis.»

Imperador da Etiópia e Rei dos Abexins e a Guerra que tiveram os Portugueses na Índia com os Reis de Cambaia sobre a cidade de Diu, e as Grandezas e poder e fertilidade de Espanha, e outros livros em latim, e na Música compoz muitas cousas, na qual foi tão destro e exercitado, que nas terras por que andou lhe chamaram *o músico d'alcunha*.» No mesmo esboço genealógico autobiográfico, continuou: «Enquanto o dito Damião de Góis viveu, fez muitos e bons serviços a estes remos de Portugal e foi de todo apartado e alheio de cobiça, porque dito suor D. João III lhe deu de seu *proprio motu* o officio de Tesoureiro da Casa da Índia e o mandou para isso chamar estando em Frandes no ano de 1533, sendo ainda solteiro, e veio a estes remos a lhe beijar por isso a mão e sem querer aceitar o officio se tornou logo para a Alemanha a se ver com Erasmo Roterdamo, grande seu amigo, que então vivia em Friburgo de Brisgoya, onde esteve em sua casa por espaço de seis meses, e dali se foi a Itália, onde em Pádua residiu seis annos continuando em seus estudos de Filosofia, e daí se tornou a Frandes onde se casou;... » No auto das perguntas na Inquisição refere o seu primeiro regresso a Lisboa: «Depois que vim a Portugal no ano de 1533, chamado para o Officio de Tesoureiro da Casa da Índia, El-Rei, que santa gloria haja, e os Infantes seus irmãos e outros senhores do reino, me perguntaram com muito gosto e mui particularmente pelo discurso de minhas peregrinações, falando-me em Lutero e nas cousas de Alemanha, Reis e Príncipes dela, e por El Rei – saber que vira eu já Erasmo Roterdamo e que éramos amigos, me perguntou por algumas vezes se o poderia eu fazer vir a este Regno para se dele servir e isto a tenção de o ter em Coimbra, onde já tinha ordenado de fazer os Estudos que fez, ao que lhe respondi o que me disse parecia;...» (*Processo*, fl. 99).

Todas estas informações interessantíssimas que Damião de Góis espalhava na conversa com o rei e os infantes, e o que lhes escrevia em cartas para satisfazer sobre estes assuntos as suas exigências curiosas foram coligidas pelo Cardeal D. Henrique com um reservado pensamento. Em uma carta do Cardeal-Infante Inquisidor a Damião de Góis de 8 de Julho de 1541, termina: «E vos agradecerei muito me escreverdes novas da Alemanha, e da Dieta e particularidades dela...» Em carta de 13 de Dezembro de 1541 insistia «e vos agradeço muito as novas que me mandais da Alemanha e vos encomendo que assi o façais sempre e *também mas mandai de vós...*» Todas essas notícias vieram um dia a formarem o libelo minucioso, que os inquisidores apontavam como ocultas propositadamente por Damião de Góis; no tribunal do Santo Officio relatava os accidentes da sua vida nos países que visitara e missões que desempenhou. Os factos que teve de rememorar nos interrogatórios, eram matéria da correspondência antiga com o rei e os infantes, em que não era a vaidade pessoal que o fazia exhibi-los, mas aquella afabilidade que o forçava a comprazer com as affectuosas instâncias. Erasmo recomendava Damião de Góis ao cardeal Bembo, quando seguira para os estudos de Pádua; e em 11 de Novembro de 1533, Bembo fazia os mais veementes elogios do seu recomendado a Erasmo. Nos poucos dias que tivera relações com Filipe Melanchton, mereceu-lhe Damião de Góis a íntima simpatia, que o Cardeal Sadoletto entendeu aproveitar, escrevendo-lhe e pedindo para por sua via fazer chegar à mão de Melanchton uma carta suasória «com tenção de trazer este homem ao suave jugo da Igreja». Nada mais natural do que referir para a corte, que Erasmo lhe escrevera em 21 de Maio de 1535, confessando que lhe era um alívio na doença a sua amizade; e em cartas de 18 de Agosto e 15 de Dezembro falar-lhe de lutas religiosas de Inglaterra, e em Janeiro de 1536 mostrar-se Erasmo preocupado com o próximo fim da sua vida.

Em Pádua teve Damião de Góis o mau azar de admitir em sua casa um pérfido jesuíta, o P.^c Simão Rodrigues, tipo de intrigante hábil, que o interrogava sobre o que ele pensava das coisas de Alemanha, e das questões teológicas do poder do papa e da confissão auricular; dos nomes dos personagens que lhe escreviam ou com quem tinha

amizade; foram dois meses de uma espionagem moral, o bastante para o anular em uma corte fanática, como a de D. João III.

Esteve na Itália em Pádua, onde se demorou quatro anos, estudando principalmente com Lázaro Bonâmico, mantendo a amizade de Bembo, de Madruce, cardeal de Trento e com Jacopo Sadoletto e visitando os lugares mais históricos da Itália e em Roma recebido por Paulo III. Voltou para Lovaina em 1538, onde residira quando fora da sua primeira chegada aos Países Baixos. Relacionou-se ali com Conrado Gochenius e com Pedro Nannius, recebendo instrução musical, e dedicando-se a composições de música religiosa, cantando-as ele próprio nas igrejas, por ser dotado de uma bela voz. Foi neste mesmo ano que casou com uma menina de Haia chamada Joana de Hargen, gentil e rica herdeira descendente dos Condes de Ahremberg, estabelecendo a sua residência em Lovaina. Na Genealogia dos Góis, falando da simpatia que tinha na Alemanha, Flandres, Brabante e Holanda onde «o tinham todos por seu natural – por este respeito com licença do mesmo senhor (D. João III) no ano de 1538 casou no Condado de Holanda no lugar de la Haia com uma donzela mui nobre e rica por nome D. Joana de Hargué, do sangue dos condes de Harembergue e de Horne e de Monforte, filha de André de Harguen, senhor de Hostreique, natural da terra de Utreque e do conselho do Imperador Carlos V, no Conselho de Holanda, da qual houve, antes de a trazer a estes Remos de Portugal, onde tornou chamado por cartas do mesmo Rei D. João e rainha Dona Caterina – os filhos Manuel, Ambrósio e António...» Ainda neste mesmo ano publicou a tradução do *Livro de Marco Túlio Cicerão, chamado Caiam Mayor ou da Velhice*. Na carta dedicatória que acompanha esta versão alude aos cinco meses que esteve em Friburgo em Companhia de Erasmo; e apenas o tempo de *quatro meses*, que se demorara em Portugal: «em dezasseis anos (da força e frol da minha idade) *quatro meses* somente quis minha sorte estar nesses Remos, e corte lugar de minha honra e criação, o que m'envejando a fortuna logo me dali rechaçou.» Os testemunhos contemporâneos encarecem a sua felicidade conjugal; povoaram-lhe o seu lar três filhos, Manuel, Ambrósio e António. Entre os vários opúsculos em que Damião de Góis informava a Europa com os feitos recentes dos portugueses no Oriente, deu publicidade a um que foi o germe da desgraça que lhe desmoronou a existência. O opúsculo *Fides, Religio, Mores que Ethiopum sub imperio Presbyteri Johannis*, uma simples relação etnográfica, despertou os rancores do Inquisidor-Geral Infante D. Henrique, proibindo a sua venda em Portugal. Fora publicado em Lovaina em 1540. Damião de Góis sentiu-se daquele intolerantismo; o Infante Inquisidor-Geral escreveu-lhe de Évora a 28 de Julho de 1541: «E vos rogo pois sabeis que gente é a portuguesa e quanto folga de repreender, que daqui em diante empreendais outra obra doutra qualidade, que eu sei que bem vós sabereis fazer.» Diante desta pequice do fanático Inquisidor, Damião de Góis escreveu-lhe magoado, mas acordou desde logo o íntimo e concentrado rancor com que um dia seria dilacerado. Em carta de 13 de Dezembro de 1541, o Infante refere-se à extensa carta: «em que vos agravais de mim por ter mandado que a vossa obra se não venda – pareceu-me a mim e aos inquisidores, que em tempo que nestes regnos se começa de usar a santa inquisição se não devia ler tal obra.» Os sucessos da sua vida cheia fizeram-lhe esquecer este fermento de um vírus que havia de passados trinta anos envenenar a velhice do sábio humanista.

Quando Damião de Góis contava estabelecer-se em Lovaina, na tranquilidade do seu lar, depois de catorze anos de viagens, as guerras entre Carlos V e Francisco I, atiraram com 25.000 homens sobre Brabante, pondo um apertado cerco a Lovaina em 1542.

Os embaixadores de França, Rincon e Fregose, tinham sido assassinados em Itália por ordem do Marquês de Gast; em consequência, o marechal de Gueldres, Martin

de Rossom, veio cercar Lovaina por ordem de Francisco 1. A cidade organizou a sua defesa sob a direcção de Damião de Góis, em cujo valor e dedicação confiaram; à frente dos estudantes da Universidade manteve a firme resistência. Alguns notáveis da cidade trataram de formular condições para se terminar o cerco. Em uma trégua, a cidade enviou como parlamentários ao general Nicolas de Buost, senhor de Longueval, Damião de Góis e Meier. Quando estavam tratando com os sitiantes, a trégua é insolitamente violada por alguns tiros. O comandante do corpo invasor, considera o facto como uma traição; Damião de Góis é logo feito prisioneiro e remetido para Saint Quentin; ele e o seu companheiro recuperaram a liberdade pagando um resgate de 22.000 ducados de ouro. Damião de Góis escreveu um opúsculo intitulado *Urbis Lovanienses Obsidio*, impresso em Lisboa em 1546 e dedicado a Carlos V, que lhe concedeu um brasão de armas. Ferdinand Denis aponta um facto importante acerca do seu resgate: «Foi por este tempo, e porventura para negociar o seu resgate, que Damião de Góis foi a Fontainebleau. As suas relações inesgotáveis, o encanto que se achava na sua conversação, e o que e mais ainda, sua ciência musical e a arte infinita com que ele sabia acompanhar de muitos instrumentos uma voz encantadora fizeram-no maravilhosamente acolher na corte de França. Francisco 1 recebeu-o no castelo de Fontainebleau, como Paulo III já o tinha recebido em Roma.» Na Genealogia dos Góis deixou estes traços autobiográficos sobre a sua acção no cerco de Lovaina: «Nem lhe ficou por exercitar a arte e trabalhos da guerra com muito louvor, porque entre outros casos que lhe aconteceram, um deles foi no cerco da cidade de Lube, metropoli e cabeça do ducado de Brabante, a qual sendo cercada no ano de 1542, onde ele então residia com sua mulher e casa, estando neste tempo fora da cidade se veio lançar nela, no mesmo ponto e razão que os principais cidadãos e principais pessoas dela fugiam e a desemparravam, pera defensão da qual foi eleito pelo Senado por capitão e companheiro doutros três, que eram Conrado, conde de Vernenburgo e Felipe de Dorlay, gran-bailio de Brabante e George Relim señor Damery, que a rainha D. Maria viuva de Hungria, regente dos Estados de Frandes ali mandara em socorro, o qual Damião de Góis (depois destes três capitães fugirem da cidade) fez alevantar o cerco por manha que usou com Nicolau de Bonsont suor de Longueval, Capitão Geral del rei de França Francisco de Valois, por cujo mandado tinha cercado a cidade com vinte e cinco mil homens de guerra, pelo qual respeito, per vingança da astucia e ardil de guerra que neste caso usou, foi o dito Damião de Góis prezo do dito Capitão Longueval sobre fé e salvo conduto que lhe dera pera vir falar depois do campo alevantado em cousas que cumpriam a uma e outra parte, e quebrantada a fé o levou prezo para França, onde, depois de estar cativo por espaço de nove meses, foi por mandado do mesmo Rei de França levado com boa guarda a Fontainebleau, onde então o dito rei estava, e sem lhe querer fazer justiça nem guardar o salvo conduto que lhe fora dado pelo Capitão Geral Longueval de vir falar com ele fora da Cidade de Louven, foi posto em resgate de 6.300 escudos de ouro, a fora outras despesas que fez; e do sucesso da sua prisão compôs hũa elegante Oração em língua latina dedicada e recitada por ele ao mesmo Imperador Carlos V Rei de Castela, Aragão, Navarra e Senhor do Estado de Flandres e Brabant e Archiduque d'Áustria.»

Tratando o monarca português de dar casa ao esperançoso príncipe D. João, e conhecendo os altos méritos de Damião de Góis, escreveu a chamá-lo à pressa a Portugal para lhe confiar essa missão delicada de mestre e aio do príncipe. Mais venturoso teria sido o infeliz príncipe D. João se a sua cultura intelectual e moral recebesse a disciplina de um tal mestre. No interrogatório inquisitorial refere-se Damião de Góis a este projecto: «o qual senhor (D. João III) no anno de 1545, e assi a Rainha me mandaram chamar per suas cartas, escrevendo-me que me viesse logo a este Reino

com minha mulher e filhos, porque era pera se de mim servirem; o que logo fiz com muita diligencia, vindo eu pela pósta e minha mulher per jornadas, e minha casa e filhos per mar, no que dispendi mais de mil e quinhentos cruzados; ao que Suas Altezas se não moveram se não com saberem que era eu muito catholico christão com toda minha casa...» (*Processo*, fl. 90 vº).

O refalsado P.º Simão Rodrigues, que com os directores espirituais da Companhia sabia o que se passava na corte; e pretendendo, em vez de doutrinante do Príncipe D. João, ser nomeado seu mestre, tratou de afastar Damião desse alto encargo, e em 5 de Setembro de 1545 apresentou-se na Inquisição de Évora a fazer uma denúncia formal: «que estando ele em Itália, haverá nove anos pouco mais ou menos, estando na cidade de Pádua aí a Damião de Góes, portugûes, que ao presente reside nesta cidade de Évora, o qual agora veio de Frandes... que praticou com o dito Damião de Góes nas heresias de Lutero per espaço de dois meses... e que nestas cousas todas via ele – que louvava a doutrina de Lutero –, ao que ele via e entendia que ele tinha a dita seita e heresia de Lutero e via que se deleitava muito e comprazia com ela, – que o dito Damião de Góes pode fazer muito dano acerca das cousas da nossa santa fé católica, por que *é homem avisado e sabe além do latim alguma cousa de Teologia e sabe a falia francesa e italiana e lhe parece também saberá a framenga e alemã*, porque andou muito tempo entre eles.» Quando passados trinta e seis anos soube desta traiçoeira acusação, lembrando-se do antigo ódio do P.º Simão Rodrigues, Damião revela que fora por esse motivo repreendido pelo seu Geral: «e o dito Mestre Ignácio veio de Veneza a Pádua a se desculpar de mim, onde pousou em minha casa com alguns irmãos da sua regra.» E a razão da denúncia é categórica: «Mestre Simão, chegando eu à cidade de Évora meado do mês de Agosto do ano de 1545, logo no Setembro do mesmo anuo testemunhou contra mim, a qual pressa, como claramente se vê foi para me estorvar o bem para que era chamado por cartas d’Elrei, que santa gloria haja, e da Rainha nossa senhora, para ser *mestre e guarda-roupa do Príncipe D. João*, que santa gloria haja, pai del rei nosso senhor (D. Sebastião), *como foi publica voz e fama*, do qual senhor Príncipe ele era mestre de doutrina e pretendia (segundo se pode suspeitar), a ficar também por seu mestre das letras, o que não alcançou, e o que me estorvou a mim se deu a António Pinheiro, bispo agora de Miranda...» Depois da primeira denúncia, o viperino jesuíta foi ampliá-la dois dias depois em 7 de Setembro de 1545; e passados cinco anos, em 24 de Setembro de 1550, apresenta-se na Inquisição de Lisboa a avivar a denúncia feita em Évora, desesperado por não lhe terem dado andamento, porque o P.º Gaspar Barreiros não promovia o processo, talvez por ser amigo de Damião de Góis e sobrinho de João de Barros. Pode-se explicar esta fúria do P.º Simão Rodrigues, por ter sido despachado Damião de Góis para a serventia de Guarda-Mor da Torre do Tombo, alvará de 3 de Junho de 1548 *«em quanto Fernão de Pina não for livre dos cargos porque ora é prezo e acusado, em maneira que o possa servir.»* A nova denúncia em Lisboa seria para obstar ao despacho definitivo, por isso que Fernão de Pina não foi reintegrado. Em carta de 14 de Fevereiro de 1549 à Rainha, queixa-se Damião de Góis dos embaraços que causa ao serviço do Arquivo estar uma das chaves em poder do contador Afonso de Miranda em Santarém. Nesta denúncia preparava a rede para ser forçado Damião de Góis a declarar os nomes dos indivíduos com quem tivera relações na Alemanha: «declarou que Damião de Góes tinha autoridade entre os luteranos – por ele lhe f aliar em muitos dos luteranos e mostrar que tinha com eles amizade...» Nesta propaganda traiçoeira, Damião de Góis procura atalhá-la inscrevendo a sua família na irmandade do Espírito Santo de Alenquer e dota várias igrejas com alfaias e imagens. É possível que ainda a Inquisição não promovesse a sua prisão, por ser um dos conselheiros o seu parente Fr. Jerónimo de Azambuja. A amizade do Infante D. Luís,

que lhe suscitara o trabalho de um *Livro de Linhagens*, baseado em documentos, cobri-lo-ia contra o fanatismo boçal de seu irmão o Cardeal-Inquisidor. Em 1552, baptizando em 18 de Setembro seu filho Frutos de Góis, convidou então para padrinho o seu grande amigo o Cronista das *Décadas da Índia*, João de Barros, do mais alto valimento na corte. Para compensá-lo da escusa de Mestre do Príncipe D. João, já despachado Guarda-Mor da Torre do Tombo, foi encarregado de escrever a *Crónica do Rei D. Manuel*. É nesta situação desafogada, segura, que se desenvolve a sua grande actividade, reorganizando o Arquivo nacional, e entregando-se ao encanto da sua arte querida, a Música. Disso lhe fez carga na Inquisição um vil delator João de Carvalho Patalim, vizinho de Damião de Góis: «via ele que entravam alguns estrangeiros em casa de Damião de Góes e diziam que comiam e bebiam e por muitas vezes ouviu ele testemunha cantarem cousas que ele não entendia, somente ouvia as vozes, e durar aquilo por muito espaço, e que não eram cantigas que cá costumam cantar-se, e os que cantavam eram o dito Damião de Góes e o Jacques que faz os óculos e Adriano Lúcio já defunto e outros que não conhecia, e que era ordinário entre eles fazerem isto, e comerem e beberem.»¹ (Fl. 116). Outro depunha: «que comiam, bebiam e cantavam cantigas e tangiam órgão.» (Fl. 119). A perfídia jesuítica enveredava pelo caminho de atribuir a Damião de Góis as quadras virulentas da *Maria Pinheira*, que chegaram anónimas diante de D. João III, para conhecer o sangue judaico do seu favorito ministro Conde da Castanheira. É possível que na família dos Ataídes acreditassem na odiosa imputação. A corrente ia engrossando, e por 1564 é acordado o ódio dos Braganças; o testemunho do poeta Pedro de Andrade Caminha, camareiro do Infante D. Duarte falecido em 1550, e depois de seu filho o Duque de Guimarães, disse em um depoimento repugnante: «que seis ou sete anos (1564) mais ou menos, que foi no tempo que Damião de Góes escrevia a *Crónica del Rei D. Manoel*, o dito Damião pediu a ele denunciante que lembrasse à Infante D. Isabel (de Bragança), que lhe mandasse algumas lembranças do Infante D. Duarte, seu marido, porquanto havia de fazer dele memória na dita *Crónica*. E lembrando ele isto à III ante, ela lhe disse que tinha mandado ao dito Damião de Góes algumas lembranças de como morrera; e depois disto achando-se ele denunciante nos Paços da Ribeira – Damião de Góes lhe respondeu – Que não havia na morte homem que não dissesse quatro parvoíces.» (Fl. 64 v^o). Referia-se às visões e profecias do desgraçado Infante epiléptico. O fanatismo de D. Isabel de Bragança, ficou com horror ao que falara assim das provas de santidade do marido; e pelo seu director jesuíta facilmente concitaria o Infante Cardeal que governava na menoridade de D. Sebastião. O que escreveria Damião de Góis na *Crónica de D. Manuel*, em que inevitavelmente tinha de tratar da *traição* do Duque de Bragança, da reabilitação da família, do assassinio da Duquesa D. Leonor de Gusmão por seu marido D. Jaime! A *Crónica de D. Manuel*, em cuja redacção gastou Damião de Góis nove anos, apareceu à luz em 17 de Julho de 1566, dos prelos de Francisco Correia, *impressor do Sereníssimo Cardeal Infante*; foi revista por Fr. Manuel da Veiga, que aparece depois como julgador na Inquisição. Enquanto se imprimiam a Terceira e Quarta parte da *Crónica*, em 1567, foi pausadamente lida a Parte I, antes de circular em público, e secretamente foi alterado o texto por ordem do Cardeal D. Henrique e ao grado da cunhada viúva do Infante D. Duarte. O problema bibliográfico dos dois textos da *Crónica de D. Manuel* envolve o problema histórico que arrastou Damião de Góis aos horrores do Santo Ofício.

Em 18 de Novembro de 1566 obteve Damião de Góis, a graça da sobrevivência do lugar de Guarda-Mor da Torre do Tombo para seu filho Ambrósio de Góis; e em 19 de Novembro de 1567 a deste mesmo filho o substituir no seu impedimento. É natural que a Damião de Góis, vendo sustada a vulgarização da *Crónica de D. Manuel*, lhe chegasse a atoarda dos ressentimentos causados pelas suas narrativas verídicas sem

convenções hipócritas. É no meio destas angústias tácitas que faleceu sua dedicada esposa Joana de Harguen em 25 de Setembro de 1567, como consta do Livro da Paróquia de Santa Cruz do Castelo. Não foi somente o apoio moral e equilíbrio do

espírito que Damião de Góis perdeu com o passamento de sua esposa; surgiu um novo ódio em seu genro Luís de Castro sobre a partilha da herança materna que competia a Catarina de Góis. Esse miserável Luís de Castro era fidalgo da casa do Cardeal-Infante Inquisidor-Geral, e seu tesoureiro; tornou-se logo instrumento do rancor do Cardeal. No meio deste desmoronamento da vida doméstica, começou a *peste grande* de 1569, e Damião de Góis alude à doença em que se viu; é pois de presumir que desconhecesse a reimpressão da *Crónica do Rei D. Manuel* em que se truncou, alterou e se substituiu o seu texto histórico. O homem que se prestaria a praticar esta ignomínia era esse D. António Pinheiro, bispo de Miranda, que atravessaram diante de Damião de Góis, quando foi convidado para mestre do Príncipe D. João. O caderno que emenda os capítulos 23 e 27 da Parte III da *Crónica de D. Manuel*, que se acha na Biblioteca Municipal do Porto, tem as emendas «de uma mão que nos parece *ser do Dr. António Pinheiro, bispo de Miranda*, que então figurava no Conselho do Estado.»¹⁶¹

O facto de se encontrar o examinador das três partes da *Crónica*, Frei Manuel da Veiga, em 1566, assinando como juiz em 4 de Julho de 1571 no processo do Santo Ofício contra Damião de Góis, revela que já se organizara o plano para dar cabo do insigne historiador. A quarta parte da *Crónica*, que entrara no prelo em 1567, aparece examinada por Fr. Francisco Foreiro em 2 de Janeiro de 1566, antedatada dezanove meses! Se Damião de Góis conhecesse estas dolosas alterações da sua obra, não ficaria esse facto, móbil da sua perseguição, em completo desconhecimento até ao meado do século XIX. A publicação em 1838 dos capítulos da Parte terceira mandados substituir acordou a curiosidade dos bibliófilos, e poucos anos depois o Dr. Monteverde da Cunha Lobo teve a ventura de achar um fragmento da Parte primeira e segunda da *Crónica*, em que se lhe depararam grandes variantes de texto e deformações tipográficas. Pelo exame a que procedeu o Visconde de Azevedo em 1866, tem essa Parte I o mesmo número de folhas e de capítulos, mas no final uma vinheta; os mesmos caracteres tipográficos e o mesmo Impressor do Sereníssimo Cardeal: «no meio do livro não eram idênticas as linhas da impressão por causa das *muitas e notáveis variantes que se liam neste exemplar*, comparado com os geralmente conhecidos...» Falsificou-se a edição de 1666, substituindo-se folhas e parágrafos, onde conveio alterar o texto, e este arranjo fez-se com a perícia técnica do Impressor do Cardeal Inquisidor.

Hoje que essas variantes estão publicadas, pelo seu conteúdo se reconhecem os personagens que mascararam com a prisão e processo inquisitorial o seu ódio pessoal contra Damião de Góis, figurando no primeiro plano os Braganças. Cortaram a referência à morte de D. João II:

«*Sua morte não foi sem nela haver suspeita de lhe terem dado peçonha.* (Cap. I, fl. 2).

No capítulo VIII, dos *desterrados pelo caso das treições*, foi cortada na epígrafe a frase do crime do Duque de Bragança, e no texto foram cortadas as linhas relativas aos filhos dele D. Jaime e D. Dinis «*que lá andavam desterrados pelo negocio das treições*, que livremente se podiam voltar a o Regno, o que fazendo havia por bem de os restituir

¹⁶¹ *Museu Portuense*, de 1 e 15 de Agosto de 1838. Em nome de D. Sebastião, mandava-se pelo seu secretário de Estado: «Vi os capítulos que me enviastes, assim o que fala do Cardeal meu tio, como o que toca às coisas de el-rei D. Fernando. No Cardeal mandei emendar o que vereis, e no de El-rei D. Fernando mudar o que também vereis pelo caderno que com esta vai, conforme ao qual o fareis lançar em seu lugar.» Eis o que é a história oficial ou clássica.

nos bens que El rei Dom João mandara confiscar». O texto foi assim modificado e «que lá andavam desterrados por causa das aventuras que aconteceram em vida dei Rei Dom João...».

O texto referente às doações feitas ao Duque de Bragança D. Jaime foi cortado e substituído com uma forjada carta de D. Manuel. No texto amputado vêm estas revelações: «a grandeza da qual mercê fez fazer a muitos vários juízos, dizendo uns, que mais de poder ausoluto a fizera el-Rei que não de Conselho nem rezam que tivesse para dar tantas vilas e fortalezas e tão importantes à coroa do regno; outros escusavam isto pondo a culpa a infante Dona Beatriz sua mãe e à rainha D. Leonor, irmã dei Rei, por lhe fazerem fazer, parte por rogos, parte por muita importunação; outros que mais tiravam ao vivo, diziam que taes bens se não podiam dar, visto que *elrei dom João mandara em seu testamento, que não somente os não restituísse a os culpados nas traições, mas ainda por nenhum modo os recolhesse em seus Regnos nem em sua graça.* Nas quais práticas com muitas alterações se trataram então por muito tempo na corte...»

E sobre o assassinio da duquesa de Bragança D. Leonor de Gusmão por seu marido D. Jaime, foi amputado o facto odioso: «a qual Duquesa Dona Leonor ele matou às punhaladas com um seu page de sobrenome Alcoforado com quem tinha suspeita que lhe fazia adultério, e acabo d'oito anos se casou...»

Isto basta para determinar o motivo dos ódios e as altas personalidades que se serviram do idiótico Cardeal Inquisidor para friamente se vingarem de Damião de Góis.

Tudo ficou ignorado durante séculos e na impunidade moral. Só em 1738 é que D. António Caetano de Sousa, na sua aparatosa *História Genealógica da Casa Real*, increpando o cronista Damião de Góis, alude à epígrafe suprimida do cap. VIII: «não tratou esta vinda do Duque com a reflexão que merecia a Casa de Bragança, dizendo que *andavam desterrados pelas traições...* para que assim lhe caíssem bem os rogos da Duquesa, sua mãe e da Infanta sua avó, para persuadirem a El Rei, querendo desta sorte deixar em duvida de que mais movera El Rei, tanto da justiça, que elas tinham, como do amor do sangue.» (*Hist. Gen.*, V, 437). D. António Caetano de Sousa refutando essas passagens da *Crónica de D. Manuel*, fê-lo sobre exemplar secreto que se guardava no Arquivo da Casa de Bragança com o mesmo interesse com que D. Pedro V tratou de adquirir o exemplar *único* achado pelo Dr. Monteverde da Cunha Lobo. Do ódio dos Braganças contra Damião de Góis fala D. António Caetano de Sousa, desvendando os factos: «e assim estes Senhores (de Bragança) ficaram mui pouco obrigados ao Cronista Damião de Góis, sendo do mesmo parecer o Cardeal Infante D. Henrique, o Senhor D. Duarte seu sobrinho, filho do Infante D. Duarte, e todos os mais senhores da Casa de Bragança, como vimos em cartas originaes, daquele tempo que estão no Arquivo da Casa de Bragança, nas quais sentem o modo com que na *Crónica* com que então saíra à luz Damião de Góes em 1566, tratava dos interesses particulares desta Casa; e justamente se queixavam do pouco que o Cronista se lembrou dos serviços que os Senhores desta Sereníssima Casa haviam feito à Coroa; e também não lhe era necessário para a Historia que escrevera pôr no principio da *Crónica* deste Rei, algumas clausulas do testamento del rei D. João II, principalmente as que se dirigiam, ainda que não claramente a desfavorecer esta grande Casa, as quais (suposto que com reбуço) se entendem encaminharem-se a este fim...» É evidente que D. António Caetano de Sousa conheceu donde proveio a perseguição contra Damião de Góis, e alude directamente ao texto da lição suprimida da *Crónica*, conservando esse segredo *religioso*. Quando três anos depois, o abade Barbosa Machado na *Biblioteca Lusitana*, tratava de Damião de Góis, em 1741, teve uns certos vislumbres acerca da *Crónica de D. Manuel*: «nesta edição se tiraram algumas cousas que tinham causado desgostos ao seu autor.»

Indicando à toa a edição de 1617-19, esta referência aos desgostos de Damião de Góis suscitara o Arcediago de Barroso a fazer o cotejo com a edição de 1566, concluindo: «lendo-a com a segunda, mal pude descobrir as emendas, *nem o que fosse capaz de causar os graves desgostos que aqui declara a Biblioteca Lusitana.*» Hoje, pela descoberta do Dr. Monte-Verde, e publicação do processo inquisitorial de Damião de Góis, ficou bem patente o problema literário, que esclarece o problema histórico.

Estava tudo combinado para despenhar Damião de Góis em um cárcere da Inquisição, escouceando esses padres boçais um dos grandes vultos do Humanismo europeu. Lá sentenciava no execrando Tribunal *Fr. Manuel da Veiga*, que conhecia bem a *Crónica de D. Manuel*, para fazer valer as denúncias que estavam arquivadas no Santo Ofício de Évora de 1545 e de Lisboa de 1550. Já tinha falecido em 1570 o cronista João de Barros, compadre de Damião de Góis, que exercia alta influência na corte; e o genro do insigne humanista, Luís de Castro, da Casa do Cardeal Inquisidor planeando as vantagens da prisão do sogro na partilha das legítimas por morte de D. Joana de Arguen. Assim em 31 de Março de 1571 o Conselho Geral da Inquisição vota a pronúncia e prisão de Damião de Góis: «Foram vistos estes autos diante de *s. a...*» isto é Sua Alteza o Cardeal Infante. Preso e entregue a Inquisição em 4 de Abril de 1571, cinco dias depois foi o genro acusá-lo de heresias que lhe ouvira em conversas com ele e seu filho Ambrósio de Góis. O último despacho feito por Damião de Góis como Guarda-Mor da Torre do Tombo foi assinado a 4 de Março de 1571; em 31 deste mês era pronunciado pelo Conselho da Inquisição, e por surpresa «*com todo o resguardo e quietação*» capturado em 4 de Abril. O processo foi morosamente arrastado para ver se o perseguido septuagenário morria no cárcere, em que apenas cabia um só preso, sem se poder deitar, recebendo a luz por uma fresta alta e conservando em um caneco por oito dias os dejectos! Aquele homem abastado, organização de artista, conhecido em toda a Europa pelos maiores eruditos da Renascença, pedia que o julgassem, por que se achava coberto de sarna e ozagre, e lhe prestassem um livro Latino com que se aliviasse das vivas recordações. O seu crime era ter sido amigo de Erasmo, e ter encontrado nas missões políticas às cortes do norte alguns dos vultos célebres da Reforma. Escrevia ele aos seus Inquisidores, em 14 de Julho de 1572: «Eu estou tão mal disposto, e não só de uma doença mas de três, que são, vertiguo, rins e sarna como espécie de lepra, que qualquer pessoa que me vir se for próxima se moverá à piedade, por que em meu corpo não ha cousa sã; tem-me vossas mercês aqui *prezo ha já dezesseis meses...* fui sempre católico cristão... E se por ventura me querem contar por erro haver sido amigo de Erasmo Roterdamo e seu hospede quatro meses pouco mais ou menos em Friburgo, de Brisgoia, cidade católica e Universidade celebre de Áustria, não vejo causa porque sua amisade me seja prejudicial, porque ele nunca foi reputado, nem condenado por herege, por que se tal fora eu o não comunicara, da boca do qual – eu nunca ouvi palavra nem tivemos nunca pratica em que nele pudesse sentir senão que era muito católico cristão e inimicíssimo de Lutero e de sua heresia...» (Fl. 149). Na sua santa ingenuidade ainda confiava apiedar o idiótico Cardeal: «peço que desta minha carta dêem relação ao cardeal, para que Sua Alteza *com olhos de caridade proveja em minha soltura...* E apresentando a lista das ofertas de quadros, imagens e alfaias a várias igrejas desde o ano de 1526 (fl. 106 e 107) pede que mandem cópia «ao Cardeal, para ver Sua Alteza *(se de mim tem algum rancor, procedido de más informações)* que sou eu alheio do que por ventura lhe tem dito – hoje XVI de Fevereiro de 1572». O desgraçado cronista desconhecia o rancor felino de D. Catarina de Bragança, sobrinha do Cardeal, e para mais o ferirem, em 27 de Fevereiro é despachado para o seu lugar de Guarda-Mor da Torre do Tombo o Dr. António de Castilho, chegado de pouco de uma enviatura a Inglaterra. Defendendo-se de acusações estultas julga que basta a sua justificação «*sem*

mais me vexarem sobre setenta anos de idade, certa criação e serviços a cerca deste reino e sempre com nome de homem que viveu bem e com honra.» (Fl. 142). Pedia o julgamento: «que me despachem com brevidade *para me ir curar a minha casa e prover no desamparo dela – dando-me a penitencia que lhes parecer que mereço sobre prisão de dezasseis meses.»* (Fl. 147).

Só quando os inquisidores reconheceram que o velho cronista podia morrer no cárcere, por acórdão de 16 de Outubro de 1572, deram a Sentença condenando Damião de Góis a cárcere perpétuo e abjuração solene em 6 de Dezembro, remetendo três dias depois, certidão ao Juízo do Fisco para tomar posse dos bens do condenado, e entregue ao mosteiro da Batalha para o cárcere penitencial em 19 do mesmo mês e ano de 1572, como lhe designara o Cardeal. Com cinismo termina a sentença: «das mais *penas publicas* o relevam visto a *qualidade do caso e de sua pessoa*, com outras considerações que a isso se houveram.» Esta atenciosa hipocrisia mascarou o crime, que ficou vago e misteriosamente conhecido até ser ignorado completamente.

Sobreviveu Damião de Góis por todo o ano de 1573, sendo-lhe permitido sair da Batalha para ir tratar-se no meio da sua solidão doméstica, sendo numa dessas jornadas que se deu o acidente da sua morte em 30 de Janeiro de 1574, segundo refere Cornélio Loos em uma pequena biografia: «*Acharam-no morto em sua casa, por uma apoplexia ou afogado pelos seus criados para o roubarem.»* Confiscados os seus bens, nada havia que roubar. Coincide essa morte com o desaparecimento do filho mais novo do Conde da Castanheira, D. Jerónimo de Ataíde, casado, que se recolheu a um convento em Aragão, onde professou. Damião de Góis não foi *queimado* pelo Santo Ofício, mas a tradição jesuítica completou pela lenda essa intenção: «sendo muito velho e *estando ao fogo*, recolhida sua família, *caiu nele* com um acidente e ao outro dia acharam-no morto e meio queimado.» (P.^o Francisco da Cruz). E em outra forma no espírito inquisitorial: «Não saiu em Auto público, *mas não deixou de ser misteriosa a sua morte... caiu sobre o fogo* e o foram achar morto e meio queimado.»¹⁶²

Fernão Lopes de Castanheda, um dos primeiros cronistas da Índia, era natural de Santarém, e filho ilegítimo de Lopo Fernandes de Castanheda, primeiro Ouvidor de Goa. Acompanhou seu pai para a Índia em 1528, e ali compilou todos os factos que compreendem os cinquenta anos da sua *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Relata as condições em que escreveu, e que abonam a sua veracidade: «Mas que a fui saber à Índia, passando na viagem bravas e vivíssimas tormentas com que me vi perto da morte e sem esperança da vida, com trabalhos, de grandes fomes e de muito maior sede. E lá com mil perigos, em mui espantosas pelepas de bombardas, espingardadas sem conta; e antre elas soube eu a verdade do que havia de escrever de muitas cousas de vista e ouvido.» Já em Portugal e entregue à redacção histórica, procurava todos os que sabia terem estado na Índia, para consultá-los: «E assi em trelados e lembranças que muitos curiosos escreveram o que se fazia naquele tempo.» Assim Castanheda define o processo da elaboração da história: «E por isso quem há-de escrever história, há-de fazer as diligencias que eu fiz e ver a terra de que há-de tratar, como eu vi, que assi o fizeram esses historiadores antigos e modernos. E bem sentia isto el-rei Dom Afonso o Quinto de Portugal, quando mandou Gomezeannes d'Azurara, cronista destes reinos a Alcáceres pera lá escrever como testemunha de vista o que os nossos fizessem.»

¹⁶² O sr. Guilherme J. C. Henriques descobriu no Cartório da igreja de Santa Maria da Várzea de Alenquer o assento do óbito – Ano de 1574 – «Aos XXX. dias do mes de Janr.^o do año de jb^olxxiiij faleço damião de guoes e foi enterrado na capela mor desta igr.^a e na verdade o asiney dia mes e año ut supra. Eu *Luiz Velho.*»

Castanheda foi guerreado por duas ordens de influências, os eruditos e os descontentes com a franqueza das suas narrativas. Contra os eruditos alega a importância que a sua *História* achara fora de Portugal: «Do que é testemunho imprimir agora em Paris em língua francesa o primeiro livro desta *Historia*, que tornou na mesma língua Mestre Nicolau (Grouchy), que cá foi lente d'Artes no *Colégio Real...*» Também aparecem traduções castelhanas e italianas. Os descontentes com a sua imparcialidade fizeram com que o nono e décimo livros fossem suprimidos, como no-lo descobre Diogo do Couto narrando o caso do requerimento de alguns fidalgos a D. João III, que por terem-se achado no segundo Cerco de Diu, pediam que o rei mandasse eliminar o décimo livro de Castanheda por motivos de suas honras.¹⁶³ Em nota autógrafa de Damião de Góis na *História do Descobrimento e Conquista da Índia*, de 1552-54 e 61, vem a declaração: «que a Rainha D. Catherina tinha mandado suspender a impressão quando se completou o 8º Livro.» Confirma a asserção de Diogo do Couto. Os dois livros finais ficaram inéditos. A este tempo (1559) já Fernão Lopes de Castanheda não era vivo, «que com o fim da *Historia* se lhe acabou a vida, que tinha muito trabalhada de muitas indisposições causadas de continuo cuidado e de continuas vigílias e leitura de muitos papeis que da índia trouxera». Castanheda nunca encontrou recompensa de suas fadigas, e para sustentar a família conseguiu apenas o miserável emprego de Bedel da Faculdade de Artes e Guarda do Cartório da Universidade: «Gastei vinte anos, que foi o melhor tempo da minha idade, e nele fui tão perseguido da fortuna e fiquei tão doente e pobre, que por não ter outro remédio com que me mantivesse, aceitei servir uns officios na Universidade de Coimbra, onde no tempo que me ficava desocupado do serviço deles, com assaz fadiga do corpo e do espirito acabei de compor esta *Historia*, que reparti em dez livros.» Chega até ao governo de D. João de Castro. Tal é a individualidade do cronista; a sua obra tem o colorido original de um tal carácter, e nela desde 1552 se inspirou Camões na elaboração dos *Lusíadas*.

António Galvão – Cronista cuja personalidade extraordinária toca o assombro; dotado de excepcional cosmopolitismo a que obedecemos desde as expedições marítimas do século XV, animado do interesse científico dos espíritos da Renascença, Galvão obedeceu à paixão ideal e já extinta do civismo, ou o amor da pátria que nos tornou grandes na civilização moderna. Era quinto filho do antigo cronista Duarte Galvão (n. 1446, m. 1517), nascido fora do matrimónio, na Índia¹⁶⁴; foi nomeado capitão de Malaca em 1536 pelo governador Nuno da Cunha, conseguindo remediar, pela sua prudência, todos os erros dos antecessores. Depois de ter aumentado em mais de quinhentos mil cruzados o rendimento da coroa, foi-lhe oferecido o trono de Ternate, por se achar ali extinta a dinastia; findo o triénio do seu governo, regressou à Índia e depois a Portugal, e quando esperava a recompensa de tantos sacrifícios, achou a indiferença e a miséria, tendo de acolher-se ao hospital onde era sustentado alternadamente por alguns amigos. Neste lamentável estado viveu dezassete anos, sem conseguir despacho aos seus requerimentos, de modo que para o enterro, em 1557, a confraria da corte ocorreu com as despesas e o hospital com a mortalha. Entrou para o serviço do estado com uma fortuna apreciável, e nem depois de morto lhe pagaram uma parca dívida contraída. Passados seis anos, é que o seu testamenteiro e amigo Francisco de Sousa Tavares conseguiu publicar o notável livro *Tratado dos diversos e desvairados caminhos por onde nos tempos passados a Pimenta e Especiaria veio da Índia às nossas partes, e assi de todos os Descobrimentos antigos e modernos que são feitos até à era de 1550*. No meio das suas doenças e decepções, fiado sempre em que a injustiça

¹⁶³ *Década IV*, liv. 5, cap. I.

¹⁶⁴ Cardoso, *Agiolégio Lusitano*, t. II, p. 140.

da sua época não prevaleceria contra a integridade de que era dotado, António Galvão ocupava-se no labor deste livro, escrito nas torturas «de ânimo afligido» como diz o seu editor e amigo.

João de Barros, nasceu em Viseu em 1496; educado sob a disciplina da erudição humanista, preparou o seu estilo histórico escrevendo a difusa novela de cavalaria *Clarimundo* e tomando Tito Livio, analista retórico, para seu modelo. Tendo seu tio Lourenço de Cáceres, mestre do Infante D. Luís, falecido em 1531 sem ter cumprido o seu compromisso como Cronista-mor do reino a quem competia escrever a História da Índia, João de Barros ofereceu-se a D. João III para desempenhar esse encargo. Plagia no primeiro livro das *Décadas a Crónica da Conquista de Guiné* de Azurara, fiado na existência do único exemplar manuscrito que possuía, mas corrige a glorificação do infante D. Henrique mostrando como as navegações da pretendida escola de Sagres eram um mercantilismo com que o Mestrado de Cristo resistia contra a centralização monárquica. Paulo IV fez colocar o busto de João de Barros no Vaticano ao lado do de Ptolomeu. A vida de João de Barros foi perturbada com desastres comerciais, que lhe não macularam a honradez; já velho, retirou-se à sua quinta da Ribeira de Alitem, em Pombal, onde faleceu ao fim de três anos, em 20 de Outubro de 1570, com setenta e quatro anos de idade, ficando por sua morte exposto à vingança dos Braganças o cronista Damião de Góis, seu íntimo amigo e compadre.

Em 1591, Filipe II mandou arrecadar os fragmentos das obras de João de Barros, entre eles o da *Década quarta*, em poder de sua nora D. Luísa Soares, mulher de Jerónimo de Barros; foram estes papéis entregues a D. Fernando de Castro Pereira, mas tendo falecido pouco depois, vieram para o Colégio de S. Roque para serem entregues ao jesuíta Cristóvão Clávio; como este não veio de Roma, foram mandados entregar a Duarte Nunes de Leão, que não pôde tirá-los a limpo, cumprindo este encargo, por ordem de Filipe III em 1616, o cosmógrafo e cronista-mor do reino João Baptista Lavanha.

Gaspar Correia – Precedeu quinze anos na sua actividade militar e histórica a Femão Lopes de Castanheda. As notícias biográficas do autor das *Lendas da Índia* são quase nada, para o que era de esperar do seu editor académico Rodrigo Felner. No seu estudo *O assassinato de Gaspar Correia*, o professor António Maria de Freitas projectou a luz de um extraordinário documento, por onde se vê que o diligente cronista dos primeiros cinquenta anos do Descobrimento e Conquista da Índia foi mandado assassinar por D. Estêvão da Gama, bisneto do Conde Almirante por despeito de soberba melindrada por julgamento histórico. Gaspar Correia era filho de Pedro Correia Paio; nasceu em 1495, como se infere da sua declaração, de ter embarcado para a Índia com dezassete anos na armada de Jorge de Melo Pereira em 1512, dezasseis anos depois da Índia descoberta, acompanhando-o também para Cochim. Pela sua curiosidade de espírito interessou-se pelo grandioso e recente facto, inquirindo notícias das testemunhas vivas, mesmo entre os mouros e índios, e redigindo ao vivo as cenas dialogadas que caracterizam as suas narrativas, não se poupando jornadas, indo a Cananor e Cochim com esse intuito. Caindo-lhe na mão o Diário do P.^o João Figueira, capelão da nau de Vasco da Gama, esse precioso testemunho mais o animava a verificar as notícias confusas que corriam, e assim formou o plano da obra da sua vida. Serviu com Afonso de Albuquerque, até a sua morte em Dezembro de 1515; aparece provido em 1526 para a escrivania de Sofala, e em 1527 na da alfândega de Cochim. Esteve de regresso em Lisboa em 1529, aparecendo o seu nome nas moradias, e no recibo de Junho desse ano a sua assinatura. Voltou para a Índia, onde casou, e vivia em Malaca

em 1561 trabalhando na sua obra histórica, aperfeiçoando-a, como o revela pelos dois traslados. Vivia também em Malaca o jovem D. Estêvão da Gama, que mandou assassinar o cronista por Henrique Mendes, do trato familiar do honrado velho. Os quatro volumes das *Lendas da Índia* foram assim roubados e que Miguel da Gama, tio de D. Estêvão, disse ter comprado em Goa, os quais trouxe para Lisboa em 1583, ficando sequestrados por séculos no arquivo dos descendentes do Conde Almirante. É de alto valor o requerimento da viúva de Gaspar Correia ao Vice-rei D. António de Noronha (1564) que deixou impunes os assassinos:

«Senhor. – Diz Ana Vaz, mulher forra que foi de Gaspar Corrêa, cavaleiro da Casa del Rei nosso senhor, e da Ordem de S. Tiago, em seu nome e de seu filho órfão menor António Correia, filho desta e do dito Gaspar Corrêa, – diz e aqueixa e clama e pede justiça a Deus e a el Rei nosso Senhor e a Vossa Mercê que em nome de Sua Alteza vem para a fazer da morte que sem causa e sem razão nem justiça foi pruvicadamente dada ao dito Gaspar Corrêa, que saltaram uma noite com ele nesta cidade de Malaca e o mataram com muitas feridas, que lhe deram os matadores, e os matadores foram vistos e conhecidos quem eram, e sobre isso se não fez nenhuma diligencia, mas antes pruvicadamente e sem temor de Deus nem das justiças andam e andaram sempre em companhia de D. Estêvão, capitão.

«E Anrique Mendes que foi o principal matador, sempre com ele comeu e bebeu; por onde eu e o dito órfão passamos muitas necessidades e ao desamparo nos perdemos. Pelo que pedimos a Vossa Mercê e requeremos da parte de El rei nosso senhor, queira saber os matadores quem foram e com justiça os castigue, porque D. Estêvão com seu cargo o não quis fazer, e eu com o seu temor o não ousei de requerer; no que receberemos justiça e mercê.»

Ficou apenas na história este documento para justiça eterna. Felner estranha que Diogo do Couto não fale nas *Lendas da Índia*, supondo que Miguel da Gama as comprara em Goa. Elas foram roubadas pela violência, ficaram sequestradas na casa dos descendentes do Conde Almirante e apenas vagamente a elas aludem Francisco de Andrade e Frei Luís de Sousa. Hoje estão restituídas à nação pela publicidade.

Diogo do Couto –, foi encarregado por Filipe II de continuar as *Décadas* de Barros, escrevendo da IV até à XII *Década*. Começou pela X *Década*, porque abrangia o reinado daquele novo dinasta; passou depois a escrever a IV, V, VI e VII. Tendo-lhe sido furtado durante uma grave doença, o manuscrito das restantes, resumiu-as dos seus borradores na VIII *Década*, que se publicou em 1673; um fragmento da IX e X foram impressas em 1736, com um resumo da XI; metade da *Década* XII; imprimiram-se os primeiros cinco livros em Paris em 1645. Tais como se encontram andam incorporadas com a edição das *Décadas* de Barros. (Ed. 1777 a 1778; 1778 a 1788). Distingue-se este cronista pelas observações dos costumes e pela narrativa pitoresca aproveitada das conversas dos próprios heróis que memora. Amigo íntimo de Camões, Diogo do Couto era também poeta e soldado; foram-lhe precisos dez anos de batalhas na Índia, para que a natureza tornasse a despontar sob as devastações da educação jesuítica do Colégio de S. Roque.

Nascido em 1542, e protegido pelo Infante D. Luís, partiu para a Índia aos dezassete anos, na armada de 1559. Severim de Faria fala das suas obras poéticas, hoje perdidas: «Compôs alguns poemas assi na língua vulgar, em que teve particular graça, tudo obras líricas e pastoris, de que deixou um grande tomo de Elegias, Éclogas, Canções, Sonetos e Grosas.» No regresso a Portugal em 1570, foi um dos que socorreram Camões «seu matalote e amigo». Na continuação das *Décadas*, Couto sustentou uma nobre independência de juízo, dizendo sobre a supressão do décimo livro

de Castanheda exigida pelos partidários de D. João de Castro: «A estes e outros riscos se põem os escritores que as escrevem em quanto vivem os homens de quem o fazem; ...nem por respeito, nem por temor deixaremos de as falar; e posto que também em algum tempo se mande recolher algum volume dos nossos, outro virá em que se elas manifestem.» Por causa desta independência, a *oitava* e *nona Décadas* foram roubadas a Diogo do Couto em uma ocasião em que estava doente. O carácter nacional achava-se já bastante degradado, «pois houve alguém que dizia publicamente que *não queria andar em Crónicas*, fazendo pouco caso que nelas se tratasse dele com elogios ou vitupério». Diogo do Couto foi nomeado Guarda-mor do Arquivo da Índia, e morreu em Goa em 10 de Dezembro de 1616.¹⁶⁵

Muitos são os cronistas do século XVI, que na sua feição literária se ressentem da depressão autoritária do meio social, tendo embora o relevo da grande época em que viveram e de que foram testemunhas mais ou menos conscientes. Merece menção especial Brás de Albuquerque com os *Comentários de Afonso de Albuquerque*, essa *nua e chã pintura*, como os caracteriza o poeta quinhentista Dr. António Ferreira. Com a reacção do fim do século, também a história decaiu das narrativas convencionais dos Cronistas Mores do Reino para os cronistas monacais, de um Francisco de Andrade para Frei Bernardo de Brito, seu sucessor. A erudição da Renascença era pervertida pela fábula efemerizada e pela legendogonia medieval. As duas partes da *Monarquia Lusitana* de Fr. Bernardo de Brito caracterizam o género.

Ele aceita em boa fé os documentos forjados por Ânio de Viterbo, e elabora dramaticamente as lendas troianas para historiar as origens de Portugal. Os falsos cronicões espanhóis, e a fabricação de documentos apócrifos por Lousada e Higerá, revelam-nos que esta decadência obedecia a causas mais profundas do que a incapacidade individual. Os institutos monacais organizaram também especiais Crónicas, não para mostrarem a sua cooperação na ilustração portuguesa, mas para preconizarem as devotas doações e as beatificações fradescas. Contra o prurido retórico da história destaca-se pela negligência e simplicidade do estilo, Frei Marcos de Lisboa, na *Crónica dos Menores*, mas sem o sentimento poético da antiga tradição dos claustros franciscanos, embora traga intercalada no seu texto uma boa parte das composições de Jacopone da Todí, traduzidas em português. A *Crónica da Companhia*, do Padre Baltazar Teles, é secamente correcta.

O Dr. Gaspar Frutuoso escreveu, sob o título de *Saudades da Terra*, em 1590, a História das Ilhas dos Açores, do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens; serviu-se

¹⁶⁵ Transcrevemos o seguinte documento inédito sobre Diogo do Couto, com valor autobiográfico:

«Viú-se nesta Mesa uia petição que V^a Mag.^{de} a ela remeteu de *Diogo do Couto*, coronista e guarda-mor da Torre do Tombo do Estado da Índia, em que diz que V^a Mag.^{de} lhe fez mercê do habito da ordem de xpo, com trinta mil rs. de tença; e por que está nas ditas partes da índia e neste reino não tem quem corra com sua abonação e possa fazer as provanças que se requerem, P. a V.^a Mag.^{de} mande passar provisão para *na Índia onde ha cinquenta anos que vive*, se possam fazer, por haver nela muitas pessoas de sua criação que lhe conheceram Pay, mãe e parentes e suprir na abonação de seus avós Gaspar do Couto, que foi do Infante Dom Luiz, e Vasco Serrão de Calvos, juiz que foi do Terreiro do Trigo desta cidade de Lx.^a que ha mais de cem anos que são falecidos, e com ele ser de setenta os não conheceu, e não haver hoje quem se lembre deles; e constando seu Pai Gaspar do Couto e sua mãe Isabel Serrão de Calvos serem nobres e sem raça algũa de mouros nem judeus, e pela opinião que dele ha em toda a índia, lhe seja lançado nela o habito e dispensar na idade que o Regimento manda.

– Pareceu que V^a Mag.^{de} não deve ser servido abrir porta a semelhante requerimento, como é fazerem-se na Índia as provanças dos avós do suplicante que naceram neste Reino, contra o Regimento que neste caso V^a Mag.^{de} tem passado, e fazendo-se as provanças nele se terá respeito ao que alega acerca de se lhe admitir a provança que neste caro houver lugar, visto a antiguidade de seus avós; e no que toca a idade depois se defirirá a este requerimento como se costuma fazer. Lx. 8 de Fevereiro de 1614.» *Mesa da Consciência e Ordens*, Registo de Consultas de 1614 a 1615, fl. 251.

como subsídio dos escritos de João de Barros e de Damião de Góis, e imita no começo da sua obra a alegoria pastoral de Bernardim Ribeiro, mas nem conseguiu reproduzir o senso crítico daqueles, nem a beleza ingénua do estilo do autor da *Menina e Moça*. Entre as fontes que cita, fala em uma *História da Madeira*, que supomos ser a *Relação do Descobrimento da ilha da Madeira* atribuída a Gonçalo Aires Ferreira e ampliada pelo cônego Henrique Dias Leite. Nos livros de história especial, como a *Etiópia oriental* de Frei João dos Santos, ou o *Tratado das Coisas da China*, por Frei Gaspar da Cruz, acham-se notícias ainda não aproveitadas pelos modernos orientalistas.

Viajantes. – É de um elevado mérito científico a nossa literatura vastíssima de viagens; e de entre os aventureiros portugueses, que maior audácia patentearam, é Fernão Mendes Pinto o mais extraordinário pela coragem das suas remotas investigações em regiões desconhecidas, pela resistência a incessantes contrariedades e sofrimentos, tudo observando e tudo conservando por uma assombrosa retentiva. Nascido em Montemor-o-Velho, em 1509, da estreiteza da casa paterna entrou em 1519 para o serviço de moço da Câmara do Duque de Coimbra D. Jorge de Lencastre, bastardo de D. João II. Embarcou para a Índia aos vinte anos de idade, e nessas regiões da Ásia divagou durante vinte e um anos, sendo cativo três vezes, e dezassete vendido. As suas maravilhosas aventuras na China, na Tartária, em Sião, em Calaminhão, no Pegu e no Martavão, as suas relações com S. Francisco Xavier, tudo relatou no livro intitulado *Peregrinações em que dá contas de muito estranhas coisas, que viu e ouviu*. Regressou a Portugal quase indigente, vivendo ignorado por forçado retraimento em Almada, onde escreveu essas suas interessantíssimas memórias, que ao falecer nessa vila em 8 de Julho de 1583 deixou à Casa Pia dos Penitentes de Lisboa. Poucos serão os livros comparáveis às *Peregrinações* pelas condições excepcionais em que foi escrito e pelo interesse crescente que provoca. Só muito tarde foi dado à estampa, em 1614 e ainda assim retocado pelo cronista Francisco de Andrade, talvez para atenuar os desdêns que provocavam as narrativas de Fernão Mendes Pinto, sempre hostilizado por uma pérfida malevolência, pervertendo o seu nome *Mendes* em *mendax*, o mentiroso, e vulgarizando em forma proverbial o apelido *Mendes Pinto* em *Mendes Minto* e *Mentes muito*. Foi o primeiro europeu que entrou no Japão, adaptando-se a esse meio social, comunicando-lhe os conhecimentos da Civilização do Ocidente; e ao mesmo tempo servindo a sua pátria, alcançando para o comércio português a rendosa situação de intermediário entre o tráfico da seda e da prata entre a China e o Japão. Fernão Mendes Pinto também auxiliou a missão dos Jesuítas na introdução do cristianismo naquele império, cooperando com o heróico apóstolo Francisco Xavier. Apesar desses prestantes trabalhos fez-se pela Europa a propaganda do descrédito do assombroso viajante, tão persistente, por forma que «em Inglaterra continua a haver quem insista em o ter por um embusteiro e inventor de patranhas». E contudo, como observa Cristóvão Aires, nos seus preciosos estudos sobre Fernão Mendes Pinto: «A China e o Japão começaram porém a ser objecto de estudos especiais da parte dos europeus; Fernão Mendes, quanto às primeiras notícias que à Europa vieram daquelas regiões, do Japão sobretudo, era uma fonte preciosa. Dali o chegar-se a reconhecer a pouco e pouco *quão verdadeiras e interessantes em muitos pontos eram as narrativas do celebre via jante e aventureiro português no que respeita aos costumes, usos, historia, tradições, religião, linguagem daqueles países e à civilizadora missão dos Portugueses ali*.

«Hoje o Japão está em plena evidencia; está-se procurando escrever a sua historia, e a historia das suas relações com a Europa, por uma forma mais segura: e

Fernão Mendes *está sendo reabilitado*». ¹⁶⁶

Quem promoveu esta depressão ou excomunhão mental sobre Fernão Mendes Pinto? Revelava-o o problema: – Porque é que nas Cartas de S. Francisco Xavier nunca aparece o nome daquele que tanto o acompanhou e serviu na sua missão religiosa?

Houve uma eliminação capciosa do nome de Fernão Mendes Pinto, pelo mesmo espírito com que o P.^e João de Lucena plagiou desafortadamente as *Peregrinações*, formando desses roubos a *Vida de S. Francisco*. ¹⁶⁷ Cristóvão Aires descobriu o sistema como o seu nome foi apagado em toda a Correspondência dos Padres da Companhia, para a qual ele fora captado como Coadjutor temporal, e depois de chegar à renúncia dos seus bens, o expulsaram da Companhia espoliado, sob o pretexto de origem infecta de – marrano – ou judeu convertido ou quebra de disciplina da Santa Obediência. E aí está explicada a sua miséria desde 1558 em que veio para a Europa até 1583, em que faleceu ficando sepultado no descrédito. ¹⁶⁸

¹⁶⁶ Cristóvão Aires, *Fernão Mendes Pinto*. («Diário de Notícias»).

¹⁶⁷ F. Evaristo Leoni, *Camões e os Lusíadas*, p. 56.

¹⁶⁸ O sr. Cristóvão Aires recapitula no artigo supracitado os pontos apitais da valiosíssima Memória que apresentou à Academia das Ciências de Lisboa, que transcrevemos:

«Assim como em «todas as colecções» das Cartas dos jesuítas da Ásia para os colégios de Portugal foram riscadas ou alteradas as passagens relativas a Fernão Mendes, para que nelas não ficasse vestígio do seu nome, a não ser, por um milagre, na *colecção do Colégio de S. Roque de Lisboa*, conservada na Biblioteca da Ajuda, – quem nos diz que nas cartas do padre Francisco Xavier não foram feitas iguais alterações?

Mas, felizmente, em documentos publicados anteriormente à saída de Fernão Mendes da Companhia de Jesus, ficou a confirmação dessas boas relações do nosso escritor com o apóstolo do Oriente. Mas, independentemente disso, outras provas existem dessa intimidade, donde resultaram serviços prestados por Fernão Mendes à causa da cristandade naquelas paragens.

Quanto aos motivos da saída de Fernão Mendes da Companhia de Jesus, é para mim ponto de crença, por enquanto, que foi expulso por qualquer motivo disciplinar, real ou suposto. A informação que me foi dada pelo sr. Cardoso Bettencourt de a causa ter sido a qualidade de *cristão novo* de *Fernão Mendes* não pôde obter ainda a confirmação, por aquele consciencioso investigador ter estado longo tempo ausente de Portugal.

Consta-me que existe um documento de origem jesuítica que diz ter Fernão Mendes saído voluntariamente; mas além de ser suspeita a origem, todos sabem como, ainda hoje, se arranjam essas aparências de saída voluntária, quando está iminente a demissão de alguém.

Fica-me a satisfação de ter projectado luz nova sobre estes três pontos capitais que ressaltam da minha «Memória»:

1º O estudo comparado dos diversos códices que contêm as Cartas dos jesuítas da Ásia no século XVI, pondo em evidência a importância da da Biblioteca de Ajuda, que felizmente se conserva incólume dos cortes e alterações introduzidas em «todos os outros códices», posteriormente, para que neles não figurasse, de *modo nenhum*, o nome de *Fernão Mendes Pinto*.

2º A reconstituição, à vista das cartas dos padres da Companhia de Jesus mandadas do Oriente, de toda a última e tão importante viagem de Fernão Mendes de Goa ao Japão (1554- 1556) como irmão da mesma Companhia, e embaixador enviado ao senhor de Bungo pelo governador da Índia, D. Afonso de Noronha, viagem e embaixada em que o novel jesuíta, depois de entregar todos os seus ricos haveres à Companhia, lhe prestou relevantes serviços e lhe obteve no Japão consideráveis benefícios.

3º A publicação de *duas cartas* e uma *Informação*, originais de Fernão Mendes; uma das cartas desconhecida entre nós, e outra como também a Informação apenas conhecida pela «tradução em português» feita «sobre uma tradução em espanhol»; o que lhes tirava, principalmente, o valor de nos darem a apreciar a maneira de escrever do autor das «Peregrinações». Essas cartas originais, tal como saíram da pena de Fernão Mendes, é que nos dão agora a conhecer o verdadeiro estilo porquanto é sabido que as «*Peregrinações*» o não podem realizar completamente por terem sido *revistas e corrigidas* para se dar à estampa, pelo cronista-mor e guarda-mor da Torre do Tombo, Francisco de Andrade, que decerto as alterou muito.

É este o material que ainda logrei carrear para a edificação do monumento que tem de ser consagrado à reabilitação de Fernão Mendes.»

Moralistas católicos. – O conhecimento das obras de Plutarco e Séneca, na época da Renascença, veio revelar à consciência moderna, que fora das doutrinas teológicas também existia uma moral secular com sanção universal. Na dissolução do poder espiritual, a Igreja reage por um exagerado formulismo e por um abuso deplorável da casuística; só escaparam a esta corrente deletéria as almas puras, que, pela ingenuidade do sentimento, se elevaram à contemplação mística. No cronista João de Barros nota-se a influência erudita: «vendo como os homens ocupavam o mais do tempo jogando, inventou um jogo de tábulas a que reduziu as Éticas de Aristóteles, introduzindo nele as virtudes e vícios por excesso e por defeito, o qual jogo imprimiu no ano de 1540 e o dedicou à infanta D. Maria, princesa que depois foi de Castela, a qual jogava com el-rei D. João seu pai destramente, segundo ele afirma em varias partes; e teve intenção de pôr a *Economia* também em jogo de cartas, e a *Política* no enxadrez, por estes três jogos serem mais comuns, e para neles ao menos aprenderem os homens o nome das virtudes...» Isto nos revela Severim de Faria. Enquanto João de Barros esteve refugiado da peste de 1530 na sua quinta junto a Pombal, compôs e enviou a Duarte de Resende o diálogo moral intitulado *Rhopica Pneuma*, ou mercadoria espiritual. É uma alegoria em que são interlocutores a Vontade, o Entendimento, a Razão, o Tempo, legível por uma ou outra referência aos costumes da época; com o fim de afastar das escolas a leitura dos processos judiciais, escreveu também em 1539 o Diálogo da *Viciosa vergonha*, de valor exíguo.

O pedantismo erudito alastra-se na sua pompa no *Espelho de Casados*, do Dr. João de Barros, escrivão da Câmara de D. João III desde 1549; era formado em Cânones por Salamanca, em 1522. O *Espelho de Casados* apareceu em 1540, e sem a compreensão do sentimento como na *Perfecta casada* de Frei Luís de Leão, é um apontado de reflexões abonadas com autoridades clássicas e patológicas, inspiradas por um pessimismo de casuística, que vê na mulher a herdeira do pecado de Eva, e no homem o logrado das novelas italianas.

A forma de diálogo alegórico, que vimos em João de Barros, achava-se já no livro intitulado *Bosco Deleitoso*, impresso em 1515; nele falam as Virtudes, exaltando as vantagens da vida contemplativa e eremítica, citando opiniões dos santos padres e exemplos dos mais fervorosos ascetas. Pelos seus arcaísmos e construções sintáticas parece este livro pertencer ao fim do século XIV; porém se foi escrito na época em que aparece impresso, pertence a um espírito alheio à cultura humanista, a cuja corrente poucos escaparam. É também este o carácter dos *Ditos da Freira*, pensamentos morais coligidos das reflexões de D. Joana da Gama, reclusa do Salvador de Évora, de 1555. Ela reconheceu a escola italiana, escrevendo poucos sonetos com trovas, vilancicos e romances. Alguns desastres da sua vida fizeram-lhe criar em volta de si uma solidão religiosa perturbada pelo Cardeal Infante; os desabafos das suas angústias foram coligidos como máximas pelas suas companheiras de cenóbio; não têm abstracção, são comparações vulgares que revelam uma santa simplicidade natural.

Distinguem-se como escritores místicos, Frei Tomé de Jesus, que no cativo de África, depois de 1578, escreveu o notabilíssimo livro *Trabalhos de Jesus*; Frei Heitor Pinto, com a *Imagem da Vida Cristã* de 1563 e Amador Arrais com os *Diálogos*. Procuram dar o maior relevo às suas descrições, servindo-se dos efeitos do estilo, e aproveitando-se com felicidade de muitos conceitos da linguagem popular.

A eloquência do século XVI mostra-se viciada pela ênfase retórica dos eruditos; João de Barros escreveu um *Panegírico* à imitação do de Plínio o moço. Na prédica religiosa distingue-se o Dr. Diogo de Paiva de Andrade, que em 1561 fora ao Concílio de Trento, por ordem de D. Sebastião, e lutara em dura controvérsia com o teólogo protestante Kemnitz; «costumava muito introduzir a forma de dialogo nos seus

discursos»; nos seus sermões «o gosto dos conceitos e trocadilhos de palavras começava a aparecer».¹⁶⁹ O P.^e Bartolomeu Ferreira, denunciou-o à Inquisição, não obtendo pelo ódio jesuítico a remuneração que merecia. Faleceu com 47 anos em 1575. Citam-se outros pregadores notáveis, D. António Pinheiro e o Padre Luís Álvares, parente de Diogo do Couto; mas numa época em que a carnificina de Saint Barthélemy, anunciada dias antes pelo embaixador português, era recebida em Portugal com luminárias e sermões de graças, a obcecação era absoluta, e avançávamos inconscientemente para a ruína.

Nos miseráveis dias em que a Nacionalidade portuguesa esteve em almoeda, pouco antes de Portugal ser ocupado por Filipe II, em 1584, o invasor castelhano propôs a D. Catarina de Bragança, neta do rei D. Manuel, a cedência dos seus direitos à Coroa de Portugal, ficando seu filho, o Duque de Bragança, senhor do Brasil com o título de Rei e ficando em Portugal com a administração perpétua do Mestrado de Cristo.¹⁷⁰ D. Catarina não aceitou a proposta, porque assim determinaram os seus directores espirituais da Companhia de Jesus, dos quais se queixava Filipe II por não se entender com tais padres. De entre os Jesuítas, surgiu um colegial, pregador eloquente inspirado por um alto sentimento patriótico, o P.^e Luís Álvares, cuja fama chegou a Roma, com a antonomásia de novo S. Paulo, e do qual Pio V dizia ao Geral Borja: «Ouço que tendes em Portugal um S. Paulo!»

Desde que os Jesuítas viram que Filipe II faria valer os seus direitos com 80.000 homens na fronteira, não quiseram perder a sua Província de Portugal, centro do poder na Ásia e na América, deixaram D. Catarina de Bragança a afirmar o seu direito em Alegações jurídicas, e o P.^e Luís Álvares calou-se tragicamente, envenenado na vila de Avis em 25 de Setembro de 1590, segundo a lenda pelos Judeus. O Prior do Crato, de quem o P.^e Luís Álvares era íntimo amigo, nasceu dos amores do Infante D. Luís com a formosa judia Pelicana, e por isso os fidalgos abandonaram o chefe do partido nacional. O poeta místico Baltazar Estação, celebrando a morte do P.^e Luís Álvares, alude à lenda jesuítica de mistura com a do deicídio:

Mas não me espantarei do que aqui calo,
Se quem matou ao Rei, matou o vassalo.

(Fl. 173)

E memorando a sua antonomásia, celebra-o: «Foi do *passado Paulo* viva traça.» O poeta Soropita, que vivia neste terrível momento histórico, referindo-se a um Sermão que fez o Deão de Silves nas Exéquias de D. Sebastião, escreveu no seu traslado: «*depois soube eu que dissera o Conde de Portalegre, que era de Luís Álvares, colegial da Companhia de Jesus, o que me pareceu verosímil, por esta ser a linguagem de Luiz Alvares.*»

Os Jesuítas conciliaram-se com Filipe II, mas não mais perderam a ideia da formação de um Império no Brasil.

Perda da Nacionalidade. – Revivescência pela Literatura. – Com a morte do Cardeal-Rei, enquanto os vários pretendentes à soberania de Portugal discutiam preferências, Filipe II, ainda em 1580, ocupou militarmente o território, para realizar indefectivelmente a unidade política da Espanha. A nobreza tinha recebido cédulas representativas do preço da traição como foram *baptizados*, quantos aceitaram o jugo

¹⁶⁹ *Pan.*, t. I, 15.

¹⁷⁰ Herculano, *Pouca luz em muitas trevas* (*Pan.*, vol. VIII).

espanhol. Entre esses encontram-se os nomes de escritores e poetas, como Diogo Bernardes, Andrade Caminha, Jerónimo Corte Real, Luís Pereira Brandão, Fernão Álvares de Oriente, Pedro da Costa Perestrelo, Francisco Rodrigues Lobo, António de Abreu, André Falcão de Resende, Duarte Nunes de Leão, bajulando em verso o invasor ou aceitando tenças. A nacionalidade que parecia bem morta para a acção histórica, pela falência dos seus heróis, justificava-o pela literatura cujas obras se escreviam em língua *castelhana*, abandonandose a língua portuguesa para os Pátios das Comédias e Corros populares. O povo era conservado na ignorância do seu glorioso passado histórico e para que os *Lusíadas* não pudessem despertar o sentimento nacional, foram deturpados pela censura jesuítica na célebre edição irrisória de 1584 denominada dos *Piscos*. Era impossível qualquer resistência material contra a incorporação castelhana, em que o imperialismo ibérico fora auxiliado pelo unitarismo católico pelos processos canibalescos da Inquisição e cavilação jesuítica e pelo egoísmo dos casamentos reais como recurso de equilíbrios políticos. O Castelhana na zona estéril do seu planalto, tendo de recorrer pela força à expoliação das vertentes férteis, já tinha destruído as resistências autónomas da Andaluzia, de Valência, Catalunha, Astúrias e Galiza; chegara a vez de Portugal, a vertente mais rica da insularidade hispânica. Sob a pressão castelhana, Portugal mantinha ainda uma força, o seu individualismo étnico conservado na Literatura imperecível¹⁷¹; uma convulsão moral, uma intuição do momento angustioso acordou o interesse por todas as obras da literatura portuguesa da grande época dos Quinhentistas, deploravelmente esquecidas ou inéditas. Era um esforço intencional a favor da língua portuguesa e do sentimento nacional que se extinguíam. A bibliografia torna-se neste último quartel do século um depoimento eloquente: Imprimiu-se em 1585 a *Filomena de louvores de Santos com outros Cantos de devoção* por António Ribeiro Chiado; em 1586, a *Bucólica em dez Églogas* por António Ribeiro; a *Compilaçam de todas las Obras* de Gil Vicente; em 1587, os *Autos* de António Prestes e de Camões, *Filodemo* e *Anfitriões* e a *Tragédia Castro*, do Dr. António Ferreira; o romance de cavalaria *Lisuarte da Grécia*, em 1587, Terceira parte do *Palmeirim de Inglaterra*, por Diogo Fernandes; em 1588, a *Elegiada*, de Luís Pereira; em 1589, o *Primeiro Cerco de Diu*, de Francisco de Andrade; os *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo*, de Gonçalo Fernandes Trancoso; e a *História dos Cercos de Malaca*, por Jorge de Lemos; em 1590, as obras líricas de Vasco Mouzinho de Quevedo; em 1591, *Diálogos da Vida Cristã*, de Fr. Heitor Pinto, 2ª parte (a 1ª, de 1572); os *Lusíadas*, de Camões; 1592, as *Poesias* de Gregório Silvestre, era de origem portuguesa; 1592, *Crónica do Palmeirim de Inglaterra*, por Francisco de Moraes; 1593, *Itinerário da Terra Santa*, por Fr. Pantaleão de Aveiro; os *Estatutos da Universidade de Coimbra*; 1594, *Manual de Epíteto, Filósofo*, traduzido do grego por Fr. António de Sousa; *Naufrágio de Sepúlveda*, de Jerónimo Corte Real; 1595, *Poesias* de Sá de Miranda, primeiro texto; *Rimas*, de Camões, coligidas por Soropita; as *Várias Rimas ao Bom Jesus*, de Diogo Bernardes; em 1596, *O Lima* e as *Rimas Várias, Flores do Lima*, de Diogo Bernardes; *Diálogos de Vária História*, por Pedro de Mariz; *Discursos sobre a Vida de Santa Isabel*, por Vasco Mouzinho de Quevedo; 1597, *Sílvia de Lisardo*, atribuída a Fr. Bernardo de Brito; *Crisfal*; 1598, os *Poemas Lusitanos*, do Dr. António

¹⁷¹ Filipe II, depois da ocupação de Portugal, onde se demorou até 1583, levou para Castela os Livros iluminados da Biblioteca Real, como o confessa em carta às suas filhas, em 4 de Junho de 1582: «*tengo libros de pinturas que llebaré quando baya.*» Mas antes de Filipe II foram os espanhóis apossando-se do *Amadis de Gaula*, do *Palmeirim de Inglaterra*, da *Castro* do Doutor António Ferreira, da *História de Tróia* e do Poema do Salado (*Crónica de Alfonso Onceno*). E pelas hostilidades entre Inglaterra e Espanha, como ricochete, sofreu Portugal novas devastações, como «o roubo da Livraria do D. Jerónimo Osório pelos ingleses, quando em 25 de julho de 1596, incendiaram e roubaram Faro, sendo levada para a Universidade de Oxford onde existiu». (Silva Lopes, *Corografia do Algarve*, p. 325).

Ferreira; *Rimas*, de Camões, com mais poesias, do seu perdido *Parnaso*; 1600, Parte I da *Crónica dos Reis de Portugal*, por Duarte Nunes de Leão; *História da Vida de S. Francisco Xavier*, pelo P.^e João de Lucena; 1601, *Gaia*, poema por João Vaz; 1602, *Década IV*, de Diogo do Couto; os *Trabalhos de Jesus*, de Frei Tomé de Jesus; Quinta e Sexta Parte do *Palmeirim de Inglaterra*, por Baltazar Gonçalves Lobato; 1603, *Vida e Fábulas de Esopo*, por Manuel Mendes, da Vidigueira; 1603-1604, *Sermões*, do Dr. Diogo de Paiva de Andrade; a Terceira e Quarta Parte do *Palmeirim de Inglaterra*, por Diogo Fernandes; 1605, as *Églogas*, de Francisco Rodrigues Lobo; *Poesias*, de D. Manuel de Portugal; *Sonetos, Canções, Églogas e outras Rimas*, de Baltazar Estação; 1606, *Lusitânia transformada*, por Fernão Álvares de Oriente; *Origem da Língua portuguesa*, por Duarte Nunes Leão; em 1610, *Etiópia Alta*, de Fr. João dos Santos; 1611, *Afonso Africano*, de Vasco Mouzinho de Quevedo; o Bispo O. Rodrigo da Cunha, que possuía uma Livraria portuguesa magnífica, auxilia a publicação dos inéditos camonianos, multiplicando-se as edições dos *Lusíadas* e das *Rimas* e os estudos do Poeta da Nacionalidade por Manuel Severim de Faria, Manuel de Faria e Sousa, e João Franco Barreto. A língua portuguesa já não podia ser extinta, o sentimento nacional tornou-se consciente e converteu-se na acção unânime de 1640. A autonomia de Portugal revivia pela sua literatura, tal como na Itália os poetas e prosadores desde Dante criaram a sua nacionalidade.¹⁷²

Entre o povo opera-se uma excitação de profetismo, transformando as tradições messiânicas dos cristãos novos, com a *esperança britónica*, característica da raça lusa, na crença do *Desejado*. As *Trovas* de Bandarra, rapsódia merlínica, já em 1588 prendem a atenção de Orosco; D. João de Castro, o neto do herói de Diu, sistematizou o *Sebastianismo* em 1602 no *Discurso da vida do sempre bem-vindo e aparecido Rei D. Sebastiao*, e a *Paráfrase e Concordância de algumas Profecias de Bandarra, Sapateiro de Trancoso*, 1603.

O triunfo do Castelhanismo em Portugal foi um acidente exterior, que em nada modificou a consciência da nacionalidade, criadora de uma civilização inconfundível. Prevaleceu uma política dos casamentos reais, servida pela violência fanática da Inquisição e da perversão moral jesuítica, mas conduzindo à extinção da família dinástica e ao atraso mental, que isolou a Espanha da Europa. Essa civilização portuguesa nunca poderá ser compreendida no conjunto castelhano: pela ternura do carácter e sentimentalidade portuguesa criou um lirismo trovadoresco que actuou nas cortes peninsulares; uma afectividade, como no *Amadis de Gaula*, que ainda submerso o seu texto debaixo das crustas retóricas do castelhano, ficou indelével esse fundo de emoção que força os críticos espanhóis a reconhecer a sua origem portuguesa. A prosa castelhana da *Diana* de Jorge de Montemor deixa transparecer a paixão profunda da alma portuguesa; e o mesmo efeito nas poesias que em castelhano escreveram Sá de Miranda, Camões, Bernardes, Caminha, Gil Vicente, que se inspiraram no sentimento nacional, quando a corte era assoberbada pelo castelhanismo absorvente. A Arte revela a potência deste individualismo étnico: assim em Velasquez, em Coelho a sua pintura demonstra uma visão diferente da dos pintores espanhóis da grande época. Os mestres de capela das catedrais de Espanha foram em grande parte portugueses ou de origem portuguesa, como Gregório Silvestre. As Navegações foram empreendidas e realizadas por portugueses em navios espanhóis. Colombo mascarou com a ficção do Cipango e um iluminismo religioso teatral o que devia às informações de seu sogro Bartolomeu Perestrelo, às notícias que apanhou a Afonso Sanches, que primeiro aportara às

¹⁷² «Os Alemães compreenderam que o estudo crítico e profundo da História e das Literaturas era potente para acordar em um povo enfraquecido e dividido a consciência de si mesmo, e o sucesso provou que eles não se enganaram». (*Revue Critique d'Hist. et de Litterature*, 1873, I, p. 4).

Antilhas, e às lições do cosmógrafo bacharel Rui Faleiro. Isso dizia o Dr. Diogo de Cisneros; como também Frei Bartholomé de las Casas, filho de um companheiro de Colombo transmitiu a tradição que o Genovês estava tão seguro do descobrimento que ia fazer, como se o tivesse já na mão. O mesmo se repete com Fernão de Magalhães, abrindo à Espanha o grande Oceano Pacífico, a quem auxiliaram Rui Faleiro, e seu cunhado Duarte Barbosa. João Fernandes descobre a Nova Zelândia; Pedro Fernandes de Queirós as Novas Hébridas, espalhando-se a ideia de um Continente Austral; João Rodrigues Coutinho, irmão do cronista Fr. Luís de Sousa morre na expedição às Ilhas de Cambebe ¹⁷³. As condições que actuaram para o êxito da ocupação de Portugal, foram a causa da ruína da Espanha por uma fatídica decadência.

O triunfo do *Castelhanismo* realizado na ocupação e incorporação de Portugal em 1580 na unidade ibérica, não foi obra exclusiva de Filipe II; Carlos V ressentia-se que o filho se não preocupasse com o sonho imperialista para continuar as suas audaciosas ambições. Quando abdicou nele, os primeiros vinte anos de Governo de Filipe II visavam à paz, à manutenção das relações boas com os outros estados, só contando com a guerra para sustentar a religião católica. O delírio da combatividade e da quimera da *Monarquia universal*, dominou-o nos últimos vinte cinco anos do seu reinado, como frisou sinteticamente Ranke: «Durante este último período é que ele se apodera de Portugal, ataca a Inglaterra com a Invencível Armada, intervém nas perturbações internas da França, e empreendeu reunir esse reino às possessões da sua casa; no decurso destes vinte anos ele oprime os Países Baixos, com guerras constantemente violentas e com êxito; que ele aniquila as liberdades de Aragão, e arruina completamente os recursos do seu reino.

«Qual foi a causa desta mudança tão surpreendente? Poder-se-á talvez dizer que foi o espírito do século, que o fez desviar da linha de conduta que se traçara, para seguir uma outra. A Europa tomara uma corrente mais guerreira do que na época anterior. É bem evidente que esta nova direcção lhe foi incutida em grande parte pelos Espanhóis (*Castelhanos*) e pelo próprio Filipe –, a mudança dos seus ministros veio imprimir uma direcção oposta à sua política...» Ranke caracteriza esses Ministros, Cristóvão de Moura e Idiaquez; Moura adquiriu a máxima influência, tornou-se a alma de Filipe II, como refere o embaixador veneziano Contarini em uma das suas Relações (1593), Idiaquez, com larga experiência do governo e das circunstâncias da Europa, impelia-o para o imperialismo: «*Moura, que tinha desenvolvido uma grande actividade na conquista de Portugal, era mais querido do rei; mas ambos entendiam-se, tratando todos os grandes negócios entre si, fora do conselho de estado.*

«Foi isto, como diz Ranke, que fez cair sobre Filipe II o ódio do mundo, e as acusações que pesam sobre a sua memória; e todo o intolerantismo católico de Filipe II embarçando o movimento religioso do século, no meio da Europa, serviu para colocar a Espanha em um isolamento da Europa abandonando-a à subserviência de Roma.» Essa política da dinastia austríaca, que com Fernando e Isabel rebaixou a Espanha à inferioridade entre as nações europeias, desvairou a corrente peninsular pela megalomania de Carlos V, e degradou a alma espanhola pelos 44 anos do reinado fanático e guerreiro de Filipe II.

Aos triunfos sangrentos dos terços espanhóis, seguiram-se as deploráveis derrotas, como a de Condé em 1617; Portugal em 1640 liberta-se com as suas colónias, e cinco anos depois esteve a nacionalidade espanhola a pique de afundar-se, vendo-se

¹⁷³ O Dr. João Teixeira Soares escreveu uma Memória sobre a Descoberta primordial da Austrália no século XVI devida aos Portugueses, e que os Mapas franceses de 1540, em que aquela terra está delineada, não são originais mas copiados de outros portugueses. – O navegador português João Afonso, esteve ao serviço de França.

forçada a pedir em 1648 a paz, que se assegurou em Westfália, perdendo os Países Baixos e todas as colónias tomadas aos Holandeses. Sublevaram-se os estados italianos, e vencida nas Dunas em 1657, teve de pedir a paz, assinada em 1659, a Paz dos Pirenéus, mais afrontosa que a de Westfália, perdendo Rosell, Conflant e numerosas praças de Flandres.

Era a resultante da política de Filipe II: uma terça parte do solo hispânico passara para os inimigos da Espanha. Era a política suicida legada aos seus descendentes, que se viram sem dinheiro, sem generais, sem sábios, sem indústrias, sem comércio, corrompida e degradada a nação pelos 44 anos do Governo de Filipe II. Vinte e sete anos de combates levou Portugal a reivindicar a sua autonomia; mas a avidez do Castelhanismo, passados séculos, para se consolar de outras perdas de território (*Cuba e Filipinas*), exclama: *Aun tenemos Portugal*.

Ao terminar o quadro da Renascença portuguesa do século XVI, ocorrem-nos as palavras de Boissier, que bem exprimem o nosso intuito: «A História não conserva senão uma parte da vida de um século; a outra parte apaga-se com ele. Contudo, se é temerário pretender reconstruí-la por inteiro, *é possível adivinhá-la alguma coisa e pode-se levantar uma ponta do véu.*» Uma grande parte da actividade mental dos Quinhentistas ficou apagada; outra foi combatida ou deturpada pela reacção católico-feudal; pelos elementos que restam pode-se desvendar a acção de Portugal no concurso europeu bem digno do respeito das nações.

Obra digitalizada e revista por Ernestina de Sousa Coelho. Actualizou-se a grafia.

© Projecto Vercial, 2001

<http://www.ipn.pt/literatura>
